



José Miguel 2009



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

**Guerras, trânsitos e apropriações: políticas da prostituição  
feminina a partir das experiências de quatro mulheres militantes em  
Porto Alegre.**

**JOSÉ MIGUEL NIETO OLIVAR**

**Orientadora:**

**Prfa Dra CERES GOMES VICTORA**

**Porto Alegre, RS, abril de 2010**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

**Guerras, trânsitos e apropriações: políticas da prostituição  
feminina a partir das experiências de quatro mulheres militantes em  
Porto Alegre.**

**Tese apresentada ao Programa de  
Pós-Graduação em Antropologia  
Social da Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul como requisito  
parcial para obtenção do título de  
Doutor em Antropologia Social.**

**JOSÉ MIGUEL NIETO OLIVAR**

**Orientadora:**

**Prfa Dra CERES GOMES VICTORA**

**Porto Alegre, RS, abril de 2010**



*Às putas*

## **Agradecimentos**

(sem revisão do português)

Obvio e verdadeiro. Antes que tudo e mais que nada. Essa tese só é possível pela generosidade e o carinho da Soila, da Nilce, da Dete, da Janete, da Tina, da Lucia, da Paula e de todas as mulheres do NEP. Elas, que durante mais de três anos me adotaram; apropriaram-se de mim, mimaram-me, criticaram-me e tanto tanto me agüentaram e me ensinaram. Elas, que me deram sua doçura, sua amizade sincera, avulsa e desconfiante, que abriram até o tutano suas memórias, suas reflexões e desejos, suas maiores aprendizagens, suas fugas e “inferninhos”... suas casas. Elas, que me seduziram. Com elas meu português se expandiu e enriqueceu, minha Porto Alegre se desvendou em nuances de couro e luzinhas roxas, e os segredos da “profissão” se revelaram verdades insurrectas. *Muchas, muchas, muchísimas gracias.*

Bastantes mulheres, homens e trans vinculados à prostituição, com quem me encontrei nesse trabalho, expressaram seu cansaço de pesquisas, de estudantes, de investigadores e de tudo mais que parecesse... Algumas não me abriram as portas. Outras sim. Então às umas quanto às outras agradeço profundamente o tempo e a sinceridade dada. Prostitutas de Porto Alegre.

Agradeço à Gabriela Leite, ícone de lutas e confrontos, que durante o ano de 2009 me acolheu entre o escritório do Davida e os botequins da Glória e do Catete, no Rio de Janeiro. Agradeço pela amizade, pelos ensinamentos constantes, pela confiança e estímulo que desde o nosso primeiro contato depositou em mim. Pelas tensões. À Friederick Starck e ao Flávio Lenz, pela amizade, as lições, os desfiles e as cervejas.

Às mulheres da Rede Brasileira de Prostitutas que aos poucos vem me aceitando nas suas discussões internas....

À CAPES... ao Governo Federal do Brasil... aos brasileiros e habitantes do “impávido colosso” que com seus impostos pagaram esses quatro anos e estimulam a pesquisa. À persistência da universidade pública e gratuita, bem em vias de extinção no meu país.

Ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, por aceitar-me e guiar-me. Especialmente à Claudia Fonseca, *grande maestra*, que mobilizou a carta de aceite sem sequer me conhecer, numa chance estranha e generosa, e depois sempre teve tempo para aconselhar-me, ensinar-me, localizar-me e surrar-me suavemente. À Cornélia Eckert, que tanto me estimulou e exigiu nesse “virar antropólogo”, que também sempre confiou em mim e, junto com Ana Luiza, abriu-me as portas do Navisual/Biev. Ao Caleb Fárias, ao Arlei Damo, à Patrice Schuch, que muito me ajudaram. À Rose, sempre tão atenta e querida.



Agradeço também aos colegas, amigos e amigas em Porto Alegre, no Rio de Janeiro e em outros lugares (Florianópolis, São Paulo, Bogotá) que com suas discussões ajudaram a aprofundar e matizar a minha aproximação ao país, à cidade e à antropologia.... Aos amigos e às amigas do Núcleo de Pesquisa em Antropologia do Corpo e da Saúde –o NUPACS- que sempre foi um bom espaço de festa, encontro e aprendizagem. Agradecimento especial ao Guilherme Heurich pela “predação”, pelo grande carinho, a amizade e a “co-orientação” permanente neste 2009 de louca intensidade. Ao Flavinho. À Letícia Tedesco por apresentar-me o NEP.

À Sonia Correa, ao Veriano Terto e a todo o pessoal da ABIA, no Rio de Janeiro, pela solidariedade, amizade e permanentes ensinamentos. Agradeço também à Adriana Piscitelli, e à Adriana Vianna pelas leituras generosas, pelos estímulos.

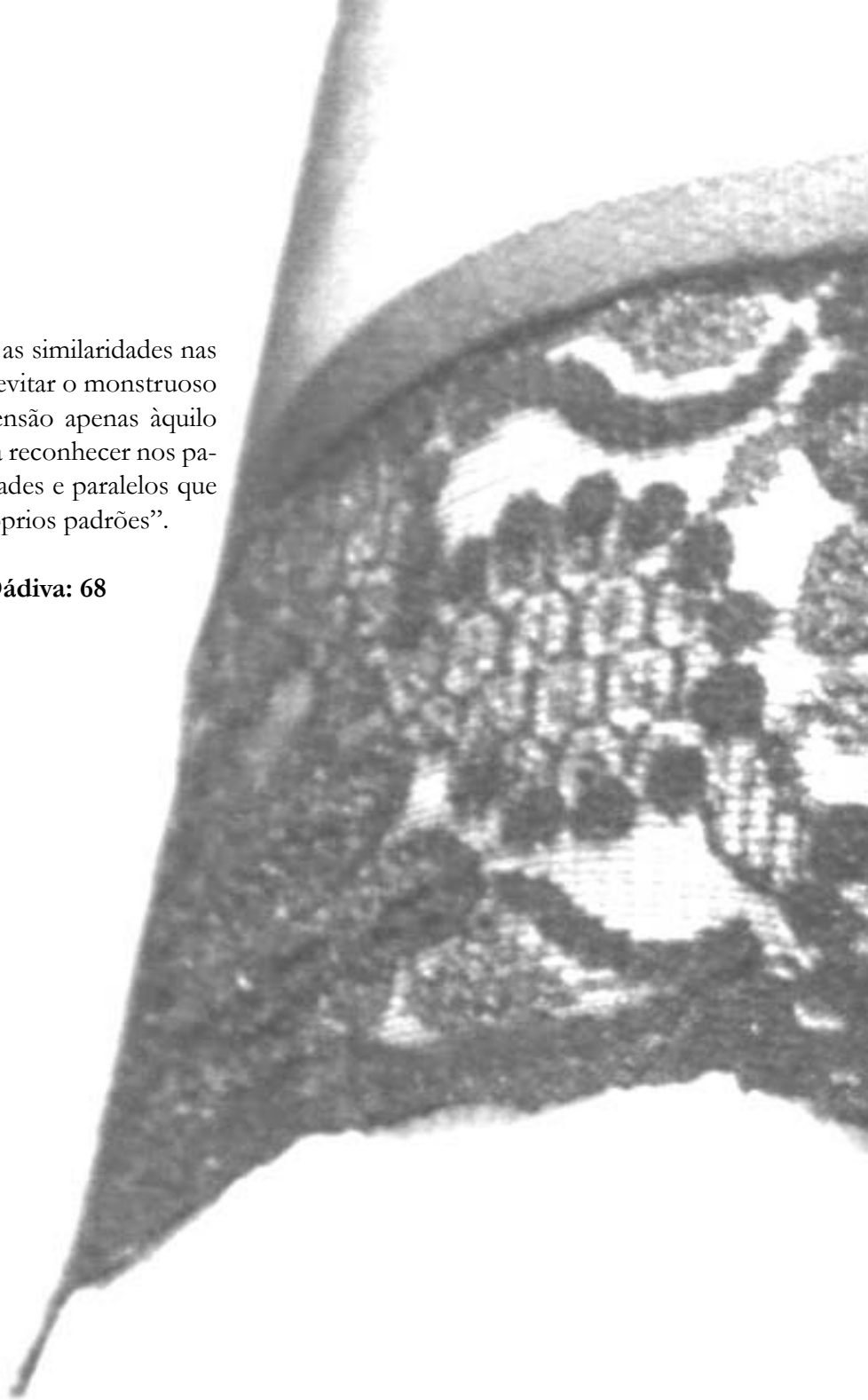
Claro, um lugar muito especial nesses agradecimentos é dedicado à Ceres Victora, minha queridíssima orientadora, que me abriu as portas mais bonitas do NUPACS, que bancou sempre as minhas apostas, riscos e aventuras, sem deixar de estar alerta, sem deixar de dizê-lo tudo. Agradeço enormemente pelas horas dedicadas a ensinar e a construir humanidade antes que curriculum e carreira. Pelas portas abertas da sua casa, pela fé na criação, nas lutas políticas, na etnografia, na amizade.

Agradeço à minha família, lá do outro lado da fronteira, pelo apoio permanente... Por fazer-me com enfoque de gênero, ansioso e intranquilo, com força de fazer. À Martha, minha “prima gaúcha”, pelo carinho e a solidariedade. À família Cao Ponso, pela amizade.

E, finalmente, agradeço à Letícia, pela blasfêmia colorida desses anos todos. As horas de apaixonadas discussões sobre filhos, maridos, putas e insubmissões. Pelas bravas revisões mais-que-lingüísticas de todos os meus textos, especialmente dessa tóxica tese. *Gracias por el Bicho, por el placer.*

“Acentuando antes as diferenças que as similaridades nas organizações dos povos, poder-se-ia evitar o monstruoso etnocentrismo que limita a compreensão apenas àquilo que o observador está preparado para reconhecer nos padrões de outros através das similaridades e paralelos que apresentem com relação aos seus próprios padrões”.

**Marilyn Strathern. O Gênero da Dádiva: 68**





## ESTRATEGIAS DEL DESEO

Las palabras no pueden decir la verdad  
la verdad no es *decible*  
la verdad no es lenguaje hablado  
la verdad no es un dicho  
la verdad no es un relato  
en el diván del psicoanalista  
o en las páginas de un libro.  
Considera, pues, todo lo que hemos hablado tu y yo  
en noches en vela  
en apasionadas tardes de café  
- *London, Astoria, Arlequín*-  
sólo como seducción  
en el mismo lugar que las medias negras  
y el liguero de encaje:  
estrategias del deseo.

## Resumo

A presente tese explora as formas, naturezas e transformações da “relação prostituição”, em específico, daquilo que temos chamado como “políticas da prostituição feminina de rua”, tendo como foco a região central da cidade de Porto Alegre - RS, no percurso das últimas três décadas. A perspectiva narrativa e analítica desta pesquisa é construída a partir do encontro etnográfico com quatro mulheres militantes do movimento organizado de prostitutas em Porto Alegre, nascidas entre 1955 e 1965, que ainda hoje, como nos últimos 25 ou 30 anos, encontram na prostituição seus principais ganhos financeiros e simbólicos. Metodologicamente, trata-se de uma “etnografia da experiência interpessoal” realizada entre agosto de 2006 e janeiro de 2009, principalmente na cidade de Porto Alegre. Como resultados, destacam-se importantes transformações na organização e nas políticas da prostituição de rua, que implicam diferenças importantes entre gerações e ciclos de vida; a persistência da violência estatal e social; a “privatização” da prostituição; e a configuração de “zonas de tolerância simbólica”. Sugere-se a existência de uma bio-política da decência, do trabalho, da família e da cidadania, que, no caso brasileiro, se materializa numa política de eterna “estimulação/punição” (tolerância) sobre a prostituição/trabalho. Por outro lado, é evidente a complexidade, hibridez e importância das movimentações políticas, organizadas ou não, que reivindicam os direitos das prostitutas e simetizam as relações.

**Palavras chave:** prostituição / corpo / gênero / sexualidade / família / Porto Alegre.

## Abstract

This thesis explores forms, natures and transformations of “prostitution” as a relationship, more specifically of what has been called the “politics of female street prostitution” in Porto Alegre, in the last three decades. The analytical and narrative perspectives have been built through the ethnographic encounter with four women militant of the prostitute movement in Porto Alegre, born between 1955 and 1965 who, in the last 25-30 years, have found in prostitution their main economic and symbolic gains. Based on the methodological approach of ethnography of interpersonal experience this research has been carried out between 2006 and 2009. The results show the important transformations in the organization and the politics of street prostitution, that imply (a) important differences in generations and life cycles; (b) the persistence of state and social violence; (c) the privatization of prostitution; and (d) the constitution of symbolic tolerance zones. We suggest there is a biopolitics of decency, of work, of family, and of citizen rights that, in the Brazilian case, materializes itself into politics of permanent stimulation/punishment (tolerance) over prostitution/work. On the other hand, it becomes clear the complexity, the hybridism and the importance of organized or non-organized political movements, that claim rights and produce more symmetric relationships.

**Keywords:** sex work / body / gender / sexuality / family / Porto Alegre

## Lista de imagens

0. “Guerreiras”. Desenho. ....	CAPA
1. Renda. Fotografia: CaPon. ....	EPÍGRAFE
2. Venha Trabalhar. Fotografia: JM Olivar. ....	20-21
3. Dr. Flores. Desenho. ....	23
4. Entrando. Desenho. ....	26
5. Buscando. Desenho. ....	30
6. Iscas. Desenho. ....	34
7. Bata e Aguarde. Desenho. ....	38
8. Oi. Desenho. ....	43
9. Caça prive: Desenho e montagem. ....	46
10. Tempo. Desenho. ....	50
11. A escolha – Sala GreNal. Desenho. ....	54
12. Noite dentro. Desenho. ....	58-59
13. Chorei. Desenho. ....	61
14. São Carlos. Desenho. ....	62-63
15. 14 anos. Fotografia: Autor desconhecido. Arquivo Pessoal Soila. ....	68
16. Na cozinha, na memória. Desenho. ....	69
17. Janete e a jaque arrumando os triciclos. Autor desconhecido. Arquivo pessoal Janete. ....	71
18. Hippongagem. Autor desconhecido. Arquivo pessoal Janete. ....	72
19. A Nega Lu. Jornal do Nuances Ano 6, No. 35, Novembro de 2005. ....	72
20. Navalha na Carne. <a href="http://picasaweb.google.com/lh/photo/-_SBPL7xUcvUg5uOITuxZg">http://picasaweb.google.com/lh/photo/-_SBPL7xUcvUg5uOITuxZg</a> Acessado em: 23 de março de 2010. ....	74
21. O Alemão. Anos antes do encontro. Autor desconhecido. Arquivo pessoal Janete. ....	76
22. Primeira Comunhão. Fotografia: Autor Desconhecido. Arquivo pessoal Dete. ....	80
23. Irmãs. Fotografia: Autor desconhecido. Arquivo pessoal Nilce. ....	84
24. Amizade. Fotografia: Autor desconhecido. Arquivo pessoal Nilce. ....	88
25. Amizade 2. Fotografia: Autor desconhecido. Arquivo pessoal Nilce. ....	88
26. As três poderosas. Fotografia: Autor desconhecido. Arquivo pessoal Nilce. ....	92
27. Na Praça da Alfândega. Fotografia: autor desconhecido. Arquivo pessoal Dete. ....	92
28. Gata com botas. Fotografia: autor desconhecido. Arquivo pessoal Dete. ....	97
29. Da Alfândega à Volunta. Jornal Zero Hora -28 de julho de 1989. Arquivo NEP. ....	100
30. Janete e comadres na Volunta. Autor desconhecido. Arquivo pessoal Janete. ....	105
31. Sou, sim. E daí?. Montagem: Janete. ....	106-107
32. Buda. Zero Hora -16 de abril de 1994. Arquivo NEP. ....	109
33. Hotel Aliado. Fotografia: Clenio Lentino. S/d. Arquivo NEP. ....	109
34. Sou, sim. E daí? (complemento). Montagem: Janete. ....	113
35. “Os quatro fantásticos”. Autor desconhecido. Arquivo pessoal Janete. ....	115
36. Pernas. Fotografia: Renata. Arquivo pessoal Soila. ....	116
37. O último grande cafetão. Montagem: JM Olivar. Fotografias: Homem de lenço, Festa da mulherada e As três mulheres do Mimoso (autores desconhecidos). Arquivo pessoal Soila. ....	120
38. Fundo Rabo de onça. Montagem: JM Olivar. ....	124
39. Jade e o Pedreiro: vida familiar. Desenho. ....	128-129
40. Família. Fotografia: autor desconhecido. Arquivo pessoal Dete. ....	132
41. “Drink Bar Leticia”. Santinho, centro de Porto Alegre, 2007. ....	138
42. Caça e predação. Fotografia: autor desconhecido. Arquivo pessoal Dete. ....	140
43. Hotel. Desenho. ....	143
44. Michelle Massagens. Santinho Centro POA, 2008. ....	144-145
45. Casa de Massagem. Santinho centro POA, 2009. ....	146-147
46. Coroa Leila. Propaganda em telefone público, centro RJ, 2009. Fotografia: JM Olivar. ....	148
47. Lábios enlouquecedores. Propaganda em telefone público, centro RJ, 2009. Fotografia: JM Olivar. ....	150
48. Passando a perna. Desenho. ....	151
49. Bruna. Propagando em telefone público, centro Curitiba, 2008. ....	152
50. Virando o inverno. Propaganda em poste, centro POA, 2008. ....	155
51. “Si no venis es porque no queres”. Santinho, Buenos Aires, 2007. ....	156-157
52. Apropriando. Desenho. ....	158
53. Crime 329 e 311 do CP. Documento. Arquivo NEP. ....	160-161

54. Máquina-de-guerra em três tempos. Desenho. ....	162-163
55. “Grávida da Cristiane. Na batalha”. Autor desconhecido. Arquivo pessoal Janete. ....	168
56. Batida... ou “Bundas pro ar”. Zero hora – 16 de junho de 1994. Arquivo NEP. ....	172
57. Comunicação de Ocorrência. Documento. Arquivo NEP. ....	174
58. “Que pensem que é meu”. Fotografia: autor desconhecido. Arquivo pessoal Dete. ....	176
59. Na Praça com a imortal Polaca. Fotografia de autor desconhecido. Arquivo pessoal Dete. ....	177
60. Fazendo parentesco. Fotografia de autor desconhecido. Arquivo pessoal Dete. ....	178
61. A Família. Fotografia de autor desconhecido. Arquivo pessoal Dete. ....	178
62. Com a Guga na Praça. Fotografia de autor desconhecido. Arquivo pessoal Dete. ....	178
63. História de amor. Fotografia de autor desconhecido. Arquivo pessoal Nilce. ....	182
64. História de amor 2. Fotografia de autor desconhecido. Arquivo pessoal Nilce. ....	182
65. “Prostitutas preparam encontro (frag)”. Ilustração. Jornal Zero Hora – 31 de outubro de 1989. Arquivo NEP. ....	188
66. Grande Nilce. Fotografia de autor desconhecido. Arquivo pessoal Nilce. ....	191
67. Os anos dourados (Piscina). Fotografia de autor desconhecido. Arquivo pessoal Soila. ....	194
68. Os anos dourados (Rio de Janeiro). Fotografia de autor desconhecido. Arquivo pessoal Soila. ....	194
69. Na boate (a industrialização). Fotografia de autor desconhecido. Arquivo pessoal Soila. ....	196
70. Caçada: Ilha das Flores. “Mulheres acusam PMs de roubo e torturas”. Zero Hora -30 de março de 1989....	200
71. “Prostitutas preparam encontro”. Jornal Zero Hora – 31 de outubro de 1989. Arquivo NEP. ....	202
72. “Brigada pega, come e até mata”. Sem dados. Arquivo NEP. ....	204
73. Logo Beijo da Rua. Marca Registrada. Arquivo DAVIDA. ....	205
74. “Prostitutas se organizam”. Agosto de 1991. Sem dados. Arquivo NEP. ....	206
75. “Prostitutas retomam cidadania”. Sem dados. Arquivo NEP. ....	206-207
76. “Prostitutas têm dificuldades para criar associação”. Zero Hora – 5 de setembro de 1990. Arquivo NEP. ....	207
77. “Associação de prostitutas exige tratamento humano”. Zero Hora -1990-. Sem dados. Arquivo NEP.....	208
78. “Comando da Brigada ouve as queixas de prostitutas”. Zero Hora – 22 de outubro de 1991. Arquivo NEP.....	209
79. “Acusação contra policiais da BM” e “Denúncias do NEP serão investigadas”. Conselho da Mulher em Ação. Ano I, No. 1 Dezembro de 1991. Arquivo NEP. ....	209
80. NEP luta pelo nome (1): “Comunicado à opinião pública”. Zero Hora 21 de setembro de 1993. Arquivo NEP. ....	210
81. NEP luta pelo nome (2): “GAPA e NEP estão lutando por sigla”. Correio do Povo - 21 de setembro de 1993. Arquivo NEP. ....	210
82. NEP luta pelo nome (3): “GAPA esclarece a luta por sigla”. Zero Hora 22 de setembro de 1993. Arquivo NEP. ....	210
83. Trabalho de campo: Praça Senhor dos Passos (1992). Arquivo NEP. ....	212
84. Trabalho de campo: Praça Senhor dos Passos (1992)(2). Arquivo NEP. ....	212
85. Trabalho de campo: Rua Voluntários da Pátria (1992). Arquivo NEP. ....	212
86. Nilce e “o nequinho da Polaca”. Arquivo NEP. ....	214
87. A luta nunca acaba. Arquivo pessoal Nilce. ....	214
88. Carta convite 9BPM. Documento. Arquivo NEP. ....	216
89. “Prostituição: fonte de contágio da Aids?”. Jornal RS – Janeiro 11 de 1990 (?). Arquivo NEP. ....	218
90. “Associação apóia prostituta aidética”. Correio do Povo -11 de março de 1991. Arquivo NEP. ....	218
91. “Ninguém sabe quantas delas estão contaminadas”. Jornal RS – Janeiro 11 de 1990 (?). Arquivo NEP.....	218
92. Cidadã positiva 2001. Fotografia de autor desconhecido. Arquivo pessoal Dete. ....	220
93. Na luta contra a AIDS. Fotografia de autor desconhecido. Arquivo pessoal Dete. ....	220
94. Hotel Aliado anos 90. Zero Hora -23 de abril de 1994. Arquivo NEP. ....	223
95. “Prostituição de Meninas” e a Democracia. Montagem: JM Olivar. ....	224
96. Na caça do Grande Chefão. Montagem: JM Olivar. ....	226
97. Virando o jogo (1): Janete militante 1996. Fotografia de autor desconhecido. Arquivo NEP.....	228
98. Virando o jogo (2): Tina recebe o Prêmio DH da Assembléia Legislativa, 1999. Fotografia de autor desconhecido. Arquivo NEP. ....	228
99. Virando o jogo (3): Janete na entrega do Prêmio DH da Assembléia Legislativa, 1999. Fotografia de autor desconhecido. Arquivo NEP. ....	228
100. Caçando gigolos... ou uma certa democracia. Montagem: JM Olivar.....	230
101. Soila em encontro da RBP, Fortaleza, final da década de noventa. Arquivo NEP. ....	233
102. Institucionalizando. Arquivo NEP. ....	234
103. Com a camiseta da instituição. Arquivo NEP. ....	236
104. Fazer-se militante, 2006. Arquivo pessoal Soila. ....	238

105. Botas de guerra. Desenho. ....	242
106. “Ação inibe prostituição infantil”. Correio do Povo -8 de maio de 2007-. Fotografias do jornal: JM Olivar. ....	245
107. Carta do NEP à Secretaria de Justiça e Segurança Pública do RS pelos eventos da Rua Garibaldi. 10 de maio de 2007. Arquivo NEP. ....	247
108. Sem comentário. Montagem: JM Olivar. Imagens: 1) “Comando da Brigada ouve queixas”, 1991. 2) Reunião com Delegados de Polícia, 2002. 3) Audiência pública Federal, 2003. 4) Não somos..., 2008. ....	250-251
109. “O brigadiano que disse que a gente tinha a razão”. Fotografia de autor desconhecido, 1993. Arquivo NEP. ....	253
110. Ocorrência por constrangimento ilegal: eventos Rua Garibaldi, 2007. Arquivo NEP. ....	256-257
111. Delegada de Direitos Humanos. Arquivo pessoal Nilce. ....	258-259
112. Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta. Documento. Arquivo NEP. ....	262-268
113. “Projeto prevê licença para a prostituição na Capital”. Zero Hora – 1 de abril de 2005. Arquivo NEP. ....	273
114. Estratégias do desejo. Montagem: JM Olivar. ....	278-279
115. A sociedade (1): “Agressão”. Zero Hora – 15 de abril de 1991. Arquivo NEP. ....	281
116. A sociedade (2): “Prostituição”. Zero Hora – 21 de março de 2004. Arquivo NEP. ....	281
117. A sociedade (3): “Prostituição”. Zero Hora – 22 de março de 2004. Arquivo NEP. ....	281
118. A persistência, 1998 (1). “Exames anti-HIV em prostitutas geram protestos”. Zero Hora – 19 de julho de 1998. Arquivo NEP. ....	285
119. A persistência, 1998 (2). “Estado não fará teste em prostitutas”. Zero Hora – 21 de julho de 1998. Arquivo NEP. ....	287
120. A persistência, 1998 (3). “BM cadastrará prostitutas e clientes”. Zero Hora – 3 de dezembro de 1998. Arquivo NEP. ....	291
121. A persistência, 1998 (4). “Suspensão cadastro de prostitutas e clientes”. Zero Hora – 4 de dezembro de 1998. Arquivo NEP. ....	293
122. A persistência, 2004 (5). Montagem: 1) “Câmeras para vigiar a prostituição”. Diário Gaúcho – 20 de março de 2004. Arquivo NEP. 2) Janete e o Chico. Fotografia: JM Olivar. ....	298
123. A persistência, 2006 (6). “Operação contra a prostituição juvenil”. Diário Gaúcho – 15 de setembro de 2006. Arquivo NEP. ....	300
124. A persistência, 2007 (8). “Polícia e Smic varrem centro de Porto Alegre”. Zero Hora – 24 de outubro de 2007. Arquivo NEP. ....	300
125. A persistência, 2008 (9). “Secretário de Segurança afirma que zona de prostituição está com os dias contados”. O Sul – 18 de maio de 2008. Arquivo NEP. ....	304
126. A persistência, 2008 (9)b. “Secretário de Segurança afirma que zona de prostituição está com os dias contados”. O Sul – 18 de maio de 2008. Arquivo NEP. ....	306
127. Na guerra (1). Tina e Gabeira III Encontro Nacional, 1994. Autor desconhecido. Arquivo NEP. ....	309
128. Na guerra (2). Janta na Márcia (com presença da Claudia Fonseca), 1996. Autor desconhecido. Arquivo NEP. ....	309
129. Na guerra (3). Cartaz “Mulher no ponto”, Seminário de 1999. Arquivo NEP. ....	312
130. Na guerra (4). Montagem: Seminário Nacional “Prostituição, Prevenção e Saúde”, 1999. Fotografias de autor desconhecido. Arquivo NEP. ....	314
131. Na guerra (5). DASPU, marca registrada. <a href="http://www.daspu.com">www.daspu.com</a> ....	316-317
132. Na guerra (6). No Fórum Social Mundial, 2001. Autor desconhecido. Arquivo NEP. ....	318
133. Na guerra (7). Coletivizando, 2002. Autor desconhecido. Arquivo NEP. ....	318
134. Na guerra (8). Rede Brasileira de Prostitutas: as mulheres más... <a href="http://www.beijodarua.com.br">www.beijodarua.com.br</a> ....	320
135. Na guerra (9). Quem é?. Desenho. ....	321
136. Na guerra (10). Gabriela contra o babaca: noite de seresteiras no IV Encontro da RBP, 2008. Fotografia: JM Olivar. ....	325
137. Na guerra (11). Carmem Lúcia dançando: noite de abertura do Seminário Prostituição e Direitos Humanos, 2008. Fotografia: JM Olivar. ....	326
138. Na guerra (12). Cartaz IV Encontro da Rede Brasileira de Prostitutas, 2008. ....	331
139. Poderosa. Desenho. ....	332-333
140. Nova Galeria. Santinho, centro de POA, 2006. ....	340
141. Putaria e poder: máquinas de guerra. Montagem. Fotografia: JM Olivar, durante o IV Encontro da Rede Brasileira de Prostitutas, 2008. 1) Fátima, da APROSBA; 2) Gabriela, DAVIDA e Lourdes, GEMPAC; 3) Lúcia e Tina, NEP. ....	344
142. Soila na Fran. Desenho. ....	350
143. “Quando aprendeu a pular...” Fotofixa: JM Olivar. ....	355
144. Com a alma de volta ao corpo. Janete no VII Seminário Prostituição e Direitos Humanos. Curitiba, 2008. ....	357

145. Santinho de Janete Vereadora. ....	358
146. “Eu”. Desenho. ....	360
147. Quatro guerreiras. Lançamento da campanha da Janete no drink-bar da Fran. 2008. Fotografias: JM Olivar....	365
148. Dete durante protesto na Secretaria Estadual de Saúde por falta de medicamentos anti-retrovirais. Inverno 2008. ....	366
149. Dete e a Lud. Agosto de 2008. ....	369
150. “Esse banco é meu”. Desenho. ....	371
151. “Eu gosto de homem bonito”. Nilce durante o VII seminário em Curitiba, 2008. ....	373
152. Soila e Nilce. VII seminário em Curitiba, 2008. ....	374



## Sumário

### **“CAINDO NA VIDA?”:**

<b><i>Focos e posições. A modo de introdução geral</i></b>	<b>21</b>
A. Posições	23
B. Focos	35

### **PARTE I**

#### ***SEXO, PREDACÃO E FAMÍLIA:***

<b><i>fazer-se prostituta de rua no centro de Porto Alegre nos anos 80.</i></b>	<b>63</b>
I. “PRIMEIRAS ESTÓRIAS...”	65
1.1 Soila	65
1.2 Janete	70
1.3 Dete	77
1.4 Nilce	84
II. FAZER(-SE) UMA PUTA ESPOSA...	91
2.1 Dete & Nilce > Núcleo Alfândega	91
2.2 Janete > Núcleo “Volunta”	104
2.3 Soila > Núcleo Volunta e General Vitorino	116
III. PROGRAMA NÃO É SEXO. Prostituição e “Predação Familiarizante”.	122
3.1 Quando o programa não é sexo.	122
3.2 Entre sexualidades e parentescos	126
3.3 Caçar o comer: o risco da prática e a guerra de perspectivas.	139
3.4 Da “Predação” à apropriação por sedução.	156

### **PARTE II**

#### ***GUERRA, TRABALHO E MOVIMENTAÇÃO:***

<b><i>fazer-se puta, fazer-se profissional, fazer-se coletivo</i></b>	<b>163</b>
IV. “EL AMOR EN LOS TIEMPOS DEL CÓLERA”	167
4.1 Janete	167
4.2 Dete:	176
4.3 Nilce	181
4.4 Soila	192
V. RECONFIGURAÇÃO DA GUERRA: NOVAS ALIANÇAS, NOVAS FORMAS DE MEDIAÇÃO. SER MILITANTE.	201
5.1 Nilce	201
5.2 Dete	215
5.3 Janete	223
5.4 Soila	231



VI. NOVAS FORMAS DA GUERRA E DA VIOLÊNCIA: TUDO EM OFF.	241
6.1 Rua Garibaldi, 2007 ...ou como atualizar uma “zona de tolerância simbólica”	241
6.2 Três exercícios práticos para suspender os direitos da sua puta local.	269
VII. GUERRA, APROPRIAÇÃO E IDENTIDADE COMO IDEIAS CENTRAIS NA EXPERIÊNCIA DA PROSTITUIÇÃO DE RUA E SUAS POLÍTICAS.	278
7.1 Diferenciação e biopolítica.	280
7.2 Organização, simetrização e hibridez como estratégias de guerra.	297
7.3 O espírito guerreiro: reflexões derradeiras.	322
<b>“PUTA É FODA”:</b>	
<b><i>Máquinas de guerra, feminilidades avulsas. A modo de epílogo</i></b>	<b>333</b>
1. PROSTITUIÇÃO COMO CAMPO POLÍTICO: algumas notas.	335
2. PUTARIA E PODER: máquinas de guerra	341
3. SER AVULSA: trânsitos, batalhas e seduções (fragmentos)	348
Soila	349
Janete	356
Dete	366
Nilce	372
REFERÊNCIAS	376

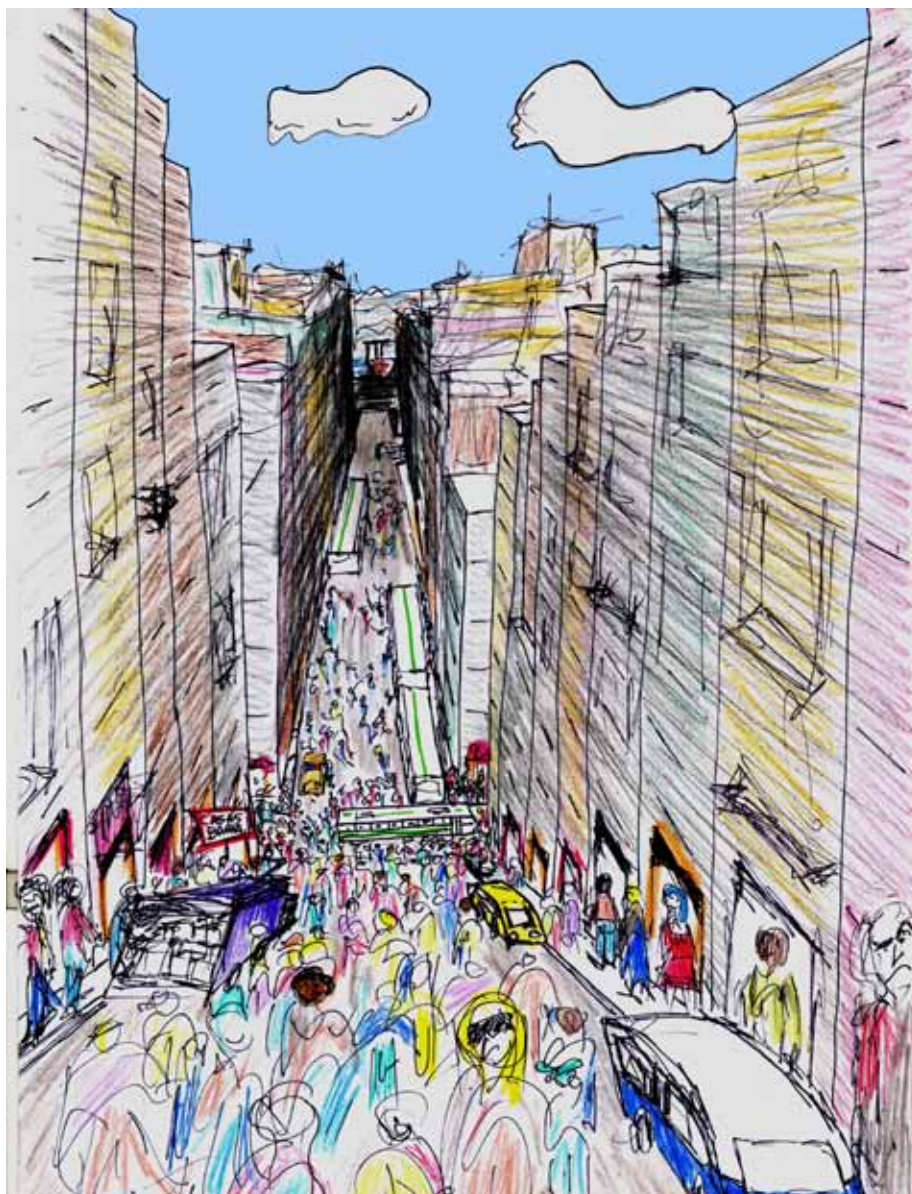


VOCÊ É UMA GAROTINHA  
SIMPÁTICA E  
VENHA TRABALHAR COM  
ESTAMOS SELECIONANDO  
ACOMPANHANTES  
GARCONETES  
BAILARINAS

**“CAINDO NA VIDA?”:**  
Focos e posições. A modo de introdução geral

*Hay que perder el objeto para ganar el proceso.*  
**Jesús Martín-Barbero (1984)**

*Em Pasárgada tem tudo  
É outra civilização  
Tem um processo seguro  
De impedir a concepção  
Tem telefone automático  
Tem alcalóide à vontade  
Tem prostitutas bonitas  
Para a gente namorar*  
**Manoel Bandeira. Vou-me embora pra Pasárgada**



### *A. Posições*

#### **Quem chega na esquina.**

Como Bourdieu (1996) estragou o feito da ilusão biográfica, não vale a pena nem sequer esforçar-se nisso. O fato é que como o de muitos dos possíveis leitores das páginas que virão, meu corpo também foi feito no curso dos anos tendo na prostituição um silêncio que assustava e intrigava. Nunca tinha feito um programa. Durante seis anos, antes de tomar o Varig Bogotá-Porto Alegre, trabalhei como comunicador educativo em diversos processos pedagógicos e de política pública de saúde, saúde sexual e reprodutiva, direitos humanos, desenvolvimento e direitos sexuais. Trabalhamos com grupos de jovens e adultos em cidades e regiões da Colômbia nas quais a pobreza e o conflito armado eram intensos: lideranças comunitárias, professores, profissionais da saúde, grupos juvenis, iniciativas de comunicação. Nesses contextos, e nesses trabalhos, a prostituição era sempre um fantasma presente, uma sombra que nos rondava, mas que ninguém se atrevia a encarar. Só sabíamos que estava aí e que, do jeito que for, teríamos

que afastá-la. Para os homens, no nosso olhar, era um dos lados mais escuros das suas noites, um dos níveis mais mal vistos das suas sexualidades. Para as mulheres, era um dos piores destinos possíveis e se convertia, então, em quase um objetivo implícito dos projetos de intervenção: prevenir o ingresso dessas mulheres ou meninas na prostituição.

Não tínhamos pesquisas nem reflexões específicas; só alguns diagnósticos estatais gerais e uma ou duas pesquisas de caráter sociológico. Mas nossa ignorância não se convertia em silêncio, pois havia uma verdade previamente construída, fundamente ancorada nas nossas experiências e nas nossas possibilidades práticas de existência laboral e política: a prostituição era opressão, decadência, falta de oportunidades “melhores”. Em muitos dos nossos discursos, em zonas de conflito, mobilizamos as emoções sobre o futuro dos jovens a partir de dois “destinios fatales”<sup>1</sup> que desejávamos evitar. Para os moços, o ingresso aos grupos armados ou ao tráfico de drogas; para elas, a prostituição. Estranha e violenta escolha. Estranha e violenta equiparação, sem dúvida. O trabalho nos temas já mencionados não nos levou a refletir suficientemente sobre a prostituição; pelo contrário, reforçou, quiçá, o pacote conceitual que, no mínimo eu, corporificava. Então imagens como a de um grupo de mulatas deliciosas dançando para um ou dois gringos vermelhos em alguma boate em Cartagena era evidentemente uma metáfora absoluta e perfeita de todas as dominações. A percepção era o resultado conseqüente de uma verdade indiscutida que só acreditava em duas ou três maneiras “dignas” de ser, se fazer e se virar como mulher. O romance “Rencor” do colombiano Óscar Collazos é um bom exemplo dessa visão (2006)<sup>2</sup>. Não que as histórias de miséria e opressão não existam ao redor da prostituição, mas a vontade autoral/moral do documentarista, evidenciada na eleição de histórias, focos, personagens e narrativas específicas, oculta-se atrás do naturalismo socialmente importante da dominação e da conseqüente compaixão.

E nunca nos pensamos como discriminadores. Nunca nos pensamos como agindo desde a estigmatização, pois as nossas perspectivas eram verdades científicas e morais superiores. Não éramos preconceituosos; simplesmente tínhamos razão.

Quiçá a minha própria ruptura, ou questionamento, com essa perspectiva começou um ou dois anos antes de sair do país. Primeiro, uma amiga adolescente de algum trabalho anterior, chamava-me para me contar que estava “putiando” (essa história está documentada em Olivar, 2008). Angustiado, falei com a minha namorada e ela, serena, me disse: “não necessariamente é tão ruim como pensas, tudo depende de como ela estiver fazendo, talvez seja sua melhor opção”. Uns meses depois aconteceu o segundo questionamento, enquanto realizava o trabalho de campo para a minha dissertação de mestrado. Na área da Literatura, meu trabalho consistia na produção e análise de um *corpus* de literatura de auto-representação com adolescentes moradores num

---

1 Referência ao conto homônimo do escritor colombiano Andrés Caicedo.

2 No romance, o escritor tenta mergulhar na temática do “turismo sexual” em Cartagena, Colômbia, através da história de uma moça que faz o depoimento da sua vida perante a câmara de um documentarista. A seleção feita possibilita a construção de uma imagem de miséria e violência contundente, pois na história da moça se conjugam múltiplas e dramáticas violências anteriores a sua vida na prostituição, que se tecem como causas dessa.



“asentamiento de población desplazada” na cidade de Villavicencio, Meta, Colômbia. Além de um exercício acadêmico, fazia parte do meu trabalho num projeto de “atenção às condições de gênero e saúde sexual e reprodutiva de adolescentes *desplazados*” com uma agência das Nações Unidas. Nesse sentido, tinha como objetivo levantar dados e métodos que nos permitissem refletir e avançar na promoção dos direitos sexuais com essas populações. Todo o trabalho era realizado em conjunto com uma ONG local.

O fato é que um dia, depois de vários meses de trabalho, uma das moças do grupo não mais voltou. Averiguando, soubemos que tinha decidido ir-se para um município mais ao sul do país, com forte presença de atores armados e intensa produção de coca e cocaína. Ela era dançarina numa banda que tocava em festas, fazendas e boates. O tema da prostituição caiu de cara para nós numa reunião. A angústia e a sensação de fracasso rodeou a ONG local. Eles sentiam que o trabalho todo tinha sido perdido se ela se fizesse prostituta; sentiam que era o fracasso de uma perspectiva de direitos, que de nada servira o esforço em oferecer/construir melhores condições de vida. Foi então o momento em que a reflexão sobre o exercício de direitos e a prostituição começou. Acaso não tinha ela o direito de avaliar e optar pelo que para ela fosse melhor? Acaso não podemos pensar que ela será capaz de viver suas decisões e vontades no exercício da prostituição? Acaso teria, mesmo, possibilidades que fossem estritamente melhores? E nem sequer sabíamos, certamente, se ela estava nisso escuro e totalizante que nós chamávamos prostituição. Talvez ali tenham começado as perguntas.

\*\*

No ciclo de despedidas quando a minha viagem para o Brasil se fez iminente, meu melhor amigo me convidou a um bordel de semi-luxo em Bogotá. Ele era frequentador desses lugares. Tinha olhado, bebido e conversado a noite toda. Minha atenção fixou-se numa moça de mini-saia cinza e cabelos enrolados que sorria e dançava pelo lugar. Ela ocupava a perna de um homem em cuja mesa sobrava o whisky, e o ouro no seu pescoço. Mas ela sabia do meu desejo. Quando a noite acabava e o homem deixou-lhe um bom dinheiro na mão, ela me buscou. Os dois queríamos muito encerrar bem aquela noite; houve dança, carícias, quase-beijos e promessas, mas eu só tinha a metade do dinheiro que ela pedia. Com um selinho e um sorriso aberto, despediu-se de mim.

\*\*

Hoje sinto que tal matriz lógica e moral originária está em mim mortalmente ferida (para não dizer que absolutamente morta e depois levar uma surpresa), produto do convívio longo e intenso com mulheres prostitutas, suas movimentações e reflexões políticas, e a abertura a questionamentos reflexivos. No início do doutorado, inconscientemente, e já trabalhando junto com o Núcleo de Estudos da Prostituição (NEP), ainda me custava muito separar-me da miséria, da dor e da opressão. Ainda me custava entender as assimetrias que nós, pesquisadores, tendemos sobre o campo. Ainda me justificava com desculpas naturalistas do tipo: “mas a dor é humana”, “todo mundo sofre”, “devo mostrar as tristezas e as felicidades”. Não entendia que se numa nota pública colocava a puta sofrendo, os leitores não iriam ver uma pessoa sofrendo,

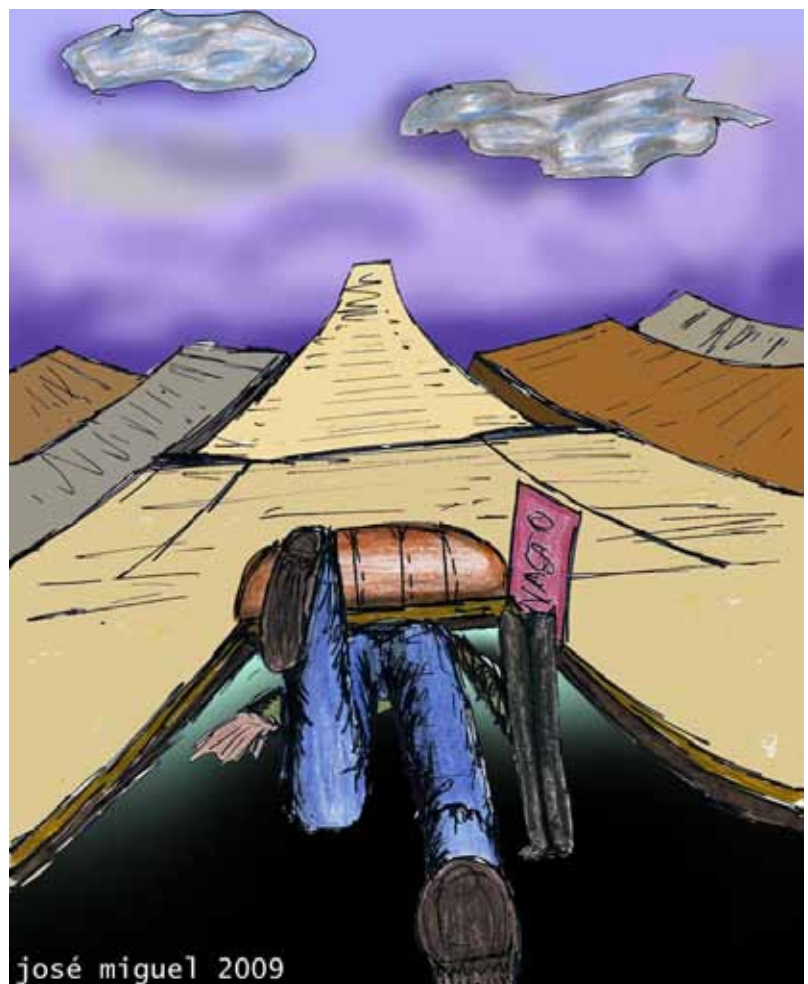
como eles próprios, mas uma puta que, obviamente, sofre. Não entendia a intensidade das disputas simbólicas ao redor da palavra “prostituta/puta”. O campo em Porto Alegre e em Puerto Berrío (Colômbia) me oferecia, em discursos políticos, em trajetórias de vida e em práticas cotidianas, um universo diferente, me questionava, colocava-me em crise, tirava-me as respostas e as certezas. Mas a minha experiência cultural, o meu corpo, o meu olhar era difícil de vencer. “Você é duro, José”. Porém, na hora de ter-me disposto ao mergulho afetivo e etnográfico, o caminho tinha sido traçado: dificilmente haveria volta atrás. Só com uma negligência radical poderia resistir-me às mudanças. E não era esse meu caso, bicho permeável que sou. A surra da antropóloga Cláudia Fonseca na minha qualificação, assim como a leitura do bellissimo romance “La Novia Oscura”, de Laura Restrepo (2007)<sup>3</sup>, e, curiosamente, a mudança da relação (pós-campo) com as mulheres protagonistas, terminou de transformar em córrego fino o que era arrasadora certeza. Depois, como se o poder do NEP não tivesse sido suficiente, veio a força desbordante, sedutora, da Gabriela Leite...

Fiz-me parte da Rede Brasileira de Prostitutas, amigo e voluntário do NEP, em Porto Alegre, e do Davida, no Rio de Janeiro. Fui predado pelas prostitutas e pela prostituição, apropriado, sempre com a esperança de ser um parente incômodo.

\*

Virei aprendiz de antropólogo entre o campus da UFRGS e os puteiros do Centro de Porto Alegre; falante/escrevente de português entre a classe média intelectualizada gaúcha e as conversas rápidas da “viração” na rua. O espanhol estará sempre presente, assim como a busca política pelos direitos, o gozo e a liberdade. E a minha masculinidade e a minha sexualidade intranquilas são também parte importante desta tese.

3 Sempre disse que esse romance é um dos livros, de qualquer espécie, mais belos e sofisticados que já li sobre prostituição. Trata-se de uma obra cuja base é uma pesquisa histórica e jornalística realizada pela autora sobre a “zona de tolerância” da cidade de Barrancabermeja, na Colômbia. A protagonista, Sayonara, vive os últimos anos de glória da “zona” antes de ser arrasada pela industrialização e transformar-se em bairro operário. Todos los Santos, a madrinha, cafetina, vai guiando a autora e o leitor pela história.



### **E, a qual esquina?**

A palavra prostituição demarca um tipo de relação que, claro, são milhares de relações; que muda de forma, tom e natureza, até o ponto de talvez deixar de sê-lo, dependendo dos arranjos de todas aquelas variáveis sócio-antropológicas (e além) com as que nos deparamos no dia-a-dia. Mas “prostituição” também é uma imagem, uma ideia que como outras padece de uma relativa estabilidade no Ocidente, enquanto guarda-chuva axiomático, imagético, que envolve e constrói (e é envolvida e construída por) uma diversidade indeterminada de práticas... nem todas econômicas, nem todas sexuais. É nesse sentido que não é mais sustentável falar antropológicamente de prostituição se não é na relação com classe, gênero, geração, etnia, entre outras; e no marco de sistemas maiores de trocas afetivas, sexuais, econômicas e corporais. A produção mais reconhecível dos últimos dez anos sobre prostituição, no Brasil-mas-não-só, é exemplo disso (Fonseca 2003b, 2004b e 2004c; Piscitelli 2002b, 2004, 2005, 2007b; Rago 1985 e 2008; Anjos 2005; e fora do Brasil: Juliano, 2002 e 2006; Guy, 1991; Agustín, 2007; Kempadoo, 2005; Deschamps, 2006; Martinez e Rodriguez, 2002)<sup>4</sup>. Desafortunadamente, encontra-se ainda produção acadêmica e jornalística recente que insiste no isolamento da “coisa” prostituição, e assume definições e tratamentos centrados numa asséptica troca de sexo por dinheiro.

Se bem, como núcleo mínimo, podemos entender prostituição como uma troca explícita<sup>5</sup> e negociada de dinheiro e outros bens materiais por serviços que, generalizando as formas e as perspectivas, chamamos de sexuais. Trata-se de uma troca, uma relação, inserida em dinâmicas locais e globais de sexualidade, parentesco, gênero, mobilidades, comércio e trabalho, que se insere nisso que hoje se conhece como “Mercado do Sexo” (Piscitelli, 2005) ou “Sex Industry” (Agustín, 2007). Uma troca, um tipo de relação que vai muito além do “sexo” e do “dinheiro”, e que deve ser abordada em toda sua complexidade, positividade e singularidade, para seguir os conselhos de Margareth Rago (2008). Há suficientes evidências, e a cada dia mais, que nos impedem assumi-la com um exótico isolado ou como uma categoria estrutural que determina as experiências dos sujeitos (Anjos, 2005; Olivar, 2008; Piscitelli e Vansconcelos, 2008; Fonseca, 2004c; Osório, 2002).

Sim, compreendo a prostituição como um trabalho que deve ser respeitado, protegido e legitimado social e legalmente. Compreendo a prostituição como um segmento de mercado e de comércio contemporâneo. Mas não como “um trabalho como qualquer outro”. Nem melhor nem pior que o resto; melhor que alguns, pior que outros, para mim. Pior que alguns e melhor

---

4 Se bem determinava um período de 10 anos para essa onda, incluo aqui o trabalho de Margareth Rago (1985) e de Donna Guy (1991) por serem, parece-me, referentes e antecedentes necessários das perspectivas elaboradas na década de 2000.

5 Chama-me a atenção que nas “costumeiras” definições que jornalistas e pesquisadores assumem sobre prostituição (a troca de sexo por dinheiro), o fato da explicitação dos termos da troca nunca é abordado. Na minha experiência, e comparativamente com outras trocas sexuais/afetivas/corporais, um dos diferenciais da prostituição é a importância da explicitação do “negócio”. Investe-esse muito, claro que não sempre, em verbalizar e negociar com palavras claras as dádivas e contra-dádivas.

que outros, para quem o vive e o faz. Não existe trabalho como qualquer outro: acreditar e promover tal perspectiva é uma perigosa estratégia que apaga a diferença e nega a necessidade da compreensão próxima e detalhada. O mesmo diria sobre qualquer trabalho; sobre o meu, como antropólogo, não posso aceitar que alguém diga que é um trabalho como qualquer outro. É uma frase de conciliação vazia. Um manto de silêncio que chega até diferenças internas da própria profissão, pois a léguas se vê que não é o mesmo ser prostituta na Rua Augusta da Av. Paulista-para-lá, numa “terma” no norte do Rio de Janeiro, na “zona” de Puerto Berrío ou num garimpo no Pará. Não é o mesmo pronunciar a fórmula prostituição = trabalho no ouvido de quem o faz temporária e furtivamente e de quem se constitui profissionalmente enquanto “trabalhadora do sexo”. Como não é o mesmo o trabalho do antropólogo do Ministério Público e o daquele que trabalha para uma multinacional de produtos químicos ou o do professor concursado de universidade federal com dez trabalhos de conclusão para orientar. Pensarmos seriamente a prostituição enquanto trabalho, como pensarmos seriamente o “mercado do sexo”, a “indústria” ou a comercialização do sexo, é uma tarefa ainda por fazer. Militantes, legisladores e acadêmicos ainda temos muito para pensar, dizer e discutir a esse respeito, e a complexidade do tema não pode ver-se apagada por reformismos simplistas.

Mas é preciso dizer também que o trabalho e o comércio são apenas duas dimensões possíveis, como outrora foi a saúde pública, para aproximar-se da prostituição. Isto é, abordar antropologicamente a questão da prostituição terá que passar pela troca comercial e pela afirmação laboral, mas deverá compreender a prostituição enquanto ideia cultural, enquanto nome, enquanto corpo e espaço de prática e experiência. Enquanto relação. Dados recortes como classe ou gênero, ou raça/etnia ou geração, dadas visões que incluam a religião, as ideologias políticas, as práticas corporais, as noções de família e parentesco, as relações com as normas e com o Estado, o lugar da amizade, a prostituição sugere formas relacionais, experiências de ser-no-mundo diferenciais e significativas para o conjunto social. Assim, por exemplo, para o nosso caso, muito além do trabalho/comércio, a prostituição teria que ser entendida também como um espaço privilegiado de existência (encontro, produção, transformação, intensificação) de famílias e de socialidades, especialmente femininas, tidas como relegadas, marginais e perigosas no espaço simbólico de expansão das classes/gêneros hegemônicos.

Note-se que tal conceitualização, resultante do trabalho de campo dessa pesquisa, subordina a troca sexual-financeira à socialidade geral sugerida e possibilitada pela relação “prostituição”. Razão simbólica antes que razão prática, nos termos de Sahlins (2003)<sup>6</sup>. Tal perspectiva nos permite re-colocar assuntos que no trabalho de campo pareceram também centrais na hora de pensar essa relação e que muitas vezes são apagados pela razão financeira: economias dos

---

6 Lembremos que essa noção de “practical reason” dos primeiros Sahlins (2003), faz referência à razão do materialismo histórico e biológico, que colocava em razões materiais, de subsistência e causalidade econômica ou biológica as explicações sociais e culturais. Explicar a prostituição pela falta de oportunidades econômicas para as mulheres, e sexuais intra-matrimoniais para os homens, por exemplo, ou como resultado de traumas ou violências. Sahlins levanta uma crítica sólida colocando a “razão simbólica” não só como englobante, mas como produtora daquilo que entendemos por matéria, biologia e pragmatismo funcional. É preciso diferenciar tal sentido de “razão prática” (pragmatismo funcional) das “teorias da prática” que com autoras como Ortner (2006) virão mais adiante.

desejos, erotismo, políticas de gênero, arranjos relacionais e constituição de redes, ocupação da cidade, e lógicas laborais, de tempo livre e de produtividade. Assim, ora desde uma dimensão discursiva simbólica, ora desde uma de arranjos práticos e corporais, “a prostituição” constituiu-se num campo de pesquisa e de ação política incrivelmente fértil quando não seguimos a tentação de chapá-lo na normalidade do nosso próprio olhar ou de uma perspectiva só.

Por isso, também, opto por trabalhar com o nome “prostituição” como fingidamente neutral, porque além de ser vivo no campo, acolhe toda uma riqueza antropológica e histórica da que outros nomes, parece-me, não conseguem dar conta. Quiçá em diálogos acadêmicos a ideia de “mercado do sexo” consiga essa abrangência, também. Fingidamente neutral...

\*

Como veremos, o campo político da prostituição no Brasil, e em muitos outros países do mundo, é bastante intenso e disputado. Quando um ou uma pesquisadora entra no campo, mesmo sem fazê-lo consciente, começa a fazer parte do conflito. Na escolha das fontes, das histórias, dos ângulos para a câmera ou das palavras do título ou da manchete, nos vinculamos a uma força, nos opomos a outra, desconhecemos aquela ou alimentamos essa. Em contextos de guerra como esse, tão cheios de paixões e sutilezas, a neutralidade é uma fabricação complexa e arriscada demais, pois requer a desconstrução total do confronto e, em alguns casos, a total marginalização com relação às realidades em jogo. Importante é então para quem - jornalista, antropólogo, psicólogo ou legislador - se aproxima saber-se num campo de batalha, saber as posições e, fundamentalmente, construir a sua própria. Rapidamente eu desisti da opção pela neutralidade.

O nome da relação é um dos principais territórios e armas de disputa, como veremos no corpo da tese. Para Fábregas-Martínez (2000), por exemplo, nem as pessoas devem ser chamadas de prostitutas, porque isso generaliza uma afirmação identitária que não corresponde à realidade êmica, nem essa prostituição de mulheres deve ser chamada “feminina” porque amarra com demasiada força o gênero ao corpo biológico. Para o primeiro caso ela propõe “pessoas que se prostituem”, para o segundo “prostituição de mulheres”. É preciso levar em consideração que a da autora é uma posição altamente influenciada pela discussão acadêmica às “identity politics”, tão presentes e importantes nos movimentos sociais e na vida não acadêmica.

Cada nome traduz uma posição e um ponto de vista. Mulheres em situação de prostituição, mulheres que se prostituem, trabalhadoras sexuais, profissionais do sexo, garotas de programa. “Prostituição de mulheres”, por exemplo, também não evita a naturalização do corpo/gênero, como a autora pretende, pelo contrário, atualiza a ideia de um “sexo biológico” como categoria classificatória constituinte. Sua “neutralidade” científica e política se dilui quando, afirmando a “situacionalidade” da prática, se distancia de alguns braços do movimento político, se alia a outros e toma distância das trajetórias das mulheres referidas. “Prostituição feminina”, na minha perspectiva, faz referência não a um corpo de mulher, mas antes a um universo de relações, a um certo tipo de relação que produz corpos tanto de homens quanto de mulheres nas mais diversas posições. Mas disso nos ocuparemos mais adiante. O erro não está em usar este ou

outro nome, mas em não reconhecer sua herança e ação. Somente resta insistir na afirmação de que a adoção da palavra “prostituição” aqui é resultado do eficaz trabalho de certa militância. Eu, como elas tanto pediram para suas colegas, terminei “assumindo a prostituição”. Por um lado, meu trabalho de campo foi realizado junto ao NEP, organização de prostitutas que luta pela identidade da categoria. Por outro lado, as protagonistas da tese são mulheres que têm lutado enormemente pela construção e afirmação de tal nome, e para quem a experiência da auto-afirmação como prostituta (e não pessoa que se prostitui) trouxe incalculáveis ganhos vitais.

\*

Se essa tese fosse sobre Puerto Berrío, talvez assumisse como (meu) ponto zero o nome “puta” ou “fufa”.

\*

No final do filme “Carandiru”, o autor escreve uma nota na que afirma, palavras mais palavras menos, que o que aconteceu naquele dia só Deus, os presos e os policiais sabem, “eu só ouvi os presos”. E eu, as prostitutas.



### **Quem está na calçada... é rua.**

Desde o início sabia que isso estranho e longínquo chamado vagamente “prostituição” seria o meu objeto de trabalho na tese. Mas o “quê” específico mudou muitas vezes, desde um comparativo sobre Tursimo Sexual entre Cartagena (Colômbia) e alguma cidade do nordeste brasileiro, até as dinâmicas da prostituição ao redor do Rio Amazonas. Mas “por livre e espontânea pressão”, como diz a Soila, comecei por casa, por Porto Alegre. Havia que começar pelo básico (prostituição urbana feminina), pelo próximo, que já era para mim um enorme deslocamento. Então pela rede de amigos e amigas fui informado que a minha colega antropóloga Letícia Tedesco, que nesse momento começava seu mestrado, vinha trabalhando fazia já alguns dois ou três anos junto com o NEP, “uma organização de prostitutas que tem aqui”. Contatei-me com ela e a partir daquele momento as coisas começaram a fluir com maior tranquilidade. Ela, efetivamente, trabalhava lá como “voluntária” (Tedesco 2005 e 2008).

O NEP é o Núcleo de Estudos da Prostituição, transformação nominal, politicamente correta, da AGP – Associação Gaúcha de Prostitutas. É uma organização de prostitutas que trabalha pela “saúde, auto-estima e cidadania” das mulheres *profissionais do sexo* do Rio Grande do Sul, principalmente de Porto Alegre. A antropóloga Cláudia Fonseca, professora da UFRGS, acompanhou durante os primeiros anos 90 o desenvolvimento da organização. Nessa aliança se realizaram alguns exercícios de pesquisa dos quais participaram estudantes da graduação e pós-graduação como as hoje antropólogas Aline Bonetti e Elisiane Pasini. Nessa relação movimento-universidade, que transcendeu a orientação da Cláudia, foi que Letícia Tedesco realizou e defendeu seu trabalho de conclusão de curso em Ciências Sociais (orientada por Cláudia Fonseca) e, em 2008, sua dissertação (orientada pela Profa. Dra. Denise Jardim). E eu, agora, inscrevo a presente tese. Parte dessa relação é também o trabalho da Lúcia. Carmem Lúcia Paz é prostituta faz 20-e-tantos anos, co-fundadora do NEP, reconhecida militante nacional e internacional, cientista social pela UNISINOS e pós-graduada em Direitos Humanos em uma parceria da UFRGS e o Ministério Público. Seu trabalho final, sobre direitos humanos e a luta pela profissionalização da prostituição, foi orientado pela Cláudia Fonseca.

As coisas com o NEP não são fáceis... quando se quer levar a sério a relação. Se não se quer, então são extremamente simples. É coisa de ir lá, fazer as mesmas perguntas, dizer as mesmas parábolas e encontrar as mesmas respostas rápidas, amáveis e sinceras. Cada uma das mulheres da organização já respondeu mais de cem entrevistas nas suas vidas, participou de programas rádio e televisão, protagonizaram documentais e reportagens. A cada semana pelo menos um “estudante” ou “pesquisador” chega lá perguntando se chove ou faz sol. Mas, quando a intenção é estabelecer uma relação de longa duração, uma parceria de mútua construção e questionamento, o preço é outro. O NEP é uma organização bastante zelosa com as *profissionais* e com o tema no geral, que suspeita dos que se aproximam demais e dos que querem fazer dinheiro com o trabalho delas. Apresentei um projeto. Agosto de 2006. Foi avaliado pela Lúcia (segunda na organização), a Dete, a Nilce, a Janete e a Paula<sup>7</sup>. Esta última

7

Chamarei as quatro protagonistas com os seus nomes “reais”; isto é, com os nomes com os quais elas

voluntária não-prostituta. Lúcia leu na íntegra, fez diversos comentários e sugestões. Sem muita emoção expressa, fui oficialmente bem-vindo, sob a apresentação de um cronograma das minhas visitas, presenças e necessidades. As outras comentaram algumas coisas mais “doces”, diria; menos céticas, mais operativas. O projeto começou a ser penetrado por elas desde o primeiro momento. Literalmente, elas fizeram com ele, com esta pesquisa (e comigo?) o que quiseram. Anos mais adiante, Nilce não quis mais estudantes, fugia e vociferava contra eles (nós).

Com o NEP a relação é de troca efetiva. Não basta dizer que a minha dádiva é um investimento no conhecimento científico sobre a prostituição. Virei “voluntário”. Porém, havia alguma coisa que não lhes permitiu me colocar na situação do resto de voluntários. Isto é, eu nunca cumpri horário, nunca fiz faxina... nunca fiz nada que não quisesse. Quiçá tenha sido a minha condição de estrangeiro (pode ser), de doutorando (acho que não, isso sempre foi excessivamente pouco importante, ao ponto de ser esquecido)... ou de homem (pode ser). Eu era o único homem ali. Fui felizmente “o gatinho do NEP” até o lançamento do filme “Princesas”, a partir do qual passei a ser “meu voluntário”, propriedade privada da Dete. Passei bastante tempo lá, embalando camisinhas, conversando, escutando mil histórias, carregando caixas de lubrificantes, organizando fichas de registro, provocando a memória e a narração e, principal e felizmente, saindo para intervenções e fazendo oficinas.

Nessas voltas das tardes e manhãs, enquanto também fugia das demasiadas horas de aula e reflexão acadêmica (anthropological spleen), fui conhecendo as quatro imensas mulheres que compõem esta tese. Dete, Nilce, Soila e Janete... e suas redes de relações. Ingressei no tema da prostituição pelas portas grandes e públicas do Movimento. Uma ONG, a única específica em Porto Alegre, militância, o pavor de alguns colegas antropólogos que me alertaram desde o início. “Caí na vida” pelas coxas de algumas das que mais sabem nesta cidade: quatro das militantes de base e co-fundadoras do NEP, prostitutas de rua e de praça, sobreviventes de várias guerras e expedientes sedutoras com mais de vinte anos de profissão.

De início, elas quatro eram, simplesmente, as mediadoras, as iluminadoras da “prática” disso que chamamos “a prostituição” na cidade. Elas eram as minhas guias, que me facilitariam o trabalho e a compreensão do campo. O NEP era o lugar físico de encontro. Nada mais do que isso. Fui abrindo todas as possibilidades; explorando por idades, raças, bairros, espaços físicos, horários, preferências sexo-laborais, deslocamentos físicos, tipos de relacionamentos amorosos e familiares, formas corporais, discursos políticos, esquemas comerciais... tudo (quase). Até chegar de volta a elas quatro. Passei horas sem conta em diversas salas de prostituição, no Mercado Público, na Praça da Alfândega, em algumas boates, nas ruas do Centro e do bairro Ipanema. Conversei muito com muitas mulheres e alguns homens e travestis vinculados ou não ao mundo da prostituição. Enchi vários cadernos com notas, relatos e reflexões de campo.

---

se apresentam publicamente. Sobre seus nomes de RG não sei nada. Elas são figuras públicas, e têm na publicação das suas histórias e identidades uma arma de luta. Num exercício preliminar eu troquei seus nomes por outros inventados por mim e elas exigiram a restituição. Em geral, os nomes dos e das familiares foram trocados, especialmente daqueles que por diversas razões são distantes da luta pública. Outras personagens também serão chamadas com nomes fictícios.



Escutei programas, participei de fofocas, testemunhei diversas estratégias de caça e sedução. Pensei em acompanhar o NEP nas viagens de trabalho pelo estado (mas tinha 44 créditos por fazer), mudar-me para os hoteizinhos ou apartamentos da Farrapos (ao melhor estilo da Dulce Gaspar em “Garotas de Programa”), oferecer-me para trabalhar (e morar por um tempo) no drink-bar da Francis ou na sala da D. Verinha.

Só que no meio tempo dos meus devaneios eu me confiava a elas quatro, discutia minhas dúvidas, dividia meus saberes, conhecia suas casas, participava ativamente na ação política e pedagógica da organização, incomodava-me com algumas das suas posturas e discursos, dormia no sofá da Janete, apaixonava-me pelos netinhos da Nilce, acompanhava a Dete na Alfândega... e encontrei a Soila. “As longas horas mortas ali me tornaram pessoa” (Hélio Silva, 1993: 151).

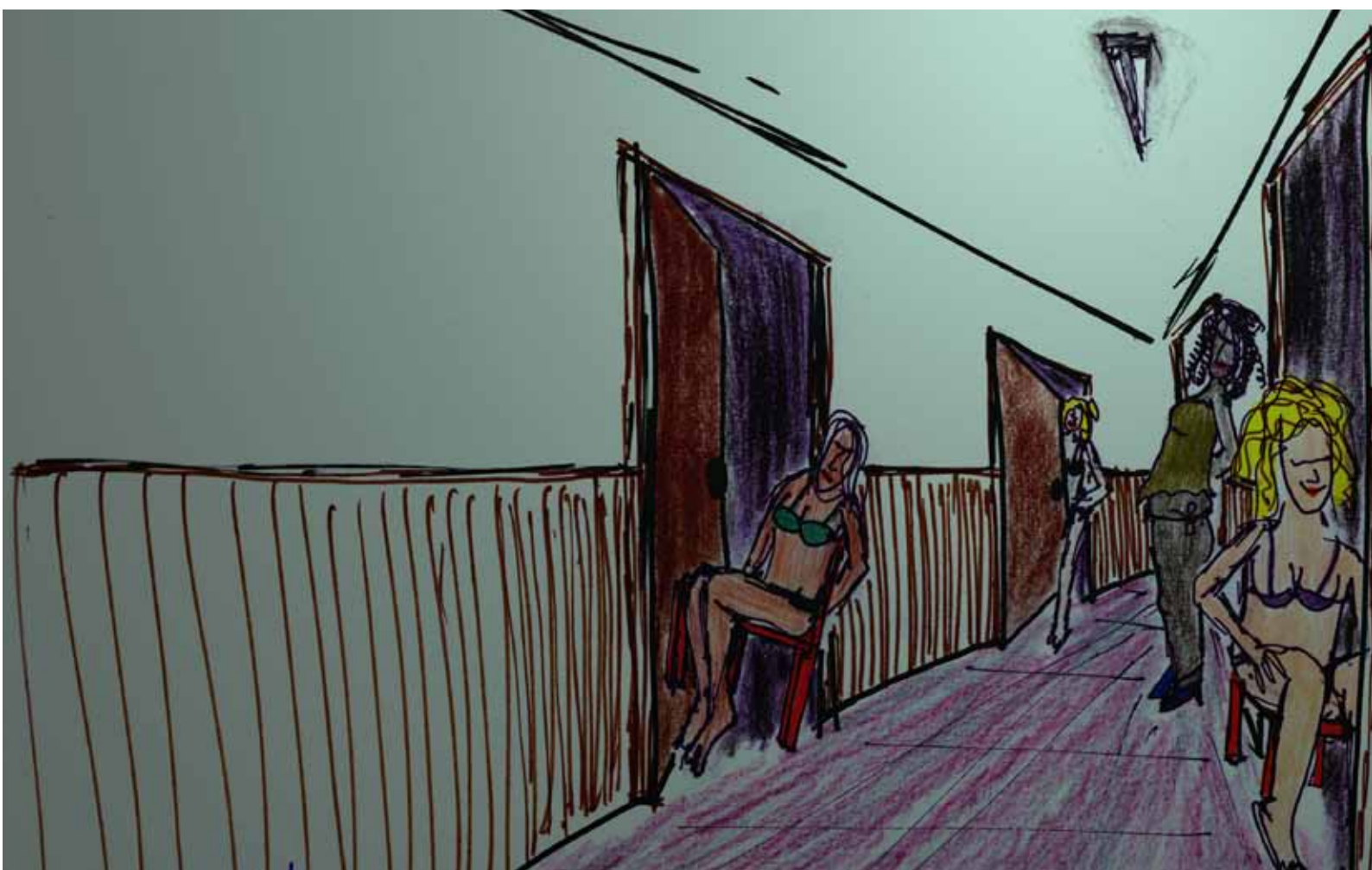
Lia sobre “embodiment” na noite em que conheci a Sô, quando me contou pela primeira vez sobre seu reflexo de pular da cama (“pulei, Miguel, pulei da cama”). Ela dirigia o carro do NEP entre São Leopoldo e Porto Alegre. Nessa noite apresentou-me também a diferença remarcada entre puta e prostituta que naquele momento eu só percebi como invenção publicitária do Movimento (“eu não sou puta, sou prostituta... fora daqui sou quase uma freira”); as primeiras luzes “nativas” sobre o valor simbólico do ato do pagamento masculino (“na prostituição o homem investe em ti, te escolhe sobre as outras...”), e a sua “incapacidade”, compartilhada aquele dia pela Janete, para “se apaixonar”. Tudo numa conversa de recém conhecidos, prenhe de generosidades e confianças.

Quando desci do carro, senti que tinha uma tese por escrever. Tinha uma protagonista, tinha na frente um mundo que me parecia tão fascinante quanto estranho, e perguntas concretas e belíssimas que ela confiava a mim. A Soila, mais do que a ninguém, devo essa tese ser o que é. Ela é uma fantástica narradora que se delicia com a admiração dos auditórios. De início o evento do “pulo da Soila” foi o centro gravitacional da tese, muito na lógica da “micro-história” (Olivar 2007[2009]). Fiquei algum tempo só com esse corpo que pulava e esses namoros impossíveis (e as histórias e práticas que eles evocavam), sem compreender que eles faziam parte de uma experiência que transcendia em muito a própria Sô, mas que tampouco se generalizava “às prostitutas”. O buraco ficou vazio por alguns meses.

Aos poucos fui percebendo que, para compreender realmente “o pulo” da Sô, era preciso colocá-lo em perspectiva relacional-topológica e temporal. Soila, Dete, Nilce e Janete são mulheres gaúchas, nascidas entre o ano 1955 e o 1965, de camadas populares, que não completaram o Ensino Médio e que, durante mais de 25 anos, e ainda hoje, têm na prostituição sua fonte principal de ganhos econômicos e simbólicos. Todas se fizeram prostitutas nas ruas da região central de Porto Alegre, sob um modelo totalizante de controle masculino, nos anos finais da ditadura e de uma terrível violência policial.

Pouco me importam as razões pelas quais essas mulheres “caíram” na prostituição, mas o que fizeram com isso no percurso dos anos, das suas trajetórias como mulheres e trabalhadoras (Bourdieu 1996, Heilborn, 2006). Com os homens, com as famílias, com seus corpos, com suas emoções... com a cultura (no sentido de um patamar simbólico que orienta, que faz lógica a vida

dos indivíduos e dos coletivos – Sahlins, 2004). Descobri na maioria das mulheres prostitutas com quem falei nesses anos a ausência de narrativas de tráfico, miséria e vitimização como categorias explicativas da sua opção, o que inviabilizava a recorrente explicação negativa e de razão material (falta de...).



## ***B. Focos***

### **Entre carnes e desejos: sobre gênero, corporificação e perspectiva**

Uma dupla hipótese sustentará essa tese. Que (a) a prostituição urbana hoje no Brasil, especialmente a protagonizada por classes populares, é vivida, imaginada, construída no marco geral de relações de apropriação e guerra; (b) relações cuja compreensão requer assumir uma perspectiva de gênero, englobante e interseccional, como território privilegiado do conflito. As práticas, memórias e narrativas das mulheres são experiência em corporificação; o gênero, a prostituição, os modelos de família, a guerra, a própria história e as forças de estruturação social, enquanto relações múltiplas e por vezes conflitantes de perspectivas, fazem-se constante e inacabadamente corpos e neles são recriadas.

\*

Uma primeira tentação que a junção gênero/prostituição inspira, quando sensibilizados pelo feminismo mais clássico, é tentar resolver, de uma vez por todas, o dilema da dominação. É então a prostituição uma expressão da dominação masculina? Ou, pelo contrário, trata-se de um espaço de transgressão, de inversão de tal dominação? E por aí vamos. Não que não seja válido, claro. E não que não tenhamos muitas perguntas para resolver ainda nesse leque de questões. Mas o assunto tem que ser abordado com cuidado, para não cair nas múltiplas armadilhas que sitiam e constroem “a prostituição” e o pensamento que sobre ela produzimos (Agustín, 2007). E, claro, definitivamente, não se reduz a essa questão.

Hoje, como durante quase todo o percurso do século XX, uma linha do pensamento feminista condena ontologicamente a prostituição como uma substancialização emblemática da dominação masculina. O movimento anti-pornografia – Women Against Pornography - é o exemplo mais visível dessa posição que, como bem o explicava Gayle Rubin (1999 [1984]) em plena era de neo-conservadorismo Reagan, está sustentada no entendimento do sexo como uma força masculina de opressão, e na dominação de gênero como uma constante universal, estruturante das experiências e das vontades. Nesse sentido, a mulher que opta pelo trabalho sexual, sem querer, está optando pelo pior formato de dominação, aquele que concentra todos os poderes masculinos numa ação só: pagar para gozar, instrumentalizar explicitamente e de maneira consentida a mulher para atualizar aquilo que é símbolo do seu maior poder. E isso, claro, é inaceitável. Nessa lógica, como Rubin explica, existe uma fatal junção das categorias de sexo e gênero que escurece completamente o “sexo” enquanto categoria de reflexão... e de ação<sup>8</sup>. Constrói-se, então, um *continuum* ficcional entre sexo, gênero e dominação masculina que apaga qualquer possibilidade alternativa e afirmativa.

Uma alternativa aparentemente libertária, dentro do próprio sistema de pensamento feminista e claramente influenciada por tradições sexológicas ou místico-sexuais, foi a de

8 Hoje a mesma lógica sustenta o “pânico moral” da época: tráfico de mulheres e turismo sexual, entre outros. Ver, por exemplo, o interessante trabalho de Laura Agustín, de Adriana Piscitelli e de Kamala Kempadoo referidos nesse trabalho.

inverter o signo da relação, e imaginar no sexo uma essência natural de liberdade e expansão. Certamente essa proposta é um pouco menos asfixiante, mas continua submetendo o erotismo ao gênero e atrelando o sexo a verdades naturais extraculturais. Adriana Piscitelli nos fala sobre isso:

“No outro pólo, há posições que, ao contrário, consideram a vinculação das mulheres com o sexo a fonte de seu maior poder. Assim, a prostituta seria um símbolo da autonomia sexual das mulheres e, como tal, uma ameaça potencial ao controle patriarcal... (...) Outras, mais cautelosas, pensam no sexo como um terreno de disputa, não como um campo fixo de posições de gênero e poder. Essas linhas de pensamento reconhecem a existência de uma ordem sexista, mas consideram que ela não é inteiramente determinante. O sexo é visto como uma tática cultural que pode tanto desestabilizar o poder masculino como reforçá-lo” (Piscitelli, 2005: 8)<sup>9</sup>.

Enquanto “tática”, enquanto experiência cultural, o sexo tende a separar-se da experiência de gênero e perde sua autonomia de bem natural, agora desprovido de qualquer coerência e estabilidade universal. É por isso que “sexualidade” entrou nas prioridades das ciências sociais desde aqueles anos 70 (Foucault, 1988; Vance, 1999). “Feminismo, diz Rubin, é uma teoria da opressão de gênero. Assumir automaticamente que tal fato faz dele a teoria da opressão sexual é errar ao distinguir entre gênero, numa mão, e desejo erótico, na outra” (1999 [1984]: 169)<sup>10</sup>. O interesse de Rubin estava focado principalmente na construção de uma teoria radical sobre sexo e sobre erotismo, e seus levantamentos históricos e etnográficos nos Estados Unidos dos anos 70 e 80 lhe informavam a necessária desvinculação do gênero (diferença sexual) e das práticas sexuais.

Gênero afeta a operação do sistema sexual, e os sistemas sexuais têm manifestações de especificidade de gênero. Porém, ainda que sexo e gênero sejam relacionados, eles não são a mesma coisa, e formam a base de duas arenas distintas da prática social” (Rubin: 170. *Tradução minha*).

Retirando o sexo do núcleo existencial teórico do gênero, acontecem dois movimentos importantes. O primeiro, buscado e conduzido por Rubin a partir do trabalho de Jeffrey Weeks e de Michel Foucault, e que tem bastante eco no Brasil com a influência de Richard Parker, evidencia que se faz preciso re-conceitualizar “sexo” desde uma teoria radical. Uma que compreenda suficientemente as dinâmicas eróticas como relativamente autônomas do gênero (enquanto teoria de opressão, como dizia a Rubin), mas vinculadas ao conjunto de experiências sociais e culturais. É sobre as multiplicidades eróticas - culturais e não libidinais - que se tece o seu percurso. O segundo: gênero perde parte do seu alicerce indiscutido (“porque indiscutível”), pelo que, também, se fará necessário debruçar-se sobre ele radicalmente. E é justamente nessa

9 Ver também: Miller, 2009, e Vance e Snitow, 1984

10 “I want to challenge the assumption that feminism is or should be the privileged site of a theory of sexuality. Feminism is the theory of the gender oppression. To assume automatically that this makes it the theory of sexual oppression is to fail to distinguish between gender, on the one hand, and erotic desire, on the other” (Rubin, 169).

segunda metade dos anos 80 que se configura o que hoje se conhece como “estudos de gênero”<sup>11</sup>.

Com Rubin sabemos que sexo e gênero não são um *continuum*, mas duas categorias interdependentes. Porém, a questão da dominação continua dominante. Durante muitos anos a antropologia feminista esteve centrada na questão dicotômica pela dominação, tentando achar ora culturas nas quais não existisse dominação masculina, ora todas as formas possíveis de tal dominação. Afinal, a dominação masculina é universal ou não é? Era a pergunta dos idos anos 80, segundo Sherry Ortner nos conta no seu texto “Gender Hegemonies” (1996). E essa é uma pergunta com a qual, travestida e maquiada, os pesquisadores que trabalham em prostituição ainda temos que nos deparar: é tráfico e exploração ou é malandragem individual? É cafetão ou é marido? É dominação ou é subversão?

Em “Gender Hegemonies” a antropóloga feminista faz uma reflexão crítica sobre essa corrente de pesquisa, da qual ela fez parte, para chegar a propor, em meados dos anos 90, a necessidade de tirar o tema da dominação do núcleo embrionário exclusivo das perguntas antropológicas sobre gênero. Para tal, ela retoma a distinção weberiana entre Poder (classe, por exemplo) e Prestígio (grupos de status), tentando afirmar uma maior heterogeneidade e dinamismo das relações simbólicas numa cultura.

Argumento aqui, contudo, que o maior interesse sobre qualquer caso dado é precisamente a multiplicidade de lógicas operando, de discursos sendo falados, de práticas de poder e prestígio em jogo. Alguns desses são dominantes – ‘hegemônicos’. Outros são explicitamente contra-hegemônicos – subversivos, desafiantes. Outros são simplesmente “lá”, “outros”, “diferentes” (...). A questão analítica será, precisamente, aquela sobre a relação entre os elementos, tanto em um momento dado, quanto, idealmente, através do tempo. (Ortner, 1996: 146. *Tradução minha*).

Uma certa desconstrução do estruturalismo marxista mais asfixiante que orientava essa narrativa feminista virou horizonte do trabalho intelectual de Ortner. Anos mais adiante configuraria, juntando diversas influências, a teoria da Prática. A noção de “agency” configura-se como uma das categorias centrais do trabalho da antropóloga. O tema da dominação fica, assim, como mais um dos temas possíveis de análise cultural quando se trata de pesquisar gênero, classe, etnicidade; não é mais, na Teoria da Prática, o referente universal (Ortner, 2006). A capacidade de agência, isto é, a capacidade de uma pessoa, uma classe, um grupo, uma rede, agir, gerenciar, representar, promover, narrar, interpretar e transformar a própria experiência cultural, os próprios desejos ou possibilidades, antes que a obediência ou seguimento irreflexivo e “passivo” das normas, *habitus*, ou estruturas culturais, é o campo de possibilidades que a ideia de “agency” abre. Antes que uma teoria sobre a resistência, ou antes que uma teoria sobre a felicidade dos indivíduos apesar da opressão (como alguns exercícios pareceria traduzir), trata-se de uma teoria sobre as possibilidades da ação e da criatividade prática.

Nessa ordem de questões, a experiência feminina ocupa um lugar especial. Num

---

11 Para uma reflexão sobre a configuração do tema e do campo do gênero na academia brasileira, ver: Matos, 2008.

sentido, é a partir da crítica feminista e das pesquisas antropológicas que assumiam as mulheres enquanto protagonistas e narradoras que a onipotência estrutural se fissa, e, na volta, a hipótese da agência encontra nas mulheres e nas feminilidades um campo propício para seu desenvolvimento, pois estas foram tipicamente assumidas como os mais sujeitos dos sujeitos culturais. Seres narrados, raramente narradores (Ortner, 1996; Strathern, 2006; Das, 2007).

Sherry Ortner faz parte de uma geração, de um mundo científico protagonizado por mulheres, esforçado em criar e afirmar opções teóricas e políticas alternativas à matriz estruturalista mais dogmática. Essa “virada” dos anos 80 vê-se fortemente alimentada, na desconstrução do próprio sujeito do feminismo (a mulher) e da natural e necessária diferença sexual, pelo trabalho de outras duas intelectuais. As obras “Gender Trouble” (1990), da filósofa feminista norte-americana Judith Butler, e “The Gender of the Gift” ([1988] 2006) da antropóloga britânica Marilyn Strathern, constituem um ponto de ruptura nas perguntas antropológicas sobre as mulheres, assim como nas reflexões sobre as relações de gênero e sobre a própria ideia de gênero. O trabalho de Butler, em muito inspirado nas propostas de Foucault sobre poder e discurso, tem influenciado fortemente no mínimo duas gerações de pesquisadores e ativistas vinculados aos temas de gênero e sexualidade, a partir do foco “pós-estruturalista” e de ideias como “performance”, “abjeção”, “discurso” e fluidez<sup>12</sup>. Menos usado no contexto brasileiro, no referente a gênero, é o trabalho de Strathern<sup>13</sup>.

Vinda de outra tradição, influenciada pelo antropólogo Roy Wagner e pela filosofia da diferença<sup>14</sup>, Marilyn Strathern assume de maneira radical o tema de gênero no seu livro “O Gênero da Dádiva” (2006 [1988]). Nele, além de avançar na construção do seu complexo sistema conceitual, ela mergulha fundo paralelamente nas bases do conhecimento antropológico e nas bases do conhecimento feminista para tentar desestabilizar pressupostos excessivamente naturalizados sobre gênero e sociedade. Um deles, a dominação estrutural, dessa vez, por via da desestabilização definitiva da amálgama corpo-indivíduo-identidade de gênero.

Strathern entende por “gênero”

aquelas categorizações de pessoas, artefatos, eventos, seqüências, etc. que se fundamentam em imagens sexuais – nas maneiras pelas quais a nitidez das características masculinas e femininas torna concretas as ideias das pessoas sobre a natureza das relações sociais. Tomadas simplesmente como sendo “sobre” homens e mulheres, tais categorizações têm muitas vezes parecido tautológicas. (20)

Na proposta da Strathern, o uso do conceito “imagem” no centro da definição de gênero, se refere à maneira como a cultura/história se faz presente nos nossos corpos, na constituição das

12 Um bom exemplo é o Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero (GEERG-UFRGS); ver Louro 2008.

13 É interessante anotar que, apesar das muitas proximidades teóricas (desconstrução do sujeito/natural mulher, fluidez de pontos de vista e de experiências, ideia de “performance” como central na explicação do gênero), na obra da Strathern não existe nenhuma referência a Butler, e no “Gender Trouble” existe uma citação só ao trabalho de Strathern e McCormick.

14 Mesmo sem serem citados nenhuma vez, parece evidente a influência de Deleuze e Guattari no livro.

nossas pessoas e na prática da ação social. “Imagem” é imaginação, e quebra a inquebrantável junção entre ponto de vista, ou experiência, e corpo físico/biológico. A “imagem” circula, é um bem coletivo e coletivizante, mas simultaneamente um bem de acesso e relativa manipulação individual durante os processos de personificação. Essa noção de imagem vem de Wagner, e não se trata de uma imagem como representação, mas como experiência corporal, como prática da vida social, como memória, como desejo (Strathern, 1990). Eis a razão pela qual Alfred Gell, em “Strathernograms” (1999), se refere à antropologia dessa autora como baseada em um certo “idealismo”. A socialidade específica de um conjunto social se atualiza e recria em imagens que constantemente se corporificam, seja em corpos humanos, seja em artefatos ou em novas imagens. As imagens da diferença sexual, recriadas sempre nas interações estabelecidas, são a base das construções práticas (relações) de gênero.

Para Strathern a sociedade é fundamentalmente relacional; isto é, é um sistema de relações que se transformam infinitamente em novas relações. As imagens são relações, resultado de relações e relações elas próprias. Igual os corpos, os objetos, as famílias, os bens. Deve-se a isso a afirmação radical da autora de não preocupar-se por estudar identidades de gênero, mas relações. “Mais uma vez, é no ponto de interação que uma identidade singular é estabelecida” (Strathern, 2006: 202). Só se corporificaria uma certa performance de gênero na relação com outros, sejam eles pessoas, imagens, artefatos. Trata-se, então, de potências e perspectivas sempre em relação, mas sempre substanciáveis. Isto é, como se vê na citação anterior, Strathern não está tirando o peso identitário e definidor do gênero, mas está deslocando sua existência unívoca e fixa (ser homem, ser mulher), para um universo de circulação de perspectivas potencialmente corporificáveis e performatizáveis (relações do mesmo sexo e de sexo cruzado). Fundamentalmente, Strathern está chamando a atenção dos pesquisadores para voltarmos antes às relações, à ação social, como constituinte de gênero, do que às estruturas de representação ou às identidades como corpos cuja função produtiva é ostensiva. “Afirmações de completa masculinidade ou de completa feminilidade são definições transitórias e temporárias de poder” (192).

Assim sendo, invertamos a pergunta. Não se trata já de saber como certos atores sociais, cujas identidades de gênero são relativamente fixas, se relacionam com uma dominação que lhes é natural ou estrutural... Pois a dominação ou não, o prestígio, o poder e o status, para seguir a Sherry Ortner (1996: 146), e as próprias feminilidades e masculinidades, serão também produto da relação, da situação, e não fundamentos pré-relacionais. “A fórmula da minha preferência é a de que gênero demarca diferentes tipos de atuação [agency]” (2006: 154).

É nesse sentido que, dialogando com a noção de “agency” de Ortner, Strathern apresenta a ideia de “âmbitos de eficácia”, também inspirada em Wagner. Trata-se de uma circunscrição relacional que permite ver os efeitos das atuações, ações e práticas dos sujeitos, e na qual o gênero se constrói, se polariza, se politiza. A ideia de “âmbito de eficácia” remete em Strathern aos espaços temporários ou ritualizados de corporificação do gênero e do poder, especificamente a uma discussão sobre conceitualizações de “domesticidade” e de diferença entre público e

privado. Assume, seguindo seus dados etnográficos, os homens e mulheres enquanto atores sociais; isto é, como seres fundamentalmente coletivos e agentes da “teoria da ação” nativa, que na sua prática “impactam” na experiência dos outros (Strathern, 2006: 143-158). A “eficácia” ocupa um lugar especial na proposta, pois supõe um permanente investimento dos sujeitos (culturais) para “impactar” nos outros, para criar/marcar a diferença e, simultaneamente, reafirmar/criar as identidades.

Para o nosso caso, a ideia de “eficácia” ter um lugar principal nas análises de gênero é da maior importância, pois, como veremos, tal ideia coincide com as noções de “malandragem”, “esperteza” e “viração”, fundamentais no campo da prostituição urbana. Assim mesmo, o recurso dos “âmbitos”, como espaços e momentos circunscritos, permite diferenciar as múltiplas ordens, planos, experiências e escalas de relações dos atores sociais, evitando generalizações metafóricas fáceis demais (do tipo: “a prostituição é metáfora das relações entre homens e mulheres na sociedade abrangente”)<sup>15</sup>.

Pensar então em termos de “âmbitos de eficácia” no marco disso que tem se chamado “sociedade complexa” nos exige olhar para esses universos, desde suas próprias lógicas e perspectivas, na maneira como produzem, conceitualizam, imaginam suas relações e expressões de poder. De diversos poderes. Eficácia é poder temporário, performático, atualizado em espaços de relação (rituais, por exemplo) específicos. Obriga-nos a olhar com cuidado os universos da prostituição, suas organizações e políticas, para compreender as maneiras como se constroem e negociam os gêneros neles. Mas pensar em “âmbitos de eficácia” nos obriga também a olhar para os trajetos que as diversas “imagens” de gênero percorrem nas experiências das pessoas num universo social como o de Porto Alegre; isto é, nos obriga a levar em consideração gênero como uma categoria de organização e produção social não uniforme nem estável, mas que cobre diversas experiências culturais. Como veremos, não existe uma imagem de gênero, nem sequer uma clara e obviamente dominante, mas múltiplas versões e possibilidades, assimetricamente conectadas, em permanente concorrência relacional (daí a importância da ideia de eficácia) inter e intra-subjetiva. E não se trata só do velho “antagonismo sexual”, mas de múltiplas possibilidades hierarquicamente tensionadas também dentro dum mesmo gênero. Múltiplas formas de ser mulher ou homem compõem intranquilamente nossas memórias e desejos, concorrência intra-generica; trans-generacional ou inter-classes, por exemplo. Cada vez mais, cada vez mais convulsas, cada vez mais atropeladas por algum cada vez maior poder organizador. E quiçá a crescente obrigação cultural de ser/gerar a tua própria versão de homem (o “eu mesmo”).

---

15 Cabe lembrar que para a Strathern, aprendendo de Wagner, o caráter não-referencial do símbolo é fundamental nas suas propostas teóricas. Isto é, a “imagem”, como o “evento” ou o “modelo local” “não fazem mais do que ‘representar’ a si mesmos. Não são um mapa ou uma reflexão do mundo exterior”. O corpo performático ou o objeto simbólico é em si mesmo a quebra do mundo exterior e do interior, pois seria a materialização de um conjunto de relações que desconhecem essa fronteira. O símbolo é auto referencial. Ver: Strathern, 2006: 156-157. É essa uma diferença fundamental entre a noção de “evento” no Sahlins e nela. Para o primeiro, o “evento” adquire sentido na estrutura que cultural e historicamente o antecede e excede; para a Strathern, o “evento”, enquanto relação, enquanto símbolo, se auto-contem (Strathern, 1990 e Gell 1999).



Como se corporificam hoje as feminilidades ou as masculinidades? Como se operam como processos de diferenciação e de assimilação? Quais as fronteiras entre as categorias e quais seus trânsitos? Quais as condições de possibilidade de ser mulher (ou homem) num espaço relacional como a prostituição contemporânea? Como é que surgem e se transformam tais possibilidades?

Enquanto “âmbito de eficácia”, e nisso quiçá a noção se aproxime à clássica definição maussiana do “fato social total”, a prostituição não poderia ser pensada como feminina ou masculina, mas como um campo de batalha e de atualização, corporificação e criação de imagens/relações de gênero (em intersecção com os demais marcadores sociais). Por isso pensar gênero a partir da prostituição e não só na prostituição. Não são essas mulheres e homens seres exóticos, extra-culturais, mas atores sociais dispostos num exercício, esse sim diferencial, de relação e de corporificação. As mulheres prostitutas são taxativas nisso, pois raramente narram ou descrevem seu trabalho como sendo fundamentalmente de um gênero; para elas, claramente, o assunto central é o encontro, um encontro de pessoas e de perspectivas, um encontro com matizes demiúrgicos para o qual devem se corporificar certo tipo de feminilidades e de masculinidades.

\*

Na introdução do livro “Embodiment and experience”, Thomas Csordas (1994) apresenta um apanhado reflexivo das principais teorias da antropologia e das ciências sociais que têm se debruçado sobre o tópico “corpo”. Principalmente das de maior influência nos Estados Unidos, pois, deve-se notar que, por exemplo, nenhum autor da América Latina faz parte da sua revisão. Para o autor, a maioria de tais abordagens erra ao tomar o corpo como instância mais ou menos dada e, na maioria dos casos, como meramente objeto expressivo de processos estruturais/sociais ou mentais/individuais. Trata-se então da clássica premissa de imaginar a sociedade como “inscrita” no corpo, que implica a prevalência da imaterial “cultura” sobre os subordinados corpos, tanto ou quanto, uma implícita pré-culturalidade da coisa-corpo.

Quatro anos antes, Csordas publicara seu famoso ensaio “Embodiment as a paradigm....”, em que apresentava as bases teóricas que lhe permitiriam sugerir o “embodiment” como base existencial da cultura (1990). Apoiado sobre os ombros da Fenomenologia da Percepção, de Merleau-Ponty, e do aparelho teórico do Bourdieu, principalmente a partir da ideia de *habitus*, Csordas avançava, primeiro, na eclosão filosófica do duradouro primado da mente (significado, conceito, espírito) sobre o corpo (matéria, carne, prática), e posteriormente na conceitualização proeminente de um corpo/carne-cultura. Em tal artigo, o autor investe uma importante quantidade de palavras, tempo e argumentos na discussão fenomenológica contra as dicotomias e primados cartesianos, divagando sobre as relações entre o imaterial (alma, estrutura, conceito, mente) e a experiência corporal humana (percepção/matéria pura). Para Bourdieu, referente de Csordas, no *habitus* se concentra a ruptura da dicotomia entre subjetivo e objetivo; o *habitus* não é coisa que se pense, mas que se sente, se faz corporalmente. O *habitus* se expressa em decisões estéticas, no gosto, na habilidade corporal de fazer determinadas coisas, em sensações que estimulam a toma de decisões e a relacionalidade (Bourdieu, 2004). Porém, Csordas

identifica corretamente que, por um lado, na obra do Bourdieu (e isso é especialmente claro na *Dominação Masculina*(1999)), mesmo avançando na lógica integrativa do *habitus*, a relação estrutura/produção e corpo/re-produção continua sendo vertical. Os corpos são produzidos pelas estruturas estruturantes, neles a estrutura se inscreve duradouramente em forma de sensações, pensamentos e saberes (*habitus*)<sup>16</sup>.

Para Csordas, então, não a mente, não a estrutura lingüística e psíquica, mas o corpo, como materialidade da experiência humana, como única condição de possibilidade de qualquer forma imaterial, seria a um tempo só o lugar privilegiado de existência (reprodução, criação, transgressão) da cultura e do “self”. Não haveria uma estrutura cultural além do corpo; ela só vive, só é nos/pelos corpos em relação, pela intersubjetividade fenomenológica. Então para Csordas, e por isso sua pretensão de fundar um paradigma, aproximar-se ao estudo da cultura e do *self* (isto implicaria a posição paradigmática tanto para as ciências sociais quanto para as ciências psi) implica necessariamente tomar como base metodológica o estudo da experiência corporal, mais exatamente, da “corporeidade”, como foi traduzido oficialmente à antropologia brasileira (ver Csordas 2008).

Em 2008 a Universidade Federal do Rio Grande do Sul publica um compêndio de artigos de Csordas ao redor da ideia de “embodiment”. A publicação é gestão do professor Carlos Steil e do seu aluno Luis Felipe Rosado Murilo, pessoas que tinham compartilhado um tempo de estudos e pesquisas junto com Csordas nos Estados Unidos. Como resultado de diversas consultas e reflexões com o autor, decide-se traduzir “embodiment” por “corporeidade”. Ainda que uma palavra como “corporificação” traduzisse mais literalmente a palavra em inglês, sem dúvida a noção escolhida envolvia muito mais o significado teórico/filosófico pretendido pelo autor, assim como denotava de arranque a intuição fenomenológica. Corporeidade, então, se propõe como esse corpo/cultura, necessariamente intersubjetivo, necessariamente reflexivo e criativo, que se faz na percepção ao mesmo tempo que nela faz o mundo. Ser-no-mundo, seria a condição desse corpo/corporeidade, um constante processo de transição entre estágios pré-objetivos e objetivos, para seguir com os conceitos fenomenológicos de Merleau-Ponty (Csordas 1990).

A proposta de Csordas de 1990 se desdobra no livro de 1994, quando diversos autores refletem sobre caminhos sugeridos por ele. Curiosamente, na obra de 1994, no artigo do próprio Csordas chamado “Words from Holy People...”, a ideia do “embodiment” ser um paradigma é apagada, e se substitui pela seguinte definição: “Embodiment is a methodological standpoint in which bodily experience is understood to be the existential ground of the culture **and self**”. (269) Corporeidade é sinônimo de experiência corporal (nos termos propostos), “self” agora faz parte da definição, que em 1990 terminava em *culture*, e o paradigma se transforma num

---

16 É interessante observar que Sherry Ortner, longe da fenomenologia, discípula do Geertz e fazedora feminista, também recorre ao Bourdieu para a construção da sua Teoria da Prática. Entre o “embodiment” e a “prática” da Ortner, existe o encontro norte-americano da reivindicação da ação do sujeito, da existência prática, cotidiana, da cultura, em contestação à hegemonia estruturalista francesa (2006).



josé miguel 2009

mais humilde “ponto de partida metodológico”. O princípio da corporeidade é, pois, como a fenomenologia, um método. Na mesma obra está publicado um artigo de Terence Turner que merece a nossa atenção. Em “Bodies and anti-bodies...” (1994) Turner se concentra no levantamento de uma acirrada crítica ao que ele compreende como concepção foucaultiana (e não só dele, diz Turner) de corpo, de modo que lhe permita construir um abismo teórico entre a proposta do livro e o pensamento estruturalista e pós-estruturalista.

Para Turner, resumindo uma crítica que se expande mais em adjetivos do que em dados, na obra de Foucault existe uma rotunda volta ao mais rígido estruturalismo, assim como à incompleta leitura de Marx e Nietzsche. Após a “morte do sujeito”, a construção de um corpo que é imaterial, tão transcendental quanto o sujeito rejeitado, subordinado passivamente a um “poder”, a uma “disciplina” e a um “discurso” que é extra-cultural e ahistórico. Um corpo que teria no desejo erótico e na expansão do individualismo sua força “natural” de resistência às formas de opressão desse poder supremo e supra-natural.

Seus corpos são num tempo só abstratos e uniformes, infinitamente maleáveis, objetos de manipulação do poder, indiferenciados tanto internamente em partes orgânicas específicas ou externamente em classes ou até, com brilhantes poucas exceções, em gêneros. Como teoria social, o resultado é indistinguível na sua forma do individualismo hobbesiano ou liberal-burguês (...)

“Resistência” é então explicada como uma sorte de emanção natural do corpo (isto é, pré-social e apolítica), tal e como “poder” é conevido como uma natural emanção da sociedade (trans-histórico, trans-cultural). Não tem nem um propósito político definido nem uma base social ou institucional específica. Ao ser tanto despolarizada e descosializada, a “resistência” do Foucault então ironicamente se tranforma, de fato, numa categoria de subjetividade transcendental situada no corpo. (Turner, 1994: 38)<sup>17</sup>

A partir de tais críticas, então, Turner imagina Foucault e seus conexos como “anti-bodies”; isto é, como teóricos que definitivamente desprezariam o corpo/carne/cultura ao imaginá-lo como objeto de submissão e subordinação passiva ao poder. Ele, em troca, e o Csordas, se erigem como teóricos do corpo fenomenológico que é agência pura (Csordas, 1994a). O interessante aqui não é debruçar-nos nas estratégias de afirmação argumentativa ou em construir uma defesa religiosa do Foucault, mas em tentar tirar da proposta dos antropólogos estado-unidenses referidos o proveito maior com relação à minha própria experiência de campo e aos dados coletados. Meu trabalho de campo começou fortemente influenciado pela proposta original de Csordas (1990), naquele momento objeto de estudo do Núcleo de Pesquisa em Antropologia do Corpo e da Saúde (NUPACS-UFRGS), sustentando nas nossas discussões a

---

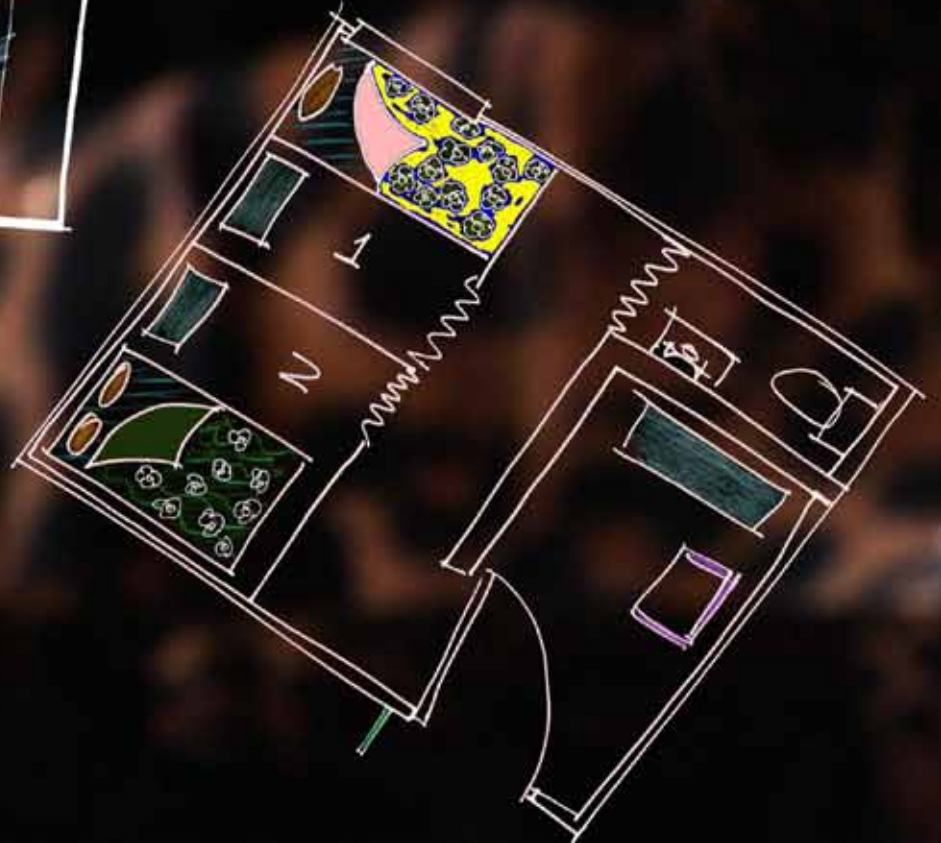
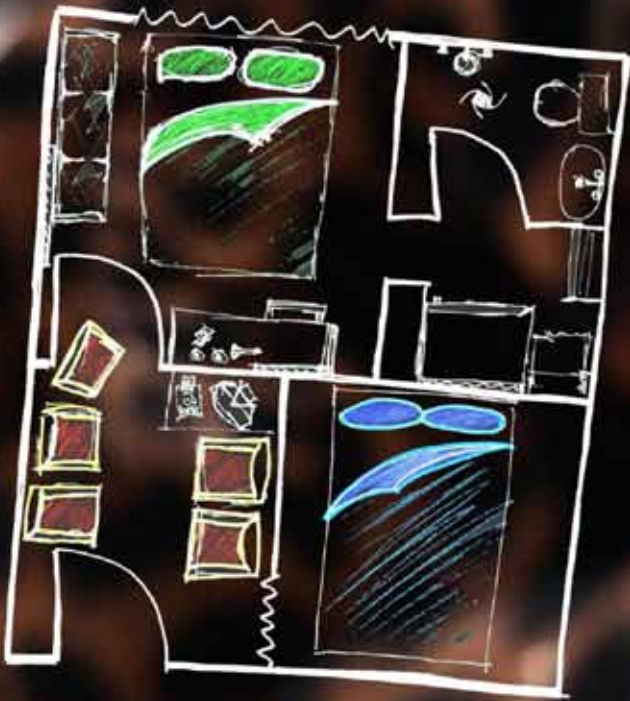
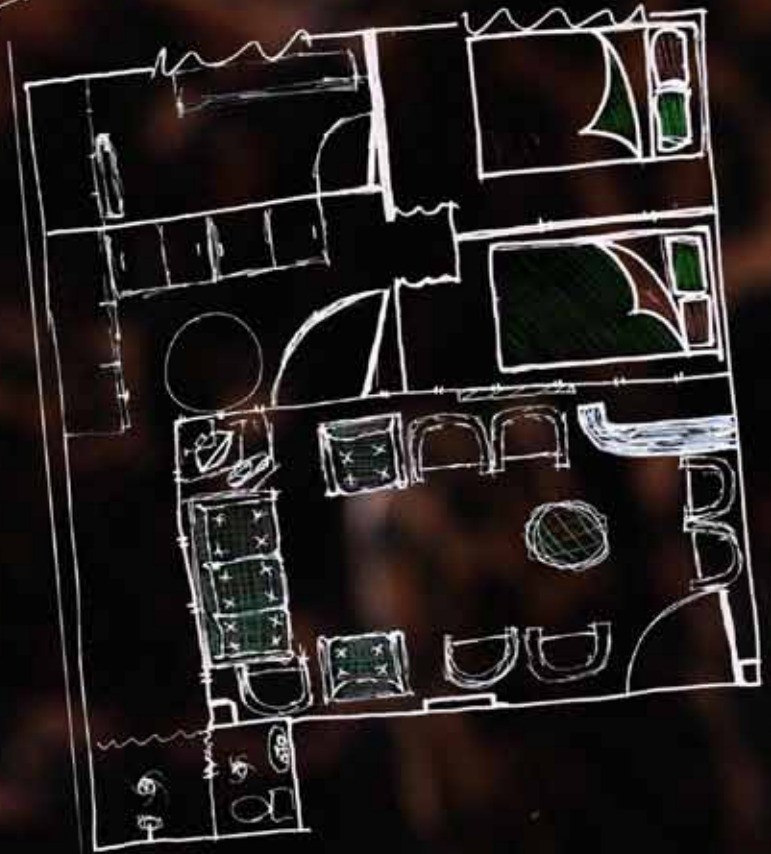
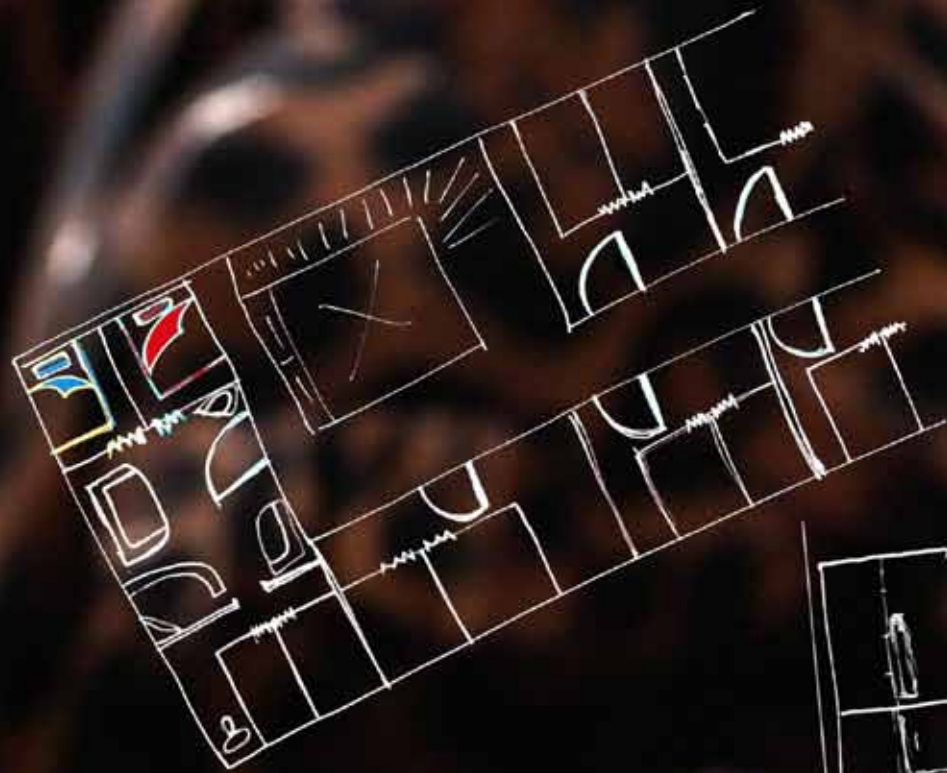
17 O trecho citado permite observar a lógica e o tom da totalidade do artigo. A leitura impacta, não só pela força das palavras e dos argumentos, mas pela sensação de estranhamento. Será que Turner e eu limos o mesmo Foucault? Será que é um problema de tradução? Será, então, que eu li tão mal assim o Foucault? Pensar no autor francês como um ideólogo do pensamento Hobbesiano não deixa de ser, no mínimo, surreal. Pensar em Foucault como um autor para quem o corpo, o poder e as forças sociais são apolíticas e extra-culturais não vai contra tudo que gerações e gerações aprendemos dele? Não é, justamente, a “vontade de saber”, único texto diretamente referido por Turner, aliás, um estudo estritamente histórico, político e contextualizado da formação de uma sociedade específica?

tradução “corporificação” como legítima das ideias que assumíamos. De fato, aproximar-se a um campo como prostituição tendo como foco metodológico a experiência corporal (nos termos do Csordas) rendeu um grande benefício. Pois de fato o corpo é central na produção desse ofício.

Um primeiro encontro entre o “paradigma do embodiment” e a teoria foucaultiana fazia-se presente na minha própria experiência. Pois, se bem é verdade que as críticas de Turner (1994) parecem mais provocações raivosas do que uma ajuizada análise da obra do francês, também é verdade que em muitos casos e níveis a obra do Foucault parece deixar-nos sem muitos espaços perante a dominação, a disciplina e o Poder na cultura ocidental. Os “corpos dóceis” de Foucault são sem dúvida um referente obrigatório quando refletimos sobre determinados ofícios, experiências, trabalhos ou formas de poder. No meu trabalho de campo na Colômbia, fortemente marcado pela situação cinicamente chamada de “pós-conflito” (extremas e legitimadas violência masculina e imposição política armada) num município do interior, a hipótese dos “corpos dóceis” era bastante presente. Masculinidades docilizadas pelas forças de produção bélica, por exemplo. Mas no trabalho com prostitutas a hipótese não parecia tão clara. E enquanto avançava no campo em Puerto Berrío, o olhar sobre Porto Alegre se aclarava e as perguntas mudavam de tom e cor. O artigo “A angústia dos corpos indóceis” (Olivar, 2008) surge desse processo.

Nele, já uma reflexão a partir das propostas do Csordas e do Foucault, além de algumas referências de estudos de gênero, evidenciava a presença consistente de corpos que não se deixavam docilizar, que fugiam sistematicamente desses processos de controle e fabricação produtiva. Experiências corporais de mulheres populares e rurais, encontradas e entretecidas na zona de tolerância do município, que eram “base existencial da(s) cultura(s)”, que com extrema agência se colocavam e mantinham à margem do rolo compressor das feminilidades hegemônicas locais. Mas essa forma de ser-no-mundo, sempre instável e inacabada, não era sinônimo de alegria nem felicidade. “Agency” pode significar autodeterminação relativa, mas não um canto à irreduzível liberdade individual. Ser um corpo indócil, via, implicava uma forte angústia, pois a força da docilização, o Poder, estava sempre atrás e era, também, constitutivo desses corpos. Ou seja, o poder, como a fuga, existiam simultaneamente nessas experiências corporais.

Eis que uma primeira elaboração sobre a proposta de Csordas fazia-se necessária. E isso nas narrativas porto-alegrenses apresentadas se fez muito mais evidente. A experiência corporal não é só a base existencial da cultura; mas, numa sociedade como a que podia encontrar em Puerto Berrío e em Porto Alegre, a base existencial da tensão entre diversas trajetórias ou memórias culturais. Sistemas simbólicos em disputa. A experiência corporal é um campo de batalha entre perspectivas. Esse corpo do cristão carismático, do qual Csordas nos falava em 1990, que falava línguas no momento do culto, não era só um corpo de um cristão carismático. Mais adiante, em 1994, Csordas evidenciaria isso com mais clareza, ainda que não explicitamente, quando nos conta do caso do jovem líder Navajo que na hora ritual do “peyote” não falará sua língua,



mas inglês. Uma disputa cultural intensa, então, marca a experiência desse corpo e, claro, a experiência desse grupo. “A cultura” e “o self”, então se desfazem na corporal multiplicidade da experiência de ser-(devir)-no-mundo.

De volta a Porto Alegre o campo continuava com essas observações e reflexões, e duas discussões interligadas se fizeram ainda mais fortes ao redor da proposta de Csordas. A primeira trata da insistência fenomenológica do autor que, ao meu ver, pode terminar obscurecendo os pontos mais fortes, antropológicamente falando, da proposta. Como foi dito anteriormente, muitos dos investimentos do Csordas nos três artigos referidos (1990, 1994 e 1994a), com maior ênfase no primeiro, vão no sentido de posicionar a fenomenologia de Merleau-Ponty e de Husserl como referentes para a antropologia. O problema aparece, para o meu caso, quando o peso da busca de respostas filosóficas sobre a humanidade supera as inquietações etnográficas. Dois bons exemplos ilustram tal limite.

No trabalho de 1990 Csordas dedica grande parte do artigo a discutir a dicotomia mente/corpo e a fundar o primado da corporeidade, em muito, relegando a alma, por exemplo, e a discursividade sobre essa, ao lugar de um desvio histórico da ciência ocidental. Mas seu grupo de trabalho são cristãos carismáticos, sujeitos para quem a existência da alma enquanto ente independente do corpo, e a sua proeminência sobre o segundo, não só é real, mas fundamental. Perguntamo-nos então se, para um antropólogo, um assunto como a existência ou não da dicotomia, assim como a relação entre corpos e almas e o lugar que a percepção ocupa na experiência humana, não deve ser uma pergunta de ordem etnográfica e não uma certeza filosófica. Vilaça (2005) vai além, ao sublinhar com razão que, atrás das proposições de Csordas, existiria a vigência de uma única e estável humanidade ocidental, uma única “noção de pessoa”, de ser humano.

O segundo exemplo provém da introdução de 1994, e mostra a mesma lógica. Neste texto, Csordas coloca como exemplo da importância de perguntar-se antropológicamente pelo corpo o famoso caso de Leenhardt com os Canaques, no qual os nativos lhe dizem, ao missioneiro, que a novidade trazida pelo ocidentais não é a alma, mas o corpo (1994: 6-7). Na continuação, longe de concentrar-se na radicalidade da afirmação nativa, que sugeriria, no mínimo, a existência de experiências “corporais” para cuja compreensão deveríamos recorrer a conceitos desconhecidos sobre isso que chamaríamos “corpo” e “pessoa” (de novo Vilaça, 2005), Csordas começa a argumentar sobre as formas pré-objetivas e objetivas do corpo. Isto é, mais uma vez, antes de tentar juntar as pistas dos “nativos” para tentar compreender a existência da alma e sua interação com Deus ou a novidade do “corpo”, antes de perseguir uma conceitualização “nativa”, Csordas concentra os dados na comprovação da sua teoria particular de diálogo com as ciências médicas e psicológicas. Numa lógica católica, a alma, quiçá, como não-corpo, como profundamente humana e divina, seja a base existencial não só da cultura, mas da humanidade (espécie e condição).

A segunda discussão, ligada à anterior, vincula também a primeiramente exposta (sobre multiplicidade e “embodiment”). Tentando aproveitar os importantes ensinamentos adquiridos

na leitura e discussão do trabalho do Csordas, uma boa parte da discussão filosófica foi deixada fora. Reduzíamos sua presença às noções de experiência e, eventualmente, esse ser-(devir)-no-mundo (o *devir* entrou, via Nietzsche, em Deleuze e Guattari, depois de reconhecer as múltiplas potencialidades e virtualidades topológicas desses seres prostitutas). Tal redução deixava aparecer, como uma suspeita na obra de 1990 e como um sussurro na de 1994, um elemento que para nós, no NUPACS, a partir da discussão de diversos dados etnográficos, aparecia como central na ideia de “embodiment”. A ideia de processo. O corpo como processo sempre inacabado. As narrativas e anotações etnográficas dessa tese foram um elemento para essa compreensão. Então a tradução “corporificação” se estabilizou na nossa leitura, pois ela, muito mais que “corporeidade” estimula a temporalidade do confronto perpétuo e do nunca acabado processo de ser puta. Como a concepção hermenêutica e narrativa de Ricoeur, referida também por Csordas (1994), a experiência corporal parece ser, pelo menos nos meus dados de campo, um espaço de ação e criação contínua intra e intersubjetiva.

“Corporificação”, então, seria o processo material, muitas vezes tenso e sempre inacabado, entre virtualidades e efetuações, de fazer(-se) corpo-pessoa-cultura. Se a cultura já vem de dentro ou vem de fora, se a carne é cultura ou é biologia crua, se há uma alma ou um agente-psique que orienta as ações carnisais, são questões que deveremos resolver com cada realidade dada e segundo as limitadíssimas capacidades do antropólogo. Como vimos, por exemplo, para as nossas prostitutas porto-alegrenses, a sociedade é alguma coisa exógena, exterior a elas e que, também, pode habitar os seus corpos. Para algumas em Puerto Berrío, a prostituição é uma maldição que antecede os seus corpos, uma relação dolorosa com Deus. Alma, Deus, sociedade, puta, são, no máximo, perspectivas que circulam e que, eventualmente, podem ser corporificadas. Nesse ponto, voltamos a Marilyn Strathern.

Como vimos anteriormente, à Strathern do Gênero da Dádiva chegamos pensando gênero, pensando relação. Mas nesse caminho, e sem nos propormos a, encontramos primeiro a noção de divíduo, já comentada em outro lugar e, intimamente vinculada com essa, o uso recorrente da palavra (na tradução brasileira) “corporificação”. Evidentemente Strathern não cita Csordas nem é a ele que remetem suas reflexões. Bastante distante está ela da antropologia médica e fenomenológica estado-unidense. O uso da noção de corporificação, em relação a imagem e a potência, em Strathern, está diretamente relacionado com essa posição “idealista” que é descrita por Gell (1999) como característica do “System M”, e, mais ainda, com a sua empreitada na desconstrução orgânica tanto do sujeito do feminismo (mulher enquanto corpo/identidade), quanto do sujeito de grande parte da antropologia ocidental (indivíduo).

Como mencionei anteriormente, a centralidade do espírito bélico na existência da prostituição urbana hoje é uma das hipóteses/conclusões principais deste trabalho. Mas entre quem é essa guerra? Quais os seus campos de batalha? Na compreensão dessa relação, percebi que a visão da guerra enquanto blocos de pessoas rigidamente posicionadas em A ou B lugares, umas contra as outras (prostitutas contra seus maridos, policiais contra prostitutas, por exemplo), não respondia aos dados que, via observação e via narrativas, obtinha. Toda uma escala intra-



subjativa e intra-familiar de relações ficava mais ou menos desprezada. Percebi, então, a importância de não igualar invariavelmente forças e corpos, pois muitas vezes observava um corpo de puta virando censor moral, ou vice-versa. Fui descobrindo, então, que grande parte da guerra da qual muitas delas nos falam, acontecia na ordem dos próprios corpos, das forças que estimulavam (e eram estimuladas por) as práticas corporais. Pensei, então, numa relação de pontos de vista, de perspectivas (femininas-masculinas, desterritorializantes-estratificantes, individualizantes-familiarizantes) não cristalizadas em identidades fixas (Guattari, 1981; Strathern, 2006; Fausto, 2001; Viveiros de Castro, 2002; Vilaça, 2005). Perspectivas, claro, que não achem na abstração idealista, mas em corpos de carne e osso, em instituições de cimento e vidro, em práticas visíveis e sensíveis. Perspectivas que (se) fazem corpos e instituições, que são corporificadas por pessoas concretas, às vezes de maneira fugaz, outras com uma duração assustadora, dependendo das relações estabelecidas, das possibilidades ou dos interesses. Perspectivas que são a carne em confronto.

Pensar essa guerra como relação de perspectivas significa abrir possibilidades para sujeitos que não possuem uma univocidade monolítica e estável, mas que operam na prática com uma diversidade significativa de corpos e performances que, assim, seriam corporificação de ideias, imagens, emoções disponíveis no universo social. Nessas nossas putas locais, a intra-subjetividade é intersubjetiva, trans-cultural (trans-genérica, trans-geracional), matéria de corporificação constante.

Marylin Strathern, no *Gênero da Dádiva* (2006 [1988]), como já vimos, avança num processo de desconstrução das matrizes lógicas imperantes na antropologia e no feminismo ocidentais. Em contraposição à fixação de identidades de gênero e ao naturalizado “antagonismo sexual” que o feminismo sustentou por tantos anos, em contraposição à relação hierárquica através da qual o par indivíduo/sociedade tem sido compreendido e universalizado por alguma antropologia, a autora investe no primado das relações práticas de perspectivas e na compreensão das relações uno/múltiplo desde a homologia e a analogia (e não desde a hierarquia). O conceito de “divíduo” nasce dessa lógica. Em franca contradição com a noção ocidental de indivíduo (aquele uno que só é divisível se doente, esquizofrênico), a pessoa é pensada como núcleo de existência de séries de potências (perspectivas) em relação; por exemplo, potências femininas e masculinas, singularizantes e coletivizantes... potências de caçador e de caça.

Longe de serem vistas como entidades singulares, as pessoas melanésias são concebidas tanto divididas quanto individualmente. Com efeito, as pessoas são frequentemente construídas como o locus plural e composto das relações que as produzem. A pessoa singular pode ser imaginada como um microcosmo social. (Strathern, 2006: 40)

Nesse sentido, a pessoa melanésia corporificaria as tensões, conflitos e pluralidades sociais. Essa premissa é especialmente interessante para o desenvolvimento da minha tese, já que, metodologicamente, ela está concentrada nas experiências de pessoas singulares (mulheres prostitutas e militantes como microcosmos social) e na observação etnográfica de alguns eventos concretos. Essas mulheres, suas narrativas e trajetórias, são simultaneamente a narrativa de uma

singularidade corporificada, imaginada, *memorificada*, e de todo um “microcosmo de relações” (Strathern 2006: 204).

Por outro lado, desde a pergunta pelo gênero, a lógica da corporificação de perspectivas nos possibilita pensar que pesquisar as relações de gênero na prostituição não é igual a ‘entrevistar’ homens e mulheres, já que essas mulheres, seres compósitos, dividuais, são também corporificação (por afirmação ou por negação) das masculinidades e das feminilidades disponíveis e imagináveis. Das masculinidades e feminilidades da sua trajetória, são memória e prática de “relações do mesmo sexo” e de “relações de sexo cruzado”. É a partir de situações específicas, rituais e eventos sociais que as perspectivas são estimuladas, tensionadas e corporificadas.

Não pretendo compreender e avaliar a totalidade das propostas teóricas de Strathern, nem tentar incorporá-las coerentemente a meu trabalho, mas simplesmente, assumindo o

risco das incongruências, servir-me dos seus chamados e reflexões para tentar uma melhor compreensão/”reconfiguração” das provocações do campo etnográfico.

Porém, como pensar umas reflexões surgidas a partir das conceitualizações melanésias de pessoa no campo da prostituição feminina de rua em Porto Alegre? É claro, não somos melanésios. De qualquer forma, a relação perspectiva-corpo-identidade, assim como a relação de forças ao redor da pluralização e da individualização na socialidade melanésia, não podem ser simplesmente transpostas às pessoas que habitam essa tese. Pois justamente vemos que as forças de estratificação que operam sobre o gênero e a subjetividade no Ocidente, que a própria Strathern denuncia no campo acadêmico, emergem como protagônicas nas narrativas e experiências das mulheres. Já Foucault (como Elias ou Bourdieu), na totalidade da sua obra, mostrou-nos exaustivamente a força e a eficácia



do Poder no feitio ocidental moderno.

Porém (do porém)... que tão ocidentais e modernos somos, afinal, se são necessários monumentais investimentos periódicos para lembrar-nos daquilo? Que tão docilizadas, aburguesadas são essas mulheres putas do Centro? Que tão generalizável é a oficialidade do saber antropológico ocidental? Que tão bem sucedidos foram os empreendimentos de fundir corpo e potência numa identidade rígida e medicalizada? É na observação simultânea desses dois poréns, e nalguma tentativa de resposta a essas perguntas, que podemos abrir um espaço para as reflexões propostas pela Strathern. E é dela mesma que vem a primeira possibilidade de resposta.

A ideia de “divíduo”, assim como o primado da relação, não provém só de uma descrição da socialidade melanésia, mas de uma mudança na teoria da representação através da qual imaginamos o gênero e a própria ideia de pessoa. Para essa autora, a maior parte dos estudos que tentavam pensar gênero na Melanésia, assim como uma grande parte do pensamento feminista ocidental, operavam desde uma teoria de representação que “é a de uma correspondência ingênua entre o indivíduo sexuado e a autonomia das perspectivas ‘masculina’ e ‘feminina’” (2006: 111). Tal teoria suporia que as representações de gênero seriam representações de alguma realidade mais ou menos dada. Para Strathern, seguindo Barret, essa posição, que é do observador, desconhece que os processos de representação produzem, em si mesmos, diferenças e transformações no real (2006: 112-113). É nesse sentido que avançamos por uma vereda de pensamento (uma teoria de representação) que nos permite ver o poder moralizador e a putaria como imagens possíveis de serem performatizadas por um mesmo corpo enquanto, por esse ato, produzem (ou transformam) uma certa realidade.

Por outro lado, está a hipótese sobre a eficácia e a abrangência do poder modernizador que colocariam uma distância e uma assimetria irreduzível entre noções de gênero e de pessoa como os descritos por Strathern e os narrados nessa tese. Por enquanto, na forma de uma hipótese, sobre a base dos dados etnográficos e seguindo o posicionamento ético e teórico de Fonseca (2004), argumentarei que a difusão, generalização e aceitação dos valores das camadas hegemônicas pelas camadas populares (e índios, e camponeses) nunca foi um processo tão bem sucedido como muitas pessoas gostariam de pensar. A hipótese da “indigenização da cultura” que Sahlins (1997b), por exemplo, defende, tem a ver com um processo contrário: o consumo e transformação ativa nos “esquemas conceituais” locais da oferta cultural do capitalismo global.

Nos estudos de camadas populares na antropologia brasileira isso se concentra na compreensão das duradouras diferenças nas relações de gênero, nas noções de corpo e pessoa, nas moralidades e sexualidade, desde uma epistemologia positiva, e na classe como um recorte determinante para a produção de alteridade (Fonseca 2004, Knatuh 1996, Victora 1996). Esse trabalho se tece no mesmo caminho, chamando a atenção também sobre as transformações que no percurso da vida e das relações vão sendo, também, corpo. Resulta, pois, interessante não perder de vista, quando olhamos para a “corporificação”, não as verdades profundas da filosofia, mas as diferenças de experiência humana que categorias como classe e gênero, e uma

perspectiva de trajetória e geração nos exigem. Tal enfoque é central no presente trabalho.

O corpo, aquela matéria, não é Uno estático; é matéria, como já foi dito, em constante transformação. Pelo menos isso nos dizem as trajetórias de mulheres como Soila. Por isso é tão importante ir atrás dessas trajetórias de corporificação, ou trajetórias corporais. Foi essa a provocação suprema da Soila quando me perguntou, lá no ano 2006, por que ela não podia mais se apaixonar, por que é que ela pulava da cama cada vez que terminava de transar com seu novo *namorado*? No percurso da vida dessas mulheres seus corpos não só aprenderam nas mudanças das relações e das épocas, mas se fizeram essas mudanças. Seus corpos foram se transformando a partir das novas relações, sua carne, seus movimentos, suas maneiras de sentir e fazer foram mudando. Seus gozos não foram os mesmos, e a história dessas mudanças está atravessada por eventos biográficos concretos, por novas formas de relação, por políticas sociais e de Estado.

Finalmente, assumir um enfoque desde a “corporificação”, para essa tese, foi significando assumir, como ponto de partida metodológico (Csordas 1994: 269), a compreensão dos processos (forças, matérias, táticas, fugas, poderes, ciclos) de construção desses corpos enquanto territórios da experiência. Esse fazer-se mulher, fazer-se esposa, fazer-se prostituta, fazer-se militante, fazer-se amante, “ficante”, sempre em forma mutável. Significou ver as intercorporalidades na própria carne cotidiana, a presença do Alemão, do Mimoso, das outras mulheres libertárias e vagabundas, do pai forte, moral e putanhero, das irmãs que nunca assumiram nada. Grande parte da tese começou a se resolver com a história do “pulo” da Soila. Depois veio uma nova forma de ver o corpo “lipodistrofiado” da Dete, as tatuagens e consumos da Janete, o olhar sereno e a língua furiosa da Nilce. O corpo dessas prostitutas é um corpo em guerra, batalha e desejo constante.

### **Formas de fazer: narrativas e a etnografia da experiência.**

O trabalho de campo concentrou-se na região central de Porto Alegre, entre início de setembro de 2006 e julho de 2007, e entre janeiro de 2008 e janeiro de 2009, tempo no qual estive vinculado ao NEP. Realizaram-se dezenas de conversas informais e de entrevistas abertas não gravadas com diversos atores do universo da prostituição feminina na cidade, principalmente com mulheres prostitutas. Houve observação em locais de trabalho (especialmente “salas”, “drink-bares”, “casas”, ruas e praças), conhecimento de espaços de moradia e acompanhamento a algumas mulheres em determinadas atividades cotidianas extra-laborais. Participei de maneira ativa nas diversas ações políticas e pedagógicas do NEP e acompanhei o cotidiano dessa organização e a vivência prática das tensões e transformações das políticas públicas. O trabalho de pesquisa incluiu também revisão documental e bibliográfica. Com cada uma das quatro mulheres protagonistas realizei ao redor de três entrevistas em profundidade, gravadas, além de mapas de redes de relações e de trajetórias afetivas, familiares, laborais, corporais (transformados aqui em texto narrativo) e de um sem-número de conversas informais e entrevistas não gravadas.

Entre setembro e dezembro de 2007 realizei um trabalho de campo centrado na “zona de

tolerância” de Puerto Berrio, na Colômbia. Tratava-se de um trabalho exploratório, vinculado a uma organização de desenvolvimento e paz que atua na região do Magdalena Medio, no centro-norte do país. Os dados ali coletados não serão incluídos aqui; porém, tal experiência ajudou a ver com maior clareza (por algumas semelhanças e diferenças ainda muito intuitivas) meus dados porto-alegrenses (Olivar, 2008). Entre março e dezembro de 2009, morei do Rio de Janeiro, colaborei com a organização DAVIDA e sua griffe DASPU, conheci de perto a Gabriela Leite e sua equipe (ela, fundadora do movimento brasileiro de prostitutas), e tive a oportunidade de acessar a uma visão nacional e internacional da história e do presente do(s) movimento(s) “da categoria”. Apesar de ter oficialmente meu campo encerrado (janeiro de 2009), muitas das conversas com Gabriela e com o pessoal do Davida, assim como com outras pessoas vinculadas à prostituição carioca e ao universo político da prostituição, e, já esporadicamente, com as mulheres do NEP, continuaram alimentando minhas reflexões e conhecimentos sobre esse campo. De igual maneira, no ano 2009 colaborei numa pesquisa da ABIA, coordenada por Sônia Correa, sobre as políticas nacionais de HIV/AIDS para “profissionais do sexo” e as ofertas de atenção e prevenção em Porto Alegre e no Rio de Janeiro para esse segmento. Tal relação favoreceu a visão “externa” dos movimentos nacionais e internacionais, assim como suas conexões como movimentos de mulheres e das sexualidades, e a exploração do assunto “prostituição” em diversos níveis do setor saúde.

Metodologicamente, já o leitor irá descobrir, essa tese está baseada fundamentalmente em dois procedimentos. Etnografia e narrativas de trajetória. Tratava-se, como já vimos, de compreender os eventos do presente etnográfico na sua relação com a trajetória biográfica e com o universo cultural conceitualizado. Antes que iluminar desde a historiografia ou desde os dados contextuais, busquei realizar conexões intra-etnográficas e intra-narrativas que permitissem compreender as experiências desde elas mesmas para depois, sim, oferecê-las ao exterior; isto é, não explicar os dados desde objetivações numéricas, mas tentar tecer os sistemas de conceitualizações e significações “nativas”, locais, endógenas. Não fiz um trabalho comparativo com outras mulheres, outros trabalhos ou outras formas de relação, o que sem dúvida teria permitido ampliar a rede de conexões e ganhar pontos de vista mais abrangentes (nesse sentido há só algumas inferências).

É verdade que numa lógica de “etnografia densa”<sup>18</sup>, clássica, as trajetórias e narrativas de memória estariam incluídas (Ortner 2006), como se evidencia no trabalho que dá sustento ao livro “Life and Words”, de Veena Das (2007). Muito do trabalho de Das está baseado em longos e profundos trabalhos etnográficos que tecem diversas fontes, métodos e disciplinas de maneira simultânea. Narrativas de biografia, acompanhamento etnográfico presente, etnografia de documentos e análise histórica, etnografia de processos judiciais, trabalho de análise literária, entre outros. Destaca-se, no trabalho dessa autora, por exemplo no texto citado, a presença

---

18 Sherry Ortner (2006) defende a necessidade de realizar etnografias realmente densas, em oposição ao costume identificado por ela de “etnografias delgadas”. Em comunicação pessoal, a antropóloga Ceres Victora adverte que o uso do adjetivo “denso” é desnecessário, porque não é possível fazer uma etnografia que não tenha essa característica. Do contrário, não seria realmente uma etnografia.

da sua experiência subjetiva na construção dos dados, nas narrativas e nas análises. Nesse marco, é interessante observar a proposta do antropólogo médico Arthur Kleinman, que junto com a autora antes referida tem realizado um importante trabalho teórico e metodológico na compreensão da dor, da violência e do sofrimento. Kleinman, enfatizando a importância de reconhecer no trabalho antropológico interpretativo a experiência do pesquisador, suas transformações e afetações subjetivas (éticas, políticas, corporais) no contato com os Outros, pensa numa “etnografia da experiência interpessoal” (Kleinman 1997: 96-100).

Não se trata de uma exaltação do eu, do ego aural, ou de um problema de “estilo” (na versão mais superficial da palavra), mas da evidência de uma forma de construção de conhecimento. Isto é, trata-se de uma ruptura total e evidente com a unicidade disciplinar (“só” antropologia) e com a ainda forte e pretensa “objetividade”. O etnógrafo, como escritor e como trabalhador de campo, é afetado, mobilizado, sacudido e afirmado pelo seu contato com as realidades e universos pesquisados. No caso da Das, a violência, o gênero, o sofrimento<sup>19</sup>. Tal enfoque teórico-metodológico implica, leva a, possibilita, uma necessidade escritural que muitas vezes se desloca de certos estilos antropológicos (de viés mais objetivista, literalista e pontual), para abrir passo a narrativas, por vezes mais literárias, que surgem de, e transportam os diversos encontros etnográficos, “interpessoais”. É um tipo de texto, então, produzido nesses encontros e na duração das relações, que não pretende libertar-se das subjetividades, mas trazê-las à tona, disponibilizá-las para o leitor. Finalmente, produzem-se trânsitos textuais entre ambientes mais analíticos e outros mais descritivo/narrativos.

Nesse sentido, é possível pensar o trabalho que sustenta essa tese como uma “etnografia da experiência”, do encontro etnográfico. Apesar dessa compreensão integradora do trabalho metodológico, e com o intuito de destacar o uso e importância das memórias e narrativas, ausentes em quase a totalidade de trabalhos brasileiros sobre prostituição (com exceção, quiçá, de Piscitelli (2002, 2004, 2007b) e Silva (1993)), traço uma linha virtual entre etnografia e memória. Quanto ao trabalho “puramente” etnográfico, seu objetivo era o presente, a prática observável. Importavam-me os investimentos práticos, corporais, cotidianos dessas mulheres para ser-no-mundo, para lidar com as violências, para seduzir e ganhar poder, para tecer-se nas transformações pessoais, coletivas e sociais. A maneira como no dia-a-dia se tornam tudo quanto são, inclusive putas e prostitutas, e, claro, a maneira como tudo isso ia tendo um lugar na minha própria experiência de homem, de antropólogo, de estrangeiro.

Por outro lado, importavam-me suas trajetórias como lembradas e contadas por elas. A memória sobre si mesmas, sobre a cidade, sobre o trabalho e seus afetos (Halbwaks 1990). A memória não é um objeto para ser provado ou demonstrado, não precisa a validação a partir de signos estabilizados e “neutros”. A vida prática se tece na memória, como símbolo auto-significante. As maneiras como elas lembram e narram suas vidas é uma forma radical

19 Lembremos que a experiência subjetiva de mulheres ao redor desses temas tem sido um dos eixos centrais no trabalho da autora (por exemplo, no livro *Violence and subjectivity*, editado por Das em companhia de Arthur Kleinman, Mamphela Ramphele, and Pamela Reynolds (2000)).

de “agenciamento” (Ricoeur, 1994, Veena Das, 2007, Rocha e Eckert, 2000; Eckert 1998). Um veículo privilegiado para conhecermos as políticas da prostituição em Porto Alegre, a configuração do Movimento; as transformações e tensões locais dos últimos trinta anos ao redor do gênero, da sexualidade, das formas de produção, da ocupação do centro da cidade, das configurações familiares<sup>20</sup>. “É a força interpretativa reconhecida à memória como espaço de construção de conhecimento que desponta como fenômeno a ser aqui aprofundado” (Eckert e Rocha 2000a: 2).

No trabalho com narrativas, a trajetória biográfica e a experiência do coletivo se colocam em jogo constantemente. Constantemente as autoras/narradoras testam suas vozes com os diversos públicos, aprendem a chocar ou a agradar, mas, além da performance, encontram-se com seus próprios limites e possibilidades; isto é, com a própria configuração da sua imaginação e do seu corpo no presente. Há negociações intra-subjetivas, como veremos amplamente, além das tensões autorais, como diria Das (1999). E se a perspectiva da memória/narração como espaço de agenciamento, construção e coletivização poderia ser relativamente generalizável, no caso de pessoas vinculadas a práticas, redes ou trabalhos que têm na interação caçadora, na sedução ou na forte negatividade simbólica um diferencial constituinte, tal perspectiva constitui um aspecto fundamental. Assim, o tempo e as novas relações modificam os presentes, os passados e as outras relações. O que foi pode ser apagado, transformado, sublinhado, transferido, diluído, em função da sedução, da caçaria ou da inversão dos símbolos sobre si.

O tempo não é algo meramente representado, mas um agente que “trabalha” nas relações, permitindo que sejam reinterpretadas, reescritas, modificadas, no embate entre vários autores pela autoria das histórias nas quais coletividades são criadas ou recriadas. (Das, 1999: 37)

Essa perspectiva metodológica de “etnografia da experiência” e a sua conseqüente produção escrita tem, além das já referidas, outras conexões teóricas possíveis que foram importantes na minha construção. O primeiro é o texto teórico e metodológico “Resistance and the problem of ethnographic refusal” da Sherry Ortner (2006), no qual a autora afirma que os relativos poucos avanços no campo da descrição antropológica de processos de resistência política não se devem à fraqueza em tais processos, mas às categorias e formas de observação dos antropólogos. Ortner apresenta linhas de investigação concretas que os trabalhos sobre a prática e sobre resistências deveriam seguir para serem “densos”. Trata-se de avançar no conhecimento das “políticas internas dos grupos dominados”, da “riqueza cultural desses grupos” e das “subjetividades das pessoas engajadas nesses dramas”. Para a autora, o trabalho

---

20 Nesse mesmo sentido, entender que essas quatro mulheres fazem parte de uma geração (tanto ou quanto de um -?- gênero e de uma classe) é fundamental para compreender muitas das ações e alcances do Movimento, assim como sua relação com as mulheres mais novas, as travestis e as novas formas de “prostituição”. É claro que essa geração não as “determina”, mas, como falamos antes, orienta sua experiência (falamos então de “experiência geracional”), dá sentido a suas memórias. François Dosse (1996), tecendo um diálogo entre De Certau e Ricoeur, apresenta a categoria “geração” como útil no trabalho histórico por significar uma mediação entre o “tempo cósmico” e o “tempo vivido”.

de campo deve comprometer integralmente a experiência do etnógrafo. A conexão com as propostas de Das e de Kleinman são evidentes. Essas linhas nos sugerem um olhar sobre as nuances da memória, da intimidade, das emoções e do detalhe micro-relacional como partes constitutivas da prática dos sujeitos.

O segundo é a minha leitura do trabalho de um antropólogo e duas antropólogas brasileiras referentes no tema “prostituição”, cuja perspectiva (e delícia) etnográfica é grandemente inspiradora. Por um lado está o trabalho de Hélio Silva, principalmente no livro *Travesti* (1993), no qual, a partir de uma etnografia cuidadosa do cotidiano e das práticas de travestis prostitutas, oferece um belo texto narrativo cujo foco é a evocação. Isto é, não fecha em teorias condicionantes, introdutórias ou conclusivas, mas abre para as múltiplas interpretações dos leitores. Seu investimento é a etnografia e a narração. O próprio Silva se entrega às narrativas e à lógica prática e temporal das suas “nativas”. A estrutura do livro, sem capítulos teóricos nem grandes esquemas de resenhas bibliográficas é um reflexo dessas afirmações. Do outro lado estão Claudia Fonseca e Adriana Piscitelli, antropólogas que, a diferença de muitos colegas, continuam baseando suas aulas, reflexões e publicações no trabalho de campo sempre aberto, “denso” e constante. Trabalhos como “Família e Profissão...” e “A morte de um gigolô” (Fonseca 2003b e 2004b), e “Exotismo e autenticidade”, “Entre a praia de Iracema e a União Européia...” e “Tránsitos: circulación de brasileñas en el ámbito de la transnacionalización de los mercados sexual y matrimonial” (Piscitelli 2002, 2004, 2009), são alguns dos trabalhos mais importantes da antropologia brasileira sobre prostituição, não só pelos questionamentos, posições e conexões conceituais que propõem e levantam, mas pelo forte viés etnográfico que os sustenta e pelas reflexões que as autoras se permitem.

Finalmente, uma influência central na minha própria trajetória e opção profissional. Não se trata de antropologia, ou pelo menos não disso que chamaríamos o “campo” antropológico. Esta inspiração vem da literatura... de certa literatura produzida na América Latina entre os anos 40 e os anos 70 do século XX, que propunha a constituição de um novo movimento. Trata-se do conceito êmico latino-americano de “Realismo Mágico” ou “Real Maravilloso”, como apresentado por Carpentier na introdução do romance *El Reno de este mundo*. O “realismo mágico” distancia-se tanto do “realismo” e do “naturalismo”, quanto da literatura “fantástica”, “surrealista” e “folclorista”. Obras como *Cien Años de Soledad*, de Gabriel García Márquez, *Grande Sertão: Veredas*, de João Guimarães Rosa, e *El Llano en Llamas*, de Juan Rulfo, apresentam uma leitura do cotidiano rural dos seus países naqueles anos, que, ao meu ver, traduz um conhecimento profundo e sistemático dos universos simbólicos, das experiências corporais, das vozes narrativas, da memória, das emoções e saberes práticos dos “nativos”, em relação com os processos macro-estruturais das culturas de referência. O “realismo mágico” não estava na invenção literária, mas no “mundo da vida” das pessoas; não dependia do gênio criativo do escritor, mas da sua capacidade de reportar o mundo visto e narrado (Harss, 1973).

García Márquez, antes de ser romancista, foi, durante muitos anos, escritor de crônicas; Juan Rulfo, do mesmo modo que Guimarães Rosa, fizeram extensos e intensos “trabalhos de



campo” antes da escritura das suas obras; os dois primeiros escreveram sempre sobre o mundo no qual nasceram, incorporaram as vozes dos seus avôs, seus tios, dos velhos narradores da sua infância<sup>21</sup>. Como bem entende Nei Clara de Lima, esse “mágico” ou “maravilhoso” assume sua forma na experiência “real” das pessoas daquela cultura, é parte fundante do “real”, não é uma vivência fantástica nem surreal (2003)<sup>22</sup>. É desde esse princípio de realidade que deverão ser explicados os “tapetes voadores” que os ciganos levaram a Macondo... e os pulos das mulheres dos fuscas da Polícia Civil. Na minha perspectiva, muitas das preocupações e propostas da Ortner (op.cit) para o trabalho etnográfico, ou algumas das propostas da linha Wagner-Strathern (Strathern, 1990 e 2006) sobre diferença e auto-referência simbólica, encontrariam eco, resposta, caminho, no “realismo mágico” como veículo de produção/comunicação de conhecimentos.

\*

### **O corpo narrado.**

Então nessa tese a narrativa tem um lugar central. A narrativa permite ver, imaginar, compreender os processos complexos de fazer-se mulher, puta, militante. A narrativa constitui, como veremos, o movimento político e a memória coletiva. As narrativas delas e as minhas. Essa é uma tese fundada sobre tecidos de narrações orais e escritas (Das, 2007; Eckert, 1998). Nas suas reflexões sobre História e narrativa, Paul Ricoeur (1994) encontra a produção do conhecimento histórico com a hermenêutica através da experiência permanente de narração, memória, interpretação e criação. Trata-se da hipótese da “Triple Mimese”, em cuja lógica baseia-se não só a estrutura dessa tese, mas sua tática de produção de conhecimento.

Para o autor, o conhecimento histórico está centrado em três fases que se alternam, se suplementam e se retroalimentam mutuamente. Tais fases são: pré-figuração, configuração e reconfiguração. Inspirado no Aristóteles da Poética, Ricoeur assume a mimese não como imitação, mas como uma lógica criativa de produção/re-produção, na qual a criação precedente é o modelo, o ponto de partida e o referente de transformação. Assim, a “pré-figuração” teria a ver com a experiência corporal de, nesse caso, o encontro etnográfico, a revisão documental, a imaginação apriorística. É tudo aquilo que antecede (temporal ou topograficamente) a ação da escrita e o texto escrito. A “pré-figuração” deve ser estimulada e favorecida pela abertura ao campo, aos outros, ao encontro inter-subjetivo; assim como pelo acesso perceptivo, sensível e imaginativo à alteridade e à própria subjetividade. Posteriormente, vem a “configuração”, na qual o pesquisador/autor organiza, manipula e apresenta os dados coletados, as experiências vividas e lembradas num texto escrito que responde a certos códigos de leitura e a certos interesses (pessoais, acadêmicos, políticos) dele próprio e de suas “comunidades dialógicas”. Nesse momento é central a estrutura textual e narrativa, as decisões estéticas e narratológicas

21 Enrique Vila-Matas apresenta a Juan Rulfo como um copista, um Barthleby que parou de escrever o dia em que seu tio narrador morreu e que ele próprio contou as histórias que queria contar (2005). Sobre Rulfo ver também Vital (2004).

22 “...torna-se o real maravilhoso, especificidade primeiramente cultural e depois literária (...). É por detectar o maravilhoso como parte da realidade latino-americana que ele [Alejo Carpentier] pode afirmar: ‘o que é a história de toda a América Latina senão uma crônica do real maravilhoso?’” (De Lima, 40). Sobre o “realismo mágico” ver também o livro *Los Nuestrros* Harss (1973).

relacionadas com o uso das vozes diretas, as percepções de verdade, as conceitualizações dos protagonistas, as redes de relações, as conexões simbólicas que permitam aos leitores construir imagens e ideias sobre aqueles universos outros. É a fase/camada na qual a responsabilidade autoral é maior. Finalmente, Ricoeur, na expansão dos círculos hermenêuticos, entende que o processo de fabricação de conhecimento não termina na publicação da obra textual, mas que esse momento abre as portas para uma nova fase mimética. A reconfiguração é, em muito, o trabalho do leitor. Supõe um leitor ativo, interessado, disposto a encarar com valor criativo a sua leitura do texto. É o momento no qual o texto configurado transforma-se em matéria prima para um novo processo de interpretação e de ação narrativa/criativa, de limites insuspeitados pelo autor<sup>23</sup>.

Evidentemente, cadeias narrativas se entrelaçam e se encontram de maneira permanente, pois, como bem colocara Geertz (1989) baseado em Ricoeur, os “nativos” são também interpretes da sua trajetória, das suas experiências e da sua cultura. Nesse sentido, o momento de pré-figuração do Eu pesquisador em campo encontra-se com camadas de complexa e densa reconfiguração das memórias e narrativas dessas pessoas a quem escuto pela primeira vez. Narradoras como Janete ou Soila, por exemplo, vão contando uma e outra vez suas histórias, preocupadas com a construção da própria memória, do presente e do futuro. É um ensaio permanente, reconfiguração que nunca termina. Do mesmo modo, a leitura ativa dessa tese alimentará processos pré-figurativos dos leitores/pesquisadores.

Desse modo, proponho para o leitor e a leitora uma conjunção de vozes, de formas e de camadas que lhe permitam circular de maneira mais complexa, um pouco barroca quiçá, pelas narrativas de (sobre) estas mulheres e da própria experiência de campo. Esta ‘estratégia



23 Voltamos a encontrar a processualidade necessária na ideia de experiência. Dessa vez, na perspectiva da interpretação, narração e produção do conhecimento. Para Ricoeur, como o foi para Das e Kleinman, a presença da subjetividade, da criatividade e da experiência do autor é central, e não colateral, na produção desse tipo de conhecimento.

de produção de conhecimento antropológico', que foi se elaborando no percurso do trabalho de campo, está composta por duas camadas formais, uma textual e outra meta-textual. A primeira tem a ver com a manipulação das formas textuais, narrativas e analíticas, e a segunda com a inclusão de imagens e poemas que favoreçam a evocação sensível e a reconfiguração. Vale a pena anotar que, sendo essa uma "estratégia" epistemológica narrativa e mimética, a proporção



entre dados e análises fechados é inversa à encontrada em muitas pesquisas antropológicas acadêmicas, e a relação não é de coesão e correspondência um-a-um. Isto é, há muitos mais dados que análises, muitos cabos soltos, muitas possibilidades em aberto, muitos caminhos que potencialmente poderiam ser andados. A configuração proposta privilegia duas ou três linhas que me pareceram centrais na reflexão das políticas da/sobre prostituição feminina urbana hoje no Brasil, e que, claro, implicaram uma alta mobilização da minha própria experiência corporal.

A dimensão imagética não se reduz só às imagens visuais incluídas (fotos, scanners, desenhos), mas às formas textuais que favoreçam a evocação de ambiências, jeitos, climas, relações, humores... (Eckert e Rocha, 2000; Rocha e Eckert 2000 e 2000b). Por isso tal dimensão encontra-se também na inclusão de poemas, músicas e epígrafes, assim como no próprio estilo textual presente em diversos momentos do texto, tanto nos mais narrativos como em alguns de caráter mais analítico. As imagens e demais objetos evocativos não necessariamente correspondem de maneira linear ao texto,

mas podem significar caminhos alternativos ou complementares de aproximação narrativa e analítica (Olivar, 2007).

\*\*

Esse trabalho está dividido em quatro partes. Na primeira, a presente, busco estabelecer o vínculo comunicativo com o leitor, criar com ele/ela um pacto, apresentar-lhe minhas posições

éticas, políticas e epistemológicas mais gerais (já resultantes do próprio processo doutoral) que, se estou certo, se desenvolveram por diversos caminhos do corpo da tese. Ofereço nessa parte um espaço de familiarização com a escrita e com a linguagem. Um posicionamento teórico sobre “Gênero, perspectiva e corporificação”, ao mesmo tempo hipótese e resultado da pesquisa, ocupa um lugar especial nessa Introdução geral, pois se trata de um enfoque de ordem metodológica que será transversal ao conjunto do trabalho.

As partes I e II conformam o corpo central da tese. Cada uma delas está composta por três capítulos. A parte I, denominada “Sexo, Predação e Família”, conta as histórias das quatro protagonistas desde os tempos pré-prostituição, nos anos 70, até o final dos anos 80, quando já elas faziam parte completa e formalmente do “mercado do sexo” local. A configuração dos seus relacionamentos amorosos e familiares, e a relação destes com a prostituição, ocupa um lugar privilegiado. Os dois primeiros capítulos são fundamentalmente narrativos, o terceiro está dedicado principalmente à análise do “programa não é sexo”, à luz das narrativas, das trajetórias e de dados etnográficos. A imagem da “família” se constitui em motor central para a corporificação e imaginação da prostituição. No último capítulo, o conceito antropológico de “predação (incorporante ou familiarizante)”, servirá para a compreensão da corporificação das políticas familiaristas na prática cotidiana do “programa” (núcleo mínimo da prostituição). Tal conceito abrirá as portas para a ideia de “apropriação por sedução”.

A parte II ocupa-se das trajetórias e transformações acontecidas entre o ano 89, ano de início do NEP, e os primeiros 2000, quando o movimento da categoria se fortalece, as mulheres protagonistas ficam sem companheiros estáveis, se estabilizam como militantes e uma clara mudança geracional é percebida. De forma similar à parte anterior, nesta os três primeiros capítulos são narrativos, e o quarto, analítico. A violência estatal exercida contra elas nos anos oitenta e noventa é colocada em evidência com diversas narrativas, ao mesmo tempo que o surgimento do NEP é narrado criticamente. Delineiam-se as formas de uma “biopolítica da cidadania” que a partir dos anos 80 vai se conformando e sofisticando na sua ação de produção/controle, estimulação/punição da prostituição. No quarto capítulo, a reflexão sobre a ideia de Guerra, muito presente no campo, é central como eixo articulador de políticas, movimentações, práticas e discursividades. “Guerra, trabalho e movimentação” é o nome dessa parte II.

A quarta parte é um epílogo. Antes que conclusões ou resultados finais, tal parte está configurada como uma insinuação fragmentária do que seriam as narrativas e análises da configuração da prostituição porto-alegrense e das trajetórias das quatro mulheres na primeira década do século XXI. Devido à quantidade de dados, ao cuidado com a extensão do documento final, e o limite temporal do doutorado, decidiu-se deixar esse conjunto em repouso. Assim, no epílogo apresento uma reflexão derradeira sobre a condição de “ser avulsa” e guerreira; uma tentativa para re-colocar o lugar político da ação dessas quatro mulheres e de outras prostitutas como elas, nas lutas cotidianas de classe, gênero, erotismo, controle produtivo, entre outras. O epílogo é, literalmente, um território inacabado, prenhe de provocações e linhas de fuga.



josé miguel 2009







## PARTE I

**SEXO, PREDACÃO E FAMÍLIA:  
fazer-se prostituta de rua no centro de  
Porto Alegre nos anos 80.**

*Qué tanto la defiendes!*  
–le dijeron cuando lo vieron sangrando en el suelo–,  
*si al fin de cuentas va a ser puta.*  
**Laura Restrepo. La novia oscura: 46**

“A paciência de Manjit para encobrir o tempo, de modo a seleccionar determinados momentos, quando podia impor sua visão da verdade de sua família, aproxima sua atitude daquela de um caçador à espreita, mais do que de um rebelde.”  
**Veena Das (1999): 36**



# I. “PRIMEIRAS ESTÓRIAS...”

## ***1.1 Soila***

“...por livre e espontânea pressão”

*Entre Santa Maria, São Pedro do Sul... até em Tramandaí [cidades do interior do Rio Grande do Sul] eu morei, na casa da minha madrinha. Porque a mãe, ela... quando ela me teve, quando ela estava grávida, né? descobriu que o cara de que ela tava grávida, esse namorado dela, meu pai, né? era casado e tinha um filho. Daí ela fez uma... como é que a gente chama? uma... Re-jei-ção... Ela não me quis. Então ela me entregou com três meses.*

Estamos sentados na mesa da cozinha da sua casa no bairro Sarandi. Paga aluguel. É maio do ano 2007, faz frio em Porto Alegre, e no fogão se prepara cheirosa uma feijoada que enche de vapor o espaço. A *casa gremista* é uma casa humilde, de fundos, em um bairro de camadas populares na região norte da cidade. Não tem luxo nenhum, nem carro estacionado fora, nem piscina, nem fogão de bancada. Um cachorrinho preto nos acompanha. Num canto, duas máquinas de costura profissionais.

*Só que ela não queria que meu pai me criasse, então ela me trocava de lugar... Quando ela suspeitava que meu pai sabia, ela me tirava daquela cidade e me botava em outra. Uma vez eu fiquei na casa da minha madrinha, de empregada, um ano e meio... Fiquei no internato dois anos... Ahhhh, eu adorava aquele internato. No internato fiquei dos 6 aos 8 anos, só que daí meu tio... (não sei quem foi que falou pra ele que no internato estavam ensinando as crianças fumar! Daí ele, muito direito, muito honesto, muito correto, foi lá e me tirou do internato. Uma coisa muito louca (depois ele falou que foi uma ignorância muito grande dele). Então eu fui morar com ele direeeto, com ele e com a minha avó. Fiquei lá até fazer a sétima série, 14 anos... é.*

Ela, narradora maravilhosa e maravilhosa lutadora, me conta da sua vida no acaso das centenas de fotografias e nos meandros da memória. É nessa época que esta pesquisa começa a adquirir forma e sentido. É essa uma, não a primeira e não a última... uma, de muitas conversas longas, próximas e cheias de carinho que a gente tem até hoje.

Soila, como é muito comum em alguns enfoques de intervenção com prostitutas, e como pude observar que é muito frequente na população geral de Porto Alegre, já passou várias vezes por terapias psicológicas. A história começa com a “re-jei-ção” da mãe, palavra pronunciada no mesmo tom “chique”, de nomenclatura técnica e sofisticada, em que pronunciará depois outras, como “nossa união”.

*Daí, quando eu ia começar a oitava série, vim pra cá pra Porto Alegre. Cheguei a me matricular aqui pra terminar o primeiro grau. Vim pra casa de uma tia minha que morava em Viamão e depois no Jardim Botânico e aí eu me inscrevi num colégio e ela me botou a trabalhar num Zaffari [supermercado]. Fiz a minha inscrição pra estudar de noite, só que eu só agüentei seis meses, né? Porque passava muito cansada. Começava de manhã, trabalhava até seis horas*

da tarde, no caso, e depois pegava no colégio até meia noite que eu chegava em casa... Trabalhei seis meses lá, eu acho. Daí eu discuti com a minha tia e ela me mandou pra casa da minha mãe lá em Canoas.

Morei com ela dois ou três meses, porque ela me botou de empregada dos filhos dela. E eu não gostei. Eu não podia chamar ela de mãe, nunca pude chamar ela de mãe. Tinha que chamar ela de tia, porque o marido dela... a família do marido dela não sabia que ela tinha uma filha... quando casou com ele. Era uma família muito tradicional, de Bagé, uma família com graaana, essas coisas. Daí eu sei que ela me botou pra empregada, eu discuti com ela e fui embora. Voltei pra casa da minha tia.

Algumas fotos da sua mocidade na prostituição enfeitam o lugar. Outras também. Fotos da vida, de viagens, do NEP, da “finada Mulita”, sua amada cadela. Essas fotos que tenho nas minhas mãos me falam de uma vida realmente intensa, de uma trajetória cheia de êxtases e buracos, de lugares que nunca conheceria e tempos totalmente alheios. Ela cuida do arroz, de narrar sua história e de me fazer sentir à vontade.

Aí, um dia, eu encontrei a Mana, prima minha, irmã da Ângela, que estava morando numa pensão no Centro (trabalhando como copeira no Hospital Fêmeina). Quando a gente se encontrou, foi total, né? Eu peguei minhas coisas e fui morar lá naquela pensão. [Seria o ano de 1980, talvez 81]. E acho que duas semanas de eu estar na pensão, conheci o Mimoso... Eu tinha 16 anos, quase 17.

Soila, a moça interiorana que começava a circular na capital no início dos anos 80, e o Mimoso se conheceram em um bailão “que não era pra mim ter ido”. As meninas da pensão tinham sido convidadas a uma danceteria na Cristóvão Colombo, mas, já na rua, caminhando para lá, enfeitadas e cheirosas, uma delas trouxe a informação de que tinha um bailão lá na Farrapos com um conjunto maravilhoso. Então o caminhar mudou de direção. Não lembra o tal do conjunto, só que lá estava ele, “o desgraçado do meu cafetão”. Soila ri um riso constante, um riso profundamente cínico e vital. Ri dela, a maior parte do tempo.

Ele era um homem mais velho do que elas, próximo dos 30, lindo, bem arrumado e com um cheiro incrível. Aproximou-se delas, pediu fogo e, pertinho do ouvido, perguntou-lhe se depois podia tirá-la pra dançar. “Claro”.

O cara tri convencido. Daqui a pouco... 'ah, mas tu dança bem mal, hein?' Ele pediu pra nós sentar. 'Ah, mas tu dança bem mal... Quer beber alguma coisa?' 'Não, eu não bebo, obrigado'. Então pediu um refri. Daí a gente ficou conversando um tempo e depois... 'Bom se queres uma carona pra casa eu te dou, mas deixa eu te dizer uma coisa, não te faça muitas esperanças porque eu não sou um cara de namorar, só de ter amigos'. Daí ele nos deu uma carona, fomos eu e a minha prima. Ele tinha um Maverik branco do ano... a coisa mais linda do mundo! Me levou em casa e daí perguntou se podia me convidar um dia pra almoçar, eu disse que não, que eu trabalhava, daí ele disse que podia me pegar no meu serviço... 'Tá, tudo bem'. Eu tava com dois meses de aluguel atrasados...

Mexendo o feijão, e talvez novamente com dois meses de aluguel atrasado, Sô me conta que ela não começou a namorar com ele nem foi morar junto como produto do amor. “Foi

interesse”, insiste. Ele, evidentemente, tinha dinheiro e se mostrava muito interessado nela, que queria sair da pensão e melhorar um pouco seu padrão de vida. Um Maverik branco do ano. Agenciava-se no universo do centro da capital gaúcha dos anos 80 com as ferramentas que tinha, de moça interiorana. Não lia as assimetrias, confiava em alguma malandragem feminina e quiçá nas palavras das músicas românticas que escutava em uma pequena rádio na pensão. Acreditava, estratégica e não iludida, nas possibilidades do que se lhe apresentava na frente, pulava em cima do homem bonito, gentil e generoso que se oferecia para satisfazê-la, para cobrir-lhe as dívidas e os pequenos luxos que ela também ia jogando na estrada como pequenas provas de amor. Não estava apaixonada, gostava dele, “o que é distinto”, mas, fundamentalmente, queria esse sonho que ele, aparentemente, materializava. Por que não aceitar as seduções de um homem bonito, inteligente e generoso?

Então começaram os convites para jantar, para sair na noite, os restaurantes bons. Tudo, claro, bancado por aquele que assegurava trabalhar em contabilidade. No final de semana não se largavam e assim um após o outro até que chegou o dia em que, de repente, já estavam namorando. A frequência dos encontros aumentou. Passava pelo “serviço” dela duas vezes por dia. Uma, de tarde, de manhã ou no almoço, “pra dizer oi”, e outra a noite, para acompanhá-la à pensão. Já não queria deixá-la sozinha, como a tarde em que saiu mais cedo da loja e, caminhando pela Av. Independência, percebeu que estava sendo seguida. Era ele. “E tu por que não me avisou que ia sair mais cedo?” Ele não queria que ninguém chegasse perto, “me cercou de uma maneira que nunca vi”. E aquilo foi...

O namorado então pagou as contas atrasadas da pensão, encheu-a de presentes e levou-a para conhecer a grande casa de Ipanema (bairro de camadas médias e médias altas da zona sul de Porto Alegre). Ela gostava cada vez mais da companhia e dos dias juntos (“o que é distinto...”), do universo ao qual ia tendo acesso, dos modos algo “convencidos”, mas sem dúvida firmes e charmosos do galã. Ia-se dando aquilo que esperava: seu atraso no aluguel foi resolvido e um tecido de cuidado e carinho fazia parte do dia-a-dia. Foi apresentada à mãe, ao irmão mais velho e a cada canto da casa. Só não conheceu o quarto dele, porque, diferentemente de muitas outras mulheres de cafetão, o eixo do seu relacionamento não era o sexo, não estava movida por uma vontade “louca” de sexo. E, imagino eu, uma moça decente da época não devia frequentar o quarto do pretendente.

Sua inexperiência nesses assuntos fez-lhe tirar a importância aos comentários de uma das primas: “Te cuida, que esse aí é bem vagabundo e tem outra namorada”. “Ah, grande coisa”, pensou ela. Ser vagabundo e ter namorada não era uma razão suficiente para descartar um homem. Era, digamos juntos, “normal”. Afinal, o tempo que passava na sua companhia não era pouco, nem insuficiente para sua não-paixão. Não importou. Pelo contrário, “nessas coisas de guria”, terminou juntando-a mais, ao pensar que os comentários da prima deviam-se a alguma inveja pelo bom cara que tinha arrumado (ri Soila a gargalhadas na metade da sua cozinha azul e branco).



O grande dia foi quando ele chegou e disse: 'bom, eu acho que é hora da gente resolver a nossa vida. Tu morando nessa pensão e eu naquela casa tri-grande em Ipanema... Que tu achas de tu morar comigo?' 'Ah, por mim, tudo bem!' 'Tá, mas então tu vai ter que sair do teu serviço, porque vai ter que me ajudar, agora tu vai trabalhar no meu serviço... Tá a fim de me ajudar? De me dar uma força?' E eu, 'claro, como não, imagina, nunca tive medo do trabalho...' [Suspira fundo enquanto olha uma foto do Mimoso, de chapéu Panamá e óculos-de-sol, na sua mão] Ai, meu deus...

No bailão estava também Floriano, um dos irmãos do Mimoso. E, segundo ela compreende hoje, não era simplesmente um par de irmãos que saíram para se divertir e namorar. No círculo da prostituição do centro da cidade, aquele bailão era um reconhecido centro de encontro de cafetões, mulheres e clientes, e um dos espaços privilegiados de "recrutamento" de moças novas. "Esse e a Rodoviária". Floriano, como todos os irmãos do Mimoso, também tinha mulheres "na quadra". Na época, Mimoso morava junto com a Renata, que teria uns 15 anos e não andava muito bem de saúde. Ela fazia ponto na Rua Voluntários da Pátria, duas quadras ao norte do serviço da Sô. Antes da Renata, uma outra mulher já tinha sido expulsa do negócio e da casa por causa do uso de drogas... que Mimoso nunca suportou.

*Daí eu me mudei pra casa dele e tudo...*

*(- Momento, Sô... e a Renata?)*

*- Ele mandou ela viajar, visitar a família. Baixou a Renata nesses dias que... que... antecederam a nossa união... Ai, que chique: 'nossa união'!).*

*Então passou uma semana e ele: 'tá, cara, agora vou te apresentar o meu local de trabalho'. A gente ia de carro, indo pro Centro, 'não te preocupa que vai ter um monte de gente, tá?' Daí ele parou... 'Desce aí que eu quero te apresentar algumas pessoas'. Tudo isso aí, bem na Voluntários, entre o Viaduto da Conceição e a Senhor dos Passos. Desci no bar, pediu um suco pra mim, e um suco pra ele. 'Ai, meu deus, que será que está acontecendo?' Daí ele me mostrou as mulheres que tinha aí. 'Cara, é o seguinte, ó, tu sabe o que essas mulheres estão fazendo aí?' 'Sei...' 'Mmmm e tu que opinas disso...???' 'Ahhh eu acho que cada um tem que fazer o que tem que fazer... Se elas estão fazendo isso é porque elas precisam...' E aí ele disse bem assim: 'e o que é que tu acha de tu fazer isso?' 'Olha, eu não faria isso...' 'Por quê?' 'Por que é que eu venderia o meu corpo?' [risada novamente] 'Ahhhh pois é, mas acontece que é isso que tu vai ter fazer porque é isso que eu faço. Meu trabalho é assim... E acontece que eu tenho outra mulher...' E aiiiiii ele escancarou tudo! Que a outra mulher estava viajando, que também morava nessa casa...*

*Eu disse: 'Olha, eu não quero fazer isso, eu não vou fazer isso'. Ele*

começou me xingar, que eu era burra, que ele pensou que podia contar comigo, que grande coisa, que aí estava era só meu corpo, que na verdade ele era o meu homem, que não tinha nada a ver, que era uma boa forma de ganhar dinheiro, que eu tenho uma mulher que faz três anos trabalha comigo e nunca reclamou, que quem era eu para questionar isso... E aí começou a me esculachar... Que era melhor eu voltar para minha vida, para o serviço que tinha... Aí eu disse: 'ah, agora tu vem me dizer isso? Agora, depois que saí do meu serviço...'

Eu sei que chorei, chorei... Ele disse que queria me largar, que ele pensava que eu era mulher que ia dar uma força pra ele, que ele gostava muito de mim, mas que desse jeito não ia dar...

O fato é que acabei cedendo, achei que não tinha mesmo nada de mais, e que não faria a menor diferença pra mim e ainda estaria com ele... Não estaria sozinha... Ele dizendo que a gente poderia ganhar mais grana, que ia ter uma casa melhor, uma vida melhor... Que ele sempre estaria do meu lado me defendendo... Foi uma lavagem cerebral assim das mais... Foi bem trabalhado o negócio.

Nesse meio tempo a Renata voltou, nos apresentou... Começamos a falar da viagem e ela me perguntou, se era verdade que eu não queria batalhar. É. Deu uma risada na minha cara, 'mas tu é bem boba mesmo, grande coisa'. E começou também a me trabalhar... 'Grande coisa, porque tu vai dar de graça; é o mesmo, mas aqui pelo menos tu vai cobrar...'



## 1.2 Janete

Antes que prostituta, Janete é atriz (“e puta, Miguel... e puta!”). Atriz-meretriz é um dos seus slogans favoritos. Nos meados dos anos 70, fez seu ingresso no mundo do teatro. Era uma adolescente da capital, moradora do bairro Menino Deus (“quando era o Menino Deus do Caetano”) e nascida na Beneficência Portuguesa, “quando era um hospital bem burguês”. Filha de José Célio e de uma portuguesa da qual não se fala muito (bem), Janete, muito mais do que sua irmã, foi aprendendo desde criança o prazer da música, dos espetáculos e da vida noturna. O pai era um cantor e empresário musical chileno “bem índio”, que na infância da Janete gerenciava uma casa noturna conhecida como “Clube dos 40” (“que de dia era restaurante e de noite jogatina”), no bairro Alto Teresópolis. Ali moravam. Músicos como Luiz Gonzaga, Caubi Peixoto, Nila Maris e seus cantores de Ébano e Lupicínio Rodrigues se apresentaram no Clube e configuram as vozes e os corpos da memória daqueles primeiros anos. “Pra mim aquilo era muito mágico.”

Já adolescente, a família saiu do “Clube”, o pai assumiu a representação de alguns artistas e foram morar no Menino Deus. Janete se encontrava com o sonho hippie dos anos 70 em Porto Alegre. Primeiro nas ruas do Menino Deus, bebendo algum vinho, acompanhando seus amigos a fumar maconha e provar outras substâncias que apareciam. Era uma festa constante na rua.

*Naquela época era muito comum tu beijar na boca as mulheres, cumprimentar de beijo na boca, entendeu? Todos, mulheres, homens, todos. Engraçado, não tinha tanto preconceito naquela época. Pelo menos a nossa turma, né? E nós ficava nas calçadas com paus e latas, tirando sons, improvisando músicas... só assim, porque a gente estava muito doido, assim, fumados... eu de bira (álcool), porque não fumava naquela época.*

Nessas, pelos catorze anos ou alguma idade assim, conheceu e se fez amiga íntima da famosa Nega Lu<sup>24</sup>, IMAGENS um “moreno lindo do bairro”, alguns anos mais velho que ela. Fingia ser a namorada para a avó dele não se angustiar demais com a sexualidade do moço. As famílias eram amigas, circulava a música, a arte, a noite e o sexo latente. Com a Nega Lu se arrumavam e maquiavam e experimentavam roupas luminescentes para possuir a rua, para circular de pé-no-chão pelas esquinas do bairro e, com o passar dos anos, descobrir essa Porto Alegre mítica e rebelde dos anos 70. A cidade que preparava, entre outros, o Caio Fernando Abreu mais irreverente, a quem ela conheceria nos anos vindouros.

*Eu me criei com ela, entendeu?... A gente saía de casa pronta, montada pra ir pras esquinas, porque a gente... os adereços, a gente montava as nossas roupas, eu era meio hippie naquela época... costurava na hora... um detalhe aqui, um detalhe ali... Montava os brincos, aquela coisa toda. Íamos pra nos*

---

<sup>1</sup> A Nega Lú foi uma personagem icônica das sexualidades alternativas da Porto Alegre dos anos 70 e 80. As fotos da Nega Lú são tomadas do *Jornal do NUANCES*. Ano 6, n° 35 novembro 2005. Também ali pode se encontrar uma pequena resenha da personagem.



Janete e a sua irmã Jaque, arrumando os triciclos. Arquivo pessoal Janete

*encontrar com o pessoal, entendeu? E dali, quando era tipo três da madrugada nós ia pro Correntão e a Aquarela, na João Pessoa... curtir som, dançar. Ou ir pro apartamento de alguém. Isso se a gente não se infiltrava lá no meio dos loucos que iam fazer performance lá no Ocidente... que tinha microfone pra gente fazer aquelas acústicas ou alguém declamava alguma coisa ou fazia uma performance de teatro ou cantava. E depois vamos terminar a noite lá no apartamento de alguém... Garrafão de vinho, discos de vinil, alguma novidade da época, aquele vai apresentar seu trabalho, não sei o quê, blá blá blá... E rolava festa até de manhã.*

Por essas caminhadas chegou às orgias noturnas do Bom Fim, era a época do milagre econômico, da presença militar mais repressiva, o berço da “esquina maldita”<sup>25</sup>. Revolução, sexo e arte eram a herança do 68 francês, uma herança que começava a chegar sob o olhar militar e do próprio conservadorismo da cultura local. Também nessa época chegou o vinho e ela abandonou o colégio, que anos depois terminaria (Duque de Caxias, Infante Dom Henrique, Monteiro Lobato, McKenzie e IPV, “quando Fogaça [prefeito atual] era professor de português”). Foi a Nega Lu quem a ensinou a beber; foi a Nega Lu quem uma tarde a levou

25 Bares como o Alasca, o Ocidente e o Copa 70 foram intensamente habitados pela Janete. “É neste clima de euforia [final dos anos 70] que nasce o período áureo da ‘esquina maldita’, lugar de contraste com a fase do milagre econômico, onde a intelectualidade e os artistas se encontravam para debater as questões políticas locais e nacionais” (Pesavento, 1991: 114). Ver também *Jornal do NUANCES*. Ano 6, nº 35 novembro 2005 e Reis, 2001.

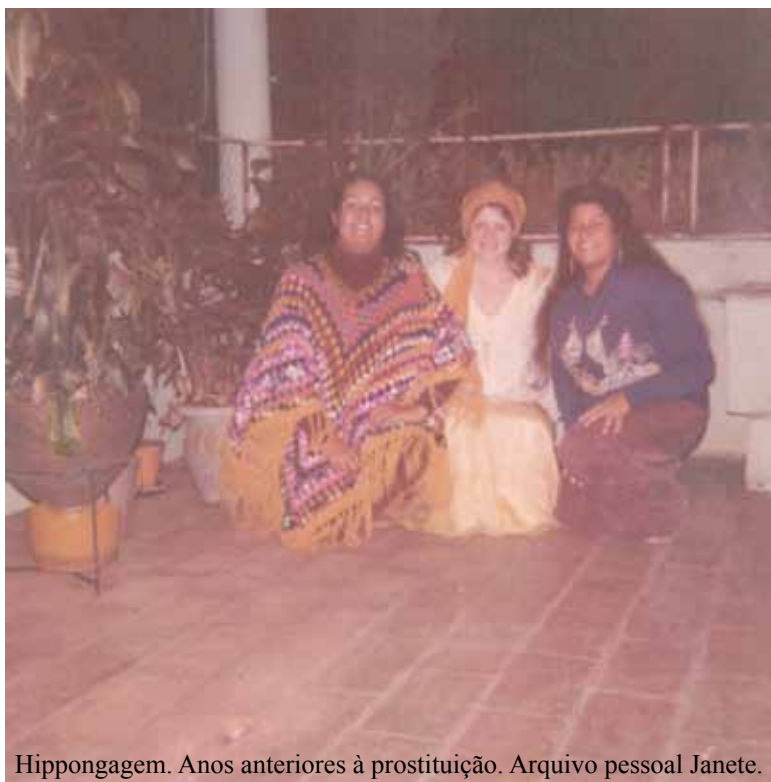
para assistir “Boneca Teresa”, no DAD<sup>26</sup> (“uma faculdade de arte dramática que tem ali na Salgado... bom, não sei se ainda existe”) e lhe abriu as portas da sua grande paixão pelo teatro. É a Nega Lú o referente obrigatório daqueles anos.

*A Nega Lú me apresentou o Carlos Laporta, que era dono de um curso profissionalizante de teatro. Eu fiquei lá quatro anos estudando arte dramática... Lá no final da Andradas, num prédio que agora é estacionamento. Ali eu tive professores maravilhosos, tipo Túlio Amaral, que formou os locutores de rádio da época; Carmen Silva, que faleceu há pouco, também foi a minha professora; Dani Gris, Carlos Laporta, Nega Lu com jazz e dança, e Rose Porto Alegre, que era expressão corporal. A Nega Lu era professora de ballet clássico e jazz, cantava no coral da Ospa. Ela estava envolvida com pessoas numa elite um pouco alta, falava inglês, falava francês... E as pessoas procuravam ela por ser uma pessoa inteligentíssima. No meio da cultura ela se envolvia com todos. Ela tinha um grupo que se chamava “Rabo de Galo”, onde ela cantava. Tinha um vozão bem grave, assim... E se apresentava no teatro, com músicas que eles compunham na hora... Aqui na Belas Artes, na Senhor dos Passos, e lotava, lotava... Ela foi a líder da Coligay, a torcida gay do Grêmio.*

Janete era uma moça com suficientes possibilidades econômicas, que havia morado já em Alto Teresópolis (“era uma casa gigante, quase um sítio, que dividia o quintal com o *Clube dos 40*”), no bairro Azenha e que, na segunda metade dos anos 70, habitava uma casa grande na Paes de Andrade (contígua à Av. Érico Veríssimo), com babá que cuidava dela e da sua irmã. Mas o pai, o chileno cantor, morreu.

*Nesse momento eu queria saber era do teatro... E, como eu estava com o pessoal que organizava festivais estudantis, eu ajudava a organizar, também... Eram festivais de música estudantil. A gente até compunha música*

26 Departamento de Artes Dramáticas da UFRGS



Hippongagem. Anos anteriores à prostituição. Arquivo pessoal Janete.





*aí, todo mundo ficava comendo na mesa e tudo... A gente organizava aqui nos altos do Mercado Público, porque antigamente tinha ali um auditório muito grande, enorme, mega. Agora não tem mais, são só aqueles barzinhos fuleiros, mas antigamente tinha e lotava o Mercado Público. E as letras, tudo, saíam dali, dos botequins, dos bares ali, o pessoal ia pra lá pra compor, tinha mais inspiração no bar do que em outro lugar... pra depois gravar em vinil, né? no caso.<sup>27</sup>*

José, o chileno, viajava, cantava em espanhol no seu violão, negociava com importantes cantores e compositores da época, e administrava o “clube”; a mãe cuidava do lar até que ele não voltou mais. Fecharam o “Clube dos 40” e José foi-se para Santiago, com um sócio amigo dele, para abrir uma boate. O negócio começou a dar bons resultados e ele, então, decidiu viajar a Porto Alegre, talvez para levar algum dinheiro para sua família, talvez para levá-la embora para o Chile. Só que em Santiago, quando a sua volta se aproximava, e como resultado da crise de ciúme de uma amante argentina, recebeu uma bala de revólver na sua cabeça. A mãe conheceu a notícia junto com os detalhes do ‘caso extraconjugal’ do seu finado José.

*Meu pai era muito mulherengo, eu me lembro dele com smoking preto e gravatinha borboleta. Ele botava Gomex no cabelo e tocava um violão que Deus me livre... Eram umas músicas chilenas que eu não me lembro... e Dorival Caymmi, marchinhas de carnaval. Eu me lembro dos perfumes dele. Era só Lancaster que ele usava, sabe? Eu me lembro, porque tinha caixas que trazia das viagens. Ele era muuuuito charmoso. As mulheres admiravam ele. Um moreno lindo. E ele só fumava charuto Havana, legítimo, na caixinha de madeira, todo mundo queria, tinham ciúmes daquilo.*

“A mãe enlouqueceu” com a evidência grotesca da existência da amante e a vida virou numa esquina inesperada. A viúva queimou todos os documentos do marido, as contas, os contratos, vendeu a casa e se afundou no álcool. Perdeu todo o dinheiro. Foram morar num cortiço na Getúlio Vargas, ainda no Menino Deus. Acabaram todos os luxos e comodidades. Um casarão de madeira no qual moravam mais cinco ou seis famílias, e onde o único banheiro devia ser dividido. Assim, lidando com a tristeza e os crescentes problemas econômicos, a mãe começou a procurar meios de viver. Janete e a sua irmã, já adolescentes, foram compreendendo aos poucos e sofrendo a discriminação conseqüente. A mãe saía às noites e voltava no dia seguinte com a comida e alguns presentes.

*Quando meu pai foi assassinado, minha mãe caiu na prostituição. No Menino Deus, mesmo, lá no tempo da [rua] Cabo Rocha, que tinha... [Zona de prostituição na região central da cidade, no bairro Azenha. O primeiro Centro de Orientação e Assessoramento em Sorologia –COAS- da história da epidemia da AIDS no Brasil foi aberto no Ambulatório de Dermatologia Sanitária, perto dali. Essa zona foi desmantelada como parte da modernização urbana de Porto Alegre. O COAS, hoje CTA –centro de testagem e aconselhamento- quase não é frequentado por prostitutas mulheres]. Ela não arrumou ninguém, homem nenhum, ela se desiludiu até hoje. Trancava eu e a minha irmã dentro de casa, com cadeado de fora e ia se prostituir, à noite.*

27 É curioso ver como na narrativa da Janete sobre aqueles tempos, “anos 70”, a vida política, artística e noturna de Porto Alegre já se percebe como intensamente revolucionária, enquanto que para outros narradores, como se vê em Reis (2001) e Pasavento (1991) esse clima só floresce justamente com o fim desse período. Deu pra ti anos 70 é o grande slogan de uma classe acadêmica e artística que apresenta os anos 80 como marco do boom cultural da cidade.

*Chegava de manhã bêbada. Se prostituía em cabarés, na rua, na Getúlio e na boate que tem lá na Ipiranga. Ela vinha com as moquete, coisas, comida, doces, pra mim e pra minha irmã. Ai destrancava a gente. Quando ela não vinha, a gente sabia que ela estava presa... sempre soubemos... naquela época eles prendiam as mulheres 'por vadiagem' [nas Delegacias de Costumes].*

*E enquanto a gente ficava assim, como a gente não tinha televisão, a gente tinha um rádio e a gente ouvia tudotudotudotudotudo o que pudesse ouvir na rádio. Ou a gente pegava as roupas dela, pegava os bambolê que tinha, as saias dela, e ficava brincando de dama antiga.... porque nós tava chaveado, não tinha como.*

Foi um tempo difícil, claro. A mãe se fez amiga da famosa Nega Diaba, uma prostituta da qual se dizia que ia lá, na Rua Cabo Rocha, para roubar, que botava “coisas” nas bebidas dos homens para depois assaltá-los (“pra mim essa era ladra, não era prostituta”)<sup>28</sup>. Da Cabo Rocha, rua do Bairro Azenha famosa pelos cabarés, dizia-se que era um “antro de drogas” e um famoso ponto de prostituição da cidade<sup>29</sup>. A mãe chegava sempre bêbada, e as filhas, antes de ela sair

28 A Nega Diaba (Teresa Franco), ex-vereadora pelo PTB, “apadrinhada” pelo Sérgio Zambiasi, parece uma dessas lendas urbanas perante as quais não há acordo. Ver, por exemplo: [http://www.ptbrs.org.br/noticia\\_view.php?id\\_noticia=1390](http://www.ptbrs.org.br/noticia_view.php?id_noticia=1390) , <http://zerohora.clicrbs.com.br/zerohora/jsp/default2.jsp?uf=1&local=1&source=a2438413.xml&template=3898.dwt&edition=11897&section=1007> e <http://lovely69.blogspot.com/2008/02/valentines-day.html>

29 Segundo o livro *As ruas de Porto Alegre* (Terra, 2001), no ano de 1956 numa ação conjunta entre a Câmara de Vereadores e a Prefeitura de Porto Alegre, realizou-se um desalojo violento e radical de “marginais”



para a rua, faziam-lhe um chá que, quando acordava, ajudava-a a vomitar e a sentir-se melhor. Ela ficou três ou quatro anos se prostituindo às noites, “lá no meio disso”, até que baixou no hospital por causa duma vesícula que precisava ser operada. Depois nunca mais voltou à prostituição. As filhas já haviam crescido e decidiram procurar trabalhos para ajudar em casa e poupar a mãe do que elas interpretavam como um sacrifício. Jaqueline, a irmã, trabalhou então na lavanderia *Ok*, na Av. Getúlio Vargas.

Hoje a mãe vive numa casa pequena na Tristeza, seu sustento provém da aposentadoria do INSS como costureira.

*Tipo assim, eu acho que na cabeça dela, como quem diz... “já que ele fez isso comigo, eu vou virar mulher de todos os homens”. Digo eu, na minha imaginação.*

\*\*

Foi nessa época que a Janete “perdeu a virgindade” e começou a “trepar muito”. Ela não lembra idades. E me pede, pelo amor de Deus, não lhe perguntar isso. Sabe que foi pela metade dos anos 70 quando foi com a Nega Lu à festa em que, numa orgia, perdeu a virgindade. “Acordar com uma manchinha de sangue entre as pernas e o dedo enfiado na bunda de um cara” é uma boa lembrança, de um tempo divertido e tranquilo, sem drama nenhum e nenhuma nostalgia. Perder a virgindade não era uma grande coisa, “foi legal...”. Foi em uma festa. “Foda-se a primeira vez!!!”

*Put a sempre fui, né? Independente de ser prostituta, sempre fui puta... Para começar eu perdi a virgindade numa festa. A gente saiu da Oswaldo Aranha e daí eu fui pra uma festa num apartamento e bom... todo mundo já sabe essa história<sup>30</sup>. Não sei quem me comeu. Eu não sei, mesmo. Sempre gostei de foder, de me atirar, aquela coisa da sedução. Puta sempre fui, desde que comecei...*

Nesses anos, já na segunda metade dos anos 70, vinculada ao teatro e entregue ao mundo da boemia, fez sua primeira peça, a mesma que foi ver junto com a Nega Lu um tempo atrás. “Boneca Teresa”. Tinha namoradinhos, amantes. Morava na Casa de Estudantes e participava ativamente de todo o movimento estudantil. Foi na preparação da peça “Navalha na Carne”, do

---

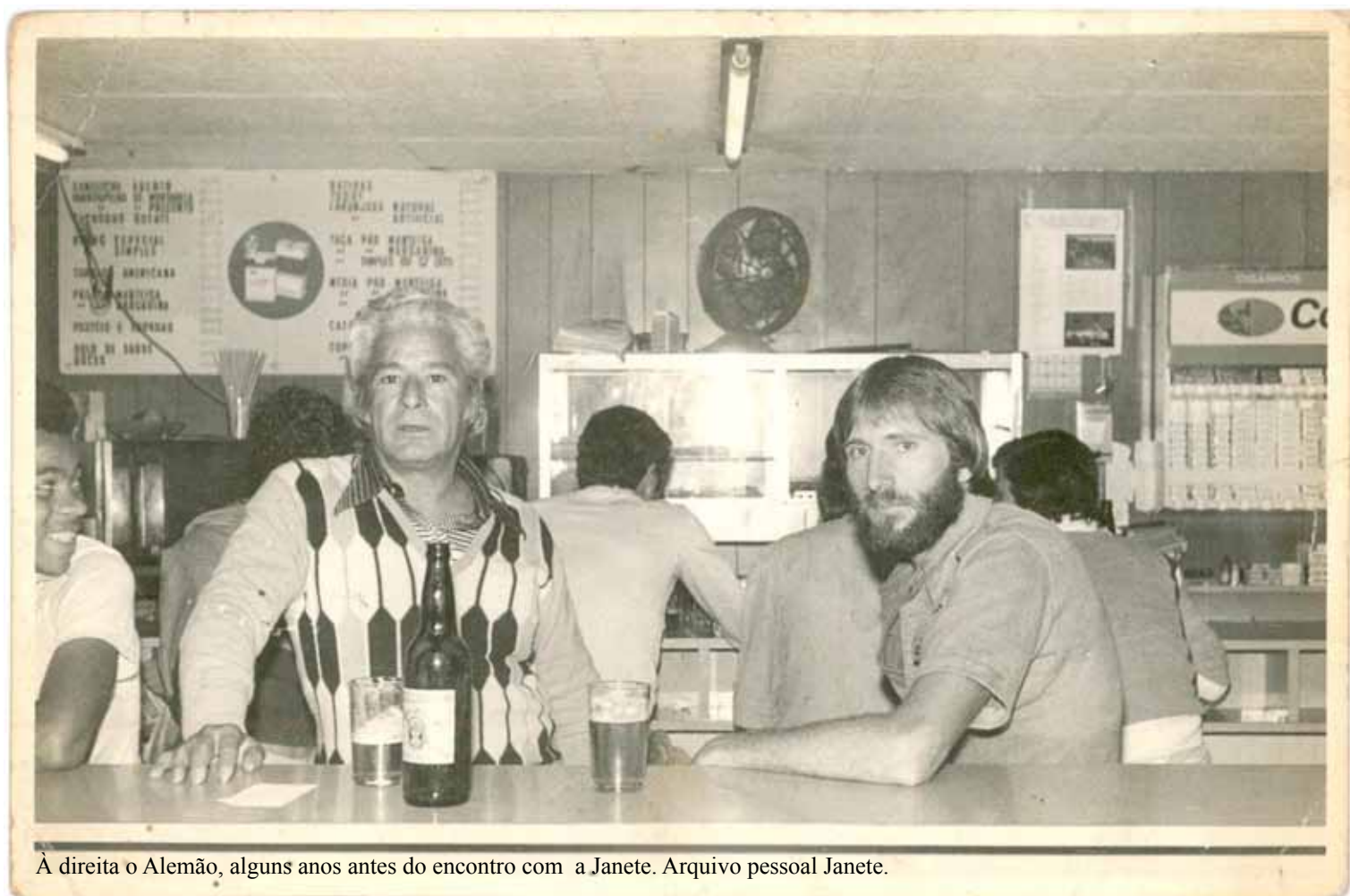
solicitado pelos moradores do setor. Mas isso não era suficiente. No dia 11 de novembro de 1956, os moradores apresentam um abaixo-assinado à Câmara dos Vereadores, no qual solicitam, para bem encerrar a limpeza, uma necessária mudança do nome da rua. “...a campanha contra o meretrício na Rua Cabo Rocha está vitoriosa. Praticamente 80 por cento do mal elemento ali aquartelado desagregou-se, indo fixar-se nos pontos mais distantes da nossa cidade.” (2001: 81) A proposta foi aceita pela Câmara, trata-se da hoje Rua Professor Freitas e Castro (médico higienista), entre a Av. Azenha e a Rua Zero Hora (Terra, 2001: 80-81).

30 Janete, nossa nega atriz-meretriz, publicita constantemente as mesmas histórias e causos sobre sua sexualidade. Nunca usei calcinha. Essa é uma afirmação que já escutei em todos os contextos e horas. A Fabi vendendo lingerie, e ela: “não, isso não é comigo porque eu nunca usei calcinha...” Ela em oficinas falando para outras mulheres sobre sua experiência na prostituição, ela na frente da minha câmera de vídeo na Voluntários... Em entrevistas, festas, jornais... No “argumento” de um documentário que alguém, faz algum tempo, está fazendo sobre ela, encontro que “Desde criança odiava usar as calcinhas de pano florido que a mãe costurava para ela e a irmã. Escondida no banheiro, livrava-se da peça insuportável e ficava de bunda de fora.” De menina gostava de ir pra escola com um pequeno prendedor de roupa pendurado do grelhinho... Ele ficava de um lado pra outro, embaixo da saia... “ahhh... olha, Miguel, tu não sabe como isso era gostoso!!!”

dramaturgo Plínio Marcos (parcialmente censurada e estreada em 1967 no Rio de Janeiro e São Paulo), com o grupo “Batalha Coletiva”, que decidiu fazer um laboratório na rua Voluntários da Pátria para conhecer de perto o mundo da prostituição. De perto.

Aí está ela, digamos que pelo ano 76, com vinte-e-poucos anos, sentada no balcão de algum barzinho da “Volunta”, com o quebrar das bolas de sinuca no fundo, o cheiro de álcool e a fumaça. Tenta se aproximar das prostitutas que frequentam o lugar. Está estudando e ganhando elementos, ganhando um corpo que lhe permitisse ser a Neusa Sueli da peça. Olha os gestos, as falas, as roupas, os hábitos das mulheres presentes. Quiçá pensa na sua mãe ou lembra das mulheres que conheceu dançando no Clube do pai. Ou quiçá não, radicalmente, não pensa nisso. Quiçá se sente profundamente seduzida pela exuberância e pela desordem; ela, “hippie”, artista e rebelde. Filha e fazedora de uma cidade que entrava na sua época dourada de rebeldia e imaginação. Irmã das revoluções, ativista contra a ditadura, estuda sistematicamente esses corpos, as elaborações estéticas, as relações.

A filha do José Célio tenta uma aproximação diferente à prostituição, tão próxima da sua memória; uma aproximação a través da observação e do estudo, quando um galã loiro e cheiroso senta-se do seu lado. Uma outra abordagem, que talvez ela não esperasse, se lhe oferecia. Os olhos azuis já vinham marcando o caminho do encontro. É um homem não muito bonito, vários anos mais velho que ela, com um olhar de malandragem irresistível e, na manga, as cartas que ela procurava. É o Alemão.



À direita o Alemão, alguns anos antes do encontro com a Janete. Arquivo pessoal Janete.

### **1.3 Dete**

*Eu estava na roça, aí me senti molhada... fui fazer xixi no mato. Já era quase meio dia que a gente ficava na roça. Então cheguei em casa, me lavei, tomei banho, lavei a calcinha... e agora? Não botei pano nenhum, porque não tinha os meus ainda.*

*Aí a mãe estava sentada na máquina, eu sentada na cadeira bebendo chimarrão e o pai sentado na porta. Daí o pai, 'vamo vamo trabalhar, que a roça está esperando, as enxada estão esperando...' Tudo em italiano pra nós. Aí a mãe olhou pra ele: 'a Dete não vai'. E eu, 'ué e por quê?' 'Porque vai chover'. 'E o que é que tem, eu sou de açúcar, que vou derreter?' 'Não, mas eu sei por que tu não vai ir'. 'Qual é, mãe, tu tá me pegando?' Daí o pai disse, 'se tua mãe está te falando é porque tu não pode ir'. Tá, eu queria saber o porquê... Mas meus irmãos estavam aí, e ninguém podia saber. Eram só as comadres que podiam saber.*

*Eu só fiquei sabendo o que era a menstruação porque eu me dava com as minhas irmãs mais velhas. Então eu perguntava que é que era o "Boboi" que elas chamavam a menstruação... "O Boi" ??? Mas e o que é o "boi". Que é um sangramento, assim e assim que sai sempre da xexeca. Então ninguém sabia o que é que era. A menstruação eu fui saber o que era depois, quando já saí de casa...*

*Eu já sabia que aquilo ia acontecer. Só que eu fui a única que tomou banho no primeiro dia. A única, ninguém podia. Eu, quando cheguei da roça, fui direto pro tanque. Aí quando a mãe falou aquilo disse assim: 'E pega aquele pano lá que vou fazer os teu'. Aí ela foi lá, cortou, bem quadradinho, bonitinho, fez bainha e tudo, bonitinho! 'Esses aqui são os teus'. Ela fazia uns dez paninhos pra cada guria. 'Tu vai usar, lavar, não quero uma mancha. Tu vai cuidar disso aqui que é teu. Não vai misturar com os das outras... Isso é teu'. Não tinha os absorventes que tem agora, eram panos, mangas de camisetas, camisetas velhas. Daí a mãe cortava, fazia paninhos... bonitinhos os paninhos. Só que vou te contar, se tinha uma mancha, ela jogava na cara. Tinham que ser branquinhos, branquinhos, branquinhos. Ela nunca deu um pano escuro pra nós. Até que eu usei poucos, como eu comecei a menstruar com catorze anos, daí quando saí de casa comecei a usar absorventes. Aí ela me explicou tudo, como é que colocava na calcinha, que se chamava "boi", tudo.*

*Então eu fui pedir explicação pra mãe, por que é que eu não podia ir na roça trabalhar. Que não podia porque se tomava chuva podia morrer... 'E por que é que tu não falou pro pai?' 'Porque teu pai não é burro, ele entende. Quando não é pra uma ir pra roça ele já sabe por quê'. 'Mas, e a mãe, como sabia que eu estava boboi?' 'Porque estava no teu olho'. Não sei o que é que eu tinha no olho... 'Teu olho mudou'.*

*Na manhã seguinte não podia ir pra roça porque tinha orvalho e não podia molhar os pés... Tinha que ser com água quente. Não podia ir no tanque lavar. Só que como eu era meio louca, eu ia no tanque, quando iam ver eu estava no tanque, bem faceira, lavando as pernas. Daí o pai... 'que vão estalar teus miolo!!!' E nunca aconteceu nada... Mas a mãe sempre dizia, 'isso vai dar resultado mais tarde...' E é, realmente, com 29 anos tirei as trompas, tirei*

*ovários, eu sempre tive problemas com o negócio de gravidez... Então é uma coisa que realmente deu problemas mais tarde. Mas aí eu não entendo é como é que as mulheres de hoje tomam banho na cabeça e tudo e não dá... Ou é por isso que as meninas de hoje estão sempre doentes? Porque nós não ficava doente. Nunca. Eu me criei sem ver hospital. A única vez que fui, foi no farmacêutico, que comprei remédio pro estômago. Nunca tive outra coisa. As meninas hoje são tudo doente. Hoje eu acho que isso tem um pouquinho a ver. Por que é que eu sou a mais doente da família? Hoje em dia eu vejo que a minha mãe tinha razão... Eu sempre tomei meu banho.*

Linha Lemes - Modelo, Santa Catarina. Uma granja que produz feijão, soja, milho, leite de vaca, ovos, carne de galinha e de porco para o consumo da própria família e para vender ou trocar por outros produtos. Um núcleo familiar de ascendência italiana, estruturado ao redor da autoridade e da organização materna (que incluía uma estrita linha de respeito e obediência geracional) e do trabalho comum na roça, comandado pelo pai. Próximo à fronteira com Paraná.

Os avós da Dete chegaram da Itália; a *nonna*, varinha em mão, xingando em italiano entre a casa e a roça, perseguindo a menina que se escondia durante três ou quatro dias na casa vizinha pra não apanhar. E apanhava, não importava o dia que voltasse, a *nonna* não esquecia. Pai e mãe casados pela igreja, quinze filhos nascidos vivos trabalhando juntos na roça ou já fora do lar construindo suas próprias famílias. É por volta do ano 78 quando a menstruação chega pra menina. Há no mundo uma revolução sexual em marcha e no país, uma ditadura. De nenhuma das duas se escuta falar. Em 1975, em Paris, na França, um grupo de prostitutas toma a igreja de Lyon para denunciar o estado cafetão: é o símbolo que marca o início dos movimentos políticos da categoria da qual Dete, alguns anos mais adiante, fará parte.

Com doze anos saiu da escola para trabalhar em casa porque os irmãos mais velhos tinham já ido embora. Era mais esperta que os outros. O normal era fazer até segunda, terceira série. Ela fez até a quinta. Doze anos e já na quinta série, tinha chegado mais longe do que a média das crianças vizinhas. Porém, seu prazer principal na escola não era estudar, era jogar bola, “dar pau nos guri”. Dar pau nos guri. Amava dar pau nos guris. Mas agora era trabalhar na roça.

*O único que menino não podia fazer era lavar roupa. As meninas tinham que lavar, passar, cozinhar e trabalhar na roça feitas que nem boi. Tanto que eu parei num hospital de tanto carregar peso.*

*(...) Eu estava com vinte-e-poucos sacos de feijão na rua. Que eu tinha colhido e estavam aí pra secar. De noite a gente botava nuns sacos para guardar e no outro dia botar de novo. Mas deu tempo para chuva e o pai disse: 'tem que colher, tem que colher!'. Então comi aquele tortéi que tinha feito e fui carregar peso. Aí fodeu. Deu uma dilatação no estômago. Eu vomitaaaava... Passei mal... Então fui pro hospital porque não agüentava nem comer. Fiquei uma semana.*

*Passaram três dias e eu falei pro médico que eu tinha que ir pra casa porque tinha que cuidar da casa. (...) 'Eu vou fugir'. (...) De tanto encher o saco do médico, o médico me tirou embora. Mas daí marcou assim, que era pra daqui a uma semana eu voltar. Daí o médico fez o pai firmar um termo de*

*comprometimento de que ia me trazer dia x. Eu tinha vinte anos, mas na época era menor, né? Eu estava ainda no INPS do pai. Aí o pai tinha que assinar o termo de comprometimento, e se não me trazer, o médico podia botar na justiça o pai. Então, na época dava, hoje em dia não dá puta que pariu.*

*No dia que o médico marcou, meu pai me levou de volta lá. (...) O médico disse pro pai 'ela é uma mulher, ela não é um homem pra erguer 80 quilos num ombro'. Aí o pai olha pra ele e diz que era a única que podia fazer, que ele não tinha quem fizesse. O pai era operado da coluna. 'Então troca um dia, manda ela fazer alguma coisa leve em outro lugar e traz um homem da outra roça te ajudar.' 'Que peso, nem que nada, não vou ir trabalhar nas casas dos outros!' Aí nunca mais fiquei doente... e já daí eu fui embora de casa.*

A vida na roça é lembrada com muitas saudades, narra-se quase sem nenhuma precisão de datas e idades. Era uma adolescência feliz, de campanha, lembrada como um espaço de força, brincadeiras e muita inocência. “Não tinha a maldade toda de hoje em dia”, afirma ela. A Dete gostava, já mocinha, talvez perto da idade de ir-se embora, dos passeios que a “gurizada” realizava para tomar banho em rios próximos. “Era rebeldinha”. Iam meninos e meninas, “gurizada rebelde” - enchiam uma combi, bebiam, iam aos bailes, mas sempre sob o patamar do “respeito”, afirma ela. “Não agarravam as xexeca, as teta da gente”. Não havia “destrato” dos meninos com as moças: era quase um jogo de crianças. Eles eram bem guris, e os pais não pareciam se preocupar. “Nós brincava junto, passeava... Hoje não dá mais para isso aí.” O tempo do sexo veio mais tarde, com a cidade grande. Nem o Neguinho dos seus amores proibidos (pelo racismo do pai e dos irmãos) acessou a virgindade guardada.

*- Se um dia eu voltar lá e ver o neguinho eu vou comer ele, porque eu não comi ainda!!!!*

*- Mas e por quê?*

*- Porque eu era mocinha ainda... Eu tinha medo de engravidar... Daí não dei, mas se eu encontrar ele eu dou.*

*- E não sabia de camisinhas ou pílula?*

*- Não sabia de naaada disso. Seu eu soubesse de camisinha claro que tinha dado!!!!*

*- E era só por isso? Ou tinha alguma coisa mais romântica, tipo casar ou sei lá...?*

*- Não, nunca passou pela minha cabeça eu casar, trocar meu nome... Eu não queria era casar, tirar o nome do meu pai, nem ter filhos. Então não era por isso. (...) Com catorze anos eu disse pra mãe que não ia casar nem ter filhos. E não casei nem tive filhos.*

No mês de julho do ano 1981 a mãe morreu. Há dois anos a família acompanhava a quimioterapia que buscava combater o câncer de seio que a ameaçava. Em abril tinham comemorado os dezoito anos da Dete. Foi uma morte relativamente tranquila, em casa, acompanhada pelos filhos e pelo assustado marido. Nesses dois anos muito do capital e da força do trabalho da família tinha se destinado a pagar o tratamento. Tiveram de começar a vender porcos, galinhas, vacas, terras. E Dete, então, começou a trabalhar fora de casa para conseguir



Arquivo Pessoal Dete



algum dinheiro adicional. Trabalhava na roça familiar durante a semana e no sábado saía para a casa de uma prima, em Serra Alta, Modelo, SC, onde trabalhava como doméstica.

Com a morte da mãe, a família acelerou um processo de transformação (migração, urbanização, individuação) que já vinha experimentando. Olinda, uma irmã mais velha que já morava em Gravataí (região metropolitana de Porto Alegre) fazia alguns anos, estava junto quando da morte da mãe. Era uma sexta-feira. Ela propôs para o pai ir-se embora com ela para passar a dor. Mas o velho não aceitou. Recusou-se a abandonar as crianças e, num pacto explícito, pai e Dete juraram nunca se abandonar. “E eu nunca abandonei ele e ele nunca me abandonou, tanto que quando eu vim pra cá ele foi me levar na Rodoviária como a uma criança pequena.”

Dete não queria mais morar lá. Estava cansada de trabalhar na roça, de lidar com a desobediência dos irmãos ao seu cargo. A unidade produtiva-familiar tinha se perdido com a doença e a morte da mãe.

*Meu pai era muito mulherengo... A gente trabalhando feito doido e ele saia comer puta por aí! Não é pelas puta, eu também sou puta, mas é que ele era muito mulherengo. Ele ia pros cabaré, ele entrava às vezes no sábado e saía só segunda, terça... Voltava duro. Ainda antes da morte da mãe já era assim... Imagina depois.*

Dois anos depois da morte da mãe, foi a Dete quem aceitou o convite de Olinda. Já a Ica, uma das irmãs mais novas, assim que a mãe morreu, pegou suas coisas e foi-se embora para a capital. Então quando a Dete finalmente saiu de Modelo e seus arredores, chegou com caixa e mala e cuia e queijo da colônia na casa das irmãs. Começou a trabalhar como faxineira com carteira assinada numa casa de família. Rondava os vinte anos e começava a sua vida sexual. “Quando perdi o cabaço? Foi com um alemão nojento que namorava”.

Era o centro de Porto Alegre no início dos anos 80. Uma moça “cataúcha” forte, trabalhadeira, de cabelos e olhos claros e forte sotaque de “gringa”, começava a encarar as promessas que a cidade grande oferecia. Era ela e centenas de homens e mulheres que migravam para a capital e a região metropolitana<sup>31</sup>. Muitas das terras de pequenos produtores “italianos” começavam a ser compradas ou alocadas pelos grandes produtores de vinho e outras empresas maiores que cresciam no Estado<sup>32</sup>. O trabalho como faxineira era cansativo, mas não era grande coisa comparado com o que seu corpo fazia desde sempre lá na roça. O problema era outro, além do dinheiro, cuja escassez é pilar central na construção da cidade. O problema, se existia algum, era realizar todo aquele trabalho para uma patroa, para uma casa alheia, para alguém que se autorizava a mandar sem que existisse nenhum laço de parentesco ou de solidariedade.

31 Na Região Metropolitana de Porto Alegre, nos anos 40, se concentrava o 12% da população do Estado. Para 1970 foi o 23%, para 1980 o 29% e para 1991 o 33%. Na década seguinte o incremento não foi tão significativo. Fonte: Jardim, Barcellos 2005: 79. Entende-se que a chegada da Dete, da Soila e da Nilce faz parte desse movimento populacional que nas décadas de 1970 e 1980 quase duplicou a população da capital. Ver: Fundação de Economia e Estatística do RS: [http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg\\_populacao\\_tabela\\_03.php?ano=1990&letra=P](http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_populacao_tabela_03.php?ano=1990&letra=P)

32 Ver: Azevedo 1994; Constantino, 1991; Ponso, 2003.

Uma manhã de domingo, quando a faxina tinha descanso, ela, a Ica e outras amigas e amigos foram a um jogo de bola “sei-lá-onde” perto de Porto Alegre. Era uma saída como aquelas lá da colônia. “Daí fomos, bem faceiras, brincando... E aí estava ele.” Júnior era o motorista da Combi. Um moço interessante, trabalhador, mais ou menos da mesma idade dela, que conseguia seu sustento de dirigir uma lotação em Porto Alegre. “Começamos a falar e, bom, tu sabe como é que é, terminamos namorando. Antes de transcorrido um mês, ele já tinha me botado na quadra... Moramos juntos dois anos. Ele foi meu gigolô, meu primeiro gigolô”.

Pausa. Dete, como assim ele te botou? Pra mim isso foi sempre uma intriga. Como é que alguém bota outrem na quadra? Como é que acontece isso de hoje uma mulher não é prostituta, alguém a bota na quadra e no dia seguinte ela é prostituta?

- *Pois é, Miguel, ele começou com aquele papo... 'Quem sabe se a gente faz algum dinheiro extra... tu não gostarias de trabalhar em alguma coisa menos cansativa e ganhar mais dinheiro? A gente poderia viver melhor...' E quem não quer ganhar mais, Miguel?*

- *E foi fácil esse trânsito?*

- *Foi. Quer dizer: não, não foi. As primeiras semanas era muito esquisito... eu me sentia esquisita... suja... sentia meu corpo muito sujo... Mais ainda naquele tempo sem camisinhas... e nos boquetes! Mas bom, já era. Daí fui acostumando e depois foi sem problema...*

Numa conversa posterior (25 de março de 2008, sendo que a anterior era de abril de 2007) Dete nos permite ver outra perspectiva daquele “ele me botou”. Uma narrativa na qual ele, o mítico cafetão que bota na quadra, só aparece como uma referência tangencial.

*Eu tinha duas irmãs minhas que trabalhavam de domésticas... Daí eu vim pra cá trabalhar de doméstica também... Depois conheci a Nilce e o Marcelo e o meu primeiro gigolô e aí fui pra puta que pariu... Na real eu entrei sozinha, porque eu vinha pagar as conta de uma patroa minha no Banco do Brasil... não, no Banrisul, e eu passava ali e tinha uma irmã que era prostituta ali [a Ica foi-se embora para Porto Alegre e entrou na prostituição antes que a Dete], daí eu parava e ficava conversando com ela... Teve um dia que eu vim ali pagar as conta e parei conversar com ela e chegou um velho e começou me arrojar querendo me dar dinheiro pra sair... E num primeiro momento eu não queria. Então minha irmã arrumou e eu saí com ele... No pouquinho que eu fui no hotel com o velho ganhei mais do que o mês todo que eu trabalhava. Aí nos sábados eu saía de lá e vinha pra Praça d'Alfândega batalhar.*

- *Por que decidiu aceitar?*

- *Porque no início eu não queria e o velho insistia... Mas daí minha irmã disse que saindo com ele eu ia ganhar mais dinheiro do que o mês todo que eu trabalhava. Daí eu peguei e fui, e realmente, ganhei mais dinheiro. Então comecei a estar todo fim de semana... E vi que era melhor batalhar do que trabalhar.*

\*\*

Não houve chantagem, manipulação nem univocidade de um homem dominante e perverso. Houve, talvez, uma boa opção de conseguir dinheiro, uma opção já familiar, já

constituente de parentesco e do universo das relações cotidianas (o pai “ia nas puta”, a irmã era prostituta em PoA), uma opção que foi se experimentando aos poucos, com cuidado. Dete sempre conta que uma das coisas que a fez continuar foi ter encontrado clientes, como o velho da primeira vez, muito gentis e cuidadosos. Era melhor batalhar do que trabalhar. Talvez na batalha se encontrassem ganhos e universos que no trabalho não, talvez batalhar, e não trabalhar, como universos de experiência corporal, fosse mais próximo da sua trajetória de vida na roça da serra catarinense, das suas expectativas de vida, de temporalidade, de solidariedade... Hoje em dia, apesar da hegemonia do discurso profissionalizante e trabalhista da prostituição, escuto com frequência, em conversas desprevenidas e principalmente de mulheres que se prostituem na rua ou por anúncio, que “é muito melhor batalhar do que trabalhar...” Assim, traçando uma cisão entre o trabalho e a batalha...



Arquivo Pessoal Nilce

#### ***1.4 Nilce***

“Eu não guardo sofrimento. Para mim ontem foi ontem e morreu... é uma maneira da gente viver bem, assim, não é?”

Nilce nunca me falou muito da sua vida antes da prostituição. Sempre palavras muito curtas e frases sem desdobres. Silêncios e pulos pra frente. Nunca me senti à vontade para insistir. Ela, como a Sô, odeia “história”, mas a Sô gosta de falar.

Perdido nos meus diários de campo, e entre perguntas para desentruvar os monossílabos, encontro fragmentos de uma criação no interior do estado. Por meados dos anos 50, um pai moreno, “não preto, brasileiro”, e uma filha de russos fundam uma família no pequeno Três de Maio, município da região noroeste do Rio Grande do Sul. Ele é caminhoneiro, motorista; ela, do lar. Nilva, Nilza, Nilda, Nilce e Neila são as pequenas crias da família. Nilce é forte, grande, bem loira, de cabelos cacheados como o pai e muito branca como a mãe. Era o ano de 1963 quando ela nasceu e, uns meses depois, terminando o inverno, a família se deslocava para a Argentina. Deve-se a isso, interpreta Nilce hoje, toda a confusão com seu registro de nascimento. Nilce tem duas idades. Às vezes 45, a biológica, às vezes 47, a de papel. O registro foi feito duas vezes. É uma enorme vantagem. Para trabalhar, ir no cinema adulto, para se aposentar, enfim.

O pai trabalhava dirigindo um caminhão que transportava palmito. Eles iam buscar o produto lá dentro do mato e o transportavam até a fábrica. Ou alguma coisa assim. Algumas imagens ela lembra da casa, da vida lá. Depois de mais ou menos cinco anos na Argentina, a família volta ao Brasil, desta vez, ao Paraná. Mas o retorno não é grato. Um tempo depois de

terem voltado, a mãe adoece e morre. “9 de julho, eu fiz nove anos o dia 27 de julho. Disso nunca esqueço”. Sem nenhuma pausa a narração continua, tranquilamente. Numa calorosa tarde de janeiro de 2009 no NEP, tentamos fazer um mapinha mínimo das suas relações familiares e afetivas. Então voltam para Três de Maio e, antes de um ano da morte da mãe, o pai casa com outra mulher.

Encontro em alguma página mal escrita dos meus primeiros diários de campo, quando comecei a me fascinar pela força e pela calma dessa mulher, que, após a morte da mãe, o pai a tinha deixado sob o cuidado de uma família rica em um município próximo. Alguma outra vez perguntei isso de volta e ela desconversou. A pequena Nilce não gostava de ficar lá. Era tratada como uma faxineira. É bem provável que para a família receptora, de fato, o entendimento fora esse. O pai ia visitá-la com muita regularidade. Às vezes sozinho, às vezes com a madrasta, com quem até hoje ela mantém uma boa relação. Um dia de visita, já cansada, depois de muito ter pedido para o pai levá-la embora dali, decide escapar.

E lá vai ela. Com uma mochilinha pequena, roupa confortável e os cabelos bem presos. Com aquela sensação de liberdade que até hoje será horizonte fundamental da sua vida. Lá vai ela, escondida na parte de trás do caminhão do pai. Ele, claro, não teve outra chance que aceitá-la de volta, talvez pelo reconhecimento de que sua intenção de deixá-la em boas mãos, umas que a cuidassem e protegessem, era desfeita pela atitude escravista dos outros. Não sei o que aconteceu com as irmãs. Não sei como foi o cotidiano dos anos com a madrasta, mas a Nilce também não faz muita questão de trazer à tona aquele novo arranjo doméstico. Ela querera mais é falar da ética do trabalho, da sua família e da prostituição.

“Aos onze anos comecei a trabalhar. Porque, naquela época, menor podia trabalhar”. Caixa de supermercado, sua primeira profissão. É isso que consta do seu registro do INSS: caixa operadora. Continuou morando na casa paterna, interrompendo os estudos, sustentando-se sozinha. As irmãs mais velhas foram embora de casa, e o pai e a madrasta, pedagoga, tiveram mais dois filhos: Fernando e Marília. Com o Fernando sua relação sempre foi próxima, assim como com as irmãs mais velhas, mas da Marília só agora, na maturidade, começou a se aproximar e a tecer com ela alguma confiança.

Parece que Nilce sempre gostou de namorar. Sempre muito discreta, mas sempre namoradeira, com dezessete anos ficou grávida da Jose. O pai é “um preto” que ela namorou lá em Três de Maio. Nunca moraram juntos. Depois do nascimento da Jose, o relacionamento termina e Nilce sai da cidade. Muda-se para Campo Bom, RS, para trabalhar em uma fábrica de calçados. Lá vive também a mãe do “preto” pai da Jose, com quem a pequena morará por vários anos. Alguns anos depois, já com vinte ou vinte e um, a Nilce conhece o Rubem e com ele começa a namorar. Ele será o pai da Juliana, a filha mais nova dela. De novo, o namoro não dura muito e, já cansada de morar em cidade pequena do interior, Nilce começa a projetar sua saída para Porto Alegre.

Não tinha família na Capital, ninguém com quem pudesse estabelecer uma base ou que

pudesse ajudá-la na criação das filhas. Por isso opta por deixá-las em melhores condições. Jose com a avó, e Juliana com o Rubem. As duas irmãs vizinhas, em Campo Bom. Por volta dos 23 anos, Nilce larga tudo e só com alguns pertences envereda-se para Porto Alegre. Sobre a sua chegada e as primeiras semanas, não nos resta mais que a imaginação. Talvez, como a Soila, tenha morado numa pensão no centro, perto da Rodoviária, um local barato e que ficasse perto dos lugares onde procuraria trabalho. Talvez sentisse as maiores saudades das pequenas, ou talvez um alívio em segredo. Caminharia sozinha, tranquila e esperançosa pelas ruas do centro da cidade, conhecendo aos poucos seu novo lar. Por ali conheceria seus primeiros amigos e amigas em Porto Alegre. Assim que chegou, começou a oferecer seu sólido currículo de mais de dez anos de experiência em todos os lugares possíveis.

*Parei de trabalhar na fábrica de calçados, vim pra Porto Alegre, fiquei numa pensão e fui arrumar um serviço, no comércio, como caixa operadora... Daí fiz entrevista e fiquei no primeiro lugar e não sei o quê. Só que nesse meio tempo eu arrumei um namorado. Só que esse namorado era vagabundo e eu não sabia. Eu não sabia. Porque até então eu tinha o mesmo conhecimento de "essa vida" que vocês têm. Eu também já tive essa percepção que a sociedade ainda tem. Por isso é que eu costumo dizer que muitas vezes não é um preconceito e sim uma falta de conhecimento. (...)*<sup>33</sup>

- Vagabundo?

- Gigolô, que não trabalha... Sei lá, desses que exploro as mulheres, essa coisa toda [voz de dramatização melodramática]. Daí ele me falou e eu fui. Fiz o meu primeiro programa e gostei. Ganhei meu dinheiro, larguei o meu serviço e continuei. (...)

*Eu fiz o teste e tudo mais para mim trabalhar no Zaffari de Higienópolis [bairro de classe média da região norte de Porto Alegre], mas, quando fui saber o salário que ia ganhar, o programa dava muito mais do que o salário. É brincadeira, para caixa operadora eles não pagam quase nada!*

*A isso me levou a falta de conhecimento, eu não sabia que existia esse tal mundo de gigolô, de vagabundo... Ele era bonito, lindo, maravilhoso... Ninguém nunca me falou sobre isso: 'cuidado que no mundo existem pessoas assim assim e assado também'. Por isso hoje eu falo pras minhas filhas, e outras gurias por aí... Mas também tem a parte de tu te apaixonar por ele... Eu me apaixonei de cara! Ele era bonito, maravilhoso, tinha bom papo... tu só conhece as pessoas superficialmente... E isso é geral pra tudo, não só pra prostituição.*

*Uns dois, três meses depois que começamos a namorar, ele chegou e... 'Pois é, quem sabe tu... e a gente... e não sei o quê...' Eu me apavorei. 'Não, Deus me livre'. Porque eu pensava como é que aquelas mulheres não arrumam uma faxina. Eu pensava isso. 'Por que é que elas não vão trabalhar?' Mas eu nunca pensei que eu poderia um dia também fazer isso. E daí já fui conhecendo outras gurias que faziam também, nesse meio tempo, que ele me apresentava... A Dete foi uma dessas, ela tinha começado também fazia uns dois meses... A prostituição foi a grande escola da minha vida. E continua sendo...*

---

33 Entrevista realizada na casa da Nilce, no início do meu trabalho de campo, ainda no ano 2006.

A conversa é interrompida pela chegada do neto mais velho, que naquela época devia ter uns cinco ou seis anos. Estamos na casa dela. Própria. Um terreno grande no bairro SanSouci, no município de Eldorado do Sul, região metropolitana de Porto Alegre. Na casa dos fundos mora a Nilce com a Jose, a pequena Julia e, hoje (2009), o novo namorado da Jose. Na casa da frente, um pouco maior, mora a Juliana, com seu marido, a pequena Luana e o Bruno.

\*\*

Em uma outra conversa, sentados no NEP no meio do asfíxiante verão porto-alegrense (de 2009), Nilce conta que depois da frustração que foi saber o salário do Zaffari

*...de noite o Marcelo me falou, 'quem sabe a gente vai na [rua] Senhor dos Passos' [entre Voluntários da Pátria e Rua dos Andradas, naquele tempo era um reconhecido quarteirão de prostituição de rua]. 'Então tá, vou ver, vou ver como é que é isso'. E daí peguei um cliente que era um senhor idoso, nunca esqueço, bem idosinho. Daí o Marcelo me disse quanto é que era pra cobrar... Eu não lembro o valor agora, mas é como ir hoje e cobrar R\$ R\$ 50 por fazer um programinha ligeirinho. Daí eu gostei. Aí aquele dia fiz esse programa e no dia seguinte fiz mais e daí fiquei. E sempre pensava: 'ah, mas e se eu trabalhasse...' Agora, nunca me preocupei com questões morais... Eu pensava assim: 'puta! transei tanto tempo com o pai da Juliana, dei tanto tempo pra esse filho da puta e nunca cobre nada!!'*

Mas a Nilce não fica tranquila com a história de o Marcelo tê-la colocado na quadra. Fundamentalmente, na informalidade de conversas no NEP, na Praça da Alfândega ou em tantos outros lugares, ela se posicionou em outro lugar. “Eu botei o Marcelo na quadra”, é a frase mais recorrente e celebrada, a que suas colegas lembram em primeira instância. “Entramos juntos” é outra versão que parece mais moderada. De maneira diferente do Mimoso da Sô ou do Alemão da Janete (que já tiveram mulheres na batalha), Marcelo não era nem mais velho do que ela, nem, previamente, gigolô. Ele, amigo do Júnior da Dete, era um jovem que “se virava” fazendo bicos e que queria conseguir mais dinheiro. Certamente eles conheciam o mundo da prostituição. Marcelo, por exemplo, trabalhava para e era apadrinhado por Seu Nereo, o gerente de um “hotelzinho de programas” aí no Centro. Ele ajudava o “velho” em diversas funções quando começou o namoro com a Nilce. Talvez tenha visto na Nilce sua possibilidade de entrar no negócio... talvez não, talvez só tenha se apaixonado. Talvez tudo junto.

Então a Nilce foi a sua primeira mulher na quadra e a sua primeira esposa. “Aprendemos juntos”. E essa experiência será um marcador fundamental na constituição dessa relação. Abre-se o caminho para longas e intensas relações de troca nas quais cada um colocará em jogo o seu capital e os seus interesses; estabelecendo assim, em negociação com a lógica cultural, relações mais ou menos assimétricas, mais ou menos predatórias. Contudo, tecidos de amor, de paixão, de acolhida, amizade e parentesco são muito presentes nessas narrativas.

\*\*

De novo, a figura desse namorado malandro, o lindo e maravilhoso Marcelo, ocupa um lugar fundamental nas narrativas do início da “vida”. De novo esse “início” aparece nas



Arquivo Pessoal Nilce





narrativas como uma complexa trama de decisões e reflexões. Como um testar prático em presente contínuo... ir decidindo. O “início na prostituição” é um tema muito delicado na arena das políticas da prostituição. É ali onde, por exemplo, muito do discurso patologizante e salvacionista se esforça por encontrar razões, depoimentos, argumentos. Espera-se uma “queda”, uma falta essencial, uma traição, um seqüestro, o abandono da miséria. É sempre a necessidade da explicação, da justificativa que liberte a mulher imaginada das suas próprias decisões. Isto é, a prostituição seria algo tão, tão ruim e longínquo, que só por uma doença ou uma falta moral, ou então por uma crua exploração, uma mulher entraria nessa vida. É na radicalização de narrativas levantadas com centenas de mulheres prostitutas, como as aqui apresentadas, que muito do discurso do Movimento da categoria vai se basear. Numa lógica individualista moderna e, às vezes extremamente racionalista, funda-se “a mulher que decidiu ser prostituta”<sup>34</sup>. Nilce, como as outras três, refletem a tensão que é responder isso para um pesquisador não muito conhecido, ou para um amigo; responder isso em uma entrevista oficial ou em uma conversa informal. Não se trata de contradições nem muito menos de mentiras, mas da enorme complexidade e ambigüidade que constitui essa memória.

Trata-se da junção de projetos e de decisões que vão se construindo sobre a marcha do presente e da memória, que nunca acabam de estabelecer-se e que ultrapassam em muito a não-opção, a “desculpa” pela pobreza ou a perversão masculina. Trata-se, sim, talvez, como nos contam a Nilce, a Dete e, especialmente, a Soila, de uma certa ingenuidade de moças interioranas (que não conhecem esse universo cêntrico da Capital, que não imaginam certas relações) colocada em jogo em um universo de masculinidades malandras supervalorizadas e, digamos, pouco escrupulosas.

Nesse sentido é muito importante ressaltar na argumentação da Nilce um assunto que será transversal na leitura desse trabalho. Como expus detalhadamente no artigo sobre prostituição, pobreza e conflito armado na Colômbia (Olivar, 2008), e no trabalho sobre direitos sexuais (Olivar 2007 [2009]) se existe um mote que gera dor, um “isso” do que sempre se quer fugir e onde a ingenuidade se paga caro, não é exatamente a prostituição. O “isso”, que a Nilce evocava anteriormente com certa lástima e do qual a Soila fugirá é o universo dos gigolôs, a lógica perversa da cafetinagem/conjugalidade/trabalho, não a prostituição. Trata-se de um fundamental processo de construção da prostituição como uma experiência não necessariamente vinculada àquelas relações, a gestão de uma forma endógena de imaginar e sentir a própria experiência e as possibilidades. O “isso” do que a Lady tenta fugir (Olivar 2008), e até para isso mesmo testa a prática do sexo pago, é um sistema de relações de gênero, de parentesco e de classe extremamente violentas para uma “mulher pobre, gorda e feia” como ela.

Na história da Janete não parece haver duplos jogos. Mesmo que a aceitação da proposta não seja fácil e precise de um ano de “convencimento”, foi lá na própria ‘zona’ que ela conheceu e se apaixonou pelo Alemão. É ela quem toma a iniciativa de mergulhar no universo dele, quem

---

34 Referência ao recente livro da Gabriela Leite, liderança nacional do Movimento: “Filha, mãe, avó e puta: a história de uma mulher que decidiu ser prostituta” (Leite 2009).

corre atrás, busca e, já seduzida e apaixonada, por ele e pela “Volunta”, vai decidindo pela vida. Ela era já, até por sua história familiar, uma mulher muito mais próxima das lógicas da noite na cidade, do sexo comercial, das “sexualidades transgressoras”.

Virar prostituta é uma decisão que essas mulheres narram sempre como tomada em relação com a categoria “família”, seja como pré-existente nas trajetórias de vida, seja como pedra de fundação das novas famílias desejadas ou requeridas. O lugar moral que a imagem prostituição ocupa na experiência dessas mulheres era (e continua sendo em algumas) extremamente ambíguo. No livro “Família, fofoca e honra”, Cláudia Fonseca (2004), sugere que a “prostituição”, nas camadas populares, não é um universo tão longínquo e exótico como poderia acontecer nas camadas médias. Sua demonização moral-sexual não parece ser tão consistente, pelo menos nos discursos femininos, talvez porque a experiência próxima desestabiliza o preconceito...<sup>35</sup> ou talvez porque o tal “preconceito”, como sugere Claudia Fonseca, nunca conseguiu estabelecer raízes tão fundas e firmes em todas as camadas, grupos e setores sociais. Talvez seja isso o que possibilita a muitas mulheres prostitutas o desmantelamento mais ou menos bem sucedido e mais ou menos simples das suas próprias restrições morais. Agora bem, vemos também que não é uma decisão banal e que só se faz efetiva como um exercício coletivo. Uma decisão nunca muito fácil, mas sempre parte e resultado de processos de sedução e de parcerias masculinas (às vezes chantagem, é verdade), assim como de intensos universos reflexivos femininos (Nilce com a Dete e outras, Dete com a irmã, Soila com a Renata, e Janete...?).

---

35 É interessante notar como a presença de mulheres de camadas médias na prostituição é cada vez maior, pelo menos em países como Brasil e Colômbia. Talvez esse fenômeno se deva a uma tendência mundial de empobrecimento e escassez de possibilidades profissionais, junto com uma consolidação de multiplicidades de projetos de vida femininos e a presença generalizada de um discurso de “tolerância” ao “trabalho sexual”.

## II. FAZER(-SE) UMA PUTA ESPOSA...

### 2.1 *Dete & Nilce > Núcleo Alfândega*

“Eu sempre apanhei dos meu macho, mas nunca apanhei quieta”: Dete

É o início dos anos 80, olhamos para o mundo desde um dos bancos da nobre Praça da Alfândega, no centro de Porto Alegre. Enquanto ouço, sinto saudades de um universo que jamais conheci (eu me fazia criança numa casa de classe média em Bogotá, enquanto elas se faziam prostitutas em Porto Alegre: a Praça da Alfândega só começou a existir para mim em março de 2006) (Imagens)<sup>36</sup>. Um tecido de frondosas árvores anciãs guarda um dos lugares mais belos e mais interessantes da cidade. A Praça da Alfândega foi sempre um espaço de intensa sociabilidade das mais diversas redes, grupos e pessoas e, nas lembranças mais antigas de algumas delas, ainda com circulação de veículos particulares e de transporte público. Engraxates, camelôs, aposentados jogando damas, artesãos, malandros, pequenos vendedores de drogas, algum morador de rua, famílias de várias camadas sociais, crianças brincando nas pracinhas, algum artista para quem deu os anos 70, socialistas resistentes, mulheres vendendo um cafezinho, executivos circulando com pressa, desempregados no sol das segundas-feiras, crentes aumentando proliferando... e discretíssimas putas com suas bolsinhas penduradas no ombro e um cigarro nos lábios. Policiais fardados sempre fazendo ronda, circulando e ameaçando; policiais secretos, “X9”, transformando-se em moradores de rua, em compradores de drogas, em clientes excessivamente conversadores...

É aquele tempo e lugar o berço de uma das relações mais sólidas e bonitas dessa história toda. Uma amizade. Um conjunto de bancos de ferro e madeira no beco sudoeste da Praça. Nilce e Dete se conheceram lá, começando no negócio do sexo mais ou menos ao mesmo tempo, mais ou menos com a mesma idade, e com trajetórias de vida relativamente similares. Menos de um ano levavam na capital a “gringa” e a “polaca”, e não sentiam nenhum impulso de pensarem-se enquanto vítimas da vida ou de explorador nenhum... E não sentiam nenhuma vontade muito muito forte de serem as esposas de alguém. Elas estavam ali para ganhar o mundo amando e trabalhando. Júnior, marido da Dete, e Marcelo, marido da Nilce, eram amigos bastante próximos. Eles também começavam juntos no negócio, fazendo sua parte, porque naqueles tempos a parte masculina do negócio... e da vida, se sabia necessária.

No início Dete e Nilce moraram cada uma com o seu amor em algumas das muitas pensões do Centro. Perto da Praça, se não às margens dela. Era o início do romance. Elas não eram mais umas menininhas, eles não eram uns expedientes cafetões. A relação não se construía no nível de assimetria que, veremos, foi marcante para as outras. Contudo, continuavam sendo eles que tinham a prerrogativa de ditar as normas do trabalho. Dava-se início a um processo de

---

36 Sobre a história, arquitetura, transformações urbanísticas e “cotidiano” da Praça da Alfândega, desde duas abordagens diferentes, ver: Pedroso, 2007, e Flores, 2005. Para uma abordagem antropológica “experimental”, sobre as relações sociais na Praça, ver: Gravina, 2006. E para uma aproximação antropológica à relação Praça da Alfândega / prostituição feminina, ver Fonseca (2003b e 2004b).

“As três poderosas”. Arquivo pessoal Nilce



corporificação, a partir de um conjunto de técnicas, saberes e práticas importantes no específico universo de socialidade, que possibilitava a vivência do amor, do trabalho, do pertencimento à rede específica.

*Dete: ... o gigolô era que ensinava mesmo a gente... Claro que eles ensinavam era pra fazer com eles, não com os trouxas...(...) Com ele eu aprendia a transar, transar mesmo. Bem gostoso, mas enquanto ele me ensinava uma coisa eu aprendia outra... que se eu apertasse, o trouxa gozava mais rápido. Aprendi duas coisas em uma só... Então quando o trouxa estava em cima de mim me penetrando, aí eu apertava a vagina e daí ele gozava... Uma mordida... no pau... daí mesma coisa..... Então eu tenho isso até hoje. É bom, a gente aprende!*

Esses aprendizados possibilitavam o sucesso profissional delas, já que conseguiam fazer dos clientes fregueses, pela pura satisfação sexual, ao mesmo tempo em que poupavam seu corpo, seu tempo e o seu casamento. Mas os ensinamentos, como será uma constante, traduziam-se as mais das vezes em proibições. Tudo o que fosse além do considerado “normal” (penetração vaginal, masturbação) estava sob suspeita e, às vezes, era interdito pelos maridos. Porém, Nilce e Dete tinham uma força de insubmissão que desconstruía as próprias lógicas do campo, e provocava a existência de outras.

*Dete: Tinha um gigolô que espiava as mulheres no quarto... E foi me espiar e ele viu que eu estava fazendo oral no cara... E foi contou pro meu gigolô. 'E que é que foi... que estava chupando uma pica? O engraçado é tu não saber que uma puta chupa piça... E quer saber? Não tem aqui uma puta que não chupe piça...' E daí o outro: 'não, que as minhas não...' 'Ahhhh as tuas... as tuas... vai te foder, as tuas são as que mais piça chupam...' 'Mas é só a minha...' 'Que só a tua!! Chupam a tua e chupam as dos trouxas também... tu quê pensa? que o trouxa quer boceta? Boceta eles tem em casa... eles querem é uma chupadinha, querem é meter a língua no rabo da gente, eles querem é dar o cu deles... querem é comer nosso cu... Tu está te pensando o quê?????'*

É muito interessante ver nessas falas da Dete três coisas. Primeira, uma lógica de interdições corporais sendo operada e construída em tempo real que traduz não uma lógica da sexualidade/subjetividade da prostituta como indivíduo (como sugeriria Pasini 2000), mas umas ideias e imagens de relações de gênero e de parentesco que construíam a prostituição para essas pessoas e essas pessoas na prostituição. A tensão entre “dispositivos” de parentesco e de sexualidade na corporificação do gênero e da prostituição, como fichas chave na constituição de universos simbólicos e de toda uma experiência humana (modernidade) está na base das argumentações principais desta tese e, por isso, será desenvolvida e retomada mais adiante. Segunda, no mesmo sentido, a maneira como a Dete agencia a lógica comercial, que é interessante para os maridos (ganhar o dinheiro do cliente), para se defender das agressões e acusações dos outros. Isto é, em caso extremo, para legitimar a quebra das interdições e, agora sim, poder jogar no campo a sua própria sexualidade como linha de fuga. Terceira, as características da troca sexual-comercial com os clientes; as características da “demanda comercial sexual”. Trata-se,

nas narrativas da Dete e como é discutido por Bernstein (2008), de um tipo de consumo sexual, de um tipo de erótica masculina muito construída na lógica da “necessidade biológica” e da satisfação do que “não se tem em casa”.

\*\*

“A moda da época”, como diz a Nilce, era ter bóia<sup>37</sup>. Desde o início, Júnior tentou incluir algumas bóias na unidade produtivo-familiar, mas a Dete, radicalmente, se negou. “Eles brigavam muito”, conta a Nilce sobre Junior e Dete. Antes de fazer um ano na prostituição, Nilce arrumou um “velho” de Ijuí, um Major do Exército aposentado, que era completamente enlouquecido por ela. Encontravam-se uma vez por mês, quando ele viajava a Porto Alegre para encontrá-la. Para seus encontros, e para “ajudar” a sua amada Nilce e aquele que foi apresentado como seu irmão (o Marcelo), o velho alugou um apartamento no bairro Cristal. Foi lá que a família –em expansão– morou durante quase a totalidade da sua vida juntos.

Diferentemente do Júnior, o Marcelo efetivou a ideia de ter bóias. Apesar das brigas intensas e violentas com a Nilce (“nós quebrava no pau”), que não aceitava que ele tirasse algum tipo de vantagem, pois “a gente entrou junto”, Marcelo estava sempre na tentativa. Ela rasgava o dinheiro na frente dele quando o enxergava com outras. Mas um dia, já no apartamento do Cristal, Marcelo chegou com a Margareth. Claro que houve briga, mas a Margareth ficou. Depois foi a Preta (“por quem ele é apaixonado até hoje”). Ter bóia trazia vantagens econômicas, já que a força produtiva da família-empresa se duplicava ou triplicava; porém,

*Ter bóia era horrível.... dividir o mesmo homem não é legal. Assim não é legal. Eu era apaaaaixonada mesmo, era amor de verdade.*

*- E tu porque aceitou que o cara tivesse bóias?*

*- Não é querer... Não tem aceitar... Eles fazem e pronto! Era a moda, era assim que funcionava. Um homem tinha que ter várias mulheres, eles eram os caras... quanto mais mulheres tinha, ele era o melhor.*

Era uma noite com cada uma das suas mulheres. A relação foi ficando cada vez mais tensa. Para a Nilce a imagem de “ter entrado juntos” não era compatível com as bóias e com a lógica cafetina que o Marcelo afirmava. Por outro lado, o fato de saber que o apartamento em que moravam era “meu” (porque o “velho era meu”), que todo o mobiliário da casa era “meu”, que o rancho era o velho que pagava, dava-lhe uma raiva e um poder enorme. “Eu não era submissa, não pagava cota, não dava todo o dinheiro para ele, não me deixava bater... as outras sim”. Perto de sete anos durou essa história de amor, mas antes de finalizar tiveram que acontecer mais algumas coisas.

Como se fosse pouca gente em casa, durante quase um ano a família de Marcelo teve que se concentrar só num dos quartos. A cada noite ele era acompanhado na cama de casal por uma das três mulheres, enquanto as outras duas se acomodavam na sala. No outro quarto, outrora ocupado pelas mulheres de Marcelo, dormiam, transavam, brigavam e sonhavam a

---

37 Inicialmente, poderíamos dizer que ‘bóia’ é toda mulher (ou travesti) que se junta à família-negócio numa condição que não é a de esposa. Seria como uma amante agregada à vida da unidade familiar-produtiva. Porém, como Tedesco (2008) nos mostra, é um tema que não se esgota aí.

Dete e o Júnior. As duas famílias moravam juntas. A amizade da Nilce e da Dete se consolidou radicalmente, assim como a decisão da segunda por nunca aceitar bóias. Elas se faziam amigas em um universo que se tornava a cada dia mais hostil. Os homens, claro, também fortaleciam sua amizade e talvez em Júnior crescesse a insatisfação enorme de só ter uma mulher. Quiçá sua masculinidade fosse colocada em escárnio. O espelhamento era duplo: Dete e Júnior olhavam através dos seus amigos a experiência de “ter bóias”. Dete afirmava a resistência, e ele, o desejo insatisfeito.

Antes de um ano Júnior e Dete voltaram a morar sozinhos, num apartamento bancado por algum cliente, mas já as histórias estavam no limite do amor e do sentido. Nilce, então, decidiu convidar a Jose, sua filha mais velha, para morar com ela. A pequena rondava os seis anos, morava em Campo Bom e sentia uma saudade imensa da mãe. A distribuição da casa mudou; ela e a pequena começaram a ocupar com predileção o segundo quarto. Nilce baixou o ritmo do trabalho, de 14 ou 15 programas por dia, começou a fazer 8 ou 10, estava menos tempo na Praça. Imagino a situação cada vez mais tensa em casa; ela, profundamente incomodada e dolorida com a “traição” do marido e ele e as outras duas vendo completamente invadido seu espaço, modificadas suas rotinas pela presença de uma criança. Mas Nilce era o pé-no-chão do Marcelo, e ele não se atrevia a desfazer-se dela.

*Um dia, eu tinha brigado com a Preta. Daí a Preta... Daí eu tinha deixado os meus cigarros lá no quarto, daí eu pedi pra Jose entrar lá e pegar pra mim... Daí a Jose entra e a Preta diz: 'sai daqui sua filha da puta!!!'... Bom, não deu outra, né? 'Vai chamar assim...' Mas grudei! E dei um pau nela. Dei, dei, tudo o que eu tinha direito e o que não tinha também, porque já tava com ela aqui.*

Não passou muito mais tempo até ela operar sua saída. Por outro lado, Júnior não agüentou mais o fato de não ter bóia, e Dete abriu algumas concessões. Arrumou uma cabeleireira e a levou para o apartamento. O final desses tempos se aproximava, avançavam os anos 80 e, com o iminente fim da ditadura, ares mais “progressistas” voltavam a circular.

*...botou uma bóia, na mesma casa, no quarto de ao lado... e eu aí, apaixonada, escutando no quarto do lado ele comer a outra.... não dá.... Ele foi trouxa... se ele tivesse sido esperto, teria botado ela em outra casa... se ele tivesse sido esperto estaria com as duas até hoje, mas ele bancou o trouxa, quis botar as duas no mesmo ambiente. Sabendo que eu era ruim, que eu era fogo....*

(Uma promessa: três pares de perspectivas opostas, que aparecem aqui expostas serão fundamentais na compreensão das relações de gênero e parentesco no universo da prostituição: bóia de/mulher de, trouxa/gigolô e trouxa/puta (onde “trouxa” é o cliente e, como será repetido em diversas ocasiões, para elas todo homem é cliente potencial). Esses três pares configuram a oposição ontológica ser-trouxa/ser-esperto, central nas políticas da prostituição de rua, e na qual “trouxa”, como “esperto”, são categorias que não correspondem diretamente à oposição feminino/masculino, mas evidenciam a existência de um plano categórico paralelo ao gênero).

Ao redor de cinco ou sete anos ficaram Dete e Nilce unidas com seus maridos/gigolôs. A

batalha era intensa e tinha seu território principal na Praça da Alfândega. Dete batalhou também na Av. Borges de Medeiros e na Voluntários da Pátria. Nilce, ainda que também frequentasse a Voluntários, estava mais restrita à Alfândega. Dete fazia vinte, trinta programas por dia. Uma vez anotou: dezesseis na Alfândega e vinte na Voluntários e, no final do dia, o dinheiro para o Júnior. Ela sempre ficava com um tanto, sempre mentia, mas entregava. Batalhava direto de manhã, de tarde e de noite, sem parar, não fazia outra coisa. Quando não ia de madrugada a alguma boate na Av. Cristóvão Colombo. “Quem não quer ganhar mais dinheiro?” Nos primeiros anos, o clima era de festa e aventura total. Gastavam bastante dinheiro e, como diz a Nilce, “esqueceram as famílias [pais, irmãos, filhos]”. Sem filhos esperando em casa, sem dívidas, com a arrogância dos corpos jovens bem pagos e desejados, sem propriedades nem cansaços, as famílias viveram um tempo de paixão e gasto intensos.

\*\*

O mundo vivia o início da epidemia da Aids, era talvez o ano 1990; a camisinha ainda era um objeto pouco frequente na prostituição de rua em Porto Alegre, e todo o desenvolvimento e incorporação de cuidados médico-sexuais que a Aids promoveu nas décadas seguintes ainda não haviam sido implantados. Muito se queixavam elas das doenças, das pequenas lesões, como a que se transformou em evento detonante e propulsor da separação da Dete e do Júnior.

“Um dia apareceu um abscesso na perereca.” Uma coisa grande. Tinha muita dor e pediu para o Júnior lavá-la de carro para o médico, não estava conseguindo trabalhar. Enquanto ele dirigia, ela olhava pela janela, segurando a dor e a reflexão que já a acompanhava fazia umas semanas. “O que é que eu estou fazendo?”. Novamente o “isso” do qual falamos. Na metade do caminho ele a olha e pergunta se tem dinheiro. Não. Faltou gasolina. “Ô meu, não tenho, e se tiver não te dava. -E então? Vamos fazer o quê? -Me deixa aqui, meu, que eu vou de ônibus, de táxi ou caminhando... eu sempre dei conta das minhas coisas, sei como me virar sozinha, sem dinheiro...” Baixa a besta-fera, ariana de fogo e aço, toda a inconformidade se transforma num xingamento imemorial que ele só consegue silenciar com uma seqüência de bofetadas. “Eu sempre apanhei dos meus homem... Mas nunca apanhei quieta”. Aí foi o fim. “Nunca mais”, disse ela, olhando entre brasas ao tremendo Júnior.

O final dos relacionamentos da Dete e da Nilce, com o Júnior e o Marcelo, conflui com o início de amores novos e de uma nova década.

*Aí mesmo saí e peguei um táxi. Sem dinheiro.*

*- Ô, senhor, eu estou sem dinheiro, mas o senhor pega meu endereço e o senhor passa lá mais tarde ou amanhã... Ou então o senhor entra aqui na Alfândega e eu peço o dinheiro pras minhas amigas e elas dão.*

*Eu fui na Praça, fiz dois programas, peguei o dinheiro e fui pra casa. Ele chegou, brigou comigo, me levou um litro de leite e um pão... E eu com aquele troço na vagina... Foi embora.*

*Então de manhã saí. Mal. Não podia nem caminhar... E aquilo latejava. Mas fui lá, fiz dois programas, só na chupadinha. E o cara do táxi chegou lá: aqui está teu dinheiro, muito obrigado...*



Daí fui pra casa, cheguei e fui botar compressas de água quente... (...) Eu fiquei cinco dias em casa. Fiz um chá de Malva e comecei lavar, bem devagarzinho... Doía. Quanto mais lavava, mais pus saía. E ele não apareceu. Três dias depois eu fui pra Alfândega. Claro que doía ainda, mas era minha vida. Tinha que arrumar o que comer. Aí fui pra praça, comprei dois TeTreck, um comprimido, e peguei e fiz uns 4, 5 programas, só na chupadinha, só no boquete. Daí peguei e fui pra casa.

No outro dia, o gigolô da Nilce falou pra ele que eu estava indo lá, fazendo programas... E eu tinha já feito um moooonte, só na punhetinha e na chupadinha, na punhetinha e na chupadinha, porque não podia meter... Mas tinha feito um dinheiro bom. Quando eu olho, ele está bem assim, paraaaado me olhaaando.

E daí ele só fez assim com a cabeça para mim [vem cá].

- O que é que é?

-Vem cá, vamo conversar...

- Eu não, tu vem cá-. Ele lá e eu cá. Daí ele veio...

- Tá, vamos lá, vamos conversar... [Ela, indo em cima, já agressiva] O quê que é, é dinheiro que tu quer? É dinheiro que tu quer?-. E enfiei a mão no bolso...

- Não, não quero dinheiro, não quero dinheiro [ela trazendo a voz dele assustado, num tom um pouco mais agudo que o dela]-. Mas claro que era dinheiro que ele queria.

- Vamos lá conversar.

- Então vamos... Senta e vamo conversar. O que é que tu quer?

- Não, não... vamos, melhor, no Guaíba.

- Não, meu amor, tu acha que eu sou burra? Tu sabe que eu não sei nadar e tu sabe. Aqui ó, que tu vai me levar pro Guaíba. Chega lá, me dá um pauzão e me joga lá pro meio do rio? Não! Quer conversar? Aqui ó, aqui eu posso gritar e tem um monte de brigadianos... Aqui, nós senta e conversa logo aqui.

Daí ele 'Ai que vem, que não sei o quê...' [Dete imposta uma voz masculina meio melosa]. E ela continua:

- É assim, ô, tu deixa eu fazer meu lado, e tu pega tuas bóia, tuas puta e vá pro teu lado e deixa tranquilo o meu.

Ele tentou responder...

- Tchou, tchau pra ti. Toma dois pila pra tua gasolina e some da minha frente.

Daí, eu sabendo que meu rabo era grande, fiz dois, três programas na cara dele. Tava caindo a noite. No último programa que fiz, ele me disse:

- E então, vam'bora?

- Não vou-me embora! Vai pra onde tu quiser, vai pro inferno se tu quiser, mas eu pra casa não volto mais.

Dei meia volta e larguei pra Voluntários. Cheguei lá e ele chegou juntinho... Subi no hotel, botei as roupas e desci<sup>38</sup>. Assim que eu desci, ele

38 Existia um código estrito de vestimentas diferenciando os pontos de prostituição. A Praça da Alfândega, nas narrativas delas e de outros porto-alegrenses, era um lugar de intensa socialidade familiar diurna. Lá não eram permitidas as roupas muito chamativas. O comportamento devia ser mais discreto. Isto é evidente ainda nos anos 90, na etnografia da Claudia Fonseca, e é esse tipo de socialidade que influi fortemente sua proposta de relativizar a imagem transgressora da prostituição. Já no eixo da rua Voluntários da Pátria a situação é diferente, como nos mostram Janete, Soila e a própria Dete. Esse eixo era o território noturno, das botas de salto alto, as minissaias, os brilhos, decotes e farra carnavalesca. Hoje os códigos são similares, ainda que a geografia e morfologia da pros-

veio pra cima de mim, mas daí chegou um trouxa e subimos. *IMAGEM JORNAL*

Quando desci, fiquei na porta. Parei na porta, escorada, levantando a perna, tu sabe como é que é, né? Bem puta, bem puta. Daí eu estava na porta, conversando com o Júnior e do outro lado um trouxa me cuidando.

- Vamos subir? - diz o Júnior.

- Vamos.

Aí ele me deu um tapa e eu grudei nele. Aí, claro, eu enfiei a unha, né? Rasguei todo de unha, e daí ele segurou minhas mãos assim, não podia mais arranhar ele, então comecei a chutar nas canelas dele. Aí ele pro seo Nereo [o gerente do Hotel, padrinho do Marcelo, amigão e, depois, cliente da Nilce] :

- Ai que mulher desgraçada essa aqui, Seo Nereo, essa aí é um diabo, não é uma mulher.

- (Seo Nereo) Te mete, te mete com essa alemoa pra tu ver o que ela faz...

- Ô meu, me larga, me larga e me esquece de vez da tua vida...

- Ahhh, alemoa desgraçada, me rachou toda as minhas canela.

Então eu peguei minha bolsa, desci e larguei. Saí correndo, peguei o ônibus, fui lá na minha irmã... E cheguei assim pro marido dela:

- Agora vamos, vocês dois, e vamos lá onde estou morando pegar as minhas roupas.

A gente morava láaaa na Cavahada, na frente do Cristal [zona sul, vizinha do Marcelo e da Nilce]. Fomos de ônibus, cheguei lá, entrei e zui zui zui, nem troquei de roupa, vamos e me mandei. Levei tudo, levei tudo, só deixei o colchão e uma bicama que era minha e não dava pra levar no táxi.

Fiquei na casa da minha irmã acho que uma semana... semana e pouco. Aí, eu tinha medo de vir pro Centro... de ele me pegar. Até que num dia eu disse, 'eu vou pro Centro hoje'. E a minha irmã:

- Ai, Dete, pelo amor de Deus, esse cara vai te matar.

- Não mata nada! O Júnior não vai me matar porra nenhuma.

E vim pro Centro. Me vim pra Praça da Alfândega. Aí fiz um monte de programa, dei pra todo mundo, fiz um monte de dinheiro... Ô maravilha!!! Dinheiro na mão... Aí no final do dia fui pra Voluntários. O dia estava bom pra mim, por que não vou aproveitar? E aí estou bem bela, fazendo meus programinhas... Conforme eu saí de casa assim estava vestida, dei uma enrolada na saia pra ficar mais curtinha... Eu estava aí quando vejo ele do outro lado. Fiiilho da Puta... Subi pro quarto, peguei a minha bolsa que era pequeninha e botei assim [no meio dos seios]. Daí eu desço e ele me pega e me gruda.

- Ahh porque tu é puta, vagabunda, filha da puta...

- Eu sou, sou puta, sim... E quem te disse que eu era certa?!

- Vai agora pra casa.

- Não vou pra casa. Não vou pra casa.

- Então vamos lá em cima que eu vou pegar um dinheiro.

- Tá, vamos.

Deixei ele subir três degraus e zuipp, corri, vi um táxi e me atirei

---

tituição tenham mudado bastante. É difícil encontrar na Praça da Alfândega mulheres de minissaia ou qualquer vestimenta do tipo, já na rua Garibaldi, entre Voluntários e Avenida Farrapos, assim como nesta última, as roupas mais sexualmente apelativas são frequentes.

dentro do táxi... Me mandei.

Daí fiz as comprinhas da casa e depois fui pro banco. Comecei a ir todo dia na Praça da Alfândega e larguei a Voluntários, porque aqui tinha gente pra me cuidar, lá não<sup>39</sup>. Então saía da Praça todos os dias e ia pra casa [da casa]. Na Alfândega ele ficou dois dias comigo. No terceiro dia não me incomodou. No quarto dia eu disse, tá, não está me incomodando aqui em cima [Alfândega], vou lá embaixo [Voluntários] pra ver se ele aparece. E fui.... Aiaiaiaiaiiii que lindo!!!!!! Apareceu. E ainda bem assim [Dete assume corpo e voz de galã] :

- Vamos jantar?

- E pra que, pra tu me matar numa esquina?

- Não, tu é louca, não tem essa...

- Tão tá, vamos.

Fomos numa churrascaria que ficava ali embaixo, nos sentamos e ele disse:

- Eu quero que tu tome Martini.

Porque quando eu tomava Martini virava puta.

- Tão tá, dá uma dose de Martini com cereja dentro-. E falei pra ele: mas estou sem dinheiro, hein?

- Não tem problema.

- Então tá bom.

Comi, bebi...:

-Vam'bora? Vam'bora... [Diz ela].

- Mas eu não quero ir embora, nós vamos pro hotel.

- Como é que é?

- Nós vamos pro hotel.

- Aonde?

- Lá na Glória...

- Então tá bom.

Eu cheguei lá e comecei... E comecei... [gesto de sexo oral]. O cara não levantou o pau de jeito nenhum. E eu puuuta da cara. Então sentei na cara dele.

- Agora tu vai me chupar. Vai me chupar até eu gozar.

E não subiu a peça de jeito nenhum... e era bom de cama... Filho da puta!!!

- Pô, meu, qual é, tu já está brocha? Quem brocha são os trouxa, não o homem que vem me comer!

Tá... não foi mais, daí tomei um banho e dormi. De manhã acordei, fui tentar de novo e NADA!!!

- Tchê, vai pra puta que te pariu, tchê! Nunca mais me procura. Se é pra me comer com o dedo, eu mesma me como. Não quero mais saber. Vou embora.

Trinta dias depois Júnior volta para reclamar porque a Dete contou da brochada para Nilce, e ela, para o Marcelo. Veio com um novo convite pra sair e tentar mais uma vez. Talvez

---

39 A Praça da Alfândega era e é um território de prostituição diurna. Sua moralidade, para jogar com a ideia do Park (1987), é orientada pela visibilidade pública, o encontro familiar, a sociabilidade turística e de camadas médias, também. Ali não havia barzinhos, botecos, drinks construindo o clima, produzindo a trilha sonora e o ritmo das relações. Nesse sentido, a presença de policiais militares ou de guardas municipais na Praça era e é frequente.

RAL



Na praça da Alfândega, elas esperam que o cliente se interesse. Já na Voluntários, é necessário "caçá-lo"



Arquivo NEP

para demonstrar a integridade da sua masculinidade, talvez para cobrar alguma vingança. “Ô meu, pra quê, pra quê, pra que me chapá, me embebedá e não me comê? Pra que isso? Eu não quero homem assim... Tu acha que eu quero um trouxa igual aos outros aí?”

Com o segundo convite do Júnior o jogo começou a virar (narrativa do dia 7 de fevereiro de 2007). Dete começou a fazer o Júnior pagar na íntegra os convites, pagar algumas contas, enquanto “ele me comia gostoso”, achando, segundo ela diz, que por esse caminho Dete, sua ex-mulher, voltaria ao lar e ao negócio familiar. Ele pensava, interpreta ela, que todos aqueles gastos eram um investimento que depois, com ela de novo sob seu braço, recuperaria. “Mas nem louca que eu ia voltar com ele... eu gosto de vingança assim, de moeda pequena”. A inversão foi indo, até que fez o Júnior pagar-lhe umas contas enormes de coisas que tinha comprado a crédito. “E nesse tempo era uma loucura, Miguel, porque era aquela coisa de um dia a moeda valer muito no dia seguinte nada... então os juros eram tri altos.” Os irmãos estavam preocupados, porque pensavam que ela estava-se metendo em uma cilada, não acreditavam que ela pudesse pagar tudo aquilo. “E consegui. Até pagou um fogão pra minha irmã... Consegui fazer o filho da puta me pagar muito mais do que eu dei pra ele”.

Vemos então uma Dete por cima dos 25, esbelta e altiva, de pernas e braços fortes, de sexo feito na batalha, guerreira em uma cidade que já é sua e se tece nos galhos das alianças novas. A Aids já ronda a batalha. A ditadura terminou, o movimento social começa a florescer, mas ainda faltarão alguns anos para os corpos dessas mulheres desfazerem-se da brutalidade de policiais e maridos. Entre os vai e vem com o Júnior (que não sabemos bem quanto tempo levaram) e as esquinas do trabalho, Dete conhece o Miro. “Meu segundo gigolô”, o pai da Guga. É por esse meio tempo que a Nilce opta também por se separar do Marcelo:

*Eu sei que um dia não agüentei mais, peguei, saí de casa e fui pro hotel... Não agüentava mais... muita mulher, muito tumulto, não servia mais... não dava mais... eu estava no meu limite. Foi numas férias do colégio da Jose... Eu disse 'agora eu vou embora e não quero mais saber desse papo'.<sup>40</sup>*

Houve um dia em que decidi que não daria mais nem um real para ele. Marcelo tinha mais duas mulheres que lhe davam tudo. Por uma delas, pela Preta, ele era “totalmente tarado”. “A gente sente isso, né, Soila?” Soila está do nosso lado, fuma e olha com certa distância, segurando a sua própria memória, tão próxima e tão incrivelmente distante da Nilce. “Ahhh, diz com voz lastimeira, e como sente! O Mimoso era completamente tarado pela ‘Louca’. E ela dava tuuuudo, pra ele... t-u-d-o...” Segundo a Nilce, a Margareth, além de lhe dar todo o dinheiro sempre, de aceitar as cotas que ele impunha, apanhava quieta. Apanhava muito. Soila ouve atenta, larga uma nuvem funda de fumaça e olha para bem longe: “Bah -diz finalmente-

---

40 Reconstruo essa narrativa a partir de trechos de uma conversa que surgiu sozinha na Praça da Alfândega, no dia seis de agosto de 2008, e de uma conversa conduzida e gravada já em janeiro de 2009. Esta segunda conversa foi pensada para ser complemento da primeira, especialmente, para superar a enorme dificuldade que tenho em lembrar e reproduzir certos detalhes lingüísticos característicos das falas delas. Sentados no encosto da banca, que é delas, no centro da Praça, e conectando dezenas de conversas entre um programa e outro, Nilce volta sobre aquele motivo de não dar dinheiro para os homens. “Eu ensinei ele a ser gigolô, não podia ir pra cima de mim, né?!” E é nesse motivo de pensamento que ela chega até o final da história com o Marcelo.

essa aí é uma Soila-da-vida”. Ou, como a Soila costuma se pensar: “joga pedra na Geni!!”. “É, amiga, era mesmo,” diz a Nilce antes de retomar afirmando que estava muito cansada do clima, até que um “belo dia” saiu e se encerrou em um hotel do Centro.

*Sai da casa onde a gente morava e vim pra cá prum hotel... e lá caiu ele: que preciso grana, que me dê dinheiro... 'Ô meu, não vou te dar grana, não vou te dar e tal...' Mas o cara se instalou aí e não ia sair até eu não trazer dinheiro. 'Então tá, quer dinheiro? Muito bem... Tu me espera aqui e eu te trago teu dinheiro, mas depois tu vai embora, cara...' Daí sai do hotel e vim aqui pra Praça, nesse tempo a gente trabalhava naquele beco de lá [sudeste, frente a um McDonald's que hoje tem ali]. As duas bóias estavam aí. Eu cheguei na Margareth, que era a mais trouxa e dei um papo: que o Marcelo estava colhendo todo o dinheiro e que precisava urgente... E pedi pra ela o cartão e fui tirar o dinheiro... Dela fui lá e tirei, vamos dizer hoje, 500 reais, voltei, entreguei o cartão e fui pro hotel... [lembramos que a Nilce administrava as bóias, tinha autoridade sobre elas]*

*'Ô meu, aqui tá teu dinheiro. Não me incomoda mais, agora some daqui, vai embora e me deixa tranquila... Depois fui pra Praça e ele tava aí... Ele chegou pedindo pra elas a grana de todos aqueles dias que ficou enfiado no hotel me cuidando. Sentou com a Preta e ela deu o dinheiro e depois a Margareth... E eu olhando, já em outro canto da Praça. Daí veio, sentou do meu lado, deu uma cotovelada no braço e disse: 'Muito bem, tu ganhou, vou te deixar em paz... mas não precisava sacanear a outra, né? Tu é foda, Nilce...'*

*(...)*

*Daí a Dete também tinha saído embora do Júnior. Um cliente da Dete alugou um apartamento pra ela... Daí fomos [só as duas] morar nesse apartamento e é aí que começou a nossa vida... Foi daí que eu conheci o finado Pedro. Fiquei uns dois anos naquele apartamento.*

Vale a pena ver na narrativa da Nilce a maneira como se estabelece a relação micro-política entre a ‘mulher’ e as bóias. Em muitas narrativas, como veremos mais adiante com a Soila, a ‘mulher’ tem uma função de controle e certa administração das bóias. Sobre essa lógica, Tedesco (2008) se detém suficientemente para mostrar-nos que, em muitos casos, a relativa “traição” e o desamor gerado pela inclusão de bóias na vida familiar, transforma-se em uma predação comercial trabalhista favorecida pela experiência e o status da ‘mulher’ do cafetão. Muita dessa relação micro-política, e da maneira como as forças de aplicam e constroem é atravessada pela obediência financeira e sexual ao marido. Dar o dinheiro ou não pro marido/gigolô, dar tudo ou parte, dar na boa ou xingando e escondendo, são práticas que estão no centro da constituição desse espaço de relação. Uma das maneiras pelas quais o poder se disputava entre marido, ‘mulher’ e bóias era também esse. No final do “expediente”, ou várias vezes no dia, o marido/gigolô chegava para pedir o dinheiro arrecadado. Alguns deles exerciam controle fechado do número de programas, ora pela observação direta, ora pela encomenda nas mãos de gerentes de hotel ou suas próprias mulheres “principais” (como fica sugerido nas narrativas da Nilce). Em outros casos, e daí a assimetria perdia sua solidez, elas conseguiam driblar o

controle e apropriar-se de grande parte do dinheiro.

**Dete:** *Claro, eu sempre tive o meu escondidinho, né? Eu guardava um pouquinho, porque gostava de gastar em outras besteiras... em viagens... Eu viajava muito, se dizia que queria ir lá pro meu pai eu ia...*

*- Sozinha?*

*- Nunca levei meus homem pra lá....*

*- E ele te deixava ir sozinha?*

*- Interior, não tem problema... Ele dizia, 'se tu achar por aí uma bóia tu traz pra nós'. 'Tá, tá legal, eu vou ver se acho uma'.*

*- Mas era sério ou era brincando?*

*- Não, ele falava sério, mas eu dizia 'tá, tá legal...' Que fazer bóias nem que nada!! Eu ia, ficava uma semana, duas.... Eu ia, me divertia... tinha dinheiro... Porque ele dava uma quantia, eu dizia, vamos dizer, vou com 50... mas mentira, eu tinha guardado 100, 150 muitas vezes... tu achas que eu sou burra? Aqui ó!*

## 2.2 Janete > Núcelo “Volunta”

“Nunca usei calcinha”

- *Que significou começar a trepar com outros caras?*

- *Dinheiro.*

- *Tá! Mas não era assim fácil, Janete [ela tinha dito que demorou um ano e que quando o Alemão pediu ficou triste]. . .*

- *Claro que era.*

- *E que acontecia com teu corpo, que acontecia contigo quando estavas aí???*

- *Não, ele me ensinou a não deixar tocar... E tudo. E eu não tinha aquela vontade. Era: tan, tan, tan... deu. Terminou? Tchau.*

- *[O tom da conversa aumenta] Ai, mas era fácil assim, Janete? Não dava nojo, não era difícil... como “puta merda, agora vou me deixar penetrar por aquele cara”?*

- *... Sim!!! Era. Mas para quem transava horrores como eu transava antes de entrar na prostituição, quando não conhecia ele... que perdeu a virgindade numa festa, já tinha essa experiência, essa facilidade de deixar alguém deitar em cima de mim, entendeu???* E deu, deu, deu já me pagou mesmo, estou com dinheiro na mão... Aquilo de estar com dinheiro na mão já era um incentivo legal, entendeu?? Como é que vou te explicar, eu tava com dinheiro, vou ter que fazer alguma coisa por ele... Deu. Vamos pra outro que preciso mais dinheiro<sup>41</sup>.

Para quem precisava construir a personagem da Neusa Sueli em sua relação com o brutal Vado (cafetão da Neusa), a vida oferecia condições, digamos, privilegiadas. Janete está no barzinho da Volunta, ávida para aprender a prostituição, para decifrar sentimentos, gestos, corpos, sons... quando o Alemão aparece pela primeira vez. São os últimos anos 70, o final do milagre econômico. “Eu cheguei à prostituição pelo teatro”, dirá ela incansavelmente.

“As mulheres estão nervosas, querem saber o que é que tu faz aqui”. Janete encarna o seu amor: olhar de lobo velho e mão pesada sobre o ombro. Voz calma e firme. Ela caiu apaixonada no primeiro respiro. A conversa foi intensa e divertida, o homem do seu lado era um sedutor insuportável. O namoro começou quase ao instante.

Passou um ano, entre aquela tarde de sedução anestésica e a sua entrada na prostituição. Hoje ela afirma, sem espaço para dúvidas nem perguntas, que sua entrada na prostituição foi um ato completamente autônomo e consciente, que não houve pressão do Alemão nem influência implícita da sua mãe. Não foi uma não-opção, insiste sempre. E é importante que seja essa e não outra a memória, que seja essa a verdade, a história sentida e narrada<sup>42</sup>. É entre esses

41 Tomado da primeira entrevista formal que realizei no meu trabalho de campo. Iniciava a primavera do ano 2006 e, com ela, meu trabalho de campo, minha aproximação “às putas” e à antropologia. Nesse trecho, além dela, se evidencia o processo de deslocamento epistemológico e moral que eu começava. Minhas perguntas e dificuldades. Era muito difícil para mim imaginar como tranquilo o momento da entrada, da transição à prostituição. Insistia com elas nisso, talvez, abusivamente. A entrevista foi realizada na “maloca”, a casa anterior da Janete, um sobrado alugado, nos fundos de outra casa. Novamente, ver a ideia de “orgasmo monetário” de Deschamps (2006).

42 Um belo exemplo da importância dessa memória, enquanto memória pública e política, é, de novo Leite (2009).





lençóis que se mexe a autonomia. Memória meta-pragmática.

*...e depois de um ano ele me convenceu a me prostituir... Eu me esqueci de teatro, me esqueci de família e várias coisas.*

O Alemão era um malandro. Um vagabundo. Mas não um cafetão nem gigolô. Sempre dividindo despesas, ele não vivia de ninguém. As outras mulheres da época expressam certa dúvida nos olhos, mas ninguém contradiz a voz da *nega*. Malandro é um sobrevivente, uma pessoa que sabe lidar com o mundo, que se vira no limite do crime, circulando de dentro para fora sem ser percebido como um criminoso por elas. Não é traficante, pode até vender um pouco de droga, ou guardar ou anunciar, mas não é um traficante (traficante é uma categoria policial, malandro é cultural). Não escutamos muito o nome “malandro” como sinônimo de cafetão; isto é, como um homem afirmado no negócio de (e aqui se usam muitas palavras não sinônimas) “agenciar”, “explorar”, “cuidar”, “botar” mulheres na prostituição e controlar o dinheiro por elas produzido. “Vagabundo” é uma palavra que circula com maior fluidez para denominar, enquanto adjetivo e enquanto substantivo, “aquele que não faz nada, que vadia<sup>43</sup>”. Malandro, pode até ser um ladrão, “mão-grande”, mas fundamentalmente malandro não é sinônimo de gigolô.

*Malandro, não gigolô. Ficava na volta, tinha o hábito de estar passando... falando... o conto do cheque (cheque sem fundo...). Ele passava cheques nas firmas onde ele trabalhava, para comprar material. Ele fazia trambique... aquela malandragem toda ali da volta... Ele fazia aquele jogo do dedal... Todas essas coisas assim...*

*-E assaltava?*

*- Não, isso não. Ele fazia o famoso 171, que é o estelionato... Pessoas que mentem. Que te convencem, só na conversa, que ele é uma pessoa honesta e tu acaba abrindo um crediário pra ele, mas ele não é nada disso... esse é*

43 “Não fazer nada”, aqui, seria não trabalhar formalmente, não estar inserido em uma empresa ou emprego mais ou menos formal, legalizado... “profissionalizado”. É vadiar, virar-se na informalidade para conseguir o dinheiro ou viver do trabalho de outrem.

*o malandro, entendeu?... Não tirando da mulher, e comigo também não foi assim... ele não me explorava.*

“Tu vai ter que ter uma pessoa aqui do teu lado, pra te cuidar, as mulheres não são amigáveis”. Essa foi a frase que fechou o início da história. O velho mito. A moça que precisa dos cuidados de um homem (ou de outra mulher, ou de uma pequena máfia, ou da ‘colaboração’ da polícia) para sobreviver na zona de prostituição sem perceber claramente que é ele quem significa a principal ameaça. A identificação das ‘outras mulheres’ como inimigo fundamental marca as perspectivas de relação almejadas pelo Alemão. “O tecido das tuas confianças e solidariedades”, pareceria dizer, “não é com elas com quem deverá ser feito, é comigo. Elas são, de fato, tuas inimigas.” A quebra das solidariedades de gênero ou de grêmio é impedida desde o início da relação. É ele, então, que se faz profecia auto-cumprida, que se torna protetor daquilo que ele mesmo corporifica e chama. Defensor e ameaça. É nesse tipo de construções, da ordem da lógica cultural de gênero, que uma relação se funda como principalmente assimétrica.

*...fiquei triste quando ele me pediu isso. 'Mas não precisas fazer com eles o que fazes comigo...' 'Como assim?' 'Engana eles, não deixa isso, não deixa aquilo... Não tira toda a roupa, não beija na boca...' 'Ai, tá, vou tentar, né?' A primeira vez eu tirei toda a roupa, fiz tudo errado... Aí ele começou a me ensinar... Não a ser prostituta, mas o que pode e o que não pode... Regras e ética. A ética profissional da prostituição...*

Então a nossa puta-atriz-meretriz agora se encontrava casada com o idolatrado e bem-amado Alemão. Depois de ter tido sexo com dezenas, agora puta só com ele para ter não-sexo com centenas. Toda aquela trajetória de hiper-sexualização, rebeldia e promiscuidade que ela se orgulha em narrar e performatizar, devia se restringir e distribuir sabiamente em dois campos muitos bem diferenciados. Ora com ele, numa entrega total a esse amor, onde a paixão sexual era pedra fundamental; ora na atuação da puta dentro do quarto, cujo objetivo era ganhar mais dinheiro familiar. A nega Janete, na fabricação desse desbordado amor, aprendia a circular entre corporeidades diferentes, a ser corpos distintos, numa legítima “troca de perspectivas”. Sem dúvida, se Janete não tivesse encontrado nele um amor profundo e intenso, e um companheiro que a satisfizesse nas suas buscas e prazeres, não teria se jogado da forma como fez.

Assim, de repente, todo final de semana, pescando juntos em algum riacho ou lagoa próxima da cidade. O namoro estava feito, o



amor fervilhava. No percurso desse ano de “convencimento” foram morar juntos numa pensão no Centro, ele bancava a totalidade dos gastos dela, enquanto ela se decidia. Ela estudava teatro com intensidade, fugia de uma relação familiar dolorida e cuidava dele. “Quando uma mulher se apaixonava...” Foi-se “entregando” ao seu marido. À relação.

*Ele chegava bêbado, mijado, eu lavava ele, trocava as calças... Ele me xingava, mesmo assim. Eu me dediquei inteiramente... só nos sentimentos. Os sentimentos de mulher por um homem, durante vinte anos. Eu me dediquei, né? Praticamente. Não me isolei do mundo, lógico, né? Isso não. Eu fazia as minhas coisas, isso ele não me impedia. Participava das reuniões do NEP, eu ia no teatro... Mesmo se ele interferisse, eu acho que iria, porque a minha paixão é o teatro, entendeu?*

Sou Sim  
e Daí

trabalhando

-E tudo isso é parte desse amor?

... .. É... [suspira]... É... Porque, como eu sempre digo, "amor vem com uma venda nos olhos." E quando tu gosta, quando ama de verdade, tu suporta... Sempre com aquela coisa de acreditar que ele vai mudar... na questão da bebida, da violência... Mas como a gente não muda as pessoas, ninguém muda ninguém... Tu simplesmente faz com que as pessoas permaneçam do teu lado, com as tuas condições... É só tu mostrar pra pessoa que tu também tem defeitos e se ele aceitar os teus defeitos está tudo bem... e ele aceitava os meus defeitos...

- Que eram quais?

Ahhh... Vááááários... Eu era atrevida. Eu xingava, eu respondia à altura... não com palavrões, sabe? Eu sempre disse 'não tenho medo de ti, eu te respeito, é diferente'. Eu era atrevida, se dissesse 'não vai botar essa roupa pra sair comigo', eu botava. 'É dessa roupa que eu gosto, não vai mudar o meu estilo'. É dizer pra pessoa que assim como eu tou te aceitando da maneira que tu é, não custa nada me aceitar assim como eu sou... Ele me chamava muito de atrevida. 'Nega atrevida...' E depois ria. Ele tentava me mudar, mas depois dava risada, 'ai, tu não tem jeito...'

\*\*

Essa explicação do amor feminino natural, cego e ilimitado será recorrente na narrativa dela, alma de poeta maldita. Ela não se preocupa por esconder a assimetria, pelo contrário, faz dela um fogo apaixonado que sempre chocará o leitor. O amor não estava aí para questionar o poder do poderoso Alemão, pelo contrário, veremos, era na afirmação do tal poder masculino que se sustentavam os sentimentos dela. Essa “força natural do amor” não é um discurso que tenha ouvido das outras três mulheres, nem que me pareça muito presente em geral no campo. Diferentemente da Janete, nunca me pareceu que fosse recorrente no campo uma narrativa de si como seres cujo amor, sexo, afetividade estivessem presos a alguma natureza superior. Sobre os homens, sim. Tanto deles sobre eles próprios, como Peres (2009) nos mostra no seu trabalho “Coisa de Homem...”, quanto delas sobre eles. Aquele imperativo sexual masculino é um discurso muito presente no universo de prostituição. “Homem que é homem tem que comer”. “É a sua natureza”. “Homem tem essa coisa que sempre precisa mais sexo”. Tal imperativo, por exemplo, foi operado sobre mim em múltiplas situações durante a pesquisa. Mesmo que deixando sempre explícita a razão da minha presença, mesmo que a colaboração para a pesquisa tenha sido quase-sempre o motivo explícito de encontro, o fato de estar aí, de passar horas junto e de fazer-me presente com certa regularidade, me colocava no lugar de, no mínimo, um cliente potencial. Depois de evadir gentilmente (às vezes ambígua e dificilmente) as ofertas de serviços, depois de elas terem que me agüentar fazendo perguntas, ouvindo conversas, olhando cenas, a sutileza acabava: “Como é que tu tá aqui e não come? Tu és homem, homem?” Essa era uma boa maneira de chamar a minha atenção sobre o lugar, sobre a lógica do campo, sobre as perspectivas em jogo.

\*\*



O Alemão era um dos braços direitos do Buda (mítico cafetão, policial e “traficante” de menores, que exercia a chefia geral da região)<sup>44</sup> IMAGENS e durante um tempo morou, junto com a Janete e a Cristiane pequeninha, na que era a sede de trabalho da organização que seu patrão comandava. O Hotel Aliado, na rua Voluntários da Pátria, entre a Barros Cassal e o Viaduto da Conceição (fechado e selado no final dos anos 90, e quase em ruínas, foi ocupado clandestinamente em anos recentes). Ele fazia parte, num lugar bem específico, de um universo altamente mediado por diferentes formas de violência, onde o dinheiro circulava e podia florescer com certa facilidade. O Alemão não mexia com prostituição nem com outros negócios (como drogas, por exemplo) da organização, segundo a Janete. Tal era a diferença e especificidade do seu lugar e a razão da insistência da Janete em não chamá-lo de gigolô ou cafetão. Seu trabalho era a manutenção da infra-estrutura física dos imóveis do Buda. E isso resulta muito interessante, porque tem a ver diretamente com a constituição dessa história de amor e com as possibilidades financeiras do casal. Ou seja, por um lado, diferentemente dos outros casais iniciais dessa pesquisa, parece que aqui havia menos preocupação por crescer no negócio do sexo, por fazer-se prostituta e cafetão, do que por curtir um amor e uma paixão no limite... Vemos o casal morando em quartos de hoteizinhos do Centro, na Vila Bom Jesus e em uma pensão na Ramiro Barcelos. Nunca em moradias próprias, nunca com carros nem luxos, nem com narrativas de grandes gastos ou viagens. Pode ser que sua decisão de não ser gigolô o mantivesse à margem do grande negócio e das possibilidades maiores (basta pensar no Mimoso da Soila).

A família, então, morou vários anos no segundo andar do Hotel Aliado, em um quarto que dava para a rua e pelo qual a Cristiane aparecia de tanto em tanto para falar e brincar com a sua mãe e as amigas dela. Daquela moradia provêm as melhores lembranças da Janete sobre o tempo da “Volunta”. Nesses anos todos, ela usava “boleta”<sup>45</sup> e com muita frequência virava a noite batalhando. De madrugada, e ainda sob o efeito da droga, cozinhava para suas colegas enquanto chegava o sono. Os vagabundos ficavam do outro lado, bebendo, conversando, jogando, assando carne e cuidando “as mulhé” na frente dos hotéis e barzinhos, em um estacionamento aberto que ali existia. A Voluntários tinha um intenso movimento 24 horas, segundo me contam várias. Janete vendia seus pratos de refeição tanto para aquelas que, como ela, terminavam a batalha noturna, quanto para as que chegavam cedo de manhã. Assim fazia um dinheiro a mais e talvez precisasse batalhar menos<sup>46</sup>.

---

44 Ver Tedesco (2009), para uma descrição mais detalhada da figura do Buda, e uma “defesa” quase judicial, de perspectiva relativista, do seu papel como “mediador”.

45 Medicamentos sem indicação médica.

46 Sobre esses anos há um véu. Lembro que na primavera de 2006 quando iniciava a minha relação com elas, estava falando com algumas das colegas de batalha da Janete sobre a vida daqueles tempos na rua. Era uma conversa informal, rápida, de entrada por saída. Eu, então, tentei puxar a Janete como exemplo, que se encontrava ausente, e uma delas, com um gesto de total incredulidade, disse alguma coisa assim como: ‘ahhh... mas a Janete não sabe o que é se matar batalhando...’ Houve troca de olhares e a mulher que falou saiu de cena, meio rindo meio arrependida, com a mão na boca. Nunca mais se falou sobre isso. Há muitas coisas neste universo, e no corpo da Janete, que não estão para ser contadas, verbalizadas, comentadas... muito menos na frente de um pesquisador intrometido.

\*\*

Num trabalho que envolve, a maior parte das vezes, o sistema biológico sexual e reprodutivo dos participantes, temas como o orgasmo e a gravidez (altamente valorados na nossa cultura e separados radicalmente do mundo laboral) requerem uma reflexão e conceitualização especial na ação social local. Ainda mais numa época na qual o uso de preservativos não era costumeiro. Janete fez dez abortos na sua vida... O primeiro nascimento foi no ano 1978, alguns dois ou três anos depois de começar a namorar, e o último, nove anos depois. Quatro nascimentos vivos, no total. Os abortos começaram logo depois do primeiro e terminaram quatro ou cinco anos depois do último, num evento dramático. Depois disso as gravidezes pararam. O casal assumiu consistentemente o uso das camisinhas que a Janete já começara a usar no trabalho.

Janaina e eu nascemos no mesmo ano. Quando ela nasceu, a vida da Janete junto com o Alemão e a vida na prostituição mal estavam começando. A vida da Janete flutuava entre prostituição, teatro e boêmia. Era o final dos anos 70 e Janete rondava os vinte e três. Não moravam ainda no Hotel Aliado, mas em uma pensãozinha próxima. Era um universo cercado por muita violência, consumo e tráfico de drogas, barulho, perseguição policial e largas horas de insônia ou de rua ou de sexo ou de pescaria. Dificilmente poderia ter se estabelecido nesses primeiros anos uma rotina para cuidar de crianças do jeito que Janete teria idealizado, então a Jana foi morar com a avó.

Depois veio a mudança para a Vila Bom Jesus, que não durou muito. Todos os dias Janete pegava ônibus até o centro da cidade para batalhar. Nas primeiras horas da manhã voltava. O marido assumia serviços que alternava com o de cuidar da sua mulher. Mas no meio desse idílio, Janete engravidou de outro homem. O Alemão tinha ido embora com uma ex-namorada. Julio é o único filho que não é do Alemão.

*A gente se separou um tempo e foi quando eu engravidei de um namorado que eu tive, porque o Alemão... A gente estava morando junto já, a gente se separou, porque ele foi pra pescar e voltou com a ex-mulher dele, que tinha antes de mim... E ele foi, ficou um tempão sem aparecer... (Ele pegou uma sacola pequena embaixo do braço e disse "negona já volto". E esse "já volto" durou quatro meses.) Com o passar do tempo a situação da Vila foi ficando mais complicada, os homem começaram a ver que eu estava sozinha e quiseram tirar vantagem...*

*Vendi tudo que tinha dentro de casa, arrumei um serviço de carteira assinada no Centro, numa imobiliária... É tempo de fazer agora o que eu quero. Daí, um dia, eu estava bem bonita, bem arrumada, de cabelão, no salto... Quando ele me viu de novo. Aí voltamos tudo de novo, mas eu já estava grávida do outro namorado. 'Eu engravidei e não vou tirar'. 'Não, sem problema nenhum...' E voltei com ele. Foi só ele me olhar com aqueles olhinhos e eu afrouxei as pernas.*

(Claro, é inevitável prestar atenção à saída da prostituição quando o Alemão vai embora. Este "fazer o que eu quero" não deixa de ser instigante e incômodo para os discursos

do movimento, para os discursos que tenderiam a entender a autonomia como uma obsessão libertária individualista e profissionalizante. Posso ver a Janete como muitos de nós, decidindo por um amor, por um grande amor... tendo que negociar cartas importantes, desistindo de algumas coisas para ganhar outras que, parece, davam-lhe muito mais felicidade. Ficar ou não na prostituição, arrumar ou não um serviço de carteira assinada, nada parecia tão importante como ficar com esse homem de olhos encantadores. Mas a prostituição estava intrinsecamente ligada a ele. Não imagino uma obrigação, mas a constituição de uma unidade lógica/afetiva. Não imagino o Alemão obrigando-a ou alguma ação do tipo, mas quiçá ela se encontrando com um universo que era indivisível. Nem imagino a Janete voltando à prostituição no tom da resignação e da chantagem, mas da volta ao lar perdido... com a assimetria de gênero que lhe é constitutiva).

Julio, tanto quanto Jurdemir -que chegaria dois anos depois- e Janaína, a mais velha, foram deixados aos cuidados da avó na zona sul de Porto Alegre. Os três primeiros filhos nascidos saíram diretamente do útero para a casa da avó viúva, que, junto com a tia, os esperava no hospital. Janaína, Julio e Jurdemir, continuariam a senda nominal dos batizados pela viúva do José, mãe da Janete e da Jaqueline. A mãe não gostava do Alemão, não gostava da vida que a Janete tinha ao lado dele. “Para ela era tolerável estar envolvida com drogas, que nem ela, mas não ter um vagabundo do lado.” Ela própria, a Janete, “no meio da confusão daqueles anos”, tampouco tinha como manter uma criança, era melhor para todo mundo, mesmo com as dores da separação e dos julgamentos morais, deixar as crianças morando com a avó.

*O que sente mais isso até hoje é o Jurdemir. Ele me atira na cara direto. Ele chora quando fala comigo, chora muito... Na verdade, eu acho que ele sempre quis ser criado por mim... Eu tento explicar pra ele que não tinha condições de levar...*

A Nega e o Alemão iam todos os finais de semana vê-los. Levavam dinheiro, presentes, tentavam construir uma relação de presença e carinho com os filhos. A mãe, lembra Janete, não os deixava entrar. A visita era na porta. Organizava cadeiras, fazia um café e ficava todo mundo no quintal. “Não deixava as crianças serem muito abraçadas ou agarradas pela gente”. Em um momento, quando a mãe considerava oportuno, dava por encerrada a visita, guardava as crianças e entrava. Desse modo, quando a mais nova nasceu, Janete percebeu que essa relativa não-presença, mas principalmente, as palavras da sua mãe nos ouvidos das crianças, trazia um efeito que começou a lhe parecer ruim. Distância, algo de rancor. O casal morava no Hotel Aliado, mas seria o início da perseguição e da decadência. Os anos mais brilhantes, de maior intensidade na vida e na batalha, terminariam logo. É o final de 1987, Janete estava novamente grávida, seria a sua última filha. Então o Alemão decide ficar com a pequena, não entregá-la à avó, criá-la junto. Chamou-se Cristiane e é quem hoje acompanha os gozos e felicidades da “nega maluca que nunca usou calcinha”. E se afirmo que foi o Alemão quem decidiu, é porque a Janete é taxativa na afirmação.

*Ele... foi ele quem decidiu. Ele disse 'essa não vai ser com letra J'. 'Essa vou criar, tua mãe não vai pegar'. Ele tomava essas decisões. Ela*



*chamava ele de vagabundo, de beberrão. Eu... não me chamava de prostituta.... mas de... de... china... China da Voluntários...*

Como tantos outros dados que a performática Janete joga para a cara estupefata dos entrevistadores neófitos, esse dos dez abortos é mais uma provocação. Ela estará sempre colocando no limite os seus interlocutores, pronta para arranhar qualquer assomo de moralismo ou surpresa. Janete é o limite da transgressão, uma espécie de convulsão exagerada e perigosa de amor romântico setenteiro...

Mas para além das provocações, o tema dos abortos da Janete nos fala sobre o lugar da gravidez e as suas conexões naquele universo, naquelas relações. A razão que, na memória, motivou os abortos era uma e simples. Não eram filhos do Alemão. Mas como sabê-lo? Quando a Janete começou no sexo e na batalha, a camisinha era um objeto muito estranho. E durante muitos anos assim foi: não se usava. A tecnologia contraceptiva não estava tão desenvolvida nem tão acessível quanto hoje; muitas das 'pílulas' ainda estavam em fases de provas ou tinham efeitos colaterais nos anos 80, por exemplo, além da constante dificuldade que, para muitas mulheres e casais, implica a disciplina necessária para o seu uso eficaz. Por outro lado, o programa incluía, na maioria das vezes, a ejaculação do cliente dentro da vagina da mulher. Dessa maneira, as probabilidades de uma gravidez como resultado das práticas laborais eram muito altas. O aborto era uma prática bastante comum na prostituição da época. A Chris, ex-Gruta Azul, com quase vinte anos na profissão, teve cinco abortos. A Renata, nove, antes de ser ensinada/obrigada pela Soila a tomar pílulas. E assim muitas delas. Só as que tinham muito clara a sua decisão de não ter (mais) filhos, e que conseguiam ter um estrito controle sobre seus corpos, conseguiam reduzir ou evitar os abortos. Nilce, por exemplo, depois do nascimento da Juliana solicitou uma ligadura de trompas.

A única gravidez não produzida com o Alemão que se deixou concluir foi da qual o Julio nasceu. E aquela, claramente, não era do Alemão, pois, lembremos, eles estavam temporariamente separados. Mas e os outros? Como saber?

As pessoas me perguntam o que penso da opinião da sociedade em relação às prostitutas e eu digo que nós somos a sociedade.. Infelizmente é indiscutível que o preconceito sempre vai prevalecer!

- Como tu sabe que o Jurdemir, por exemplo, é filho do Alemão?

Ahhhh pois é! Aí é que tá, né? Sabe aquela coisa? É que a mulher sabe... Quando a gente ficou trepando direto, direto, direto... Tu sabe que... como é que vou te explicar? É que com alguns clientes não chegava nem a gozar dentro, fazia sexo oral.

- Tá, Janete, mas com muitos gozava dentro...

Sim, mas... É que eu estava com ele direto... Foi uma época bem legal. Sabe quando tu tem uma fase bem legal na relação? Que não tinha hora, não tinha lugar, não tinha momento? Foi quando eu engravidei. E ele disse: "Esse tu deixa..." Porque automaticamente quando eu sabia... ele também.

- E esses outros que tu abortou?

Ahhh não, eu sabia que eram de... de... de... clientes... Porque teve uma época que o Alemão teve um bom tempo hospitalizado no Partenon, por um problema pulmonar... Aí eu engravidei, não tinha como!!!

- Eu acho isso muito interessante, como saber de quem é o filho?

- A mulher sabe. E eu não sei se tu sabe de um detalhe. Quando a mulher está transando, e num momento atinge o óvulo, coisa assim, no mesmo momento te dá... na garganta, aquela ânsia... entendeu? Cada vez que me engravidava sentia, na hora... Depois dele gozar, depois tu sente essa coisa de ânsia de vômito. E quando tu não goza, no outro dia tu sente assim, como é que vou te explicar, parece que tu tá no terceiro mês de gravidez... mas foi ontem. Quando tu não goza tu vai sentir o efeito é no outro dia [o que significa que na opção A, sentir na hora, ela gozou?]. O organismo sente. A mulher sente tudo. Daí já pára a menstruação... é só esperar um mês, parou a menstruação? Tá grávida... Aí eu corria lá pra sonda... Lá em Alvorada era que eu fazia...

Rosângela, uma bela prostituta negra com mais de 45 anos de idade que se juntou recentemente à militância do NEP, me conta que tem um "marido" com o qual teve três filhos antes de adquirir a AIDS. Não era ele o único com quem tinha sexo (ou fazia programa) sem camisinha. Contudo, era ele quem se constituía no seu parceiro. Os filhos, então, são dele, isso não podia estar em questão. Assim, o Alemão assumiu o Júlio, talvez num exercício de pragmatismo amoroso e vital; o que estava em jogo não era a biologia, nem a presença fantasmagórica dum outro homem... o que estava em jogo eram os anos por vir, a sedução, o ficar juntos, seu próprio poder e plasticidade. Quiçá ele tenha assumido o Júlio como quem paga uma dívida. Eu fui embora, agora tenho que assumir, ou algo assim<sup>47</sup>.

As quatro gravidezes que a Janete deixou completar não foram escolhidas à toa. Esses filhos nasceram no marco do amor estabelecido. Janete-e-o-Alemão não era um casal de união temporária. Era um casamento, no sentido mais dogmático que a nossa cultura deu para essa palavra. Foi um casamento para toda a vida (espaço-temporalmente); um amor total, feito para penetrar todos os buracos da experiência, capaz de informar-nos segredos dos eventos reprodutivos. "Nele eu achava tudo que precisava". Tratava-se de um sistema lógico, simbólico,

---

47 De um modo similar, sem esquecer as diferenças que dizem respeito a gênero/família, a Guga será filha da Dete, mesmo que tenha sido parida pelo ventre da outra mulher do seu marido, mesmo que ela tenha decidido não ter filhos.

emocional, que produzia a experiência total da vida presente e que se articulava, claro, com a memória e a trajetória anterior. Vejamos, como nos mostrava a Dete nas suas narrativas iniciais sobre a menstruação, que toda uma biologia e uma fisiologia fugitiva das explicações “científicas” estabelecidas era perfeitamente vigente na experiência dessas mulheres. Um saber no qual os eventos corporais não eram funções biológicas autônomas (nas ciências médicas alopáticas os eventos e sistemas tendem a ser relativamente autônomos ou, no máximo, conectados somente de maneira intra-corporal), mas estavam diretamente ligados ao universo dos desejos, aos afetos coletivos e a inexplicáveis mas certas razões naturais (a temperatura d’água, a ânsia na garganta, o ser mulher como categoria explicativa inexplicável).

\*\*

Janete nos coloca na senda da compreensão das relações entre orgasmo feminino, gravidez e família nas políticas dessa prostituição que vemos aqui. Mas é necessário ir à Soila, para podermos compreender mais claramente esse assunto. Atrevo-me, por enquanto, a sugerir uma dúvida que desdobraremos depois. Eu não tenho certeza de poder incluir os dez abortos numa hipotética pergunta pela sexualidade daquela Janete...

Esses abortos eram parte da ética do trabalho/família, da fabricação desse corpo-profissional/conjugal que operava uma intensa tarefa de domesticação do erotismo e de dessexualização da prostituição... O aborto seria, desde a perspectiva do poder, um procedimento de dessexualização e de proteção da unidade familiar/produtiva, porque simultaneamente lembrava que aquilo que acontecia com os clientes não podia ter nada a ver com sexo, nem com prazer, nem com familiarização. A gravidez colocava em risco a família, a produção e “a cidadania”<sup>48</sup>. Mas, como veremos, o assunto é em chave fechada, pois orgasmo e gravidez constituíam um sistema só naquele universo, a materialização de diversos riscos e ameaças.



48 Lembremos todos os esforços e políticas mais ou menos explícitas de “controle da natalidade” ou de “planejamento familiar” que tem acontecido na América Latina nos últimos 40 anos, que estão vinculadas com ideais de produtividade social, de cidadania planetária e que atingem, principalmente, os grupos populares. Jardim 2009, Heilborn et, all 2006.

### ***2.3 Soila > Núcleo Volunta e General Vitorino***

A Voluntários fervilhava de mulheres espalhafatosas e de mocinhas que arretavam a timidez com botas de salto alto e minissaias coloridas. Uma dessas era ela, Soila, a mais recente mulher do promissor Mimoso. 1984. E o cara da janela, gordão, feio e onipresente, era o Buda, que cuidava tranquilo de toda alma que respirasse na região. Uma cidade na qual, segundo contam, com a exaustiva coordenação da Polícia Civil, circulava a maconha e a cocaína, o sexo e o dinheiro com a mesma fluidez que o churrasco e o chimarrão de boca em boca. Soila conta que a Voluntários era um dos centros de comércio sexual com menores de idade durante os anos 80. Buda era o patrão; garantia, eficazmente, que elas pudessem trabalhar. Ali elas chegavam, trazidas diretamente por ele ou, como Soila, da mão de algum marido.



Arquivo pessoal Soila

*Quando eu cheguei lá pela primeira vez, a faxineira do hotel me olhou da cabeça aos pés e me perguntou a idade. 'Dezessete', respondi. 'Ah, mas tu é velha, hein?' É que, por exemplo, a Renata começou com treze.*

*Logo que eu cheguei, o Mimoso queria me vender pro Buda. Não deu. Nunca soube por quê. Só sei que não deu. Mas o negócio nem foi comentado comigo, é a coisa mais louca. Buda e outros foram jogar cartas no apartamento [logo depois de ela ter iniciado na prostituição, Mimoso, Renata e Soila se mudaram para um apartamento na Tristeza, a promessa da casa grande em Ipanema acabou rápido] pra me avaliar, eu fiquei sabendo disso depois, quando eles foram embora e o negócio não se fechou. Eles só falaram do jogo.<sup>49</sup>*

É a partir desse momento que um peso muito importante na consolidação familiar começa a se dar. Mimoso era uma espécie de patriarca, no mais clássico sentido da palavra, fundador de uma família que girava ao seu redor e na qual o projeto coletivo ultrapassava qualquer anseio individual (especialmente das suas mulheres). Soila não tinha praticamente nenhum vínculo familiar próximo, além de uma relação bastante conflituosa com uma prima. Um dia, pouco tempo depois de conhecer o Mimoso, mas ainda antes de começar a batalhar, Soila descobre e conhece o seu pai; vínculo potencial de parentesco.

*...então contei pro Mimoso, aquela história toda. Uma vez que a gente estava conversando lá na casa dele, que ele me levava de vez em quando lá em Ipanema. 'Eu conheci meu pai faz pouco tempo, ele tem um bicho assim que nem o teu.' 'Tem um galo de briga?' 'Isso aí...' 'E como é o nome dele?' 'Rogério...' 'Mas... não é o Pacheco, né?' 'É, conhece?' 'Mora lá em Santo Antônio? Assim meio japonês que nem tu?...' 'É, tu conhece?' Se conheciam faz anos... Daí ele cortou qualquer possibilidade de eu falar com ele, porque meu pai conhecia toooda a história dele... Ele disse pra mim que não ia me deixar ficar com ele, porque ele já tinha comido duas filhas dele... 'Ai! Não acredito, nem quero mais conhecer uma pessoa assim...'*

Mimoso e suas primeiras duas mulheres estavam no centro nevrálgico da prostituição naquela cidade; e estavam querendo jogar e crescer. Ele, afilhado do Buda na Voluntários, queria independência total, ser também um chefe da rua, por isso, quando as suas mulheres fizeram 18, migraram da asa protetora do ex-delegado da polícia, para construir o próprio ponto na Rua General Vitorino. Como todos os cafetões da época, foi inimigo, submisso e parceiro dos “ratos”<sup>50</sup> que governavam “os baixos mundos”. Ao longo da década, ele se fez dono do seu trecho de rua, amo e senhor dos corpos das suas mulheres e de quanto homem ou mulher pensasse em tirar dinheiro do mesmo pavimento. Seus três irmãos aprenderam dele o negócio e se submeteram às regras impostas. Crescia um exemplar negócio familiar sob seu comando.

Produto de um trabalho familiar intenso e bem administrado pelo Mimoso, a Soila alcançou em menos de dez anos um padrão de vida, um universo de existência, de sonhos e de possibilidades, que a sua condição de moça pobre do interior (sem primeiro grau completo) não lhe permitia... e que não lhe permitiu completar o primeiro grau. Estudar era uma proibição

49 Comentário inserido pela Soila na leitura de uma versão preliminar desta narrativa.

50 Policiais civis

explícita do Mimoso. “Pra ele não convinha, né, Miguel?” Contudo, o topo da riqueza só chegará anos depois...

Mimoso era uma espécie de onipresente marido que a cada noite fechava contas com a totalidade do dinheiro ganho por elas... Declarado, confessa a Soila, sob ameaça de surra se a mentira fosse detectada. E não era pouco, não. Nunca fez falta nada nas casas. O dinheiro sobrava, o luxo, os caprichos, as festas, as roupas, a colaboração para as famílias, para os guris que trabalhavam com ele e jogavam futebol financiados pelo seu bem-feitor. Mas isso não aconteceu de um dia para outro, foi uma cuidadosa tessitura de vinte anos em que toda a família tinha que participar, acompanhar-se e “ser de fé”.

O negócio exigia um engajamento tal, que a prática corporal das mulheres não colocasse em risco a família, a integridade da esposa/trabalhadora e nem os ganhos financeiros. Uma cuidadosa construção corporal era necessária. Os anos 80 foram os anos em que as bases dessa corporificação, das redes, da família, se fundaram. Os anos de tomar conta da rua e das emoções.

Soila batalhou mais de vinte anos na rua. Todos os dias. E durante os dez primeiros anos, no sábado tinha que fazer o dobro de programas para descansar no domingo. Todos os dias ser da rua, desde uns meses depois de começar o namoro. Todos os dias ser da rua, dos 16 aos 37, quando o sol começava a cair. Fazia 15, 20, 30 programas por dia, mas houve dias de 40, 60, em tempos que a família precisava de mais dinheiro, em dias ou semanas em que alguma das mulheres estava doente ou que o Mimoso precisava pagar alguma dívida, dívida ou dádiva. Tudo sem camisinha. Tudo entre quinze ou vinte minutos. Então se fez usuária do *lacto-vagin*, um medicamento cuja prescrição médica ela não consegue descrever com exatidão, mas que era usado por todas para lavar por dentro depois de encerrar o expediente<sup>51</sup>. Era uma verdadeira e familiar “indústria do sexo”, produção em série.

Consistentemente com essa lógica industrial/patronal/conjugal, assim como estudar, gozar – ter um orgasmo, sentir prazer sexual com o cliente - também estava explicitamente proibido. Afinal eram prostitutas, trabalhadoras e esposas, as que estavam aí, não “putas sem-vergonha”. Não era para gozar, não era para sentir prazer que deitavam com esses outros; era para conseguir dinheiro, para aportar na construção do projeto familiar. Durante todos esses anos, Soila tomou pílulas contraceptivas de maneira clandestina, não só porque não desejava ter filhos, mas porque naquelas ruas se sabia que “só ficava grávida quem tinha gozado...”. Eis uma relação curiosa entre um e outro evento (orgasmo e gravidez), que nos obriga a pensar nos lugares e limites que ideias sobre o corpo, a sexualidade, a família, o trabalho, a produção, o prazer tinham no universo narrado. “Se uma mulher queria que o Mimoso a largasse, só precisava ficar grávida.” Assim, quando Soila foi ganhando intimidade com a Renata, descobriu que ela abortava com muita frequência e com muitos estragos para seu corpo. Renata era uma moça mais nova, viciada em “boleta”, e com muito menos educação e experiência no mundo-

---

51 É interessante ver que num estudo biomédico realizado na UNICAMP sobre a relação entre duchas vaginais e perda do equilíbrio da microbiota vaginal em mulheres profissionais do sexo, mostra que contrariamente ao senso comum, os problemas vêm menos pelas duchas e mais pela “alta frequência” dos coitos (sete ou mais na semana, segundo o estudo!) (Giraldo et al. 2005).

fora. Sô, então, começou a acompanhar solidária e amorosamente as angústias e decisões da outra. Levou-a uma tarde, em segredo, à farmácia próxima do ponto de trabalho para comprar suas primeiras pílulas e lhe explicar que não era verdade que a gravidez denunciava um gozo extra-marital.

Elas aprendiam a fazer programas, a serem as mulheres dos seus maridos, a lidar com os “trouxas” para depois se descobrirem “prostitutas”. “Foi um dia, que a gente estava na quadra, já levava um tempo fazendo programas, que passaram uns guris num carro e nos gritaram, nos xingaram... foi aí que a ficha caiu.” Inseriam-se dentro de um universo de imagens que antecedia esses corpos (corporificação), que já se atualizava nos corpos das suas colegas mais velhas, dos seus clientes e, como no caso do Mimoso, nas pessoas dos seus maridos. Aprendiam das outras. Recebiam conselhos dos clientes mais próximos. Acatavam a doutrina do marido-patrão. Mimoso, como parece que era uma prática comum da época, controlava o tempo que as suas mulheres gastavam dentro dos quartos, espiava alguns programas por, segundo contam, pequenos buracos nas paredes (aqui, mais uma vez, o que menos importa é se os buracos existiam ou não, mas a eficácia simbólica da enunciação). Se demoravam mais que o devido, eles, principalmente no início do processo formativo, efetivavam a sua presença. Tossiam, comentavam em voz alta com frases indiretas (“bah, mas já está tarde, hein?”) ou diretas (“Tá, Soila, tá demorando... tá tudo bem aí dentro?”), batiam à porta e, se nada disso funcionasse, alguém terminava machucado. Tudo isso, claro, era acionado como um sistema de controle em favor da segurança delas, pois houve casos nos quais clientes abusaram das mulheres no interior dos quartos fechados. A violência dos clientes é uma virtualidade sempre presente, um fantasma, uma ameaça que justifica a existência do controle.

Mas, como podemos ver, a frequência da violência dos maridos, e será também a das polícias, não era virtual, mas se constituía de um mecanismo constante e fundamental na familiarização e corporificação de si mesmos e desses sujeitos prostitutas, suas esposas. Não era um aprendizado superficial, verbal, o que eles lhes forneciam... mas uma sorte de aprendizado “pré-reflexivo”<sup>52</sup>, de fazer o corpo, a percepção e as relações, num outro patamar de sensações e emoções. “Ele não admitia que a gente fizesse mais do que papai e mamãe.” Eram castigadas. “A gente apanhava na cara quando ele descobria que a gente fazia alguma coisa a mais. Vocês que provocaram!”. Nessa transformação do corpo, a violência, a marca direta no corpo, a presença da dor, do sangue e das cicatrizes, era fundamental<sup>53</sup>.

“Tu já viu um galo de briga quando apanha?” Assim concluiu Soila a história do único dia em que a Renata bateu no Mimoso. “É que a Renata era muito revoltada... Gringa, que nem tu”, explicava a Soila para a Dete uma noite de cervejas e gargalhadas. Dete afirmava que o

52 Voltamos aqui à ideia de “pré-objetivo”, na teoria do primado da percepção de Merleau-Ponty (1990, 2006), que será fundamental para Csordas (1990) na construção do seu “paradigma do embodiment”. Também Crapanzano (1994) se refere a esse tipo de aprendizados quando discute as perspectivas sobre “as emoções” que alguns antropólogos constroem.

53 Clastres falará da tortura nas sociedades “primitivas” como espécie de corporificação da norma e dos eventos ao seu redor (2003). Silva comentará das cicatrizes nas travestis como elemento fundamental na invenção dos seus corpos e dos seus femininos, como memória da luta, transgressão, ameaça sentida e comunicável (1993).





Mimoso nunca teria conseguido domesticá-la, porque ela o teria espancado igual. Mas Soila, analisando cuidadosamente a história, explicava que a Renata muito que tentou, mas que, quando ela a conheceu, a menina tinha catorze anos e estava amarrada por uma coleira. Era assim que o Mimoso agia. Dete dizia que não, que com ela não teria conseguido. E Soila operava então a razão das diferenças de idades, tanto a existente entre Dete e Renata no momento de entrar na prostituição (20 e 14), quanto a delas com seus maridos (1 e 15 aproximadamente). Domesticar é sem dúvida a palavra mais adequada para o processo operado pelo Mimoso, a corporificação da obediência e do temor de Deus.

Um dia dos anos 90, na boate familiar, Renata, bêbada e presa da raiva e dos ciúmes pela Clara (a terceira esposa do Mimoso), ameaçou com uma faca a cara do Mimoso. Perante o olhar das suas mulheres e empregados, Mimoso deixou-a terminar, só para sentenciar: “vamos pro banheiro, Renata”. Era essa a frase que sempre antecipava os castigos em lugares públicos. No banheiro fechado, Renata recebeu uma das piores surras da sua vida. “E apanhou, isshh... a-pa-nhou!”. Soila, desesperada, ouvindo o interminável barulho dos golpes, inventou que na porta alguém procurava por ele. Inventou qualquer coisa. Um dos garçons foi lá, bater na porta e avisar o patrão. Deteve-se. Soila então correu para o banheiro. “Tu já viu um galo de briga quando apanha?”

### III. PROGRAMA NÃO É SEXO. Prostituição e “Predação Familiarizante”.

*E do meu corpo os leves arabescos  
Vão-te envolvendo em círculos dantescos  
Felinamente, em voluptuosas danças...*  
**Volúpia. Florbela Espanca.**

#### **3.1 Quando o programa não é sexo.**

Eu, como muitas pessoas que se aproximam ao tema da prostituição pelo caminho dos “estudos de sexualidade”, assumia que se alguma coisa a mulher prostituta faz é “trepar”, “transar”, ter sexo por dinheiro. Afinal elas, além de serem mulheres urbanas contemporâneas, são, hoje no Brasil, “profissionais do sexo”. Seja como opressão ou como transgressão sexual, seja como prática erótica, como “perversão” ou como simples “mercado”, vincular sexualidade e prostituição é uma operação naturalizada para muitos de nós. O programa<sup>54</sup>, então, seria uma prática sexual que a mulher prostituta significaria, representaria, de maneira especial. A prostituta (aquela eterna abstração), teria em um dia 5, 10, 15, 30 relações sexuais (aquela eterna...) com 5, 10, 15, 30 homens diferentes (aquela...).

Mas um dia, sentados na sala do Núcleo de Estudos da Prostituição (NEP) com Dete e Soila, com 45 e 43 anos, tais estabilidades acabaram de vez se desmanchando. Desde o início da pesquisa eu me interessara pela sexualidade dessas mulheres, pelo seu erotismo, pelas maneiras como no percurso da vida foram construindo e sentindo seus corpos (trajetórias corporais). Muitas das nossas conversas giravam esses redores. Era o 24 de maio de 2007, levávamos nove meses nos conhecendo e apaixonando, e falávamos confortavelmente sobre sexo. Elas me contavam histórias que não eram delas, mas de colegas e amigas. Apareceu o assunto do sexo anal. Pergunto então se elas “dão o cú”.

- Não, em geral não... - diz a Soila.

- Mas dá?

- Dou, claro, mas não transando –afirma [não transando? –penso eu- Tem como ‘dar o cu’ sem ser transando?–].

-Ahhhh eu já gosto é no amor! No programa não gosto. Já dei, mas não gosto –revira com força a Dete.

Então eu pergunto, sinceramente confuso:

-Mas Sô, como assim “não transando”? E o programa não...

Ela me interrompe com um olhar de lástima.

-Mas tu não entendeu nada, né Miguel? –conclui taxativa.

---

54 O programa é, pelo menos na prostituição de rua, o objeto principal da transação entre cliente e prostituta. É uma relação cujas condições e limites são negociados explicitamente entre os dois termos e que, geralmente, começa com o acerto financeiro e termina com a ejaculação do cliente.

*Então Dete continua:*

*-Ai, no amor eu gosto! Gozar assim é uma coisa... Tu fica assim, com as pernas tremendo... Eu adoro!-*

*E Soila reafirma [sofisticando ainda mais a reflexão]:*

*-Eu transando não, e antes dava menos... porque não precisava tanto, tinha meu corpo mais... [com as mãos desenha uma silhueta bem esbelta].*

Atento a essa lógica, fui percebendo que toda uma complexa conceitualização, uma política corporal e sexual, que distinguia totalmente entre o sexo e o programa, estava presente nas narrativas biográficas dessas quatro protagonistas, assim como nas falas de outras mulheres prostitutas no meu presente etnográfico. Além disso, era um tipo de distinção que se juntava com outras que eu vinha tentando compreender já não desde um olhar universalista da prostituta, mas desde as trajetórias e processos de corporificação específicos dessas mulheres. Mulheres prostitutas que, voltando de fazer programa, me diziam que estavam chateadas porque fazia dois meses estavam “virgens”, fazia dois meses não tinham sexo. ‘Oficinas de Prevenção’ no NEP nas quais mulheres de diversas idades afirmavam a distância radical, corporal, sensível, prática entre o sexo e o programa (“tu não sente, Miguel, entende?” / “Com meu marido eu não faço isso [‘sacanagem, putaria’], que tal; isso é só no programa”). Conversas em que o programa era sistematicamente pensado como alguma coisa que, para elas, não tinha –ou não devia ter - a ver com sexo. Algumas, como a Soila e a Janete, estabelecendo uma relação excludente (se é programa, não pode ser sexo); outras, principalmente mulheres mais novas, submetendo a diferença às aventuras do dia (“juntando o útil ao agradável”).<sup>55</sup>

O que fazer com essa afirmação radical? O que fazer com o programa que não é sexo e o sexo que é amor? Como opera na prática do corpo e como foi construída a afirmação da Soila, no dia em que nos conhecemos, de que “fora daqui eu sou quase uma freira”? O que sustenta em pé a posição da Janete, da libertária Janete, sobre não gozar com cliente nenhum? E o que fazer com a Dete contestando com fúria tais restrições e separações? Como entender a Nilce, sentada na praça fumando e falando putaria, quando conclui dizendo que ela é um mulher conservadora?

O que é que isso tem a ver com gênero, com geração e com formas específicas de prostituição? Ou seja, como esses conceitos se transformariam nas suas próprias trajetórias, como funcionam para mulheres de gerações mais recentes ou para mulheres cuja experiência atravessa outras formas de prostituição?

### **A “teoria da dissociação”: pequeno parêntese.**

O mote das separações vitais (prostituição/o outro –família, trabalho, sexo, entre

---

55 É muito interessante observar como hoje a fronteira entre sexo e programa não é mais vivida da mesma maneira, não só para as garotas mais novas, ainda que para elas seja mais “natural”, mas também para as que estão por volta dos 45-50 anos de idade. Hoje as fronteiras são negociadas, são permeadas, uma coisa pode se transformar, eventualmente, em outra; mas dificilmente se perde a noção de que existe uma fronteira, de que não são, claramente, a mesma coisa. Essas mudanças estão no cerne do meu trabalho.

outros), e portanto o das conjunções, é mais ou menos constante na bibliografia brasileira sobre prostituição. Talvez o trabalho mais representativo seja o da antropóloga Claudia Fonseca e o da sua discípula Elisiane Pasini. Fonseca sustenta sua hipótese da “dupla carreira da mulher prostituta” quando pesquisa na Praça da Alfândega em Porto Alegre. Tendo por um lado a família e por outro a profissão, tal lógica suporia a existência mais ou menos autônoma e principal desses dois campos de relações, entre os quais a mulher, através de uma série de estratégias e agenciamentos femininos, saberia estabelecer os vínculos e as distinções. Devido a uma ordem cultural de camada popular que orientaria e explicaria as práticas das mulheres pesquisadas, primária a carreira afetiva/conjugal (familiar) sobre uma hipotética carreira profissional, o que deixaria na figura do “véio” (freguês mais ou menos fixo e duradouro) a possibilidade de juntar nos anos da velhice os dois campos (2003b). No seu trabalho, Claudia Fonseca apresenta o tema família como contraponto e complemento à prostituição na experiência das mulheres, e traça um relativo *continuum* (de sociabilidade, de práticas de família, de relações de gênero) entre o bairro e a Praça. Assuntos como produtividade, política, amizades, sexualidades não são incluídos nas análises.

Já Elisiane Pasini se centra na descrição dos “limites simbólicos” que na prática do programa fariam possível a separação e o convívio entre a prostituição e a sexualidade, dando um destaque especial ao uso da camisinha e ao mítico “não beijar o cliente na boca” (2000 e 2000b). Ainda que sem muita problematização sobre as maneiras como esses limites são construídos, ela se permite incluir amantes e namorados dentro do outro lado, e não só família conjugal. Do mesmo modo, Araújo (2006), usando-se das “técnicas corporais” de Mauss, constata também em Goiânia a interdição de beijar na boca e o uso da camisinha como práticas que simbolizariam “a intencionalidade de dissociar o corpo do prazer” (o sublinhado é meu), o ato sexual realizado com o companheiro e com o cliente. Para ele, a prostituta negocia performaticamente sua identidade estigmatizada marcando diferentes “representações” (“barreiras simbólicas”) entre dois espaços que corresponderiam, como em Fonseca, à divisão trabalho / família: a rua e a casa. Vemos, nesse caso, como parecia norma na aproximação sócio-antropológica brasileira à prostituição nos anos 80 (Gaspar 1984), um foco interacionista e fortemente racionalista, já criticado por Fonseca (2003b).

Tedesco (2008), sobre mulheres prostitutas em Porto Alegre, retoma essa discussão para começar a problematizá-la trazendo à tona narrativas sobre os companheiros, o mundo dos afetos e do comércio, e a tensão entre práticas cotidianas e tendências discursivas. E ainda que não se debruce sobre isso, seu exercício de reflexão traz à tona um assunto que parece tomado por dado nos outros autores... Afinal, quem são esses companheiros? Qual é o estatuto dessas famílias de que nos falamos? Que tão sustentável é esse jogo de separações? Quais são os termos do antagonismo? Como mudam os tempos e as formas da prostituição?

Mudando de contexto e de cenário de discussão, Deschamps (2006), para as mulheres que fazem *trottoir* nas ruas de Paris, detecta um ponto importante que contrastaria a visão proposta por Araújo... de qual prazer estamos falando? Do prazer para quem? Ela percebe muito

sagazmente que as narrativas sobre não gozar e sobre separar sexo de programa não eliminam uma importante política sobre o prazer. A existência de um “orgasmo monetário” feminino diretamente relacionado com o orgasmo sexual masculino, que é fundamental na prática da prostituição. O prazer não é só sexual. “Enquanto o cara faz o dele eu penso nas contas que vou pagar... e aí é muito bom!” – me diziam várias mulheres em Porto Alegre. Desde uma perspectiva psicológica dicotômica, poderia pensar-se numa dissociação mente/corpo, e talvez seja isso o que Araújo sugere com a separação prazer/corpo (imaginando o prazer como uma função mental, no programa estaria “só” o corpo). Desde as narrativas escutadas, e desde uma perspectiva da “corporificação”, é necessário pensar na experiência de corpos e prazeres que são diferentes (cliente e prostituta), assim como de experiências de trânsitos corporais (perspectivas em corporificação).

Então, ainda que Tedesco e Deschamps não eliminem o assunto das dissociações, das duplas carreiras, permitem-nos olhar para ele com uma complexidade maior. Também o meu campo está prenhe dessas dicotomias e das tensões e negociações entre elas. Trata-se de um sistema de relações de perspectivas, de potências, de emoções e de pessoas que nos chama a atenção sobre os estatutos do prazer, da família, da profissão, dos afetos, do sexo... e de como esses conceitos são e se fazem carne, desejo, impulso, reação. E de como se transformam, se modulam, se negociam consigo e com os outros. Talvez uma perspectiva de trânsitos e diferenciações, antes que de dissociações algo naturalizadas, seja mais enriquecedora para compreender as complexidades do campo.

### 3.2 *Entre sexualidades e parentescos*

Depois daquela conversa com a Soila e com a Dete no NEP meu ouvido se aguçou e a tranquilidade que sentia quando afirmava que fazia uma tese sobre sexualidade (mítica e autônoma) se esfumou<sup>56</sup>. Então, é “sexualidade” o melhor patamar teórico para aproximar-me às práticas corporais, às formas de corporificação que essas mulheres estão narrando? Ou melhor, é legítimo incluir, sempre, a experiência corporal do programa na categoria “sexualidade” quando elas afirmam que não é sexo? O que é que entendemos por sexualidade, afinal?

Na introdução do importante livro *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*, Maria Luisa Heilborn e Elaine Reis Brandão afirmam:

O olhar antropológico caracteriza-se, em particular, por tomar de maneira mais ou menos radical a afirmativa de que os temas a serem investigados fazem sentido somente a partir da teia de significados e relações sociais que os sustentam em um determinado contexto. **Assim, o que é sexo para um certo grupo não necessariamente é para o outro, e os nexos estabelecidos entre essa dimensão e as demais da vida social também variam.** (...) Se essa é uma aposta antropológica mais ou menos consensual, é igualmente verdade que, para efeito de construção de um dado objeto ou de uma perspectiva, é necessário fixar um ponto arbitrário onde paramos de inquirir e desconstruir nossas pressuposições para que a investigação possa prosseguir. Nesse sentido, adota-se sempre uma definição do que se está concebendo por atividade sexual, o que depende fortemente das perguntas e problemas que orientam a pesquisa. **Ter claras as implicações dessas decisões –a um só tempo teóricas, metodológicas, políticas e determinadas pelas circunstâncias de financiamento– é condição importante para uma postura não-ingênuo diante dos “dados”** (1999: 8).

Para meu caso, e mesmo com algumas diferenças de ordem teórica, é na primeira parte do trecho citado onde começo a enveredar os argumentos e perspectivas. “...o que é sexo para um certo grupo não necessariamente é para o outro, e os nexos estabelecidos entre essa dimensão e as demais da vida social também variam.” No percurso da introdução, como no percurso do livro referido, as diferentes tensões e versões dos construtivismos sairão à superfície<sup>57</sup>.

Se assumirmos uma versão forte do princípio antropológico de que as coisas são culturalmente construídas, podemos pensar que não são só expressões diversas de mais ou menos as mesmas coisas, como sendo essas coisas universais, mas que as coisas, elas próprias e não só sua expressão e simbolização, têm existências diversas nos diversos tempos e lugares. É a versão “radical” do construtivismo social (Vance, 1999). Ao contrário, na “middle-grounded version” parece estar aceita a suposição da existência de um fundo corporal, emocional e simbólico universal comum. Uma certa pré-culturalidade da espécie. Parafraseando a crítica da

---

56 Sobre a sustentabilidade das categorias de gênero e sexualidade enquanto categorias autônomas ver: Correa 1996.

57 Sem dúvida, é interessante perceber a última parte da citação em contraste com a primeira. A “não-ingenuidade” proposta pelas autoras está relacionada com a fixação de uma dimensão conceitual em razão dos interesses diversos do pesquisador ou do campo acadêmico. A “não-ingenuidade” significa então um tipo de pragmatismo que antecede o universo pesquisado e sobre ele se estende. Curioso, contudo, que privilegiar as lógicas do próprio campo acadêmico e as dos financiadores, entendê-las como bom juízo, como limite pragmático, último e necessário, não seja imaginado também como, no mínimo, uma ingenuidade. Principalmente, quando nos referimos ao tema/campo da sexualidade; tema que nos últimos 25 anos tem mobilizado grandes quantidades de dinheiro para pesquisa e expansão política, e no qual olhares fortemente deterministas, universalistas e patologizantes continuam sendo hegemônicos.

Strathern (2006) sobre essa perspectiva, é como se, no fundo, no fundo, os problemas de todo mundo fossem os mesmos – sejam naturais ou sociais - e o que as sociedades, analogamente às pessoas, têm como tarefa é inventar as mais diversas soluções. A perspectiva antropológica da Marilyn Strathern no “Gênero da Dádiva” antecipa a aparição da diferença, não a limita à resolução, mas à própria problematização. As sociedades, como as pessoas, criam problemas, eles mesmos, os mais diversos; sendo a tarefa da comparação antropológica reconhecer tais alteridades e estabelecer as possíveis conexões e afetações (Strathern 2006: 63-71). Assim, a suposta base pré-cultural seria desconsiderada.

Em algumas dimensões da vida, essa base pré-cultural é muito mais estável dentro dos campos políticos e acadêmicos. Em alguns temas, existem grandes investimentos de diversos setores para manter forte e vigente a base “natural”, pré-cultural; naturalizar-se é parte das suas políticas de existência. A sexualidade e as emoções são dois bons exemplos. Linhas importantes da psicologia ou da psicanálise, organizações religiosas, áreas da saúde (saúde pública, saúde sexual e reprodutiva), além do próprio senso comum, sustentam visões que universalizam e naturalizam a base existencial do sexo, do amor, do desejo, do ciúme, das diferenças entre homens e mulheres, entre outros. Tal esforço é feito através de publicações, de financiamento de pesquisas, de elaborações discursivas cada vez mais sofisticadas e, curiosamente, moldando as emoções dos seus públicos. Por isso é importante estar atentos ao tema das emoções quando abordamos o tema do sexo e da sexualidade, porque no Ocidente moderno esses dois campos são sistematicamente juntados e essencializados.

Vincent Crapanzano (1994), introduzindo uma antropologia das emoções a partir do trabalho da Lutz e Abu-Lughod, afirma o cuidado que os antropólogos devemos ter para não assumir posturas naturalistas na pesquisa sobre emoções. Baseando-se criticamente na proposta das autoras, de constituir seu estudo sobre a base de discursos emocionais e do discurso (no sentido foucaultiano) sobre as emoções, Crapanzano se pergunta se esse foco de análise não mantém uma certa naturalização, “mistificação”, das emoções, como “coisa” só expressável em certos discursos, e não em outros, e se não assumem as “emoções” como eventos universais dos que se procuram as formas expressivas e não sua vigência, existência, e sua ação pragmática (meta-pragmática) na cultura e na experiência dos sujeitos. Como afirma Papataxiarchis, citado por Crapanzano, trata-se de uma “forma moderada de construtivismo” que pareceria distinguir “emoções pré-culturais” e emoções “culturais” (1994: 5).

Para Crapanzano, eleger certos discursos, como a poesia e a música, e não outros, como a discursividade política, para estudar “as emoções”, implica uma definição a priori, exógena, do que são as emoções e a sua maneira de se articular à experiência cultural maior. Assumir-se-ia, assim, uma separação extremamente fictícia entre razão e emoção, que seria transportada a outras culturas, ao mesmo tempo que se suporia, a priori, um certo catálogo de emoções. Então Crapanzano arrisca: “Dito de outro modo, as emoções possuem um efeito pragmático nos diversos discursos e, definindo um contexto, elas podem até certo ponto contribuir a fazê-lo nascer” (1994: 4). Sem dúvida, faria falta uma delimitação sócio-antropológica da categoria

“emoção”.

Essa “meta-pragmática” se refere tanto à prática da cultura quanto ao conhecimento produzido sobre a cultura. Isto é, devemos acreditar, desde um olhar não naturalista, que não existem emoções universais, nem uma categoria “emoção” universal, pré-cultural, mas que, “emoção”, e no que ela colocarmos, é um assunto a ser provado e construído etnograficamente. Nesse sentido, a partir não só dos nossos dados de campo, mas de uma extensa produção antropológica sobre esses temas, pensamos sexo e sexualidade como experiências culturais, e não apenas pré-culturais.

Influenciado por essa postura “radical”, optei por potenciar etnograficamente a afirmação em questão (“o programa não é sexo”), correr atrás da sua trajetória, das suas formas... para ver até onde me levaria. Aconteceram três movimentos entrelaçados que me jogaram na cara a categoria “parentesco” e colocaram em questão a validade absolutista da “sexualidade”<sup>58</sup>. O primeiro (1) movimento veio pela revisão das narrativas; isto é, pela própria história da fabricação desses corpos e dessas prostituições no centro de Porto Alegre nos anos 80: o conjunto das narrativas evidenciam, entre outras coisas, que longe de qualquer separação entre família e prostituição, por exemplo, uma e outra juntavam-se numa amálgama totalitarista e produtiva, assimetricamente orientada por um marido/cafetão, e apoiada em fortes pulsões de amor, trabalho e violência. O segundo (2), pela revisão teórica da proposta de Michel Foucault sobre os “dispositivos de aliança e de sexualidade” não só enquanto formas de poder, mas enquanto bases existenciais, bases de corporificação e personificação de culturas diferentes e das tensões entre elas. Já o terceiro movimento (3) é a inspiração vinda de um campo no qual os estudos de parentesco são centrais: a etnologia amazônica. Trata-se da reflexão das conexões entre parentesco, noção de pessoa, políticas grupais, tipos de relações e as operações práticas/corporais para a sua atualização.

A leitura de “programa não é sexo” trouxe algumas evidências quando olhada através das narrativas vitais dessas mulheres (primeiro movimento (1)). A família/unidade produtiva, antes que qualquer primado do indivíduo/subjetividade, era eixo dominante na construção dos corpos e na orientação das práticas corporais delas. A prostituição era encarada como um negócio familiar. Fazer-se esposa de alguém e fazer-se prostituta não eram processos entre os quais possamos traçar qualquer fronteira, como sim sugeriria a teoria da “dissociação”. Fazer-se esposa de, amante de, e trabalhadora de, eram experiências que aconteciam em, mais ou menos,



58 Tal crise da “sexualidade” está principalmente focada nas narrativas correspondentes à prostituição de rua no Centro de Porto Alegre nos anos 80, e não obedece só a uma distinção teórica, mas nos permite compreender toda uma transformação nas políticas da prostituição nesse final de século. Sobre outros espaços, assim como sobre décadas seguintes, as aproximações deverão apresentar algumas mudanças. Contudo, parece-me que, pelo peso que “a família” e “a produção” assumem nos discursos biolíticos contemporâneos, e nos discursos sobre prostituição em cidades como PoA, a tensão entre “sexualidade” e “parentesco” é uma caminho útil de análise.



um tempo só. A família, ser de família, ser esposa, ter um marido/cafetão, estavam na base da maneira pela qual o sexo, o amor, o trabalho se pensavam e construía. A perspectiva da família androcentrada, heteronormativa, monogâmica e mono-domiciliar (as duas últimas para a mulher), como poderosa força integradora das vontades, dos interesses e das subjetividades, impunha-se sobre uma certa perspectiva individualizante que os anos anteriores à prostituição sugerem na trajetória das mulheres e que alguns anos depois ganhará protagonismo. Lembremos que nas quatro trajetórias existe um relativo desprendimento individualista dos núcleos familiares de criação, posteriormente a aventura mais ou menos solitária no mundo e a conformação de novas redes de relação feminina com irmãs, primas, amigas.

As mulheres aprenderam a ser esposas, a imaginar-se enquanto tal, exatamente ao mesmo tempo em que aprendiam a imaginar-se enquanto prostitutas. Isso não constituiu um acidente, mas uma pré-condição. Foi preciso ser esposa desses homens para ser prostituta, foi preciso ser prostituta para ser esposa desses homens; prostituição e projeto amoroso constituíram, para elas, uma junção necessária<sup>59</sup>.

Nos trabalhos de Fonseca (2004), Knauth (1996) e VÍctora (1996), pode se apreciar um quadro bastante completo das formas de organização e conceitualização da “Família” nas classes populares porto-alegrenses na mesma época que a narrada nas histórias das minhas protagonistas. Nos trabalhos referidos, como nas narrativas apresentadas, o sangue e o sêmen são símbolos primários na coesão e na reprodução social-familiar (lembremos a Dete afirmando que não quer casar para não perder seu sobrenome); o protagonismo da família na constituição

da pessoa (*aliança* antes que *sexualidade*); a circulação de crianças na família estendida; a matrilocalidade, e uma “intranquilidade” nas relações de gênero são muito chamativas. Porém, a existência de algumas diferenças chama a atenção sobre as especificidades e “singularidades” da experiência das famílias que compõem o nosso estudo.

Primeiramente, a óbvia e característica ocupação dos bairros centrais



59 No caso de mulheres prostitutas de uma ou duas gerações posteriores, a individuação será já um valor cultural presente e importante no universo de criação, que encontrará espaço nas formas contemporâneas da prostituição feminina urbana, e será constitutivo das maneiras de construir-se enquanto mulheres sexuadas.

da cidade e não unicamente das vilas da periferia por parte das prostitutas e de suas famílias (Fonseca (2003b e 2004b) sugere pensar a Praça da Alfândega quase como uma pequena vila, mas isso significaria perder sua singularidade). Por outro lado, a poliginia constituinte, manifesta, com unidade domiciliar pactuada, com convívio familiar e, em muitos casos, com organização hierárquica operativa intra-feminina. A centralidade da ‘promiscuidade’ de contatos corporais íntimos das mulheres com diversos homens, também como elemento manifesto e constituinte, e a “teoria da dissociação”, são também elementos de diferenciação importantes. Encontramos também, a abundância de dinheiro líquido; o forte androcentrismo que, temporariamente, colocou em crise a matrifocalidade destacada por Fonseca (2004: 63-64); a obrigatoriedade e positividade do trabalho feminino em contraposição à (também positivada, também necessária) “vagabundagem” masculina; a extrema e sistemática violência contra elas, e (paradoxalmente?) uma potência latente de individuação e de sexualização feminina (já detectada por Victora (1996) nas ‘mocinhas’ da Vila Dick).

Eis então que começa o segundo movimento (2). Sabemos por Foucault, e por toda uma enorme corrente de pensadores sociais que com ele têm dialogado (como Gayle Rubin, 1999; Jeffrey Weeks, 1998; Parker, 2008; Correa, 1996; Duarte, 1999) que falar de sexualidade não é falar de um conjunto mais ou menos estável e mais ou menos universal de práticas corporais. Falar de sexualidade é falar de disciplina. De uma política muito específica de produção de verdade, de gestão dos corpos, das pessoas, das relações, que é central na fundação e expansão da modernidade ocidental. Uma política vinculada ao primado do indivíduo, do prazer erótico, do casal burguês, da produtividade, dos saberes científicos ou reflexivos sobre “si” e sobre o corpo.

A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se aprende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder. (Michel Foucault 1988: 100)

Na memória da Soila, da Nilce, da Dete e da Janete sobre aqueles anos, vemos que o que elas corporificam principalmente é antes uma lógica familiarista e produtiva fechada sobre si, e não individualista, sensualista e universalista. Não existia no seu cotidiano todo um aparato científico iluminando seus sexos e seus “Édipos”, não iam para o psicólogo a falar das suas carências e traumas (como anos depois acontecerá), e dificilmente visitavam o médico. Não se falava daquilo tudo, não existia um estímulo para falar de si, não era da sua sexualidade que queriam ouvir e falar... não era a sua sexualidade a que existia e ganhava relevância, porque sua sexualidade talvez fosse uma “ars erótica”, um saber fazer não-verbalizável. Sua sexualidade talvez não existisse<sup>60</sup>. Era, como evidenciam contundentemente Fonseca (2003b, 2004b) e

60 Lembro do meu outro eu: meu trabalho de promoção dos direitos sexuais e da saúde sexual. Lembro que sempre em espaços de oficinas, formação de grupos ou assessorias individuais com grupos rurais, por exemplo, a ideia de “sexualidade” é (era, uns anos atrás, pelo menos) inexistente. Sempre se precisa de bons investimentos de tempo e palavras para tentar conceitualizar e definir aquilo que a sexualidade é ou não é para certos objetivos.

Bacelar (1982): de família e de trabalho (e talvez de pecado?) é que elas eram estimuladas a falar. Era disso que elas queriam saber e ouvir. Seu sexo era um sexo familiar.

Então, se naqueles anos o programa não era sexo, não podia ser por uma construção individual e subjetiva, nem para realizar uma dissociação simbólica entre família e profissão, nem entre corpo e prazer ou entre trabalho e subjetividade, mas, pelo contrário, como garantia do primado da perspectiva familiar/produzida. Era essa não dissociação estrutural a que exigia uma “dividualidade”<sup>61</sup> prática e os antagonismos, por uma série de interdições do grupo agonisticamente corporificadas pelos sujeitos em questão, entre puta e prostituta, que tinham na base um modelo específico de pessoa/família/produção. A família (essa já descrita) era central demais. Realizava-se então a corporificação da esposa/trabalhadora (prostituta), que, para ser eficaz, implicava a existência dessa mulher alternada entre corporeidades diferentes<sup>62</sup>.

Isto é, presencia-se nas narrativas um universo muito mais parecido com aqueles orientados pelos “dispositivos da aliança”, do que com aqueles produzidos pelas sexualidades modernas.

**O dispositivo de aliança se estrutura em torno de um sistema de regras que define o permitido e o proibido, o prescrito e o lícito;** o dispositivo de sexualidade funciona de acordo com técnicas móveis, polimorfos e conjunturais de poder. **O dispositivo da aliança conta, entre seus objetivos principais, o de reproduzir a trama de relações e manter a lei que as rege;** o dispositivo de sexualidade engendra, em troca, uma extensão permanente de domínios e de formas de controle. **Para o primeiro, o que é permanente é o vínculo entre parceiros com status definido;** para o segundo, são as sensações do corpo, a qualidade dos prazeres, a natureza das impressões (...). Enfim, **se o dispositivo de aliança se articula fortemente com a economia é devido ao papel que pode desempenhar na transmissão ou na circulação das riquezas,** o dispositivo de sexualidade se liga à economia através de articulações numerosas e sutis, sendo o corpo a principal –corpo que produz e consome. (Foucault 1988: 101)

Mesmo que eu faça o exercício analítico de privilegiar a “aliança”, a foto é mexida, borrada. Não tanto por mau pulso do pesquisador, mas porque as apresentadas são, fundamentalmente, narrativas de diferenciação e transformação intensiva, num mundo social extremamente complexo. Como o próprio Foucault sugeriria e como as narrativas evidenciam, os dois dispositivos não mantêm uma relação auto-excludente porque não são ideia-corpo-matéria realizada; são forças. Podem co-existir, sobrepor-se momentaneamente, substituir-se e atualizar-se mutuamente... tanto na escala da sociedade, quanto de um grupo ou de um sujeito

---

61 A noção de ‘divíduo’, baseada nas conceitualizações melanésias sobre pessoa como compreendidas por Strathern, não se limita a um evento local, mas se constitui numa crítica ao sistema de compreensão antropológico ocidental. Nesse sistema, do qual a minha formação faz parte, o indivíduo (uno indivisível) moderno foi transportado mais ou menos impunemente a outras sociedades e tempos. O ‘divíduo’ é a possibilidade de reconhecer a fractalidade e a multiplicidade contínua ou descontínua de potências (ou perspectivas) dentro de uma pessoa, um grupo, uma sociedade (Strathern 2006).

62 Entenda-se bem, não se trata de afirmar que a “teoria da dissociação” não existe, ou que os autores que sobre isso têm se debruçado estão errados. É, de fato, uma teoria nativa de ação social, bem detectada pelos pesquisadores. O que me parece é que até o momento não foi suficientemente explorada nas suas formas, mecanismos, implicações e operações. Facilmente é naturalizada, quiçá, desde os valores próprios de nós pesquisadores, a quem nos parece suficientemente óbvio que, para manter sua “saúde mental” e sua subjetividade protegida, a mulher prostituta devesse traçar “limites simbólicos” entre uma e outra coisa. Talvez se fizessemos trabalhos comparativos na área do trabalho ou das práticas sexuais intra-conjugais, encontrássemos respostas mais interessantes.

particular. Isso fica evidente ao ler a última parte da proposição foucaultiana e compará-la com os nossos dados. O tipo de família e de trabalho que descrevemos, o tipo de relação da aliança e do corpo com a produção de riqueza (família/prostituição) está tanto num lado quanto no outro. A aliança garantia melhores condições econômicas, é verdade, já que garantia a transmissão da riqueza e possibilitava o uso da terra (“o ponto” era administrado por um marido/patrão; muitas vezes foi herdado), mas também anulava a possibilidade da propriedade feminina, por exemplo; ao tempo que, ao trabalho em questão ser prostituição, desenvolvia-se uma série de mecanismos de sujeição e estimulação do corpo sensível como matéria de produção.

O peso da “aliança” sobre a “sexualidade”, e talvez a existência de outros dispositivos (mistos ou autônomos) que eu não consigo enxergar ou imaginar, não é uniforme, homogêneo nem muito menos estável nas quatro mulheres. Basta comparar as maneiras como a Nilce, na simetrização violenta, e a Soila, no medo e na obediência, se relacionaram com seus maridos/cafetões, com as suas próprias experiências de prazer erótico, e corporificaram assim conjuntos de saberes, poderes e emoções muito diferentes.

Não se trata simplesmente de substituir sexualidade por aliança, mas de entender como os processos de corporificação dessas mulheres estavam inscritos, circulavam, transitavam e contestavam, fugiam, desmanchavam formas de poder específicas em um momento de importante mudança na cidade. A alternância e a simultaneidade dessas duas formas de relação e de poder sugeridas por Foucault parece-me significativa nas análises dessa prostituição, já que, de fato, a prostituição é atravessada e circula pelas polaridades mais fortes na nossa cultura. Como veremos depois, porque se supunha um certo poder familiarizante no sexo, na intimidade erótica, e se pensava que tais coisas estavam perigosamente próximas no programa, a unidade totalizante mulher/família/prostituição requeria assumir e colocar em prática uma oposição fundamental na conceitualização do ser mulher no ocidente cristão: a puta e a esposa.

Assim, o retrato da mulher pública é construído em oposição ao da mulher honesta, casada e boa mãe, laboriosa fiel e dessexualizada. A prostituta, construída pelo discurso médico simboliza a negação dos valores dominantes, “pária da sociedade” que ameaça subverter a boa ordem do mundo masculino. Seu objeto principal é a satisfação do prazer e, nesta lógica, prazer e trabalho são categorias antinômicas. Por isso ela deve ser enclausurada nas casas de tolerância ou nos bordéis, espaços higiênicos de confinamento da sexualidade extraconjugal, regulamentados e vigiados pela polícia e pelas autoridades médicas e sanitárias (Rago, 1985: 90).

De acordo com Rago, e trazendo sua argumentação para a ordem das perspectivas e das escalas, a existência dessas duas perspectivas profunda e radicalmente opostas na prática corporal do sujeito prostituta e dos demais agentes servia perfeitamente à manutenção do modelo familiar/produtivo. Afinal, tal modelo é produto histórico desse conjunto de operações descritas pela autora no seu trabalho. Entre as quatro paredes do motel e o resto da vida/família, entre o trabalho e o prazer/amor, entre o programa e o sexo... Entre uma e outra devia existir uma relação clara de hierarquia que deixava para a puta a vergonha e a punição. O programa, na sua intimidade, era a ação de uma outra mulher (a puta), um devir, cuja periculosidade era bem conhecida, e que devia ser gerenciada por um ser necessariamente dessexualizado: a prostituta/

esposa/trabalhadora.

Finalmente, assumir os trânsitos e tensões entre ‘aliança’ e ‘sexualidade’ como hipótese possível na fabricação desses corpos e da própria prostituição, implica, seguindo a sugestão foucaultiana, pensarmos o lugar que certas imagens de família, “como poder de interdição” ou como “fator capital de sexualização” (Foucault, 1988: 107), ocupam na constituição dessas pessoas e dessas relações (casais, famílias, grupos). Vale sublinhar que a discussão foucaultiana, ainda que os leve em consideração histórica, está muito menos preocupada com modelos específicos e concretos de arranjos familiares (se é homo ou heterossexual, se tem uma ou duas mulheres...), do que com a tensão entre ser-corpo-família (ou não) por interdições coletivizantes e produtivas, e ser-corpo-família (ou não) por estimulações individualizantes e sensuais.

\*

“Parentesco” (movimento 3) é uma das categorias centrais na história da antropologia, uma categoria que tem experimentado intensas disputas e transformações desde seus primeiros anos com Sir Henry Lewis Morgan. Nascida e criada nessa ciência, no compasso das diferentes escolas e das suas mudanças, teve talvez sua maior revolução nas últimas décadas do século XX a partir das famosas críticas de David Schneider, que a fez despregar-se do lastro naturalista que a amarrava privilegiadamente à biologia (sangue, sêmen, reprodução, ato sexual heterossexual) (Parkin e Stone 2004). Tratava-se de um movimento maior da antropologia de final de século (contemporâneo das narrativas apresentadas), no qual as premissas de construtivismo e de relativismo cultural se aprofundavam e radicalizavam. Nesse sentido, Carsten explica:

No ponto de vista do Schneider, as mudanças no parentesco eram parte do deslocamento geral do entendimento antropológico de estrutura para prática, e de prática para discurso (...) Esses arranjos aconteceram conjuntamente com o que Schneider chamou uma ‘democratização da empresa intelectual’, na qual assuntos de justiça social, provenientes dos movimentos feministas e dos direitos civis, foram cruciais (Carsten 2000: 2).

Para Schneider, parentesco tinha sido construído como uma categoria sociológica *a priori*, a partir dos referentes e das formas institucionais da cultura dos pesquisadores, da mesma maneira que os outros grandes nomes que emolduravam como caixinhas separadas o olhar do estrangeiro: política, religião, economia, entre outras (Schneider, 2004: 270). Com as críticas desse autor, o parentesco entra no domínio do culturalismo mais radical e, assim como seu discípulo Roy Wagner fará com “sociedade”, a categoria entra parcialmente em crise. Perde a universalidade e a autonomia estruturante que a mantinha em pé, altamente difundida pelo clássico trabalho de Levi Strauss (2008), e começa a ser concebida sempre como uma “pergunta empírica aberta” que precisa ser feita em cada caso etnográfico (Schneider, 2004: 261), na mesma ordem que em páginas anteriores falávamos de “sexualidade”.

Se um suposto mesmo evento biológico (ato sexual, reprodução, sangue) não é mais a razão propulsora universal, se não seriam mais sustentáveis modelos universais de parentesco, o que é que estamos autorizados a incluir, e por quais motivos, dentro de uma hipotética categoria chamada *parentesco*? O que é aquilo que o coletivo que estudamos entenderia por *parentesco*? Existe alguma coisa semelhante em tais grupos ou sociedades? Como se classificam, organizam,

produzem, conceitualizam, imaginam as relações humanas (e extra-humanas) nas diversas experiências sociais ou culturais às quais temos acesso? Nas palavras do Schneider: “What are the underlying symbols and their meanings in this particular segment of concrete action and how do they form a single, coherent, interrelated system of symbols and meanings?” (2004: 262).

Seguindo as mudanças acadêmicas no campo antropológico, e muito influído ou eclipsado (Carsten 2004: 58) pela categoria gênero, *parentesco* vem sendo moldado pelas transformações do próprio campo e, como sugere Fonseca (2003), pelas transformações do mundo. Categorias tais como “reprodução” social e biológica (Rayna Rapp 1992, Strathern 1995), “relatedness” (Carsten 2000), “redes” (Latour 1994), além do inescapável uso construtivista de perspectivas de gênero, geração, classe e etnia, se juntam a experiências como tecnologias reprodutivas e contraceptivas, casamentos homossexuais, famílias homoparentais, circulação e adoção de crianças, divórcios e múltiplos re-arranjos domésticos, entre outros (Parkin e Stone 2004, Fonseca 2003 e 2007, Grossi e Schwade 2006). “Relatedness”, por exemplo, seria uma metáfora útil na compreensão das maneiras, mais ou menos regradadas, mais ou menos necessárias, através das quais as pessoas, grupos, redes, culturas imaginam, tecem, organizam e narram suas *conexões* de maior e menor proximidade, suas parentelas, suas famílias, seus inimigos, “seus idiomas de estar relacionado” (Carsten 2000: 4).

Parte desse processo de perda de autonomia e de universalidade naturalista da categoria parentesco é a sua vinculação com as perguntas sobre gênero e sobre corpo. Não é gratuito que tenha sido justamente das estudiosas do gênero que vieram as maiores redefinições e novas aplicações dessa categoria. Corpo, gênero e parentesco, despojados da sua origem cultural ocidental moderna (natural) constituem uma tríade que, para Carsten e para o desenvolvimento do meu trabalho, não só é inseparável, mas cuja existência possibilita uma melhor compreensão analítica de cada um dos três elementos e de cada sistema cultural maior (Carsten 2004: 58-92). As maneiras como as relações são estabelecidas e conceitualizadas estão vinculadas às maneiras como as pessoas imaginam categorizado o mundo segundo diferenças sexuais, o que por sua vez dará sentido às produções e transformações corporais<sup>63</sup>.

No Brasil, paralelamente aos estudos de “família” e “reprodução”, impulsionados por estudiosas feministas e de gênero, a etnologia indígena tem desenvolvido também, intensa e solidamente, os “estudos de parentesco”. Sem perder o constante diálogo com Levi-Strauss, a etnologia brasileira tem incorporado crítica e eficazmente as múltiplas mudanças no campo, tanto ou quanto revisões teóricas e filosóficas novas, que lhe permitem compreender, por um lado, as importantes conexões entre parentesco, alimentação, canibalismo, cosmologia, política e sexo e, por outro lado, os processos e conjuntos de conceitualizações e saberes, como realidades vividas, que orientam a produção do parentesco (Viveiros de Castro, 2002). Nesse

---

63 Na lógica da Strathern (2006), gênero é uma categoria de análise englobante das dinâmicas culturais. Gênero não precisa ser contextualizado, mas gênero contextualiza. Gênero seria um patamar de análise não autônomo, porém não inferior a outros como parentesco, “sociedade” ou pessoa.

sentido, existe uma sugestão a compreender as relações de parentesco sempre como parte de um sistema maior de relações, de trocas que às vezes podem adquirir a forma de guerras, de caça ou de transações com outros não-humanos.

Nesse marco todo, a conceitualização de Foucault, ainda que limitada a um diálogo com Lévi-Strauss (“aliança”, troca, interdição, sangue) e com certa antropologia anterior aos anos 70, por construir uma consistente análise das formas do poder e da fabricação da sexualidade, continua sendo útil para a nossa análise. “Aliança” e “Sexualidade” não são soluções sociais para um mesmo e único problema natural (o sexo, o desejo), são problemas diferentes criados por diferentes sociedades (ou pela mesma em momentos singulares de transformação), para usar a didática da Strathern. Problemas meta-pragmáticos, estruturantes, aliás; isto é, problemas que alimentaram decisivamente a criação da diferença e do contraste entre, por exemplo, sociedades camponesas e sociedades industrializadas. A sexualidade, enquanto dispositivo, é central na criação da sociedade ocidental moderna e na diferenciação da burguesia européia com relação aos antigos e aos ‘primitivos’<sup>64</sup>.

Nesse sentido, a utilidade da proposta de Foucault para esse caso é importante por três motivos. Primeiro, a sociedade em transformação estudada por ele é, em muito, memória corporificada por nós e por nossas protagonistas; uma sociedade na qual os modelos de família e os conflitos entre eles são, no mínimo, análogos. Segundo, Foucault consegue desconstruir a tentação do motivo naturalista e universalista, evidenciando como profundamente sociais e históricas as formas e os mecanismos do poder. É justamente o pensamento pós-estruturalista e desconstrutivista promovido por personagens como Foucault, Derrida e Deleuze, entre outros tantos, que mobilizará muitas das transformações na antropologia contemporânea (lembramos que, como vimos acima, o processo de transformação epistemológica promovido por cientistas como Schneider ia, numa lógica evidentemente foucaultiana, da estrutura ao discurso). Terceiro, porque tal como na tradição etnológica, trata-se da descrição de complexos modelos de pensamento e de ação que abrangem a totalidade da experiência dos sujeitos e a eficácia de diferenciação entre grupos e culturas.

\*\*

Parentesco e gênero (como condições da relação) nos ajudam a pensar os conjuntos de regras, que notamos mais ou menos estáveis no meio da diversidade e do momento de transformação descrito, que orientavam a constituição de relações cotidianas, dos corpos, das emoções, e o estatuto das mesmas nas narrativas apresentadas. Com quem se tem sexo e com quem não, com quem se faz um programa, o que é sexo e o que é programa, quem e como se ameaça a felicidade conjugal, como se protege? Como se é uma mulher digna sendo também a substancialização da indignidade e se é dessa última, a puta, de quem recebemos enormes

---

64 No caso das prostitutas da região central de Porto Alegre nos anos 80, parece existir uma centralidade dos “laços de sangue”, da unidade domiciliar, da atividade sexual altamente regrada e da autoridade masculina (esposo/cafetão) na configuração do parentesco-família. Uma centralidade que, para dizer a verdade, parece sempre ameaçada e permeada de maneiras diversas por outras relações (clientes, famílias consanguíneas e amigas, principalmente) e pelas particularidades e transformações do mundo vivido.

ganhos e dignidades? Como se faz um corpo de parentes, como se fazem os corpos dos parentes e como se evita fazer alguém parente, como se neutraliza a proximidade do inimigo?

Que lugar ocupa o cliente, com quem a proximidade corporal seria a máxima, nessa lógica? Que lugar a polícia? Qual a amizade? Qual o marido? Entender essa lógica das relações é importante para imaginar como se corporificavam “pré-reflexivamente” os saberes que faziam possível essa forma específica de prostituição/família; isto é, como se criavam conjuntos de emoções e sensações corporificadas que faziam possível que uma penetração, uma “punheta”, um “boquete”, quando efetivados com um “trouxa”, não fossem sexo? Como entender radicalmente que “não, não é sexo; tu não sente *aquela* vontade”?

Noções como “sair a caçar”, “ser comida por”, “comer alguém” ou uma parte do corpo de alguém, “batalhar”, “roupa de batalha”, “nome de guerra”, assim como práticas explícitas de interdições corporais, de *predação* de clientes e de guerra policial contra elas, além das já apresentadas relações familiares, sugerem-me um caminho fértil de trabalho. Eis então que, buscando enriquecer mais a minha compreensão sobre as relações familiares, a guerra e as interdições corporais, encontro-me com a inspiração vinda da etnologia (movimento terceiro (3)). O conceito de Carlos Fausto de “Predação Familiarizante” (2001 e 2002), por um lado, e a conexão prática por ele apresentada entre canibalismo, comensalidade e parentesco, por outro, me parecem, com os devidos limites e questionamentos, ideias especialmente inspiradoras para o campo que nos compete<sup>65</sup>.

No seu artigo “Banquete de gente...”, Fausto (2002) constrói seu conceito de “Predação Familiarizante” na trilha de Philippe Descola, Eduardo Viveiros de Castro e Aparecida Vilaça (Fausto 2002: 7), superando vazios que, segundo ele próprio, teria deixado na sua tese (2001) na tensão entre os modelos de economia do dom - troca recíproca maussiana -, e os modelos de economia de mercadorias - consumo e produção marxistas. “Em particular não articulei, para usar o vocabulário marxiano, o consumo produtivo à produção consumptiva” (2002: 7). A partir do livro *Inimigos Fiéis* (2001), entendemos a predação como um tipo de relação de troca na que consumo, produção, apropriação e reciprocidade não se apresentam como necessariamente excludentes. A “predação familiarizante”, como seu nome o indica, tem como objeto a produção de subjetividades e de corpos de parentes a partir do consumo dos outros; a partir da caça, do canibalismo e da comensalidade. Para Fausto, a produção do parentesco, numa lógica do tipo consumir fora para produzir dentro, é a razão englobante da predação.

Ela é entendida como “um ato subjugante, por meio do qual se determina quem detém o ponto de vista numa relação. A maior potência subjetiva do predador equivale à capacidade de impor sua perspectiva e, assim, controlar a alheia” (2001: 538). A predação tem como centro

---

65 Não se trata de traçar um improvável *continuum* histórico ou étnico entre universos de prostituição urbana e os povos estudados por tais autores, nem tampouco é um movimento no sentido de enquadrar uma realidade X em uma teoria Y. Sou consciente (±) do perigo das transposições insensatas. O meu percurso é o outro. Trata-se de um processo de aprendizado antropológico das lógicas e políticas da prostituição, no qual as abstrações teóricas e os procedimentos analíticos seguidos pelos autores mencionados me dão insumos para entender, enriquecer, potencializar e situar meus dados.



a alteridade, o Outro. “A predação não implica, portanto, simples negação da perspectiva do outro e imposição da própria (...) Para serem poderosos, xamãs e guerreiros não podem jamais controlar inteiramente seus xerimbabos, devendo garantir a condição subjetiva do outro e correr o risco de perder a sua” (2001: 540-1). Entre predação e aniquilação há um abismo. Trata-se de uma relação na qual sempre se é ao mesmo tempo caçador e caça potencial, na qual se pode ser predado enquanto se tenta preda a potência de um outro; já que a predação é, e isto vai ser muito importante na compreensão do nosso campo, uma relação que acontece sempre entre “entes dotados de agência e intenção”, não entre sujeitos e objetos (2001: 538). É uma teoria sobre agências e potências, englobada por formas de família, de produção, de gênero e de intercâmbios sexuais.

A ideia de “predação familiarizante” leva diretamente ao problema da caça; isto é, ao problema do canibalismo/comensalidade/guerra (Fausto, 2002). Nesse marco, a definição de “canibalismo” do Fausto, colocada em diálogo com o material coletado na minha pesquisa, oferece uma inspiração interessante para pensarmos o problema da construção de pessoa no universo da prostituição de rua em Porto Alegre:

Redefinimos, pois, a noção de canibalismo: **é canibal toda devoração (literal ou simbólica) do outro em sua condição (crua) de pessoa, condição que é o valor default.** Já o consumo não-canibal supõe um processo de dessubjetivação da presa, de redução a objeto, no qual o fogo culinário tem um papel central. Na dimensão cotidiana, é preciso que o animal enquanto sujeito esteja ausente para que a identificação possa se produzir entre humanos. É necessário bloquear a relação, sempre possível, entre o humano e o animal, a fim de que, por meio da carne deste último, os comensais possam se produzir enquanto humanos e parentes (2002: 19).

Fausto elabora aqui o par animal - humano, mas sabemos que tal diferenciação é justamente um problema de perspectivas. No caso de uma relação intra-humana como a que nos ocupa, nos movemos entre pares como família/sujeito, prostituta/trouxa, esposa/puta e cafetão/prostituta, entre outros, que podem nos ajudar, porque de devorar, controlar, seduzir, aparentar e impor estão nos falando, a re-configurar a provocação do Fausto para um novo campo.

A questão, belíssima aliás, é que, em geral, todos os seres caçáveis são parentes potenciais porque tem agência e intenção, então aparentar com a caça (ser familiarizado por ela) é um risco sempre latente. Caça-se e preda-se para alimentar-se ou para produzir família, a distância entre um e outro depende não só do ser caçado, mas de uma série de disposições práticas, corporais, e de interdições e de transformações operadas sobre a caça. Fausto, no “Banquete de gente...” (2002), analisa cuidadosamente os procedimentos mediante os quais os Parakanã fazem de uma carne alimento/objeto ou potencial parente. Esse procedimento analítico serve como exemplo para compreender as trajetórias e a vasta gama de práticas e diferenças que as relações propõem e exigem quando se definem como “sexo” ou como “programa”.

O tipo de relação chamada na etnologia brasileira como “predação” está nos falando do quê, afinal? O que de tudo isso podemos aprender para a aproximação ao nosso universo de estudo? Trata-se simplesmente de afirmar que a prostituição é um tipo de predação? Que

tão exato etnograficamente e que tão conveniente politicamente seria essa afirmação? Estão as nossas putas locais se imaginando como predadoras? Não devemos abstrair a lógica que sustenta o conceito e pensá-la à luz dos nossos dados? Em que me ajuda isso? Em que ajuda à elaboração teórica sobre prostituição e sobre predação? Porque me chama tanto a atenção esse diálogo entre as conceitualizações amazônicas e aquelas que intuo das minhas amigas prostitutas? É o idioma da predação presente nas suas falas e práticas? Como, a partir de quais lógicas e metáforas conceitualizam as suas práticas? É a prostituição de rua um tipo de predação ou uma relação inserida em um universo maior de relações que me parece muito com o da predação amazônica? É pelo valor constituinte da ideia de família? Como sair da selva com uma nova bagagem que muda meu olhar sobre a cidade sem violentar as particularidades e diferenças? Voltemos aos dados, pois.

Tentarei, no segmento seguinte, olhar para o programa (suas práticas e narrativas na experiência das quatro protagonistas) como um “âmbito de eficácia” (Strathern 2006) em que a relação prostituição se materializa e no qual as ideias sobre sexo, família, pessoa, prazer e casamento se atualizam. “Âmbito de eficácia” seguindo a própria lógica da Strathern (de espaços temporários de relação e de poder que são homólogos nas diferentes escalas) pode ser tanto o programa quanto o universo maior de prostituição. A prática, dizia Sahlins (1997), coloca em risco os “esquemas conceituais”... os re-cria constantemente. A eficácia da imaginação criadora, das performances e corporificações (agency) acontece só em âmbitos de relação específicos e momentâneos. Assim o programa<sup>66</sup>.



*Drink Bar Leticia*  
Lindas Garotas *Hablamos Español*  
Fantasiadas e safadas  
Experientes e iniciantes  
c/ acessórios - strip-shows  
Quartos com ar. *AT. SÁBADOS DOMINGOS E FERIADOS*  
DAS 10 h. Às 24 h.  
Rua dos Andradas, 1790 - Fone: 3225 9249  
Vale um Drink Cortesia

66 Numa clássica lógica de troca maussiana, o programa seria entendido como um “fato social total”, porque nele se efetuam ou contra-efetuam muitos dos princípios gerais da vida, do/s mundo/s dos participantes (Mauss 2003).

### ***3.3 Caçar o comer: o risco da prática e a guerra de perspectivas.***

“Caçar” e “comer”, conceitualizadas como “conhecer alguém para relacionar-se sexualmente”, são categorias muito frequentes nas classes médias e populares de cidades como Porto Alegre. Geralmente, correspondendo com o par ativo/passivo atrelado a masculinidade/feminilidade, o sujeito da ação -o caçador e o comedor- é masculino, e a presa, feminina. Pois bem, tais categorias são também centrais e explícitas na prostituição feminina em tal cidade, especialmente na de rua. Porém, na perspectiva das mulheres prostitutas, ainda que na maioria das vezes “comer” seja a ação de um sujeito masculino e ser comido(a) produza feminilidade, “caçar” é uma ação profunda e radicalmente feminina.

Elas, prostitutas, são as caçadoras; e as deslumbrantes, hipnóticas e escorregadias feminilidades das que se investem, o corpo requerido para a “batalha”. Porque nesses anos 80, em ruas como a Voluntários da Pátria, caçar era um ato de guerra. “Caçar” é um termo usado por elas para nomear a ação de ir atrás de um homem e fazê-lo cliente, arrumar um dinheiro, batalhar. Uma noção ao mesmo tempo relacionada com o universo do sexual e com o universo da viração, do trabalho informal. Não só as nossas prostitutas caçam clientes e “se viram” na rua; também os camelôs de Porto Alegre, panfleteiros e outros trabalhadores informais<sup>67</sup>. No ato da caça começa uma corporificação (mutação de emoções, de peles, de roupas, de sentidos e sensibilidades) que se completará na hora de comer. Naquelas primeiras histórias, no início das suas vidas no casamento/prostituição, elas aprendiam sistematicamente sua relação com “o comer”. Essa deliciosa “devoração (literal ou simbólica)”<sup>68</sup>.

Na lógica da prostituição narrada, “comer a puta” está na base dos desejos do cliente e, portanto, no centro da eficácia da prostituição. Permitindo-me uma fácil generalização, para elas o cliente se pensa também como um caçador, um comprador, um comedor, um que usufrui do corpo por ele entendido como disponível. Esse é o ponto de vista do cliente, que deverá ser satisfeito pela prostituta<sup>69</sup>. A puta está aí para ser comida: a perspectiva do cliente é a perspectiva

---

67 Em Puerto Berrío e, em geral, na Colômbia, é bem conhecida a noção de “rebusque”, como a ação de buscar-se (n)a vida, de, diríamos, virar-se. “El rebusque”, “rebuscarse”, são palavras diretamente associadas a atividades informais lícitas ou ilícitas que pessoas de camadas baixas ou moradores de rua fazem para conseguir dinheiro, sustento e relações. No universo da prostituição “rebuscarse” também é presente. Varias mulheres em Puerto Berrío, por exemplo, usavam essa palavra como substituindo a palavra “prostituição”. “Desde hace diez años me rebusco en la zona”, por exemplo; ou, “aquella mujer también se la rebusca”.

68 A caçaria merece alguns exemplos e algumas reflexões específicas que nos falam de importantes diferenças territoriais e temporais. Devido a sua especificidade performática, a um necessário olhar multi-situado (rua, sala, antes, depois), e à percepção que tive dessa através da etnografia presente, a caçaria não será abordada por enquanto. Algumas aproximações serão feitas no epílogo desse trabalho.

69 Ver, por exemplo, Peres (2009). Mas esse também é ponto de vista que muda entre diversos espaços sociológicos e que se transforma no tempo. Bernstein (2008) nos mostra claramente as maneiras como o erotismo masculino e, portanto, as buscas no mercado do sexo, têm mudado fortemente nos últimos anos. De um uso funcionalista unilateral vinculado ao ideário do “mal necessário”, as relações estão cada vez mais sexualizadas, mais carregadas de recreação, de erotismo, de seduções e de especializações. Isso é perfeitamente visível também nas trajetórias das quatro mulheres, na comparação delas com as moças mais novas ou de diferentes camadas sociais e na compreensão de outras formas do Mercado do Sexo. Definitivamente, servir de “acompanhante” de executivos, por exemplo, não é o mesmo tipo de trabalho que fazer programas na rua, mesmo que as primeiras também façam



hegemônica de gênero sobre a relação (heteros)sexual. Ele, enquanto um homem, agente, consumidor, que sai de casa para comer porque precisa ou porque quer e pode (a “natureza masculina” (Peres, 2009)), avalia cuidadosamente as opções disponíveis, escolhe e paga para a “mulher pública” atendê-lo. Perspectiva também duplamente corporificada por elas e seus maridos, que têm nesse “comer”, além do eixo produtivo, um dos eixos da sua relação conjugal. A puta está aí para ser comida (por quem pague o justo). A esposa está aí para ser comida (exclusivamente pelo marido).

Mas esse corpo na esquina parado ou sentadinho na boate esperando ser chamado, é a caçadora travestida de isca. Não há passividade possível nessa relação, são todos guerreiros atentos. Não existe passividade nenhuma em “deixar-se comer”, pois lembremos que nessa lógica o que o cliente espera na hora da caçaria são corpos prenes de agência e subjetividade (Bernstein, 2008; Peres, 2009). São extremamente escassas as narrativas de clientes que pediam ou esperavam passividade total delas; pelo contrário, as narrativas de prostitutas de todas as idades que contam saberes, agenciamentos, truques, manhas que são bem agradecidas e pagas pelos clientes são abundantes (Araújo, 2006; Deschamps, 2006). Alguns clientes com quem falei, de fato, buscavam mulheres que os seduzissem de maneira inescapável, que os surpreendessem na cama, que “soubessem fazer”.

Aí os riscos e as potências que o programa envolve para a produção da conjugalidade.

Se o sexo naqueles anos 80 era central nas imagens de família e de amor que elas, enquanto mulheres, personificavam... se o sexo era uma atividade idealmente vinculada ao amor e que ocupava espaços e momentos pontuais e muito específicos, aquilo que acontecia com 15, 20 ou 30 clientes por dia, podia ser qualquer coisa menos sexo. Ou talvez devesse acontecer em tal quantidade para lembrar-nos que não era sexo. A produção em série tira o afeto entre o sujeito produtor e a obra produzida; não era artesanato, era industrialização. Por outro lado, se nas relações com seus cônjuges, também essas de intenso conflito e cheias de tentativas de imposição subjetiva, as relações de gênero deviam afirmar relativamente as perspectivas de comedor (masculino/homem) e comida (feminina/mulher, homem ou trans...), qualquer analogia prática na relação com os clientes devia ser quebrada. Isto é, poder conceitualizar o cliente como outra *coisa* que não comedor (masculino/homem), seria de grande utilidade. Produzir um programa que não fosse sexo não era fácil, no meio de um universo cada vez mais sexualizado onde tudo apontava para destruir essa afirmação.

Estou querendo dizer, entre outras coisas, que o fato do intercâmbio corporal envolver dinheiro de maneira mais ou menos explícita, ou ter uma ou outra hiper-publicada interdição corporal (como o clássico “não beijar na boca” ou o uso laboral da camisinha: muito mais propagandísticos do que práticos no dia-a-dia), não me parecem suficientes explicações para a eficácia da distinção entre uma coisa e a outra. Pois a inclusão de dinheiro ou bens materiais nas trocas sexuais e afetivas, assim como a presença de maiores ou menores interdições corporais, é muito mais frequente do que a imaginação romântica prevê em universos conjugais vinculados

---

programa e as segundas também possam “acompanhar” alguém.

ou não à prostituição (Goldenberg (2008), Fonseca (2004), Olivar (2008), Jardim (2009)).<sup>70</sup> Tais elaborações estão presentes de diversas formas nas relações dessas mulheres com seus maridos... Soila interessada no poder econômico do Mimoso e afirmando que certas “coisas” eram outras, e não ela, as que davam pra ele. Nilce e Dete juntando-se com os seus como uma aliança produtiva e exigindo boa administração dos recursos. Janete reconhecendo a importância do Alemão também trazer dinheiro para casa. Então a distinção entre sexo e programa devia passar por outras composições mais sólidas; isto é, pela operação prática de um sistema, de umas relações entre pessoas, perspectivas, órgãos, que estimulassem a individualidade e a coesão familiar.

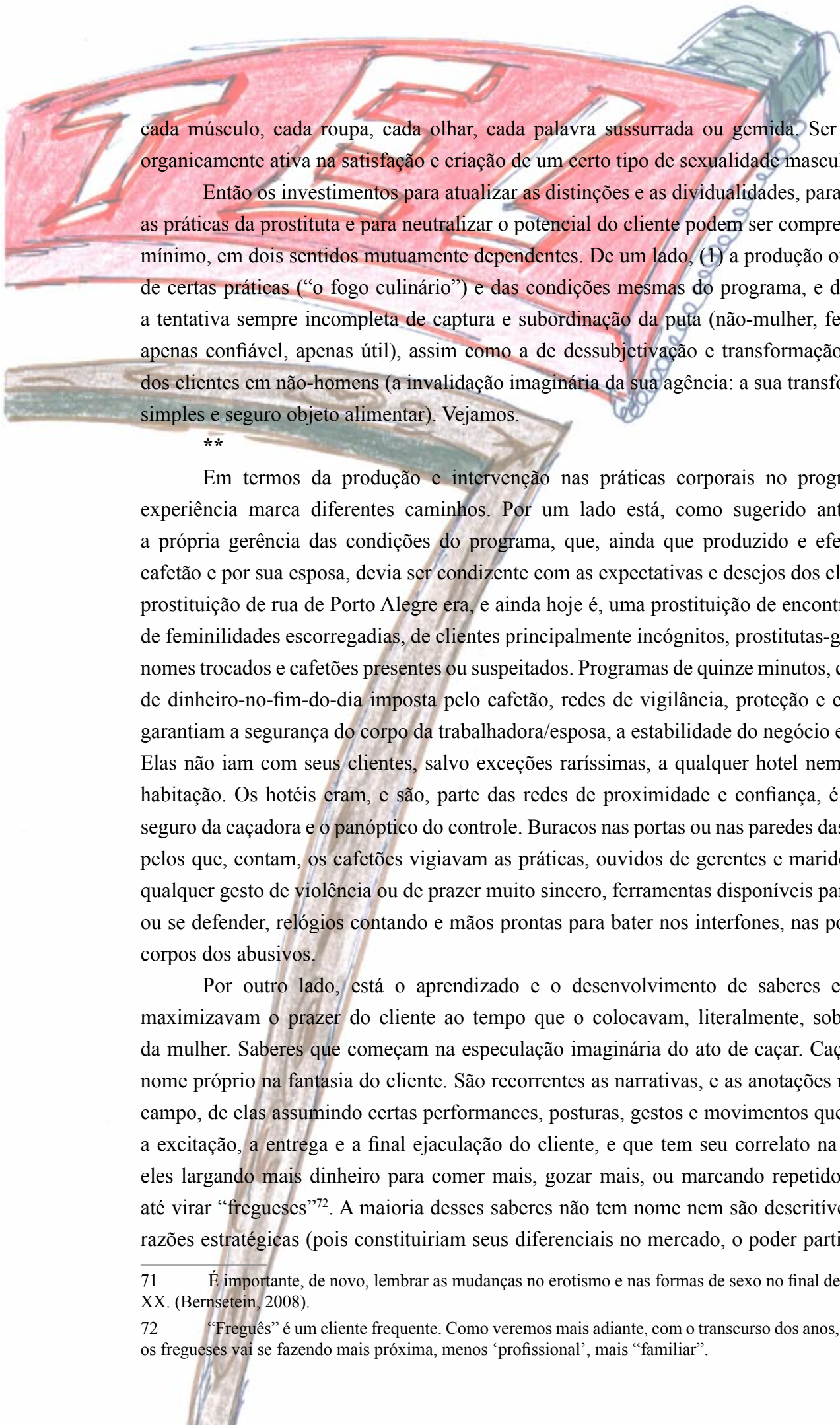
Nessas relações de forte conjugalidade e cafetinagem, elas corporificavam (ou pelo menos era esse o dispositivo majoritário) uma perspectiva amalgamada de esposa: mulher/família. A perspectiva do marido... ou melhor, dessa forma específica de casamento/produção, era assumida nos primeiros meses ou anos de relação. Essa era a perspectiva da caçadora: um guerreiro aparentado, literalmente, domesticado. Como todas nos lembram, os maridos “doutrinavam”, mas tinham que contar com a complacência ou a permissividade delas; isto é, com a existência preliminar de uma perspectiva que aceitasse as propostas deles (como no caso da Soila e da Janete, que buscaram ativamente e com razões estratégicas seduzir e segurar seus homens). Doutrinar significava domesticar; isto é, fazer da casa, estabelecer a perspectiva familiar como ponto zero. As potências sedutoras e feiticeiras da caçadora deviam ser potencializadas e, simultaneamente, controladas, colocadas ao serviço do projeto produtivo familiar.

Do cliente interessava sua potência financeira, sua frequência, seu respeito. Se por um lado se requeria o cliente na sua máxima potência e capacidade de agência (para ter uma mulher – esposa - e não se apaixonar por elas, para ter dinheiro disponível, para ter vontade de sexo, para sempre voltar, querer mais e sempre sempre ir-se embora), por outro lado se precisava a neutralização de um poder tido como muito importante nas masculinidades em jogo (para que não tentasse tirar mais proveito do pactuado, para que não conseguisse seduzir à caçadora). Eram suas capacidades de sedução e de malandragem que deviam ser neutralizadas para que a relação acontecesse tranquila.

É através de uma cuidadosa organização operativa do trabalho, gerenciada pelo marido/cafetão, assim como de uma série de saberes corporais para a estimulação erótica do cliente, para o controle absoluto do tempo e das condições da ejaculação (ação ao redor da qual girava o ‘programa’), que, mesmo sendo comida, a prostituta guerreira/esposa, consegue impor sua perspectiva e assim apropriar-se dos poderes do cliente com o menor risco possível. É nessa imagem fundida e inebriante, nada ambígua nem paradoxal, de caçadora e presa desejada, de guerreira vencida, que está o seu poder na relação. É isso que seu corpo sabe fazer com

---

70 Lembro de uma amiga minha, não “profissional do sexo”, professora universitária casada com um empresário, que me contava que ante as insistentes petições do seu marido para que ela lhe “desse o cu”, ela tinha optado por uma troca. Ela aceitaria o sexo anal se ele lhe desse uma grande viagem que ela sonhava e que não tinha condições de pagar.



cada músculo, cada roupa, cada olhar, cada palavra sussurrada ou gemida. Ser profunda e organicamente ativa na satisfação e criação de um certo tipo de sexualidade masculina<sup>71</sup>.

Então os investimentos para atualizar as distinções e as individualidades, para domesticar as práticas da prostituta e para neutralizar o potencial do cliente podem ser compreendidos, no mínimo, em dois sentidos mutuamente dependentes. De um lado, (1) a produção ou interdição de certas práticas (“o fogo culinário”) e das condições mesmas do programa, e do outro, (2) a tentativa sempre incompleta de captura e subordinação da puta (não-mulher, fera caçadora apenas confiável, apenas útil), assim como a de dessubjetivação e transformação ontológica dos clientes em não-homens (a invalidação imaginária da sua agência: a sua transformação em simples e seguro objeto alimentar). Vejamos.

\*\*

Em termos da produção e intervenção nas práticas corporais no programa (1), a experiência marca diferentes caminhos. Por um lado está, como sugerido anteriormente, a própria gerência das condições do programa, que, ainda que produzido e efetivado pelo cafetão e por sua esposa, devia ser condizente com as expectativas e desejos dos clientes. Essa prostituição de rua de Porto Alegre era, e ainda hoje é, uma prostituição de encontros fugazes, de feminilidades escorregadias, de clientes principalmente incógnitos, prostitutas-guerreiras de nomes trocados e cafetões presentes ou suspeitados. Programas de quinze minutos, cota mínima de dinheiro-no-fim-do-dia imposta pelo cafetão, redes de vigilância, proteção e controle que garantiam a segurança do corpo da trabalhadora/esposa, a estabilidade do negócio e da família. Elas não iam com seus clientes, salvo exceções raríssimas, a qualquer hotel nem a qualquer habitação. Os hotéis eram, e são, parte das redes de proximidade e confiança, é o território seguro da caçadora e o panóptico do controle. Buracos nas portas ou nas paredes das habitações pelos que, contam, os cafetões vigiavam as práticas, ouvidos de gerentes e maridos atentos a qualquer gesto de violência ou de prazer muito sincero, ferramentas disponíveis para satisfazer ou se defender, relógios contando e mãos prontas para bater nos interfones, nas portas ou nos corpos dos abusivos.

Por outro lado, está o aprendizado e o desenvolvimento de saberes eróticos que maximizavam o prazer do cliente ao tempo que o colocavam, literalmente, sob o controle da mulher. Saberes que começam na especulação imaginária do ato de caçar. Caçar é ganhar nome próprio na fantasia do cliente. São recorrentes as narrativas, e as anotações no diário de campo, de elas assumindo certas performances, posturas, gestos e movimentos que alimentam a excitação, a entrega e a final ejaculação do cliente, e que tem seu correlato na imagem de eles largando mais dinheiro para comer mais, gozar mais, ou marcando repetidos encontros até virar “fregueses”<sup>72</sup>. A maioria desses saberes não tem nome nem são descritíveis, seja por razões estratégicas (pois constituiriam seus diferenciais no mercado, o poder particularíssimo

71 É importante, de novo, lembrar as mudanças no erotismo e nas formas de sexo no final desse século XX. (Bernsetein, 2008).

72 “Freguês” é um cliente frequente. Como veremos mais adiante, com o transcurso dos anos, a relação com os fregueses vai se fazendo mais próxima, menos ‘profissional’, mais “familiar”.

de cada feiticeira), seja por razões da própria natureza do saber (que não passa pela ordem da palavra pública); porém, algumas nos dão algumas pistas. “Aprender a dar uma apertadinha”, dizia a Dete, acelerava a ejaculação do cliente, e Manu, uma “garota de programa” expunha sem palavras, só na encenação do seu quadril, os tempos e movimentos necessários para finalizar felizmente um programa.

Esses saberes são centrais na hora de corporificar a puta, “virar puta, mesmo”. É esse o ponto exato em que a complexidade do programa adquire sua maior eficácia, onde se efetua totalmente a relação, já que é “baixando a puta” para satisfazer a perspectiva do cliente, que elas conseguem impor sua perspectiva e, por conseguinte para as nossas prostitutas/esposas, a perspectiva da família. Assim mesmo, é nesse investimento no erotismo do cliente (“ars erotica”), na gerência sofisticada desses anseios, que o “divíduo” puta, a puta enquanto potência topográfica e corporal (“o devir puta”), tem seu espaço limitado de existência... Devemos supor, então, como sugerido pelas quatro mulheres, que essa performance da puta não acontece isenta de conflito para o convívio inter e intra-pessoal. Afinal, para elas, enquanto esposas e prostitutas, ‘puta’ será o nome da mais fiel das inimigas<sup>73</sup>.

É por esse caminho que chegamos a entender que, como se faz visível nas narrativas delas, não todas as práticas eram avaliadas da mesma maneira, não todas tinham o mesmo nível de eficácia no programa, nem o mesmo nível de periculosidade na constituição das pessoas, das relações e na proteção do parentesco<sup>74</sup>. Voltemos a encontrar a Dete sendo espiada e interdita por um gigolô depois de realizar um “boquete” em um “trouxa”. Maridos/chefes atentos a ensinar e lembrar as regras do casamento/trabalho, a executar as penas quando as normas eram violadas, a neutralizar as potências das suas próprias mulheres... todas nos falaram disso. E todas nos falaram que as tais regras eram vulneradas<sup>75</sup>. Como a Dete argumentava para o Júnior e para os outros gigolôs, a satisfação da fantasia do cliente garantia a eficácia da empresa, e não todas as práticas tinham a mesma potência na hora de caçar o cliente.

“Dar o cu” e praticar sexo oral neles (o famoso “quete”), por exemplo, parecem ser, até hoje, práticas muito apetecidas e buscadas pelos homens e que, talvez por tal razão, favoreciam

73 Mesmo que os modelos de cafetinagem no Centro de Porto Alegre tenham aparentemente perdido força, e que o modelo familiarista tenha mudado, o peso da noção guarda-chuva de ‘família’ continua hegemônico na experiência das prostitutas/garotas de programa/ profissionais do sexo hoje. Nesse sentido, na relação de perspectivas, como pode se inferir do trabalho de Maria Filomena Gregori sobre sexshops, o combate férreo entre esposa e puta continua vigente e exemplarizante, agora com um desdobre na massificação consumista da domesticação da puta através da compra e uso de “brinquedos” e roupas sexuais por parte de mulheres casadas de camadas médias, sempre nas margens da habitação conjugal (Gregori, 2004).

74 Claro, não todos os clientes significavam o mesmo tipo de ameaça para a relação conjugal, nem as mesmas possibilidades de prazer e satisfação. Exercícios de classificação e escolha são permanentes na prática da prostituição, relacionadas com idade, raça, aparência, características corporais, capacidade de pagamento, entre outras tantas.

75 Lembremos que essa prostituição “familiarizante” das narrativas principais começava, de fato, com o aparentamento. Nesse marco, caso a imposição familiarista fosse bem sucedida, entre os maridos/cafetões, as mulheres e os seus clientes não se estabelecia uma relação triangular, mas bipolar (prostituta/família-cliente). Tal triangularidade, parece-me, só será possível com um processo intensivo de individuação que terá lugar nos anos vindouros.



a excitação e a chegada mais rápida da ejaculação<sup>76</sup>. Porém, não todas as mulheres aceitavam o sexo anal, pois, além de interdições culturais referidas à sujeira ou à ‘natureza’ dos órgãos, na prática da prostituição significava um desgaste corporal maior e uma perda relativa de poder (no sentido de ficarem expostas à dor ou a ferimentos de diversas intensidades). Já o “boquete”, em geral, era aceito e muito frequente. Ele permitia o controle total da cena por parte da prostituta. No sexo oral não se percebe maior desgaste corporal e o homem, em geral, ocupa uma posição passiva com relação a ela.

Por outro lado, na lógica dessa prostituição familiarizante, o sexo anal e oral (nos clientes), em tempos de não camisinha, asseguravam de fato a não reprodução biológica.

Nilce, por exemplo, não era especialmente amiga do famoso “boquete” nem de fazer nada diferente ao “normal” e, mesmo assim, nunca lhe faltaram clientes. Fato que contradiz a Dete na sua argumentação de que os clientes querem o que não tem em casa, ou seja, penetração vaginal: exatamente o que a Nilce oferecia. Já a Janete, mesmo com as proibições do marido, foi se configurando em “Janete, a rainha do boquete”. Soila não “dava o cu” porque não gostava, e porque o seu “capital corporal” (Damo, 2005), segundo disse, ainda lhe garantia bons lucros sem precisar recorrer a “isso”. Para ela “dar o cu” é uma prática interdita mas, hoje, necessária, pois na medida em que o corpo se afasta da idealizada juventude, seu capital de jogo no mercado de sexo diminui e se faz necessário re-estruturar a oferta.

Fazer um “quete” e depois “bater uma punheta até o cara gozar” era uma das maneiras mais eficazes e seguras de apropriação da potência do cliente. É provável que essa prática não garantisse os maiores lucros financeiros, que não pudesse se obter o máximo da potência da presa; porém, permitia facilmente neutralizá-lo, pois além do “quete” ser altamente valorizado no mercado erótico, seu corpo de caçadora multiplicava sua agência na medida em que não era penetrada e se mantinha fisicamente distante da senda do contato íntimo, da reprodução, da poluição e do gozo. Lembremos que nos anos 80 o uso da camisinha era quase nulo, o que implicava, necessariamente, o contato permanente com a pele, as mucosas e os fluidos do cliente; o “quete-e-punheta” reduzia as possibilidades desse contato (em uma cultura onde isto é altamente problemático<sup>77</sup>), realizando a ejaculação à margem do próprio corpo.

Em múltiplas narrativas delas se ouve que essa prática é ativamente usada quando um

76 Num site sobre “Garotas de Programa” em diversas cidades do Brasil, os homens escrevem seus depoimentos e experiências nos diversos lugares e com as diversas mulheres. Existe um primeiro funil avaliativo quando se deseja escrever sobre alguma “garota”: Faz sexo anal? Faz oral? Com ou sem camisinha? No site a capacidade de ação das mulheres, sua não passividade, seus saberes e iniciativas são muito bem avaliadas, do mesmo modo que o sexo oral e anal ocupam um lugar especial nas narrativas. Assim mesmo, em muitas das “abordagens” que as mulheres realizam nas salas ou ruas, um dos convites de grande força mercadológica é o “cuzinho” e o “quete”. Em geral, programas que incluam essas duas têm valores adicionais.

77 Fausto (2002) na discussão sobre “predação familiarizante” re-coloca a dualidade passivo/ativo como presentes na relação de caça, na produção de parentes e, seguindo Strathern, em cada sujeito particular. Pelo que eu posso perceber, essa substância ‘sêmen’, não era o agente fundamental de risco e de perigo para a construção das relações, pois, como veremos a continuação, o sêmen nem sempre provinha de um ‘homem’. A construção da alteridade antecede o contato com o fluido.

homem “brocha”<sup>78</sup>. Assim mesmo, nas re-construções performáticas da Janete ou da Dete (em algum drink-bar ou no escritório do NEP) apreciava como o sexo oral e a punheta implicavam muitas vezes - sentadas, ajoelhadas ou em pé - o total domínio da situação e do espaço por parte delas enquanto o cliente se entrega ao gozo (ativo/passivo = puta/cliente = esperto/trouxa). Essa combinação de práticas era também usada, como vemos nas narrativas da Dete e da Soila, para não suspender o trabalho em tempos de doenças ou ferimentos. Também em casos de encontros rápidos e fora dos quartos (sexo em carros, em “drives”, em parques e praças ou na estrada com caminhoneiros e motoqueiros, por exemplo), significa uma boa possibilidade de conseguir dinheiro sem maiores investimentos.

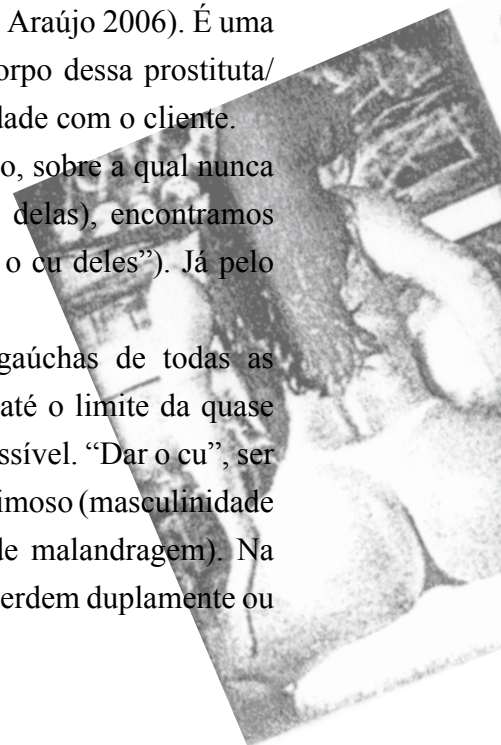
Sobre a penetração vaginal nunca ouvi nenhuma interdição na perspectiva de mulheres prostitutas heterossexuais. Trata-se da base “natural” da relação de prostituição. Mesmo que havendo outras práticas envolvidas em um programa, de uma forma ou outra, mais tarde ou mais cedo, tudo parece passar por ali... mesmo que nem sempre passe. O silêncio fala dessa prática. É essa naturalidade que faz dela o risco por excelência; já que é a prática de “papai e mamãe”, de marido e mulher, ícone de todas as reproduções. A prática que possibilitaria o parentesco consanguíneo, tão valorizado nas camadas populares (Fonseca 2004, Victora 1996), com o cliente, e que debilitaria assim, por completo, a estrutura familiar/produzida.

Devemos lembrar os dez abortos da Janete e a junção lógica da gravidez com a interdição maior: o gozo. Só ficava grávida quem gozava com o cliente. Duplo controle. Gravidez como máxima imagem da experiência reprodutiva/familiar; orgasmo como sexualização efetivada: as duas restritas ao âmbito do casamento. Gravidezes e prazeres de motel: atentados à família e à produtividade. Daí, quiçá, além do aborto e das próprias emoções corporificadas de não prazer sexual, a proliferação de pequenos, mas palpáveis limites simbólicos para reduzir o potencial sedutor, caçador, do cliente: não beijar, não tirar todas as roupas, não ter expressões de carinho e, em tempos mais próximos, em que a moralidade sexual é quiçá menos rígida e o discurso sanitaria mais sofisticado, usar sempre camisinha (Pasini, 2000 e 2000b; Araújo 2006). É uma imagem forte de afirmação da agência da mulher e uma proteção do corpo dessa prostituta/esposa que se imagina vulnerável na nudez, na “entrega” total, na intimidade com o cliente.

Finalmente, há duas práticas que me parecem limites. Por um lado, sobre a qual nunca ouvi nenhuma interdição por parte dos maridos (e de algumas poucas delas), encontramos “[comer] o cu deles”, como mencionada pela Dete (“eles querem é dar o cu deles”). Já pelo outro lado, está “meter a língua no rabo da gente”.

A primeira prática, muito presente nas falas das prostitutas gaúchas de todas as idades, efetiva absoluta e felizmente a imposição da perspectiva delas, até o limite da quase dessubjetivização. Presa caçada, presa comida... e do jeito mais seguro possível. “Dar o cu”, ser penetrado, é negação da masculinidade corporificada por cafetões como Mimoso (masculinidade prenhe de agência, de atividade, de estratégia, de impermeabilidade, de malandragem). Na perspectiva delas e dos seus maridos, homens que pagam para “dar o cu” perdem duplamente ou

78 Broxar é perder ou não conseguir uma ereção.



triplamente qualquer potencialidade de virar ameaça. Primeiro porque “o cu” é conceitualizado como um órgão feminino, um órgão com gênero próprio, que feminiliza a quem o usa como bem penetrável. Segundo porque na lógica de predação, como sucederia com elas próprias, quem “dá o cu” ocupa por excelência o lugar de passividade. E, finalmente, porque em um universo em que “assumir a identidade” é supervalorizado, a maioria desses homens são definidos com alto desprezo como “bichas mal-resolvidas”, “bichas enrustidas”; isto é, homossexuais que não conseguiram se assumir<sup>79</sup>.

Dessas quatro mulheres nunca ouvi nenhuma narrativa do menor tesão sexual ou gozo erótico “familiarizante” delas com essa prática; pelo contrário, conjugado com o desprezo, algumas prostitutas narram um intenso prazer no que entendem como “dominação” ou “humilhação” (sentimentos não “familiarizantes”, claro, pelas mesmas relações de gênero já mencionadas).

A segunda prática em questão era, quiçá, a mais interdita, pois como Dete sugere, tornava-se quase sinônima de gozar, de baixar as fronteiras e multiplicar a entrega. Como “na língua não tem mulher que não goze”, a prática do sexo oral nelas (cunnilinguis) estava estritamente proibida. Gozar era a proibição por excelência, pois materializava de maneira indiscutível a relatividade da presença do marido, ao mesmo tempo em que afirmava a agência e a intenção do cliente, a vitalidade da sua perspectiva... e a aparição descontrolada de, como veremos adiante, o temido fantasma da puta.

*Soila: Naquela época eu só transava com o Mimoso. Com cliente é diferente. No início eu me controlava, era muito errado sentir aquela coisa. Um dia, três anos antes de eu ir embora, a Renata me falou um segredo, me fez jurar que eu não podia contar pra ninguém. Tu acredita que eu gozei com o alemãozinho aquele? Fiquei pasma. Eu nunca, nesses anos, gozei com um cliente.*

*Janete: Não gozei, nunca, mas uma vez, muito raras vezes, assim, bateu uma tesãozinha.... mas aí depois me deu nojo. Ai! Que é o que está acontecendo comigo... Me deu nojo. Algumas vezes aconteceu isso, mas daí eu pensava o que é que é isso??? Não entendia o que estava acontecendo. Eu já estava acostumada a não sentir nada, tá entendendo? E como já estava acostumada, aquilo pra mim era o fim do mundo.*

*Dete: Puta que nunca gozou com cliente está mentindo, Miguel!!! Ahhh, pelo amor de Deus!!! [hihihihihihi!!!!!! Dete, Dete!].*

A sensação insuportável de ver ou imaginar o “trouxa” virando malandro, homem inteiro, com sua cabeça oculta entre as pernas dela e em pleno uso dos seus poderes... o gesto da mulher trêmula, disposta e sorridente esperando o inevitável. Com o cunnilinguis, o cliente e a prostituta abandonavam temporariamente a centralidade que o pênis ejaculador tem no programa (o que necessariamente deslocava a imagem frequente do cliente que “vem já de pau

79 Uma vez, em Porto Alegre, conversando com uma colega de doutorado, gaúcha de camadas médias do interior do estado, não-prostituta, perguntei o que ela faria se seu marido pedisse para ela “comer seu cu”. Ela, sem duvidar um segundo, afirmou que pediria o divórcio. A mesma conversa, com os mesmos tons e afirmações se repetiu com várias mulheres prostitutas.

duro louco pra gozar”) e se disponibilizavam para uma outra relação que gestava/gerenciava o erotismo dela. Fazer uma mulher gozar ‘na língua’ falava do homem que conseguia tal façanha, e tinha, assim, um altíssimo valor simbólico no mercado. Então gozar na língua do cliente, deixava ver o fracasso ou a fragilidade da corporificação esposa/trabalhadora, da solidez da perspectiva amalgamada (mulher/marido/família), pois, necessariamente, o corpo dela tinha que ter se disposto para a devoração enquanto o dele se transformava de cliente a sagaz caçador.

Isto é, por um lado, “fazer a mulher gozar” atentava contra a relação de aliança (monoândrica) no cerne da sua existência, pois, cruzando a fronteira da profissão, possibilitava a entrada da mulher de sexualidade possível no quartinho do motel. Abria-se a porta para uma outra relação entre as perspectivas, intensamente subversiva para o estado das coisas, e na qual

a perspectiva do marido/família ficava do lado de fora da porta enquanto a do outrora dessubjetivado cliente se encontrava com uma puta/prostituta. Uma relação que a Dete nos apresenta na sua argumentação contra os gigolôs e na qual a puta e a esposa se encontram e se aliam estrategicamente, ou na qual a puta se insere num processo de imposição da sua perspectiva... uma espécie de prostituta/sexualizada-individualizada que pode aos poucos neutralizar a perspectiva familiarizante.

A interdição ao gozo nessa prostituição violentamente familiarizante dos anos 80 se faz ainda mais visível e importante de ser levada em consideração quando observamos sua quase total ausência nas afirmações das mulheres prostitutas que hoje beiram os vinte ou trinta anos de idade. De muitas poucas mulheres dessa geração ouvi afirmações sérias que indicassem a proibição do gozo; ainda que de algumas se ouvisse uma “preferência” por não gozar, ou, em algumas poucas, uma certa inexistência corporal de tal possibilidade (“não sei,

simplesmente não acontece”) que pode ser conectável também com a configuração das relações familiares, de gênero e de produção/trabalho. Mulheres como a Manu, de 27 anos em 2007, afirmam que seu primeiro gozo e muitas das suas melhores experiências eróticas aconteceram com clientes (e colegas) no marco de relações de prostituição. Não imaginamos as mulheres descritas por Piscitelli (2002, 2004, 2009) ou por Carrier-Moisán (2008), nos seus trabalhos sobre mercado do sexo no nordeste, abstendo-se de investir em experiências prazerosas no marco da sua participação no mercado do sexo; como não temos nas pesquisas de Bacellar (1982) e de Fonseca (2003b, 2004b) informações sobre licenças eróticas das trabalhadoras.

\*\*

Agora bem, as maneiras de conceitualizar, produzir e interditar as práticas operativas



do trabalho precisavam e produziam certos tipos de perspectivas e de pessoas em relação com as maneiras como se pensava o gênero e se corporificavam cotidianamente as feminilidades e as masculinidades (2).

Um pequeno exemplo nos ajudará a compreender melhor essa lógica. Conta a Janete que um dia de manhã cedinho, enquanto o sol nascia de cara ao Hotel Aliado e ela se dispunha a encerrar seu serviço, a Negra Rosa, sua amiga e colega, arrumou um cliente disposto a pagar por satisfazer sua vontade de ficar com as duas morenas. Janete, cansada, resistiu um pouco, mas o fato do homem ser um “bebum” de final de jornada, e de oferecer um bom dinheiro, a convenceu. Bêbado e cansado, a tarefa poderia ser até chata, mas com certeza o homem não demoraria muito tempo em... dormir. Entraram no hotel.

O homem deitado de boca para cima recebia o sexo de uma das mulheres na sua boca enquanto a outra lutava para vencer a moleza do álcool e do cansaço. Conta a nossa Janete que enquanto ela fazia profissionalmente o seu trabalho, observou que a Negra Rosa, reconhecida malandra<sup>80</sup>, com uma mão estimulava o sexo do homem, e com a outra, sutilmente, mergulhava nos bolsos em busca das potências financeiras da caça. Parece que esse tipo de prática era mais ou menos comum naqueles anos. O problema é que o homem percebeu e violentamente tirou as duas mulheres de cima, correu até a porta e trancou com chave para ninguém fugir. Mas a Negra Rosa já estava pulando pela janela. O homem olhava seus bolsos vazios e gritava enfurecido ameaçando matar as mulheres. Desde o pátio a Negra Rosa gritava para a Janete pular também. Ela saiu, se preparou, mas os três andares de queda livre a intimidaram. O homem denunciava o roubo gritando.

O fato é que, antes de elas conseguirem fugir, a polícia chegou, atenta aos gritos do cliente e ao espetáculo da Janete, de mini-saia e sem calcinha, pendurada da janela do hotel. Enfurecido, o bêbado exigia a devolução do seu dinheiro. A polícia então registrou a Janete e não achou nada, registrou a Negra Rosa e só achou um facão na sua bolsa (que reteve). Dinheiro nenhum. As mulheres, então, virando o jogo e a raiva, disseram que esse “filho da puta” queria matá-las, que nem tinha com que pagar o programa e que, pior de tudo, nem era um homem mesmo, pois “queria que a gente comesse seu cu!!!”. Na continuação vemos a polícia xingando e zombando esse não-homem, completamente dessubjetivado, aconselhando-o de procurar um homem que o comesse. As mulheres foram liberadas. Então a Janete conta que uns minutos depois, quando a tensão baixou, a Negra Rosa entrou com ela no banheiro da recepção do hotel, abriu as pernas e de dentro da sua “boceta” tirou o dinheiro enroladinho. Janete não quis, porque “eu sou puta, não ladra”.

Conceitualizações locais de gênero e de capacidade de agência (malandragem/esperteza=viração), em conjunção com as já trabalhadas noções de família (e, nos anos vindouros, de profissionalismo), são as variáveis superpostas mais destacadas na compreensão das diferenças entre tipos de pessoas nessas narrativas. Entre capacidade de agência e gênero não existe uma correlação total e necessária; funcionam mais como planos simultâneos e

---

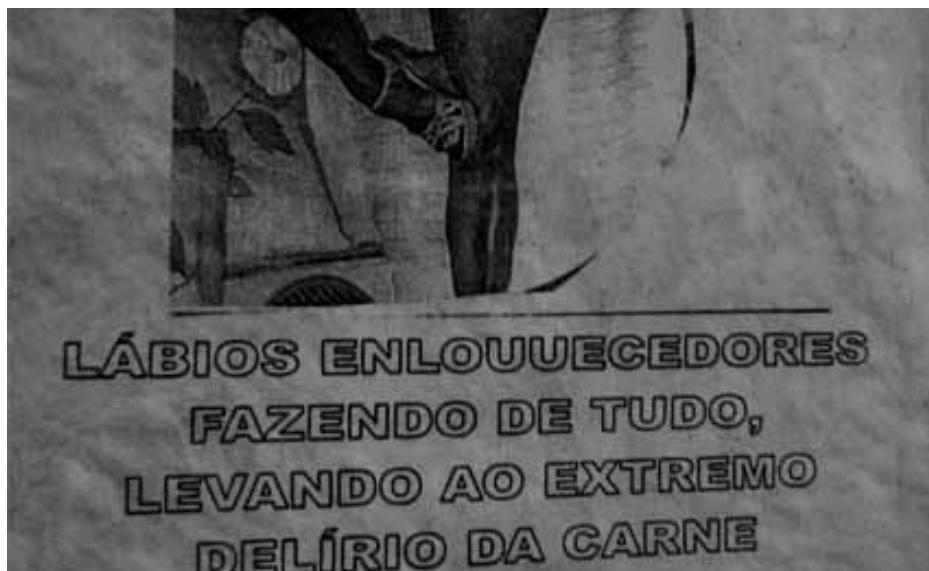
80 (A Nega Lu, a Nega Diaba, a Negra Rosa... e a própria Nega Janete)

tangenciais na constituição da pessoa e das relações. Isto é, malandragem não é sinônimo de masculinidade nem é uma propriedade “natural” e exclusiva dos corpos masculinos. Assim, como no caso da Janete, a ativação dos dois planos (“bicha enrustida”, além de bêbado e roubado) efetiva totalmente a redução da pessoa, até o ponto de a polícia, inimiga fiel, aliar-se às mulheres.

Que o programa não fosse sexo, estava relacionado fundamentalmente com essa ordem produtora de pessoas, pois sexo é sempre narrado por elas como uma relação marcada pela mútua satisfação; isto é, como uma relação entre agentes (o que não é sinônimo de simetria). Para existir de forma segura, a relação (prostituta/esposa) precisa da existência (potencial) de um cliente enquanto não-agente; precisa-se imaginar a dessubjetivização mais ou menos estável do cliente, ao mesmo tempo que a sedução domesticada da puta. Uma relação alimentar que se substancializa na imagem do cliente como “trouxa” e da “puta” como matadora, e que, como veremos com o passar dos anos, era sustentada principalmente pela presença totalizante do marido/predador (uma vez fora desses sistemas de aliança, os clientes, as putas e as esposas encontram-se em outras relações).

“Trouxa” é sinônimo de inábil, de incapaz. “Trouxa” é também qualquer pessoa, homem ou mulher, que se deixa roubar, “passar a perna”, lograr... Trouxa ou burra era, por exemplo, a mulher que dava o dinheiro para o marido, que deixava-se passivamente bater ou que tolerava bóias sem tirar alguma vantagem. Janete e a Negra Rosa, no caso de terem se deixado pegar pelo homem ou pela polícia, não teriam sido malandras o suficiente: teriam sido trouxas. Dete nos lembra que o Júnior foi trouxa quando levou morar a bóia na mesma casa, se não “ele estaria com as duas até hoje”. Mas “trouxa”, com muita frequência, era a palavra usada para nomear o cliente. Aquele cliente regular, meio anônimo, cuja existência estava estritamente mediada pelo lucro, pelo programa. Embora até hoje todo mundo às vezes possa ser adjetivado como ‘trouxa’ (elas próprias muitas vezes se narraram assim, o Júnior), esses clientes, parece-me, eram um tanto substantivados como “os” trouxas.

Em um universo de gênero onde os homens-homens “comem” várias mulheres que lhes dão seu dinheiro, onde masculinidades como a do Mimoso são referidas com tanto medo quanto admiração (“aqueles eram cafetões de verdade!”), e onde a escassez de dinheiro é sempre discursivamente presente, pagar para comer alguém (render-se ao feitiço) era visto com





certo desprezo<sup>81</sup>. A malandragem era constitutiva das relações e das imagens de gênero que mulheres e maridos corporificavam e construíam no dia-a-dia, assim como da própria prática da prostituição. Não havia muito lugar para “bobear”. Em um universo de batalha e “viração”, onde a caçadora está sempre em risco de ser caçada, ter a possibilidade de caçar e ser comida por alguém que, antes de qualquer contato já seja dessubjetivado, seria uma enorme tranquilidade (principalmente para o marido). Por tal razão o contato com o sêmen não era, necessariamente, um evento familiarizante, pois a imaginação criadora saberia distinguir entre o sêmen do não-homem (o trouxa) e o sêmen do verdadeiro homem.

“Trouxa” é uma espécie de não-agência. Uma espécie de não-homem com quem se tem um não-sexo, um programa, e cuja maior atualização é a imagem do cliente que paga para ser comido e para ser logrado. Um outro cuja produção e devoração constituía e fortalecia os laços de parentesco. Cujas devoração (e produção enquanto “trouxa”), muitas vezes só se completava na mesa coletiva, na sua redução e esquiteamento na palavra, no riso, na narração: é a comensalidade que, afinal, faz do alimento um eixo central na produção do parentesco. São muito frequentes tanto em rodas de mulheres prostitutas, como em conversas delas com agentes externos mais próximos, as fofocas, piadas, causos, narrativas sobre clientes, sobre programas. Na maioria das vezes, para afirmar a condição subalterna, neutralizada e pretensamente dessubjetivada do personagem em questão<sup>82</sup>. Lembremos a polícia rindo do “trouxa”.

É isso o que acontece com a Dete quando nos conta lá encima sobre a “brochada” do Júnior. Dessa vez, a dessubjetivação e a devoração alimentar acontecem como parte de um processo de transformação das relações fundamentais, da própria experiência: não se trata

81 Não era aquele o tempo nem o lugar do cliente/amigo que hoje se faz possível nos mesmos prédios e quarteirões ou que é visível em dinâmicas livres de cafetinagem (como em algumas “cantinas” da zona de Puerto Berrio).

82 Sobre o lugar da fofoca na sociabilidade feminina e na constituição de relações de gênero, ver Fonseca 2004.

de um homem qualquer, mas do próprio marido/cafetão. Por um lado, se os “trouxas” eram aqueles não-homens, era só em oposição ao homem-homem que seria o marido/patrão. O topo da nossa imaginária cadeia alimentar. Esses Homens, em consequência, perdiam qualquer direito à moleza,



à ingenuidade. O grande Mimoso se fazia maior na abstinência total de substâncias que lhe fizessem perder o controle e a frialdade: Soila nos lembra que até hoje ele não bebe álcool nem consome droga nenhuma. Estavam condenados a comer (e não só a tentar comer) a maior quantidade de mulheres possíveis, a estar sempre eretos e bem dispostos.

Nilce nos lembrava disso quando afirmava que quanto mais mulheres tivessem mais homens eram; sua eficácia enquanto homens e maridos, enquanto centro motor do negócio e da família, dependia da corporificação firme dessa perspectiva. Brochar era o limite. Qualquer um brochava; brochar era um direito do trouxa – como ser vítima de uma malandragem financeira, de uns cornos, de um logro qualquer; não do próprio marido. Era esse o evento que transformou o Júnior, definitivamente, em um não-homem e que possibilitou o desmantelamento total da unidade familiar/produtiva.

Narrar o fracasso complementa a eficácia da redução. Dete contou para a Nilce do pau brochado do Júnior, riram juntas, xingaram, devoraram a carne servida, como se fazia com muitos clientes. Viravam irmãs, aliadas, transformando definitivamente os eixos da predação, da família. Dete me conta, eu publico.<sup>83</sup>

Mas o Alemão da Janete e, principalmente, o Mimoso da Soila, não amoleciam, não cediam na imposição das suas perspectivas. No caso da segunda, com a enorme força gravitacional dos ganhos materiais e a conexão brutal entre cafetão e polícia, a relação de guerra se transformou em uma aniquilação brutal da alteridade; isto é, num processo de dessubjetivação total (fim da predação). O Alemão nunca brochou, nunca deixou de comer a Janete bem comida, e, quando ela quis boiar e um outro malandro impor-se sobre a relação conjugal, assim como quando ela quis “atrever-se” e insubordinar-se, as surras que ele proporcionou, completadas com “trepadas maravilhosas”, só afirmaram sua grandeza e a razão da paixão dela. As perspectivas reencontravam a ordem e, não sem mudanças, o corpo de parentes era (re-)produzido e protegido.

83 Uma alternativa que com frequência o cliente terá nos anos vindouros com as mulheres dessa geração, mas que em geral significa também sua construção como “não-homem” será virar amigo. O amigo, para muitas das mulheres prostitutas que conheci em Porto Alegre, ocupa um lugar ambíguo. Nas narrativas dos anos 80 não aparecem amigos de gênero masculino, eles aparecerão depois em um lugar estranho que pode lhes fazer perder suas chances como clientes, mas, principalmente, não lhes garante um lugar como “homens”; isto é, como sujeitos desejáveis sexualmente. Janete nos dirá anos mais adiante: “Eu fiz amizade com um cliente e aí piorou, porque aí é que tu não sente nada: é um amigo, né?”



Como resulta evidente, o enorme esforço para neutralizar sugere o alto poder, ainda que virtual, desestabilizador do programa. Desde o início apreciamos que predação é sempre o risco de ser predado. A prática do programa, as séries de operações de precaução e cuidado que o constituíam chama a atenção sobre o potencial que nele se suspeitava. O cliente era sempre um risco. Nessas conversas que tantas vezes e em tantos lugares tive o prazer de ouvir, entre trouxas mal-passados brilhavam sujeitos particulares, um aqui um ali, que venciam a caçadora e, realmente, “sabiam comer”. Eles conseguiam virar o jogo, escapar do destino que lhe estava prometido, contra-efetuar a predação. “Eram verdadeiros homens”.

\*\*

A prostituição em Porto Alegre nos anos 80 era um espaço de relações constituído pelas imagens de gênero privilegiadas na época, pelas experiências das pessoas que ali chegavam. O “dispositivo da aliança”, as normas do parentesco, muito antes que qualquer assomo de proeminência da “sexualidade” individualista, parecem ser o estatuto de socialidade presente nas narrativas iniciais delas. Segundo Fonseca (2004), nas classes populares de Porto Alegre existiria “uma mistura tal de origens étnicas e regionais que (...) preferimos pensar o sistema de valores dos moradores da vila em termos do espaço social que ocupam na sociedade de classes” (18)<sup>84</sup>.

Uma ética que privilegiava a família heterossexual, mono-domiciliar e androcentrada como núcleo produtivo e social, assim como o trabalho intenso e esforçado, eram eixos hegemônicos no circuito da prostituição local. Uma ética que assumia a forma da predação: prostituição familiarizante. As formas sobre o sexo, então, as normas sobre os usos dos corpos e sobre os estatutos das relações afetivas, estavam mediadas por essa lógica, que promovia, ademais, a vinculação quase absoluta, para elas, de sexo e afeto (quando não amor).<sup>85</sup> Os movimentos de liberação sexual, de igualdade de gênero, de direitos humanos... todo o aparato discursivo da pós-modernidade ocidental contemporânea não tinha a transversalidade e a difusão que ganharia anos depois na cidade. Talvez estivesse ainda muito restrito às camadas médias urbanas e intelectualizadas que protagonizavam o “deu pra ti anos 70”, como se vê claramente na história da Janete (cujas performances são até hoje marginalizadas, e por isso hiper-performatizadas, no NEP).

Vemos produzirem-se masculinidades que tinham na sagacidade, na malandragem e na sedução seus valores de classificação e corporificação. Masculinidades que, e isso talvez já esteja nos falando da eficácia da ação do “biopoder” predatório, produziam fundamentalmente

84 Vale a pena lembrar das reflexões sobre “mulher valente”, “relações intranquilas de gênero” e “violência rotineira” que Cláudia Fonseca (2004) propõe na sua reflexão sobre grupos populares, para descentrar o foco total explicativo na prostituição, e ganhar perspectivas de pertencimento grupal, classe-gênero. Ou seja, a prostituição fabrica corporeidades ao mesmo tempo que é construída pelos corpos que a habitam. As trajetórias de vida das pessoas envolvidas afirmam nuances, matizes, versões. Mas essa canibalização e suas transformações será objeto de reflexão na segunda parte.

85 O “dispositivo da aliança”, os valores de unidade familiar-produtiva-doméstica, a contundente assimetria com eixo masculino, a alta concorrência no mercado do sexo, o uso legitimado de diversas formas de violência, e o tom discurso de guerra, eram elementos constituintes dessa relação. Para uma reflexão sobre parentesco, predação, corpo e relações políticas, ver: Fausto, 2002.

homens cafetões de masculinidades hipervalorizadas, direitos garantidos sobre os corpos e obrigações iniludíveis, as perspectivas e as capacidades (re-)produtivas das suas mulheres (não conheço muitas narrativas de mulheres cafetinas ou de casais lésbicos no negócio do sexo na Porto Alegre daquela época). Homens em diálogo direto e par com policiais, traficantes de drogas, “malandros” e clientes que, em alguns casos, sentiam-se com o direito de agredir as mulheres. Homens apaixonados e violentos que garantiam a satisfação das necessidades e os sonhos delas, que cumpriam as promessas ou eram vencidos pela força inapreensível das suas mulheres.

Produziam-se policiais, às vezes amados cafetões às vezes bárbaros inimigos, que tinham na chantagem financeira e moral, e na violência legalizada suas ferramentas de ação. Também havia “trouxas”. Narrados como homens majoritariamente casados, nada “malandros”, para quem sobrava a obediência aos seus instintos e algum dinheiro com que pudessem pagar por uma mulher que jamais conquistariam e dominariam<sup>86</sup>. E havia tudo junto e tudo instável. Cafetões, cujas mulheres foram mais espertas e mais fortes, viraram trouxas. Trouxas que por algum erro da caçadora, ou alguma malandragem da presa, se faziam “homens” e viravam possíveis parentes.

É esse o marco de existência para a corporificação contundente e conflituosa da oposição que não é entre prostituição e família, mas entre trabalho/família e ‘putaria’, entre esposa/trabalhadora e puta, entre prostituta/esposa e bóia. Afinal, essa mulher não estava ali para se divertir, transar, gozar ou qualquer coisa assim; eram possibilidades estranhas ao seu universo de existência. Estava ali para trabalhar, para conseguir o dinheiro familiar. Estar, caminhar de ida e volta, rodar bolsinha, pegar um cliente, negociar e ir para o hotel e para o andar de sempre. Quinze, vinte minutos e era isso. Na rua de novo e de novo negociar. Ir e vir, pular da cama, botar as roupas e descer “pra pedra”, era, fundamentalmente, não ficar, não expor-se, evitar o risco da contra-efetuação da predação.

Nesse mapa todo, uma personagem floresce. Como virtualidade, como potência topográfica, como promessa nunca inteiramente realizável, como prenúncio dos tempos vindouros, um nome se destaca. A *puta* é a força propulsora de todo o negócio do sexo, o eixo de sustento dessas famílias produtivas, mas também a categoria da desestabilização moral. *Putas* é o objeto milenar de desejo dos clientes, a razão do investimento, a sábia e prodigiosa amante, mas também a devassa, aquela que trai e não trabalha. Só quer o gozo, o sêmen, uma taça de Martini. *Putas* é uma personagem afim na experiência da profissional; porém, deve (devia) ser tratada com cuidado para não aparentar-se com ela, para não ser predada por ela. As mulheres prostitutas corporificavam, como talvez o faça um ginecologista, uma massagista, um sindicalista ou muitos pesquisadores, uma radical separação entre “vida pública” e “vida privada”. A certeza “pré-reflexiva” de que não é o seu um corpo sexuado quando está em campo, que o contato com o pênis não é necessariamente sexual nem que essa vagina que devora é a

---

86 É importante levar em consideração a hipótese de que “trouxa” é uma categoria que excede o gênero. O desfecho infeliz para um mulher prostituta é virar trouxa.

sua, mas a da *puta*<sup>87</sup>.

Feminilidades também malandras e sagazes, prenes de força física e de trajetórias de desejo e fuga, ainda que temporariamente esmagadas pela culturalmente aceita proeminência masculina e estatal. O tempo inteiro, elas estão nos falando de rupturas, de reinvenções, de malandragens e subversões, de intersecções clandestinas de perspectivas e de toda uma outra rede de relações, lateral à dominante conjugalidade, que florescerá nos anos vindouros: as irmandades e amizades femininas, a força política, a crescente proximidade com alguns fregueses.



87 Agradeço as amigas antropólogas Paula Machado e Nadia Meinerz pelas reflexões sobre os ginecologistas...

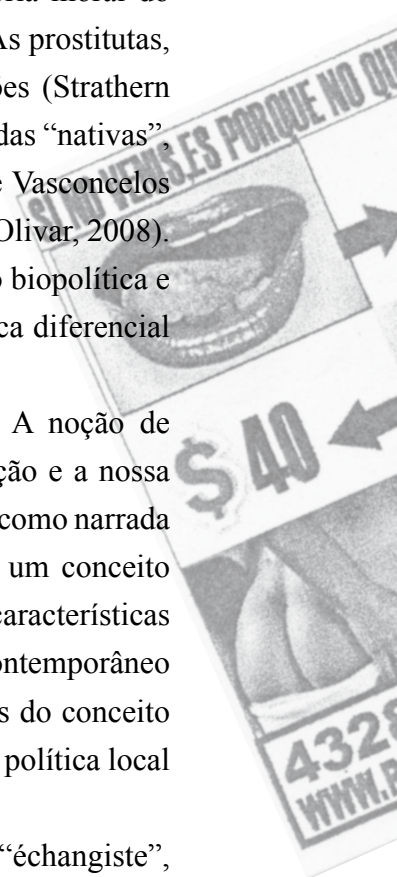
### 3.4 Da “Predação” à apropriação por sedução.

“Predação” é um conceito antropológico, fortemente enraizado na etnologia produzida em/sobre o Brasil, que tem suas origens, ora nas re-elaborações “marxianas” sobre a relação produção e consumo (Fausto 2000 e 2002), ora nos princípios de troca e reciprocidade [relação] levisstraussianos (Viveiros de Castro 2002), centrais ambos, aliás, na compreensão da prostituição urbana contemporânea. Ao ser um conceito nascido na compreensão de sociologias e cosmologias amazônicas, não podemos simplesmente transferi-lo ao mundo porto-alegrense, mas tampouco apavorar-nos perante as distâncias e diferenças. Os conceitos, porque são construções “ficcionalis”, tecidos de muitas pontas, com genealogias mais ou menos conhecidas, possuem uma relativa flexibilidade que, me parece, deve ser aproveitada.

Por outro lado, “predação” (como “individualismo”), não é uma categoria moral do senso comum, nem uma maneira de nominar, para depredar, a ação prostituinte. As prostitutas, como a prostituição, só existem como função de um esquema maior de relações (Strathern 2006), como Piscitelli (2002) mostra suficientemente para o caso dos “gringos” e das “nativas”, para as migrações femininas internacionais (Piscitelli 2007b, 2009 e Piscitelli e Vasconcelos 2008), e eu próprio observei no meu trabalho de campo em Puerto Berrio (Col.) (Olivar, 2008). “Predação”, como veremos, faria referência muito mais a uma forma de operação biopolítica e econômica que afeta, estimula e constrói a prostituição, do que uma característica diferencial dessa relação.

Contudo, é necessário também manter-se fiel aos dados e ao campo. A noção de “predação” foi de grande ajuda até o momento para enriquecer a nossa percepção e a nossa compreensão das intensidades e dinâmicas das relações no campo da prostituição (como narrada e experienciada). É sem dúvida uma bela metáfora. Porém, nem “predação” é um conceito nativo, nem, como veremos a partir de agora, se ajusta com precisão conceitual às características das formas de produção e de relação que estudamos num contexto urbano contemporâneo como o da prostituição em Porto Alegre. Uma revisão de algumas bases teóricas do conceito “predação” à luz dos nossos dados nos permitirá avançar na compreensão de uma política local da “viração”, da guerra e da *apropriação incorporante* e criativa.

Para Carlos Fausto, separando-se de uma tradição descrita por ele como “échangiste”, a “predação” (a) se inscreve na lógica da produção marxista (produção consumpiva/consumo produtivo), e (b) é englobada pelo parentesco (como objeto da produção). Inicialmente, Fausto (2000: 326-327) assume o “consumo produtivo” como base da sua “predação familiarizante”, seguindo o rastro deixado por Gregory que, segundo Fausto, entendia o consumo produtivo como “processo de objetificação” e a produção consumptiva como “processo de personificação” (Fausto 2000: 327). Essa separação é traduzida em termos de doméstico e público, criando uma hipotética continuidade entre foco no consumo, subjetividade e âmbito doméstico, e foco na produção, objetividade e âmbito do público. Porém, à margem das discussões intra-etnológicas,



parece-me que o uso que Gregory (apresentado por Fausto) faz da lógica marxiana não é o mais exato, pois assume uma separação substancial entre consumo produtivo (objeto) e produção consumptiva (pessoa) que não está presente na conceitualização do próprio Marx (1973).

Fausto assume, segundo ele e segundo Viveiros de Castro (2002), a lógica da produção, da produção de parentes, como razão explicativa. É para produzir parentes em casa que se devoram, literal ou simbolicamente, inimigos fora. Assim, uma lógica de consumo produtivo, que integra fortemente uma lógica relacional e instável de produção, se colocaria ao serviço da sociologia nativa fundamental (parentesco). A opção pela “produção”, que, seguindo Fausto, é central nesta tese, implica a necessária reciprocidade e a agência intensa dos sujeitos (para seduzir, atrair, caçar, comer, “comer bem”, fazer do cliente um trouxa ou um freguês, mas também para proteger-se de feitiços sedutores e de violências neutralizantes), mas na lógica relacional da Strathern, a eficácia está na própria relação (mesmo que seja no sujeito como relação corporificada).

Eis o permanente e duplo risco da contra-efetuação da predação; pois a produção não é controlada por nenhum termo em especial (nem termo-pessoa nem termo-momento), mas pela dinâmica própria das relações de troca e da imaginação que estas materializam (economia). A agência, então, circula tanto entre as relações como “âmbitos de eficácia”<sup>88</sup>, como entre as corporificações e performances dos sujeitos em relação. Nesse ponto, Viveiros de Castro concorda com Fausto e se aproxima intrigantemente da lógica “marxiana” do consumo produtivo: “Sujeito e objeto se interconstituem pela predação incorporante, cuja reciprocidade característica, sublinhe-se, atesta a inexistência de posições absolutas (do sujeito como substância, do predicado como acidente)” (2002: 165). É pois na questão pela reciprocidade e pela alteridade que se funda a lógica relacional da “predação”, e é aí onde encontra o seu limite.

“Na guerra, em vez da dessubjetivação [como aconteceria na caçaria], temos a determinação da condição subjetiva da vítima para dela se apropriar mais eficazmente” (Fausto 2000: 538). Na guerra, a caça, enquanto inimigo, é uma alteridade cuja subjetividade precisa ser reconhecida, sublinhada, alimentada, para poder ser controlada e, assim, fazer das potências presentes nesse outro corpo um parente. Comer (ou apropriar-se de) essa carne, esse corpo pleno de subjetividade e de agência, então, é consumir uma potência que não é passiva, que te transforma; necessariamente um aparentar-se com (no duplo sentido da aparência e do parentesco).

E Fausto continua: “Atividade guerreira e cinegética [caçaria] são formas diversas de consumo: a primeira visa à aquisição de princípios de subjetivação para a produção ontológica de pessoas; a segunda implica a extração prévia desses mesmos princípios para assegurar o crescimento vegetativo do indivíduo” (Fausto 2000: 538). “Guerra” e “caça” são então ações opostas (ou as duas caras de uma moeda? Duas escalas duma mesma natureza? Duas relações

88 Lembremos que para Strathern a capacidade está nas relações. “O que precisamos realmente é prestar atenção ao fato de que são as capacidades das relações, não os atributos das coisas, que constituem o foco dessas operações” (Strathern, 2006: 263).



de naturezas diferentes?), que para o nosso caso traduziremos como “guerra” e “aniquilação”<sup>89</sup>. O grande diferencial entre uma e outra será o lugar que a alteridade ocupa na relação (e o ponto de vista eleito para contar a história: carne no fogo ou irmão comendo; mulher trocada ou cunhado potencial). Na segunda parte exemplificaremos abundantemente essas diferenças e limites práticos.

A linha que o parágrafo citado traça entre “guerra” e “caça”, se faz dramática quando se olha para uma lógica de consumo produtivo brutalmente assimétrica e hierarquizada. Mata-se fora, aos minoritários, para os majoritários comerem em casa. “Produção ontológica de pessoas” (guerra) e “crescimento vegetativo do indivíduo” (aniquilação) devem ser lidas à luz do “consumo produtivo/produção consumptiva”, como atividades “imediatamente idênticas” mutuamente mediadas (Marx 1973: 90-93) dentro do plano geral das relações macro-sociais. Isto é, dentro de uma biopolítica das sacralizações e das exclusões, que tem no Estado uma

<sup>89</sup> Para Fausto a guerra e a caça são componentes da predação. Para as nossas análises devo discordar, pois a “caça” (no sentido dado por ele) é o fim da subjetividade e da agência. Nesse ponto o risco da contra-efetuação da predação desaparece e à caça só lhe resta a utilidade instrumental. Isto, é o consumo produtivo desaparece e se faz consumo puro, no sentido, criticado por Marx, de mera “destruição”. Como vimos no nosso caso, a caça das prostitutas caçadoras não busca a dessubjetivação do cliente, mas a apropriação estimulante das suas potências. Para o nosso caso a caçaria é parte da guerra, parte da sedução, parte das lógicas da apropriação. É por isso que Aniquilação, sinônima de Depredação, me parece um termo mais justo, que marca a ruptura com a Guerra/predação.

figura central. Chegamos, então, a uma forte limitação, e a uma necessária modificação, da noção de “predação” como proposta pela etnologia.

Nos grupos amazônicos, como já vimos, a produção, a estimulação e a afirmação da diferença, da alteridade, é a Relação (Viveiros de Castro 2002). Mas para o nosso caso urbano contemporâneo, quando mudamos de escala e olhamos para as relações macro-sociais, tal lógica não é suficiente. Diferentemente da conceitualização etnológica, como Clastres nos mostraria (2004 e 2003), na qual alteridade e diferença não estão atreladas a uma ordem hierárquica institucionalizada, nossa cultura é fortemente orientada pela razão dos merecimentos, diria Weber (1998). Uma lógica hierárquica que implica a existência de uma perspectiva zero, a necessidade intrínseca da ordem que subordine, porque organize, a alteridade<sup>90</sup> e, nesse sentido, de uma intenção de exteriorização e de monopólio do poder.

Ora, qual é esse poder legal que engloba todas as diferenças a fim de suprimi-las, que só se sustenta ao abolir a lógica do múltiplo para substituí-la pela lógica contrária da unificação, qual é o outro nome desse Um que recusa por essência a sociedade primitiva? É o Estado (Clastres 2004: 185).

Conceitualmente, a noção de predação, como sentido de relações, está construída sobre a base empírica de sociedades sem Estado, sem centralização do poder em uma pessoa fora do continuum social, como explica Clastres na “Arqueologia da Violência” (2004). Assim, na conceitualização amazônica, as relações com o Estado (branco) dificilmente são incluídas no marco das possibilidades da “predação”, pois o Estado, como Clastres mostra, implica uma lógica sócio-cosmológica contrária ao pensamento “primitivo”. “A recusa do Estado é a recusa da exonomia, da lei exterior, é simplesmente a recusa, inscrita como tal na estrutura da sociedade primitiva, da submissão” (2004: 186). É nesse sentido que a predação se pensa como central numa estrutura conflituosa de relações relativamente simétricas: entre famílias, grupos, aldeias, “Nós indivisos”. A hierarquização desentranhante, com o seu aparato de verdade, e a conseqüente institucionalização do Estado, com seus infortúnios por merecimento (“por puta!”), seriam nessa lógica o fim da predação.

Deleuze e Guattari voltam a Clastres (2008b -vol. 5: 21) para encontrar tal separação e depois sair da etnologia para, num trânsito pelas artes, a epistemologia e a noologia, afirmar a Guerra como ação exterior e oposta ao Estado (lembramos que é essa uma das premissas fundamentais de Clastres (2004)). Num primeiro olhar, isso suporia, parece-me, a imagem do Estado como “organismo” sólido e totalizado. Eterno e em absoluto exterior; impermeável. A separação absoluta, por oposição, entre sociedade e estado. Assim, nem guerra nem predação seriam possíveis numa sociedade-com-Estado. Entre sociedade e Estado só seria possível a anulação mútua. A negação ou a estratificação.

Mas (1) o Estado, enquanto imagem detentora exterior do poder, constitui-se numa perspectiva importante e culturalmente endógena nas práticas de ser pessoa nas sociedades

---

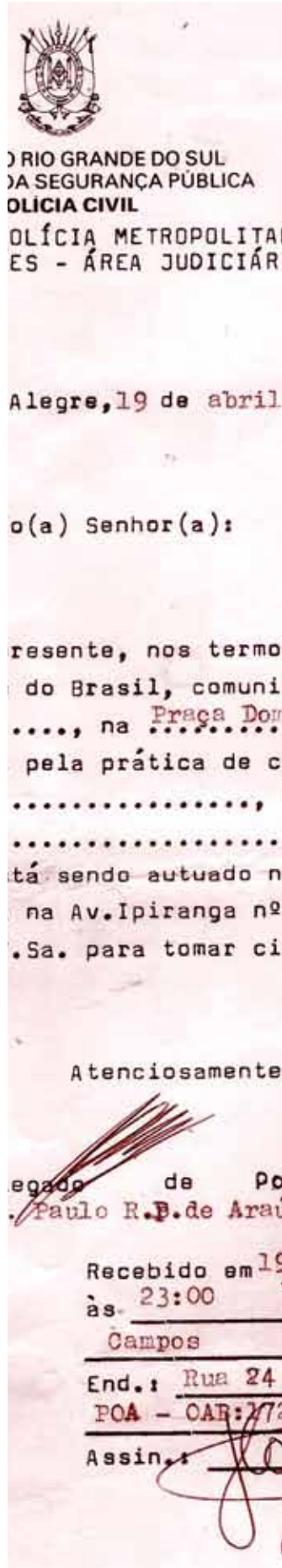
90 Seja “natural” ou refletida, a necessidade da ordem será central na constituição do saber moderno, como mostra Foucault em *As palavras e as coisas* (2007).

urbanas contemporâneas. Relação corporificada de exterioridade. Seguindo a lógica expressa por Deleuze e Guattari em outro lugar, devemos entender que nessa compreensão de forças e perspectivas o Estado dilui-se em maneiras de agir, de sentir. É a “forma-Estado” (transformação secular da “forma-Deus” (Deleuze, 1991)), resultante de um estatuto de relações hierárquicas governadas desde um ponto imaginado como exterior, na qual os privilégios e merecimentos (os direitos e suas punições) deverão ser diferencialmente distribuídos. Muito mais parecido com “o poder” foucaultiano, desentranhado de instituições, feito corpo dócil, sensação estimulante, número disciplinar.

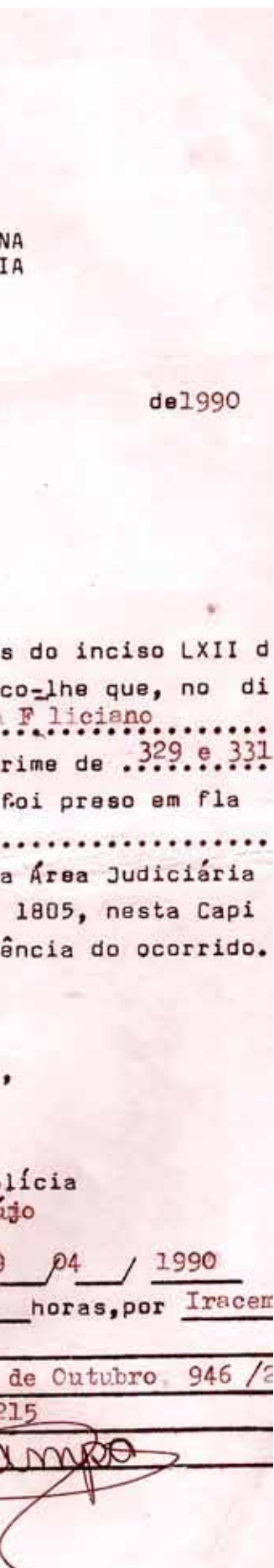
Como dissemos desde o início (2), essa relação de perspectivas, estável na imaginação criadora, corre o permanente risco da prática da sedução e da apropriação. Corporificar não significa incorporar, mas fazer(-se) corpo, atualizar parcial e permeavelmente. O Estado que observamos nessas narrativas, esse Estado de transição entre a ditadura e a democracia, esse Estado brasileiro de final do século XX, operado e tangenciado por “organizações da sociedade civil”, por sindicatos e intelectuais... esse Estado, como imagem e como instituição, é, ao meu ver, qualquer coisa menos solidificação e coerência (Comaroff e Comaroff 2006). E não se trata de erros excepcionais da matriz, mas de uma condição diferencial de existência. Os próprios Deleuze e Guattari, no quinto volume dos Mil Platôs, percebiam na sua argumentação (ainda que como momento liminar) tal instabilidade, tal não-solidez do organismo-Estado.

Sempre sobrevêm períodos em que o Estado enquanto organismo se vê em apuros com seus próprios corpos, e em que esses, mesmo reivindicando privilégios, são forçados, contra sua vontade, a abrir-se para algo que os transborda, um curto instante revolucionário, um impulso experimentador. Situação confusa onde cada vez é preciso analisar tendências e pólos, naturezas de movimentos. (...) Uma ópera cômica, da qual não se sabe o que vai resultar, acontece até de gritarem: “A polícia conosco!” (2008b: 33)

Sem dúvida, a reflexão dos autores não remete no nosso caso a períodos excepcionais, mas à imaginação prevalecente sobre o Estado e “a sociedade” nas narrativas apresentadas. Veremos, na Parte II, a ansiedade permanente do Estado e “da sociedade” por ora aniquilar, ora apropriar os corpos produtivos/gozos das mulheres prostitutas. Veremos a intensificação das seduições, das violências, das alianças e da capacidade criadora. Veremos às mulheres em estratégica sedução incorporante aos brigadianos; eles, agentes do Estado, defensores da “sociedade”, fazendo um pacto de cuidado mútuo contra pastores, esposas e superiores. Veremos às prostitutas organizadas contra o Estado, sendo o Estado das putas mais “depravadas”, sendo a sociedade. E demarcando claramente fronteiras e identidades. Veremos os esforços para congelar as movimentações, para deter os trânsitos afetivos, sexuais, corporais, vitais.



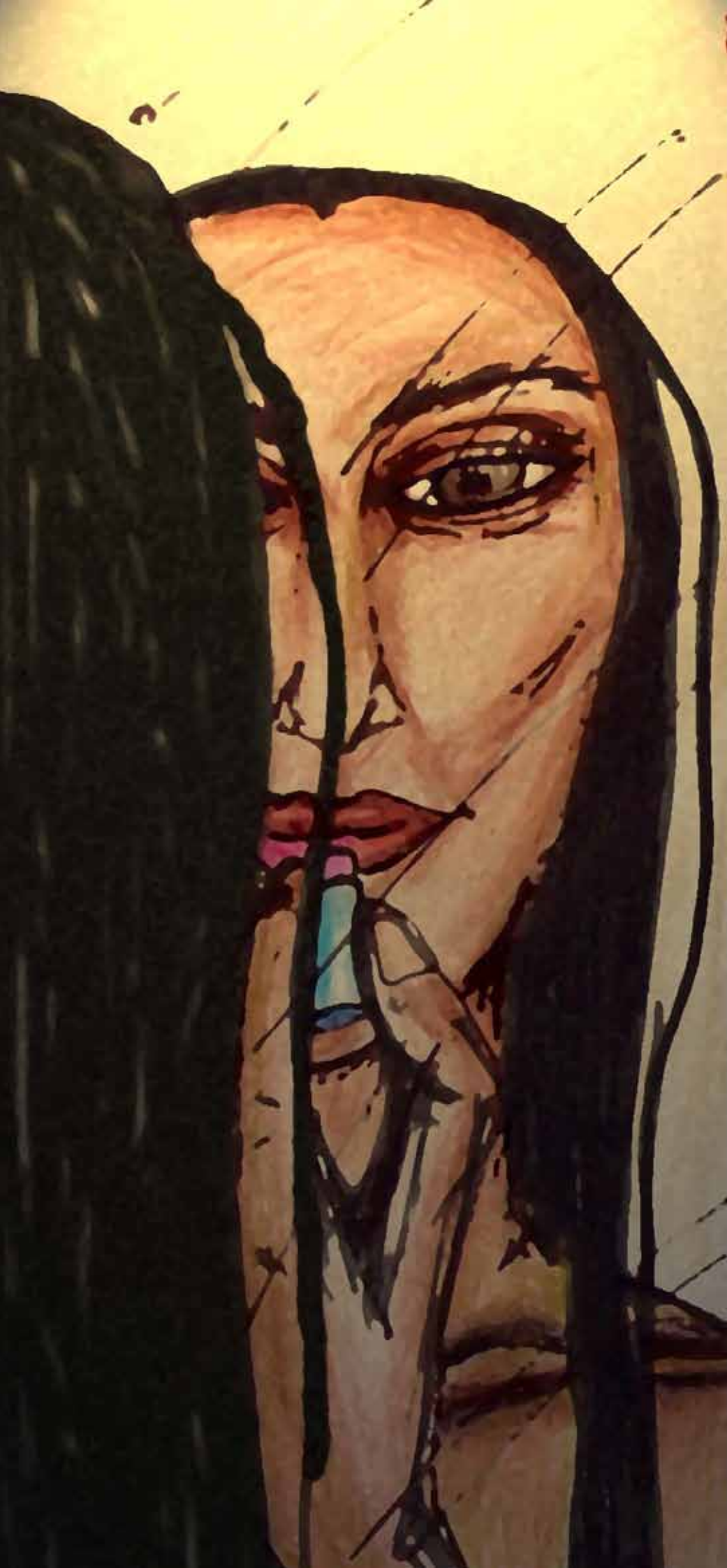




Transitando entre corpos de putas e corpos de políticas decentíssimas; entre “donas do lar” e “bóias”, as mulheres nos ensinarão a “viração”. A apropriação criativa e sedutora, incorporante, transitiva e contingente como marco de relações... A insubmissão não é propriedade exclusiva das “sociedades-sem-Estado”, mas é condição de existência do Estado que veremos. A guerra está imbuída no nosso jogo com o Estado porque ele é, aqui e agora, um santo brutal e domesticável. É um inimigo sempre afim potencial.

Porém, não é um inimigo, nem um afim qualquer, pois, (a) como já vimos, o Estado, mesmo familiarizável, mesmo criação necessária, é exteriorização da razão legitimante. É a força do poder e da hierarquia que subordina a alteridade: força da punição e do estímulo. Eis a eficácia da invenção. O Estado (b), na sua operação institucional, materializa a assimetria radical dessa relação; ele deverá lutar por ser exterior, por ser verdade, por ser inquestionável, ao mesmo tempo que busca a apropriação. Por isso Mimoso não bebe nem duvida. E nessa performance se produz enquanto brutalmente violento. Facilmente, o Estado se transforma em aniquilação (ou estimulação ostensiva das semelhanças), não contra a sociedade, mas, antes, na proteção desta contra a diferença, contra a alteridade. Mas notar-se-á que a guerra, e não a aniquilação, é possibilitada pelo intenso poder das mulheres e as suas redes, pelo confronto permanente entre apropriar-se produtivamente das potências do Outro (ora para a produção de parentes ora para a produção de si<sup>91</sup>), e não deixar-se apropriar nem dominar pela alteridade e a hierarquia. Qual é então a natureza dessas relações macro-sociais? Como se transformam no percurso dos anos, nas novas alianças e relações, as perspectivas em confronto? Quais trânsitos e apropriações estão em jogo nesses corpos? O que acontece com o tom “familiarizante”, com o “dispositivo da aliança” e esse programa que não pode ser sexo ao entrarem massivamente em cena agentes como a AIDS, a democracia, o feminismo, entre outros?

91 Na lógica privilegiada nas narrativas desses anos 80, a produção de parentes, de família, é central e englobante. Veremos que nos anos vindouros as motivações da caçaria e da apropriação serão também de individuação. Produção de si. Do si mesmo puta, do si mesmo trabalhadora/mulher autônoma.





## PARTE II

**GUERRA, TRABALHO E MOVIMENTAÇÃO:  
fazer-se puta, fazer-se profissional, fazer-se coletivo**

*Porque são necessários muitos estratos e não somente o organismo para fazer o juízo de Deus. Combate perpétuo e violento entre o plano de consistência, que libera o Corpo-sem-Órgãos, atravessa e desfaz todos os estratos, e as superfícies de estratificação que o bloqueiam ou rebaixam.*

**Gilles Deleuze e Félix Guattari. Mil Platôs vol. 3 (2008: 22)**

*Nos veneran si nos ven brillar al fondo y en lo oscuro, pero nos aplastan si pretendemos asomarnos a la luz del día. **No olvides, niña, la gran verdad del amor de café: las putas estamos siempre en guerra.***

*-¿En guerra contra quién, madrina? –pretendía ignorar Sayonara.*

*-Contra todos, niña. Contra todos.*

**Laura Restrepo. La novia oscura.**

Mostrarei agora outros agentes operando, outra ordem de relações: o Estado, sobre/com elas, sobre suas redes e sobre a própria ideia de prostituição. Como é uma constante nesse trabalho, minha intenção é apresentar as transformações dos corpos, das imagens, das relações no percurso dos quase trinta anos aos que temos acesso a partir das narrativas delas e do presente etnográfico. A ideia de guerra, como tom geral das relações e das disposições, parece-me especialmente chamativa. Por tal razão, para delinear com clareza os contornos dessa guerra, saindo do plano micro-social e intra-subjetivo, teço uma viagem narrativa (não contextual, não historiográfica, apenas lembrada) ao redor das relações das prostitutas porto-alegrenses com o Estado, desde o início dos anos 80 até o ano 2009. Um tema sempre me chamou especialmente a atenção: o lugar que uma sistemática e brutal violência tinha nas narrativas, nos corpos e na imaginação dessas mulheres. Muitas perguntas que buscavam a compreensão dessa violência, acontecida especialmente nos anos 80, estimularam a realização dessa tese. Nesses trinta anos, muitas transformações aconteceram em todos os âmbitos da vida da cidade, e uma personagem muito especial entra em jogo: o movimento organizado de prostitutas.

\*

Como vimos anteriormente, Marylin Strathern no *Gênero da Dádiva* (2006) sugere pensar desde a homologia e a analogia, antes que desde a hierarquia, as relações entre indivíduo e sociedade. Ou seja, antes de pensar que a sociedade produz o sujeito ou ao contrário, ela sugere que o sujeito é homólogo à sociedade, e ao contrário. Nesse sentido, as relações intra-familiares e intra-subjetivas seriam análogas às relações sociais em maior escala, e não necessariamente dependentes ou produzidas por aquelas (Strathern, 2006: 40-44; 64-69; 262-264). O Estado e os coletivos, por exemplo. A relação do Mimoso com a Soila e da Nilce com o Marcelo (e claramente não são o mesmo tipo de relação), por exemplo, seriam análogas às relações fortemente ambíguas entre as instituições do Estado e as prostitutas, ou entre elas próprias e os clientes... entre as perspectivas da puta e da esposa, na escala intra-subjetiva. Seguindo essa sugestão deveríamos pensar que, por exemplo, a violência e as seduções vivenciadas nas relações conjugais, e aquelas das relações policiais, seriam, não uma produto da outra, mas apenas formas comparáveis e numa relação que deveríamos determinar. Isto é, pertenceriam a escalas diferentes e análogas de relação. O vínculo entre uma e a outra escala é sempre de mútua dependência, o que poderia levar-nos a pensar que entre uma e outra violências (escalas, sistemas de relações) existem conexões de natureza (por isso seriam comparáveis). Pode ser uma mesma estrutura de violência acontecendo em escalas diferentes?

Para Veena Das, refletindo a partir da trajetória de vida de uma mulher indiana e sua família, entre uma violência brutal, massiva e tida como excepcional, como a da Partição na Índia, e uma violência conjugal ou no interior de grupos de parentesco, a única continuidade existente seriam algumas hipotéticas causalidades silenciadas, mas corporificadas. Nas narrativas da sua protagonista (Manjit), Das encontra uma diferença não de escala, mas de natureza, entre essas duas violências. Na primeira, que implica as “fronteiras verticais” das formas de vida, segundo a autora, a não-vida, a não-humanidade se faz presente. Na segunda, de limites horizontais,

se constrói a vida e a cotidianidade, e, mesmo que opressivas, são passíveis de re-escritura e transformação.

As violações do corpo que não podem ser ditas, porque pertencem ao mundo das coisas, ou das feras, ou das máquinas, contrastam com as violações que podem ser inscritas na vida cotidiana, quando se pode permitir que o tempo realize seu trabalho de reinscrição, reescritura ou revisão das memórias da violência. (Das 1999: 39)

Assim, então, Manjit, e Das na sua continuação, traçam uma linha divisória funda entre o rapto e o possível estupro durante a Partição dos anos 1946 e 1947, e entre a violência exercida pelo seu marido nos anos do casamento. Entre a dimensão da vida íntima, doméstica, e as formas da vida pública, política, existiria uma diferença de naturezas que, sem dúvida, é sustentada por uma particular conceitualização de gênero e família. Uma diferença que limita a condição humana. Mas, mesmo de naturezas diferentes, as duas formas de violência convivem no corpo das pessoas que as protagonizaram, numa relação de produção: na lógica de Das, a violência sofrida na Partição gerou condições emocionais, corporais e estatais que afetaram a vida da intimidade. Isto é, na medida em que a primeira define os limites do que é humano, e das formas do humano, existiria uma relação vertical entre o macro e o micro social. Vemos em Strathern e em Das posições divergentes para aproximar-nos às relações narradas.

Quais conexões, então, existiriam entre as relações conjugais/produativas anteriormente descritas e as relações macro-sociais que veremos (mudança de escala ou de natureza)? Que violência era essa vivenciada além dos limites da conjugalidade e quais suas relações com aquela de portas-pra-dentro? Como se constituíam as fronteiras entre uma e a outra, ou então as transformações e continuidades? Há filtrações, ambiguidades, interpenetrações? Que formas de sedução e caçaria estavam em jogo em um e em outro lugar? Que tipo de corpos seriam produzidos, estimulados, reprimidos, punidos nesse conjunto de relações? Que nos dizem nossas narradoras? Espero que as páginas seguintes nos ajudem a aumentar as perguntas, a responder algumas e a aprofundar o nosso conhecimento e as nossas reflexões sobre uma brutal violência exercida contra as prostitutas em Porto Alegre e sobre as maneiras de elas encararem, batalharem, proporem, re-inventarem a experiência.

## IV. “EL AMOR EN LOS TIEMPOS DEL CÓLERA”

*Com as feras, o amor é amor.*  
Amor. Luiz Melodia

### 4.1 Janete

“E aí, puta... tá valendo, hein?”

Uma tarde do verão de 2007, estou no NEP re-encontrando às mulheres depois da minha estadia na Colômbia. Janete lembra sua mãe ter-lhe ensinado que um homem quando tem o pau duro é capaz de te oferecer casamento, de jurar amor eterno... mas depois de gozar, tu não existes... “depois de gozar acende um cigarro e volta o rabo a roncar”.

- É bem bem assim!!! –confirma a Dete.

Então eu pergunto se todos os homens.

- SIIIMMMM- respondem elas numa voz.

- E isso inclui os seus ex-maridos [mortos, está no sub-texto]?” –insisto.

-Não, -diz rapidamente a Janete-, o Alemão não. Ele era diferente.

Então olho pra Dete.

- Ahhhh... o meu era, era bem assim também!!!

Retorno no olhar pra Janete, numa espécie de desafio.

- O meu não; dava em mim, batia... mas ele não era assim. Ahhhhhhhhhh... que saudades do Alemão!

E a Dete, antes de qualquer coisa, conclui:

- É, eles vão, mas as saudades ficam...

\*\*

*- Nega, me fala do alemão...*

*- Ai, deixa ele quieto... Ainda mais hoje no dia dos namorados... Ele era muito bom de cama... Muito bom, muito bom... Era um cara legal. Dava em mim, mas era um cara legal, hahahahaha... Dava em mim por motivos fúteis, às vezes. Mas na maioria das vezes, porque eu provocava... Um dia, por exemplo, ele se arrumou, se perfumou, ia dar uma banda, ver um negócio aí dum serviço... 'Espera aí, negona...' Eu desconfiei. Segui ele até a [Avenida] Independência. Lá ele estava num balcão, conversando com um amigo e tomando uma cerveja, e eu fiquei cuidando pra ver se ia chegar alguma mulher. Só que na época eu tinha um cabelão até aqui, todo assim [grande]... e eu fui inventar de fazer isto aqui ó... mania minha [levar toda a cachoeira de cabelo de um lado para o outro, no impulso do pescoço e com o apoio da mão]... E eu estava atrás de um carro e ele viu. Aí ele pediu pro amigo segurar o copo e veio até onde eu estava. 'É assim que tu confia em mim? Faz um favor, vai pra casa que a gente vai conversar.' Daí ele voltou pro balcão e eu fui pro hotel, lá embaixo [Hotel Aliado, na Voluntários].*

*E eu cheguei lá... 'Meu deus, e agora que é que eu faço?' Aí tinha um buraco dentro do corredor (...). Eu não ia ficar no quarto... Fiquei aí, no escuro. Quando ele chegou, entrou aí, direto, e ligou a luz. Daí ele não falou nada, só me pegou pelos cabelos e me puxou assim até o quarto... Apanhei muito, muito. Não era frequente, mas quando acontecia era muito forte... Batia na cara, no corpo, com cabo de vassoura... Uma vez me quebrou um braço.*

O Alemão é o grande amor da vida da Janete. Vinte anos de união. Uma relação na qual ela se fez pessoa, se fez a mulher que é, se fez imensamente feliz. Uma relação que é narrada e lembrada com toda a intensidade e o exagero performático e erótico que a caracteriza. O sexo e a violência eram os eixos constituintes. Inúmeras são as narrativas sobre o tesão irresistível, o sexo maravilhoso e a violência presente ou latente que marcava o casal. Ele exercia de maneira cabal o lugar prometido de “bom comedor”, “maravilhoso comedor”, protetor, educador e malandro, e pelo qual ela tinha se apaixonado. Ela, o de “puta”, safada, atrevida e fiel companheira. Da violência ela não gostava, mas a entende como constitutiva dele, da relação, e, segundo ela, era justificada pela sua atitude “atrevida”. Mas essa era sua promessa. Ser atrevida era dramatizar desobediências, insubmissões; performatizar temporariamente ações que desestabilizassem a hegemonia do amado Alemão... para que ele nos lembrasse do tamanho da sua pessoa.

Janete e o Alemão não bancavam o modelo do “casal inteligente que enriquece junto” já presente na prostituição com famílias como a da Soila e do Mimoso. Não eram industriais. O discurso trabalhista e familiarista, parece-me, encontrou aqui um limite. Janete nunca se orgulhou de ser uma boa mãe, nem uma dedicada trabalhadora; nunca vimos o Alemão arrumando mais mulheres para “botar na quadra”. Nem a Janete teria deixado. Até hoje a



Janete (gravida da Cristiane) e colega, batalhando na Volunta por volta de 1988. Arquivo pessoal Janete.



experiência da Janete não encontra um espaço muito confortável nos discursos mais difundidos da militância. Ao que parece, antes que o dinheiro do programa ou o crescimento financeiro do casal, essa relação era mediada pela fuga radical (boêmia) da “sociedade”, do Estado; por um amor feito de arrasador erotismo, e, em tempos de convencionais reivindicações femininas, pelo enaltecimento feliz da perspectiva masculina.

Conversando sobre esse amor, sobre os limites da relação, perguntei por outros homens. Sabemos que o Alemão estava proibido de ter bóias, mas que, mesmo assim (claro!) ele tinha casos, histórias com outras mulheres. Mas e ela? Janete... tinha? Dado o peso do discurso familiarista monogâmico feminino que orienta a memória da prostituição naqueles primeiros anos, esse é um tema muito instigante. E ela, boiou? Estamos em uma lanchonete em Porto Alegre, já no ano 2008, ela é candidata a vereadora por um partido que nunca seguiu (mas o único que se dispôs a acolhê-la) e assistirá dentro de alguns minutos a uma reunião na sua nova sede política. Falamos do amor.

*De tanto ele me chamar de bóia, eu peguei um cara que era mão-grande. Se ele acha que eu estou boiando, então agora eu vou boiar de verdade. Vou boiar com um vagabundo. E sem camisinha! Ele tinha o apelido de “Tartaruga”. Alto, gostoso, moreno... aii... Isso durou um ano... até a morte do Alemão, depois eu perdi o interesse. Engraçado, né? Porque o interesse era magoar...*

Como é dominante na totalidade da sua narrativa pós-Alemão, Janete coloca nele, por efeito direto ou indireto, a motivação das suas ações. Tudo gira ao seu redor. Só boiou porque, praticamente, ele a impulsionou para isso; razão pela qual tinha que ser com um vagabundo e “sem camisinha!”. Como o interesse era magoar, boiar com um trouxa ou com um trabalhador teria sido ora ridículo, ora extremamente perigoso. Ridículo, talvez, resolvível com alguma piada pelo desprezível ato ou com uma surra fácil no infelizmente amante. Com um “mão-grande” a situação seria diferente, pois, em princípio, ele obedeceria aos mesmos códigos e às mesmas forças que o Alemão. “Boiar” com um trouxa seria perigoso, talvez, pois colocaria a mulher levemente fora do universo das relações lógicas e geraria um interrogante não só sobre o *modus operandi* para resolver a situação, mas sobre a estabilidade da perspectiva instaurada.

*Um dia eu estava com o Alemão no quarto, lá na Ramiro, e o “Tartaruga” chegou no bar... Depois a gente tava ali, ‘Ahhh e aí, Alemão...’ Sentou na nossa mesa, sem pedir licença nem nada... Sentou. ‘Não tá hoje com dor de cabeça?’ Aí o Alemão olhou pra ele, bem calmo, já estava desconfiado. ‘Não entendi.’ ‘Ahhh pode sentir dor de cabeça de tanto beber, né?’ E olhava pra mim. Então sentou numa mesa, lá do outro lado, estava fumando, quando terminou tirou a bagana bem assim pra nós... parou no meu peito. Daí o Alemão olhou pra cá, eu botei fora. O cara se chapou, se chapou, se chapou e começou a provocar ele. Aí foi quando eu perdi toda a graça pelo mão-grande. Sabe por quê? Porque o Alemão disse assim: ‘Escuta aqui, meu... Que é que tu quer comigo? Está me judiando, gostou da minha barba, que que houve... que o que tu quer comigo?’ E aí o outro: ‘Cara tu não está olhando pro lado? Tem uma mulher de fé e não está dando valor...’*

*O Alemão era um homem muito calmo, sabe? Ele nunca usou arma, mas sabia brigar. Então o Alemão soltou o copo de cerveja... 'Pô, um bêbado e o outro chapado, aqui vai dar morto...' - pensei. 'Ô, Alemão, esquece o cara...' 'É pra esquecer?' - disse o Tartaruga. 'É pra esquecer?' - disse olhando bem pros meus peitos... Aí foi que o Alemão levantou. Quando o Alemão levantou, deu um soco na cara. Só um. Na cara. E o cara caiu no chão. Ficou todo o bar quieto. Quando é coisa de vagabundo ninguém se mete. Ele caiu durinho. Daí, quando ele se levantou, o Alemão só deu mais um.*

*Aí foi que... como vou te dizer... eu perdi toda a vontade pelo mão-grande... Puxa, o Alemão estava mais bêbado do que ele, como é que pode? Não era o homem que eu queria! Daí o cara meio que se levantou, cheio de sangue, os Ray-Ban saíram a voar, tudo quebrado... O Alemão se virou pra pegar uma cadeira, mas aí eu não deixei, eram dessas de metal, sabe? Aí ia matar... Quando o cara saiu, com sangue na cara, gritou, bem aí, na porta: 'Estou comendo a tua mulher!!!'*

*Aí ele baixou a cabeça e não comentou nada, até a morte dele, não comentou nada. Não apanhei nem nada. Fomos pro balcão dos fundos e pediu mais uma cerveja bem geladinha pra nós dois... 'Tá com fome, negona?'*

*Fomos pra casa, transamos legal... Acho que transamos melhor por isso, sabe? Porque eu sentia o meu macho... toda a potência, sabe? 'Este é O Cara!!!' E o outro sumiu...*

Boiar era o limite do “atrevimento” da Janete, mesmo que boiasse para ser vista. Um limite não ultrapassável com legitimidade nenhuma, pois a impunidade seria a quebra da promessa, a quebra da perspectiva imposta, a quebra da relação já suficientemente bem estabelecida. Boiar seria entrar num território muito perigoso e desconhecido, um território inimaginável para um casal exemplar como o da Janete e o Alemão. Contudo, ela era “atrevida”, e de tanto o caçador cutucar a familiarizada puta, terminou em risco a performance do seu poder. Entre aspas. Um ano Janete burlou o limite, um ano a relação não foi a mesma e, provavelmente, durante um ano ele se fazia um pouco menos homem a cada gozada que a Nega dava com o Tartaruga. Janete era então uma mulher de mais ou menos 40 anos, “atriz e meretriz” profissional, dona de um nome famoso e respeitado na histórica Voluntários e, agora, também bóia. Também dava de graça, também “passava a perna” e fazia do seu marido quase um trouxa enquanto esperava o momento que daria sentido ao jogo: a reação do Homem.

Não sabemos nada dos detalhes e acordos da relação entre o Tartaruga e a Janete, não sabemos nada sobre o momento geral pelo qual o relacionamento conjugal passava nem sobre as condições do trabalho. Como estava anunciado, o mais contundente da história é a volta gloriosa e desconcertante do marido. Não é de graça que a narrativa termine na cama, numa trepada que enche a lembrança de umidades e sorrisos... uma trepada em que ele, pelo poder subversivo dela, pela teimosia do corpo apaixonado da sua Nega, vira de novo “meu macho”, “O Cara”... Para o Tartaruga, chapado e machucado, só restava sumir.

Porém, alguns detalhes chamam a atenção. Janete é uma narradora excepcional. Primeiro, onde esperávamos uma surra histórica na “atrevida”, houve um abaixar os olhos, uma

cerveja gelada e uma pergunta amorosa: “tá com fome, negona?” Por que não houve surra? Por que nunca mais se comentou nada? Não sei, ela também não. Mas eu gostaria de pensar que perante os olhos do Alemão ela também não era mais a mesma. Que nesse jogo de provocação ao rei, ela também termina ganhando força, “respeito”; o relativo poder de ser fera-caçadora, dessa vez, sem ou contra o poder avassalador dele... Ou então, e não são hipóteses excludentes, que também ele estivesse cansado, que a paixão não fosse mais a mesma. É importante observar que não há em Janete narrativa de culpabilização moral nem nada parecido; pelo contrário, uma límpida satisfação do feito, um deliciar-se com a lembrança ilícita do corpo “alto, gostoso, moreno. Aiii...”. Eis a força pragmática, a eficácia do ato no processo de construção da relação. Esse detalhe ocupa um lugar importante na narrativa, na memória, na configuração desse Alemão próximo da morte.

E eis um segundo detalhe. É o ano 96 ou 97, a que poderia ter sido a última grande surra da vida não aconteceu (ela continuava apanhando ainda nos tempos da militância, da “pós-guerra”, da maturidade?). Transformação radical das forças em jogo que aumenta a nostalgia e o valor da perda. Logo no início da narrativa, Janete coloca como limite temporal da sua relação com o Tartaruga a morte do Alemão, mas sem nenhuma conexão fática nem moral (houve?). Depois dos funerais, o outro apareceu, oferecendo-se para acompanhar a viúva na sua perda. Mas já não era mais um homem, tinha sido despojado dessa condição, e ela não era mais uma esposa querendo se divertir e re-convocar o marido. Em troca, o Alemão só cresceria pelo resto da vida dela, morria feito um imenso homem e assim ficaria para sempre; um acolhedor marido que soube lidar com o atrevimento máximo da sua mulher e dissolvê-lo com toda a grandeza.

\*\*

Desde o início na prostituição, lá nos últimos anos 70 porto-alegrenses, ela batalhou na Rua Voluntários da Pátria. Sempre entre a Barros Cassal e o Viaduto da Conceição. A lembrança da Janete coincide com a de outros moradores de Porto Alegre vinculados ou não com a prostituição: “A Volunta era um buffet de bundas pro ar”. Entre a rua Senhor dos Passos e a Garibaldi, deve existir uma distância próxima aos 400 metros. Na metade passa o Viaduto da Conceição. Contam que em horas de intenso trabalho a calçada era completamente lotada de mulheres. A “Volunta” e a Garibaldi constituíam um território iluminado pela exposição sexualizada e transgressora dos corpos femininos. Era ali o lugar das meias (do) arrastão, dos peitos nus, das mini-saias, da verbalização explícita do sexo. Maquiagem, perfumes, melenas sacudidas e línguas muito perigosas e muito bem cotadas.

Segundo um homem de classe média e meia idade, professor universitário, que naqueles anos era vizinho, a Voluntários e a Garibaldi eram o lugar “da mais baixa prostituição”. Tina, a coordenadora do NEP e quem mantém com a Janete um conflito eterno e uma funda relação, lembra esse território como o lugar da “vulgaridade”. Para a Soila “é ali onde tudo começa”.

FOTOS PAULO FRANKEN/ZH



**Batida:** todas as mulheres que faziam ponto foram detidas para investigação

Zero Hora 16 de junho de 1994: 76. Arquivo NEP

Essa condição, correspondente com o imaginário da “zona”, território de encontro de diversos tráficos e comércios com a prostituição de “baixa renda” (o chamado “baixo meretrício”), é dominante nos discursos e lembranças que pessoas das camadas médias têm sobre tal lugar.

“Todo final de semana havia pelo menos um morto nestes barzinhos”, me falava a Janete caminhando na calçada da Voluntários quase esquina com Barros Cassal, na frente de paredes de tijolo que selam a entrada do que antes foram botecos, sinucas e “barzinhos” (hoje resta um depósito de sucata e outros pequenos negócios). “Eu mesma um dia tive que bater numa que queria boiar com o Alemão. Levei ela bem pro cantinho e, sem deixar ela pensar, dei um soco com a cabeça no nariz dela. Ela estava com uma blusa branca e uma saia vermelha. Foi caindo, a blusa ficou da mesma cor da saia.” A morte e a violência se misturavam com o gozo interminável dos clientes intermináveis. Os maridos e cafetões esperavam nos bares, nas sinucas, cuidavam, bebiam, arrumavam alguns bicos ou trambiques... Algumas crianças, filhos ou filhas dessas famílias habitavam o lugar, operando sobre elas mecanismos de controle e cuidado coletivos<sup>92</sup>. Os “mão-grande” paravam por ali para beber umas cervejas, encontrar algum familiar ou amigo. Era um território de famílias, de trabalhadores informais, de festividades marginalizadas. E a polícia circulava, às vezes cumprimentando, namorando ou protegendo, às vezes batendo e perseguindo.

*Sabe o que eles faziam comigo? Me prendiam, me levavam pra área, pra Central, pra ficar registrada lá, porque como eu não dava dinheiro... Eu dizia que não tinha marido. E dizia pro Alemão, nem aparece, deixa que eu seguro. Dar meu dinheirinho pras eles???? (...) E aí eu e ele ficava como se fosse simplesmente um amigo meu. Eu não tinha marido e ele era só o braço direito do Buda nessas questões assim de arrumar e manutenção. Mas se todas fizessem assim... hoje não... Mas até hoje continuam dando propina pra polícia, na Garibaldi, por exemplo.*

Nas narrativas da Janete a violência policial não é abundante. Sempre são referidas, mas se for para esmiuçar a memória, ele prefere o Alemão. Se é para falar de apanhar, pareceria nos dizer, que seja nas mãos do meu amor. O pacto que ela nos descreve no parágrafo anterior a fez ganhar o apelido de “corpo sem futuro”. Era esse o apelido, segundo diz, que recebiam da polícia as mulheres que encaravam a prostituição de rua sem um marido para protegê-las. Surgiu em uma de tantas vezes que foi presa na Delegacia. Especialmente na Décima Sétima. O policial perguntava insistentemente pelo cafetão, pelo gigolô dela. Não tenho, respondia, como parece que era costume. Apanhava, ficava várias horas e ninguém buscava. A mulher era o objeto a ser caçado; o dinheiro, o valor da troca. Não havendo homem dono, a mulher era inútil para o negócio. Após as firmes negativas, os policiais terminavam soltando-a e perdendo a esperança de conseguir algum dinheiro do seu trabalho.

Então perdia seu “futuro”, segundo eles. Terrível ameaça, ou suficientemente ambígua

92 Nenhuma das filhas da Janete, Nilce ou Dete, assim como da maioria de mulheres prostitutas que conheci seguiram a profissão das mães. Há alguns casos, como o das filhas da Rô, que “se viram” fazendo alguns programas na rua com a orientação e cuidado da mãe. Em troca, são constantes as histórias de filhos homens que seguiram a profissão dos pais/cafetões.

COMUNICAÇÃO DE OCORRÊNCIA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA CIVIL

00181119

TELEFONE	1	INT. 1	2
FONE/TELEX	2	REP. 1	3
DOCUMENTO	3	EM	4
RÁDIO	4	OUTROS	5
COMPL. NGO			

DATA REGISTRO 03/10/92  
HORA REGISTRO 20:30  
NGD 6799

ORÇAO	...	ODD 100.000	...	...	...	...	...	...	...	
PARTICIPAÇÃO	1. VITIMA 2. TESTEMUNHA	3. INDICADO 4. CONDUTOR	DESTINO PERICIA 1. IMI 2. SE 3. OUTROS	CPF 1. BRANCO 2. PRETO 3. AMARELO	4. MULATO 5. SARDIA 6. ALBINO	ESTADO CIVIL 1. SOLTEIRO 2. CASADO 3. VIUVO	4. SEPARADO 5. AMIGADO	NACIONALIDADE 1. BRASILEIRA 2. NATURALIZADO 3. ESTRANGEIRA	ENCAMINHADO A 1. PLANTÃO 2. SECRETARIA 3. GABINETE	DINF 1. POSITIVO 2. NEGATIVO 3. NADA CONSTA

CADASTRAL

**COMUNICANTE**

NOME Vilson Sérgio Costa dos Santos RG

FILIAÇÃO Leônir José dos Santos e Maria da Conceição Adiriquem da Costa

DATA NASC. 20/11/1959 SEXO M DOCUM. Nº 800 UF RS IDADE APARENTE 33 ANOS

ENDEREÇO Rua Iraia de Belas Nº 800 COMPL. LOGR. 93.030

FONE ... LOC. TRAB. 98 D.P.P.

PARTICIPAÇÃO 4 NAC 1 NAT Brasil PROF. ... COD.

COR 2 EST. CIVIL 1 PERICIA ... MEDICADO ... HOSPITALIZADO ... MORTO ... ASSINATURA [assinatura]

TERMO DECLARAÇÃO DINF INFORM. POR ...

ESPECIFICAÇÃO ... COD. FATO ... TENTATIVA ... DATA ...

MODUS-OPERANDI Vadiagem CODIGOS ... HORA 20:00

LOCAL ... Nº ... COMPL. LOGR. ... CEF. ...

PONTOS DE REFERÊNCIA ... OCORR. BM. ...

VINCULADO

**PARTICIPANTES**

NOME Neto Franco Alves RG

FILIAÇÃO João Manoel Alves e Teresa Franco Alves

DATA NASC. ... SEXO M DOCUM. Nº ... UF RS IDADE APARENTE 35 ANOS

ENDEREÇO Rua Xaxim Nº ... COMPL. LOGR. ... CEP 90.000

FONE ... LOC. TRAB. ...

PARTICIPAÇÃO 3 NAC 1 NAT Brasil PROF. ... COD.

COR 1 EST. CIVIL 1 PERICIA ... MEDICADO ... HOSPITALIZADO ... MORTO ... FLAGRANTE ... RECOLHIDO ... LIBERADO FIANÇA ...

TERMO DECLARAÇÃO DINF INFORM. POR ... OBS. ...

CONFERIDO

**PARTICIPANTES**

NOME Ivonir da Silva RG 90 58779/34

FILIAÇÃO Ambrósio da Silva e Bair Maria da Silva

DATA NASC. 21-10-1961 SEXO M DOCUM. Nº 517 UF RS IDADE APARENTE 29 ANOS

ENDEREÇO Rua São Jerônimo-Vilaão 1.46 Nº 517 COMPL. LOGR. ... CEP ...

FONE ... LOC. TRAB. ...

PARTICIPAÇÃO ... NAC 1 NAT Logos S/O PROF. Cooperativa COD.

COR 1 EST. CIVIL 1 PERICIA ... MEDICADO ... HOSPITALIZADO ... MORTO ... FLAGRANTE ... RECOLHIDO ... LIBERADO FIANÇA ...

TERMO DECLARAÇÃO DINF INFORM. POR ... OBS. ...

**CONFERIDO**

NOME Datiana Consuelo Roberto do Nascimento RG

FILIAÇÃO Álvaro Pereira do Nascimento e Fátima Luis Roberto

DATA NASC. 04-05-1974 SEXO F DOCUM. Nº 1300 UF RS IDADE APARENTE 17 ANOS

ENDEREÇO Rua Botafogo Nº 1300 COMPL. LOGR. ... CEP 90.000

FONE ... LOC. TRAB. ...

PARTICIPAÇÃO 3 NAC 1 NAT Porto Alegre PROF. ... COD.

COR 2 EST. CIVIL 1 PERICIA ... MEDICADO ... HOSPITALIZADO ... MORTO ... FLAGRANTE ... RECOLHIDO ... LIBERADO FIANÇA ...

TERMO DECLARAÇÃO DINF INFORM. POR ... OBS. ...

**HISTÓRICO**

Informa o comunicante que estavam de serviço no perímetro central da cidade onde foram solicitados por populares que as partes acima qualificadas estavam fazendo Trotoir, (prostituição) na praça da Alfândega, e que molestavam homens e casais, e que por determinação superior foram então conduzidas até esta D.P. para averiguação, onde após consulta nos computadores da P. Civil e assinando os termos de Ocupação foram liberadas.

Comunicação de Ocorrência, Polícia Civil, 1992. Lê-se que o comunicante é um soldado do 9BPM, e que o "modus operandi" é VADIAGEM.

No Histórico fica registrado: "Informa o comunicante que estavam de serviço no perímetro central da cidade onde foram solicitados por populares que as partes acima qualificadas estavam fazendo Trotoir, (prostituição) na praça da Alfândega, e que molestavam homens e casais, e que por determinação superior foram então conduzidas até esta D.P. para averiguação, onde após consultas nos computadores da P. Civil e assinando os termos de Ocupação foram liberadas."

PROVIDER	AUTO DE AVALIAÇÃO	...	...	...	...
DIFUSÃO	...	...	...	...	...
DESTINO 1ª VIA	DATA REMESSA	...	...	...	...

para transformar-se em profecia. Perder o futuro podia ser perder a vida: em um excesso de policiais ou colegas que não encontrasse freio nos braços fortes do marido. Perder o futuro podia ser não ter família, perder-se nas ruas, na “boleia”, no gasto indiscriminado e mal administrado do dinheiro. O “futuro” seria um bem fornecido unicamente na nefasta conjunção da polícia com os maridos/vagabundos; só a presença reconhecida policialmente de um marido permitiria à mulher manter-se intacta e próspera no campo de jogo. Porém, o Alemão parecia entender o mundo também desde outro lugar, não queria aliança nenhuma com a polícia, talvez sentisse que não precisava do Estado para familiarizar a sua mulher...



#### **4.2 Dete:**

“Já fiz tudo que não presta nessa vida!”

Entre “os guris” Júnior e Marcelo, e os Finados Miro e Pedro, a Nilce e a Dete não deram muito tempo de recesso ao amor. Ia-se tecendo enquanto a lã ainda estava quente. Miro apareceu na vida da Dete no momento em que ela operava a dessubjetivação do Júnior e se afastava dele para sempre. Sua perspectiva crescentemente individualizante, e aquele “devir puta” com o qual ela paquerava nas noites de balada na Cristóvão Colombo levaram-na até ele. Trouxeram-no até sua cama e sua mesa, melhor.

Pedro, um apaixonado cabeleireiro do Centro, conquistava o amor mais tranquilo e não comercial da Nilce, e ajudava-lhe a se desfazer definitivamente do lastro em que Marcelo tinha se convertido. O mundo mudava, os anos 90 giravam com suas promessas de democracia capitalista: as maneiras de fazer política e de fazer “trottoir”, a assimetria que corporificavam, as doenças que as ameaçavam, suas forças e vulnerabilidades não eram mais as mesmas. Elas duas, tanto quanto a Soila e a Janete, ainda que de maneiras diferentes, serão protagonistas dessas transformações.

Então a Dete, talvez como parte de toda essa complexa operação de se desfazer intimamente do Júnior, começa a sair com o Miro, um homem que conheceu na Alfândega. Assim que começaram a sair, teve a certeza de que nunca mais voltaria com o Júnior; era um homem onze anos mais velho, belo, com quem tinha um sexo maravilhoso e ela, por sua vez, não era mais uma moça botando a perna no Centro pela primeira vez. Saíram uma, entraram duas, saíram três... Enquanto isso, nos bancos da Alfândega a situação ia ficando mais quente. Dete ouvia sem atenção que uma mulher chamava outra de “bóia”. Insistente e enfurecida, insultava uma “puta” que comia o seu marido. Dete, embevecida pelas delícias do amor novo e pela vingança do antigo, não prestava mais atenção, ouvia o barulhinho de sempre, as vozes de cada dia um tanto deformadas.



*Aí a irmã dele me diz: 'Dete é pra ti'. 'Como assim pra mim? Não estou boiando com o macho dela...' 'Dete... Meu irmão é o homem dela'. 'Bahhh... tu tá me pegando, né?' 'Não, meu irmão é o homem dela... O Miro é o homem dela'. 'Ah tá, então pode deixar... porque agora eu vou boiar'. Aí... 'Vamos fazer uma perna hoje?' Eu bem séria. Ele chegou assim, me deu um beijo, aí na rua mesmo... 'Então, vamo fazê uma perna hoje?' Ele: 'Agora?' 'É, pode ser agora mesmo... vamos pro hotel, vamos tomar uma cervejada, e depois vamo...' 'Tão vamo...' 'Mas eu quero que tu troque essa roupa (ele estava de calça jeans e uma camisa bem feia...) bota uma camisa vermelha, calça e sapato preto, assim eu te quero, eu te quero bem bonito'. 'Tá, então vou subir, tomar um banho, vou me arrumar e vou descer'. 'Tá legal'. Ele subiu, tomou um banho, se arrumou todo bonitinho pra mim e deu.*

Um barzinho nas margens da Praça da Alfândega. Ele com suas roupas bonitas e ela, se fosse verão, de saia justo acima do joelho, alguma blusa não muito decotada, tênis brancos e sua bolsa rodando no braço. Garrafas de cerveja iam enchendo a mesa, um churrasquinho misto, uma salada campeira, farofa. Seus olhos verdes devoravam o homem que morria por devorá-la inteira. Ele, esposo de outra prostituta, sabedor do ofício e dos limites tanto quanto ela, provavelmente se sentia confortável e feliz. Temer o quê? Às vezes a mulher dele passava, não se atrevia a entrar nem interromper, mas xingava para o céu chamando a Dete de bóia, “sua bóia fi’a da puta”. Quando os corpos estiveram mais à vontade um com o outro, quando as palavrinhas no ouvido se fizeram baba e sangue fluindo, decidiram procurar um quarto.

Agora ela, que outrora era a digníssima esposa/prostituta, corporificava também a temida bóia: comidinha de levar e trazer, de saborear à vontade, corpo sem dono, triplamente traiçoeira, pois não só dá sem cobrar, mas dá para quem não devia e sem ocultá-lo a ninguém.

*Bem cara-de-pau, sete da manhã estou voltando pra pedra. Está Elaine, está a mulher dele, estão umas gurias aí... e nós voltando.. E a Elaine, ahhhhhhhhhhh eu não quero ver isso. E eu: 'oi, tudo bom? Como está a pedra*

Arquivo pessoal Dete





Arquivo pessoal Dete



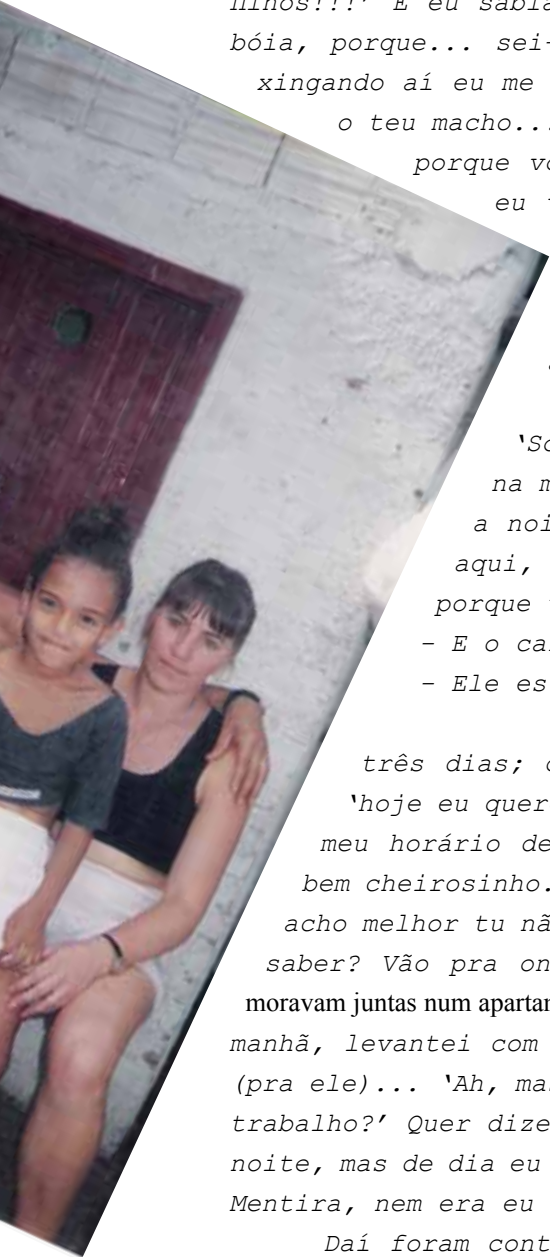
aí?' 'Bah, já tá bombando'. 'Tá legal'. 'Só vou subir, vou largar minha bolsa e vou descer'. Eu subi, ele subiu atrás. Daí pegou e me deu um beijo na portaria, um monte de putas olhando. Também... não tinha mais o que esconder, né? E fui pra pedra.

No que eu chego lá embaixo já pego um programa. Daí fiz três, um atrás do outro, bem rapidinho... Aí a mulher dele: 'porque sua bóia, porque além de ser bóia vem tirar programas... tirar o dinheiro da comida dos meus filhos!!!' E eu sabia que ela só tinha a Guga junto com ela... 'Porque sua bóia, porque... sei-lá-o-quê'. Daí quando eu vi ela parada lá embaixo me xingando aí eu me irritei. 'Olha aqui ó, eu sou bóia, mas como muito bem o teu macho... coisa que tu não faz. Eu como bem comido... E te cuida porque vou tirar teu macho. Por enquanto só estou boiando. Mas eu vou tirar teu macho'. Porque até aí eu não queria, só queria boiar, mesmo... Mas daí comecei a gostar. 'Se tu continua me chamando de bóia vou tirar teu macho'. Essa puta bebia e me chamava de bóia. E eu bebia e não aceitava.

Daí um dia, mesma coisa... 'ah, porque sua bóia...'  
'Sou, sou bóia, sim. E vou levar teu marido pra boiar lá na minha casa'. Daí levei ele e no dia seguinte só voltamos a noite. Cheguei lá com ele, lindos e maravilhosos... 'Olha aqui, venho trazer teu maridinho de volta. E não esquenta porque vou levar ele mais vezes pra minha casa'.  
- E o cara?  
- Ele estava me comendo mesmo, não estava nem aí...

Aí deixei passar uns dois, três dias; deixei ele dormir com ela e na quarta noite eu disse: 'hoje eu quero tu lá em casa'. Quando chegou perto da meia noite, era meu horário de ir embora, ele desceu bem lindinho, bem arrumadinho, bem cheirosinho... 'Oba, é hoje!!! É hoje a festa'. Aí eu disse: 'Nilce, acho melhor tu não ir pra casa hoje. O Miro vai pra lá'. E a Nilce: 'quer saber? Vão pra onde quiser, eu vou dormir na sala'. [Nessa época Nilce e Dete moravam juntas num apartamento que um 'trouxa' da Dete pagava para ela]. (...) No outro dia de manhã, levantei com uma preguiça... Tomei banho devagar, arrumei e 'vamo?' (pra ele)... 'Ah, mas tá cedo...' 'Eu vou pra Alfândega, ou achas que eu não trabalho?' Quer dizer, ele já pegou a cobrinha bem criada... 'Eu te como de noite, mas de dia eu trabalho, dependo do dia pra pagar esse aluguel aqui...' Mentira, nem era eu que pagava, era o meu trouxa...

Daí foram contar pro meu trouxa. Ele pagava o aluguel, tinha me dado os armários da cozinha, e nós tinha comprado tudo... Daí ele foi lá e me roubou os meus armários e deixou um bilhete com o prazo que eu tinha pra entregar o apartamento... 'Putá que pariu, sujei...' Mas tudo bem, já era. Fui pra Praça, batalhei... Daqui a pouco chega o Miro... 'Ai, não, sai, sai daqui!!' 'O que é que houve, amor?' 'O que é que houve? Que o trouxa que estava bancando meu apartamento descobriu que tu tá indo lá e não quer mais saber, me deu um prazo pra entregar o apartamento'. 'Ai, não dá nada, não sei o quê... ... Vamo alugar uma casa'.



E a bóia vira esposa de novo, por esses pragmatismos sempre presentes nas razões do amor, tão fáceis e claros, tão dizíveis na prostituição. Aqui o burguês ou anarquista (Rago, 1985) abismo entre lucro econômico e prazer simbólico/amoroso, entre a imagem da relação amorosa como economia de bens ou como circuito de dádivas não parece nada claro. Pelo contrário, as “commodities” mais materiais e a reciprocidade sensual ou amorosa se fundem na oferta da casa comum, por exemplo. Elas, conhecedoras do “avesso do mundo”, como diria a Soila, cada vez acreditam menos na separação do amor e do negócio, agem a cada dia com maior explicitação. E às vezes isso dói, como veremos depois. É esse o grande diferencial das suas promessas e das suas dádivas no marco da prostituição/trabalho. O negócio é explícito, sem subterfúgios desconhecidos, sem promessas não cumpridas.

*Aí aluguei uma casa na Vila Jardim e fui morar lá com ele... Daí ele saiu do serviço. Ai, mas que lindo!!! Daí ficou... ficou... ficou dois, três anos sem fazer nada.*

[Porque o subterfúgio é a promessa]

- Mas ele não era da Brigada?

- Não, ele trabalhava de pedreiro, ele já tinha sido da Brigada.

*Aí ele voltou pra Brigada, aí saiu da Brigada de novo e começou me gigoliar. Lindo! Daí como estava a gurria, a Guga, ele comprava o leite do meu dinheiro... Claro, porque pai tem obrigação com os filho, né? E eu não ia tirar o pai dela... só que também não ia dar dinheiro pra uma puta, então 'se tu quer eu crio a gurria, mas meu dinheiro tu não leva'.*

Miro e “uma puta”, sua esposa, aquela que xingava a Dete chamando-a de bóia, tinham uma filha de mais ou menos um ano. Hoje (2009) a Guga está com 20. A mulher não gostava de criar filhos, lembra a Dete. Miro então teve que assumir a responsabilidade da pequena. Pensou em dá-la para algum familiar, para alguém que quisesse adotar.

*Daí: 'Não, pega a gurria e eu te ajudo a criar...'* A gurria não falava, a gurria não caminhava, a gurria usava fralda... Tudo isso fui eu que ensinei.

Finalmente, a bóia/esposa começou um processo que a faria, também, mãe. A Dete, que nunca casaria nem teria filhos, encarava a missão de uma nova família, com filha incluída e novo gigolô. Não era a mesma relação de paixão e assimetria da primeira vez. É verdade que ele não trabalhava, que ele era sustentado por ela, mas o exercício do poder não era o mesmo. Ela já conhecia o mundo igual ou melhor do que ele, sabia da rua, do trabalho, do seu corpo e seus prazeres, sabia do dinheiro e das maneiras de fazer-se feliz. Além das suas irmãs de sangue, agora estava a Nilce, sua grande parceira, e inseria-se em redes de relações que lhe ofereciam um novo corpo e um novo lugar no mundo.

### 4.3 Nilce

“Sempre, sempre gostei de homem bonito”

Fumando um Free Vermelho após o outro, sempre com o olhar atento às mudanças nos gestos do seu interlocutor e às movimentações da paisagem, Nilce me conta que o Marcelo não queria deixá-la partir. No início estava tudo bem, ela aproveitava e quando tinha vontade “fazia uma perna” com o Marcelo, que sempre é lembrado como um homem muito bonito e gostoso. Ela saiu da casa onde morava com o Marcelo, a Preta e a Margareth e foi morar com a Dete. Essas afirmações pertencem a uma Nilce que decidiu confiar em mim depois de dois anos. Uma Nilce de primavera-verão de 2008, de camisetinha baby-look, calça jeans colada ao corpo, cabelos na nuca e Praça da Alfândega ensolarada e insurrecta às “revitalizações” que se aproximam<sup>93</sup>. Nunca antes eu a tinha ouvido falar de “boiar”, “fazer perna”, “gozar gostoso”, “falar putaria” com tanta... alegria. O amor com o Finado Pedro começava a ser cultivado, regado, mas o Marcelo não se resignava a perder sua polaca.

- Era esse o apartamento alugado por um cliente da Dete, não é?

- Isso. Mas nós pagava o aluguel e tudo, o que ele fez foi emprestar o nome... Depois foi que a Dete conheceu o Finado Miro, o pai da Guga... Daí ela foi morar com o Miro e eu fiquei um pouco mais no apartamento. E daí que o Marcelo foi atrás. Foi um dia que ele foi lá e enfiou a Preta lá dentro... Então daí sim terminou mesmo. Daí foi que eu mandei fazer um batuque pra ele... hahahahaha e nunca mais apareceu! Hahahahaaa... Ai, Deus, isso foi verdade!

Claro [ela lembra e começa responder uma pergunta anterior]! Então foi ali que eu conheci o Finado Pedro... eu me lembro muito bem. Pois é, o Finado Pedro... Eu ia cortar o cabelo lá no salão onde ele trabalhava, mas eu não tinha percebido ele e ele já me cuidava fazia tempo... Porque eu e a Dete jantávamos num bar que tinha ali embaixo e ele até brigou com a namorada dele e era por causa de mim e eu não sabia... Eu usava uma saíinha bem curtinha assim...

- Tu usavas mini-saia...???? [nunca vi pessoalmente a Nilce de saia ou mini-saia]

- Usaaaaaavaaaa! E daí ele brigou com a namorada por causa de mim e diz que pensava 'ah essa mulher um dia vai ser minha'. Mas eu me lembro, assim, que aquele homem me cuidava. Eu na minha. E daí, quando o Marcelo enfiou a Preta aí dentro só estávamos eu e a Jose... e demorou uns três, quatro meses lá... (...) Daí nós se pegggaaaamo a pau... E foi daí que eu conheci o Finado Pedro. Eu nunca batalhei em domingo, eu ia passear pela Vigário e tal... Daí, num domingo, eu tomei banho e eu disse pra ele: 'hoje eu vou sair de casa e vou arrumar um namorado...' 'Ahhh, duvido!' 'Duvida? Hoje eu vou conhecer alguém, hoje eu vou arrumar um namorado. E tu vai ter que me largar.'

- Cara, ele não queria sair daí?

- Não.. Eu era o porto-seguro dele, né, cara?... Comigo ele nunca usou

93 Faz-se referência ao Projeto Monumenta, de “revitalização” do centro de Porto Alegre, que visa intervir em diversos espaços públicos, como a Praça da Alfândega, e em edifícios públicos e privados, para uma recuperação, anacrônica, das imagens e formas do passado. Disponível: [http://www.monumenta.gov.br/site/?page\\_id=205](http://www.monumenta.gov.br/site/?page_id=205) Acesso: 1 de março de 2010.



Arquivo pessoal Nilce



*droga, nunca ficou mal de dinheiro, nunca nada... Aquele domingo, duas horas da tarde... (O Marcelo tinha um carro, um Fiat amarelo, que foi o velho meu que deu pra ele. O velho veio lá na Rodoviária pra emprestar o dinheiro pra ele, porque pro velho ele era meu irmão, ele adorava o meu irmão... E deu o dinheiro pra comprar o carro... Era pro velho que inventava que era motorista de lotação, agora me lembrei da história.) Então daí ele disse: 'eu duvido, e até te dou uma carona!' 'Então tá, vou pegar uma carona contigo, e hoje eu vou conhecer alguém'. E naquele dia o Finado Pedro estava lá em Sapucaia com os amigos dele e diz que ele disse: 'ah mas hoje eu tenho que encontrar essa mulher!' E veio de lá louco pra me encontrar, largou os amigos e veio. Comigo as coisas acontecem muito estranho, sabe? E daí eu estou ali, recém eu tinha chegado e sentei a conversar com umas amigas... E daí eu conheci ele... Mas eu já conhecia, ele passava por aí e daí eu chamava ele pra fazer programa, mas não era isso o que ele queria, ele já estava apaixonado por mim! O Finado Pedro era um ano mais velho...*

*E de repente veio aquele homem assim, chegou e parou na minha frente e eu disse 'tu quer fazer programa?' 'Não, não quero fazer programa'. 'Mas e o que é que tu quer então?' 'Eu quero conversar contigo'. 'Ah, mas eu quero dinheiro'. 'Não, eu te pago, vamos subir lá em cima então, mas eu não quero fazer programa.' Daí subimos, mas é que eu olhei pra cara dele e gostei dele... assim, de cara!!! Daí subimos, ele pagou o quarto e entramos e daí ele disse 'não precisa tirar a roupa'. 'Tá, mas o que é que tu quer, então?' 'Não, eu quero dizer pra ti que eu gosto de ti há tanto tempo e não sei o quê...' e daí ele falou que tinha uma amiga minha, que ele me cuidava quando ia nos bares lá embaixo, e que a minha saíinha verde atraía muito ele... e que gostava muito de mim, que eu tinha umas perna muito boa. E que cada vez que eu ia lá no salão... daí eu sei que ele faaaloou tudo! E que ele não ia me perder. Eu fiquei pasma, eu fiquei boba.*

*Daí ele me deu um cartão do salão e daí falou assim: 'será que nós podia marcar uma hora para sair, conversar, fora dali?' 'Tá'. Daí nós marcamos pro outro dia, pra segunda-feira. Foi rápido, meu filho, a fila anda! Me lembro que marcamos para seis horas da tarde. Daí a gente saiu e não parou nunca mais. Daí começamos a namorar e sair e coisa e tal... Mas assim, dizer que alguma vez o Finado Pedro me pagou por um programa? Nunca! Nunca me deu esse gosto!*

Talvez o Finado Pedro fosse cliente de algumas mulheres, talvez não; o fato é que não estava interessado no negócio da prostituição, não queria ser gigolô de ninguém nem mediar sua relação com a Nilce pelo pagamento. Nunca lhe deu esse gosto. A feiticeira encontra-se num campo de magias que não é o do seu cotidiano, encara um outro que na primeira hora muda as regras da relação e é com ele que decide ficar. Sua profissão era ser cabeleireiro. Parece que ele estava interessado era em “fazer a diferença” na vida da Nilce. Talvez acreditasse que um dia podia tirá-la da prostituição, que era esse o papel do seu amor, que era por um homem como ele que ela esperava para “sair dessa vida” (se assim fosse, ele seria um personagem central no universo de relações da prostituição: aquele lendário homem-bom que tira, “resgata”, a mulher da vida). Enquanto isso, o Marcelo virava peso morto na bolsa, um homem já desprezado que

preferia ser incômoda presença antes que boa lembrança. Ela, mulher de várias guerras, fogo fátuo avulso, não suportava sentir-se presa nem coagida.

*Daí é que o Marcelo não largava do meu pé. 'Marcelo, eu arrumei um namorado.' E daí... gigolô é foda... 'Que vou ver quem é ele e vou pegar ele, vou grudar nele e não sei o quê'. E daí ele me incomodava tanto, que eu falei pro Finado Pedro. 'Ai, que tem um cara que eu não sei o que fazer com ele...' 'Ahhh é? Então deixa que eu vou lá no apartamento... deixa que eu vou lá...' Daí um dia chegamos eu e ele, e o Marcelo saiu bem de fininho, pegou aquele carro dele e se mandou... O Finado Pedro era grandão, fortão, um bugre assim, sabe? Um soco dele, Deus me livre... (...) Depois o Marcelo voltou e queria arrumar briga, e mandava dizer coisas pra ele e não sei o que mais... Daí foi que eu não aguentei mais e fui lá mandar fazer o batuque pro Marcelo desaparecer da minha frente...*

*Daí o homem me disse 'eu vou tirar ele da tua vida, de Porto Alegre e... tu queres que deixe ele sem mulher?' Eu disse 'não, deixa a Preta com ele'. E tu sabe que eles foram embora mesmo? Foi ligeirinho assim, eles se mandaram, se sumiram... E o Marcelo, coitadinho, só foi pra trás, né? Foi preso, andou se enrolando com droga... e tal. Só a Preta que ficou do seu lado.*

Oito ou nove anos durou o amor com o Finado Pedro. Ele era instrutor e coordenador de cabeleireiros. Tempo depois da saída do Marcelo, o apartamento foi entregue e Nilce, Jose e Pedro se mudaram para um novo lar também no centro da cidade. O casal configurava um outro tipo de família dentro da prostituição, radicalmente diferente daquele que tinha construído antes e daqueles que suas colegas ainda alimentavam. Agora a prostituição era um tema complicado na relação, não mais o centro coesivo. Um tema cuja efetuação estava atrelada exclusivamente a Nilce, não a ele nem ao casal. Não era mais uma unidade familiar/produtiva do negócio do sexo. Mesmo que o trabalho e a produção fossem importantes para a união, a prostituição (suas ruas, suas conexões, seus tempos mais totalizantes) não era o eixo absoluto e coletivizador da vida. Uma relativa autonomização feminina tinha lugar, assim como uma experiência prática de transformação da prostituição em “simplesmente” um trabalho. Isto é, com o Finado Pedro e com os anos de experiência, Nilce começava um processo de análise que seria central na prostituição contemporânea e nas reivindicações de direitos: a amálgama trabalho/amor/vida/casamento/família se desfazia em partes, se estabeleciam fronteiras mais fortes entre elas, se assumia o trabalho como “outro qualquer”.

Para ele não era fácil: morria de ciúmes, brigava, oferecia-lhe lições de corte e penteado para montar seu próprio salão como ofício alternativo, não conseguia aceitar as afirmações radicais dela. Mas tampouco lhe pedia diretamente para sair da prostituição, não tinha chantagens nem ameaças, só desconforto. Naquele tempo gastavam muito dinheiro na farrá e no lazer<sup>94</sup>.

---

94 Em Puerto Berrío, na Colômbia, onde para todo mundo a putaria é destino antes que trabalho, as mulheres da ‘zona de tolerância’ me diziam que o dinheiro de puta vai-se embora muito rápido porque é dinheiro maldito. Nunca ouvi uma afirmação semelhante em Porto Alegre, mesmo que o dinheiro dos anos mais intensos também desapareça rápido. Pelo contrário, os discursos mais profissionalizantes tem que lidar com a feliz, tranquila e exuberante exaltação do gasto e da intensidade do dia-a-dia. Deschamps (2006) nos falará sobre essa condição líquida do dinheiro no *trottoir* parisiense.



Os dois trabalhavam muito e eram bem sucedidos nas suas profissões, o dinheiro não faltava e a vontade da boa vida tampouco. Como veremos, Nilce participava, entre o romantismo da emancipação e o ceticismo da rua, do nascente movimento de prostitutas, enquanto ele investia na sua profissão e inventava essa missão de fazer-se marido não-gigolô de uma prostituta.

No início, como muitas delas me falaram, ela interpretava a relativa aceitação dele como uma falta de amor. “No início eu pensava que ele não gostava de mim”. Com muita frequência esse tipo de afirmação é feita por mulheres prostitutas casadas. Duvida-se do amor do homem se ele não exige a saída da mulher da prostituição; pensa-se ora que há falta de amor e de gostar verdadeiro se o homem consegue conviver com o fato de elas estarem “transando” com outros homens, ora que ele tem um interesse centrado no dinheiro produzido por ela. “Não pode ser, Miguel, ou não gosta dela ou está explorando ela!”, me dizia a Soila uma tarde quando começávamos a nos conhecer e conversávamos sobre a história da Jade e do Pedreiro.

Jade era colega da Soila numa sala, uma moça de mais ou menos 25 anos casada com o Pedreiro. A relação conjugal era similar à da Nilce com o Finado Pedro, e Jade nos contava sobre os fortes momentos de ciúme e angústia que vivenciava o seu marido. Ele aceitou a profissão dela ao mesmo tempo que se esforçava em trabalhar mais. Em geral era tranquilo, mas às vezes ele se quebrava. Do trabalho dela não se falava. Era melhor não falar. Cris, do Mercado Público, tem uma história similar; porém Bernardo, o seu marido, alguns anos mais novo do que ela e camelô, não parecia ter maiores conflitos, além de alguns ciúmes quando assistia a cenas em que, na sua imaginação, havia mais confiança que o normal nos gestos e nas falas. Bernardo me dizia que ele tentava nunca pensar nisso, que em geral era tranquilo. Muitas prostitutas da geração da Jade e da Cris, em Porto Alegre, têm relacionamentos estáveis com ex-clientes ou parceiros que souberam sempre do seu trabalho e que não estão interessados em “explorá-las” ou em “tirar vantagem” do negócio do sexo. O poema “**O pedreiro**” nasceu dessa história.

Quem é que está nessas pedras, pedreiro  
Serão os parceiros de grana faminta  
deslizando-se nas pernas dela?

Quem é que está nessas pedras, pedreiro  
Serão tuas irmãs as quase-irgens  
xingando a menina de pernas na rua?

O quê é que palpita nas migalhas impiedosamente destruídas...  
Pra quem é que olhas de olhos com tanta tristeza fechados...

Quem é que está nessas pedras, pedreiro  
Algum deus distraído e surdo, quiçá  
que não soube escutar teus gemidinhos de dor?

Quem é que está nessas pedras, pedreiro  
É então o penetrador sem nome nem rosto  
que imaginas cheiroso e delicado no escritório dela?

Quem é que está nessas pedras, pedreiro  
Quem  
Quem é que morre rasgado por esse cinzel que rasga tua mão?

Será o nunca perguntar como foi o trabalho?  
A certeza dos prazeres ambíguos?  
Os anos de masculina certeza que desaprendes com cada carícia?

Quem é que está nessas pedras, pedreiro  
Ora a terrível beleza do passo dado  
Ora a angustia da rebeldia apaixonada e dupla.

O que é isso tão duro que não se quebra em mil golpes?

És tu, menino de olhar confuso e amargo  
que recebe o castigo brutal do poder que te habita?

Quem é que está nessas pedras, pedreiro  
É a mulher que amas  
Que ganha mais do que tu  
Que sua por calores outros  
Que lambe e expediente re-lambe  
Que mexe o quadril e aperta as coxas  
para o feijão e a escola não faltarem nunca?

É o homem que não entendes  
Que casou-se com quem amava  
Que desobedeceu a teimosa mãe  
Que não consegue assinar um futuro  
Que se esforça por ser justo e tentar fazer  
família com aquela que vive fedorenta de estigma?

Quem é que está nessas pedras, parceiro...  
Chora tranquilo  
que ninguém vê  
confunde-se no suor.  
Chora tranquilo  
sabemos da força  
que esse amor precisa  
Chora tranquilo  
para logo amá-la  
és o único de quem não espera paga<sup>95</sup>.

\*

Um tempo depois, quando a relação da Nilce com o Pedro foi se afirmando e estabilizando, optaram por sair do Centro e conseguiram uma casa em Eldorado do Sul<sup>96</sup>. Juliana, a filha mais nova dela, que durante esse tempo todo ficara em Campo Bom sob os cuidados do pai, juntou-se à família. “Ela pediu pra morar comigo”: Nilce aceitava tornar-se a matriarca que hoje é. Então o Pedro ficou doente. Não podia mais se deslocar diariamente até o Centro, e a família decidiu montar um salão lá no bairro. “A Juliana era a office-boy dele, eles se davam tri-bem”. A Jose, mais velha, nunca conseguiu gostar inteiramente do Pedro; ele queria que ela aprendesse a arte dele, ela estranhava tanta mudança. Nilce, polaca bravia, continuava frequentando a Praça, inda talvez um pouco menos. “Eu nunca gostei de ser sustentada”.

Por volta do ano 2000, Pedro morreu. Foi uma crise de cirrose hepática, “ele bebia muuuito!”. Para Nilce não foi fácil a sua morte, a perda desse amor e desse projeto que com cuidado estavam construindo. Até hoje estaria com ele, jura. O trabalho voltou intensamente, talvez mais concentrada nos seus ‘velhos’, que eram fregueses fiéis e não lhe pediam “bizarrias, como os gurizinhos”. Nunca parou de trabalhar. Então o NEP crescia, ganhava sede própria doada pela prefeitura, a Rede Brasileira de Prostitutas se configurava no cenário das políticas sociais nacionais, e ela circulava no centro de tudo aquilo. Choviam projetos, audiências, assessorias a prefeituras, viagens pelo estado, e a euforia política se alimentava com os dinheiros da AIDS. Já com suas duas filhas crescidas, próxima de ganhar seu primeiro neto e assentada na casa de Eldorado, Nilce apostou totalmente em uma vida como militante começada dez anos atrás... No dia mais feliz da sua vida.

\*\*

Enquanto os amores se teciam e desmanchavam, para tecer-se de novo sobre outros corpos e ilusões distintas, a vida na rua, a batalha, era marcada por uma intensa violência policial. A violência física que em casa podia adquirir, às vezes, algum tom igualitário (lembremos a Dete dizendo: “eu sempre controlei os meu macho”, ou “eu apanhei muito, mas nunca apanhei quieta”), na rua tinha uma versão de completa assimetria. É verdade que a Nilce e a Dete não são as mais afeitas a falar-nos disso. Elas, como todas as mulheres daquela geração e daquelas ruas com quem falei, sofreram os abusos sistemáticos das polícias da época. Padeceram a existência maldita das Delegacias de Costumes, das câmeras agressivas de policiais e jornalistas, dos “PP” (Pedágio Polícia ou Pago Polícia) que os *ratos* cobravam, do olhar complacente da “sociedade”. Porém, Nilce e Dete não narram essas histórias como categoria explicativa das suas vidas. Irresistivelmente elas, especialmente a Dete, vira a narrativa sempre logo no início para falar-nos, melhor, da sua fúria, força e malandragem. O drama nunca se sustenta, sempre termina sendo o motivo da sua própria grandeza. Essa postura fortíssima através da qual, na memória e na narração, ela produz a sua vida, sempre me gerou um enorme fascínio.

---

96 É interessante ver como no percurso dos anos 90 elas realizam um movimento inverso ao realizado no início dos anos 80; isto é, de descentralização. Aos poucos e de maneiras diferentes vão se afastando do Centro da cidade, vão botando quilômetros entre os locais de moradia e os locais de trabalho, vão ocupando casas nos subúrbios da capital.

Apanhei muito... Dentro da Delegacia... Na época, que era lá na Jerônimo Coelho, acho... Me levaram pra dentro da Delegacia, me pegaram na Alfândega. Tava com uma calça branca e uma blusa vermelha. O oficial aí: 'ah essa alemoa aí está boa pra levar lá pra cima.' 'Eu não vou pra cima merda nenhuma.' Daí ele levantou a mão pra dar na minha cara. 'Baixa essa mão na minha cara e tu vai ver o que eu faço contigo... baixa!!!! Baixa!! Que quem levanta a mão pra mim é o meu pai... Baixa na minha cara e eu vou te grudar...' Daí ele não baixava, não baixava, então eu grudei, grudei. Bom, eu sei que eu chutei tanto naquele homem... e ele grudado assim das minhas mãos, e eu com as unhas bem pintadas de vermelho, toda chique, e ele me segurando assim... e eu no pé. Até que teve uma hora que ele não aguentou mais e me largou. 'Colega, tira essa mulher daqui, manda essa mulher embora daqui...' 'E não é tu que ia baixar a mão na minha cara????!!!!!!!!!!!! Baixa na minha cara então!' Daí eu fui lá, assinei o Atestado de Vadiagem e fui embora...

Eu levei gás, me botaram... uma vez foram me botar naquela patachoca<sup>97</sup> e eu tenho fobia, né? de fechado... Aí eu desmaiei, capotei, as mulheres começaram a gritar e eles abriram, me botaram de lá e eles me liberaram... (...)

- E isso era contínuo? Era frequente?

- Era um dia sim e outro também... Não tinha vou te pagar hoje e depois só na semana que vem. Não. Era um dia sim e outro também, durante mais de cinco anos foi assim... Pegavam a gente de manhã, largavam meio dia... Pegavam uma hora e largavam dezessete horas... Aí quando era sete e meia, oito horas pegavam de novo e aí largavam de madrugada... Eu não sei como não se enjoavam de ver a gente... Teve uma vez um rato (agora ele já é morto, Deus o tenha) que eu [estando em cana na Delegacia] disse assim: 'eu vou precisar de absorvente.' 'Que mentira, tu não está menstruada.' 'Tô menstruada, sim, preciso de absorvente.' 'Não, porque é mentira e não sei o quê...' 'Ah tu quer ver como é mentira. Então 'pera aí.' Daí eu abri as calças e quando meti a mão e fui puxando o absorvente, ele: 'não, para aí, para aí!!!!' 'Não é tu que dizia que eu não tô??' 'Tá, tá... Aqui alemoa, some, some que eu não quero mais te ver, eu tô por aqui de ti hoje (era a terceira vez que entrava em cana aquele dia)'.

Narrativas como as anteriores são incontáveis. Cenas nas quais a Dete “grudava no saco” de algum homem que queria bater nela foram performatizadas algumas vezes na sede do NEP usando meu próprio corpo como exemplo. Enquanto tomávamos café, embalávamos camisinhas, contávamos fichas de registro ou, simplesmente, enquanto ela me ajudava no meu trabalho com toda sua doçura, Dete fazia saudação à sua insubmissão, seu “fogo” e sua força física. Ser “colona italiana”, criada carregando sacos de feijão, jogando futebol e “dando pau nos guri”, tanto ou quanto “ser ariana”, se colocam com frequência como categorias explicativas à sua violência e insurreição.

97 Patachoca é o nome com o qual se conhece na rua a um tipo de camburão usado pela Polícia Civil naqueles tempos que era tudo fechado, sem janelas nem iluminação e de teto baixo. Escutando a gravação da entrevista perguntei a vários amigos porto-alegrenses intelectualizados de classe média e nenhum me soube dar resposta. Uns dias depois, de volta na Alfândega, perguntei-lhe a Dete e várias mulheres se juntaram para reafirmar a resposta.

Talvez por uma combinação de dimensões culturais como gênero, classe e forma de trabalho, talvez pelo mesmo lugar marginalizado e desterritorializado que certa prostituição ocupa na ordem cultural burguesa, é muito frequente encontrar mulheres prostitutas com narrativas similares. Alto conhecimento de formas de defesa física com o próprio corpo, força corporal desenvolvida, manejo de algumas ferramentas e armas, e uma atitude de ataque rápida e contestatória para com as forças de estratificação e controle... para com as formas do Estado. Estar na rua produz corpos com saberes e sensibilidades diferenciais<sup>98</sup>; experiências femininas que, seguindo Fonseca (2004), distintamente das feminilidades das camadas médias domésticas, sabem lidar ativamente com a violência. Feminilidades que não suportam tranquilamente os abusos e a dominação.

Como veremos em diversas narrativas, a violência das polícias estava mediada pela negociação financeira com os cafetões. Nilce nos fala disso...

*A polícia gostava de pegar as mulheres, levar, esconder, para poder aparecer o cafetão, pra eles poder pegar o dinheiro do cafetão... É isso que eles faziam.*

*- Contigo aconteceu?*

*- Eu-pessoa não, só com uma - a Margareth [que seria parte do seu eu-família/empresa] - que daí eu tive que levar o dinheiro pra eles liberar ela... 1.000 reais, digamos, se fosse hoje. Eles diziam "pagar fiança", só que gente sabia que não existe isso... (...)*

*- E a relação entre cafetões e polícia?*

*- Tinha alguns cafetão que, até hoje, a gente sabe, dão dinheiro mensalmente pra polícia para eles poder ficar livre... E aqueles que não gostavam de dar era onde eles pegavam a mulher para poder obrigar... Então a polícia sobrevivia da prostituição. Mas ao mesmo tempo eles tinham ordens pra...*

*- Mas Nilce, e por que dessa forma tão agressiva e tão violenta?*

*- Porque era a maneira mais fácil de eles trabalhar... era um público mais fácil pra eles chegar e mostrar serviço pra "a sociedade"... Tinha época, na Feira do Livro, que ninguém podia passar nem perto da Praça... Eles tiravam todo mundo de lá, e não podiam entrar na Praça, se entrassem eles pegavam a arrastavam de lá...*

*- E as pessoas olhando...*

*- E as pessoas não faziam nada, como até hoje não fazem. Quando tem um casal brigando na rua, a gente não costuma dizer, ai, deixa que é briga de casal? Então deixa que ela é prostituta (...). Ninguém se mete, e isso não*

---

98 Aqui, claro, faço ênfase na prostituição de rua em contextos violentos; pois mantendo a lógica argumentativa, devemos supor que num hipotético contexto social em que a prostituição e a vida das camadas baixas não sejam punidas e marginalizadas, as práticas de violência também não seriam um saber corporal. É interessante perceber algumas diferenças de geração, classe e espaço de trabalho. Uma moça de 23 anos que trabalha em uma boate do centro de Porto Alegre, conversando um dia, me dizia que ela já apanhou de namorados e clientes, e que agora estava fazendo um curso de auto-defesa, numa academia próxima da boate. Para ver esses processos de 'ganhar um corpo', e das distâncias de classe e prática trabalhista com relação ao uso do corpo e a violência, vale a pena lembrar do percurso vivido e narrado por Lóic Waquant na sua bela etnografia *Corpo e Alma* (2002).

*mudou ainda*<sup>99</sup>.

É interessante notar aqui que, segundo parece, a única destas quatro mulheres que não “apanhou direto” da Polícia, que não foi mil vezes em cana, foi a Nilce. E, por suas próprias palavras, podemos inferir que não era só por uma atitude mais moderada do que as outras, mas porque, quiçá, o Marcelo pagava para a polícia. Mas para além da maneira como essa família específica lidava com as cobranças financeiras da polícia, é muito interessante deliciar-nos com a postura da Nilce, enquanto sujeito na Praça. Nunca ouvi dela histórias de se defender da polícia na força e na agressão (já na hora de brigar com o Marcelo...). Com a polícia, a atitude dela era muito mais uma espécie de sábia e esperançosa calma, de saber jogar com a brutalidade deles. Nilce não era muito de brigar e fazer escândalo; ela tentava evadir a violência só na firmeza e na “decência” (uma coisa muito Nilce!), tentando desconstruir a raiva e a lógica do homem policial que chegava. “Nunca tive medo de polícia”, diz pensativa. “Nunca tive medo de vagabundo, engraçado, né?”, diz em outra hora e lugar falando sobre os “mão-grande” da Praça. Sua espécie de... distanciamento subjetivo do cotidiano abafado, uma força reflexiva histórica (como veremos depois), e a silenciosa calma que a caracteriza, foram centrais para protagonizar um dos atos mais emblemáticos nas narrativas iniciais do Movimento em Porto Alegre.

*- Tu levaste paulada da polícia?*

*- Eu sempre fui meio comportada... Então eu sempre deixava meio pra lá. Porque é engraçado, mas eu sempre tive uma coisa de pensar no amanhã. Eu lembro que eu pensava assim, quando via aquela violência da polícia chegando e nós tinha que correr porque senão nos pegava e levavam a gente e coisa e tal, eu pensava: 'tudo bem, eu vou correr', só que eu nunca revidava nada... 'Se me pegou me pegou', e tudo bem, eu ia lá. Eu pensava assim: 'Pô, se a Princesa Isabel conseguiu libertar os escravos, isso um dia também vai parar.' (...) Eu não sabia nem como, nem por que, nem quando, mas nesse momento eu já pensava isso. (...) 'Isso um dia também vai ser coisa do passado...' Eu pensava: 'não, mas eu não vou bater boca com eles. Pra quê, se eles são a força armada do momento, e por trás deles tinha alguém que mandava, e eles estão obedecendo ordens...' Até que um dia foi que eu fui escolhida para ir dentro do quartel pra falar isso... Uhhh... foi o melhor dia da minha vida.*

---

99 Tina, a Coordenadora do NEP, me conta que uma das primeiras ações simbólicas do movimento, no início dos anos 90, foi impedir que as mulheres fossem expulsas da Praça no tempo da Feira do Livro. Sempre eram. A Feira não era como hoje, mega-evento que ocupa a totalidade da Praça. Acontecia só nos eixos centrais. Mas as mulheres, a cada ano, ora eram presas a semana toda, ora eram presas uma noite e libertadas sob condição de não aparecerem por ali durante o tempo da Feira. Viva “a cultura”!!!!



#### 4.4 Soila

“Isto!!! Joga pedra na Geni!”

Nos primeiros anos 90 a família do Mimoso migrou para Santos (SP), numa viagem que a Soila lembra sempre cheia de saudades. “Só nós 3”. Mimoso, Renata e ela. Na realidade foram duas viagens. Na primeira, a família migrou meio às pressas, seguindo as dicas de um amigo do Mimoso (cafetão bem sucedido na região portuária de Santos) e fugindo das extorsões financeiras e da intensa violência policial que tinha caído toda no corpo da Soila e da Renata. Um ano e meio foi tempo suficiente para conhecer em detalhe as regras, possibilidades e condições do negócio no “superporto”.

Na volta dessa primeira viagem, Mimoso arruma mais uma esposa, a Clara, e a família, engrossada na sua capacidade produtiva, migra de novo na caça do dinheiro flutuante no maior porto brasileiro. Em Santos, as gaúchas fizeram total sucesso nas ruas feitas de marinheiros, comerciantes e turistas do mundo inteiro; a fama de beleza e boa prostituição que antecede às mulheres do sul do país era, tanto quanto é hoje, muito comentada. Lá o dinheiro não teve que ser dividido com *rato* nenhum<sup>100</sup>, e a vida comercial da cidade fervilhava pelo comércio internacional brasileiro. O trabalho se fez mais intenso e o programa podia valer até cinco vezes mais que em Porto Alegre. “Era 50, 60 programas num dia”. Dete olha um pouco impactada enquanto a Soila me conta isso, mas rapidamente lembra: “é, depois tu já nem sente mais”. Por fim, quando as moças já não eram mais novidade no mercado local, quando juntaram mais dinheiro do que podiam contar e quando as saudades da terra gaúcha apertaram, a família decidiu voltar. Talvez a visibilidade tenha mudado, alguns delegados e oficiais das polícias não estavam mais, ou simplesmente existiriam parâmetros novos de negociação e mediação na processual democracia. Ao chegar compraram, em dinheiro à vista, casas para cada uma na zona sul ou na região metropolitana e carros que sempre foram do ano.

Essas famílias multiplicavam também, numa contra-efetuação da força masculina, a força coletiva de insubmissão (ou fuga ou resistência) feminina. Mulheres avulsas que para serem, eram em rede. A bela história de amor de Nilce e Dete, a sua cumplicidade, é um exemplo disso. Lateralmente à imperativa presença do Mimoso, Soila e Renata se fizeram irmãs na constante fuga, proteção e recuperação. Quando uma batalhava mal, por chateada, por doente, por cansada, a outra cobria. Insistentemente a Sô lembra que nunca sentiu ciúmes da Renata, só um gigante amor e parceria. Nunca a viu como uma concorrência pelo amor ou pela companhia do Mimoso, afinal ela insiste em que nunca esteve tão apaixonada por ele. “O meu negócio era outro, ele significava coisas que eu nunca tive na vida”. Mas nem sempre foram cúmplices, parceiras, estrategistas de confiança mútua na construção da vida.

---

100 Em 2009 uma mulher na Praça Mauá, no Rio de Janeiro, onde o programa vale 100 reais e a camisinha 2 dólares, me contava sobre a “famosa máfia” de prostituição na região do porto em Santos. Ela ama trabalhar lá, porque é extremamente seguro. Contava ela que todo o esquema de segurança é pago particularmente, por cafetões, cafetinas, empresários, casas e agentes, e que tem como foco a proteção das mulheres e dos negócios. Os corpos de segurança são tanto privados como públicos, tendo algumas casas convênios pagos com as policiais. Segundo essa mulher, “a máfia” é reconhecida por clientes, agentes e prostitutas como altamente violenta e eficaz. Sobre tudo isso, nunca ouvi nenhuma palavra da Soila.



Sentados no final de 2009 em algum barzinho do Mercado Público ou no “Baile do Mauro”, no Centro da cidade, e acreditando eu que o meu “campo estava fechado”, Soila me conta alguns detalhes da histórica primeira viagem a Santos. Foi daquela vez que a relação deles três se consolidou. Especialmente, muito especialmente, a relação da Soila e da Renata. Talvez contradizendo algumas outras narrativas anteriores, Soila me conta que antes da “história com as catarinas” a relação delas duas não era muito sólida. Ela gostava e cuidava da Renata; porém, “até esse momento eu era bóia. Ela nunca confiou em mim”. Mas eis que aparece uma mocinha catarina que, como elas, tinha migrado atrás do ouro. Ela, talvez mais ingênua que atrevida, quis seduzir o Mimoso. Ele, claro, atendia os pedidos. Mas a Renata, fera furiosa e sempre apaixonada, não estava disposta a ceder mais uma vez o seu amor. Então testou o valor e a lealdade da Soila, sua colega de casamento: “Quero dar uma surra nela, mas como eu estou sozinha... não dá, porque ela tem uma irmã”.

Na cena seguinte vemos o Mimoso sorridente e orgulhoso, encostado no mesmo carro que alguns minutos antes sustentou seu corpo abraçado com o da catarina. Seus sapatos de couro roxo-e-branco, seu chapéu Panamá e as mãos nos bolsos da calça clara. Seu olhar, agora sem óculos escuros, dirigido às mãos da Renata, que esfregam o rosto da catarina, uma e outra vez, contra a parede rugosa do hotelzinho. E a irmã? Lá vai a Soila arrastando-a dos cabelos. Leva duas costelas quebradas e o rosto banhado em sangue. Umas horas depois, Mimoso tirava suas mulheres da Delegacia enquanto as catarinas iam-se embora daquelas ruas. Renata, então, entendeu que na Soila podia, de verdade, confiar.

Depois foi só amor e cuidado mútuo sob a égide do marido/patrão. O “tripé”. A Sô ajudava quando a Renata apanhava brutalmente pelo consumo inevitável de “boleta”. Em uma ética do trabalho e da decência como a imposta por Mimoso, era absolutamente proibido o consumo de entorpecentes. A boleta atentava contra a produtividade e a moral familiar. Ele próprio era o único dos seus amigos e irmãos que não bebia nem consumia qualquer tipo de droga. Só suco de laranja ou refrigerante. De tanto que apanhou, Renata terminou largando a “boleta” – conta a Sô, depois de me narrar como numa ocasião a outra passou vários dias amarrada à cama, comendo e apanhando, para que largasse a droga. Curavam-se. Protegiam-se. Divertiam-se. Bebiavam escondidas de Deus. Tiravam fotos (muitas, muitas fotos), organizavam festas nas casas, cobriam-se os vícios e segredos, conversavam e fofocavam sobre o próprio Mimoso, sobre os clientes, sobre as famílias, tentando construir um canto sem ele. Contra ele.

“Nós três e os guris”, é um conjunto familiar que a Sô lembra com carinho. Nós três, novamente, sem a Clara. Depois, com a volta de Santos e a multiplicação dos peixes, cada uma teve sua casa, e ele se deslocava entre elas, dividindo suas noites. Mesmo com várias mulheres e algumas ‘bóias’, o estatuto classificatório era estrito. As casas principais, medidas pelo tamanho, pelo custo, pelas comodidades e pela quantidade e qualidade das roupas, eram a da Renata e a da Soila. Nessa ordem. Depois as outras. As ‘bóias’ às vezes moravam em uma peça de hotel, num apartamento alugado ou, posteriormente, como empregadas e subalternas das esposas.



Arquivo pessoal Soila



O “nós três”, o mítico tripé que até hoje Mimoso mobiliza quando se lhe ocorre pedir-lhe a Soila para voltar, é definitivamente quebrado pela presença da Clara. Outras mulheres eram sempre presentes, sempre no estatuto de bóias. Mas Clara não foi bóia. Clara foi apresentada como mais uma “mulher”, nas mesmas condições gerais das outras duas. Ela se inseria na família, virava parente da noite à manhã, sem paquera, amizade, provas nem caçaria prévia. Só assim, mandato divino. E com essa quebra, pelo menos na Soila, a família começa a se desmanchar aos poucos.

Soila batalhava entre seis e sete horas por dia, quase sempre à noite, mas o resto do tempo não era exatamente livre. Ela e as suas colegas de casamento ficavam restritas ao lar. Eram do lar. “Foi aí que eu aprendi a costurar.” Não estava permitido sair sozinha a passear, vadiar. Lúcia narrava-me uma situação similar, um dia em que se desculpava por ser pouco afetuosa ou “social”. Ela lembrava que até sair do casamento com seu gigolô, não podia ir ao cinema ou sair a desfrutar da cidade. “Era da praça pra casa todo dia.” Soila aprendeu a pegar ônibus próxima dos quarenta anos. Nem visitar os familiares podiam sem a companhia vigilante de alguém.

Cada vez que a Renata queria viajar para o interior para visitar os parentes, Mimoso mandava a Soila como guardiã. Quando era para Santa Maria, porque era Soila quem queria visitar, Renata viajava junto. Clara, a terceira esposa, nunca foi com elas, porque Mimoso sabia que talvez não voltasse viva. Era o alvo do ódio das outras duas. Mas a vigilância, o poder dessa forma-Deus não estava na presença física de alguém. A relação já tinha sido profundamente corporificada, marcada na pele. Houve uma vez uma viagem ao Rio de Janeiro. Uma viagem de férias e descanso, somente as três mulheres, sem Mimoso: “ele queria mostrar para um amigo que a gente não fugiria”.

*(Esse ódio pela Clara foi construído por ele, Miguel, tu entende? A gente achava que ela tinha que começar como nós, passar por tudo que a gente passou. Mas ele trouxe ela assim, de um dia pra outro. E já tinha casa e desfrutava das mesmas coisas, entendeu? Foi culpa dele.)<sup>101</sup>*

As centenas de fotos que a Soila me mostra na cozinha da sua casa azul evidenciam uma família que se divertia bastante. Uma rede de relações muito complexa e diversa que tinha nas festas um espaço privilegiado de tecido e encontro. Sempre houve tempo para relaxar, para encontrar seres queridos, para restaurar a confiança no patrão. As festas de aniversário, de Natal e do Réveillon, congregavam não só o núcleo familiar, mas famílias próximas e outros parentes de cada um. A prima da Soila, por exemplo, sempre foi próxima, desde os primeiros dias até hoje. Assim também as irmãs da Renata e as famílias dos irmãos do Mimoso, com cujas mulheres se teciam também fortes laços de carinho e amizade.

Com o passar dos anos 90, a família/unidade produtiva cresceu e se diversificou; transformava-se numa verdadeira indústria. Depois da Clara, Mimoso arrumou a Viviane também como esposa, e outras muitas como a Louca, a Baixinha, a Tatiane, a camareira do hotel, a caixa da boate e até as próprias irmãs da Renata. Todas elas, claro, “bóias que passaram”, porque, como a Renata lhe advertiu uma vez, “tu é poderoso, mas não é homem o suficiente para ter duas irmãs como mulheres [esposas]”. Não existia batalhar para ele e não dar para ele. Depois de alguns meses, as cunhadas-bóias se afastaram do grande Mimoso e também da prostituição. Os três irmãos do Mimoso foram cafetões, os três sob seus ensinamentos e seu comando. Dois morreram no percurso desses quase trinta anos. O último frequenta as velhas ruas “completamente detonado pelo crack”.

O filho mais velho do chefão, engendrado com uma mulher que teve antes da Renata, e criado por ela e pela Sô, também virou cafetão. O Nenê, “um cafetão trouxa”, como todos os dessas novas gerações, anos mais tarde casou com uma mulher que já tinha sido bóia do seu abrangente genitor e que “manda nele”. A única filha do Mimoso é resultante de uma (uma) relação sexual com a Mary, sobrinha adolescente “e virgem” da Renata. Luciana, outra sobrinha da Renata, que em 2007 fez 16 anos, muito querida da Soila, sempre esteve “louca pra dar” para o Mimoso. “Desde novinha ela paquerava, agarrava o pau dele, se arretava toda, e dizia que quando fizer 18 anos ia virar mulher dele e batalhar pra ele. Que coisa louca, né, Miguel? A gurria achava o máximo!!!!” Esse era o Mimoso, “o último grande cafetão do século”.

No percurso dos anos 90, a partir de denúncias de violência articuladas pela fundadora do NEP, “as bonitinhas do centro” foram se aproximando do Movimento. Com a eterna desconfiança e contingência estratégica que marca o tom das políticas da prostituição de rua, Soila, Renata e Clara, paradas na esquina da Rua General Vitorino com Dr. Flores, ouviam a voz da mulher essa que se aproximava com paciência de missioneira. Tina, a fundadora do NEP, era objeto de chacotas e subterfúgios enquanto levava a palavra da organização social e da camisinha. Mas ela tinha seu talento. O Mimoso aceitou colaborar, talvez já cansado de entregar-lhe o *seu*

---

101 Comentário da Soila lendo uma primeira versão desse texto. É curioso, contudo, anotar que numa foto de 1989 publicada em Zero Hora, que veremos adiante, aparecem juntas as três mulheres.

dinheiro a ratos e brigadianos. As mulheres, naquela política da suspeita constante, aceitaram. Renata, mesmo pensando que aquela mulher estava louca e que em algum momento ia tirar vantagem delas, foi porta-voz ativa do movimento durante alguns anos, concedendo entrevistas televisivas e participando das intervenções públicas de sensibilização. Soila participou de uma reunião da Rede Brasileira de (então) Trabalhadoras do Sexo em Fortaleza no final dos anos 90, e seus carros serviam para mobilizar recursos logísticos, mulheres e pegar visitantes ilustres (como a Gabriela Leite) no aeroporto.

A família também diversificava o negócio. Percebendo as mudanças da época, a “limpeza” das ruas, decidiram incursionar no negócio dos privês. Abriram uma boate na Avenida Farrapos e depois outra. As mulheres se alternavam entre trabalhar na rua e colaborar na administração do negócio. Eram tempos fartos de dinheiro e malandragem, com novas redes e alianças crescendo, novos discursos no ar. O zumbido dos cacetetes, das viaturas e coturnos tinha, finalmente, começado a silenciar. O corpo da Soila se recuperava dos furiosos anos 80.

\*\*

Todas, com intensidades diferentes, apanharam. Mas assim como a Dete e a Nilce nos ensinam as maneiras pelas quais se combatia ativamente a qualquer forma-Estado, e assim como a Janete nos permitia ver estratégias carnavalescas e eróticas de transformação e assimilação dessas violências, é a Soila a encarregada de lembrar-nos de toda a brutalidade, sistematizade e irreductibilidade das violências operadas (material ou virtualmente) sobre essas mulheres. Ela, quase dessubjetivizada totalmente, levou a pior parte. É esse seu lugar como narradora e militante.

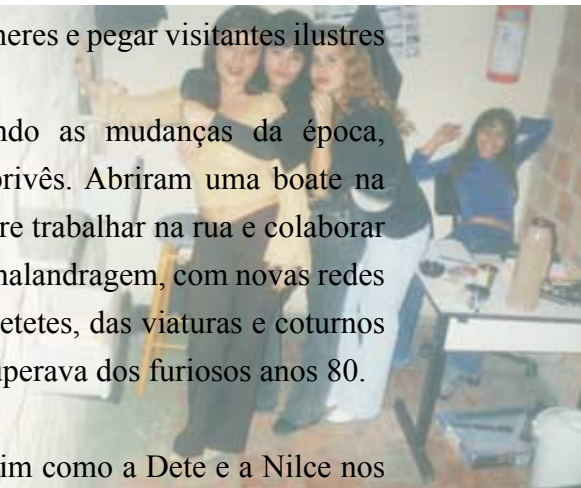
*Minha primeira cana foi bem no início, quando trabalhava na Volunta... [pelo ano 83, 84] Os cafetões pararam de dar dinheiro pro Buda, ele mandou prender todas as mulheres... Numa dessas me pegaram e passei 3 dias em cana, lá no Presídio Central.*

*Tinha um 'rato' que se chamava Jackson que era casado com uma sobrinha do Mimoso. E eles se odiavam. Ele não perdoava que ela estivesse morando com um 'rato', fazia a vida dela impossível. Depois de três dias, Mimoso e Floriano pagaram advogado para achar e tirar a gente. Eu estava com a Fátima, mas como a gente era menor, a gente dava nomes falsos... então eles não nos achavam.*

*Mas o Jackson sabia quem eu era, e mesmo assim não me tirava. A gente levou choques na vagina, nos mamilos, jatos de água gelada... E o Jackson tirava uma boa grana do Mimoso porque dizia que estava nos procurando... mas que não achava.*

*Três dias depois a Fátima foi embora e eu fiquei sozinha... Então o Jackson me tirou daí e me levou pra casa dele, lá cima num morro... Me amarrou numa cama... E eu não sei o que é que ele me deu pra tomar, porque eu não conseguia me levantar, eu fiquei grogue, e uma hora consegui me levantar e caí... Então vi que eu estava presa ao negócio da cama... Mas grogue, grogue completamente... Eu fiquei lá uns dois dias... Que eu me lembre não me estuprou nem nada. Ele ia uma vez por dia e me dava água, nada mais do que isso.*

*Eu sei que no final desses dois dias ele me montou num desses fusca*



branco e preto dos 'ratos' e começou a rodar comigo pela cidade... E eu daquele jeito... Atrás, no chão do carro. Daí teve uma hora que ele parou, na sinaleira da Garibaldi com a Farrapos e o Michola [irmão mais velho do Mimoso] veio falar com ele... E eu não atinava a falar nada.

'Bom cara, fala logo quanto é que é, que o cara disse que ia te dar a grana que tu quer.' 'É tanto...' (um monte de dinheiro que eu não lembro). Daí eles acertaram tudo... Então ele me largou láaaaaaaaaaaaaa na Protásio [região nordeste da cidade]... daquele jeito... cinco dias em cana... com um vestidinho azul... Me largou. Fiquei aí sentada. Foi passando o tempo, foi passando o tempo, até que o Mimoso chegou.

Entreí no carro e bom, daí ele ficou me torturando pra ver se o Jackson tinha me comido ou não...

Daí, Miguel, uma semana depois estava eu na Voluntários, bem faceira, quando chega um camburão da polícia. O Jackson. 'Ai, não, tudo de novo não.' O cara nos botou pra dentro e vamo'm'bora... Na metade da seguinte quadra, o Mimoso apareceu, botou a moto na frente da Combi, na metade da quadra e desceu. 'Ah, não cara, a gente fez um acordo. Solta logo as mulheres. Então tu não é homem, tu não tem palavra...' 'Não, eu vou só fazer uma gafe, eu vou largar elas lá no Palácio da Polícia e deu... só que tenho que levar...' 'Então tá, cara, se a minha mulher não estiver aqui daqui a uma hora, tu e eu vamos nos entender de outro jeito.'

A colaboração entre os maridos/cafetões e os policiais era absolutamente significativa de uma cumplicidade masculina. Uma noite Soila e Renata foram levadas para a cadeia. "Normal." Ali, além de serem fichadas, foram interrogadas pela propriedade dos seus corpos. "Normal." "E aí, bonitinhas- dizia o policial, vocês vão me dizer de quem são? A gente não trabalha pra ninguém. A gente é autônoma-. São mulheres do Deodoro? Do Lucas? Do Negão? Ou serão mulheres do Mimoso?-. Não, a gente não conhece nenhum deles - confirmavam." O policial, então, enfurecido, "pegou a gente e começou a bater contra a grade." Perguntou de novo e as respostas foram as mesmas, desta vez acompanhadas de insultos e ameaças. "Normal... [silêncio] Era muito absurdo, né?" Uns minutos depois entra o Mimoso. O policial pergunta se não é esse aqui o seu marido. "A gente não conhece esse cara." Após um breve silêncio, o rato e o Mimoso riem. "Não te disse que elas eram de fé?"- sentencia o Mimoso.

(....)

Contudo, tem uma cena marcada de maneira especial na memória da Soila, do NEP e do Movimento Brasileiro de Prostitutas. Uma cena que, como a anterior, denota o tamanho da brutalidade e da violência, que elimina qualquer dúvida ou ambiguidade retórica sobre a contundência da assimetria. É março do ano 1989, na esquina das ruas Dr. Flores com General Vitorino. Mulheres com roupas curtas e iluminadas caminham dois metros e voltam, brincam e riem, falam com os pedestres, seduzem, brigam e escondem o dinheiro nos sutiãs que dificilmente tiram. Ali está Soila. Teria uma calça de malha dourada ou daquelas estampadas com pele de zebra como as que vimos nas fotos, sandálias de salto alto e uma blusa bem decotada que, acho, seria vermelha ou roxa.

De repente chega uma viatura da Brigada Militar escoltando o microônibus que a Soila já conhecia. Algumas tentam correr, outras se escondem nas boates, em garagens e embaixo dos carros. Outrora teriam sido os *ratos* os protagonistas dessa cena. Mas os tempos mudam. Nos anos 70 e 80 era a Polícia Civil que regularmente as levava. Era parte do método de negociação com os traficantes e cafetões. Era uma prática que, além da violência intrínseca de levar-à-força, esteve sempre marcada pela barbárie raivosa dos homens policiais. “Tu entrar em cana, a gente sabia que alguma coisa ia acontecer.” A Soila, e outras vinte, são presas.

Brasil transitava à democracia. A ditadura tinha terminado, Porto Alegre começava uma época de florescimento político, social e cultural que se consolidaria nos próximos anos noventa. Mas talvez aquela transição, como nos lembram Comaroff e Comaroff (2006), precisava de um impulso forçado. Soila e outras mulheres da época lembram que durante vários anos (no tempo da ditadura), os múltiplos tráficos que aconteciam no centro da cidade, eram possibilitados por uma aliança entre traficantes e policiais. Aliança corporificada, por exemplo, no Buda, (ex-) Delegado da Polícia Civil. No meio disso tudo “caía” a prostituição.

No início dos anos 80, segundo nos conta Soila, os cafetões quiseram deixar de pagar a taxa para os policiais civis, o que, de fato, trouxe mais violência e repressão. Então a Polícia Civil quis controlar completamente os negócios clandestinos. Os *ratos* queriam comer o queijo inteiro. Mas na segunda metade da década, e com o fim da ditadura, a Brigada Militar ganha brilho nessas histórias, deslocando o papel de controle e repressão que ocupava a Polícia Civil. Penso que a recém-parida democracia não suportava mais a coexistência de bandas organizadas, explícitas e festivas de traficantes, nem o público envolvimento da Polícia Civil com histórias de tráfico de drogas, de mulheres menores e prostituição: era preciso o democrático monopólio da força. Em nome da democracia se fazia necessário limpar as ruas da “promiscuidade” e da “miséria” que, ainda hoje para muitos, se materializam na prostituição de rua. Esse movimento modernizador, tanto ou quanto a maior e mais febril presença de mulheres nas ruas, e o deslocamento da ordem e da autoridade na cidade geraram uma força repressiva baseada na punição violenta da prostituição e do tráfico mais “públicos” e carnavalescos<sup>102</sup>. O Buda, por exemplo, foi levado para o presídio, julgado e, já avançada a década de 90, morto.

É então a Brigada Militar que, nessa tarde de 1989, chega querendo impor ordem no asfalto. Não houve negociação prévia ou derradeira com os cafetões. Simplesmente levaram as mulheres. Já dentro do microônibus, e depois de ter dado muitas voltas pela cidade, Soila entende que está a caminho da Ilha das Flores. É a segunda vez, e dessa, pensa, não vai sair viva. A violência tinha aumentado. Ela e a Renata decidem que, passando para frente na fila, se sacrificando em primeiro lugar, com submissão ajoelhada, a tortura não seria a pior. “Brigadiano é assim, aquela raiva vai crescendo, e depois é cachorro que sai pra caçar.” Então o veículo se detém, em um lugar que ninguém identifica. É só mato. A porta se abre e elas recebem o

---

102 Ainda que na memória delas sempre teve violência das polícias, é clara a narrativa que ela aumento no final da década de 80. É interessante notar que, no início, eu misturava os períodos, e assumia a violência policial como uma condição da ditadura. Mas elas insistiam em me dizer que não, que não era a ditadura, que elas com isso não tiveram muito a ver, que a violência mais forte veio depois.

primeiro jato de gás lacrimogêneo diretamente nos olhos. “Tu vê? A gente tem um olho um pouquinho mais fechado do que o outro.” Transcorrem várias horas na Ilha. “Eu achei que nós ia morrer.” Sabia-se de muitas mulheres mortas lá, de muitas boiando no Guaíba, algumas grávidas. Alguma informação saiu na imprensa, mas da maioria nunca se soube<sup>103</sup>.

Na Ilha das Flores, algumas mulheres foram amarradas dos troncos das árvores, com a vagina exposta para o inferno de formigas e outros insetos. Foram “comidas de qualquer jeito” por todos os homens fardados que ali estavam. “Enfiaram os dedos até onde queriam e até onde não queriam...” Ela, a boa moça do interior que batia coxa no Centro da capital e dirigia um carro sempre à moda, que era casada com um próspero comerciante e cafetão... ela, junto com a sua colega de casamento, “as bonitinhas do Centro”, foram insultadas, golpeadas e estupradas com os cacetetes da lei. Suas roupas foram rasgadas e a pele marcada com palmatória. Na despedida, eles jogaram de novo gás lacrimogêneo e, agora também cegas, mandaram-nas embora. Os brigadianos ficaram fazendo suas delícias para algumas outras, sem saber que, atravessando a ponte vinha uma comissão de direitos humanos da P2 (“a polícia da polícia”). O mato da Ilha, nublado no próprio olhar de cada uma, fez feridas adicionais. Afinal, bravas caçadoras, acharam o caminho, uma casa, ajuda e depois a estrada.

No dia seguinte, batalhar. Morreu muito policial e muito brigadiano naqueles últimos anos 80 e primeiros 90. Com o desespero da situação, com o medo de que acontecesse de novo, e com o estímulo da Tina e da Lúcia, foi feita uma denúncia legal e declarada a história nos meios de comunicação. A denúncia pública estava feita, o mundo mudaria aos poucos, e outros cacetetes, mais sutis, reconfigurariam as formas de uma guerra que parece não acabar. Alguns meses depois, nessa onda de violência incrementada e juntando os casos da Ilha das Flores, é que a Nilce, de pé no quartel da Brigada Militar experimenta o melhor dia da sua vida.

---

103 Em comunicação pessoal Ceres Victora lembra que, durante o trabalho de campo para sua dissertação, na Vila Dick, também circulavam as histórias de mulheres de traficantes desaparecidas, mortas e “boiando no rio”. A mensagem de maior violência era quando a mulher estava grávida.

## Mulheres acusam PMs de roubo e torturas

Com um microônibus e uma viatura modelo Gol, 12 policiais militares do 9º BPM detiveram cerca de 20 prostitutas do Centro da Capital e as levaram para a Ilha da Pintada onde, conforme denúncia das mulheres, lhes foi retirado todo o dinheiro e submetidas a uma série de tortura e humilhações, na terça-feira à noite. A denúncia foi feita por três mulheres que registraram o fato no plantão de Polícia do Hospital de Pronto Socorro, logo após receberem atendimento médico.

De acordo com as denunciadas, os PMs chegaram ao Centro por volta das 20h e foram diretamente à rua Vigário José Inácio, próximo à esquina com a rua General Vitorino, onde estavam três mulheres. Sem qualquer explicação, os brigadianos as obrigaram a entrar no microônibus e permanecer de cócoras, possivelmente para que não fossem vistas dentro do veículo. Com o Gol fazendo escolta à frente do microônibus, passaram ainda por várias ruas, como a Otávio Rocha e Voluntários da Pátria, onde capturaram outras mulheres. Depois disso, deram uma parada no posto da Brigada Militar da Estação Rodoviária, e seguiram em direção à ponte do Guaíba.

Quando retiradas do microônibus, as mulheres puderam notar que estavam num local deserto da Ilha da Pintada. Em seguida, começaram a ser espancadas. Inicialmente, conforme a queixa,

Ronald Bernarini/ZH



Clara, Soilamar e Renata

receberam ordens para que tirassem suas roupas e entregassem todo o dinheiro que carregavam. Depois, foram toturadas com cargas de gás lacrimogênio nos olhos e, quase sem enxergar, foram empaladas com os cacetes dos PMs.

Algumas mulheres ainda foram chutadas e esbofeteadas até serem, uma a uma, abandonadas pelos brigadianos na Ilha. As três que fizeram a denúncia

contra os PMs, identificadas pelos nomes de Renata, Soilamar e Clara Eunice, tiveram que caminhar vários quilômetros até a ponte sobre o Rio Jacuí, onde conseguiram uma carona com um camioneiro. A denúncia, segundo as mulheres, também será feita na Coordenadoria das Promotorias Criminais onde deverão pedir punição dos brigadianos pelos atos arbitrários e ressarcimento dos prejuízos.



## V. RECONFIGURAÇÃO DA GUERRA: NOVAS ALIANÇAS, NOVAS FORMAS DE MEDIAÇÃO. SER MILITANTE.

*De tocaia fico a espreitar a fera  
Logo dou-lhe o bote certo  
Já conheço seu dorso de gazela  
Cavalo brabo montado em pelo*

*Dominante, não se desembaraça  
Ofegante, é dona do seu senhor*

*Hoje é o dia da graça,  
hoje é o dia da caça e do caçador  
Chico Buarque. Caçada.*

### 5.1 Nilce

*Quando o NEP surgiu, lá no ano 89 com a Tina, que queria trabalhar com a epidemia da AIDS e blá blá blá e não deu e não sei o quê, então a gente cobrou dela isso aí [da violência policial]. Então foi marcada nos Direitos Humanos uma grande reunião, um encontro com a polícia, com o pessoal lá de dentro do quartel, os grandão lá de dentro, tenente, major, coronel, tudo que fosse... E no momento a Maitê era coordenadora dos Direitos Humanos, de Porto Alegre, uma mulher bem grandona, sabe? E daí nós tava tudo lá, né? Um monte de prostitutas... [no escritório dos DH] que era ali na Caldas Júnior... Era a época bem da violência grande que tinha ainda. Foi a partir daí que começou a mudar. Daí estava a Tina... A Gabriela, do Rio de Janeiro, veio, que ela já tinha iniciado lá o movimento... Estava os Major e Tenente e Coronel da Brigada Militar. Tava o pessoal da Polícia Civil, estava a imprensa também... Daí a denuncia foi feita e, bom, azar deles. Daí eu sei que a Maitê ia pra lá e disse 'ah mas eu vou levar uma pessoa junto, para dar depoimento', e ela olhou pra mim e disse, tu vem junto comigo. E eu pensei 'Oh, meu Deus que vou fazer lá dentro?'. Aí fui.*

*No<sup>104</sup> ano de 89 Tina, uma mulher nascida e criada no interior do Estado do Rio Grande do Sul, morando em Porto Alegre há 12 anos, já casada com Glenio, um sacerdote Anglicano que fazia parte da MUR (Missão Urbana e Rural do Conselho Mundial de Igrejas), dá início à futura Associação Gaúcha de Prostitutas. Glenio já conhecia a Gabriela de um encontro da MUR, e lhe pediu para convidar a Tina para o I Encontro Nacional de Prostitutas, no Rio de Janeiro em 1987. Tina é técnica de laboratório e na época funcionária pública trabalhando no Laboratório do Tribunal de Justiça. No Rio conheceu a Gabriela, a Lourdes Barreto, de Belém, e outras importantes lideranças prostitutas que, desde alguns anos atrás, vinham sonhando o movimento.*

---

104 O presente texto em itálica foi revisado e re-escrito pela Tina. Como sempre, muito obrigado.

Gabriela Leite era já uma figura pública, depois de ter participado dos levantes na Boca do Lixo, em São Paulo em 1979, e da organização das mulheres na Vila Mimosa, no Rio de Janeiro dos primeiros anos 80. Por essa época, e produto da sua luta e do seu trabalho junto com o ISER, quando percorreu diversos lugares do Brasil promovendo a organização política das prostitutas, Gabriela se alia a colegas de diversos lugares do mundo (como a icônica Margot Saint James, fundadora da primeira organização de prostitutas do mundo –COYOTE, nos Estados Unidos) para fazer parte do nascente movimento global de “sex workers” (Pheterson, 1989). No Brasil, setenta mulheres de onze estados fizeram parte do evento que deu início ao importante movimento organizado de prostitutas, e cujo principal objetivo era a luta contra a violência policial<sup>105</sup>.

*De volta a Porto Alegre, Tina começou a fazer seus primeiros contatos, pois não existia nada de trabalho social em Porto Alegre com prostitutas. A pedido da Tina Gerson, fundador do GAPA-RS, ajudou a mapear as zonas de prostituição para então iniciar este*

105 Fonte: Beijo da Rua 2004.



*trabalho. Tratava-se de um exercício inicial de distribuição de camisinhas e de uma tentativa pouco frutífera de organização das mulheres prostitutas ao redor da luta contra a AIDS. Teve apoio do Conselho Mundial de Igrejas e da Gabriela Leite, fundadora do movimento brasileiro de prostitutas que por aquele tempo trabalhava no ISER (Instituto de Estudos da Religião). É isso que a Nilce lembra no início da sua narração. Para Tina o assunto era AIDS e camisinha, mas para elas a dor era outra. Ela entregava camisinhas, fazia seu trabalho de campo, nos diversos territórios de prostituição, sorria, perguntava pelos filhos e pelo trabalho, e deixava à disposição das mulheres seu número de telefone para quando elas quisessem se reunir e conversar. Mas a ligação nunca chegava.*

*Uma noite, finalmente, o telefone tocou. Era a Lúcia, prostituta das praças da Alfândega e Dom Feliciano. “Você quer mesmo ajudar? Quer que as mulheres escutem você? Então é agora.” Lúcia, também corpo feito na violência de policiais e cafetões, cansou-se e decidiu agir. Muitas mulheres estavam sendo presas e torturadas. Ela pedia um advogado urgentemente, pedia para Tina mostrar sua boa vontade tirando-as, agora, do Palácio da Polícia, do Quartel da Brigada. “O assunto não era a AIDS, era a violência que a gente sofria”, lembra a Lúcia. Tina conseguiu mobilizar o Conselho Estadual de Direitos da Mulher, alguns Vereadores, Deputados e os “Direitos Humanos” e, depois do evento da denúncia, do melhor dia da vida da Nilce, as mulheres começaram a retribuir com sorrisos, atenção e credibilidade. Então surge a Associação de Prostitutas, hoje NEP.*

*Um dia antes disso tinha dado uma paulera, sabe? -Continua a Nilce. Pegaram as mulheres, quebraram a pau, bateram... Teve uma que quebraram a bacia dela, assim, sabe? E eu tinha sido algemada no banco... Ahhhi, assim, fizeram horrores, fizeram um monte. Aí já tinha acontecido aquilo da Ilha, da Soila, sabe? Algumas foram estupradas, e tudo aquilo eu já sabia... E daí ela me convidou pra ir lá. Mas chegando lá, aí estava o Tenente, ou Coronel ou sei lá, o grandão lá dentro do Quartel, o que manda, o que dá ordens... E tem doze brigadianos sentados assim... doze. É que aqueles era sobre quem a reclamação era maior, porque eles eram os mais violentos... (...) Lá foi o Tenente ou o Coronel... o que manda lá, e sentou com a Maitê, que era a que levava as denúncias. E daí, ah... [profunda satisfação] aqueles doze que estavam aí eu sabia um a um o que eles tinham feito. Quando chegou a minha vez de falar, e o Coronel me disse que tipo de relato eu poderia dar e se tinha algum aí que eu reconhecia, aiiii... [sorriso e aspiração funda no cigarro] Bom, eu vou começar... [solta a fumaça devagar] Claro, eu estava segura, né? Aí do lado de uma chefona dos Direitos Humanos... agora vocês vão ouvir, pensei...*

*Onze tinham feito coisas, mas tinha um, que era um miudinho, que até sabia de cor o número da minha identidade, mas ele nunca me insultou ou disse coisas e tal... Mas quando ele ia com os outros, ele dizia ‘não, essa alemoa não faz nada, essa alemoa é de boa paz’. E ele estava junto... Mas ele ficou tremendo porque com as outras ele tinha brigado já.*

*Daí eu comecei. ‘Esse senhor lá, o soldado tal (aí eu dizia o nome, porque estavam todos de crachá), hoje ele tá com o nome dele no uniforme, mas geralmente ele não tá com o nome dele. Mas eu sei o nome dele. O senhor lembra*

# BRIGADA PEGA, COME E ATÉ MATA

**Prostitutas de Porto Alegre  
protestam contra violência  
policial em encontro**

Por Oscar Guilherme

**PORTO ALEGRE — O Centro de Porto Alegre virou uma praça de guerra. Trata-se da "caça às bruxas", ou melhor, às prostitutas, empreendida pela Brigada Militar. As ruas Voluntários da Pátria, Vigário José Inácio, Siqueira Campos e as praças Otávio Rocha e da Alfândega, onde se concentra a maioria das mulheres, têm sido alvo sistemáticos da repressão e violência policial. Os métodos vão desde a invasão de hotéis de encontro, de onde as prostitutas são arrancadas à força, até o puro e simples arroxio nas ruas. O destino pode ser a delegacia mais próxima, onde as mulheres são obrigadas a assinar um termo de vadiagem, ou, até, as margens do Rio Guaíba... Submetidas a todo tipo de maus-tratos e violência, as mulheres promoveram, no dia 1.º de novembro, com o apoio de líderes do GAPA (Grupo de Apoio e Prevenção à AIDS), como Gerson Barreto Winkler, e de Gabriela Silva Leite, coordenadora do Programa Prostituição e Direitos Civis, do ISER, um Encontro de Prostitutas para discutir a violência policial.**

O Encontro, realizado no auditório do INAMPS, contou com a participação de cerca de 120 mulheres, além de líderes do Movimento Feminino, do GAPA-RS e de outras entidades de defesa dos direitos civis. Os depoimentos das *gurias* são estupefacentes, alguns patéticos, outros.

Isolda Godinho, 42 anos, 17 de prostituição, que vem assumindo liderança entre suas colegas de trabalho, foi enfática: "Eu tô lutando pra ver se a gente consegue alguma coisa, se a Brigada Militar deixa a gente batalhar, e para que criemos uma associação ou sindicato. A gente tem que lutar, procurar nossos direitos, caso contrário não iremos conseguir nada. Não estamos roubando, nem assaltando. E o que eles estão fazendo com a gente? Se no Rio já deu certo, em todo lugar está dando certo, aqui também vai dar certo!"

Em meio ao tumulto, gritos e aplausos, Márcia, que batalha há nove anos na Vigário (Rua Vigário José Inácio), denuncia: "Estão dando nas mulheres, tirando dinheiro das mulheres. Outro dia, levaram, algemadas, duas amigas minhas, superamigas. Temos que fazer alguma coisa contra esses brigadianos. É um absurdo pegar a gente, algemar."

Cíntia, prostituta, 20 anos de luta, um filho paralítico, gosta do que faz e acusa a discriminação de que são vítimas as mulheres da sua profissão. "Fui obrigada a assinar o termo de vadiagem. Eu não sou vadia. Eu batalho, mas não sou nenhuma vadia. Me chamaram de tudo: vadia, assaltante, ladrona e mais um pouco. Eu não sou isso. Eu apenas batalho para só me defender e cuidar do meu filho. Eles são uns covardes. Eles fazem isso porque somos mulheres. Cadê o respeito com a vida?"

Simone, que faz ponto na Praça da Alfândega, conta que foi "subornada por dois brigadianos. Eu e uma amiga. Eles nos obrigaram a fazer sexo oral, pegaram um pau e bateram na gente nas costas. Pegaram NC\$ 180 meus. É esse tipo de violência que a gente vem sofrendo ultimamente".

"Eu fui currada por três brigadianos", denuncia Adriana. "F não fui só eu. Foram quatro mulheres junto. Fizeram de tudo com a gente." Inês, grávida de sete meses, foi brutalmente espancada na Praça Dom Feliciano. "A minha filha nasceu com problemas. Ela tem que fazer uma cirurgia na cabeça devido a esse problema. Nós somos gente como todo mundo. A prostituição existe desde os tempos de Cristo. Não vai terminar nunca", arremata.

## Clientes vadios

Na reunião que mantiveram em 18 de outubro com o chefe do policiamento da capital, Comandante Bertolluci, oito entidades de defesa dos direitos humanos — entre as quais o GAPA-RS, o Movimento Feminino, o Coletivo de Mulheres — e representantes da Secretaria Municipal de Saúde e de partidos políticos ouviram das autoridades policiais que a repressão às prostitutas era justificada, pois perturbavam a ordem pública, apresentando-se

seus na via pública. Uma vez conduzidas à delegacia policial, e "como, evidentemente, não tinham carteira de trabalho assinada" — quem nos conta é Gerson Winkler, presidente do GAPA-RS —, "comprometiam-se a conseguir emprego dentro de 30 dias. Se novamente presas, eram fichadas e obrigadas a assinar um termo de vadiagem e, finalmente, detidas". Esse fato caracteriza "um abuso de poder", segundo a Dra. Denise Dora, que juntamente com a colega Márcia Soares e um grupo de advogadas, vem tentando formar uma assessoria jurídica ao movimento de prostitutas. "A prostituição não é crime, crime é o lenocínio. As mulheres não podem ser enquadradas várias vezes. Isso que a polícia faz de enquadrá-las em vadiagem podia fazer com os clientes delas, porque a situação é absolutamente a mesma", explica Denise.

"Já que eles dão tanto nas prostitutas, o que vão dizer das de casa — que são umas santinhas? São piores que a gente, pois são prostitutas camufladas", desabafa Adriana. "Pelo menos, a gente mostra o que é, não esconde. Eles batem na gente, mas o que querem é fazer sexo. Eles são recalçados, chinelões. Eu odeio essa raça de pé-de-porco. São uma turma de cornos!"

## Documento

A repercussão do Encontro foi enorme. A cobertura dada por jornais, emissoras de rádio e televisão da capital gaúcha e de outros estados fez com que, no dia seguinte, a repressão dos brigadianos parasse completamente. Mas, para garantir a liberdade de trabalhar e de ir e vir das mulheres, um documento que denuncia formalmente a violência policial e apresenta reivindicações será encaminhado à Brigada Militar e ao governador do estado. Prostitutas, autoridades jurídicas e representantes de entidades de defesa dos direitos humanos e de classe colocarão nele suas assinaturas. E Isolda Godinho, que puxou a reação das prostitutas e obteve tantos apoios, pode agora avisar, orgulhosa e animada: "O movimento é novo, o processo é longo, as prostitutas têm medo, mas estão mobilizadas."



*tal e tal dia, que o senhor pegou fulana e fulana e fez isso, isso e isso? Tô mentindo? Não, né? Lembra o que aconteceu?’ ‘É, lembro’. Tinha um que tinha me dado um telefone no ouvido, quase me deixou surda. ‘Lembra de tal dia que chegou por trás de mim e me deu de telefone no ouvido que quase me deixou surda?’ [Telefone é aquele golpe de mão aberta no ouvido]. Aí falei pra outro. ‘Lembra... que não pode ter esquecido porque foi ontem, que tu me algemou no banco da Praça?’ E aí fui relatando um a um. Aí do pequenininho aquele eu disse assim: ‘sabe repetir o número da minha identidade?’ E o Coronel, como assim??? (...)*

*Quando terminei olhei pro Coronel e disse: ‘E se tiver alguma dessas coisas que não tenha acontecido, se quiser me processar pode me processar, que eu não tenho que estar mentindo aqui. E se o senhor não acredita que isso esteja acontecendo, é só ficar no shopping ali e observar o que eles estão fazendo lá dentro da Praça... deles pegar pessoas, tanto mulher ou homem, levar pro banheiro público e a pessoa sair de lá toda mijada, vamos dizer, pra falar um português correto, de tanto pau que eles dão na pessoa, de tanto que eles batem. A pessoa fica deformada. Tem uma que hoje está no Pronto Socorro, porque eles quebraram a bacia dela’. Daí foram investigar e era mesmo, a guria tava lá. Ela ficou com um defeito e depois faleceu. Então não eram denúncias vazias, sabe? Estar ali e fazer isso [a denuncia um-a-um]... Ahhh, aquilo foi muito bom, parece que não era real!*

O ano de 1989 é o ano do início do movimento organizado em Porto Alegre. Foi naquele ano que a Soila e outras dezenas de mulheres foram torturadas na Ilha das Flores. É nesse ano, no dia 11 de novembro, a cena que a Nilce nos conta (NEP 2003). “O melhor dia da minha vida” marca o início do movimento organizado de prostitutas em Porto Alegre. A partir desse dia, lembra Nilce, as prostitutas começaram a se encontrar e conversar enquanto a violência, lentamente, reduzia sua intensidade e mudava de formas.

Muitas vezes lhe perguntei se naquele dia não sentiu muito medo. Muitas vezes ela me olhou com certa ternura e disse não. “Não tenho medo de policiais, engraçado, né?” Ela sentia que o mundo, realmente, estava mudando. “Era a hora, também”. A violência policial se fazia objeto de denúncia e criminalização, os movimentos de mulheres se fortaleciam, e a imprensa, imagino, saía faminta e justiceira da ditadura. Elas mudavam a forma das suas alianças. Coletivizavam a sua experiência e fortaleciam redes femininas de fuga e resistência. Mas também construíam suas primeiras conexões com os universos extra-prostituição (no afetivo e no político), achavam os espaços de diálogo, usavam-se politicamente das suas estratégias de apropriação, desejo e sedução.

\*\*

Uma onda de movimentações de prostitutas crescia, a configuração de uma nova rede de relações e parentescos dava-se na mudança de perspectivas e de caças prediletas. A polícia, e “a sociedade” seriam agora os inimigos mais fiéis; o Estado, como as Igrejas, constituía-se um inimigo também em transformação, um com o qual as conexões contingentes seriam muito proveitosas. Inimigos penetráveis. Em 1988, teve lugar em Recife o I Encontro Norte-

Nordeste de Prostitutas, onde o Jornal Beijo da Rua (fundado por Gabriela Leite e seu futuro companheiro, o jornalista Flávio Lenz) foi lançado. Em 1990, em Porto Alegre, aconteceu o I Encontro Geral de Prostitutas, no auditório da Igreja Luterana, onde se lançaram os estatutos da “Associação Gaúcha de Prostitutas” (AGP), e se oficializaram as denúncias de mais de oitenta prostitutas contra as polícias. No final desse ano, novamente no Rio de Janeiro, teve lugar o II Encontro Nacional, dessa vez, com a AGP como mais uma protagonista ativa, e, no ano de 1991, ocorreu o I Encontro de Mulheres Prostitutas do Pará<sup>106</sup>.

106 Fontes: NEP 2003 e Beijo da Rua 2004.



# Prostitutas têm dificuldades para criar sua associação

Genaro Jonez - Arquivo/ZH

Está longe o tempo em que a prostituição era vida fácil. Nestes dias de "tempos bichudos", como diz o poeta gaúcho Mario Quintana, em que o dinheiro é escasso e o medo de contrair a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) afastou os clientes, as prostitutas de Porto Alegre em especial convivem com outro problema: criar a Associação Gaúcha de Prostitutas. Disposição é o que não falta, garantem elas, mas a burocracia dificulta a emissão de documentos fundamentais para aquelas que farão parte do Conselho da Associação.

Um dos problemas enfrentados é a necessidade de que tenham carteira de identidade. Como a maioria vem do interior do Estado ou de outras partes do País, algumas das quais fugidas da própria família, a documentação acabou ficando e agora surgem as dificuldades. Algumas teriam até que viajar na busca de documentos que ficaram em casa, mas isto implicaria a perda de alguns dias de "batalha" e nesta



Burocracia: dificuldade de registro

## retomam cidadania



Arquivo NEP. Sem mais dados

# Associação das Prostitutas exige tratamento humano

A “Associação Gaúcha de Prostitutas”, que inicialmente se reunia nas instalações do GAPA-RS, teve que mudar seu nome para poder ser registrada oficialmente, pois as autoridades civis negavam a possibilidade de uma associação de prostitutas ter estatuto legal. Adotou-se, então, o nome que tal espaço ocupava no GAPA-RS: Núcleo de Estudos da Prostituição. Tal adoção resultou em posteriores conflitos públicos entre as duas organizações (ver imagens adiante).

As mulheres fizeram da Tina mais uma delas, aproveitaram seus poderes, conexões, linguajares e os usaram para seus próprios e fundos interesses. Por sua vez ela, a “mulher do pastor”, dispunha-se não passivamente a esse intenso processo de transformação e luta que até hoje ocupa seus dias. Desde então estas duas mulheres, Lúcia e Tina, gerenciam a ação do NEP desde suas mesas contíguas no fundo da sala e são importantes lideranças políticas nacionais e internacionais do movimento. Na sala anterior, entre a porta de entrada e a cozinha, entre milhares de “insumos de prevenção” e materiais de promoção de direitos, Nilce, Dete, Janete e Soila fazem o dia-a-dia do trabalho de base da organização<sup>107</sup>.

A presença “dos Direitos Humanos” na reunião marca claramente a mudança da época, tanto ou quanto a massiva presença de prostitutas e a auto-representação que conseguiam. “Prostituição” começava a constituir-se na cidade como um sujeito de legalidade. “Direitos Humanos”, como guarda-chuva de enunciação e de criação de novas subjetividades (Vianna, 2009; Correa, Petchesky e Parker, 2008), viabilizaria a partir daí a resposta à violência e se apresentava como um mecanismo de simetrização das relações com o Estado e a “sociedade”. Foi a luta contra a violência policial a razão aglutinante; a possibilidade de caçar, esquartejar, cozinhar e devorar o corpo policial, o estímulo coletivizante. Por baixo, como evidenciamos nas histórias das quatro mulheres, vinha também todo um rio bravio de sexualização, individuação e transformação da vida privada. No NEP se encontravam de maneira segura, como nas zonas ou nas salas privê, para além dos discursos profissionalizantes, as vontades de fuga e desterritorialização de algumas mulheres.

Em 1994 teve lugar o terceiro encontro da rede, mas uma mudança significativa na história do movimento brasileiro começava a se gestar. Logo depois do segundo encontro (1989), adotando o nome mais aceito e difundido no mundo, e, segundo lembra Gabriela, sob uma forte influência do Programa Nacional de DST-Aids, as brasileiras trocaram o nome “prostituta” por “trabalhadoras do sexo”: III Encontro Nacional das Trabalhadoras do Sexo, 1994. O foco no trabalho ganhava terreno dentro da militância da categoria, sempre entre disputas e tensões internas pelas concepções diversas sobre a prostituição, e sempre com a presença de organizações religiosas, militantes aliados, e amigos do PN-DST/AIDS<sup>108</sup>. Juntando-se às lutas de direitos fundamentais contra a AIDS e contra a violência policial, uma outra reivindicação aparecia: os direitos trabalhistas. Não eram só mulheres genéricas reivindicando saúde e integridade,

107 Disponível em: <http://www.neppoa.org.br/> Acesso: 25 de fevereiro de 2010.

108 Fonte: Além de conversas diversas com as lideranças da RBP e com representantes ou participantes do PN, ver também: Beijo da Rua, dezembro 2004.



## Comando da Brigada ouve as queixas de prostitutas

Vinte prostitutas de Porto Alegre, apoiadas por representantes da Comissão dos Direitos da Mulher, juntamente com o Núcleo de Estudos sobre a Prostituição e Grupo de Apoio de Prevenção da Aids, foram recebidos, ontem à tarde, pelo comandante do Policiamento da Capital, coronel PM José Roberto Rodrigues. Foram denunciados abusos cometidos por policiais militares nas revistas às prostitutas.

Lúcia Perez, presidente da Comissão dos Direitos da Mulher, lembrou que no dia 10 foi comemorado o Dia Nacional de Violência Contra a Mulher, na Câmara de Vereadores. O evento contou com a participação de 40 entidades e, na oportunidade, um grupo de prostitutas se referiu à violência cometida contra elas pelos brigadianos.

Preocupada com a queixa das prostitutas, a presidente da Comissão dos Direitos da Mulher decidiu tomar medidas contra os abusos. "Já há algum tempo iniciamos um trabalho na área de prevenção, distribuindo

preservativos e fornecendo informações sobre a Aids. Mas hoje, vemos que a necessidade maior está sendo a violência e a agressão da Brigada. Nós vemos como uma atitude positiva as denúncias que estão sendo feitas pelas prostitutas, pois elas estão superando o medo", observa Lúcia Perez.

A representante do Núcleo de Estudos sobre a Prostituição, Tina Taborda, informa que Porto Alegre tem cerca de 1.200 prostitutas, sendo que 80 são sócias e frequentam assiduamente as entidades de classe. Tina contou que essas associações realizam um trabalho grande na área de saúde e respeitam o direito das prostitutas como cidadãs. "A violência cometida contra essas mulheres é absurda", declarou Tina, explicando que na reunião com o comandante do CPC, elas apontaram nomes de policiais, horários e ocorrências.

**REPRESÁLIAS** — Renata, uma das prostitutas presentes à reunião, disse que uma PM feminina, numa revista no centro da cidade, deixou uma colega dela sem roupa. Ela não esquece outro incidente ocorrido há dois anos, quando os brigadianos levaram várias prostitutas para a Ilha da Pintada, onde tiraram todo o di-



Apoio: movimentos de mulheres acompanharam as prostitutas

nheiro, violentaram e bateram nas mulheres.

— Queimaram meu rosto com gás lacrimogênio e tive que ficar dois anos sem poder trabalhar. Já sofri tanto com esses brigadianos. Já me estupraram, me bateram e fizeram de tudo comigo. Não temo represálias, pois se me matarem, estarão me fazendo um favor — resigna-se Renata.

ta.

O coronel José Roberto Rodrigues, do CPC, disse que fará averiguações juntamente com o comandante do 9º BPM, coronel Quevedo. "Se houver abuso nas revistas, tomaremos as devidas medidas disciplinares. Dependendo da gravidade do caso, haverá repressão ou até a exclusão da Brigada", prometeu.

Zero Hora - 22 de outubro de 1991. Arquivo NEP



Arquivo NEP.

### ACUSAÇÃO CONTRA POLICIAIS DA BM

Uma denúncia grave foi trazida ao ano pelo Núcleo de Estudos sobre a Prostituição. Uma de suas integrantes subiu à tribuna da Câmara para relatar as violências que policiais da Brigada vêm cometendo contra as prostitutas de Porto Alegre, e solicitou ao Conselho providências junto ao governo.



## Denúncias do NEP serão investigadas

As denúncias formuladas pelo Núcleo de Estudos Sobre a Prostituição — NEP — no Dia Nacional de Luta Contra a Violência à Mulher foram levadas ao Comando do Policiamento da Capital.

O Conselho, a presidente do NEP Tina Taborda mais 20 prostitutas tiveram audiência com o Coronel Rodrigues dia 21 de outubro, quando elas relataram as violências de que são vítimas e exigiram providências.

Elas contaram que brigadianos cometem agressões, as submetem a humilhações públicas e abusam sexualmente, além de extorquir seus ganhos.

O Coronel Rodrigues assegurou que as denúncias serão apuradas em sindicância para responsabilizar os autores de tais agressões.

ZERO HORA

34/Terça-feira, 21 de setembro de 1993

**COMUNICADO À OPINIÃO PÚBLICA**

NEP (Núcleo de Estudos da Prostituição) informa a quem interessar possa que, como entidade independente e autônoma, registrada no Cartório de Registros Especiais sob nº 17215, fls. 246, no livro A, nº 10, do registro de pessoas jurídicas, não usa mais as instalações cedidas pela entidade GAPA-RS. Informa, também, que não autoriza nem se responsabiliza por atos e/ou pronunciamentos feitos por essa entidade ou pessoas ligadas à mesma.

Comunicamos, também, que estamos prontos a tomar medidas judiciais cabíveis contra quem insistir em falar e/ou se apresentar em nome do NEP sem autorização de sua coordenação.

Porto Alegre, 21 de setembro de 1993.  
Tina Taborda Rovina  
Coordenadora

CORREIO DO POVO

8 — TERÇA-FEIRA, 21 de setembro de 1993

**Gapa e NEP estão lutando por sigla**

A coordenadora do Núcleo de Estudos da Prostituição (NEP), Horizontina Taborda Rovina, ameaçou entrar na Justiça contra o Grupo de Apoio à Prevenção da Aids (Gapa) se a entidade continuar usando a sigla NEP. Ela disse que a entidade é registrada e autônoma. O presidente do Gapa, Adelmo Turra, explicou que a sigla é usada pela entidade desde 90. Segundo ele, Rovina apropriou-se da sigla e registrou-a "como se fosse dona".

■ O coordenador da política de Aids da Secretaria Municipal da Saúde e Serviço Social, Gerson Winkler, pretende encaminhar esta semana ao Banco Mundial projeto contra a doença, que permitirá o repasse de cerca de 2 milhões de dólares. Winkler anunciou que até outubro quer ativar o serviço ambulatorial para portadores do vírus HIV, no prédio da SMSSS (avenida João Pessoa, 325).



Horizontina Rovina

Arquivo NEP

10 — QUARTA-FEIRA, 22 de setembro de 1993

GERAL

CORREIO DO POVO

**Gapa esclarece a luta por sigla**

O Grupo de Apoio à Prevenção da Aids (Gapa) assegura que o Núcleo de Estudos da Prostituição é um departamento da entidade que nunca deixou de existir, e cuja sigla está sendo usada de má-fé por Horizontina Taborda Rovina, ex-voluntária do Gapa. "Nós trabalhamos com grupos e não apenas distribuímos preservativos", afirmou Ada Kroef, do NEP do Gapa, explicando que não se trata de brigar por uma sigla.

As voluntárias do NEP da organização, Vânia Araújo Machado e Gisele Gallicchio, estão surpresas com a ameaça de Horizontina Rovina de entrar na Justiça, caso o Gapa continue usando a sigla. Elas denunciavam que a ex-voluntária usou espaço físico, material e equipe da entidade para desenvolver o trabalho paralelo. Adelmo Turra, presidente do Gapa, salienta que a sigla NEP é usada desde 1990 pelo grupo.

mas trabalhadoras. A organização Davida já tinha sido criada pela Gabriela Leite, em 1992, assumindo também um tripé como sobrenome: “Davida -prostituição, saúde, direitos civis-” (Skakcauskas 2007, Barbará, 2007)

Assim, é justamente nesse terceiro encontro, segundo as lembranças da Gabriela numa conversa informal, que as “profissionais do sexo” fazem a sua aparição. Entre as múltiplas discussões do evento, estavam a profissionalização (ou não) e a inclusão (ou não) de michês e travestis prostitutas. Então o deputado Fernando Gabeira, participante ativo no encontro, sugeriu o nome, já que de entrada bancava a profissionalização e não fazia distinção de gênero. As participantes aceitaram e daí até o ano de 2004 se teceram ao redor da Rede Brasileira de Profissionais do Sexo.<sup>109</sup>

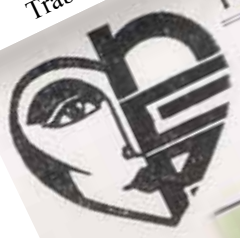
A partir daquele momento, e quanto maior se tornava a sofisticação política e conceitual, e quanto mais recursos da AIDS (e das organização anti-tráfico e anti-prostituição) se faziam presentes<sup>110</sup>, começava uma série de divergências políticas ao interior do movimento centradas, justamente, na definição daquilo que deveria aglutiná-las. Para algumas, a profissionalização e a afirmação positiva da prostituição enquanto trabalho e enquanto opção deveria ser o objeto da luta (direitos trabalhistas, política da identidade); para outras, deveria ser o reconhecimento dos direitos delas, enquanto mulheres, apesar ou além da prostituição (direitos fundamentais). Umam entendiam a prostituição como uma opção identitária; outras, como uma condição não desejada, passageira e, fundamentalmente, infelizmente. Ambas reconheciam o enorme estigma que recaía sobre sua condição, mas, enquanto umas buscavam lutar contra o estigma acreditando na positivação e afirmação do lugar prostituta; outras, segundo parece, propunham sair do lugar - apagar o nome e a experiência da prostituição. Umam pensavam a legalização e total descriminalização, outras a abolição. No mundo, parece-me, as tensões percorriam caminhos similares, pois se no início nomes como “prostitutes”, “whores” e “putas” foram veiculados, no percurso dos anos noventa o “sex workers” se oficializou (Pheterson, 1989; Chapkins, 1997).

Então as quatro mulheres, junto com a Tina, a Lúcia e outras colegas e amigas que teciam(-se) o movimento, foram aprendendo e construindo esses universos de possibilidades. As famílias novas, o trabalho, a AIDS tão próxima, os discursos políticos que se adaptavam aos

109 É curioso que na capa do Beijo da Rua de Julho-Agosto de 1989 (Ano 1 No. 2) o nome “profissional do sexo” estivesse colocado: “Profissional do sexo fala língua estranha e revela: todo mundo é mau de cama”. Curioso é também que é a única vez que aparece nas capas do jornal. Antes e depois o nome prostituta é privilegiado, inclusive, e de maneira irônica, no No. 14, de 1994, onde se noticia o III Encontro Nacional das Trabalhadoras do Sexo: “Prostitutas abem Encontro Nacional”. (Fonte: edição comemorativa do Beijo da Rua, dezembro de 2004).

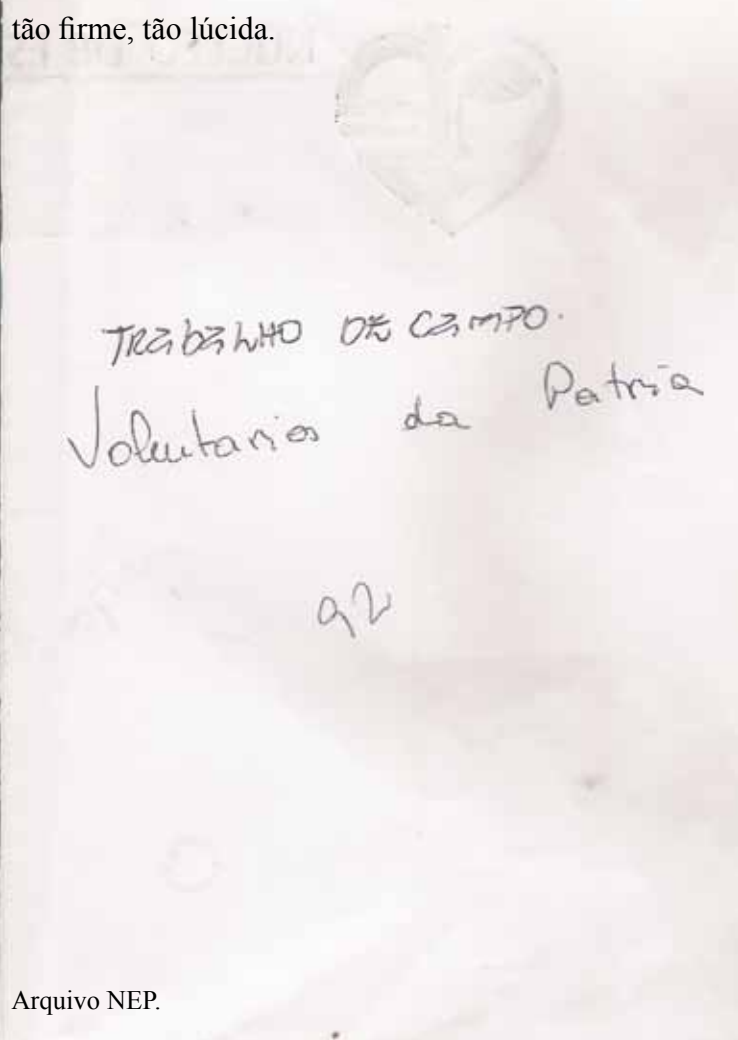
110 Sobre a trajetória das respostas políticas brasileiras à epidemia, em relação com as mudanças políticas gerais do país, ver: Parker (1997). Ainda nessas trajetórias, sobre as respostas não-governamentais na fase inicial (1981-1992), a maior entrada do governo e do Banco Mundial, e a maneira como a epidemia se “gestou”, ver: Galvão (2000). Por exemplo, entende-se que o início importante de recursos federais para AIDS se deu a partir do ano 1992 de maneira crescente. Segundo um documento do Ministério da Saúde (MS 2006), em 1994 se assina o convenio AIDS I com o BIRD que injetava no país US\$ 250 milhões. Em 1998 assinou-se o AIDS II por valor de US\$ 300 milhões. Somando recursos federais e internacionais, no ano de 1997 se investiram US\$ 339,6 milhões, dos quais o 13,2% foi destinado à prevenção, sendo que mais do 50% dessa porcentagem foi investida em prevenir a infecção por transfusão. Em 1998 o valor total foi de US\$ 435,8 milhões, dos quais o 9,6% foi para prevenção (MS 2006: 21-30). Sobre a forte presença de recursos “anti-tráfico”, especialmente nos anos 2000, ver: Piscitelli e Vasconcelos, 2008.

# NÚCLEO DE ESTUDOS DA PROSTITUIÇÃO



princípios simples da sua vida. Também elas viraram “profissionais do sexo”, com um orgulho grande e importante. A profissionalização deixa nervosa a Nilce até hoje, como a redução de danos no uso de drogas, mas isso não lhe impedia pensar no ideal compartilhado de ver o seu trabalho “respeitado” e as pessoas livres de doenças e discriminação. “Respeito”, aliás, é a palavra chave para as suas reivindicações políticas; nisso poderia se resumir sua ética de direitos. Ser respeitada como mulher, como profissional do sexo, como prostituta. “Mulher do lar e profissional do sexo” que dificilmente cuspe palavrões, bandeirante reflexiva e furiosa dos direitos humanos e da luta contra a violência e a discriminação, que com os anos foi se cansando de entrevistas e de estudantes.

Por volta do ano 2000, com a morte do Finado Pedro e o desenvolvimento do projeto “Mulher no Ponto”, primeiro projeto do NEP com financiamento grande proveniente do Ministério da Saúde e da UNESCO (NEP 2003), Nilce se integra completamente à organização. Além do dinheiro dos seus programas, dos que não abre mão, começa a receber pela sua participação como “monitora”, encarregada, entre outras coisas, de liderar ações de prevenção com as suas colegas nos locais de trabalho. “Assumir” é a mensagem fundamental da Nilce para as suas colegas. “Assumir” que é prostituta, não esconder pra ninguém, liberaria as mulheres de culpas e mal-estares. Ninguém, então, estaria com fofocas, piadas e críticas subterrâneas, e a mulher poderia sentir-se orgulhosa da sua opção. “Assumir” com respeito pelas outras pessoas, com dignidade, sem ofensas nem agressões: mulher conservadora, como gosta de se definir. Ouve sua explicação dezenas de vezes em bares, salas, esquinas, reuniões, encontros... sempre tão firme, tão lúcida.





NATAL - 94

Nilce com "o neguinho da Polaca". Arquivo NEP.



## 5.2 Dete

“Eu gosto de vingança de moeda pequena”

No percurso dos anos 1990, o NEP realizou um trabalho, basicamente, de sedução das próprias mulheres, seus maridos e familiares, militantes, pesquisadores e autoridades públicas<sup>111</sup>. Com o financiamento exclusivo e pequeno da Igreja Luterana, a organização, já conformada por Tina e um grupo inicial de aliadas que encaravam aos poucos a militância, percorriam as ruas e praças conversando com as mulheres e encarando a força policial. Lúcia se engajava de maneira mais radical, juntando sua luta contra a violência com a proposta da Tina, e aos poucos se tecia entre elas uma relação fortemente familiar. Outras, como a Janete, a Nilce e a Dete, mantinham uma desconfiada e prudente distância. Junto com parceiras advogadas e militantes de direitos humanos, Tina assumiu a estratégia de ir junto com as mulheres quando iam presas ou eram ameaçadas de violência. Ela, com seu crachá do Ministério Público (mesmo que fosse de técnica de laboratório, ninguém tinha por que ler, só ver o escudo e a bandeira do Brasil)... ela, com a carta pessoal do comandante do 9º Batalhão da Brigada Militar (ver página seguinte), amedrontava aos policiais.

No marco englobante dos direitos humanos, inda que por vezes mais parecidos com exigências de legalidade local do que, propriamente, com discussões políticas e éticas universalistas, o tema da AIDS ocupou um lugar central. A epidemia se expandia com força e fazia delas um dos clássicos “grupos de risco”<sup>112</sup>. Cada vez mais presente e definitiva nas vidas das mulheres e das suas redes, a AIDS começava a ser compreendida também no marco dessas reivindicações maiores por autonomia, dignidade e equidade. Tratava-se, como no caso da violência policial, de proteger o direito à vida. Começaram a ser cobradas, então, não só maiores ações de prevenção, maior disponibilidade de camisinhas, serviços de atenção e acompanhamento de maior qualidade, mas um enfoque condizente com a luta contra o estigma e em prol dos direitos humanos<sup>113</sup>.

111 É desses inícios de década que data o trabalho de campo da antropóloga Claudia Fonseca, e da sua pupila Elisiane Pasini, solicitadas pelo NEP para realizar um mapeamento dos territórios de prostituição da cidade (Fonseca 2003, Pasini 2000).

112 O primeiro caso detectado no Brasil foi em 1980 em São Paulo. A partir daí a epidemia cresceu rapidamente, principalmente nas capitais, entre grupos de homens que tinham sexo com homens. Posteriormente entraram na cena epidemiológica os “usuários de drogas injetáveis” e as pessoas que tinham se infectado por via de transfusões sanguíneas. É na década de 90 que começa o processo de “heterossexualização” e “feminilização” da epidemia. No período 1987-1996, o maior ritmo de crescimento esteve na Região Sul e para ambos os sexos. Nessa região, em cidades com mais de 500.000 habitantes, como Porto Alegre, no período 1987-1990 teve-se uma incidência de 8,27 por cada 100 mil habitantes. No período 1990-1992, 25,38, e no período 1993-1996, 45,28 a cada 100 mil (Szwarcwald et al. 2000: 7-10). É interessante anotar que nesse estudo a categoria “profissionais do sexo” (ou algum sinônimo) não existe. Em nenhum momento se apresentam dados sobre esse “grupo”. Segundo dados do Ministério, no Boletim epidemiológico de janeiro/junho de 2004, entre 1980 e 2004 se notificaram 29.970 casos de AIDS no Rio Grande do Sul e 362.364 no Brasil. Entre 1992 e 2000, os casos detectados foram 16.128 no RS (MS 2004: 26). Numa pesquisa específica para mulheres “profissionais do sexo”, realizada pelo PN-DST/AIDS e a UnB, publicada no ano 2000, apresenta-se uma prevalência de HIV, para o Brasil, de 6,1% nessa população. A incidência anual calculada era do 0,7%. Chamam a atenção as cifras da Região Sul (prevalência do 10,1%) e do Rio Grande do Sul (18,7%), em comparação com a média nacional (MS 2000: 58).

113 Segundo Galvão (2000) é a partir do final da década de 90 que uma nova fase da resposta à epidemia

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
BRIGADA MILITAR  
9º BPM "Btl Volt da Pátria"  
1ª COMPANHIA PM

Porto Alegre, RS, 02 de dezembro de 1991

Ofício nº 029

CIRCULAR

Do Comandante da 1ª Companhia PM

Ào Sra HORIZONTALINA TABORDA MACHADO, MD Coordenadora do Núcleo de Est. da Prostituição

Assunto: Transmissão de Cargo - Convite

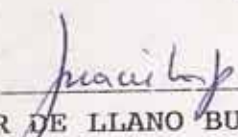
1. No momento em que sinto-me honrado em cumprimentar V. Sa. venho informar-lhe de que, por motivo de necessidade do serviço, estarei entregando o cargo de Comandante da 1ª Companhia de Polícia Militar - a tropa que efetua o policiamento no centro de Porto Alegre - ao Cap PM SÍLVIO DADIA SAMPAIO.

2. Tal cerimônia seria bastante abrilhantada se V. Sa. dela participasse, aceitando o convite que ora lhe formulo.

3. A solenidade será realizada no Quartel do 9º Batalhão de Polícia Militar (Av Praia de Belas, 800), às 18:00 horas do dia 09 de dezembro do corrente ano. Traje esporte.

Antecipando agradecimentos pela atenção, registro protesto de nímia consideração e apreço.

Atenciosamente.

  
GUACIR DE LLANO BUENO  
Cap PM Cmt 1ª Cia PM



A AIDS, por outro lado, com a sua força moral social e seus abundantes recursos financeiros, se constituiu num espaço privilegiado para a construção paulatina, durante esses anos 90 e os decorrentes 2000, de um espaço de afirmação de direitos para as mulheres prostitutas (Skackauskas, 2009). Todo mundo, excetuando alguns grupos ultra-conservadores, concordava com a luta contra a epidemia.

Então a Dete começou a passar mal. Era o ano de 1996. Nilce conta que ela caía nos bancos da Praça da Alfândega, vomitava, perdia a consciência e só voltava a si tempo depois. Começou a emagrecer muito rapidamente e a perder a vontade de trabalhar. A cada dia piorava até que uma tarde desmaiou e não acordou mais. O coma no qual entrara era produto de um tumor no cérebro causado por toxoplasmose. Durante o coma fizeram todos os exames de sangue de rotina e os resultados foram informados para a família presente no lugar. Dete estava com AIDS<sup>114</sup>. Era o tempo no qual muitas pessoas, como ela, descobriam a presença do HIV quando já tinha evoluído na Síndrome e as jogava violentamente na cama. O uso de camisinha era relativamente recente, escasso e, obviamente, nulo com os parceiros; a prática do teste “preventivo”, além de ser muito estranha na vontade e no conhecimento, era restrita a alguns locais mais ou menos específicos (Centros de Testagem de Aconselhamento – CTAs, então chamados COAS – Centros de Orientação e Assessoria Sorológica).

*Teve uma época que eu viajei pra ver meu pai e ele [o Miro, seu segundo marido/gigolô] começou a sair com uma travesti. Daí eu voltei de viagem e as gurias começaram a me contar que ele estava me traindo, mas não queriam me contar com quem. E eu, como não sabia com quem, eu transei com ele. Aí depois a Nilce me falou que era com a travesti e eu larguei ele, ele foi morar com a travesti... (...) Eu não aceitava que fosse uma travesti, se fosse mulher, eu tirava ela pra bóia. Mandeí ele embora. Ficou lá 2 meses. Ela se sentiu minha bóia e não quis mais.... Eu conhecia ela, nós trabalhava lado a lado na rua. Durante um tempo ela comia o meu marido e eu não sabia de nada... Então todo dia eu pedia dinheiro para o Miro, porque era o dinheiro da guria [a Guga tinha ficado com ela]... Então ela disse que não queria ser bóia de ninguém. 'Pode levar ele'. 'Não, mas eu não quero, quero é o dinheiro da guria...'*

*Ele mandou ela me dar o dinheiro e ela me deu; se não, ia apanhar. Daí eu peguei e fui beber umas cervejas com o dinheiro da puta, com o dinheiro da traveca... Dois dias depois ele estava na minha porta querendo voltar. 'Pode voltar, mas agora quem manda sou eu.' Eu não dava mais dinheiro pra ele, ele comia o que eu comia, eu não comprava nada pra ele e assim foi, até eu arrumar um véio e largar ele.*

*Um tempo depois eu fiquei doente, já morando com o véio Manoel. O Miro foi pra Santa Maria morar com a mãe dele, a mãe dele ficou doente, ficou paraplégica, foi pra cama... A irmã dele trouxe a mãe pra Porto Alegre, pra*

---

começa, com o desmanche dos “grupos de risco” e o fortalecimento das organizações sociais, e na qual o foco na “vulnerabilidade” implicou assumir uma perspectiva clara de direitos humanos.

114 Em 1996, no estado do Rio Grande do Sul, houve 1776 casos de AIDS detectados (MS, 2004: 26). Para o mesmo ano, no Brasil todo, detectaram-se 3612 casos de AIDS em mulheres com educação fundamental, como a Dete; isto é, 53,6% das mulheres infectadas naquele ano (MS, 2004: 33).

**Associação apóia prostituta aidética**

■ Rio Grande — Uma prostituta conhecida por "Karen", ex-ballerina de um clube noturno, contraiu AIDS e está sendo assistida pela presidente da Associação Gaúcha de Prostitutas, Tina Taborda. Em Rio Grande, cidade portuária, já foram registrados 27 casos da doença, segundo a direção do Hospital de Ensino da Furg. A cidade tem o maior número de casos no Interior do Estado.

11/3/91.

*CORREIO DO POVO*

Correio do Povo - 11 de março de 1991. Arquivo NEP.



Jornal RS. Janeiro 11 de 1990 (?). Pg 5. Sem mais dados. Arquivo NEP

Prostituição: fonte de contágio da Aids?



Ninguém sabe quantas delas estão contaminadas.  
Jornal RS. Janeiro 11 de 1990 (?). Pg 5. Sem mais dados. Arquivo NEP

*cuidar dela e ele ficou lá morando com outra mulher. Daí ele pegou a guria e levou, um dia eu fui lá ver a guria [a Guga]... Ele estava cheio de feridas na boca, nos braços, tava cheio, tava tomado. Daí eu disse: 'vai tomar uns exames, vai fazer um tratamento.' Aí a mulher veio e que não que isso é por causa da diabete. 'Não, ele sabe muito bem do que eu estou falando, ele tem que fazer um tratamento.' Mais uns cinco meses ele morreu. Aí depois a Guga me botou no Conselho Tutelar lá em Santa Maria dizendo que eu era a mãe dela... E o Conselho começou me ligar, daí eu falei tudo pra mulher...*

*- Dete, e como é aquilo de que a travesti te contou tudo?*

*- Foi... ela me contou...*

*Ela estava sentada na calçada, na esquina da Voluntários com a Pinto Bandeira... Eu estou parada na frente dela... Ele já tinha ido embora pra Santa Maria por causa da Aids... 'Ai, Dete, fiquei sabendo do teu problema...' 'É, fazer o quê? A gente se cuida na rua e não se cuida em casa'. 'Pois é, agora deixa eu te falar que quem botou Aids no Miro fui eu...' 'É, pra tu ver como tu pensa diferente do que eu penso; se fosse eu, nunca teria pensado em te prejudicar, mas tu não pensou assim, pelo contrário, tu e ele me prejudicaram, mas eu não vou prejudicar ninguém.' ... 'E que é que tu queres me contando isso, que eu te mate? Vai adiantar? Não vai, porque agora estou fodida mesmo... Então azar, agora vamos viver assim, e se eu estou fodida tu tá fodida também. (...)'*

*Já tinha o NEP mas eu só ia nas reunião, nas coisas... não fazia parte do movimento que nem agora... Tinham oficinas, mas é que na época mesmo era mais a questão da Brigada, que agrediam, essa coisa toda... Era o que mais se falava. Claro que tinham oficinas de saúde e tudo, mas sabe como é que é, né? 'Comigo não acontece.' Acontece com o vizinho, com a colega do lado, mas comigo não. Eu sabia que devia me cuidar na relação sexual, mas me cuidava era com o cliente, não com meu parceiro, aquela mesma história que até hoje a gente fala pras gurias.*

No meio da sensação geral de drama que envolvia a família presente no hospital quando a notícia foi dada, o pai da Dete perguntou: “Tá e daí, ela tem que se tratar... Não tem tratamento essa doença? Tem - respondeu o médico. Então tá bom”. Uma semana depois de ter acordado do coma, o médico lhe deu a notícia; apesar da esperançosa companhia do pai, ela entrou numa terrível depressão. Parou de se alimentar e tentou se matar. A sua irmã Ica e a Nilce encomendavam na palavra poderosa da Tina, do NEP, a missão de restituir-lhe a força necessária para a recuperação. Toda uma rede de parentes e amigos se fortaleceu ao seu redor para lhe dar força e companhia.

Na época em que a Dete entrou em coma e a notícia da AIDS foi comunicada, ela morava com o “véio Manoel”, um aposentado que a sustentava e através do qual conseguiu baixar um pouco o ritmo de trabalho, voltar a estudar e deixar tempos para descansar. Experimentava uma outra experiência amorosa, conjugal e profissional muito frequente nas mulheres prostitutas do Centro de Porto Alegre. O “véio” como recurso de estabilidade conjugal/profissional (Fonseca,



Arquivo pessoal Dete



Arquivo pessoal Dete

2003b; 2004b). Mas a felicidade pragmática durou pouco, pois no momento do diagnóstico o “véio Manoel” foi informado por uma irmã da Dete que lhe recomendou ir-se embora. Nunca mais apareceu. Ela continuava mal, mas as palavras de todo mundo pareciam produzir algum efeito. Foi na imagem da sua comadre, a Polaca, também prostituta da Alfândega e HIV+ fazia três anos, que ela finalmente encontrou “inspiração pra viver”. A Polaca estava inteira e majestosa, como até hoje podemos vê-la, circulando pela praça.

Foi quiçá olhando para as imagens de trabalho e de tranquila cotidianidade da Polaca, junto com a companhia certa das colegas e o sucesso das políticas de AIDS nacionais, que a Dete sentiu confiança na distância que se construía entre a infecção e a morte a partir daqueles anos no Brasil. Tina dava seus conselhos de vida e de auto-estima, o SUS garantia mais ou menos os medicamentos que ela começou a tomar desde uma semana após a notícia, as colegas e amigas acompanhavam, a família se juntava ao seu redor sem estigma nem preconceito aparente. “Sou uma pessoa muito privilegiada, sempre fui bem amada”.

Depois da AIDS nada no mundo foi mais como era. Com muito esforço se recuperou e começou o tratamento. Agora tinha legalmente uma filha morena e grande como o Miro, 35 anos, AIDS, uma viuvez que não lhe trazia nenhum benefício, a clara decisão de nunca mais ter um gigolô na sua vida, e uma dose considerável de medicamentos e de discursos médicos atravessando seu corpo e sua (palavra recente) sexualidade. A vida e a morte mudaram de sentido; o corpo e o tempo começaram a se relacionar de maneira estranha, agora eram um nicho só que devia ser pensado e bem cuidado. O Espiritismo também ajudou na recuperação e fortalecimento, ajudou-a na calma e na compreensão da doença, do corpo e da morte como fragmentos do processo maior de vida espiritual. Tornava-se frequentadora assídua de grupos e reuniões espíritas aos que antes assistia com certa distância e receio. Nilce, sua eterna Nilce, acompanhava essas buscas enquanto estabilizava sua relação com o Finado Pedro.

Seu trabalho mudou também. Muitas das transformações que vinham acontecendo e que agora encontravam no NEP um lugar de coletivização, diálogo e nomeação foram superpotenciadas pela “aceitação” da doença e da profissão. Ela se construía como uma pessoa-mulher-prostituta-puta-militante-e-mãe com AIDS. Sua velha decisão de não casar nem ter filhos, sua força colona de insubmissão e sua opção pela putaria se radicalizavam na prática e na memória. A camisinha virou um instrumento muito mais próximo, um objeto de mediação das relações e de uma nova ética, que já não serviria só para prevenir-se de doenças, mas para proteger os outros, como ela disse à “traveca” no dia da notícia. E embora ela já frequentasse o NEP, a depressão fez o NEP se aproximar dela em uma relação mais íntima. Fê-la abrir-se e doar-se pouco a pouco na construção desse projeto... fez o projeto aprender dela, se moldar a esse corpo bravio e instável. Começou a falar de prevenção, a adquirir uma nova linguagem, a aprender sobre direitos e a tentar convencer suas colegas a usarem camisinha também com os parceiros, enquanto o NEP aprendia a epidemia desde suas transformações, intimidades, seus fluxos mais secretos.

Com os anos, as transformações e problemas no corpo (como a lipodistrofia), gerados

pela doença e seus tratamentos, começaram a fazer-se evidentes, e Dete então se fez representante do NEP na maioria dos eventos, encontros e comissões relativas à epidemia. O Movimento, enquanto uma rede de amizades e parentescos, enquanto um espaço de socialidades alternativas e femininas, ajudava na mutação desse corpo guerreiro; Dete, enquanto insubmissa e sedutora liderança, enquanto corpo de puta e corpo de “ai-Dete-ca” que aprendia a falar e a rir de si publicamente, construía a ação do movimento. Ensinava em reuniões e oficinas a rir, a putear, a não apanhar quieta, a seduzir com seu corpo estranho, a brigar pelos direitos, pelo prazer e pela dignidade. A Dete no NEP, essa renovada Dete, ensinava “todo mundo tomar nos seus cus!”, fosse quem fosse, política de grêmio, sem pudor nenhum.

### 5.3 Janete

“Eu sou uma sobrevivente de guerra!”

Algum tempo depois do nascimento da Cristiane, pelo início dos anos 90, talvez, Janete, o Alemão e a pequena foram morar em um JK (conjugado) alugado na Rua Ramiro Barcelos à altura da Rua Casemiro de Abreu, no Bom Fim, bairro residencial e boêmio da região central. Uma ladeira e alguns quarteirões separavam a nova residência e o local de trabalho. O bairro Bom Fim, praticamente contíguo do Centro, foi até final dos anos 90 o núcleo da boemia porto-alegrense, essa que a Janete conheceu bem duas décadas antes. O afastamento relativo do eixo do Hotel Aliado pode ter a ver com um novo projeto (ciclo) de vida familiar, de um lado, e do outro, com todo um processo de re-territorialização e transformação da prostituição de rua presente na cidade. Não se afastar necessariamente da prostituição e da malandragem, mas do clima intenso da “confusão toda”. Talvez preparar um espaço “mais adequado” para a criação da Cristiane. A violência policial que se estendeu de maneira contundente até o ano 93 aproximadamente, entre outros efeitos, produziu uma “limpeza” territorial, a eliminação crescente de ‘zonas’ de prostituição.

A Voluntários não era mais o que foi, as mulheres foram varridas pela polícia e os hotéis e “barzinhos” foram fechados. O tráfico, a malandragem, as moças menores e o álcool desbordante foram concentrados em cantos menores e menos visíveis, como a contígua Rua Garibaldi (até hoje ponto referencial de prostituição de rua), ou a prolongação da própria Voluntários da Pátria no sentido norte (afastada do Centro, próxima da Secretaria de Segurança, com menor circulação de carros e pedestres, é hoje um dos pontos fortes de “exploração sexual

Ronaldo Bernardi/ZH



Hotel Aliado anos 90. Zero Hora -23 de abril de 1994. Arquivo NEP.

# ENTRAMOS NO IMPERIO DE BUDA

Esta é uma parte da história sobre o maior império de prostituição de meninas do Sul do Brasil a partir de 1978. Porto Alegre...

## Descobrimos a rota da prostituição de meninas



O Chefe da Volantários, como também é conhecido, conheceu as ruas e as boates da cidade com mulheres traficadas da região colonial. Santa Catarina e alguns de seus filhos desceram prostitutas ao...

Esperito, orgânico, vel, Buda vem ampliando o seu negócio a Justiça. C...

Série especial "Prostituição de Meninas". Zero Hora -19 de dezembro de 1991. Arquivo NEP

Z.H. 19-12-91

Série especial "Prostituição de Meninas". Zero Hora -19 de dezembro de 1991. Arquivo NEP

## Em 13 anos, uma grande fortuna

Série especial "Prostituição de Meninas". Zero Hora -19 de dezembro de 1991. Arquivo NEP

## PROSTITUIÇÃO DE MENINAS

# GIGOLÔS LOTEAR PORTO ALEGRE

Série especial "Prostituição de Meninas". Zero Hora -19 de dezembro de 1991. Arquivo NEP

## PROSTITUIÇÃO DE MENINAS

# Policiais apertam o cerco

Além dos inquéritos e batidas em boates, a operação já significou o pedido de prisão preventiva de 18 gigolôs, além do apoio a garotas doentes

Há 20 dias a Polícia Civil tenta dismantlar as rotas de tráfico de meninas prostitutas no Rio Grande do Sul. Até agora, já foram pedidas as prisões preventivas de 18 gigolôs em várias cidades gaúchas. Dois já estão na cadeia em Porto Alegre. Dezenas de inquéritos contra donos de hotéis e boates foram abertos e está sendo fechado o cerco ao redor...



Buda: objetivo principal

Conexão Chapecó... nas de meninas para... do Sul. Segundo o... o cerco ao redor de Buda... fechado. Ele não entrou em detalhes para não atrapalhar as investigações. O Hotel Aliança, sede da general de Buda, na Avenida... tários da Pátria, em Porto Alegre, segue funcionando. O policial Jara Rossi Rodrigues, que tem relações com ele, ainda está respondendo a inquérito interno.

Também estão adiantadas as investigações a respeito da morte do ex-braco direito de Buda José Carlos Fraga Bertotto Paz, o Cabelo de Porco, em tiroteio em uma guerra de gigolôs. Atualmente, a kombi e um...

Zero Hora -26 de dezembro de 1991. Arquivo NEP

## PROSTITUIÇÃO DE MENINAS



Centro: Praça da Aflição e pontos de gigolôs e traficantes. Capital é reportada em quadros

## Gigolôs lotearam Porto Alegre



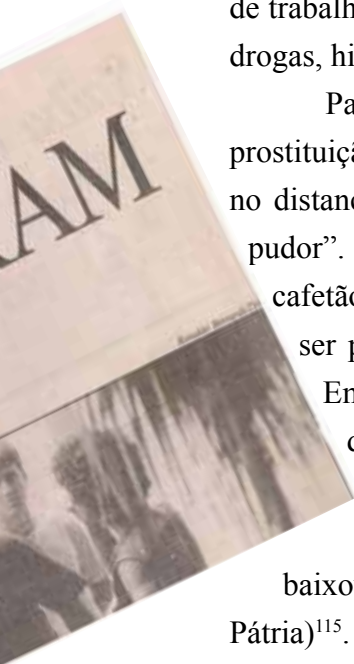
comercial de crianças e adolescentes”). Praças como a da Alfândega e a Dom Feliciano, no Centro, também vivenciaram um relativo esvaziamento; porém, esses lugares possuem uma vida intensa e diversa de trânsitos, relações e encontros (famílias, casais, aposentados, trabalhadores formais e informais diversos, passantes) na qual a prostituição é simplesmente mais uma forma.

A decisão do Alemão e da Janete de se afastarem relativamente do eixo-Volunta, coincide com o consistente esforço para profissionalizar a prostituição na própria experiência cotidiana; isto é, para retirar o peso totalizante da “noite” e da “vadiagem” como pilares, o absorvente ritmo de morar e trabalhar no mesmo lugar. Em geral, essa é uma política de “boa saúde” dentro da prostituição, uma recomendação frequente na hora de uma mulher construir a prostituição “como um outro trabalho qualquer”. Prostitutas de rua, de boates, de salas, se pensando como trabalhadoras e/ou “mulheres de família”, no geral, buscam estabelecer seus lares longe das “zonas”. Elementos que seriam aceitos e desfrutados nos territórios de prostituição (música alta, álcool, drogas, sexo explícito, extraconjugal e desvinculado, conexões ambíguas e diversas) seriam conflitantes com as versões mais aceitas socialmente de trabalho e de família, e com discursos sanitaristas fortemente difundidos (não-consumo de drogas, higiene domiciliar, horas tranquilas de descanso, atividades recreativas).

Parte dessa profissionalização, uma certa “regulamentarização simbólica” da prostituição que ficará clara mais adiante, consistiu, analogamente à escala intra-subjetiva, no distanciamento que “a profissão” pudesse afirmar de alguns delitos, crimes e faltas “ao pudor”. Apresentado sempre como o maior explorador e traficante de menores, além de cafetão impiedoso, policial corrupto e possível traficante de drogas, Buda começou a ser perseguido (mais pela mídia que pela polícia) desde o ano 1991 (Tedesco, 2008). Em 1994, é finalmente capturado e, uns anos depois, morto. Sem ele a situação toda da prostituição na Voluntários mudou. Todo um discurso social crescente sobre os direitos das crianças e dos adolescentes, materializado no caso na luta contra a exploração e o tráfico de menores como bandeira elevada da democracia moderna, baixou sobre a prostituição do Centro da cidade (especialmente no eixo da Voluntários da Pátria)<sup>115</sup>. A eliminação de Buda foi o grande símbolo do processo pós-guerra de construção de uma cidade (uma prostituição) moderna, funcional, livre de drogas, segura para as crianças e adolescentes, saudável e respeitosa da lei.

No percurso da década de 90, o nível de violência física exercida pelo Estado contra elas

115 Revisando aleatoriamente jornais porto-alegrenses entre os anos 89 e 92 pode se ver o incremento de notícias sobre “prostituição infantil” e “exploração de crianças e adolescentes”. Mantenho a hipótese de que as denúncias públicas feitas pelas prostitutas nos anos 89 e 90 não só revelaram, e construíram como problemas públicos, a ação violenta da polícia, mas diversas outras características da prostituição de rua; entre elas, a forte cafetinagem e a evidente presença de menores naquele território. A discussão da presença de menores trabalhando no mercado do sexo nunca, até onde sei, teve lugar no movimento brasileiro de prostitutas. Elas se adaptaram facilmente à lei para evadir o “pânico moral” em que esse tema se converteu. Sobre a entrada e expansão recente dos “direitos das crianças” no Brasil, ver: Vianna, 1999 e 2005; Schuch, 2006 e 2009; e Fonseca e Schuch (org.), 2009.



### Uma denúncia jornalística

Desde 1991 a Polícia Civil tenta desmantelar, sem sucesso, a rota de tráfico de meninas prostitutas no Rio Grande do Sul. Há mais de 10 anos, o chefe do gangue de gigolôs no centro de Porto Alegre mantém em cárcere privado e obriga a trabalhar em programas por dia, segundo mostram reportagens publicadas por ZH, produzidas por Nilson Mariano, no final de 1991.

As reportagens foram publicadas no jornal Zero Hora, sob o pseudônimo de Maria do Rosário, e foram consideradas uma denúncia jornalística.

### Um chefeão cruel

Vitor de Jesus, o Buda, 54 anos, chefe da maior rede de prostituição e tráfico de meninas do Estado, tem sobrenome de santo, apelido de santo e uma aparência de sogro bonachão. Mas as 'fechadas', como a do retento prédio do Hotel Aliado, onde ficavam as meninas prostitutas da Rua Voluntários da Pátria, enganam. O policial aposentado Vitor de Jesus, na verdade, impôs como um gigolô cruel, implacável e astuto.

Comandando sua gangue de dez gigolôs, que exploram dez hotéis e três boates em Porto Alegre, Buda obrigava as meninas prostitutas a manterem a média de dez a 15 programas diários, aceitando as variações que os freqüentes desejavam. Quem desobedecia, apanhava. Algumas meninas, como Janeite (o nome verdadeiro foi preservado), prostituída com oito anos de idade, denunciaram que Buda também gostava de "testar" pessoalmente as prostitutas. As vezes, as forçava a tráfego de cocaína dentro das calcinhas. Janeite também acusou Buda de matado uma menina, chamada Lola, anos atrás, porque ela não demorou.

Buda começou a montar o seu império em 1978. Nos últimos anos, estava traficando meninas de Santa Catarina, com J. V. N., de 16 anos. Até 1991, quando saiu a reportagem de ZH, Buda tinha anilhado um patrimônio considerável — imóveis, três telefones e automóveis. Nas quadras de prostituição, Buda é temido. "Eu tenho medo", confessou Janeite, no passado. Na sua família, porém, Buda é um pai, sogro e irmão extremado. "Como é que podem fazer isso com ele", protestou uma nora, em 1991, quase chorando. (Nilson Mariano)

Sexta-feira, 22 de abril de 1994/53  
Zero Hora -22 de abril de 1994. Arquivo NEP.

HORA

### PROSTITUIÇÃO DE MENINAS

## 'Buda' aguarda julgamento em Canoas

Após ficar seis dias na prisão na Capital Federal, o homem apontado como o maior líder da prostituição já está de volta ao Estado.

**CARLOS WAGNER**

Como os moçoelhos dos filmes antigos, os gigolôs sempre conseguem sair-se bem no final dos dramas. Esta imagem resume a trajetória do maior gigolô gaúcho, o policial aposentado Vitor de Jesus, o Buda, na opinião de Aída Venturini, presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente em Porto Alegre. De acordo com a CPI em



44/Quinta-feira, 21 de abril de 1994  
Zero Hora - 21 de abril de 1994. Arquivo NEP

### PROSTITUIÇÃO DE MENINAS

## 'Buda' deixa a cadeia Brasileira após pagar fiança

Apontado como o maior gigolô do sul de Jesus, o Buda, não tem medo de ir ao plenário do Congresso Nacional.

Zero Hora. 16 de abril de 1994. Arquivo NEP

### PROSTITUIÇÃO DE MENINAS

## Gigolô gaúcho é preso no Congresso

Durante o depoimento na CPI da Prostituição Infantil, 'Buda' recebeu voz de prisão ao fornecer informações contraditórias.

**ANTÔNIO VITAL**

Brasília — O maior gigolô da prostituição do Rio Grande do Sul, o policial aposentado Vitor de Jesus, o Buda, foi preso ontem no Congresso Nacional ao tentar silenciar a CPI da Prostituição Infantil. A voz de prisão foi dada pelo deputado federal paulista Moroni Torgato.

42/Sábado, 23 de abril de 1994



Zero Hora -23 de abril de 1994. Arquivo NEP.

### PROSTITUIÇÃO DE MENINAS

## 'Buda' reestrutura rede de hotéis e boates

Libertado após ficar preso por seis dias, o acusado de ser o maior gigolô do Sul do país controla os seus negócios de forma discreta.

**NILSON MARIANO**

A rede de prostituição montada pelo policial aposentado Vitor de Jesus, o Buda, 54 anos, segue funcionando normalmente, com algumas mudanças e aperfeiçoamentos. Mesmo respondendo a processo judicial e tendo ficado preso tempora-



no, mas não tem medo de ir ao plenário do Congresso Nacional. O Buda é conhecido por ser um homem de negócios e por controlar a maior rede de prostituição do Rio Grande do Sul. Ele é acusado de controlar a prostituição de meninas em hotéis e boates. O Buda é conhecido por ser um homem de negócios e por controlar a maior rede de prostituição do Rio Grande do Sul. Ele é acusado de controlar a prostituição de meninas em hotéis e boates.

diminuiu de fato, mas também a presença delas na rua. É como se a polícia tivesse sido objeto de um processo de re-educação e “domesticação” pelo conjunto mais civilista da sociedade... e elas, as prostitutas, também. A gestão da decência e da legalidade democráticas. A ditadura e toda aquela violência brutal, massiva e cotidiana é uma lembrança ruim, enquanto na cidade novos sonhos, poderes e possibilidades se afirmavam com as Administrações Populares e a euforia dos movimentos sociais. É o final dos anos 90. O Brasil e o Rio Grande do Sul festejam uma década de nova Constituição; Porto Alegre, da sua Lei Orgânica (Albano, 1999). E as prostitutas organizadas, mais de dez anos de existência. Já houve três encontros nacionais do movimento, e Janete, que, igual do que as outras foi se aproximando do movimento entre seduções e desconfianças, está diretamente envolvida nas ações educativas e políticas do NEP. Ela foi ativa participante do III Encontro Nacional (ver foto adiante). Ela é uma militante e porta-voz inigualável dentro do movimento local, pelo seu carisma e pelo aprofundado conhecimento que tem da “malandragem toda” das ruas. A Rede Brasileira de Prostitutas, em paulatina consolidação no percurso da década, vai ganhando reconhecimento social na sua ação de mediação e criação de novos espaços de reivindicação. Apenas com os recursos da Igreja Luterana, o NEP cresce nas suas bases sociais e nas suas alianças políticas.

O dia 2 de abril de 1997 é provavelmente a única data que Janete lembra com certeza e exatidão. Os três filhos mais velhos do casal continuam na casa da avó, já adolescentes e adultos, fazendo ou terminando os anos da escola. Janete beira os 40 anos de vida e os 20 de profissão, é uma “profissional do sexo”. Naquele dia o Alemão estava em Canoas, fazendo um “serviço”, Janete estava em casa, cuidando da pequena e esperando a noite se aproximar para perfumar sua voluptuosa beleza e sair a caçar clientes. Era um serviço de manutenção em alguma casa particular. O Alemão andava de bicicleta, nunca tiveram carro. Alguém cumprimentou, alguém conversou, algo aconteceu, ele se distraiu, pegou um buraco que estava aberto por obras públicas, a roda travou, caiu mal e morreu. Ponto. É essa a narração. Não se fala mais. A Janete conta que foi informada pelo próprio Buda, para efetuar o reconhecimento do cadáver e todos os trâmites correspondentes. De repente não havia mais Alemão, o grande amor da sua vida, seu companheiro de incansáveis lutas. Era ela e a Cristiane. Caiu em depressão. Parou de comer. Sua diabetes começou naquele momento, e a proximidade com o NEP e com o mundo do teatro se intensificou. Era o final para a materialidade de uma relação que orientou seus últimos vinte anos, seu corpo, sua profissão... e que ainda hoje, na intensidade da pura perspectiva, da pura memória que tudo lava e embeleza, do puro desejo, ocupa um lugar muito importante na experiência.

Após a morte do Alemão, Janete largou a Volunta e qualquer outra rua como ponto fixo de trabalho. A vida mudou radicalmente. O cultivo de alguns “veios”, assim como a caçaria não-explicita na rua e em locais comerciais, marcarão a forma que a sua prostituição assumirá a partir daquele momento. O florescimento organizacional do movimento de prostitutas e sua aliança estratégica com o então também florescente PN-DST/AIDS permitiram a execução de projetos duradouros que, entre outras tantas coisas, significavam alguns recursos financeiros



Dia 08 de Março 1996

Acima: Janete na comemoração do Dia Internacional da Mulher, 1996. Também aparece a Renata, mulher do Mimoso. Ao lado, a Tina recebe o Prêmio de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa RS, em 1999. Abaixo, a Janete na cerimônia. Fotos arquivo NEP



1999 Entrega do prêmio DH para NEP

para as militantes. No meio da sua depressão, Janete encontrava nos velhos amigos do teatro e nas atividades do NEP um espaço de reconfiguração da perda.

*O sexo morreu ali, quando ele morreu... Claro, eu não vou te dizer que não sinto a vontade... Mas com quem??? Já tive relacionamentos com algumas pessoas, mas não é a mesma coisa... Nunca mais. Dizem que o espírito dele não deixa, hahahahahahaha... As gurias que dizem isso... hahahahahahah!!! 'Janete, o espírito dele não deixa!'<sup>116</sup>*

\*\*

As transformações e rearranjos desses últimos trinta anos na prostituição não podem ser lidos meramente desde a prostituição como um campo autônomo (intra-campo), nem só desde a urbanização e modernização da cidade. Tais transformações obedeceram também à reconfiguração geral das imagens de gênero e de sexo na cidade; assim como das economias eróticas, produtivas, familiares, sociais e políticas. Esses diversos planos antropológicos, e suas intersecções, são constantemente corporificados/criados/ performatizados, de maneiras não homogêneas, por essas quatro mulheres. Assim, se no final da década de noventa Janete, Nilce e Dete encontram-se, de fato, fora de relações de cafetinagem, encaram na prática uma relativa expansão da sexualidade e da “autonomia” feminina, assim como importantes mudanças no seu trabalho, nos seus corpos (que rondam os 40) e nas relações de parentesco, Soila, a mais nova, mantém-se sob a violenta égide do Mimoso e da perspectiva familiarista/produtiva. Ele se configurava, então, como o “último grande cafetão”.

# Prostitutas e gigolôs ficam surpresos

A notícia da prisão de Duda começou a circular entre as meninas prostitutas da Rua Voluntários da Pátria, no centro de Porto Alegre, ao entardecer de ontem. "Ele não é o único gigolô por aqui", avisou uma garota que diz ter 18 anos, mas não aparenta ter mais de 15. "Há outros sócios por aí, batendo nas nossas coxas". Magra, morena, alta, com feridas nos braços, ela comenta com orgulho seus programas diários: "15 mil por freguê", é entregue para a consola, casa, rento uma das frequentadas explorado por Duda.



## PROSTITUIÇÃO DE MENINAS

# Gigolôs exploravam seis menores em boates

... meninas no íntimo da penha do chefe surpreendeu esta perseguição ao senhor Duda", reclama sua única menina livre, que faz pouco a clientela dessas mulheres é formada por trabalhadores de baixa renda e estudantes.

Na Lancheria Alinda, localizada próxima ao hotel, vários copos de Duda tomavam cerveja. Um deles, loiro de estatura média, saiu apressadamente do bar, logo após as emissoras de rádio terem dado a notícia da prisão do gigolô em Brasília, e começou a alertar as meninas que faziam ponto na quadra. "Sejão, temera cuidada", vive a elas.

Em meio ao rebulico da Voluntários da Pátria, um integrante do Conselho Tutelar observava, discretamente, todo o movimento da quadra. Dentro de um Fúca, ela estava localizada uma menina. "Já retiramos várias garotas de dentro deste hotel", disse, apontando para o Alinda. Ele pediu para não se identificar. (Carlos Wagner)



Abalo: a notícia da prisão do líder

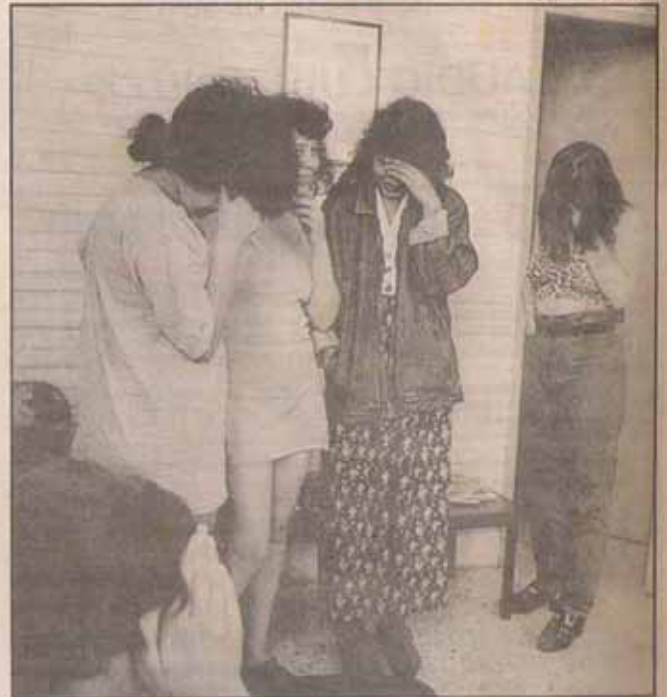


Foto: José Dornelles

Resgate: as cinco meninas eram mantidas em cárcere privado em boates

## V.F., 14 anos, sofria espancamentos

Como se fosse um professor, Ludtke ensinava a garota como se contornar uma casa de prostituição.

... de galinha. "Descobrimos que eles estão com tuberculose", comenta o delegado João Barcellos. V.F. tem problemas de saúde há muito tempo. "Nos tempos em que era menor ela esteve várias vezes entre a vida e a morte", recorda o pai. Como consequência das doenças sofridas quando era criança de Ale-ccio, ela ficou com alguns problemas mentais. "Antes de ela fugir de casa estávamos tentando conseguir ajuda de uma psicóloga para ela", relembra o pai. A menina identificou o gigolô Ludtke como sendo o seu agressor.



Gigolô: Alexandre Ludtke (de bermuda) e seus quatro amigos. Avam presos



Abalo: a notícia da prisão do líder agitou prostitutas e rufões que têm ponto na Voluntários da Pátria

#### **5.4 Soila**

“É coisa de repensar os conceitos da gente.”

Em algum dia de abril de 2003, Soila desmancha, numa decisão unilateral, sua aliança conjugal com o Mimoso. Apesar da perda enorme que significaria o afastamento da Renata, para ela ir embora, fugir, foi inevitável. Foi cedinho de manhã, levou o mínimo de pertences possíveis para que tudo coubesse na Combi de um amigo, enquanto em outra casa a Renata fazia uma performance sexual excessiva para manter o Mimoso alheio ao que ele já suspeitava. Então fugiu, abandonando a casa e todas as amizades construídas nesses 26 anos. Mesmo comprados com o dinheiro suado por ela, mesmo estando registrados em seu nome, ela sabia bem que a casa e o carro e as contas não lhe pertenciam. Morava em uma casa grande na região metropolitana de Porto Alegre, com piscina, empregados, uma cozinha reformada ao seu gosto e carro sempre de ano. Porém, sentia que perder tudo aquilo seria um preço baixo para os ganhos possíveis.

Soila beirava os 40 anos, e na prostituição, em geral, o valor de mercado da mulher é fortemente mediado pelo “capital corporal” e pela idade. O “capital corporal” como proposto por Damo (2005) no seu trabalho com jogadores de futebol, é uma re-leitura do “capital simbólico” bourdieusiano. Faz referência às capacidades e disposições corporais com as quais a pessoa conta para encarar um campo em que se imagina que uma certa performatividade física (ação forte imaginada em oposição à intelectualidade) é central, constitutiva, diferencial. Para o campo da prostituição, tal capital está fortemente definido pela imaginação erótica e de gênero dos grupos, classes ou redes sociais em jogo, e define, basicamente, tipos, aparências, produções físicas (relacionados com o ver, cheirar, palpar, ouvir) e técnicas, saberes e performances corporais (fazer). As possibilidades da eficácia na sedução caçadora da mulher prostituta, como vimos anteriormente, são substancialmente dependentes do alto valor simbólico desse capital num campo ou numa relação específica, pois o tesão do cliente (traduzido ora em quantidade de dinheiro, ora em divertimento mútuo) compartilha a mesma base imagética.

O outro capital em jogo é a idade... mais especificamente, a aparência da idade. Fortemente relacionado com o anterior, não pode se cair na armadilha de ler uma correlação absoluta e necessária, inversamente proporcional, entre idade e capital corporal (quanto mais velha menos capital corporal). A idade, como o corpo, enquanto capitais, só existem na relação com outras pessoas e com outras variáveis. Em princípio, trata-se de entender que a categoria idade joga um papel simbólico importantíssimo na hora das transações na prostituição. A idade da prostituta (aparentada, imaginada, suspeitada ou, raramente, perguntada), talvez tanto ou quanto a idade do cliente, é um dado importante na hora das escolhas e disposições para a troca sexual comercial. “Juventude” (mas também a nov-idade) e “velhice” definiriam os blocos categoriais dos valores simbólicos e das buscas erótico-comerciais tanto das mulheres trabalhadoras quanto dos cafetões, empresários e agentes, e, claro, dos seus clientes.

Mas o que é juventude e velhice, a potência que significam na hora de seduzir, caçar e devorar, na hora da apropriação, assim como o valor desse corpo oferecido, só se vivenciam,

constroem e definem no marco geral das relações de classe e gênero, no marco médio das formas específicas de prostituição nas quais as pessoas estão inseridas, e na experiência particular de cada trajetória corporal e de cada programa. O valor simbólico desses capitais muda entre diversas classes, entre diversas épocas históricas e diferencialmente para homens e mulheres, mas também muda com relação ao tipo de prostituição buscada<sup>117</sup>. Lembremos que, quando Soila entrou na prostituição, com quinze anos, o topo da curva de valor simbólico/produção de riqueza relacionada com a idade, no eixo da “Volunta”, era inferior aos vinte anos. Pelo sucesso do negócio do Buda, e pelas idades da Soila e da Renata, é possível pensar na existência de uma economia masculina do desejo (que se fazia matéria ao redor do Hotel Aliado) orientada para moças entre os 14 e os 20 anos. Em 2008, depois de quase trinta anos de construção extensiva e intensiva de discursos sobre “os direitos” de crianças e adolescentes, uma mulher que trabalha na Rua Garibaldi, onde não há mais menores trabalhando, me dizia que até os trinta uma prostituta pode fazer um bom dinheiro, mas que o topo está por volta dos 25. No entanto, a alguns quarteirões dali, bem perto da Secretaria de Segurança e Justiça, existem ruas e esquinas onde o comércio sexual com menores é reconhecido. Em alguns bordéis de luxo de Porto Alegre dificilmente são aceitas mulheres que superem os 25 anos.

Contudo, lembremos também que a Nilce e a Dete, por exemplo, que batalham na Praça da Alfândega, principalmente, começaram por volta dos 23 anos e ainda estão lá. Não é só um assunto de territórios. Ou melhor, os territórios são espaços vividos e feitos no batalhar desses corpos e na produção mais ou menos sistemática e intensiva de riqueza. Nos códigos predominantes, a “juventude” possui maior valor simbólico do que a “velhice”; o que não elimina as exceções (muitas vezes consideradas buscas “bizarras” de clientes particulares) nem as perspectivas. Uma afirmação similar poderia fazer-se sobre a “gostosura”. E ainda que a existência da “juventude” e da “velhice” mostre-se como fortemente relacional, há uma relativa “objetividade” no campo, como vimos no parágrafo anterior, que imaginaria limites cronológicos. Nilce, por exemplo, não é uma moça nova, para ninguém. Ela é simultaneamente uma coroa muito atraente procurada por “guris” ansiosos de sabedoria, e uma mulher apenas madura, mas suficientemente jovem e “gostosa”, quando paquerada pelos seus “véios” ou contemporâneos. “Eu tenho um prazo de validade de dez anos”, me dizia a Soila com seus belos 44.

Tal “objetividade”, compartilhada largamente no mercado maior do sexo e da conjugalidade, possibilitaria formas mais ou menos frutíferas (financeiramente) de prostituição. Numa lógica quase industrial, de prostituição majoritária e intensiva, de grande acumulação de bens, como a da família do Mimoso, a “juventude” e a “gostosura” eram potências necessárias para efetuar a relação. Lembremos que Soila, nos anos da sua vida com o Mimoso e diferentemente das outras três, realizou duas cirurgias plásticas para construir um corpo mais “gostoso”. Enquanto que em experiências mais, digamos, artesanais ou minoritárias, como a da Nilce, a Dete e a Janete, tais capitais (idade e corpo) poderiam ganhar maior flexibilidade

---

117 Sobre “envelhecimento” ver: Machado e Barros, 2009; Barros, 2004.





Soila num encontro da Rede Brasileira de Prostitutas. Fortaleza. Final da década de 90. Impossível especificar o ano. Arquivo NEP.

e novas potências. Inclusive no complexo campo da “indústria do sexo”: veremos nos anos vindouros a Janete fazendo parte de uma agência que fornece serviços sexuais a homens que gostam de “coroas e gordinhas”.

Mas então é necessário fechar essa digressão e voltar para a narrativa. O final dos anos noventa, sob o estandarte do Mimoso, foi para a Soila o início do tempo que, profissionalmente, sentia-se como o tempo da velhice, do corpo que perdia valor na rua. Contudo, como veremos, não era a prostituição, nem a rua, o “quê” da fuga<sup>118</sup>.

Preocupado com o nível de produção da sua indústria, o Mimoso trazia moças do interior do Estado, convocadas para trabalhar no serviço doméstico com salários privilegiados. E trabalhavam, e ganhavam seu dinheiro, e recebiam a sedução, as intimidações, a consequente proteção dele e, antes de percebê-lo completamente, eram incorporadas à unidade familiar/ produtiva. Estavam numa das boates ou na rua “rodando bolsinha” e arrumando dinheiro para o seu gigolô/patrão. Difícil é saber o que as moças pensavam ou como administravam a informação e a experiência, difícil imaginar se elas chegavam à Capital sabendo ou suspeitando do mercado do sexo ou não; mas o tom do convite, o motor da relação era pensado pelo Mimoso e a sua família como um engano.

Preciso de empregada doméstica. De 19 anos a 25. Preferência do Interior. Salário... 800 reais por mês.

Assim é lembrado pela Soila. Ela escrevia os anúncios no jornal, conversava com elas por telefone para garantir o trabalho e marcava um encontro na rodoviária. Já ali, a Soila aguardava a chegada do ônibus em alguma mesa de bar onde sua presença não fosse evidente e olhava

118 Essa é uma aclaração importante e que atravessa o conjunto desse trabalho. Em outro lugar (Olivar, 2008), estudando uma experiência na Colômbia, percebi uma situação similar relacionada com fugas e insurreições femininas. Com perigosa facilidade poder-se-ia afirmar que a o objeto da fuga é a prostituição: “sair da prostituição”.

as moças descerem e esperarem o contato. Se eram lindas, se eram do gosto do seu marido, que ela conhecia bem, se tinham “capital corporal” para as vontades dele e a alimentação do negócio... se cumpriam os requisitos, ela se aproximava e as levava para casa. Se não, virava o casaco para esconder a cor combinada e ia-se embora sem mais. “Pro meu íntimo era muito pior do que alguém possa imaginar... Era como se eu estivesse me colocando de novo naquela situação... Não quero que pareça vitimização, Miguel, mas foi muito ruim<sup>119</sup>.” Produziam-se bóias (inimigas ontológicas das esposas) para, apropriando-se das suas potências e “capitais”, sustentar as relações de parentesco e o estilo de vida.

*Eu me envergonho do que eu fiz, mas não me envergonho de falar isso que eu fiz porque... Eu acho que é uma coisa que estava errada, mas fazia porque estava naquele condicionamento e tinha que fazer. Era isso ou apanhava, ficava sendo xingada, sendo humilhada. E eu não queria essas coisas pra mim, entendeu? Então fiz isso por muito tempo, por três anos, mais ou menos.*

*Depois comecei ir direto nas salas, boates... trazia direto, ia lá e conversava com as mulheres. Moravam na minha casa. A Renata cuidava da Viviane, que era a mais difícil. A Clara não cuidava de ninguém, e eu cuidava*

119 É interessante essa aclaração da Soila. A atitude de “vitimização” é uma das posturas mais rechaçadas no interior de movimentos políticos que têm na sua base a opção e a identidade. Existe todo um policiamento ao respeito, que vigia as manifestações públicas, e privadas, que narram a experiência da prostituição desde o lugar da vítima, que colocam uma experiência de vitimização como categoria importante na compreensão da prostituição.



Soila na comemoração do Natal 1998. No centro aparece a Tina, também. Arquivo NEP;

*das bóias que chegavam. Administrava o dinheiro. As bóias davam pra mim e eu depositava, e a cada semana dava extratos, orçamento, tudo. E, se ele precisava, eu ia lá e fazia um saque e dava pra ele, dava cheques assinados em branco, sei lá... Já não gostava mais sexualmente dele, mas ele era meu homem, desde que eu tinha 16 anos... Fui muito apaixonada por ele, mas aí já não era mais... Acabou... Eu me sentia muito mal. Estava fazendo uma coisa muito errada.*

*Se não fosse que ele me botou pra mim fazer isso [arrumar mulheres pra ele], eu acho que eu não teria ido embora.*

Acompanhamos, na última década, um número importante de transformações e rearranjos nas trajetórias dessas mulheres. E se Nilce, Janete e Dete, por motivos diferentes e de maneiras diversas, se afastaram dos seus maridos/gigolôs iniciais, reformularam suas famílias sobre outros princípios de relação e a prostituição mudou de sentido (individualizada, politizada, descentrada e, num mundo de crescentes industrializações, “artesanal”), Soila percorreu um caminho inverso: intensificação do modelo familiar/produtivo que derivou numa real industrialização do negócio do sexo. É interessante perceber que esses dois caminhos se apresentam comumente para muitas mulheres prostitutas que “envelhecem” no negócio: ou vão para algum território onde a flexibilidade seletiva é maior e o preço do programa menor, arranjam um ou vários “véios” ou casam com algum (ex)cliente, e alternam a profissão com outras atividades (cuidar de filhos, de netos, participar de ong’s, gestar círculos de sociabilidade, costurar) e outros trabalhos (costurar, fazer faxina, panfletar)... ou, então, viram empresárias ou cafetinas ou agentes (posições não sinônimas).

Agora, não devemos esquecer que, além das pulsões particulares da sua trajetória e do seu ciclo vital/profissional, e isso constitui uma hipótese forte nesse trabalho, tais motivações de mudança estariam fundamente conectadas com forças de transformação dos “esquemas conceituais” compartilhados pelo mundo ao seu redor. O corpo sentia um novo cheiro no ar. Os grandes cafetões e traficantes estavam mortos ou desaparecidos da vida pública e o “tráfico” e a “exploração” já não só de crianças e adolescentes, mas de mulheres, se difundia amplamente na mídia, no Estado e nas organizações sociais. Soila, mesmo com resistências, era próxima do movimento de prostitutas, estava “exposta” a esse discurso, e o próprio Mimoso era amigo das lideranças da organização<sup>120</sup>. Alguns anos três ou quatro antes daquela manhã de sábado em que foi embora, tinha viajado, em representação do NEP, e com permissão explícita do seu marido, para Fortaleza a uma reunião do movimento nacional. Ali encontrou mulheres prostitutas de mais de quinze estados que reivindicavam uma série de direitos, ganhos e oportunidades que ela queria compartilhar.

Soila sabia, como muitas outras, que não era a prostituição o ponto de ruptura da sua experiência, que não era disso que devia sair correndo, ir embora. Ela já tinha fugido da tia tirânica, das polícias, de clientes violentos, de formas doloridas de trabalho. A tensão crescia,

---

120 Tina Tabora (NEP) e Gabriela Leite (Davida) lembram que ele era próximo do movimento, emprestando os carros e facilitando a presença das suas mulheres na vida do NEP. Renata, como já falamos, participava ativamente da propaganda da organização.



Soila, em intervenção na rua. 8 de março de 2001

o conflito interno, a sensação de uma contradição que precisava ser resolvida: saber-se ainda (porque o processo de individuação e profissionalização se pensou em termos de avanço) mulher de um cafetão como aquele, administradora das bóias -máquinas-de-produção/amantes do marido-, agenciadora de uma vida que começava a repudiar.

*Então assim, tinha três maneiras de resolver isso: Ou matava ele, ou eu me matava, ou ia embora. Cheguei a comprar uma arma pra matar ele, mas não tive coragem, porque eu disse: e se eu erro? Daí... não. Eu vou me matar, então. Comecei a tomar comprimidos, tomar remédios. Uma vez tomei 40 comprimidos... Comecei a entrar em depressão, depressão... e não consegui me matar... Comecei então a beber escondida dele. Ele tinha quatro mulheres, comigo. Quando ele dormia comigo eu não bebia. Ele dormia, e tipo 3, 4 horas da manhã eu me acordava, ia pra cozinha e bebia. Comecei a beber todo dia. Então aí vi que a única coisa mesmo era ir embora... Mas pra ir embora eu tinha que achar um lugar pra ficar; e outra coisa, eu tinha que deixar todas as coisas no nome da Renata, porque se não ele ia me achar e me matar, mesmo...*

Calculava com precisão e sentia as possibilidades. Passou mais ou menos um ano de pressão crescente. Até que um dia, no meio de uma discussão dessas cotidianas... “Porque é que tu não vai embora?! Pega tuas coisas, cara, e vai embora! Mas não esquece de deixar todas os papéis assinados antes de ir embora, se tu levar alguma coisa eu te mato, ou mato tua prima... ou o filho dela... um deles vai pagar por ti se eu não conseguir te pegar!”. A palavra de Deus tinha sido pronunciada... como costuma ser, sob a orientação insistente do mortal. “Sabe como é que é, né? Um dia acordei, abri os olhos e disse, bom e o que que é isto? Este cara não me dá mais o que eu preciso... estou cansada, preciso sair daqui.”

*Já tinha feito as procurações... tudo estava pronto, no nome de Renata e tal... Deixei tudo lá arrumadinho e um bilhete em cima da cama, dizendo que eu tinha feito o que ele tinha mandado e que estavam todas as procurações no nome da Renata...*

De todos os bens dos que a Sô desfrutava, e que estavam no nome dela, só decidiu ficar com um carro que estava quase terminando de pagar. “Eu pensava que as coisas eram todas dele, não minhas”. Foi morar no segundo andar de uma casa, na vizinha cidade de Alvorada, ajudada pela sua prima. Desfez-se dos seus celulares e, morrendo de pânico por ser achada, se enclausurou naquele lugar. Imaginava constantemente o Mimoso batendo no portão. Com o dinheiro da venda do carro viveu oito meses. Oito meses sem trabalhar e praticamente sem sair de casa. Não tinha coragem de botar o rosto ao olho público. A prima começou a ser seguida pelo Mimoso e o dinheiro foi se acabando. Então decidiu procurar velhas amigas que soubessem de algum trabalho fora de Porto Alegre e, antes de partir, contatou-se com o NEP para informá-las da situação e pedir alguma orientação... “Era uma boate conhecida pelas gurias, lá em Julho de Castilhos [município do interior do Rio Grande do Sul]”.

Passados dois meses lá, Soila, mulher das ruas do Centro porto-alegrense, cansada da vida de cidade pequena do interior e do clima da boate, decidiu que tinha que voltar e tentar reestabelecer a sua vida. Tinha passado um pouco menos de um ano da fuga, sentia-se suficientemente forte para encarar a cidade; porém, num acontecimento quase feitiço, a sua própria trajetória atualizou-se, para lembrar-lhe que as coisas não eram tão simples assim, que seu corpo ainda fazia parte da velha relação... da qual, e também isso se atualizava e fortalecia, devia fugir.

*Então aquela noite eu chego em Porto Alegre e estou aí, na frente da Rodoviária, esperando a minha lotação passar pra ir pra casa. A sinaleira fecha e que é que eu vejo diante de mim? Um Celta vermelho do ano. 'Ô, cara, e porque que é que tu tá fugindo de mim???? Entra aí...' Era o Mimoso, Miguel, o Mi-mo-so!!! Na hora que eu saí da Rodoviária.... Daí quando eu vejo, vamos pela [Avenida] Farrapos e eu disse: 'agora vai pegar a ponte do Guaíba e aí deu...'*

*- Não, um momento, Sô... tu entrou no carro?*

*- Não tinha como não entrar, Miguel.*

*- Não?*

*- Assim é que funcionavam as coisas... Tu não está entendendo! Então parou num posto de gasolina, comprou uma lata de Coca, cigarros... 'Bom cara, agora me conta o que é que foi que houve...' 'Não sabe? Tu não sabe que é que houve???' Aí comecei a falar, das mulheres... de como eu me sentia... Ele me deixou falar e depois me interrompeu. 'Bah, cara, eu não consigo entender como tu é uma mulher tão burra... Tão inteligente para algumas coisas e tão burra... Amanhã tu vai num cartório e me faz um registro de compra e venda... escutou? Registro de compra e venda. Tu me deixou uma pro-cu-ra-ção. Eu quero um Re-gis-tro-de-Com-pra-e-Ven-da. Eu não quero procuração... Tá pensando que está lidando com quem, como um bobo, com um trouxa? Tá pensando que eu sou um otário? Se tu pensa que pode me dar um golpe, eu vou te dizer mais uma vez:*

*eu vou furar teus olhos - bem assim, Miguel, eu sentada do lado dele -, eu vou furar teus olhos, vou furar os olhos da tua prima, vou comer aquela... machorra da tua amiga Aline, vou comer aquele guri Joãozinho, vou te matar e vou te jogar no Guaíba... e ninguém vai ficar sabendo. Tu é muito burra'.*

Três meses depois ele apareceu de novo. Batendo, junto com a Viviane (a número quatro), no portão da sua casa que, supõe-se, ele desconhecia. “É o seguinte, ô cara, deu um bolo no Banco, não sei o quê, e tu precisa ir lá e assinar um negócio aí.” Soila ficou em choque. Tomou mais previsões de segurança e, como o dinheiro acabava e ela não se sentia em condições de batalhar na rua, falou de novo com “as gurias” para conseguir uma “sala” adequada para trabalhar sem se expor. Menos de dez dias depois, estava se mudando para outra moradia. “Eu descia uma parada antes ou uma depois, ficava muito ligada nisso”. Nunca mais voltou com ele, a fuga desse sistema totalizante de família/trabalho/vida, a fuga da perspectiva de Deus, estava se completando e atravessava, pela completa reengenharia do mundo, a corporificação e performatização de novas relações.

\*\*



Soila, Lúcia, Nilce e dois acompanhantes, durante intervenção fora de Porto Alegre, pelo Projeto financiado pela PACT-USAID. 2006. Arquivo pessoal Soila.

Hoje, na Rua Voluntários da Pátria, entre ruas Senhor dos Passos e Garibaldi (trecho histórico de prostituição por cujo meio passa elevado o Viaduto da Conceição), não é mais fácil encontrar moças indo e vindo com suas roupinhas de trabalho. Nem sequer à noite. São escassas, ou transitam entre o “Bar da Tia” e alguma padaria ou motelzinho barato, ou são uma ou duas velhas e icônicas habitantes que resistem a abandonar o lugar. Na Praça da Alfândega se mantém um reduto da prostituição discreta que, familiar, diurna e trabalhista, sempre existiu ali. As quatro protagonistas dessa tese são um baluarte afirmativo do seu direito a estar entre raios de sol, bancos e jacarandás. Em avenidas como a Bento Gonçalves (centro-norte), a Beira-Rio (sul), a Oswaldo Cruz (sul) e a Getúlio Vargas (leste-sul), há pontos nos quais é usual encontrar algumas mulheres e travestis prostitutas. Não são zonas de putaria, não há grandes grupos, bares, hotéis, festas; trata-se mais do aproveitamento tranquilo, individual ou de pequenos coletivos,

da condição legal da prostituição (trabalho) no Rio Grande do Sul e no Brasil<sup>121</sup>.

Um lugar muito interessante, que mereceria toda uma etnografia específica é o Mercado Público. Quando eu falava disso para alguns porto-alegrenses das camadas médias, eles me perguntavam surpreendidos se, de fato, havia prostituição ali. O Mercado alberga, com foco na porta principal, nas esquinas internas e em alguns barzinhos do primeiro andar, todo um movimento de transações sexuais comerciais de renda baixa que passa inadvertido ao passo dos visitantes turísticos e compradores. O vestuário é, como na Praça da Alfândega, muito discreto, e as dinâmicas de caçaria das mulheres a maior parte do tempo camuflam-se com os ritmos de circulação e sociabilidade regular. Os clientes são, principal mas não somente, “velhos” que pagam por volta de vinte reais por um *programa* nos hoteizinhos próximos dali. Contudo, o Mercado é vigiado por uma companhia privada de segurança que, de tempos em tempos, e em aliança com a Brigada Militar, baixa uma onda repressiva contra as mulheres. Argumenta-se a ocupação “ilegal” do espaço, a “abordagem explícita demais”, a suspeita de venda de drogas, os desconfortos que a presença delas supostamente gera nos clientes e visitantes. Diversas intervenções e denúncias (sobre atos de humilhação e violência física por parte da empresa de segurança e da Brigada Militar) têm sido feitas pelo NEP, resultado das quais as mulheres continuam aí, conversando, gozando e trabalhando.

Na Avenida Farrapos, paralela à Voluntários, que nasce embaixo do Viaduto da Conceição e leva do Centro à região norte, a velha prostituição insinuante e beligerante de mulheres e travestis, de botas e peitos “pro ar”, de esquina iluminada e arrastão desbordante, não cessa de alegrar as noites de muitos homens (e algumas poucas mulheres clientes). Há trabalhadoras solitárias, autônomas crescentes, e grupos vigiados de perto por agentes ou cafetões. Há noites de festa, esquinas de algazarra, “roupinhas de trabalho”, sexualidades que circulam e gozam. Toda essa prostituição de “cara a tapa” que ilumina a avenida quando a noite cai e cujos preços variam desde os dez ou quinze reais até mais de 100. De dia, se nos referimos a ruas públicas e abertas, as minissaias e “abordagens” explícitas, os cabelos soltos indo e vindo, o cheiro forte de uma dúzia de perfumes e o avermelhar facial dos clientes estão praticamente limitados a um quarteirão: a rua Garibaldi entre Avenida Farrapos e Voluntários da Pátria. A poucos metros da Rodoviária. Ali, segundo algumas, “o tempo congelou”. Não é gratuito, então, que seja no Mercado Público, na Av. Farrapos e na Rua Garibaldi, onde a maior força policial, repressiva e disciplinar tenha se operado nos últimos anos.

No percurso dos anos noventa, na medida em que as mulheres abandonavam as ruas, seus direitos eram reconhecidos; a não-criminalização penal da prostituição se afirmava e os controles sanitários discriminatórios desapareciam nas capitais, o número de espaços fechados dedicados à prostituição, “privês”, aumentava e se diversificava consideravelmente na cidade. Nas calçadas das ruas que desciam para o rio Guaíba e cortavam a Voluntários, como a Dr. Flores, Senhor dos Passos, Pinto Bandeira e Vigário José Inácio, outrora ocupadas por famílias/

---

121 Quando o sol se põe, no emblemático e familiarista Parque Farroupilha (ou da Redenção), a prostituição masculina (de michês) floresce. É o seu ponto mais tradicional.

unidades produtivas sob a luz pública do sol ou da iluminação artificial, hoje existem dezenas de “salas” (escritórios de prostituição) e pequenas “casas” de prostituição espalhadas nos prédios da região. Ali a regulamentação é basicamente privada, a cargo de “gerentes” e “donos”. A presença de controle e proteção (garantia de direitos) por parte do Estado é praticamente nula.



## VI. NOVAS FORMAS DA GUERRA E DA VIOLÊNCIA: TUDO EM OFF.

*Poderei dizer-vos que elas ousam?  
ou vão, por injunções muito mais sérias,  
lustrar pecados que jamais repousam?*

Ana Cristina César. *Atrás dos olhos das meninas sérias*.<sup>122</sup>

### ***6.1 Rua Garibaldi, 2007 ...ou como atualizar uma “zona de tolerância simbólica”.***

#### **15 de maio.**

Tudo começou naquela terça-feira, mesmo que a história que aqui se conta estivesse em andamento há mais de uma semana, há mais de 15 anos e sempre assim. Cheguei à sede do NEP, no sexto andar da Rua dos Andradas, 1460, pouco antes do meio dia, como acontecia vários dias da semana. Tinha sido convidado a participar de uma oficina de Redução de Danos que a Lúcia ministraria às 14h.

Na roda de apresentação evidencia-se a presença massiva e pouco comum de mulheres que batalham na Rua Garibaldi. Há perto de 40 mulheres; delas, quase a metade provinham desse local de trabalho. Como é recorrente nas oficinas, a maioria das mulheres está entre os 23 e os 35 anos. Elas vestem roupas de “sair na rua”. As “roupas de batalha” ficaram nos pontos, salas, drinks e hotéis, junto com as performances e perspectivas da caçaria sexual. Também há algumas “donas de hotéis” e a moça dos olhos chineses está com um bebê de colo. Algumas fumam.

Lúcia afirma que a oficina não vai ser como foi planejada, pois deverá se abordar uma situação muito complicada que está acontecendo na Garibaldi. Conta-lhes que, quando “limparam e fecharam” a Voluntários, ela estava lá, batalhando. Terminaram com a prostituição naquela rua, afirma, porque elas não foram capazes, na época, de se organizar para lutar contra a polícia. É isso, de novo, que estão tentando fazer agora com a Garibaldi, mas há uma história de lutas que a Lúcia narra. Então as mulheres dão início à narrativa da história que começou uma semana atrás.

Na noite do dia 7 de maio de 2007 (segunda-feira), vários homens do 9º Batalhão da Polícia Militar ocuparam e fecharam o trecho da Rua Garibaldi entre Voluntários da Pátria e Avenida Farrapos; ponto histórico de prostituição e, segundo alguns, de venda de drogas<sup>123</sup>. Os brigadianos fizeram batida nos hotéis, proibiram-nas explicitamente de estar na rua, na calçada,

122 Bem na linha das apropriações e dos trânsitos. Esse poema é uma apropriação da Ana Cristina César, através de uma leve mas profunda modificação, do poema “Variações sérias em forma de soneto”, de Manuel Bandeira. Agradeço a Letícia Ponso pela consultoria.

123 Faz alguns meses a Paula e eu, fazendo campo na rua, tínhamos presenciado uma batida grande da Polícia Civil com eixo no boteco da esquina da Voluntários com Garibaldi, que perseguia, fundamentalmente, tráfico de drogas. De fato, naquela ocasião, nenhuma mulher prostituta foi presa ou reprimida pela sua profissão.



e ficaram aí, atentos vigilantes. Afirmaram que se devia a ordens do Secretário de Segurança, José Francisco Mallmann.

- Alguns dos brigadianos ameaçaram atirar nos pés da gente se a gente botar um pé fora do hotel. Temos que ficar bem aí na porta.

- Meninas, - afirma Lúcia com a experiência de anos de guerra - nesse caso vocês dizem: “Atira, então, atira!!!! Mas atira agora...” E saem todas, e gritam de novo “atira em todas nós!!” Eles não vão atirar. Não vão!

- A gente está sem trabalhar faz quase uma semana, com policiamento aí, só na Garibaldi, é só onde a gente trabalha... Já nas esquinas pode, pode, e nas outras ruas também pode!

(Elas trabalham na calçada. A calçada é o seu espaço de exibição, negociação e sociabilidade. É o ir e vir por excelência, o ser-no-mundo do *trottoir*. A calçada e a minissaia (ou as botas de salto, ou o cabelão inebriante, ou a luz do cigarro iluminando os lábios, ou os sussurros no ouvido ou o simples ficar ali à espera embaixo do aviso do Hotel) são uma máquina só. É na calçada onde a magia primeira se espalha, onde as caçadoras-iscas, travestidas de desejo, caminham dois ou três passinhos para depois voltar e olhar-nos nos olhos e oferecer seus amores e prazeres. É na calçada onde se negociam formas e sabores, valores e transações: palavras públicas. É ali onde as mulheres riem, bebem e se aconselham sobre filhos, roupas, festas, crediários e maridos enquanto os clientes aparecem. É a calçada o espaço do público por excelência, que, com elas aí, mulheres/putas, nos convoca ao mais íntimo erotismo e lembra ao mundo a fragilidade e arbitrariedade das nossas junções e separações. É a calçada um dos objetos favoritos dessa guerra que aqui narramos; objeto de disputa de moralistas, modernizadores, cafetões, libertárias, vizinhanças e comerciantes.)

Para encerrar a reunião, Lúcia fala sobre a necessidade de ter uma participação mais ativa no movimento. Sua fala vai dirigida, especialmente às mulheres da Garibaldi, cuja escassa vinculação/retribuição/aparentamento com o NEP será cobrada o tempo todo.

Uns minutos depois de terminada a reunião, as mulheres da Garibaldi se dirigem para o escritório da Tina. Além das perto de vinte mulheres da famosa rua, estamos Tina, Lúcia, a advogada de direitos humanos do Fórum ONG-Aids, Paula (monitora voluntária em Redução de Danos) e eu. Tina toma a palavra e reafirma basicamente os mesmos pontos que Lúcia tinha mencionado, além de encerrar afirmando que “a gente tinha informação do que estava acontecendo, mas não ia fazer nada até vocês não virem aqui, várias, juntas.... até não se mexerem...”

Então Lúcia lê o texto da carta que tinha enviado uma semana antes para a Secretaria de Segurança e Justiça do Estado, solicitando uma reunião. A carta continuava sem resposta.

Uma moça de cabelos avermelhados conta que, quando aconteceu a batida, ela estava fazendo programa com um dos seus clientes no quarto, que a polícia entrou sem bater na porta nem nada, trazendo junto um fotógrafo, registrando imagens dela e do cliente nus, e que ela ameaçou processar o jornalista se as fotos saíssem publicadas, se continuasse a tirar fotos. Parece, diz ela, que a reportagem saiu no Correio do Povo do dia seguinte. As fotos não

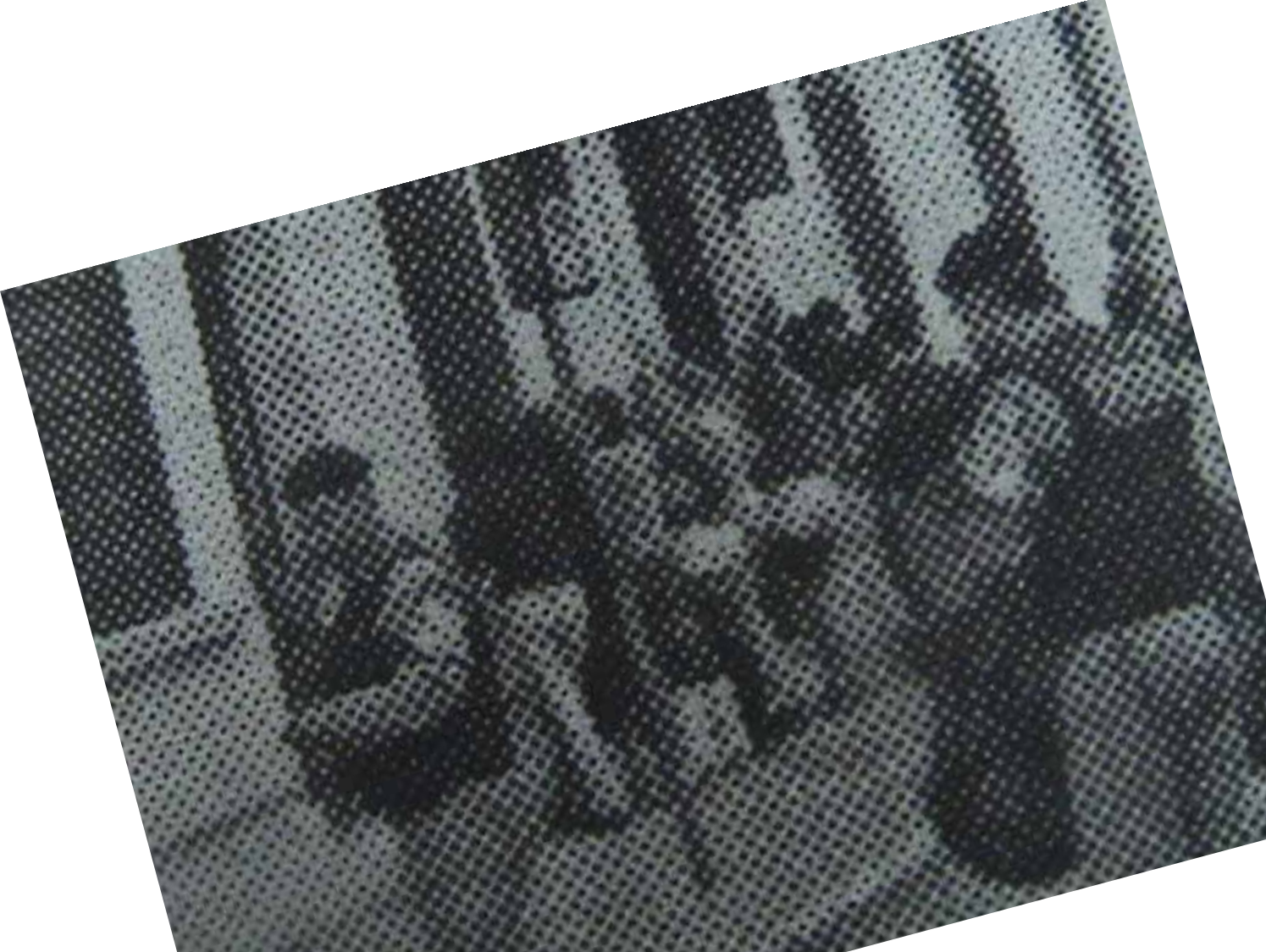
apareceram, de fato, mas, como afirma Lúcia com relação às fotos que os *ratos* tiravam delas nos anos 80, devem estar circulando por aí, sendo motivo de chacota e servindo para “eles baterem uma punheta”.

Enquanto tudo isso é falado, e várias conversas se entretecem, a Lúcia faz várias ligações, espera ao telefone para comunicar-se com alguém, procura um novo número, de novo liga e de novo espera. Não tira os olhos nem os ouvidos das mulheres, pegando as conversas no ar. Diz que sempre nas trocas de governo é a mesma coisa, que foi assim com o Rigotto e assim com a Yeda. Falou com uma aliada da Assembléia Legislativa para tatear a situação e, finalmente, com a Secretária de Segurança Pública (derivação da Secretaria de Justiça feita pelo governo Yeda), no intuito de marcar um encontro com o Secretário, Dr. Mallmann... ou, pelo menos, tentar saber se alguém tinha lido a carta. Dizem que o Secretário está em Brasília. E o segundo também não está. Que “seu caso” está nas mãos do Delegado Stocker, que atuaria em representação do Secretário, mas que ele está numa reunião, que a “agenda vazou”. Então Lúcia tapa com sua mão o bocal do telefone, e diz: “sempre dizem que a agenda vazou”. Ri. Finalmente a secretária com quem fala diz que ele já está sabendo da carta.

De repente, Tina pergunta a elas com que tipo de roupa trabalham. Fico supresso com a pergunta (não é necessariamente uma pergunta moral, que potencialmente justificaria a ação da polícia?). As mulheres não respondem. Pergunta então se trabalham com minissaia. Algumas riem na timidez. Sim, mas que não só, mas que também... claro que agora está muito frio – respondem. E alguma diz que não, que ela não. Então começa uma mini-briga porque outra, a Magra, que além de batalhar toma conta do hotel e das mulheres do irmão, insiste que sim, que trabalham, que todas aí trabalham de minissaia. Vejo que o problema, o “julgamento de Deus”, já estava colocado previamente, é evidente que não é a primeira vez que isso estava em questão. Enquanto isso, a Lúcia continua ao telefone com a Secretária de Segurança, uma das mulheres diz que qual é o problema com isso, por que então as filhinhas-de-papai podem sair de minissaia, de shortinhos e não acontece nada. Eu me sinto um pouco aliviado. Outra, mais nova, diz que deve ser porque elas cobram pra dar e as outras dão de graça. Que devem estar muito molestos com isso. Riem. Tina silencia. Todas as mulheres conversam entre si. Algumas continuam mini-brigando pela cobrança das saias. A Lúcia pede silêncio tapando de novo o microfone do aparelho. A maioria faz silêncio, mas duas que ainda discutem continuam... Ela insiste na sua petição e Tina também, mas sem resultado...

Uma delas cala, finalmente, mas a outra só faz silêncio quando termina de dizer tudo que tem a dizer na defesa do direito de se vestir e abordar como ela quiser... Lúcia e Tina, impotentes, só olham. Quando a mulher termina, Lúcia tira sua mão do telefone e fala alto. pergunta, emocionada, se elas sairiam agora todas juntas para a rua, o NEP junto, para resolver o problema agora mesmo. “Vamos ocupar a calçada, fazer programa juntas... e se vão nos levar no camburão, nos levam todas juntas?” Emoção geral. Dirige o fone para as mulheres. CLAAAAARO!!!!!!!!!!!!!! Vamos todas!!!!!!!!!! Lúcia pisca para elas: “então tá, um momento”.

Finalmente, a secretária de Stocker responde o telefone, Lúcia conta toda a história



## Ação inibe prostituição infantil

Uma operação da Brigada Militar realizada no final da tarde de ontem bloqueou a rua Garibaldi e imediações. Na tentativa de combater a prostituição infantil e de identificar foragidos e traficantes, cerca de 100 PMs, com apoio de agentes da Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio (Smic) realizaram uma blitz nos redutos existentes na região. Foram visitados oito estabelecimentos, abordadas pessoas e recolhidos em torno de 4,5 mil CDs e DVDs piratas. Os policiais lavraram seis termos circunstanciados contra garotas de programa.

Segundo o subcomandante da BM, coronel Paulo Roberto Mendes, o objetivo também foi fiscalizar as condições de saúde a que os locais estão submetidos. O 1º Comando Regional de Bombeiros fez vistorias sobre medidas de prevenção a incêndio.



*A operação mobilizou uma centena de policiais*

de novo, que precisamos uma reunião, que faz uma semana, que a carta sem resposta e que, bom, “finalmente queria lhe avisar que as prostitutas da Garibaldi, junto com o NEP e alguns amigos da imprensa e dos direitos humanos, vamos sair para a rua agora, para trabalhar, normal, como qualquer dia, porque elas há mais de uma semana não conseguem trabalhar bem e estão precisando... Então, só estou avisando por se alguma coisa acontecer, vocês já estão sabendo. Estão avisados.”

Silêncio total na sala. Lúcia diz todo aquilo muito firme, mas sem expressar a menor raiva, nem alteração nenhuma. Um sorrisinho tenso na Tina, que não tira, como ninguém aí, os olhos da Lúcia. Ela, olhando-nos com um gesto de funda satisfação: “ahá, ahá, não sei, espera só um pouquinho eu pergunto... Gurias, aqui me perguntam se vocês podem esperar até amanhã porque ela vai tentar conseguir um encontro com o Delegado.” Elas se olham e consentem já sem a emoção precedente. “Vamos, vamos esperar até amanhã.” Desliga.

Às 16h30 Lúcia liga, não consegue falar com a mesma mulher que tinha falado antes, mas com a secretária dela (secretária da secretária do Delegado que substitui ao substituto do Secretário). Nada! Não conseguiu marcar uma reunião fixa. Só a promessa, de novo. “Então tá, diz ela depois de desligar, se até o meio dia de amanhã não temos resposta, reunimos um bom número de mulheres e vamos lá no escritório do Stocker até ele nos atender... E chamamos imprensa e o pessoal de direitos humanos e já era. Fodam-se.”

Por volta das 17h fecham o NEP. Saímos. Caminho junto com a Paula e a Dete, e pergunto pelo que está acontecendo. Dete dá a mesma explicação: uma espécie de histeria repressora da polícia que a cada tanto acontece. Pergunto por cafetinagem, mas ela não sabe responder. Pergunto pela existência de algum negócio escuro entre chefes da polícia e traficantes ou donos de hotel ou cafetões. Ela diz que pode ser. Finalmente, pergunto-lhe sobre o assunto das roupas. Paula, que está junto, afirma que tem a ver com uma postura mais discreta, menos vulgar (são essas palavras da Tina). “Que discreta nem que nada!! Reage furiosa a Dete. Se a gente quiser ser discreta seria freira ou sei lá que coisa, mas não puta!!!” E coloca também o exemplo das “filinhas-de-papai” ou de qualquer uma que passa pela rua, a propósito de duas moças que passam de leg, botas até os joelhos e camisetinhas decotadas...

17h30. Paula e eu vamos para a Rua Garibaldi para ver como está a situação. As gurias estão todas estritamente restringidas às portas dos hotéis. Não tem nenhuma fora, nenhuma ocupando a calçada. Um brigadiano cuida delas desde a esquina da Garibaldi com a Farrapos, na calçada oposta; isto é, na calçada dos homens<sup>124</sup>. Desde ali ele tem visão completa sobre as mulheres e os hotéis, mas sobre as atividades dos homens sua visão é bastante limitada porque implicada (compartilhavam, afinal, a mesma perspectiva). Paula e eu caminhamos pela calçada

---

124 Um fato muito interessante dessa quadra, que apareceu no início do campo por indicação da Letícia Tedesco, foi a distribuição por gênero naquela rua. Na calçada sul só há mulheres. É ali onde elas batalham, ali ficam os hotéis, pousadinhas, algum(ns) prédio residencial, umas bodegas. O outro lado, a calçada norte, é ocupada principalmente por homens. Há um boteco com sinuca bem no meio da quadra, que concentra a maioria dos homens, e junto dele uns locais onde se vendem diversos artigos. Há alguns prédios antigos que parecem relativamente abandonados e, no final do quarteirão, o hotel do irmão da Magra, em cuja frente regularmente ficam uma ou duas mulheres, as únicas dessa calçada.



Ofício Nº 0478/2007

Núcleo de Estudos da Prostituição

Porto Alegre, 10 de maio de 2007.

Ilmo. Sr.  
José Francisco Mallmann  
Secretário  
Secretaria da Segurança Pública do RS

O NEP – Núcleo de Estudos da Prostituição, organização da Sociedade Civil que atua há 16 anos em Porto Alegre junto às mulheres profissionais do sexo visando incentivar sua auto-estima, cuidados com a saúde e garantir seu pleno direito ao exercício da cidadania, sem nenhuma forma de violência ou proibição, vem através deste.

**Solicitar uma reunião visando discutir a atual situação que está ocorrendo na Rua Garibaldi nesta capital, na qual desde o dia 07/05/07 as mulheres que atuam na prostituição foram proibidas de transitarem na rua estando 24 horas vigidas por policiais militares que as proibem de IR e VIR e PERMANECER nas calçadas.**

Gostaríamos de esclarecer que o NEP é um movimento de mulheres prostitutas, maiores de idade, que fazem da prostituição sua profissão, de onde tiram o sustento de sua família, pagam suas contas e se sustentam, e em nenhum momento compactuamos com tráfico de drogas, roubo, ou outros “crimes” em geral.


Por isso, nossa posição é a favor do policiamento, o que deveria ocorrer em todas as ruas desta capital frente à violência por que passam os cidadãos e cidadãs que freqüentam o centro de POA. Desta forma, destacamos, que qualquer pessoa que seja atuada cometendo algum tipo de crime deve responder pelo mesmo de acordo com a lei, seja esta pessoa prostituta ou não.

No entanto, informamos que o ato de se prostituir não é crime no Brasil que a atividade já é reconhecida pelo Ministério do Trabalho e da Previdência sob o Código 5198-05 da Classificação Brasileira de Ocupação.

Assim, solicitamos com a maior urgência uma agenda de reunião para que possamos esclarecer o que vem ocorrendo visando garantir que as mulheres profissionais do sexo, maiores de idade, possam permanecer nas calçadas da Rua Garibaldi trabalhando na prostituição, buscando assim também, garantir Direitos assegurados na Constituição Federal de 1988, principalmente no Artigo 5º em que aborda direitos e deveres das/os cidadão brasileiros.

Aguardamos seu retorno com a data para este encontro o mais breve possível, e colocamo-nos à disposição para maiores informações que se façam necessárias pelo telefone 51 – 32241560/99134046/96689520 – Srª Tina ou Lucia – coordenação do NEP.

Atenciosamente

  
Cleudete Ficagna  
Coordenadora  
Núcleo de Estudos da Prostituição

Recebido em

07/05/07



sul, conversando com as mulheres. Elas estão bastante constrangidas. O brigadiano não nos tira os olhos de cima e, quando fazemos a segunda parada, na próxima “pousada”, na metade da quadra, ele avança no nosso sentido alguns metros.

Se para as mulheres estava proibido ocupar a calçada e circular livremente, na calçada norte a circulação estava aparentemente liberada. Alguns homens, como qualquer dia, estavam sentados em cadeiras de plástico vermelho na calçada, conversando, bebendo cerveja e cuidando bem as mulheres do outro lado. Os locais comerciais continuavam funcionando sem maior controle nem restrição, apesar de que, como ficamos sabendo depois, a justificativa dada pela Secretaria de Segurança e pela Brigada Militar foi a de uma batida procurando vendas de objetos roubados, tráfico de drogas e a famosa “prostituição de menores”.

Porque a Garibaldi exclusivamente? Por que agora? Por que a prostituição?

### **16 de Maio.**

Passo a tarde no NEP. Foi marcada uma reunião no Ministério Público Estadual às 17h30. O clima está tenso. As mulheres falam sobre os abusos da polícia durante toda a sua história. Contam mais uma vez as histórias de prisão e tortura. Lúcia está com muita raiva, uma enorme sensação de frustração... “A polícia não aprende nada... Levamos quase vinte anos lutando contra a mesma coisa, e acontece de novo!” Às 16h30 chegam duas mulheres que vão conosco à reunião. A Magra e a Ruiva. A partir desses eventos, a Magra começará a se aproximar do NEP, virando, aos poucos uma das voluntárias da nova geração. Com onze anos de profissão e vinte-e-nove de vida, a Magra já se sente cansada e quer arrumar só alguns fregueses de final de semana, cuidar do hotel e estudar. É uma mulher alta, belíssima, com os cabelos pretos lisos até a cintura. Faz bastante dinheiro na rua com seus programas, além de administrar o negócio e as mulheres do irmão. Ela paga o nosso táxi rumo à reunião.

Ministério Público Estadual. 6ª Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. Depois de escutar a história contada pela Lúcia, a Tina, a Magra e a Preta, a Dra. Themis sugere a realização de uma Audiência Pública com a Secretaria de Segurança. Dita palavra por palavra a sua secretária: o Termo de Audiência 063/07. Tudo limpo, tudo rápido.

### **17 de maio.**

Ligando com insistência voraz desde as primeiras horas da manhã, Lúcia marca um encontro com uma pessoa da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, e uma audiência com a Secretaria de Segurança.

### **11 horas. Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa.**

A reunião na Assembléia, que tinha como objetivo colocar uma queixa por vulneração de direitos humanos contra o 9º Batalhão da Polícia Militar, resultou em um absoluto fracasso político e uma mostra magnífica da violência simbólica que é constantemente exercida contra as prostitutas e a própria prostituição. À continuação, apresento só alguns fragmentos.



A Dra. Miriam Schmidt nos recebeu, tendo a Dra. Beatriz (PT, amiga do NEP) como intermediária. Éramos quatro mulheres da Garibaldi, Nilce e eu. Ficamos em pé, na frente da mesa de trabalho dela, que permaneceu sentada o tempo inteiro. Só Nilce sentou. Nilce se apresentou, entregou os documentos acumulados do processo (carta à Secretaria de Segurança solicitando encontro e ata da reunião do dia anterior no MPE) e a Dra Schmidt pediu para as mulheres contarem a história. De pé. Na sala se encontravam outras pessoas trabalhando. Sentadas.

O tempo todo faziam-se interpretações de por que seria que isso estava acontecendo. Alguma delas, trazendo a voz de um Policial Militar<sup>125</sup>, disse que a mulher do novo Secretário de Segurança passa por aquela rua e não gosta de vê-las aí. A Dra. Schmidt pergunta se elas agrediram a esposa do Secretário... Todo mundo ri. Pensa também se a denúncia não pode ser de alguma igreja vizinha ou do comércio da zona, hipótese que elas negam rotundamente. Finalmente aparece o delicado tema das roupas e ela pergunta para uma das *gurias* se usa minissaia. Uso, sim - responde. E até onde, mais ou menos? Até aqui - diz ela colocando o dedo um pouco acima da metade da sua coxa. A Dra, então, afirma que só se ficassem nuas mostrando os genitais poderiam ser acusadas de “Atentado Violento ao Pudor”<sup>126</sup>. A sensação das mulheres era de visível desconforto.

A mulher que está apresentando os depoimentos conta que no momento da batida, uma colega foi surpreendida fazendo *programa* com um cliente dentro do quarto do hotel. A pressão da polícia para que saísse foi tanta que mal conseguiu colocar a calça e teve que descer com a calçinha na mão, enquanto seu cliente saía nu na rua. “Ele só conseguiu tirar a camisinha já na porta do hotel.” Nesse momento do depoimento, a mulher lembra que os Policiais Militares exigiram de seis prostitutas que assinassem Termos Circunstanciados pelo crime de “incitação para a prostituição...” A Dra. Schmidt interrompe, olha para a Dra. Beatriz e pergunta: “incitação para a prostituição” é crime? Antes de qualquer resposta, gira sua cadeira e, sentada, dirigindo-se a uma colega sua que está sentada na frente de outro computador, pergunta: Dra. Mara, desculpe, “incitação para a prostituição é crime?” A Dra. Mara gira em sua cadeira e afirma que sem dúvida, que “inclusive a gente está aqui para proteger seus direitos, mas que a prostituição não é legal no Brasil”. A Dra. Miriam agradece a resposta, gira para nós e continua... “Pois é, nessas coisas a gente tem que tomar muito cuidado...”

Então Nilce afirma categoricamente que a prostituição não é crime, que está reconhecida pelo Ministério do Trabalho na CBO. A Dra. Beatriz concorda, e a conversa continua. As mulheres, que têm vários anos trabalhando na prostituição, participando do NEP e lidando permanentemente com abusos, continuam de pé, escutando as recomendações que a Dra.

125 Sabe-se, pela própria Secretaria de Segurança, que a ordem da ação policial na rua Garibaldi veio diretamente do Secretário de Segurança, Dr. Mallmann. E, por palavras de um Tenente do 9 BPM que fazia ponto junto com as mulheres na rua, sabemos que a ordem repassada para eles era de “não deixar uma prostituta só naquela quadra”.

126 Como é evidente o tempo inteiro, mesmo desde o reconhecimento mais formal dos direitos delas, esteve presente um tom de desconfiança e punição simbólica, de modo que, como acontece em muitos casos de *violência baseada em gênero*, as mulheres agredidas são culturalmente culpadas por aquilo que lhes aconteceu.

ZH. 22-10-91

Arquivo NEP

# Comando da Brigada ouve as queixas de prostitutas

Vinte prostitutas de Porto Alegre, apoiadas por representantes da Comissão dos Direitos da Mulher, juntamente com o Núcleo de Estudos sobre a Prostituição e Grupo de Apoio de Prevenção da Aids, foram recebidos, ontem à tarde, pelo comandante do Policiamento da Capital, coronel PM José Roberto Rodrigues. Foram denunciar abusos cometidos por policiais militares nas revistas às prostitutas.

Lígia Perez, presidente da Comissão dos Direitos da Mulher, lembrou que no dia 10 foi comemorado o Dia Nacional de Violência Contra a Mulher, na Câmara de Vereadores. O evento contou com a participação de 40 entidades e, na oportunidade, um grupo de prostitutas se referiu à violência cometida contra elas pelos brigadianos.

Preocupada com a queixa das prostitutas, a presidente da Comissão dos Direitos da Mulher decidiu tomar medidas contra os abusos. "Já há algum tempo iniciamos um trabalho na área de prevenção, distribuindo preservativos e fornecendo informações sobre a Aids. Mas hoje, vemos que a necessidade maior está sendo a violência e a agressão da Brigada. Nós vemos como uma atitude positiva as denúncias que estão sendo feitas pelas prostitutas, pois elas estão superando o medo", observa Lígia Perez.

A representante do Núcleo de Estudos sobre a Fronteira, informou que cerca de 1.200 prostitutas e 80 são sócias e membros das entidades. Ela contou que essas organizações trabalham com a saúde e respeito às prostitutas como cidadãs, não cometidas contra a violência "declarada".



Apoio: movimentos de mulheres acompanharam as prostitutas

...nheiro, violentaram e bateram nas ta.

2002

REPRESÁLIAS

das prostitutas p... disse-me uma D...



Arquivo NEP

REUNIÃO COM DELEGADOS DE POLÍCIA NA SEDE DO NEP.



Foto acima, Audiência pública Federal para apuração das denúncias de violência contra as mulheres profissionais do sexo, com a presença de Gabriela Leite do Davida/RJ - junho 2003. Arquivo NEP

Schmidt oferece para elas desde sua cadeira. “Vocês tem que aprender a defender seus direitos”. “Um policial não pode entrar no quarto sem autorização, mesmo se invade numa batida, tem que ter uma ordem escrita”. “Vocês tem que exigir essas coisas”. “É importante que aprendam seus direitos”.

No meio dos conselhos, é interrompida pela Dra. Mara, novamente ela, para ler alguma coisa na tela do computador. A Dra. Schmidt desloca-se até o escritório da sua colega, sem levantar, graças às rodinhas da cadeira. Pouco depois volta e a Dra. Mara, meio falando com ela, mas claramente para nós, afirma que “a gente não pode informar mal às pessoas, deixar que vocês vão embora com a informação errada... A prostituição é crime, é ilegal.” Ela, sentada, olha para as mulheres, que estão de pé, e continua: “Não podemos deixar que vocês pensem que o que fazem é legal... a prostituição é crime.” Nilce reage, levanta-se, e diz que não é, que o que é crime é o rufianismo, mas a prostituição não é, que está na CBO... “Pode ser, mas que esteja aí não significa que não seja crime, não significa que seja legal... a CBO não modificou o Código Penal... e no Código Penal a prostituição é crime, e pode levar entre dois e cinco anos de prisão”, concluiu.

Ficamos num silêncio apavorado. A Dra. Mara, depois de nos oferecer sua particularíssima interpretação do Código Penal, e a última palavra da Comissão de Direitos Humanos, gira sua cadeira e volta para a tela do seu computador. Não diz mais nada. A comitiva, que esteve o tempo inteiro em pé, sem receber um copo d’água nem a possibilidade de registrar suas denúncias, saiu da sala. Mantínhamos silêncio. No corredor de saída do edifício, uma das mulheres sorri e pisca o olho discretamente para alguém. “Aquele lá é cliente meu, todas as quintas vai lá me ver”. Caminho ao NEP, as mulheres perguntavam se era verdade aquilo da ilegalidade do seu trabalho. Várias horas depois, mas ainda no mesmo dia, uma outra prostituta da Garibaldi que não esteve nessa comitiva, perguntou pra mim, angustiada, se era verdade que elas poderiam levar entre dois e cinco anos de prisão... e se não seria então que a Brigada Militar podia pegar e levar pra cana... Antes de ir embora, a Dra. Beatriz nos contou que o PT saiu da Comissão e que o novo Presidente é da Brigada Militar.

*Con el rabo entre las piernas* voltamos ao NEP. Contamos o acontecido e Lúcia nos xingou, a Nilce e a mim, por não ter falado claramente da legislação brasileira. “Não é crime!!! Puta que pariu!!! Consta claramente no Código Penal!!!” Em consequência, mandou-nos ler uns textos sobre legislação que pegou da sua estante.

### **15h. Secretaria de Segurança e Justiça do Rio Grande do Sul.**

Nem o Secretário nem o vice nem o Stocker atenderam. Quem nos receberá, em poucos instantes, será a Dra. Jussara, Delegada de Relações com a Comunidade.

Somos quinze mulheres da Rua Garibaldi, incluindo duas donas de hotel que nunca falaram para ninguém que eram donas de hotel, a Lúcia, a Tina e eu. O grupo todo saiu caminhando da esquina da Garibaldi com a Voluntários sob o olhar incrédulo dos brigadianos de plantão e percorreu a passos de puta embravecida os cinco quarteirões que separam seu lugar

de trabalho da Secretaria de Segurança. Elas vestiam, novamente, “roupas de sair na rua”, e não “roupas de trabalho”. A Delegada Jussara, “policia! faz 28 anos, mulher que é Delegada”, comea lendo o oficio do NEP. Entã Tina, com toda sua correção e sagacidade política e um reconhecimento de classe e gênero com a Delegada que se desenvolverá em marcas de óculos e perfumes, olhares diferenciados e noções de decência, apresenta um ponto de vista das relações Prostitutas-Polícia. A polícia protegeria as prostitutas dos criminosos e traficantes que se aproveitam delas, que as roubam e que “estragam” seus pontos de trabalho. Porque a prostituição é legal.

Ponto à parte. E antes que a Tina termine sua pausa para respirar, Lúcia lembra para a Delegada que ela também não é “uma criança na sua profissão”, que leva 23 anos de prostituição e 23 anos lutando contra a violência das polícias. “Está acontecendo tudo de novo”.

A Delegada Jussara escuta com atenção às mulheres para depois fazer a sua vez. “Trottoir” é a palavra que usa, acompanhada do seu sobretudo de lã preto e suas botas de salto. “Trottoir”, é o nome com o qual se refere à profissão das dezesseis prostitutas que estão aí sentadas olhando para a performance de afinidade da policial. Enche as mulheres de piadas, fala sobre fantasias masculinas, elogia suas capacidades de sedução, para depois dizer que “o nosso Secretário despachou o expediente porque tinha muitas denúncias de tráfico de drogas naquela rua”.

Depois da performance de sedução, a Delegada explica que estão fazendo uma ação contínua “nas imediações da Secretaria de Segurança”. “Não é um operativo contra as senhoras.” Mas elas sabem que é. “As senhoras fazem parte da sociedade tanto quanto nós”. Mas elas sabem que não. Entã o assunto das roupas aparece de novo e ela encena de novo como amiga do *trottoir*. Ensina-lhes, a policial às prostitutas, sobre a necessidade de cuidarem das roupas com as que trabalham, de ficarem bem vestidinhas, sedutoras, sim, mas decentes. Dessa vez, a isca-caçadora não são elas, mas a sedutora Delegada. Tenta familiarizar-se com elas para ganhá-las, para ganhar sua quietude, para, depois, trazê-las fora d’água, incorporá-las, e botá-las numa lagoa domesticada, iluminada, de temperaturas reguladas, que pensará como sendo águas melhores.

“Certamente o Secretário passa todos os dias por essa rua”.

Finalmente, a Delegada, em representação do Secretário, afirma que as mulheres podem sair para a rua, fazer seu *trottoir* tranquilas porque *trottoir* não é crime no Brasil. Levanta-se uma ata que o secretário datilografou na sua pequena agenda e, depois de traduzida no computador, fariam chegar ao NEP. A cópia nunca chegou.

### **17h. Rua Garibaldi entre rua Voluntários da Pátria e Avenida Farrapos.**

Com a palavra da Delegada Jussara, mas sem nenhum papel, saímos para a rua. Mal colocamos um pé na esquina da Garibaldi e aparecem duas motos com brigadianos de macacão verde-cinza em cujos peitos, sobre o colete anti-balas, no lugar onde deveria ir o nome, levam colada a palavra “batedor”. Entã os dois que estão de plantão se aproximam e começamos a

conversar com eles enquanto as mulheres ocupam a rua. Tina e Lúcia envolvem na experiência dos mil anos os moços policiais, que só conseguem mexer suas cabeças e ocultar o vexame dos seus rostos. Algumas das gurias se aproximam e paqueram também. Tina liga para a Delegada Jussara e faz um dos brigadianos falar com ela. “Sim senhora, sim senhora, sim senhora...” Então eles afirmam que tão somente são “peões que cumprem ordens”, que eles próprios não queriam estar aí, mas que naquele momento a situação estava tensa.

Cinco minutos depois, chega a viatura, os “batedores” se aproximam dela e conversam. Um sargento desce e procura a Tina. “Quem é você?” Tina responde longamente e pede-lhe para falar com a Jussara. “As minhas ordens não vêm de nenhuma Delegada, mas dos meus superiores da Brigada”. Tina, então, começa seu trabalho de sedução, cujo resultado é ter o sargento, já sem óculos escuros, afirmando que ele é um peão, que só cumpre ordens, que os que decidem são outros e que ele sabe que o que estão fazendo “é inconstitucional”. Predação intensiva dos corpos policiais.

Finalmente, o sargento e os “batedores” vão embora, deixando só os dois brigadianos de plantão. Conversamos com eles. A Lúcia seduz o bonitão, as mulheres saem dos hotéis, agora sim com roupas de batalha, com suas novas peles, coloridas, iluminadas, corporificadas para a guerra e o amor. Lindérrimas, de bravas minissaias, malhas coloridas e brilhantes, coragem de salto alto, maquiagem e perfumes orgulhosos, um exército florescido sob o céu violeta do outono porto-alegrense. Aos poucos vão soltando de novo suas ondulações de calçada. Os homens buzina, paqueram e alguns detêm-se a conversar.

Então um dos brigadianos, já completamente neutralizado pelos olhares e os contínuos



PRAÇA DA ALFANDEGA.  
TRABALHO DE CAMPO. 1993

convites a aparecer por ali fora do “horário de serviço”, conta-nos que a ordem recebida foi a de não deixar nenhuma prostituta na rua. Não deixá-las estar aqui. A ordem se completava com a proibição de sair desse quarteirão e de ocupar-se de outros assuntos aos redores dali. “Se se produz um assalto ou outro crime na quadra seguinte, devemos ligar para o Batalhão para enviarem alguém, mas a gente não pode abandonar o plantão”. Os dois policiais, agora juntos entre um bombardeio de sutis ataques profissionais, afirmam que eles estão nesse plantão desde o início da operação, desde o dia 7, e que não é verdade, como disseram para a Lúcia, que o Secretário está viajando. “Ele está aí. Todo dia passa pessoalmente para ver se a gente está aqui”. Essa operação é muito importante para a Secretaria. Como efetuando totalmente a predação, um dos PMs pede para a Tina se “a senhora pode por favor fazer alguma coisa para tirar a gente daqui”. Afirma que foram trazidos de diferentes lugares, tirados dos seus serviços regulares, largando posições que precisariam realmente da presença deles só para cuidar das mulheres... “Tudo isso é coisa do Secretário e da sua mulher”.

Por volta das 18 horas, já com a noite entrando, aparece novamente uma viatura da qual desce o Tenente M., olhos azuis e uma linguagem bastante polida. Algumas mulheres se aproximam. “Mucho gusto”, me diz assim que escuta o meu sotaque. **“Estou aqui para dizer para as senhoras que têm razão.** Desculpem qualquer incomodação. A ordem a partir desse momento é clara: reprimir todas as ações criminosas, mas nada contra as senhoras enquanto profissionais”. Uma vez dada a mensagem, começa uma conversa mais informal. Diz que para eles é muito chato estar fazendo esse trabalho porque... “a senhora sabe, brigadiano gosta de... não é?”, diz o moço indicando para as gurias. E sorri.

Enquanto isso, o sargento que acompanha o Tenente M. arruma uma curta conversa à margem com a Lúcia, que, depois do papo, volta mais empolgada, elogiando a beleza física dos brigadianos (no dia seguinte ela contaria que o sargento perguntou pelos preços dos *programas* e pelo tipo de oferta). “Mas vocês estão com sorte, hein, gurias? – diz ela falando bem alto. No meu tempo eles sempre eram muito feios!”. Finalmente a Tina e a Lúcia convidaram os policiais para qualquer dia passarem pelo NEP, pegarem camisinhas, gel, material informativo e conversar ao calor de um cafezinho. O tenente, de sua parte, garantiu que não aconteceria nada com elas na próxima mudança de plantão, às 18h30, que a nova ordem já estava clara e divulgada.

20h. Recém chego em casa e o telefone toca. É a Lúcia. “Estamos na Décima sétima Delegacia, na Voluntários com Ramiro Barcellos.” Faz frio. Toda a mulherada da Garibaldi está lá, toda. Dez minutos depois de termos ido embora uma outra viatura chegou, com outro tenente e outro sargento e cuspiu um bando de batedores nervosos que proibiram as mulheres de ficarem na calçada. Alguém ligou para a Tina, que junto com a Lúcia apanhou um táxi e em menos de 10 minutos chegou lá.

Enquanto Lúcia se dirigia a cada uma das mulheres para saber o que aconteceu e para lhes dizer que deviam permanecer na calçada, não obedecerem à ordem de internação nos hotéis, a Tina foi direto para o novo tenente. No entanto, antes de ouvi-la, o homem gritou que

ela também tinha que ir para dentro de algum hotel, que não podia ficar ali.

- Não vou me mexer daqui, Tenente.

- Não pode ficar na calçada, não importa quem você é.

- Não vou ir para lugar nenhum. É o meu direito estar aqui. O que é que você vai fazer, tenente?

- Vou obrigar você. Mesmo que tenha que chamar reforços, vou obrigar você a entrar e vou deter você por desobediência e desacato à autoridade.

- Pois eu vou lhe dizer mais uma coisa, Tenente. Não vai ter necessidade de fazer nada disso. Nem vai ter mais como fazer o seu serviço, porque eu e todas as mulheres vamos para a Delegacia agora mesmo pra fazer uma ocorrência contra o senhor...

- É o seu direito.

- Seu nome é?

- Tenente Neri. E estou recebendo ordens do comandante Freitas.

- Lúcia!!! Chama todas as gurias!!!! – contam que assim transcorreu a batalha.

Não houve trocar de roupas. **Imaginemo-nas** em trajes de guerra, feridas e raivosas, no meio da noite, avançando pela escura Voluntários, prontas para lutar mais uma batalha, para comer viva a carne dura dos brigadianos. Na frente, a Tina com o celular no ouvido e, atrás, a Lúcia, tecendo-se com as suas, escutando versões, doutrinando infieis. Novas apropriações e incorporações.

Então Lúcia e Tina sentam-se na frente de um dos policiais enquanto as outras aguardam na sala de espera e na área aberta. Fumam. São quase trinta mulheres prostitutas.

- Olha, chefe, diz a Tina com a Lúcia do lado, eu acho que a Brigada Militar está tendo algum problema ou alguma coisa, deve estar querendo mostrar serviços para tirar crédito da Polícia Civil ou alguma coisa assim...

Eu só olho. Maravilhado. Fascinado, completamente predado, pela capacidade de sedução caçadora dessas mulheres. Tina alimenta a velha disputa de misérias entre as duas polícias, que elas conhecem bem, para gerar um clima favorável às mulheres. Lúcia, Tina e algumas outras, uma a uma, sentam na frente do “chefe” e colocam a ocorrência contra o tenente Neri e seus homens. Saímos depois das 22h e caminhamos de volta até o local de batalha. Não há mais nenhum policial. Eles só ficam entre as 8h e as 22h, dizem as mulheres. Algumas delas querem fazer mais alguns programas, mas a maioria se arruma para ir embora. O dia está encerrado.

### **18 de maio. Núcleo de Estudos da Prostituição.**

9h. Tina liga para as mulheres da Garibaldi e lhes pede para tomar a calçada, de novo, uma a uma. A situação havia terminado muito pesada no dia anterior, mas não se podiam perder as vitórias.

10h. Lúcia e Tina conseguem falar com a Delegada Jussara, e esta com o Delegado Stocker

SECRETARIA DA JUSTICA E DA SEGURANCA - PORTO ALEGRE - 17 DEL. POLICIA FOLHA  
OCORRENCIA 8298/2007 SIMPLES 17/05/2007 22:0  
ORGAO 100317 - PORTO ALEGRE - 17 DEL. POLICIA

REGISTRO : 17/05/2007 as 20:58 horas COMUNICACAO: PESSOAL FECHA  
MICRO : 01171 - MONO  
FATO : CONSTRANGIMENTO ILEGAL  
CONSUMADO  
INICIO : 07/05/2007 as 06:00 horas  
LOCAL : RUA GARIBALDI, FLORESTA - PORTO ALEGRE RS - BRASIL  
VIA PUBLICA  
PROX. ESQUINA VOLUNTARIOS DA PATRIA  
AREA : URBANA  
FORMA :  
INSTRUMENTO:  
ATUACAO :  
VIAS ACESSO:



HISTORICO: AS PROFISSIONAIS DO SEXO QUE ATUAM NA PROSTITUICAO DA RUA GARIBALDI, REGISTRAM A PRESENTE OCORRENCIA POLICIA NOTICIANDO O FATO DE QUE DESDE O DIA 07/05/2007, POR VOLTA DAS 06:00 HS, EXISTE UM POLICIAMENTO OSTENSIVO POR PARTE DA BRIGADA IMPEDINDO O EXERCICIO DA PROSTITUICAO, OBRIGANDO ESTAS PROFISSIONAIS A NAO SAIREM PARA A RUA A FIM DE EXERCEREM A SUA PROFISSAO DO SEXO. QUE A COMUNICANTE E AS DEMAIS PROFISSIONAIS PRESENTES NA LAVRATURA DESTA OCORRENCIA POLICIAL TIVERAM VIOLADOS O SEU DIREITO DE IR, VIR E PERMANECER NA CALCADA DA RUA GARIBALDI, ATUANDO COMO PROSTITUTAS. QUE NO DIA 16/05/2007, A COMUNICANTE E AS DEMAIS PROFISSIONAIS DO SEXO LEVARAM A CONHECIMENTO DO MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL ABUSOS SOFRIDOS PELA BRIGADA MILITAR, E NA PRESENTE DATA, PARTICIPARAM DE AUDIENCIA NA SECRETARIA DE SEGURANCA PUBLICA COM A DEL. JUSSARA DO DRC, REPRESENTANDO O SR. SRCETARIO JOSE MALLMANN, PARA ESCLARECER O CONSTRANGIMENTO E PROIBICAO IMPOSTA AS PROSTITUTAS DA RUA GARIBALDI DE REPRIMIR O EXERCICIO DE SUA PROFISSAO. FOI ACORDADO COM A DEL. JUSSARA QUE PROSTITUTAS MAIORES DE IDADE PERMANECERIAM NA RUA EXERCENDO A PROSTITUICAO, E O POLICIAMENTO ERA PARA COIBIR SOMENTE A CRIMINALIDADE. QUE DUAS HORAS APOS A REUNIAO, QUANDO AS PROSTITUTAS JA ESTAVAM TRABALHANDO, UMA VIATURA DO 98PM ENCOSTOU NA RUA GARIBALDI, E OS POLICIAIS QUE ESTAVAM VIGIANDO AS PROSTITUTAS TIVERAM ORDENS PARA COLOCAR AS MESMAS PARA DENTRO DOS HOTEIS. QUE REPRESENTANTES DO NEP FORAM CHAMADAS, ONDE FORAM COMUNICADAS PELO TEN. NERI QUE CONFIRMOU QUE AS PROSTITUTAS NAO PODERIAM FICAR NA CALCADA, EM RAZAO DA ORDEM DO CMTE. FREITAS DO 98PM, REPRESENTAM CRIMINALMENTE CONTRA O TEN. NERI E O COMANDANTE FREITAS DO 98PM.

ORGAO DE DESTINO: PORTO ALEGRE - 17 DEL. POLICIA / DELEGACIA DISTRICT



C.FISICA : NORMAL

PARTICIPANTE 2 - VITIMA

NOME : CARMEN LUCIA DE SOUZA FAZ PRESENTE (a) *Yvelis Radrigues d*

FILIAÇÃO : JOAO MENDES FAZ E GALDINA CONCEICAO DE SOUZA FAZ SOLTEIRO

NASCIDO : 11/05/1965 FEMININO BRANCA COR DOS OLHOS: CASTANHO

INSTRUÇÃO : ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO NATO

NATURAL : PORTO ALEGRE - RS

DOCUMENTO : CARTEIRA IDENTIDADE 1036711784 SJS - RS

C.N.H. :

RESIDE EM : RUA DOS ANDRADAS, 1560/6AND, CENTRO, PORTO ALEGRE RS - BRASIL

PROFISSÃO : OUTROS FONE (0051) 32241560 CARGO: PROSTITUTA

TRABALHA : EMPRESA AUTONOMO, LOGRADOURO PCA DA ALFANDEGA, CENTRO, PORT

C.FISICA : NORMAL FONE (0051) 34434094

PARTICIPANTE 3 - VITIMA

PRESENTE

CIVIL/RS

(o Secretário continua viajando). Não lhes é possível ordenar à Brigada parar definitivamente o operativo. Sugerem que só o Ministério Público poderia fazer isso enviando uma solicitação para o Comandante Coronel Nilson Bueno (Comandante de Policiamento da Capital)<sup>127</sup>. Então ligam para o MP.

11h. Rua Garibaldi. Estão três brigadianos na rua, mas sem fazer nada. Depois de saírem uma a uma aos poucos, estão todas na calçada.

15h. As mulheres trabalhando plenamente. Esperamos resposta do Ministério Público. Os brigadianos de plantão e as putas fizeram o pacto. As mulheres ficam na calçada, batalhando, mas perto das portas dos hotéis, e os brigadianos cuidam as esquinas de entrada à rua. Se a viatura ou qualquer outro carro suspeito se aproximar, eles dão a ordem e elas se guardam velozmente nos hotéis. A viatura é o inimigo comum da hora.

16h. Uma audiência é marcada para o dia 21 na Promotoria dos Direitos Humanos do Ministério Público Federal com a presença de algum comandante da Brigada Militar.

18h. O clima na Garibaldi está tenso, mas sem violência. Ninguém vê nada, ninguém sabe de nada. O pacto entre as mulheres e os brigadianos parece ser bem sucedido.

### **21 de maio: "Tudo em off". Ministério Público Estadual. 6ª Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos.**

17h. Esperamos em uma salinha. A Magra, a Ruiva, a Nilce, a Tina e eu. Mais tarde chegará a Márcia, advogada de Direitos Humanos do Fórum ONG/Aids. O elevador se abre e sai um homem de cabelos grisalhos e farda impecável da Brigada Militar. "Comandante, eu sou a Tina, do NEP - diz ela lendo a identificação no peito do homem. Satisfação em conhecê-

<sup>127</sup> Na página 11 do Jornal O Sul de 17 de maio de 2007, afirma-se que "O Coronel Nilson Nobre Bueno tomou posse ontem pela manhã" e que "a troca se deu por iniciativa do Secretário de Segurança Pública do RS, José Francisco Mallmann. Bueno é amigo pessoal do Secretário e homem da sua inteira confiança" (O Sul 2007).

la, senhora”. E ela começa a elogiar a ação da Brigada no Centro da cidade. Depois falam dos óculos que alguém esqueceu em algum lugar e da marca e do tamanho do peço. Entramos na sala da Promotora.

Mais de uma hora depois, terminada a reunião sem nenhum acordo escrito, a Dra. Themis nos acompanha até o elevador e se despede com a maior gentileza. O Oficial, que durante toda a reunião evadiu elegantemente qualquer responsabilidade, diz “em off”, apenas se fechando a porta do elevador, que “se eu fosse vocês, envolvia a imprensa no assunto... O que está acontecendo é um assunto político, uma capa em Zero Hora terminaria com tudo. Eu vou falar com meu superior, mas tenho 99% de certeza que nada vai mudar.”

Ser peão parece ser a posição mais cômoda do jogo. Peões se disseram os soldados envergonhados na Garibaldi ao admitir que as ordens eram não deixar as prostitutas na rua. Peão, o sargento que declarou que seu trabalho nessa rua era inconstitucional. Peões os tenentes. Peão se diz também o Oficial que, depois de reconhecer que o que estão fazendo “não tem nenhuma base legal”, bota toda a culpa numa decisão pessoal do novo Secretário de Segurança. Fanáticos religiosos, segundo vários brigadianos, o Secretário e a sua esposa teriam decidido, por ocasião da visita do Papa Bento XVI ao Brasil, “que não queriam ver mais prostitutas em seu Estado”<sup>128</sup>.

Em *in Jussara*, “mulher que é delegada e policial”, em representação do Secretário de Segurança, declarou que existia “uma ordem para reprimir a criminalidade em todas as imediações da Secretaria”, mas que “todas aqui sabemos bem que o *trottoir* não é crime.” Porém, para parar a ação da Brigada (e da Secretaria), que é crime, o NEP em *in* e em *off* tem que oferecer uma intervenção moral: “roupas e comportamentos decentes das meninas na rua; nada de bundas pra fora nem trajes vulgares” e “oficinas de auto-estima e cidadania”. Zonas de tolerância simbólicas.

- A gente pode inibir as que usam roupas muito... inadequadas - diz o Oficial na sala da Promotora de Direitos Humanos.

- A gente se compromete para as meninas não usarem roupas muito depravadas - confirma a Tina.

- Bom senso.

- Comportamento adequado.

128 “Por exemplo, o Governador sai de um evento com um convidado ou depois de jantar com a esposa e passa ali perto do CONIC. Aí ele vê aquele bando de mulher e de travesti praticamente pelado. Se exibindo na maior... sem cerimônia. Aí o que é que acontece? Não dá outra. No dia seguinte chega a ordem aqui pra gente intervir pra que elas não fiquem assim lá, tão à vontade. Já aconteceu, várias vezes. Aí a gente vai...’ (Explicação de um agente da Delegacia de Costumes e Divertimentos Públicos sobre a ação da Delegacia, março de 2000)”. Extraído da tese de Marlene Teixeira Rodrigues (2003: 239).





- Eu vou orientar o pessoal para ser mais tolerante - conclui ele.

Em *off* alguns dizem que parte do problema podem ser supostos negócios da Polícia Civil com os donos dos hotéis. Em *off* eu pergunto onde estão os homens nessa história... Em *off* Nilce diz que pode até haver, mas são uns “bunda-mole”. Ninguém fala deles (será uma necessidade minha, como sugere a Claudia Fonseca (2003b)? Ou será o grande silêncio do campo?). Em *off* as mulheres fazem com os soldados uma aliança contingente de ajuda e sedução mútua. Em *off* a viatura aceita. Em *off* os soldados compartilham a calçada, o ponto de vista, dos que em *in* não têm nada a ver no assunto todo. Em *off* a Lúcia e o Policial Civil que toma a ocorrência descobrem que a maioria delas são de Santa Catarina.

Quiçá em *in* demais, quiçá sem entender todo esse código de piscadelas, quando a reunião se empatava entre eloquências e silêncios, pergunto para o Oficial como é que ele interpreta que, mesmo o senhor tendo ciência da ilegalidade da operação, esta tenha já duas semanas em andamento. A Dra. Themis intervém e olha se eu não tenho gravador (para tudo ficar em *off*), Nilce me justifica nervosa (“é um estudante”) e a Tina me respalda. “É uma pergunta que não posso responder”, diz entre mil outras palavras. Aproveitando o impulso, Márcia, a advogada, vai exigir a troca da ordem e um documento por escrito. Mas ele, em *off*, nos lembra que não pode, que ele é só um peão.

Fora do prédio, todos rimos e somos amigos contra o Papa, o Secretário, sua mulher... e claro, em favor dessas *trottoirs* maravilhosas de roupas morais, mães de família abnegadas, trabalhadoras dedicadas, cidadãos ignorantes de tráfico qualquer, administradoras exemplares do seu dinheiro e de seus sentimentos.

Tudo tudo em *off*.

Afinal não houve denúncia, nem pedidos de desculpas, nem nada. Nada passou pelo *in* burocrático da lei nem do Estado, mas ficou no *off* da moral julgada. Um dia, simplesmente, a Brigada Militar esvaneceu, o NEP voltou ao seu ritmo normal e as mulheres da Garibaldi, de novo na calçada, raramente apareceram na sede da organização. Nesse jogo de *ins* e *offs* só a palavra e a sedução importaram, enquanto a cada reunião, a cada gesto, em cada corpo a separação bélica entre Estado, “sociedade” e “nós” (prostitutas, militantes, pessoas) ia-se recriando, negociando e efetuando. É ali que renasciam as putas rebeldes, o pesquisador intrometido, os funcionários inúteis, os policiais obedientes e as ONGs reformistas, todo um set de performances e corporificações que manteve a força demiúrgica dessa guerra em pé. O único documento oficial foi um Termo De Compromisso de Ajustamento de Conduta, produzido com a intermediação do MPE em outubro de 2007, entre a Secretaria de Justiça e Segurança Pública e o NEP (ver adiante).

Os milicos, que baixam a cacetadas, peões obedientes, viram, no bafo dos sussurros de bordel, aliados contentes contra o Estado civil-religioso materializado no Secretário Mallmann. E então ganham um beijo da puta mais querida (sua irmã ou namorada). São caçados e suas potências apropriadas pelas voluptuosas mulheres que deveriam reprimir; sua atenção e agilidade, antes destinada a mantê-las na linha do privado, agora serve para detectar o mais cedo possível a proximidade da viatura-inimiga-comum<sup>129</sup>.

O NEP reage eficazmente, consegue desmanchar uma avançada policial, proteger às mulheres dos abusos e mostra a quem viu que não é tão simples passar por cima de vinte anos de luta. Mas, por realizar-se na lógica do Estado (o Estado enquanto lógica), seu sucesso atualiza a norma e a ordem simbólica que as constrange e contra a qual, ontológica-culturalmente, muitas prostitutas se constroem. As perspectivas da *trottoir*, da trabalhadora sexual (descende e familiar cidadã) e da puta (vulgar) são mais uma vez efetuadas, publicadas, alimentadas nos corpos de todos os que estamos ali. Aprendemos que, quiçá, a surra era merecida (e voltaremos ao Weber). Para merecerem seus direitos, as mulheres da Garibaldi deverão virar cidadãs com auto-estima. (ver Termo de Ajustamento). Mas essa foi uma promessa do NEP, não das moças que ali batalham; parece que para elas a forte separação entre a “sociedade”, o Estado e elas é fundamental (e o NEP é transição pura). A mediação da organização seria proteção emergencial, não aparentamento. Elas não frequentarão (por enquanto) o NEP, nem o NEP a Garibaldi, mas conseguiram ficar mais um tempo na rua de salto agulha, e o NEP revigorou a sua narrativa guerreira de rua e base coletiva. Perante qualquer novo coturno abusivo, a contingência das alianças se ativará mais uma vez.

A Delegada e o Major abraçam-se na celebração do trabalho, da tolerância, da decência e da não vulgaridade ao redor do fogo morno da elegância, da família, e da moral liberal (talvez eles também se encontrem na missa ou no supermercado). A Promotoria e a Comissão dos Direitos Humanos não garantiram nem promoveram mais que a expressão gentil das emoções e, no máximo, um espaço de “diálogo” e “conciliação”. Não foram os “direitos humanos” dessas mulheres o foco das atenções. Uma ordem de predação e imposição diferente à descrita na primeira parte desse trabalho é aqui presenciada. Não entre perspectivas de prostitutas, cafetões, clientes e soldados, mas na relação entre imagens de classe, de gênero, de produção, de ocupação da cidade. A Delegada tenta seduzi-las para si, mostrar-se como uma delas mas do outro lado do espelho, fazê-las amigas ou parentes potenciais pela via dupla da apropriação da perspectiva delas (domesticação matrimonial da putaria (Gregori 2004)) e da imposição da própria (casamento, sucesso, estudo, noção de decência).

E então a *brutalidad* persiste. Em *in* as polícias dizem respeitar os direitos humanos e

---

129 Em Rodrigues (2003), etnografia da ação da última Delegacia de Costumes que existiu no Brasil, em Brasília, narra-se uma história belíssima que nos confirma o poder da sedução e caçaria incorporante que se efetua na prostituição e na sua relação bélica com as polícias. Palavras mais palavras menos, trata-se da história de sedução (em off) entre um policial da Delegacia e uma suposta prostituta e agenciadora de luxo que é indiciada pela própria Delegacia. Depois do operativo ele começa a se aproximar dela apesar das advertências dos colegas. Ela aceita e seduz. Ao final vemos o policial defendendo à mulher e mantendo fortes discussões com os seus colegas. Tal o medo deles se aproximarem muito. Ver Rodrigues 2003: 295-296.

as senhoras profissionais do sexo. Mas em *off* batem e, para que em *off* forense fique, batem não com cacete, mas com garrafas PET, como em forte *in* o NEP denunciou em 2008. A humilhação mantém-se a mesma, e em troca dos roxos e do sangue, uma alegre celebração da inventividade policial. Em 2008 o Secretário Mallmann prometerá, de novo, erradicar as ‘zonas’ de prostituição nas proximidades do seu escrotório (imagens adiante).

(Opto por colocar em *in*, e na íntegra, o Termo de Compromisso entre a SJSP-RS e o NEP, pela sua importância não só na argumentação dessa tese, mas como documento político na luta pelo respeito dos direitos dos e das “profissionais do sexo”. Agradeço ao NEP o acesso e a permissão para o uso desse documento público)



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MINISTÉRIO PÚBLICO

CÓPIA

**PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA  
DOS DIREITOS HUMANOS**

**TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE  
CONDUTA**

Pelo presente instrumento, o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, por sua 6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, sita na Rua Santana, 440, 7º andar, bairro Farroupilha, Porto Alegre, RS, apresentada por sua titular, a Excelentíssima Senhora Promotora de Justiça, Ivete Brust; a SECRETARIA DA JUSTIÇA E SEGURANÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, neste ato representada pelo Excelentíssimo Senhor Dr. José Francisco Mallmann, Secretário de Estado da Justiça e Segurança Pública, e o NÚCLEO DE ESTUDOS DA PROSTITUIÇÃO – NEP -, CNPJ nº 97056659/0001-00, localizado na Rua dos Andradas, 1560, 6º andar, sala 14, Bairro Centro, na pessoa de sua Coordenadora, Sra. Cleudete Ficagna, Coordenadora, na forma do § 6º, do art. 5º, da Lei Federal nº 7.347, de 24 de julho de 1985, com a alteração do art. 113 da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, nos autos do INQUÉRITO CIVIL Nº 01128.00237/2003, do Ministério Público Estadual, que investiga



CÓPIA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MINISTÉRIO PÚBLICO

potencial dano a direito coletivo ou difuso consistente em violação da liberdade de locomoção de profissionais do sexo que exercem atividades de prostituição nas Ruas Garibaldi, Voluntários da Pátria e Barros Cassal, nesta Capital, celebram este COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO, mediante cominações, o qual terá eficácia de TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL desde logo, na forma dos arts. 5º, § 6º, da Lei Federal nº 7.347/85, e 585, inciso VII, do Código de Processo Civil;

CONSIDERANDO os fatos trazidos ao conhecimento do Ministério Público Estadual pelo Núcleo de Estudos da Prostituição, organização não governamental que atua junto a mulheres profissionais do sexo, na educação para a cidadania e na prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e AIDS;

CONSIDERANDO a Convenção para a Repressão do Tráfico de Pessoas e do Lenocínio, promulgada pelo Decreto nº 6, publicado em 12.06.1958, que, além de comprometer os Estados membros a adotar medidas contra a exploração da prostituição, protege as profissionais do sexo contra práticas discriminatórias e vexatórias por parte do Poder Público, dispondo em seu art. 6º: "A cada parte na presente convenção convém adotar todas as medidas necessárias para abrogar ou abolir toda lei, regulamento ou prática administrativa que obriguem a inscrever-se em registros especiais, possuir documentos pessoais ou conformar-se a condições



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MINISTÉRIO PÚBLICO

CÓPIA

excepcionais de vigilância ou de notificação as pessoas que se entreguem ou que se supõe entregar-se à prostituição”;

CONSIDERANDO os termos da Constituição Federal, que, em seu preâmbulo, consagra a promoção de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, e que tem como fundamentos a cidadania e a dignidade da pessoa humana (art. 1º, I e II), e tem como objetivo fundamental, dentre outros, promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (art. 3º, IV);

CONSIDERANDO que a Carta Magna, em seu artigo 5º, incisos XV e LVIII, preconiza a liberdade de locomoção no território nacional, bem como, que o “civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei”;

CONSIDERANDO não se constituir o exercício da prostituição em crime, sendo, inclusive, atividade reconhecida pela Classificação Brasileira de Ocupação (CBO), do Ministério do Trabalho, desde setembro do ano de 2002, estando, portanto, protegida pelo direito especial à liberdade profissional, previsto no art. 5º, inciso XIII, da Constituição Federal;





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MINISTÉRIO PÚBLICO

COPIA

**RESOLVEM AJUSTAR SUAS CONDUTAS NOS  
SEGUINTE TERMOS:**

**CLÁUSULA PRIMEIRA** - O Núcleo de Estudos da Prostituição compromete-se a promover campanhas de conscientização junto às profissionais do sexo, orientado-as quanto à conduta profissional nos seguintes termos:

- a) que exerçam seu direito de ir e vir trajando roupas não atentatórias ou ofensivas ao pudor;
- b) que abordem seus potenciais clientes de forma sutil, não os molestando fisicamente com puxões pelo braço ou atitudes similares;
- c) que não pratiquem sexo em via pública;
- d) que não promovam algazarras de modo a perturbar o sossego público;
- e) que denunciem a presença de crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MINISTÉRIO PÚBLICO

CÓPIA

**CLÁUSULA SEGUNDA** - O Estado do Rio Grande do Sul obriga-se a não interferir na liberdade profissional e de locomoção das profissionais do sexo no Estado do Rio Grande do Sul, abstendo-se das seguintes condutas:

a) realizar prisões ou detenções, salvo em caso de flagrante delito ou ordem judicial;

b) proceder a condições excepcionais de vigilância policial, salvo caso de investigação criminal em curso;

c) proceder a qualquer forma de identificação das profissionais do sexo, imotivadamente, tais como gravações, filmagens, etc., salvo mediante autorização judicial ou hipótese de flagrante delito.

**CLÁUSULA TERCEIRA** - As partes CONTRATANTES inspiradas na natureza jurídica da pactuação e considerando o objeto buscado no presente instrumento, não convencionam multas penitenciais, em razão das partes e dos direitos envolvidos.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - A pactuação da presente cláusula não exclui a fixação de multa-diária pelo Juiz de Direito quando de execução específica da obrigação, na forma do art. 585, inciso II, do Código de Processo Civil.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MINISTÉRIO PÚBLICO

CÓPIA

As obrigações pactuadas neste Instrumento serão rigorosamente cumpridas pelo Estado do Rio Grande do Sul e o Núcleo de Estudos da Prostituição - NEP -, a partir da assinatura do presente termo, por período indeterminado, salvo se estes apresentarem a esta Especializada Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos, soluções técnicas diversas que também cumpram o objeto do termo de Ajustamento de Conduta.

O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, por esta Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos, fiscalizará a execução do presente Termo de Compromisso, tomando as providências legais cabíveis, sempre que necessário, ou poderá cometer a respectiva fiscalização a outro órgão que vier a indicar.

Este COMPROMISSO produzirá efeitos legais a partir de sua celebração, e terá eficácia de TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL desde logo, na forma dos arts. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/85, e 585, inciso VII, do Código de Processo Civil.

**CLÁUSULA QUARTA** - Com a comprovação do cumprimento das medidas acima estipuladas, o Inquérito Civil nº 01128.00237/2003 será submetido à homologação e arquivamento perante o Egrégio Conselho Superior do Ministério Público Estadual e o Procedimento Administrativo nº 837/2003 será submetido à



CÓPIA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MINISTÉRIO PÚBLICO

homologação e arquivamento perante a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão.

E, por estarem de acordo, firmam o presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, em cinco (05) vias de igual teor e forma.

Porto Alegre, 23 de outubro de 2007.

**Ivete Brust**  
Promotora de Justiça, Designada.

**Cleudete Ficagna,**  
Núcleo de Estudos da Prostituição - NEP

**José Francisco Mallmann,**  
Secretário de Estado da Justiça e Segurança do RS.

## ***6.2 Três exercícios práticos para suspender os direitos da sua puta local (ou global).***

### **1. A tolerância legalizada: dois projetos de lei.**

Em 2003 apresentou-se, pela primeira vez no Brasil, um projeto de lei que visava a descriminalizar de forma completa a prostituição. Trata-se do Projeto de Lei 98 de 2003, apresentado pelo deputado Fernando Gabeira, e construído em diálogo com lideranças da Rede Brasileira de Prostitutas. Fundamentalmente, o projeto “dispõe sobre a exigibilidade de pagamento por serviço de natureza sexual, e suprime os arts. 228, 229 e 231 do Código Penal”. Tais artigos criminalizam penalmente o “favorecimento da prostituição” (art. 228), a manutenção de “casa de prostituição” (art. 229) e o “tráfico de mulheres” (art. 231). A decisão de suprimir o último (231) está relacionada com uma estratégia política dos movimentos de prostitutas que reivindicam a escolha e o trabalho, de separar conceitual, política e legalmente prostituição de tráfico, assim como “porque [o último] somente penaliza o tráfico se a finalidade é o de incorporar mulheres que venham a se dedicar à atividade” (PL98/2003). Entende-se que tráfico de pessoas deve ser tratado por uma legislação específica.

Embora no Brasil o fato de um/a adulto se prostituir não seja crime, como também não o é a busca por serviços sexuais, praticamente todas as atividades comerciais relacionadas são penalizadas. O PL referido busca descriminalizar completamente a prostituição, separá-la da discussão sobre tráfico e exploração de pessoas e, fundamentalmente, avançar na luta por tirá-la do Código Penal e, se for o caso, inseri-la em regulamentações laborais. É claramente uma tentativa reformista, de inserção nas lógicas do Estado, de alargamento das fronteiras e de mudança estratégica da relação.

Mas por mais reformista que fosse, o PL foi barrado sistematicamente pela Bancada Evangélica da Câmara, depois de receber parecer negativo do relator, deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (BA). Várias críticas são e foram levantadas não só por setores vinculados a organizações religiosas conservadoras, mas por organizações de, ou que trabalham com, prostitutas baseadas em focos como o ‘resgate’, o ‘anti-tráfico’ e a abolição da prostituição<sup>130</sup>.

Enquanto isso, em Porto Alegre, no ano 2005, o vereador Adeli Sell (PT) propôs um projeto de lei “com o objetivo de **disciplinar** a atividade de profissionais do sexo e acabar com os conflitos envolvendo moradores”. O projeto era promovido a partir da implantação de uma “licença da prefeitura para exercer a profissão, como qualquer comerciante”. Só que nas minúcias da argumentação encontra-se que a comparação não é, por exemplo, com professoras autônomas de piano ou dançarinas, mas camelôs: figuras já perseguidas e estigmatizadas na cidade. Ou seja, a profissão nasce perseguida. Vejamos alguns artigos do projeto para entender o sentido do constrangimento proposto: art. 3. “A atividade localizada ou transitória somente poderá ser exercida à distância mínima de **200 metros de hospitais, igrejas e escolas.**” Art. 4 “A atividade transitória deve atender à distância mínima de **50 metros de paradas de**

130 [www.gabeira.com.br](http://www.gabeira.com.br) e [www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br) e relatório final do IV Encontro Nacional de Prostitutas.

**transporte coletivo.**” Art. 5 “Anúncios públicos de qualquer espécie devem se referir à atividade denominada de ‘profissionais do sexo’, sendo proibido qualquer outra denominação **que possa ofuscar a verdadeira atividade.**” (Fonte: Informativo On-line do Ministério Público Federal RS, 1/04/2005. Os negritos são meus.

Nesse caso é evidente o tom de regulamentação moral, a sufocação jurídica à qual estão submetidos os e as “profissionais do sexo”. Sua proximidade aos berços da saúde, da sociedade e da moral é perigosa, proibida, vigiada. A proposta fracassou, também, como o PL98/2003; mas dessa vez com um lobby político forte do NEP, da Rede Brasileira de Prostitutas e de outras organizações de direitos humanos (Tedesco, 2008). Parece que, *grosso modo*, o Brasil não oscila. Sua política sobre a prostituição, consistente em diversos setores, é a tolerância. Não se opta pela abolição/aniquilação, reprime-se, de fato; mas também não se acolhe um estatuto de legalização aberta. A regulamentação sanitária/moral como lei oficial não é mais aceitável, mas uma regulamentação laboral é barrada e bloqueada. No meio fica a não-criminalização, a estimulação da “saída” e a tolerância silenciosa e sociologicamente compreensiva “dessas mulheres” (porque de prostituição masculina nem se fala)<sup>131</sup>. Ao final resta o silêncio, o perigoso *off* que suspende a plenitude do sujeito de direitos, pois o deixa à livre interpretação moral dos funcionários do Estado (Agamben 2007).

## **2. Desejos de aniquilação: PEPFAR and The Prostitution Loyalty Oath.**

Esse segundo exemplo, externo a Porto Alegre, das formas contemporâneas de luta contra a prostituição faz referência, primeiro, às tentativas de revitalização das forças conservadoras na ordem global, que buscam pensar a prostituição como um inimigo público comum a ser eliminado (uma alteridade desprezível: abolicionismo puro). Em segundo momento ajuda a matizar a consistente e interessante política brasileira de “tolerância” à prostituição, ameaçada em momentos pela força pública, mostrando seu lado mais forte e de maior respaldo: a parceria do Programa Nacional de DST/AIDS (pelo menos até 2008).

No ano de 2003, o governo dos Estados Unidos de América, em cabeça de G.W. Bush, anuncia a elaboração do “Plano Presidencial de Emergência na Luta contra a AIDS” (President’s Emergency Plan for AIDS Relief), melhor conhecido como PEPFAR. Simultaneamente, uma Diretiva Nacional de Segurança contra o Tráfico de Pessoas é criada por uma força-tarefa composta por diversas agências governamentais. No mesmo ano, ambas as propostas são aprovadas pelo Congresso, sob o nome de HIV/AIDS Global Act of 2003, por um lado, e Trafficking Victims Protection Reauthorization Act (TVPRA), pelo outro. O PEPFAR, traduzido

---

131 No Código Penal colombiano, a prostituição não é proibida; porém, nos Códigos de Polícia (uma espécie de “códigos de posturas” hierarquicamente menores e de ação regional), os Departamentos e Distritos regulamentam as formas, chances e possibilidades que o exercício da prostituição terá no território específico. Ao nível local, as prefeituras municipais têm a possibilidade de desenvolver políticas públicas específicas para “o controle do tema”. A heterogeneidade (e violência) dessas políticas é tão grande, que, por exemplo, em Puerto Berrío, pelo menos no ano 2007, não existia nenhuma diretriz da prefeitura para o tema, enquanto em Puerto Boyacá, município próximo, a prefeitura exigia mensalmente carnês de identificação e testagem obrigatória de DST’s-AIDS (ambas as estratégias igualmente violentas: uma pelo abandono total, outra pela abusiva invasão sanitária).

na Lei Pública 108-25 de maio 27 de 2003, orientou o destino de US\$ 15 bilhões como ajuda externa na luta contra a AIDS, através das agências de cooperação internacional dos Estados Unidos. Porém, segundo Correa, Petchesky e Parker (2008), o PEPFAR traduzia o espírito dos critérios da US Christian Right para recepção de fundos.

Tanto na legislação e nas regulamentações que autorizaram o PEPFAR, como na sua implementação prática, isto estava implícito: (1) uma política que promove o “A-B-C” (abstinência, seja fiel -be faithful- use camisinha) como estratégia para a prevenção da AIDS, mas com claro ênfase no ‘A’ e o desencorajamento do ‘C’ (a legislação requer que ao menos uma terceira parte do total dos fundos seja destinada a programas que promovam a abstinência); (2) prioridade na distribuição de fundos para organizações ‘faith-based’ (usualmente cristãs) antes que para seculares ou focadas na saúde pública, tenham ou não tais organizações experiência na prevenção ou tratamento da AIDS; e (3) estigmatização e desqualificação de grupos de advocacy que sejam compostos por, ou que trabalhem em favor de, trabalhadoras sexuais (...). A regulação de dezembro de 2003 sobre tráfico internacional de pessoas –TVRPA - também incluía a chamada Prostitution Loyalty Oath, que inibe de receber fundos a organizações estrangeiras que reivindicam a luta pelos direitos das trabalhadoras sexuais (Correa, Petchesky e Parker, 2008: 36 – a tradução é minha).

De fato, vale a pena voltar para alguns estratos da Lei mencionada para compreender com maior proximidade a força moral do ato legislativo e a estratégia de combate à AIDS proposta pelo governo dos Estados Unidos. Na primeira parte do texto da Lei, apresentam-se considerações fáticas que justificariam e enfocariam a sua existência. São vinte e oito pontos. Nos catorze primeiros, se apresenta um apanhado de cifras epidemiológicas que constroem as mulheres e as crianças pobres, especialmente africanas, como principais vítimas da epidemia. Destaca-se também a forte ênfase na gestão da epidemia como um problema para a produtividade, o desenvolvimento e a segurança pessoal, comunitária, nacional e internacional (pontos 6 ao 10). No ponto quinze (15), a epidemia se coloca como um problema de saúde pública, e a partir daí se apresentam as considerações sobre metodologias e estratégias para a sua prevenção. Nos pontos dezoito e dezenove, com uma relativa neutralidade, reconhece-se o trabalho de organizações religiosas (faithful-based), especificamente cristãs, na luta contra a AIDS e estimula-se o trabalho em conjunto com elas. Mas a suposta neutralidade desaparece no ponto vinte, quando se coloca como exemplo a ser seguido a experiência de Uganda. Em específico o subitem C:

(C) O bem sucedido programa de Uganda para o tratamento e a prevenção da AIDS é referido como o modelo ABC: “Abstain, Be faithful, use Condoms”, em ordem de prioridade. Jamaica, Zambia, Etiópia e Senegal têm usado também com sucesso o modelo ABC. Começando em 1986, Uganda trouxe uma mudança fundamental no comportamento sexual desenvolvendo um programa de baixo custo com a mensagem: “Pare de ter múltiplos parceiros. Seja crente (faithful). Adolescentes, esperem até o casamento para ter sexo” (United State Congress, 2003: 715 - a tradução é minha)

Mais adiante, a posição se reafirma, já como declaração do governo e do Congresso dos Estados Unidos. Trata-se do ponto vinte e dois.

Os Estados Unidos têm a capacidade de liderar e otimizar a efetividade da resposta da comunidade internacional através de: (... subitem A a D...) E. Promocionar estilos de vida saudáveis, incluindo abstinência, postergação do início sexual, monogamia, casamento, fidelidade, uso de preservativo, e eliminação do abuso de substâncias (USC,

2003: 716).

São evidentes, então, as condições da ajuda. As recomendações sobre parcerias com organizações religiosas são constantes em todo o corpo da Lei, assim como a possibilidade de as organizações religiosas absterem-se de utilizar métodos e discursos que considerem contrários a sua fé. Trata-se então de um marco compreensivo sobre a sexualidade e a família, no qual, até o momento, a prostituição existia de maneira implícita. Porém, no item 23 a posição abolicionista aparece em toda a sua força, lógica e magnitude.

(23) Prostituição e outras vitimizações sexuais degradam a mulheres e crianças, e erradicar essas práticas deve ser parte da política dos Estados Unidos. A indústria do sexo, o tráfico de pessoas para essa indústria, e a violência sexual são causas adicionais e fatores do crescimento da epidemia do HIV/AIDS. Um de cada nove sul-africanos vive com AIDS, e a violência sexual é rampante, com uma taxa de vitimização de uma de cada três mulheres. Assim mesmo, no Camboja, ao menos 40 por cento das prostitutas estão infectadas com HIV, e o país tem a maior taxa de incremento da infecção por HIV em todo o sudeste da África. Vítimas de encontros sexuais coercitivos não conseguem tomar decisões sobre suas atividades sexuais (USC, 2003: 716).

Finalmente, já no corpo da Lei, na seção 101 (Desenvolvimento de uma estratégia global de cinco anos), do Título I –“Planejamento Político e Coordenação”- definindo a Estratégia, confirma-se a necessidade de “erradicar” a prostituição, numa lógica estratégica que coloca como prioridade as “famílias com crianças, as mulheres, os jovens e as crianças”. É importante ressaltar a junção argumentativa criada, na qual a prostituição se coloca como mais uma forma de “encontro sexual coercitivo”, e é compreendida no mesmo nível que o tráfico de pessoas e o estupro.

(4) Afirmar que a redução dos riscos comportamentais para o HIV/AIDS deve ser uma prioridade de todos os esforços de prevenção em termos de fundos, mensagens educacionais e atividades, promovendo a abstinência de atividades sexual e de abuso de substâncias, estimulando a monogamia e a fidelidade, promovendo o uso eficaz de preservativos, e erradicando a prostituição, o comércio sexual, a violação, o estupro e a exploração sexual de mulheres e crianças. (USC, 2003: 718)

No ano de 2005, a USAID-Brasil, agência que administra os fundos da cooperação internacional dos Estados Unidos no Brasil, ativou essas duas legislações, e condicionou a ajuda na luta contra a AIDS, estimada em US\$ 48 milhões, à assinatura de um compromisso do governo brasileiro com o PEPFAR e o Prostitution Loyalty Oath<sup>132</sup>. Tais compromissos não só iriam contra a política brasileira de AIDS, mas contra a legislação nacional e contra o movimento de prostitutas (aliado do Ministério da Saúde). O então coordenador do PN-DST/AIDS, Pedro Chequer, junto com as organizações da sociedade civil e a Rede Brasileira de Prostitutas, declinaram o oferecimento, e o governo do Brasil não assinou o compromisso.

Na declaração oficial de nove pontos, apresentada à Corte Distrital do Distrito Sul de Nova York, o Dr. Pedro Chequer, em nome do Programa Nacional de DST/AIDS recusa o dinheiro da cooperação da UNAIDS. É uma declaração pública, juramentada, assinada em

132 Fonte: <http://www.sistemas.aids.gov.br/imprensa/Noticias.asp?NOTCod=64002>



POLÊMICA Pela proposta que tramita na Câmara, atividade adotará alvará

# Projeto prevê licença para a prostituição na Capital

CARLOS WAGNER

As prostitutas de Porto Alegre poderão depender de uma licença da prefeitura para exercer a profissão, como qualquer comerciante.

A exigência polêmica compõe um projeto de lei que tramita na Câmara com o objetivo de disciplinar a atividade de profissionais do sexo e acabar com os conflitos envolvendo moradores.

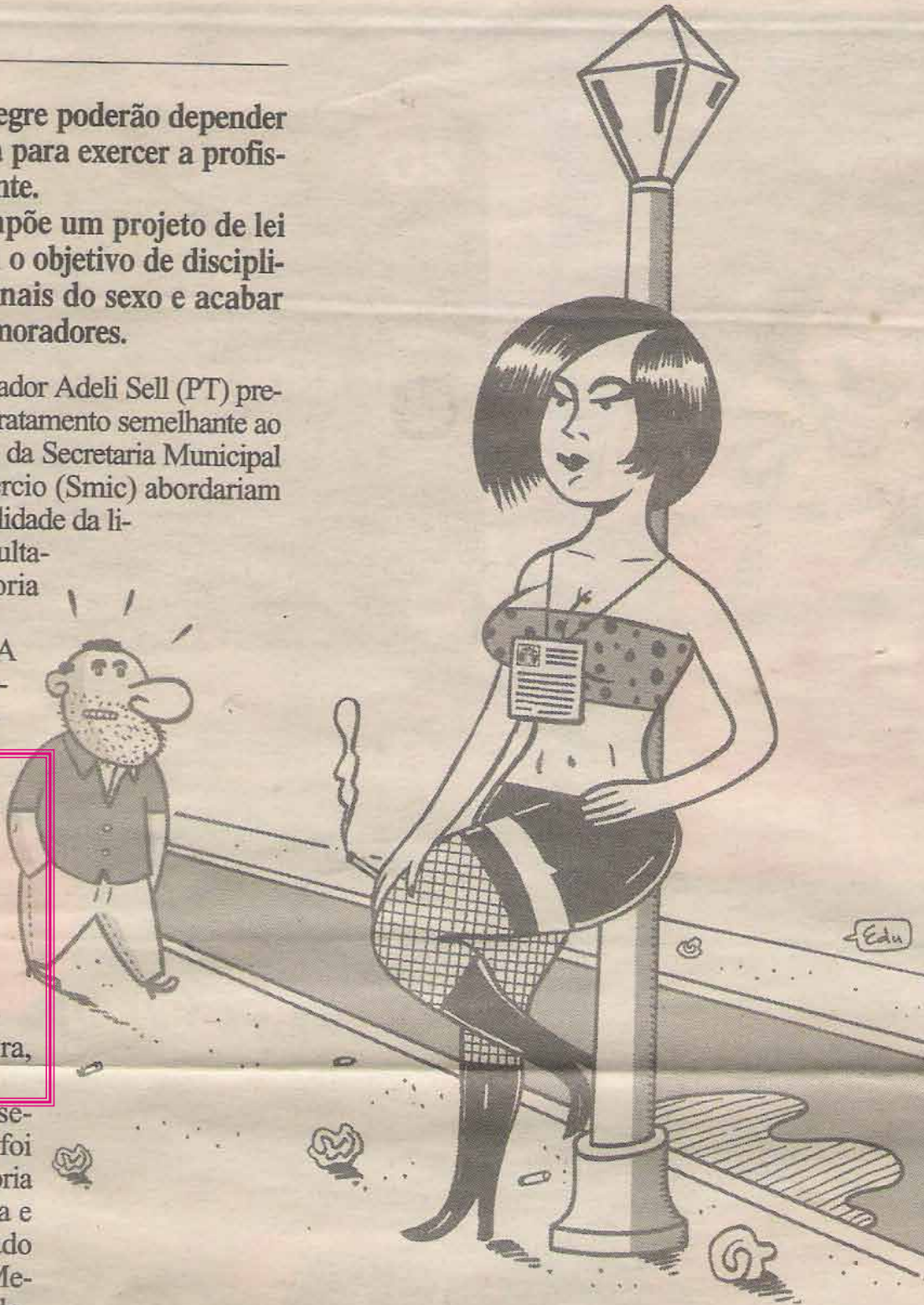
Na prática, o projeto do vereador Adeli Sell (PT) pretende aplicar a prostitutas tratamento semelhante ao dispensado aos camelôs. Fiscais da Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio (Smic) abordariam as profissionais para atestar a validade da licença. As irregulares seriam multadas. Só não teriam a mercadoria apreendida.

— Trata-se de um comércio. A lei controlaria o número de prostitutas e permitiria planejar políticas de saúde — defende Adeli.

A reação de entidades como o Núcleo de Estudos da Prostituição (NEP) e o Grupo de Apoio e Prevenção à Aids (Gapa) à idéia foi a pior possível.

— É um projeto discriminatório, que não pode entrar em discussão. Não merece contraproposta — diz Tina Taborda Rovira, coordenadora do NEP.

No ano passado, um projeto semelhante ao do vereador Adeli foi apresentado à prefeitura. De autoria da Secretaria Estadual da Justiça e da Segurança (SJS) e apresentado pelo secretário-adjunto, Fábio Medina Osório, acabou engavetado por legislar sobre um assunto de competência do município.



Opiniões

Artigos

Brasília no dia 24 de agosto de 2005. No ponto 6 manifesta seu apoio aberto às organizações brasileiras de prostitutas, por considerá-las parceiras fundamentais para o desenvolvimento e o sucesso da resposta brasileira contra a AIDS. Finalmente, no ponto 8 confirma a recusa:

Apesar da Agência Norte-americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) ter oferecido mais de US\$ 40 milhões para continuar financiando os esforços do Brasil na prevenção da AIDS até 2008, o Programa Nacional de AIDS, que atua como coordenador central dos esforços de prevenção do governo e das ONGs, decide recusar os fundos ainda este ano. A decisão do Programa Nacional de AIDS foi aprovada pela Comissão Nacional de AIDS, um corpo composto por organizações da sociedade civil e oito ministros governamentais. Depois de considerações cuidadosas, decidimos que podia ser perigoso para o nosso programa ter de opor-se à prostituição em ordem a cumprir com os requerimentos do Ato de 2003 de Liderança dos Estados Unidos contra o HIV/AIDS, a Tuberculose e a Malária (Global Act, 2003), como implementado pela USAID. Em particular, acreditamos que não podemos conduzir resultados nem programas efetivos com trabalhadoras sexuais se as ONGs parceiras são forçadas a declarar sua oposição explícita à prostituição, como tem sido requerido pela USAID. Porque não acreditamos que possamos continuar consistentemente com o nosso exitoso programa com os requerimentos do Global Act como implementados pela USAID, nós optamos por recusar a totalidade dos recursos de cooperação que deveriam entrar no país através da USAID. (Chequer 2005: 2. Em inglês no original - a tradução é minha)<sup>133</sup>

No dia 23 de novembro de 2009, alguns dias antes do Dia Mundial contra a AIDS, o Presidente Barack Obama anunciou a continuidade do PEPFAR, colocando agora o foco na sustentabilidade e não na emergência, até o ano 2013. O Departamento de Serviços de Saúde anunciou novas regras relativas ao financiamento para atividades de luta contra o HIV/AIDS. As novas diretrizes mudam muito pouco com relação às da administração Bush, e continuam impondo as mesmas restrições fundamentais para a recepção de fundos. As organizações estrangeiras receptoras de fundos deverão se opor explicitamente à prostituição<sup>134</sup>.

### **3. A persistência da violência sanitária: pesquisa “Corrente da Saúde”.**

O terceiro exemplo surge dos dados coletados pela Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA) e o Instituto Sueco para o Desenvolvimento (IDS), num exercício qualitativo realizado entre 2008 e 2009, que visava mapear o estado e a trajetória da resposta brasileira de AIDS para “profissionais do sexo/prostitutas”.<sup>135</sup> Realizando o trabalho de campo na cidade do Rio de Janeiro, a equipe da pesquisa encontrou-se com a fase de coleta de dados de um estudo epidemiológico destinado a conhecer/produzir dados de incidência da AIDS entre mulheres “profissionais do sexo”. Por ser o único trabalho específico e diferencial que o governo (municipal, estadual ou federal) realizava com essa população, e por muitos dos entrevistados (ora funcionários de saúde, ora militantes, ora prostitutas) referirem-no, os pesquisadores da ABIA decidiram conhecer melhor o caso.

133 [http://brennan.3cdn.net/9d65fc48c0a14fad93\\_gfm6bx60i.pdf](http://brennan.3cdn.net/9d65fc48c0a14fad93_gfm6bx60i.pdf)

134 Agradeço a Sônia Correa, do Sex Policy Watch, a informação. Ver: PEPFAR 2009- 2013 [www.pepfar.gov](http://www.pepfar.gov), Ato do Departamento de serviços de saúde: <http://regulations.justia.com/view/159362/>, Maiores análises em Open Society [www.soros.org](http://www.soros.org), CHANGE [genderhealth.org](http://genderhealth.org) e Sex Policy Watch [www.sxpolitics.org](http://www.sxpolitics.org)

135 Uso os dados desse levantamento com permissão explícita da ABIA-IDS. Todos os dados referidos surgem das entrevistas realizadas.

Entre 2008 e 2009 o Programa Nacional de AIDS financiou o projeto “Corrente da Saúde”, uma pesquisa clínica nacional sobre incidência do HIV/AIDS em “profissionais do sexo”<sup>136</sup>. No Rio de Janeiro a pesquisa foi realizada pela FIOCRUZ, e envolveu testagem de sangue para AIDS e Sífilis, e um questionário com mais de 300 perguntas sobre comportamentos, atitudes e práticas relacionadas com seu trabalho e com a epidemia.

A categoria “profissional do sexo” foi definida, segundo alguns pesquisadores entrevistados pela ABIA, como toda mulher que nos últimos três meses tivesse trocado sexo por dinheiro, e que fosse indicada – conhecida - por outra cuja condição fosse similar. Nenhuma reflexão sobre trajetórias, marcadores sociais de diferença, corporalidades, condições das trocas foi levada em consideração. A troca sexo-dinheiro foi construída na fantasia dos pesquisadores clínicos como um fato bruto, objetivo e indiscutivelmente exótico.

Um dos grandes diferenciais da pesquisa, como promovida pela FIOCRUZ, é o método. O método RDS, segundo foi explicado pelas Dras. Lígia Kerr e Célia Landmann (coordenadoras nacionais da pesquisa de HSH e Profissionais do Sexo, respectivamente) no IX Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva (Recife, PE novembro de 2009), visa à construção de redes de “sementes” aleatórias, que, interconectadas e em um número pequeno de “ondas” consigam dar conta da maior diversidade possível de um “espaço social”. Uma rede na qual cada pessoa seria um nó (uma semente), que frutificaria no máximo três sementes mais e assim por diante. Deveria evitar-se a existência de sementes que centralizassem a produção, para assim evitar uma segmentação da população (já que o universo pesquisado se restringiria às conhecidas daquela).

Como estratégia de recrutamento, a pesquisa recorreu às organizações locais de prostitutas, mas houve algumas resistências e descompassos nos interesses mútuos. A organização Fio d’Alma não respondeu, a Associação dos Moradores do Condomínio e Amigos da Vila Mimosa –AMOCAVIM- inicialmente se negou a permitir o acesso à Vila, e a organização Davida, mesmo debatendo fortemente os objetivos, enfoques e metodologias, colocou a disposição suas “multiplicadoras”<sup>137</sup>. A pesquisa se instalou em dois pontos de referência para a coleta de sangue e informações: o CTA do Hospital São Francisco, no centro da cidade, visando a acolher as mulheres dessa região, e o CTA do Hospital Rocha Maia, visando a receber as da zona sul (Copacabana, especialmente). Mas os meses passavam, e as sementes não se multiplicavam. O CTA Rocha Maia se dispôs a sair à rua e convocar as mulheres nos seus pontos de trabalho,

---

136 O projeto matriz incluiu três grupos que experimentam condições de alta vulnerabilidade para AIDS e que, casualmente, coincidem com os grupos de risco supostamente superados: mulheres “profissionais do sexo”, usuários de drogas injetáveis e homens que fazem sexo com homens (HSH – uma categoria epidemiológica que até hoje no Brasil inclui travestis e transgêneros).

137 Fio d’Alma, AMOCAVIM e DAVIDA são as três organizações cariocas de referência no trabalho com prostitutas. DAVIDA e Fio d’Alma se afirmam como organizações de prostitutas, já AMOCAVIM costuma se apresentar como uma organização de moradores da Vila Mimosa e ex-prostitutas. Dessas três organizações, DAVIDA é a única que apóia explicitamente a legalização e profissionalização da prostituição; é a única que faz parte da Rede Brasileira de Prostitutas. Entre essas três organizações não há hoje em dia consenso nem trabalho conjunto: há uma história intensa e complexa ainda por ser contada. Sobre o DAVIDA ver: [www.davida.org.br](http://www.davida.org.br), e Skackauskas 2007. Sobre a AMOCAVIM ver: <http://www.portalclickrj.com.br/vilamimosa/> e Simões, 2003.

mas a coordenação da pesquisa não aceitou. Enquanto isso, um intenso lobby foi realizado pela coordenação da pesquisa com as diretivas da AMOCAVIM e os donos e donas de prostíbulos, que resultou na total e festiva abertura da Vila Mimosa para a pesquisa.

Para conseguir o número de mulheres/informantes, 600, no tempo requerido, o projeto “Corrente da Saúde” realizou algumas mudanças no método idealizado. Fundamentalmente, quebrou a lógica das pequenas redes dispersas e concentrou toda a ação no trabalho de três ou quatro sementes que recebiam um “estímulo” de 10 reais a cada mulher “profissional do sexo” levada aos lugares de testagem e entrevista. Por sua vez, cada uma delas recebia também esse estímulo, além de lanche e vale transporte. A aleatoriedade e amplidão da rede se viu limitada às conhecidas desses três ou quatro “pontos focais”, do mesmo modo como a um número não dito de “moradoras de rua” que buscavam alimento e algum dinheiro. O CTA Rocha Maia saiu da pesquisa, que se concentrou no CTA-HSF.

Nos dois primeiros meses do ano 2009, a grande maioria das mulheres foi, literalmente, recrutada. Segundo as pessoas entrevistadas, ao redor de 400 mulheres (66%) vieram dum local só: a Vila Mimosa. A pesquisa foi finalizada no tempo previsto e com a quantidade de dados exigidos, já que, como disse um dos pesquisadores, “quando a gente fez isso, a história bombou”.

Tal mudança de metodologia, entre outros assuntos de fundo (como a maneira através da qual a necessidade da pesquisa foi construída), têm sido fortemente questionados pela Rede Brasileira de Prostitutas no Comitê de Ética Nacional. Os resultados ainda (fevereiro de 2010) não foram liberados.

As pessoas entrevistadas que fizeram parte desse projeto justificavam a mudança de metodologia e a inclusão mais incisiva dos “estímulos” financeiros como uma resposta ao que, segundo eles, seria (a) uma “ineficácia” das redes políticas e sociais que as organizações de prostitutas deveriam articular e representar; e (b) a excessiva centralidade do dinheiro como mediador dessas redes onde, eles pensam, deveria brilhar a “solidariedade”.

\*\*

Esse tipo de pesquisa (agentes externos sem maior relação com os sujeitos participantes, tempos curtos e grande poder financeiro), no contexto geral de empobrecimento e de instrumentalização capitalista, insere a própria produção de conhecimento e os atores envolvidos em uma relação utilitarista que se percebe desde alguns setores do Movimento como de depredação vampiresca. Interessante exemplo para contrapor às noções de “predação” e de apropriação como usadas aqui. Longe da reciprocidade de saberes e de interesses, esse tipo de práticas propicia uma relação econômica de extração, totalmente assimétrica, que se completa na conversa (entrevista) devorando a carne dessubjetivada (desprestigiada) do Outro.

Os “informantes” aprendem que é seu tempo bruto, seu corpo (seu sangue) e algumas palavras chave o que os pesquisadores, ansiosamente, querem; não seus saberes nem interesses principais. Como os policiais seu dinheiro. Os pesquisadores aprendem que são esmolas de dinheiro e comida o que os “informantes” querem, não seu conhecimento nem suas promessas

de futuro e civilidade. Eles não querem pertencer, pelo menos não a esse preço. E então se quebra toda uma lógica de trocas e apropriações criativas (consumo produtivo/produção consumptiva) presente na prostituição de rua e nas suas movimentações políticas, para inserir no meio das relações o assimétrico (porque indiscutível, porque ininteligível, porque extremamente violento) poder de um saber. O saber, com seus tempos e métodos, do Estado biopolítico capitalista. Não é o mesmo predação que depredar, não é o mesmo brigar que invadir. A aniquilação é o limite da guerra, veremos. Porque na prostituição, em geral, têm-se em conta interesses e saberes importantes para os termos da relação... O dinheiro do cliente não é o mesmo do hospital, os fluidos não são os mesmos tampouco.

Não se trata de levantar um olhar maniqueísta sobre a troca econômica (nem para o sexo nem para a produção de conhecimento), mas detectar as maneiras como tal relação foi constituída e as suas implicações na afirmação de um discurso de Verdade; isto é, na afirmação do poder do Estado. A lenda dos controles sanitários obrigatórios (Carrara, 1997), ainda vigente mas privatizada na prostituição de “termas” no Rio de Janeiro, de grandes “casas” em Porto Alegre, ou exigida pelas prefeituras de alguns municípios do Rio Grande do Sul, transformase na imagem do Estado dadivoso que paga para sugar o sangue. A “paz concedida” não é mais que uma política de forte subordinação e dessubjetivação (abolição) protegida atrás do véu politicamente correto do interesse científico, da caridade individual que desmorona as movimentações coletivas mais ou menos organizadas.

O sangue e a informação obtida na pesquisa, a proibição dos EUA para trabalhar com organizações de prostitutas, a criminalização prática da prostituição, transformam-se em alimento para a produção biopolítica de nova gente... em casa. Cortam-se os fluxos migratórios, especialmente os sexuais, especialmente os femininos, especialmente os provenientes do “global south” (Piscitelli 2007b, 2009; e Piscitelli e Vasconcelos, 2008). E então novas “zonas” são construídas e as distinções hierárquicas (por cor, por vestimenta, por prática sexual) são atualizadas.

## VII. GUERRA, APROPRIAÇÃO E IDENTIDADE COMO IDEIAS CENTRAIS NA EXPERIÊNCIA DA PROSTITUIÇÃO DE RUA E SUAS POLÍTICAS.

*“A lacuna está em deixar de perguntar qual é a natureza das relações. Se a relação entre homens e mulheres é concebida como um contraste, qual é a questão do contraste? Que forma de poder é focalizada pelas exclusões e oposições?”*

**Marilyn Strathern. O Gênero da Dádiva: 110.**

Afirmo a existência de uma guerra (relação embrionária); com suas legislações de exceção, suas armas, suas câmeras fotográficas, seu sangue derramado, seus mortos, seu medo terrível, a culpa nas entranhas, os pólos mais ou menos reconhecíveis e uniformizados. Não simplesmente uma força unidirecional, um “combate a”, ou uma violência institucional para o controle de, mas um confronto intenso, mutante e duradouro no tempo.

A partir do escutado e observado em Porto Alegre, e como hipótese para o caso brasileiro, afirmo (de um lado) não só um avanço do Estado, delimitável histórica ou territorialmente, para regular ou abolir a prostituição, mas a prolongação e expansão de uma biopolítica para a estimulação/tolerância/punição do hipotético conjunto “prostituição”<sup>138</sup>. E (do outro lado) a afirmação combativa de “saberes/poderes sujeitados” que encontram no avivamento da guerra não só uma estratégia de sobrevivência (contra a aniquilação biológica ou normativa), mas um espaço de existência e afirmação política, erótica, corporal, laboral e de gênero. Um combate, isso sim, vivenciado na total assimetria do poder bélico dos combatentes. Assimetria que é recriada pela própria guerra.

Uma guerra que muda suas formas de operação e que, como sugere Foucault invertendo a famosa premissa de Clausewitz, funda e se continua nas formas da paz, da lei e da política (Foucault, 2008)<sup>139</sup>. Para Todos los Santos, a velha e sábia “madrina” do romance *La Novia Oscura*, a guerra é contra todos. A guerra, então, enquanto relação, produz os termos, corporifica-se, gesta performances que reproduzem e recriam as relações. Entre “nós” (*Nosotras las putas*, disse Pheterson (1989)) e a dupla incoesa sociedade/Estado existe uma relação radicalmente assimétrica de conflito perpétuo. E é nesse ponto que as propostas de Foucault e de Deleuze e Guattari (e alguma relação entre elas) sobre poder e fuga adquirem nesta tese toda sua potência.

138 Aclaro que é uma reflexão a partir do Brasil, porque acredito que em outros países, como nos Estados Unidos do Bush, existem procedimentos eficazes de real abolição/aniquilação. Porém, as velhas teorias sexuais sobre o “mal necessário” estão tão generalizadas no mundo ocidental, que é possível pensar que essa lógica da estimulação/punição corra por baixo de posicionamentos estatais abolicionistas.

139 É interessante ver aqui uma relação entre essa lógica foucaultiana da guerra, como base da política e da paz, e as análises de Comaroff e Comaroff com relação à violência como base da instauração da democracia nas pós-colônias (2006).

Na relação polivalente entre Estado e Sociedade, sobra a diferença (a loucura, a perversão, a ilegalidade, a “vulgaridade”). Elas, nossas putas locais, são corporificação dessa diferença. Afirmam-se como um “nós” essencialmente externo ao Estado, externo à Sociedade e em constante e conflitante trânsito corporal entre todos os lugares. Vejamos então como é que tal exterioridade é construída.



josé miguel 2009

## 7.1 Diferenciação e biopolítica.

### “Nós” e “a sociedade”: estigma e desentranhamento.

Muito frequentemente nas reuniões do NEP, conversando sobre cenas de confronto com “associações de vizinhos” sobre a ocupação das ruas, esquinas ou praças; ou na hora de conceitualizar o estigma e o preconceito, a estrita oposição entre “nós” e “a sociedade” e o tom de combate são ativados<sup>140</sup>. “A sociedade” é um construto externo, o espaço da “dupla moral”, da “hipocrisia” tão detestada e combatida por elas. Mesmo que, por razões de economia política (pobreza, falta de oportunidades) ou de sexualidade/gênero (“mal necessário”), muitas delas, enquanto prostitutas, conceitualizem-se como produto dessa sociedade (nas visões marxistas do movimento isso é muito mais sublinhado), é em todo caso um produto externo. Jogado fora. Da margem pra lá (pra cá). E é nessa exterioridade que se baseia um fortíssimo discurso político, de reivindicação da diferença e da identidade, de muitas prostitutas e de organizações como a Rede Brasileira de Prostitutas.

Um elemento que etnograficamente me chamou a atenção foi a insistente lembrança por parte de algumas militantes (Nilce, por exemplo) para as colegas, de que “nós também somos a sociedade”. É uma resposta sofisticada para o discurso, facilmente agenciado por prostitutas, da “dupla moral” dos outros ou da “vitimização”. “Nós também somos a sociedade” é uma elaboração da mediação do movimento organizado, cujo insistente uso, em contraste, sublinha um consistente fato cultural: a importância e solidez da fronteira entre “nós” e a sociedade. Tal conceitualização remarca um tipo de relação (de mútua exterioridade) improdutiva para os interesses da mediação civilista, dialógica e integradora do NEP na sua forma-Sociedade, mas também insere as ouvintes numa perspectiva de co-responsabilidade, de corporificação dos valores sociais. Vocês são a sociedade corporificada, diria o Csordas (1990). Nesse sentido, quando operado no contexto de uma oficina, é a abertura de uma reflexão pedagógico-política sobre si (*the self*), sobre os próprios atos, sobre a intimidade, politicamente confessional com o movimento e com a categoria.

Um forte recorte de classe sem dúvida atravessa a conceitualização de “a sociedade”, pois muitas caracterizações são relativas a formas de trabalho, de vida, de fala, de relações que são externas às camadas populares (às quais elas pertenceriam) e mais próximas das classes médias e altas. Elas sabem que os ataques que recebem da “sociedade” têm a ver também com as cores das peles, com a presença desconfortável de certos gestos e *habitus* em espaços “inapropriados” para a sociedade que vê. “Estudados”, “estudantes”, pessoas que “passam nos seus carros”, que “olham das janelas”, moradores dos bairros centrais onde elas trabalham, esses são alguns dos inimigos. Elas, como talvez os moradores de rua, alguns camelôs, vagabundos, operários boêmios quebram uma estrita distinção centro-periferia muito importante numa cidade como Porto Alegre. Moradoras das vilas populares ocupando intensiva, festiva, insubordinada e produtivamente as ruas sempre sonhadas na nostálgica paz dos “cinemas de calçada”.

140 Tedesco (2008) discute muito bem esse ponto com exemplos de campo.





Elas sabem que ganhando capitais burgueses (títulos, linguajares, performances) a violência se reduz. Essa “sociedade” que elas descrevem encontra-se refletida nos meios de comunicação, nas ciências universitárias: professores e, principalmente, estudantes que nos aproximamos cheios de curiosidades, de preconceitos, de promessas, de perguntas mil vezes feitas, de comentários salvacionistas, de extorsões psicológicas. Eu, José Miguel, sou essa “sociedade”, meu preconceito é mil vezes colocado a prova, no limite. O dia em que a minha mãe esteve em Porto Alegre e não a apresentei formalmente no NEP, Janete foi implacável: “claro, é puro preconceito, tu não quer trazer tua mãe aqui”. Por isso devo ser constantemente apropriado, incorporado, tirado do lado de lá e trazido para esse “nós” nebuloso; porém, apropriado estrategicamente. Não sou depredado, simplesmente consumido, pois interessam também minhas potências como “estudante”, como sendo “da UFRGS”; interessa criar, produzir um aliado, um amigo. Na guerra não há muito espaço para ambiguidades, nem posicionamentos neutrais científicistas.

Figuras centrais na configuração dessa “sociedade”, como exterior e necessariamente conflitante, e em evidente articulação de classe, são as outras mulheres, as não prostitutas. As

tensões e “antagonismos” intra-genéricos são centrais na experiência da prostituição feminina. Esposas, “mulheres do lar”, “dondocas”, “filhinhas-de-papai” e, muito especialmente, “as feministas”. Parece-me que a relativa familiaridade (strito sensu) que, como vimos nas narrativas iniciais, a prostituição poderia ter nos universos femininos de camadas baixas e médias, reduz a gestão da violência com suas vizinhas. Essas mulheres, então, as mais referenciais inimigas, são as imaginadas esposas das camadas médias. A mulher do Secretário de Segurança. As mulheres que nas narrativas dos seus clientes se apresentam como sufocantes mães, como entediadas esposas: ainda motor da eficácia do seu trabalho. A causa do cliente vir, e a causa dele, felizmente, ir-se embora. Essa é também, mas disso já falamos, inimiga e aliada intra-subjetiva. Elas insistem em que a maioria dos seus clientes são homens casados. Assim, é pela proteção das esposas (mães decentes de sexualidade limitada: mitologia vigente do “mal necessário”), enquanto imagem suporte moral da família (já que o marido está no puteiro), que elas existem e são normalizadas.

Entre essas duas, parece-me que o contato é muito mais na ordem das perspectivas, da imaginação criadora, do que dos corpos-carne.

Outras são “as que dão sem cobrar”. Inimigas morais das mais morais das nossas putas (a Nilce, por exemplo, não consegue entender nem aceitar “estas que dão de graça”). Inimigas intelectuais, pois são incrivelmente burras: “poderiam tirar uma graaaana!!!” – diria a Soila mil vezes de mil maneiras. E, claro, inimigas profissionais, pois são o fantasma do fim do “mal necessário”. Contam de homens que nunca mais pagaram, porque já sabem que tem mulher “louca pra dar de graça”. Estão também as “filhinhas-de-papai”, um preciso recorte de geração, motivo de raiva da Dete porque são elas as que podem usar quaisquer roupas no Centro da cidade e se agarrar com os namorados nas praças e ruas sem que as repressões da polícia desçam sobre elas.

Mas um lugar especial, principalmente na ordem guerreira do movimento organizado sob o nome NEP e Rede Brasileira de Prostitutas, têm “as feministas”. Como os discursos feministas majoritários assumiram e se construíram sobre a base do abolicionismo, e como esses discursos ganharam importante lugar na mídia, nas “esquerdas” revolucionárias e nas “direitas” no poder, a desconfiança que existe sobre essa categoria é monumental. Com “as feministas” sente-se a guerra, parece-me, na ordem duma alta traição. Pois em muito da lógica política das argumentações do movimento elas poderiam ser imaginadas como as aliadas naturais, como referentes históricos (autonomia feminina, direitos das mulheres). São inumeráveis os casos em que as prostitutas foram excluídas do “movimento de mulheres”. Inumeráveis as vezes que elas lembraram na força da teimosia a sua condição de mulheres. Inumeráveis as vezes que declinaram convites, também. Nesse sentido, existe também uma constante exibição de forças para detectar “feministas”, discursos “feministas” e, também, com igual importância, para incorporar “ex-feministas”. Isto é, ganhar “antigas” feministas, ou feministas progressistas, que se transformaram, que conseguiram olhar para as prostitutas desde outro lugar, ouvi-las, é uma

vitória de guerra muito importante<sup>141</sup>.

A mútua exterioridade em confronto é, de fato, mútua. Em Puerto Berrío, na Colômbia, sem organização de representação política, com maiores vazios de atenção em saúde e de ofertas educativas (como todas as pessoas de camadas populares se comparadas com o Brasil), e concentradas em uma zona de tolerância decadente e totalmente estigmatizada, o confronto fazia-se ainda mais evidente. Todo um esforço para “fazer essas mulheres parte da nossa sociedade” era realizado pelos pouquíssimos funcionários públicos ou integrantes de ONG’s que se interessavam pelo tema. Tanto em Porto Alegre, como em Puerto Berrío e no Rio de Janeiro, em diversas entrevistas e conversas informais mantidas com gestores, profissionais da saúde e outros atores sociais, tal posição se fazia recorrente. “Trazê-las de volta para a sociedade”. “Incluí-las”. “Socializá-las”. “Que possam aprender a pegar um ônibus, a ter os mesmos benefícios da gente”. Para “a sociedade”, que se imagina e se conceitualiza como “a sociedade”, elas são marginais, estão fora do “contrato social”.

#### **“Nós” e o Estado: repressão e biopolítica.**

Do outro lado está o Estado, cujos contornos, práticas e funções se reconstroem de maneira diferente na medida em que as prostitutas (e outros tantos grupos e redes) se organizam, colectivizam-se e apropriam-se de ferramentas que tendem à simetriação das relações ou a penetração na burocracia. Nesse caso, de forma semelhante a como acontece com “a sociedade” faz-se importante marcar/construir a diferença. Com maior vigor ainda quando, como acontece no presente brasileiro, muitas lideranças do movimento social ocupam lugares dentro dos governos.

Lembremos, muito rapidamente, que Foucault propõe de maneira geral três modelos possíveis para pensar o poder, com relação à ação do Estado. O poder Régio, vinculado com a soberania e com o dispositivo da aliança. Direito à morte, poder sobre a terra e a riqueza. Força eminentemente repressiva, de espada e títulos de propriedade; de tutela. Um segundo modelo seria aquele consagrado no “dispositivo da sexualidade”. Um poder que opera não como repressão, mas como estímulo às vontades, às emoções, à sensualidade; ao saber. Desenvolvido na luta burguesa contra o poder Régio, esse poder funda o indivíduo na base da consagração dos saberes que “cuidam da vida”. Cuidado de si, sexologia, medicina, psicologia. É o poder disciplinar da docilização do corpo. Finalmente, um terceiro modelo seria aquele “biopolítico”. Derivada do poder disciplinar, a biopolítica pensa a globalidade planetária, as populações, a cidadania; o cuidado, a gestão e a gerência da vida humana. Como na “disciplina”, trata-se já

---

141 Em *Nosotras las putas*, as diversas autoras, incluindo a Gail Pheterson (org) e a prostituta e icônica militante Margoth St James, narram as intensas e recorrentes lutas com feministas no início do movimento de prostitutas. Podem se apreciar, perfeitamente, os desencontros e o processo de construção da guerra. Nos artigos “Gênero no mercado do sexo” (Piscitelli, 2005) e “Toward a conversation about sex in feminism: a modest proposal” (Vance e Snitow, 1984), as autoras explicam por caminhos diferentes as tensões intra-feministas com relação à prostituição. Hoje um feminismo não abolicionista, de forte cunho acadêmico, se constitui em importante aliado. Muitas das autoras aqui referidas são exemplo disso, trabalhando junto com as organizações de prostitutas no fortalecimento discursivo, na constituição de novas alianças, e nas lutas jurídico-políticas.

não de um direito à morte, mas do “sagrado” direito à vida. (Foucault 1988, 1998, 2008).

Pensarmos através da proposta foucaultiana a guerra e a operação do poder-Estado implica, como na primeira parte desse trabalho fizemos com sexualidade/aliança, não tentar encaixar os dados no modelo, mas colocá-los juntos, numa mesa de mútua afetação. Isso tentamos. Entre esses três modelos de poder não existe uma linha evolutiva necessária, até porque a história funciona por descontinuidades, nem uma operação universal por substituição (acabou uma, começou a outra). Esses três modelos são abstrações conceituais a partir de transformações históricas lidas pelo “arqueólogo”, que nos ajudam a compreender nas suas diferenças e riquezas as formas dessa guerra (ou pelo menos da ação do Estado) nos anos que acompanhamos.

“Brigadiano é cachorro que sai pra caçar”. Na primeira parte deste trabalho, analisamos, a partir do *programa não é sexo*, a partir das narrativas de configuração familiar/trabalhista dessas mulheres, as formas das relações e do poder capilar presente na escala intra-subjetiva e intra-familiar. A relativa proeminência do dispositivo da aliança, e a próxima e conflitante expansão da sexualidade operou como hipótese. Nessa mesma lógica, nos anos 80, olhando agora para as relações dessas mulheres com o Estado-instituição, vemos a proeminência derradeira (eis o motor da brutalidade) de um poder militar pensado como soberano, e a simultânea força expansiva, desejada, da democracia legal. Os últimos dias da ditadura antes da desmontagem do aparelho militar. Tentativas desesperadas por cristalizar, como parte da iminente democracia, em bairros, culpas e pontos de vista, alguns corpos que, não sem angústia, resistiam tanto ao poder militar quanto à territorialização democrática, à corporificação desta Porto Alegre que se aproximava ao final do século<sup>142</sup>.

Repressão, sem lugar a dúvidas nem relativizações, é o nome da bacia quebrada e da Ilha das Flores. Apropriação da propriedade da terra (o centro, a esquina, o quarteirão) e da riqueza produzida como preparativo para um novo mundo inevitável: o democrático, o moderno, o competitivo, aquele olhado pela globalidade. Todo um avanço militar na cidade relacionado com a mudança do controle sobre o território é visível nessas narrativas, assim como no presente etnográfico. Um avanço que tinha no sexo e no gênero (feminino) um lugar especial, que transformou o uso geral do espaço público, e o quem e o como desse direito, mas que não se limitava ao controle sobre o “sexo público”. Lembremos que michês, moradores de rua (Arantes, 2000), camelôs (Machado, 2004), meninos indigentes (Milito, 1995) e travestis (Carrara e Vianna, 2006), entre outros, sempre acompanharam as prostitutas nessas jornadas de violência e fuga.

A construção desse novo mundo, do qual o Centro da cidade era o grande símbolo,

---

142 Inevitavelmente penso no caso da ação paramilitar e do Estado colombiano nos últimos 25 anos: um avanço militar pela desocupação forçada de terras. Os mais de dois milhões de “desplazados”, como já foi demonstrado, não são um resultado colateral da guerra, mas seu objeto. A gestão de vítimas dessubjetivadas, alimento fácil, e a apropriação da terra para a produção global. Ou, então, seguindo a lógica “ascendente” do Foucault (1988), os milhões de “desplazados”, sua pretendida dessubjetivação e as terras abandonadas são extremamente úteis para a afirmação de projetos econômicos e políticos relacionados com a hereditariedade do poder e a extensiva acumulação de riquezas.

GERAL

1998

POLÊMICA

# Exames anti-HIV em prostitutas geram protestos

*Cerca de 45 mulheres de São Sebastião do Cai farão testes na Capital*

**E**ntidades, como a Organização Não-governamental (ONG) Núcleo de Estudos da Prostituição, programam a realização de manifestação de protesto, na segunda-feira, quando chegam à Capital 45 prostitutas da cidade de São Sebastião do Cai. A ONG estuda também uma representação no Ministério Público pela inconstitucionalidade da lei daquele município localizado no Vale do Rio Cai, que obriga os profissionais do sexo a fazerem testes de Aids a cada 90 dias.

A informação foi dada pela coordenadora do Núcleo de Estudos da Prostituição, Tina Taborda Rovira. Com outras entidades como o Grupo de Apoio à Prevenção da Aids no Estado (Gapars) e a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, ela protestou contra a legislação municipal.

A lei, aprovada pelos vereadores e já homologada pelo prefeito Egon Schneck, foi proposta pelo vice-prefeito e secretário da Saúde Léo Alberto Klein. Ele justificou a legislação pela necessidade de proteger a população contra a Aids. Klein também alegou que não poderia se omitir sobre questões de saúde pública e que os exames obrigatórios protegerão também as prostitutas. A nova lei, segundo Tina Rovira, é inconstitucional por obrigar pessoas a fazerem os exames de Aids e a coleta de sangue.

Além disso, a legislação determina multa às boates, no valor de 100 Ufirs, para cada mulher que não cumprir a exigência dos exames de sangue a cada 90 dias.

— Na prática, a prefeitura estará legalizando as casas de prostituição, o que é crime, e assim poderá levar a situações em que a prostituta poderá pedir aposenta-

doria e indenizações. A obrigatoriedade é equivocada, discriminatória, por só exigir exame das prostitutas e não dos clientes, e sem sentido. Nenhum exame dá imunidade contra a Aids. O que conta é o trabalho de prevenção, de conscientização, o uso de preservativos. Ter esse exame com a informação de que não está contaminada, não evita que a mulher pegue Aids de um cliente infectado — disse Tina Rovira, cuja ONG atende 350 prostitutas que atuam no centro de Porto Alegre.

Os líderes das entidades pretendem fazer manifestação na segunda-feira, quando em várias Kombis da prefeitura 45 prostitutas chegarão à Capital para fazer o exame. As entidades também entrarão com representação no Ministério Público visando a derrubar a polêmica lei de São Sebastião do Cai, município de 15 mil habitantes a 15 metros da Capital.

englobava as “sex wars”. Tratava-se da reorganização dos corpos produtivos (em oposição à “vadiagem”), por exemplo, da produção da fronteira entre público e privado, entre sociabilidade e trabalho, entre centro e periferia, entre “lar e cabaré”, entre riqueza legítima e ilegítima (entre assuntos legítimos e não legítimos, como sugeriria Butler (2003)). A “restituição” do monopólio da violência ao Estado. Isto é, uma discursividade estatal sobre o sexo não é explicação suficiente, pois o sexo nunca é “o” sexo. O sexo é sempre o sexo dos pobres (Fonseca), o sexo das “nativas” ou dos “gringos” (Piscitelli), o sexo dos trabalhadores-pais-de-família, o sexo publicitado (por quem?) na rua (em qual?).

Antonio Arantes (2000) refletindo sobre a “guerra de lugares” em São Paulo, apresenta a voz de um “pintor de carros e michê”, que, respondendo às perguntas de um repórter, nos ajuda a imaginar a abrangência, complexidade e contundência dessa guerra.

Somos partes de um mundo só. Estamos todos juntos, mas não estamos no mesmo mundo. Você, se entrar no meu mundo, é estranho; eu, se entrar no seu, sou estranho. Você não ia aceitar se soubesse que tenho passagens na polícia, e eu não ia te aceitar sabendo que você nunca roubou. Você tem um mundo e eu outro mundo. Os nossos dois mundos estão em guerra. É isso! (106).

A clareza e precisão do “Hanz”, o entrevistado, é coincidente com as afirmações de mútua exclusão radical das nossas prostitutas porto-alegrenses. Não se trata de um “diálogo” simbólico, mas da construção prática de diferenças de naturezas (dois mundos) que se traduz numa guerra. O problema central, como vimos na história da Garibaldi e na anterior “limpeza” da “Volunta”, é a gerência e aproveitamento das materializações imagéticas na calçada. A calçada como espaço de performance e relações, como lugar de corporificações diversas, opostas, simultâneas e, eis o ninho, hiper-publicadas.<sup>143</sup>

Então é evidente que, em nosso caso, esse (quase)poder Régio, porque não está baseado no sangue real nem na fundamentação religiosa medieval, também estimula e não só reprime. É, de novo, a lógica da apropriação (ora por sedução ora por imposição), pois as pessoas não estão atreladas a destinos exteriores, mas a jogos discursivamente possíveis de mobilidade social. Além do avanço estatal pela propriedade e pelo controle da terra urbana e das riquezas, além do direito sobre a morte, operava uma simultânea gestão de novos estímulos e vontades. Muda-se a paisagem de corpos disponíveis, desejáveis e desejantes. A punição pública estimula, por oposição imagética, a não-prostituição. O limite do possível e do imaginável. A punição pública, o padecimento, o abandono e a morte das prostitutas (o “direito sobre a morte”) são elementos centrais na estimulação do “cuidado de si”, da vontade de não-ser prostituta, de ser “do lar”, de “sair” daquela vida. É a imaginação miserabilista que estimula no capitalismo o direito sobre a vida.

É interessante ver, contudo, que um dispositivo de poder mais “disciplinar” sobre o

---

143 Território “interestrutural”, diria Arantes (2000). Porque se bem, como já vimos suficientemente, todos os “territórios” (incluindo o corpo do sujeito) são territórios “intraestruturais”, ou espaços de materialização conflitante de perspectivas e trajetórias diversas, na calçada acontece sua mais pública visibilização. Por isso a guerra descrita atravessa qualquer separação entre público e privado, o resto é tautológico: é mais pública nos espaços tidos como mais públicos que são objeto da política pública...



corpo e sobre a sexualidade teve lugar antes da ditadura. Sobre tal fase, no caso brasileiro, Rago se ocupa largamente nas suas análises sobre a “Utopia da cidade disciplinar” (1985). Tratava-se da montagem da República e da industrialização, que incluía a instauração de uma oposição radical

e de valores simbólicos inamovíveis entre rua e casa, entre “cabaré e lar”, entre putaria e família, entre puta e esposa, entre vagabundagem e trabalho, entre marginalidade (doença, perversão, fracasso) e sucesso (Rago, 1985). Deleuze e Guattari descrevem um processo similar nas suas análises das forças de “territorialização” do Estado:

Conhecem-se os problemas que os Estados sempre tiveram com as ‘confrarias’, os corpos nômades ou itinerantes do tipo pedreiros, carpinteiros, ferreiros, etc. Fixar, sedentarizar a força de trabalho, regrar o movimento do fluxo de trabalho, determinar-lhe canais e conductos, criar corporações no sentido de organismos, e, para o restante, recorrer a uma mão-de-obra forçada, recrutada nos próprios lugares (corvéia) ou entre os indigentes (ateliês de caridade), -essa foi sempre uma das principais funções do Estado, que se propunha ao mesmo tempo vencer uma vagabundagem de bando, e um nomadismo de corpo” (Deleuze e Guattari Vol 5. 2008: 34) <sup>144</sup>

Então a “utopia disciplinar” que vinha de antes dos anos 60 foi suspensa... ou melhor, reinventada, sobre-estimulada, pela ditadura militar e as suas brutalidades e eficácias. À perseguição sanitarista da primeira metade do século XX (Rago 1985; Garcia, 2002; Martínez, 2002), justapôs-se a lógica da eliminação militar reinante na ditadura. Às seringas se juntavam armas de fogo e cacetetes; às vacinas, choques elétricos e extorsões financeiras; aos coletes brancos, fardas de cores escuras; ao posto de saúde, a Delegacia de Costumes; à certidão de boa saúde, o Termo de Vadiagem; aos padres e médicos, policiais eufóricos... e, o que parece perversa invenção daqueles anos setenta, amorosos maridos/patrões. É nesse ponto que presenciamos um dos diferenciais fundamentais dessa prostituição de final de século (e das formas de governamentalidade), na justaposição e acumulação de estratégias de poder (fixação/estimulação/punição).

Lembremos que até a metade do século XX (Rago, 1985 e 2008, Fonseca, 2004c), as mulheres prostitutas eram tidas como devassas solitárias, rouba-maridos, estraga-casamentos. A dupla Família e Trabalho (que carregaria propriedade e progresso) era ameaçada pela prostituição. A prostituição era o universo das mulheres que desistiam ou eram expulsas da

144 O romance “La novia oscura”, para o caso colombiano, é atravessado por essa força disciplinar e de fixação dos bandos. As prostitutas são mais um desses bandos, acompanhando os trabalhadores petrolíferos nas suas travessias e desentranhamentos na selva. As companhias petrolíferas, então, na primeira metade do século, investiram pesadamente na “familiarização” dos empregados, na instauração de incentivos para aqueles que casavam e tinham filhos, ao mesmo tempo que construíam condomínios operários nos lugares onde eram as “zonas” de prostituição (Restrepo, 2007).

família (e do convento), e era ali que os homens desarraigados se afirmavam na sua solidão, no álcool, na volatilidade dos seus projetos (Rago, 1985; Restrepo, 2007; Martinez, 2002). Por isso a prostituição era tão perigosa para a família e para a eficiência produtiva. Então a franca oposição política da família e do trabalho à prostituição era central na “utopia disciplinar”. Devia marginalizar em zonas confinadas, quando não criminalizar e abolir esses bandos de mulheres. Era a literalidade do exercício do poder do Estado.

Mas, como vemos nas narrativas, a partir dos anos 80 a relação família-trabalho e prostituição mudou em consonância com as formas de operação do Estado e do capitalismo. Em meados dos anos oitenta a ditadura terminava e com ela esta obviedade repressiva da militarização. Uma segunda fase da violência do Estado se abria e, com ela, uma nova forma de guerra. Talvez sem Buda nem Hotel Aliado, sem tantas putas nem mendigos nas ruas, sem tantos traficantes soltos no centro da cidade (agora nos subúrbios), mas também sem milicos e brigadianos e *ratos* acostumados ao poder, seria mais fácil instaurar uma democracia popular e legalista<sup>145</sup>. Aproximamo-nos então, de uma transição entre formas de governo mais associadas à “disciplina” e menos à “repressão”.

Desafortunadamente não contamos com estudos sócio-históricos sobre prostituição no Brasil entre 1960 e 1980, aproximadamente; contudo, é interessante notar que é justamente nessa transição da relação prostituição/família, que a obra de Bacelar *A família da prostituta* é publicada (1982). Também como resultante dessa trilha política pode-se ler a afirmação da prostituta enquanto simultaneamente trabalhadora ajuizada e esposa duradoura que Fonseca, produto do seu trabalho de campo no início dos anos 90 em Porto Alegre, consegue fazer no artigo “Família e profissão: dupla carreira da mulher prostituta” (2003b). A prostituta/esposa/trabalhadora se erigia como grande símbolo possível, como caminho de legitimação da experiência.

À repressão generalizada e à ausência de direitos civis e sociais, justificada pela perigosíssima insubmissão familiar e trabalhista das mulheres prostitutas pobres, justapôs-se, com extrema habilidade, “dispositivos” de produção da sexualidade e da pessoa burguesa. Toda uma “biopolítica” do trabalho justo, da tolerância e da inclusão social teria início com a instauração da democracia e com o aceleração da modernidade em Porto Alegre<sup>146</sup>. A “expansão micropolítica do capital” (Guattari 1981). Com o fim da estagnação conservadora, ampliar-se-ia a imaginação social sobre a cidade, a família (divórcio, mães solteiras, matrilineariedade, circulação de crianças) e o trabalho (partidos trabalhistas, cooperativismos, trabalho autônomo, maior força laboral feminina qualificada): porém, “família” e “trabalho”, nas suas renovadas versões, como conjuntos amplos, flexíveis, afáveis, mas delimitados e sagrados, viravam

---

145 Uso, claro, a lógica proposta por Comaroff e Comaroff no seu exercício de analisar a violência e o desordem na instauração das democracias nas “pós-colônias” (2006).

146 Novamente, ver Schuch (2006 e 2009) sobre os direitos das crianças e as “tecnologias da não violência”. Sobre as transformações de Porto Alegre na segunda metade do século XX, ver Pasavento (1991) e Reis (2001). Albano (1999) sobre os discursos de modernidade e urbanismo na elaboração do 2º Plano Diretor da cidade, promovido entre 1994 e 1997.



poderosa força de estímulo<sup>147</sup>.

O amor pedagógico do marido, o cálculo financeiro, o bem-estar familiar e a roupa “comportada”, o desejo de comprar uma casa própria, os horários de trabalho juntar-se-iam a partir daqueles anos às ferramentas já estabelecidas de controle/produção da prostituição. A prostituta seria, a partir dos anos 80, antes que nada, uma mulher de família, valente trabalhadora e, apesar do infortúnio, decente. Importante é destacar nesse ponto, como foi evidente nas narrativas, a aparição da AIDS e sua utilidade na expansão do poder médico, da sexualidade burguesa, do espírito democrático da solidariedade e do auto-cuidado<sup>148</sup> e, por outro lado, a necessidade/eficácia do movimento social engajado e organizado (Skackauskas, 2009). As prostitutas avulsas ou organizadas ocuparam um lugar central na trajetória da epidemia e da luta contra ela no Brasil<sup>149</sup>. A partir dos anos noventa, o Estado brasileiro, especialmente na ação do Programa Nacional de AIDS, começa a ser aliado das prostitutas (aquelas trabalhadoras...), a investir nas suas organizações e no seu bem-estar, a fazê-las cidadãs e boas profissionais.

Nesse sentido, pensar a biopolítica do social/estatal com relação à prostituição, mas também às formas e possibilidades da guerra, sem a figura ambígua, paradoxal e desconcertantemente eficaz do movimento organizado de prostitutas, é impossível. Porém, para compreender a figura e a importância do movimento organizado, é necessário antes observar com atenção dois elementos conceitualizados como próprios da “sociedade” e do “Estado” que estão na base das lutas e reivindicações das organizações: **o estigma e a suspensão biopolítica de direitos**. Ou, como o Foucault se perguntaria quase num sussurro, depois de descrever até a exaustão, espetacularmente, a docilização dos corpos: “Pero atribuirle tal poder a los ardidés con frecuencia minúsculos de la disciplina, ¿no es concederles mucho? ¿De donde pueden obtener tan amplios efectos?” (1998: 198).

### **O estigma e o direito suspenso: zonas de tolerância simbólica**

Parte-se, na argumentação dos movimentos de prostitutas, de um fato e de uma primeira explicação. Existe uma enorme, polimórfica e mutante violência exercida pela “sociedade” e pelo Estado sobre a prostituição e sobre os próprios corpos de mulheres prostitutas. Tal violência é resultado de um ancestral **estigma**. Isto é, isso que chamamos de prostituição é imaginado/

---

147 Alinne Bonetti, em palestra ministrada no I Seminário Gênero, Geração e Saúde, na UFSM, argumentava que na história da luta pelos direitos da mulher no Brasil, por ter existido um eixo nos direitos sociais antes do que nos civis, “a cidadania para as mulheres foi concedida no nome da família” Tais lutas ganhavam força expansiva após o fim da ditadura.

148 Lembremos que é com a AIDS que mulheres como Dete começam a visitar com alta frequência e importância o médico. “Pero ha habido también un sueño político de la peste, que era exactamente lo inverso: no la fiesta colectiva, sino las prácticas estrictas; no las leyes transgredidas, sino la penetración del regulamento hasta los más finos detalles de la existencia y por intermedio de una jerarquía completa que garantiza el funcionamiento capilar del poder; no las máscaras que se ponen y se quitan, sino la asignación a cada cual de su ‘verdadero’ nombre, de su ‘verdadero’ lugar, de su ‘verdadero’ cuerpo y de la ‘verdadera’ enfermedad.” (Foucault, 1998: 201). Sobre as metáforas morais sobre a AIDS ver Sontag (1989). Sobre a Aids enquanto dispositivo disciplinar no Brasil ver Pelucio e Miskolci (2009).

149 Entrevistas diversas da pesquisa ABIA-IDS. Chequer (2005).

vivenciado/construído como não só tendo um alto valor negativo no sistema cultural, mas sendo fonte e referente de negatividade.

Gail Pheterson, no seu livro *Prostitution Prism* (1996) o chamava “whore stigma”, o estigma da puta. Não da prostituta. E isso não pode passar por alto. É essa altíssima valoração social negativa da puta, enquanto categoria moral de gênero, que mobiliza e justifica todas as formas de discriminação e violência sobre as prostitutas. É ela que produz, com dramática frequência, a valorização negativa do corpo e do sexo da mulher prostituta, assim como sua auto-depreciação<sup>150</sup>.

Para a compreensão do *whore stigma*, “a marca social e legal de mulheres suspeitas de serem ou agirem como prostitutas...” (Pheterson 1996: 30. Tradução minha), a autora recorre às maneiras como em alguns dicionários de língua inglesa a palavra é definida, e aos constrangimentos legais e sociais construídos ao redor da ideia da prostituição/putaria (Pheterson usa alternadamente *prostitutes* e *whores* como estratégia política). Apresento unicamente as constrações “sociais”, que nos permitem visualizar as “zonas simbólicas” às quais me refiro.

Segundo Pheterson, uma mulher pode ser avaliada e punida, porque de punir se trata, com o nome ‘puta’ se realiza as seguintes atividades:

- (1) envolver-se sexualmente com desconhecidos;
- (2) envolver-se sexualmente com muitos parceiros;
- (3) tomar a iniciativa sexual, controlar os encontros sexuais e ser uma especialista em sexo;
- (4) solicitar dinheiro em troca de sexo;
- (5) satisfazer fantasias sexuais masculinas impessoais;
- (6) estar sozinha fora à noite, em ruas escuras, vestida para atrair desejos masculinos;
- (7) estar com homens supostamente atrevidos, bêbados ou abusivos em situações que possa manejar (mulher vulgar) ou que não possa manejar (mulher vitimizada). (Pheterson 1996: 46)

Contudo, Pheterson esbarra um pouco ao concentrar-se excessivamente nas práticas sexuais e no erotismo. Só no sétimo ponto ela abre a brecha para uma outra ordem de *performances*. Essa imagem da puta também atravessa, como vimos nos dados aqui apresentados, o território do casamento, da reprodução, da ocupação da cidade e da produção financeira<sup>151</sup>. Cláudia Fonseca (2004c) para Porto Alegre, Dona Guy (1991) para Buenos Aires, Margareth Rago (1985) para São Paulo, Carlos Iván Martínez (2002) para Bogotá, e José Carlos Dos Anjos (2005) para Cabo Verde, demonstram, desde uma perspectiva histórica, que o objeto

---

150 Ao saber-se veículo privilegiado da putaria, e ao compartilhar relativamente a visão da puta como inimiga devassa, a mulher prostituta não teria mais saída que a própria vergonha e a decorrente vitimização. Trata-se, usando-nos momentaneamente do discurso da dominação, disso que com Bourdieu podemos chamar de “violência simbólica” (Bourdieu 2000, Juliano 2002).

151 Um dia uma colega do doutorado, não prostituta, conta-me a seguinte cena: ela está na Av. Farrapos, reconhecido território de prostituição noturna. É de tarde, está aguardando seu carro sair da oficina e, para passar o tempo caminha devagarzinho na calçada olhando vitrines. Poucos minutos depois, um homem se aproxima e lhe pergunta pelo valor do programa. Claro, para além do “estigma”, ela é engolida pelo campo, apropriada de acordo aos “esquemas conceituais” do lugar. O assunto é que ela se sentiu chocada. Na sua pesquisa sobre prostituição feminina em Florianópolis, Juliana Cavilha observa como o fato de das mulheres ficarem num lugar, aguardando, por minutos, horas e anos (praça ou calçada, que seriam idealizadas como de trânsito), resulta especialmente incômodo para autoridades e vizinhos (Cavilha 2008). Eu lembro de uma briga de uma prostituta com um segurança (privado) do Mercado Público de Porto Alegre. Ela ficava quieta num corredor lateral, esperando e convocando clientes, ele mandou-a “circular”. “Quem circula é o ventilador”, disse ela.

61-60

1998  
1998  
1998

FORTO ALEGRE, QUINTA-FEIRA, 3 DE DEZEMBRO DE 1998

# BM cadastrará prostitutas e clientes

*Freqüentadores assíduos de pontos de prostituição serão denunciados às próprias famílias*

ITAMAR PELIZZARO  
Casa Zero Hora/Novo Hamburgo

**U**ma ação deflagrada pela Brigada Militar de Novo Hamburgo mal foi anunciada e já começou a alterar a rotina da cidade. Travestis, prostitutas e seus clientes serão observados e cadastrados pela BM. Os freqüentadores assíduos dos pontos de prostituição poderão ser denunciados às próprias famílias. Ontem, três desses locais ficaram desertos. As meretrizes desapareceram e a clientela, com medo de ser flagrada, também sumiu.

**Entidades criticam medida**

A idéia de monitorar pessoas que se prostituem e seus clientes é repudiada pelo presidente do Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH), Jair Krischke. O representante do movimento classifica como "absurda" a idéia da Brigada Militar de Novo Hamburgo:

— Além de ser uma violência, isso redundará no seguinte: as vítimas dessa barbárie poderão ajuizar ações por danos morais contra o Estado e causar prejuízos enormes. A primeira vítima desse arbítrio pode nos procurar que vamos ajuizar uma ação. Segundo Krischke, a medida fere a Constituição Federal porque viola o direito de ir e vir e a privacidade. A proposta desrespeitaria a Constituição Estadual no artigo em que proíbe os órgãos policiais de manter banco de dados que não sejam relativos a índices de criminalidade.

**O cadastro será confidencial, mas a família avisada quando um parente for visto saindo com um profissional do sexo mais de uma vez por semana. Cerca de 20 homens vão trabalhar na operação.**

privilegiado dessa violência é um conjunto indefinido de perspectivas, práticas e performances (femininas) que são situacionalmente vinculadas à devassidão social, à vadiagem, à perversão, à expressão erótica e ao uso de capitais sexuais/corporais para a ascensão social e simbólica.<sup>152</sup>

Então o *whore stigma* não pode ser isolado nem, seguindo a lógica da Strathern, subordinado ao resto de relações simbólicas do conjunto social. O estigma que as prostitutas denunciam é o *modus operandi* mais sólido e contínuo dessa guerra biopolítica de produção hierarquizada e generificada (gendered) das alteridades<sup>153</sup>. Uma tecnologia demiúrgica que atinge potencialmente a todas as mulheres (e às prostitutas enquanto mulheres), já que é na reprodução social, e não na repressão de uma forma de trabalho ou de uma prática sexual, que tem sua maior eficácia.

No trabalho clássico de Nestor Perlongher (1987), *O negócio do michê*, podemos

152 Recentemente vivenciamos no Brasil um exato exemplo dessa situação: o caso UNIBAN contra a sua aluna Geise Arruda. Nomeada puta, a moça é submetida a um escárnio público sob a emoção enlouquecida de uma horda de estudantes universitários, para finalmente ser expulsa da universidade por faltar à moral. Posteriormente vai para a mídia, onde a exposição continua. Qual o tamanho da saia? Qual a razão verdadeira do escândalo e da expulsão? Ela diz que não é puta. Alguém pergunta: e se fosse? E não foi, digo eu, naquela hora e naquele lugar? O qual é a definição exata para determinar quem é e quem não? Quem define tal verdade? Para que nos interessa definir? Aquelas pessoas (Geise, os estudantes e as diretivas) corporificaram e atualizaram uma tecnologia que muitos pensavam terminada. A mídia nos lembrou que não, que isso pode acontecer a qualquer um de nós que quebre impudicamente o limite e deixe a puta "baixar".

153 Relacionada com formas de produção econômica, uso do espaço e do tempo, arranjos familiares e de rede sociais, performances corporais e verbais, relações inter e intra-genéricas, administração da dicotomia público/privado e, também, construções sexuais, afetivas e eróticas. Uso "gênero" no sentido proposto por Marilyn Strathern: não como identidades, termos fixos que se relacionam, mas como relações práticas e imaginadas que constroem pessoas, objetos, símbolos, rituais, instituições, performances, novas relações, "sociedades". Isto é, substantivo categorial englobante das relações sociais (Strathern 2006, Gell 1999).

observar como esse ‘estigma da puta’, também pode recair sobre homens cujas condutas são suspeitas. O insulto brasileiro “puto” seria um bom exemplo. Eis que essa puta acabrunhada deve ser entendida então como um devir, e não como uma materialidade corpórea. Félix Guattari, no texto “Devir mulher” apresenta a feminilidade como o território da fuga, da resistência e do não-poder. Não o ser mulher, mas tudo aquilo que, aceitando uma relativamente universal filiação poder-masculinidade na modernidade, seria minoritário, escorregadio. Essencialismos mais ou essencialismos menos, Guattari termina seu ensaio colocando as prostitutas, e as nascentes organizações, como exemplos de tal devir. É nesse sentido, talvez radicalizando um pouco a ideia do autor, que o “devir puta” surge nesta tese como espaço imaginário a ser colonizado pelas políticas de trabalho, gênero e prostituição.

Porém, muito além dos performances, dos devires e das perspectivas, toda essa violência geral se materializa nas suas piores formas, principalmente, no corpo-carne, na imaginação corporificada da mulher prostituta pobre... e luminosa, não arrependida.

\*

Se na ordem da vida social o estigma se traduz em xingamentos, discriminações, formas linguísticas e auto-desprezos, na ordem jurídica, política e urbanística brasileira contemporânea, o estigma é direito suspenso<sup>154</sup>. Para além das origens e motivações estruturais, seguindo as análises do filósofo italiano Giorgio Agambem sobre o estado de exceção (2007), podemos pensar o estigma como, na prática, uma suspensão político-jurídica permanente do direito. Isto é, do sujeito legal, como observamos suficientemente no capítulo III desta parte. Na lógica de Agambem, fortemente vinculada à herança foucaultiana da biopolítica, e às análises históricas de Benjamin, o “estado de exceção” transformou-se para muitos países ocidentais após a Segunda Guerra Mundial, numa tecnologia permanente de governo. Na condição de possibilidade para a “democracia”. No “estado de exceção”, a condição de sujeito de direito das pessoas (de certas pessoas) é suspensa, como os poderes que a protegeriam, quando uma situação de crise nacional coloca em risco a soberania do Estado (2007: 9-50). Tal suspensão permitiria ao Estado agir com maior rapidez e abrangência (detenções preventivas, por exemplo) para proteger supostos fins superiores.

Se observarmos os vazios e não-ditos jurídicos ao redor da prostituição, em consonância com a ação capilar do Estado, entenderemos, primeiro, a forma específica desse valor simbólico negativo (estigma) e, segundo, o devastador efeito jurídico e político que os não-ditos têm. A relação estigma/tolerância jurídica, configura, na prática, uma espécie de “estado de exceção”, permanente paradigma de governo focado populacionalmente e espalhado na subjetividade, corporificado. O sujeito prostituta, culturalmente estigmatizado, é um sujeito cuja legitimidade é, via de regra, suspensa, colocada entre parênteses, pelos silêncios e ambiguidades jurídicas. Não se regula, não se legisla, não se nomeia nem se criminaliza abertamente. Só lhe resta a

---

154 Insisto no diferencial brasileiro, porque, como a própria Pheterson (1996) mostra, em outros contextos legislativos o estigma pode se traduzir em criminalização penal ou em exploração institucionalizada da prostituição.

NOVO HAMBURGO

# Suspenso cadastro de prostitutas e clientes

*Comandante da Brigada não concordou com a operação*

ITAMAR PELIZZARO

Casa Zero Hora/Novo Hamburgo

**A** pretensão do comandante do 3º Batalhão de Polícia Militar (BPM), tenente-coronel Flávio Ferraz de Amorim, de dar início na noite de hoje à operação de vigilância dos pontos de prostituição de Novo Hamburgo, com o controle do público frequentador da área, esbarrou na posição contrária, manifestada pela cúpula da Brigada Militar (BM) e pelo secretário da Justiça e da Segurança, José Fernando Eichenberg. Amorim anunciou no início da semana que faria um cadastramento das pessoas que buscassem os serviços dos profissionais do sexo nas ruas da cidade e que comunicaria os familiares, em caso de reincidência. A intenção era coibir a violência na cidade. Entretanto, Eichenberg e o comandante da BM, coronel Dilamar da Luz, determinaram que a medida não deveria ser posta em prática.

O secretário entende que a intenção de vigiar prostitutas e travestis e seus clientes não resolve o problema da violência. Eichenberg observou que, além de invadir a privacidade do cidadão, o projeto extrapola as funções da BM.

— Em nenhum lugar do mundo se procede dessa maneira. Se a operação for iniciada, obviamente haverá uma quebra de hierarquia que deve ser punida — afirmou Eichenberg.

O comandante regional da BM no Vale do Sinos, tenente-coronel Eridio Ubirassu Nunes de Oliveira, disse que a lei não será desrespeitada, mas haverá ação policial preventiva, com a intensificação da vigilância nos locais de prostituição e

abordagem da clientela e desses profissionais em casos onde houver suspeita de alguma ação fora do normal. Conforme o tenente-coronel Amorim, com o policiamento discreto e a identificação de clientes e profissionais do sexo, a BM estaria atuando na prevenção de delitos, sem o caráter de violação da privacidade do frequentador.

O deputado estadual e presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, Marcos Rolim (PT), afirmou que a idéia de cadastrar os profissionais e clientes, assim como a comunicação às famílias, é inconstitucional. Adiantou, inclusive, que procuraria o Ministério Público em caso de desrespeito à lei. Rolim percebeu traços de autoritarismo e moralismo na postura do tenente-coronel Amorim.

— Não existe uma república de Novo Hamburgo. Se o comandante insistir nessa medida, deve ser punido — declarou.

Entre os defensores da idéia, a Comunidade Evangélica Luterana São Paulo, da Igreja

Evangélica Luterana do Brasil (IELB) divulgou nota à imprensa apoiando o monitoramento da prostituição. Segundo a nota, “não se trata de uma ingerência no direito constitucional de ir e vir, garantido a todo cidadão, mas sim de fazer com que o patrimônio de quem nada têm a ver com o submundo deixe de ser alvo das pessoas que trabalham à noite”.

E continua: “Se for preciso, a BM deve, sim, delatar para a família os frequentadores dos pontos de prostituição. Só assim será possível acabar com a depredação e a falta de respeito aos princípios morais, fatos que se constata a cada noite no centro de Novo Hamburgo”.

**Para o secretário Eichenberg, se a operação for iniciada, haverá uma quebra de hierarquia**

“tolerância”<sup>155</sup>. A moral ocupa o lugar do direito que foi suspenso.

O funcionamento capilar do Estado, em consequência, deixa-se no território perigoso das emoções morais dos seus agentes, do executivo ou do legislador. Vemos a Brigada Militar agindo com a Constituição e o Código Penal apenas como recurso discricional. E vemos a assessora da Comissão de Direitos Humanos afirmando, sem dúvidas, que a prostituição é crime. No meio da indeterminação e da nebulosidade total da situação jurídica e política do sujeito, o poderoso aplica impunemente sua sentença<sup>156</sup>. O efeito é claro, como vimos: a culpabilização de si, a vulnerabilização da resistência, o medo correndo entre fofocas e risos nervosos, e a afirmação da marginalidade negativa, do gueto.

\*

Uma das formas mais expressivas das constrictões legais e sociais à prostituição é o construto chamado “zona de tolerância”. A “zona” é um mecanismo jurídico, policial, herdado das mancebias da Espanha medieval (Rodríguez, 2002), explicitamente demarcado em códigos e outros documentos de política pública, que define uma porção do território onde é permitida, e só aí, a prostituição. Na Colômbia, por exemplo, cada município deve estruturar um “Plan de Ordenamiento Territorial” e neles demarcar, limitadas por quarteirões e endereços, as “zonas”, que serão controladas pela polícia e pelas secretarias de saúde.

A prática legal das “zonas de tolerância” reflete e estrutura, circularmente, o lugar imaginário que “a prostituição” tem dentro de um conjunto social. A mútua exterioridade se materializa em *cheio* como uma decisão do Estado. A zona é um universo de possibilidades paralelo, mas também é a confirmação urbanística do estigma. Ali a ordem jurídica é suspensa. Por isso as “zonas” não são nunca lugares exclusivamente de comércio sexual. Essas “zonas” são territórios inacabados de intensa sociabilidade. Espaços em que o conjunto social hegemônico vai segregando aquilo que não quer ter presente no seu cotidiano, mas que precisa “tolerar”, ter por perto. Ou (espaços) em que aqueles corpos e experiências que fugiram dos extensivos processos de limpeza e “modernização” social vão se fazer fortes, afirmar-se, tecer-se em redes<sup>157</sup>.

No Brasil não existem “zonas de tolerância” regulamentadas legalmente. O espírito da lei brasileira e da luta do movimento organizado é contrário a essa figura, pois evidentemente assinala uma marginalização, a criação de um gueto. Porém, como as garrafas PET da Brigada Militar e os “incentivos” da pesquisa Corrente da Saúde (“não é pagamento, porque no Brasil não é permitido pagar para ser informante numa pesquisa”), as novas “zonas simbólicas” são as

---

155 É possível pensar, então, que a ambiguidade dos posicionamentos do Estado brasileiro com relação a prostituição implicariam uma relativa ambiguidade nas formas e limites do estigma enquanto valor cultural. Não há no Brasil, como sim nos Estados Unidos, por exemplo, grandes cruzadas sócio-jurídicas contra a prostituição.

156 Em cada bar e boteco do Rio de Janeiro, que são milhões, existe uma placa que diz assim: “A prostituição e a exploração de crianças é crime...”

157 É importante ressaltar aqui que, mesmo com a existência dos condicionamentos jurídicos, em uma cidade como Puerto Berrío (ou Bogotá), as práticas da prostituição vazam com abundância os limites territoriais da “zona”. Prostituições de homens ou mulheres de classe média e alta, que combinam diversos ofícios ou trabalhos, que circulam temporal e parcialmente por esse negócio, acontecem longe das cantinas e dos preços das “zonas”.

novas formas da guerra. Essas novas “zonas” são territórios corporais, sensíveis, da imaginação, como já vimos. Controle das vestimentas, dos gestos, das perspectivas, da voz. Minissaias não tão curtas, não tão vermelhas; olhares não tão explícitos, “bundas pro ar” nem pensar; “abordagens” claras, sim, mas não tão explícitas nem tão insistentes. Distribuição corporal, relacional e territorial cuidadosa das práticas e das vontades. Disjunções e justaposições de perspectivas para a transformação das relações práticas. Não desperdiçar o dinheiro em álcool, drogas e farras é uma das grandes dicas do NEP para as mulheres mais novas. Evitar envolver-se com traficantes e “drogados”, chamar a polícia quando for necessário, manter boas relações (não sexuais) com vizinhos e colegas. Ser uma profissional.

Mas esse velho “puta só entre quatro paredes”, que chamava a atenção ao mesmo tempo sobre corporificações (virar puta) e sobre tensões intra-subjetivas (a puta fica nas quatro paredes), transformou-se, parece-me, numa premissa da territorialização da prostituição em Porto Alegre. Simultaneamente à desocupação das ruas, a ocupação via aluguel de pequenas salas comerciais nos prédios do centro da cidade crescia exponencialmente. E continua crescendo. Hoje o número de mulheres que trabalha nas ruas é muito menor tanto com relação às que já trabalharam (segundo nossas protagonistas e outros moradores de Porto Alegre contam) como às que trabalham em espaços fechados. Atrás de portões, elevadores, corredores, portas e cortinas escuras, florescem, em “horário de serviço”, as putas locais.

São portas fechadas com uma placa discreta como chamariz. Às vezes só um papelzinho escrito com caneta Bic. “Bata e aguarde”, “Keila”, “Massagens”, entre escritórios de outros trabalhadores: advogados, contadores, cabeleireiros, leitores de búzios. São “santinhos” distribuídos na rua por *guris* amigos/amantes/empregados, números de celulares que circulam pelo mundo ou anúncios provocativos no jornal. Uma, duas, três, quatro mulheres - nas maiores salas - esperam a chegada dos clientes. Não vendem álcool, no geral, nem fazem festas. É um espaço íntimo feminino, também de trabalho, de produção de dinheiro. Quiçá uma estranha experiência do “a room for one’s own”, como exigia Virginia Wolff. Entre homem que sai e homem que entra, passam o tempo lendo, conversando, assistindo TV, fazendo tricô ou amor, escutando música em volume baixo para não incomodar a vizinhança nem o síndico atento.

Mas também são salas maiores, “drinks”, pequenas ou grandes “casas” nas quais a festa acontece. Às vezes prédios inteiros dedicados à mais explícita e “vulgar” prostituição. A maquiagem, as máscaras e chicotes na mão, o rebolado até o chão nos olhos/pernas do observador, alguma cerveja circulando com alvará, a música alta, os espelhos nos tetos e nas paredes, os filmes pornô nas telas, os/as gerentes e cafetinas olhando atentas, as recém-chegadas querendo aprender. Uma “Volunta” vertical e fechada, com som estridente, consumo de estimulantes, luzes coloridas, dezenas de mulheres vestidas para caçar e fazer gozar, enfermeiras, professoras, freiras, estudantes uniformizadas, policiais, gatas... Um lugar com profusa presença e circulação de homens é, por exemplo, um famoso prédio na rua Senhor dos Passos cujos quatro andares são inteiramente dedicados à “putaria”<sup>158</sup>. As máquinas de guerra se ajustam, não são suicidas,

---

158 No percurso do meu trabalho de campo, este prédio foi várias vezes batido pela Brigada Militar e a

são prudentes; porém, máquinas de guerra.

Em todos esses espaços fechados estão elas, as caçadoras não mais de rua, mas de galeria, não encerradas violentamente, mas querendo, buscando, desejando, achando melhor estar aí. Um espaço de trabalho, festa e encontro. Ali sentem-se seguras, ali o gênero circula em outros termos, ali o sexo floresce, ali as putas baixam sem medo. Nesses espaços fechados, as calcinhas diminutas sem saia curta ou longa que as esconda são permitidas/exigidas. Cuidadosamente produzidas com as “roupas de trabalho” que não poderiam expor na rua, elas esperam a chegada dos clientes. Depois as palavras de batom no ouvido úmido, a negociação, o programa. Ali só entra quem quer, quem busca fazer parte do negócio e do mercado.

O que é significativo não é a existência ou atualização dos bordéis, mas a eliminação/aniquilação/abolição de certas práticas e imagens na rua pública. É esse o centro da discussão. Então, atrás das paredes dos prédios, ou atrás das performances de decência produtiva, elas podem trabalhar, tranquilamente, e a paisagem urbana está limpa para famílias, esposas-dos-secretários-de-segurança, crianças, homens e mulheres “decentes”, dignos. E o ilegitimado continua não só ilegítimo, mas eternamente não legitimável (Butler, 2003)<sup>159</sup>.

---

SMIC.

159 Quando a Rainha Elizabeth II visitou o Rio de Janeiro, nos anos 50, o caminho a levava através da velha zona do Mangue. O governo da capital construiu um provisório muro de madeira na calçada, tapume, que impedisse o contato visual mútuo (Simões 2003).



## 7.2 Organização, simetrização e hibridez como estratégias de guerra.

### Estigma, trabalho e identidade

Discriminação, estigma e preconceito se erigem nos discursos do movimento como base explicativa para as violências e exclusões por parte do Estado e da Sociedade. A vulnerabilidade frente a AIDS se intensifica no estigma, a violência sofrida é resultante dele. A existência do “estigma” é o mínimo múltiplo comum no meio das diferenças e disputas das diversas correntes de movimentos sociais de, ou que trabalham com, prostitutas. Porém, no combate a ele, as diferenças e distâncias irreconciliáveis nas maneiras de compreendê-lo - um outro campo de batalha da força biopolítica –se fazem protagonistas. Dessa maneira ressaltam também as maneiras de imaginar a sexualidade, o corpo, o gênero, as transações financeiras, o trabalho (a prostituição).

Frente a tal fato, uma opção é buscar sair desse lugar negativo. Para alguns discursos dentro e fora do movimento, a maneira de resolver o estigma das mulheres prostitutas é “sair” da prostituição. Isto é, deslocar-se física ou simbolicamente da negativa posição estrutural para tentar ocupar uma que tenha um valor social positivo. A tentativa (o arrependimento) já é suficientemente positivante. Deixar de ser prostituta. Esse discurso pode chegar a ser coincidente com a posição abolicionista, com as políticas “anti-tráfico” e com as forças que buscam a redução da alteridade e da diferença. É frequente ouvir defensores e defensoras dessa perspectiva sustentando que, devido a uma maciça dominação capitalista e masculina, a prostituição é estruturalmente um lugar indigno para as mulheres. Nesse sentido, estar aí é, necessariamente, uma não-opção, um resultado da “alienação” sofrida, e a *dignidade* se levanta como o valor (direito) fundamental<sup>160</sup>. Certamente, nunca faltam os exemplos, os depoimentos de mulheres para sustentar essa hipótese. Muitas vezes, como aconteceu durante um debate no ST “prostituição, gênero e cidade”, no Seminário Fazendo Gênero 9 (2008), os exemplos recorrem a cenas de forte impacto emocional, em que narrativas de abandono familiar, estupro, dependência de drogas, forte violência intra-familiar e desabrigo se amalgamam à troca sexual financeira. Uma política de “resgate” e de “inclusão” social é então ativada.

Por outro lado, para um discurso afirmativo da prostituição, a maneira de resolver o estigma seria positivando aquilo que historicamente foi negado sem mudar (completamente) sua materialidade. Isto é, investindo fortemente em mudar, numa relação de oposição diametral, a percepção íntima e pública sobre o lugar social ocupado, ao mesmo tempo em que se fortalece a memória da “escolha” e da “identidade” contra a “vitimização” e a “situacionalidade” (que sempre é negativa, pois os nomes “\_\_\_\_\_ em situação de \_\_\_\_\_”, ou “\_\_\_\_\_ que exercem \_\_\_\_\_”, só se ativam para experiências consideradas fundamentalmente negativas).

---

160 Ver, por exemplo, o site e o material impresso da organização AMOCAVIM. <http://www.portalclickrj.com.br/vilamimosa/index.php> Também o site da Pastoral da Mulher Marginalizada, em cuja introdução uma mulher opaca, de minissaia e botas, no centro da cidade, se transforma numa ave liberta quando o símbolo da PMM aparece e a pergunta inicial (“Milhares de mulheres e meninas nasceram para viver assim?”) se dilui. <http://www.pmm.org.br/>

BAIRRO FLORESTA

# Câmeras para vigiar a prostituição

## RESUMO DA NOTÍCIA

Cansados de presenciar nas ruas cenas de sexo, consumo de drogas e atos obscenos, moradores querem filmar ação de prostitutas e travestis.

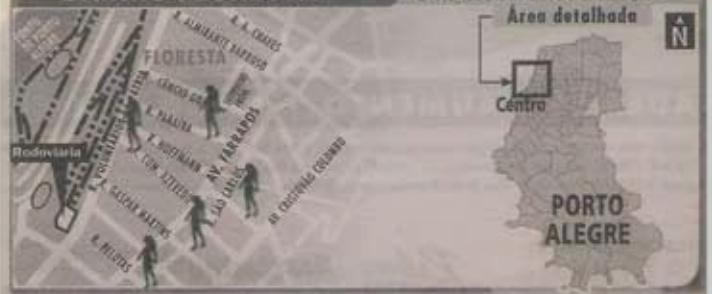


Mulheres seminuas, cena comum no bairro

ANDRÉ FELTES/DIÁRIO GAÚCHO

## BAIRRO FLORESTA

## O MAPA DA PROSTITUIÇÃO



Nesse sentido, afirmar-se/construir-se enquanto prostituta significa posicionar-se teimosamente como alguém sobre quem, errônea ou injustamente, recai um enorme julgamento negativo na “sociedade”. O entendimento desse valor negativo (do estigma) como um erro e uma injustiça social, possibilitaria a positivação da experiência própria, da identidade e da reivindicação. A *autonomia* se imagina então como base axiológica (direito) da luta.

Embora seja indiscutível que organizações como o NEP e a RBP tenham sua base conceitual no segundo caso, suas práticas estratégicas não têm se ancorado de maneira coesa e homogênea na positivação radical. Então não só a Prostituição (per se), mas a Família e o Trabalho viram motes de reivindicação, pois se trata de afirmar a prostituição, sim, mas mudando o universo de conexões que na prática e na imaginação constroem esse universo/trabalho. Positivar-se, nesse sentido, significa não sair da prostituição, mas mobilizar-se coletivamente para tirar a experiência cultural completa da prostituição do lugar de marginalidade historicamente construído e, através de um novo sistema de relações e afinidades, inseri-la no universo das legitimidades. Sair da “zona”. Eis que a figura da “trabajadora sexual / sex worker” ganha na América Latina e no mundo o lugar protagônico que hoje tem<sup>161</sup>.

Assim, a luta contra a violência policial se transformou em uma luta simbólica contra o estigma, a negatividade simbólica e os constrangimentos legais, dando origem a novas necessidades, novas aspirações e novos símbolos. “Sem vergonha, garota, você tem profissão” se constituiu no slogan dos anos 2000 da Rede Brasileira de Prostitutas e seus aliados governamentais. Tal como aconteceu com as lutas homossexuais, na postura da RBP não é da prostituição, como não é da homossexualidade (enquanto vazios, doenças, explorações ou opressões), que as pessoas deverão ser resgatadas pelo saber médico policial. É da violência, exercida ou permitida pelo Estado, contra aquilo que as faz sujeitos e cidadãos singulares e diferentes - a prostituição - que elas devem ser protegidas.

Se no movimento LGBT a proteção do erotismo, da sexualidade, da conjugalidade e da (homo)parentalidade se converteu em bastião de luta no marco das “sex wars” (Rubin 1999), no movimento global de prostitutas o eixo foi o trabalho. Com uma eficácia política enorme, o foco no trabalho permite e exige a constituição de alianças que nunca antes teriam imaginado (Ministérios do Trabalho, Organização Internacional do Trabalho, Secretarias de Indústria e Comércio, cidadãos liberais e, até, as polícias) e, desse modo, favorece o combate contra a violência e a discriminação. Um exemplo da eficácia de tal estratégia é a inclusão das “Profissionais do Sexo” na Classificação Brasileira de Ocupações; importante ganho simbólico na luta pela visibilidade, pela dignidade e pela identidade<sup>162</sup>. Prostituição, enquanto “um trabalho como qualquer outro”, e nesse sentido a luta pela proteção do direito ao trabalho das mulheres

---

161 No contexto regional, a Red de Trabajadoras Sexuales de América Latina y el Caribe (ReTraSex), ainda lutando ferozmente pelos direitos humanos das trabalhadoras sexuais, assume uma linguagem que constrói o trabalho sexual desde uma relativa negatividade; isto é, como uma opção estruturalmente não-grata que muitas mulheres se vêem obrigadas a assumir pela pobreza e a marginalização. Elas, seguindo o exemplo da organização argentina AMMAR, tiraram do seu discurso a palavra prostituição, por considerá-la altamente estigmatizante (Justo Von Lurzer 2008) Ver: <http://www.redtralsex.org.ar/>

162 Ver a ocupação 5198: Profissionais do Sexo, no site: [www.mteco.gov.br](http://www.mteco.gov.br)

Diário Gaúcho - 15 de setembro de 2006

DIÁRIO GAÚCHO

2006

EXPLORAÇÃO SEXUAL

# Operação contra a prostituição juvenil

Policiais fizeram  
sabordagens

O assunto já foi  
notícia no Diário  
RONDAL POLICIAL

RESUMO DA NOTÍCIA  
Agentes da Delegacia de Polícia  
para a Criança e o Adolescente Vítima  
estiveram em pontos das zonas Norte  
e Leste de Porto Alegre.



Prostitutas e clientes encontrados em um prédio da Rua Senhor dos Passos foram conduzidos sob lençol à Área Judiciária para averiguação dos documentos

**Capital** Apreensões de mercadorias e quase 170 detenções foram feitas ontem

## Polícia e Smic varrem centro de Porto Alegre

2007



Quatro depósitos de produtos irregulares foram estourados por Smic e BM

prostitutas, ocupa até hoje as agendas do movimento, assim como grande parte da produção acadêmica brasileira sobre o tema<sup>163</sup>.

Mas essa história é preñe de nuances, distinções e sutilezas. **Primeira sutileza.** A RBP, parece-me, não acolhe toda a coesão que estaria presente na postura global trabalhista, como o faz a RedTraSex, e sua estratégia de guerra (para a guerra) será sutilmente diferente; para nós, observadores ou agentes de políticas públicas, mais confusa. Por razões que têm a ver com a forte influência intelectual da Gabriela Leite (personagem verdadeiramente diferenciada, criadora da RBP, gestora do movimento brasileiro e liderança global) e do conjunto da organização Davida, mas que certamente não se limitam a isso e enunciam diferenças, quiçá, das “sexualidades brasileiras” e das maneiras de fazer política neste país, a RBP descarta o nome “trabalhadora sexual”.

Retomemos: o III Encontro Nacional, em 1994, foi das Trabalhadoras do Sexo, mas ali mesmo mudou-se o nome para “profissionais do sexo”. Em 2004, nas reuniões de Planejamento Estratégico com a assessoria da organização internacional Pathfinder, o corriqueiro “prostitutas” voltou a ocupar o lugar privilegiado da nomeação. Tratava-se de um esforço, encabeçado por Gabriela Leite e outra lideranças, por afirmar/criar o sujeito prostituta (e não só mulher trabalhadora) como veículo identitário e como sujeito de direitos. Afirmou-se, naquela reunião, uma postura definitiva em prol da total descriminalização, da regulamentação trabalhista, da identidade e do valor da “escolha” contra o discurso da “vitimização”. Reafirmou-se, também, a guerra contra as organizações e os discursos “anti-tráfico”, por identificá-los com posições abolicionistas, concomitantes com a vitimização e o conseqüente “resgate”.<sup>164</sup>

O foco é o trabalho, misturado com a identidade da prostituta (e não da trabalhadora sexual). Por isso uma “política de identidade” parece tão importante. Nesse marco, compreender-se-ia que qualquer tentativa exógena ou endógena de “ocultar”, relativizar ou higienizar (profissional do sexo, garota de programa, mulher em situação de) reforça a negatividade negativa, e é entendida como preconceito. O valor é a positivação radical do lugar social (“Ser puta é legal”), ou a afirmação positiva da negatividade (“Somos más... podemos ser piores”).<sup>165</sup>

De fato, a Rede Brasileira de Prostitutas operava naqueles anos um avanço consistente nesse sentido. Em 2003, com a liderança de Fernando Gabeira se apresenta o PL98, em 2004 se constrói o Plano Estratégico, e em 2005 o Grupo Davida publica nos Cadernos PAGU um artigo sobre os “pânicos morais” (Tráfico, turismo sexual, exploração) que, em realidade, sustentariam uma guerra contra a prostituição (Grupo Davida, 2005). Em 2005, o Programa Nacional de DST-AIDS rechaça o dinheiro da USAID que implicava a assinatura da “cláusula contra a

---

163 Desde o clássico Gaspar 1984, passando por trabalhos como Fonseca, 2003 e 2004, Nausbaum, 2002, Pasini, 2000, até alguns mais recentes como Araújo, 2006 e Piscitelli, 2007.

164 Com “resgate” faz-se menção ao objeto do trabalho de organizações que buscam a saída das mulheres da prostituição (Agustín, 2007; Kempadoo, 1995).

165 Note-se que não se muda a estrutura simbólica, pois os lugares permanecem mais ou menos os mesmos. Dolores Juliano, antropóloga e feminista espanhola, afirma a positivação da marginalidade em experiências femininas como a prostituição, e a migração e maternidade solteiras (2002). As duas frases citadas são camisetas da griffe DASPU, propriedade do DAVIDA.

prostituição”. Em 2005, o Davida cria a griffe DASPU, forte desorganizadora dos discursos “politicamente corretos”, e nos mesmos anos se dá início ao maior e mais importante projeto do PN-DST/AIDS com prostitutas: o “Sem Vergonha”.<sup>166</sup>

Gabriela Leite afirma, numa conversa informal, que na Reunião de Planejamento Estratégico de 2004, todo mundo “transou” as decisões e o plano estratégico, exceto “quem não estava lá”. Nesse momento, acontece uma importante cisão no movimento brasileiro: a afirmação da Rede Brasileira de Prostitutas (liderada por Gabriela Leite e da qual o NEP é parte importante) e a decorrente criação da Federação Nacional das Trabalhadoras do Sexo (liderada por Rosarina Sampaio, importante liderança da RBP, fundadora da Associação de Prostitutas do Ceará em 1990<sup>167</sup>). Essa organização, que atua principalmente no nordeste brasileiro, não assume uma posição explícita contra a profissionalização e age conjuntamente com organizações anti-tráfico, anti-turismo sexual e com a Pastoral da Mulher Marginalizada (destacado agente de discursos abolicionistas). Atualmente, sob a figura jurídica da APROCE, executa um projeto nacional de fortalecimento de redes financiado pelo (ex-)PN-DST/AIDS<sup>168</sup>.

**Sutileza segunda.** Apesar da predominância do enfoque trabalhista, e da só recente enunciação dos direitos sexuais<sup>169</sup>, uma discursividade alternativa ao trabalho, de alguma maneira, esteve presente na história e na ação do movimento. Trata-se do fluxo subterrâneo, quiçá burguês, quiçá anárquico, da sexualidade, do prazer, da insubmissão feminina. Seria um erro pensar que a inclusão da sexualidade e do prazer nas agendas políticas do movimento brasileiro é uma absoluta novidade, tanto ou quanto pensar que, pelo fato de ser um movimento

---

166 O Projeto Sem Vergonha foi pensado como um projeto guarda-chuva de “fortalecimento de redes”. Não mais se financiariam pequenos projetos nem organizações soltas, mas se apostaria no fortalecimento da comunicação e das lideranças da rede. Foi o selo da aliança entre o PN-DST/AIDS e a RBP, pois, diferentemente dos outros anos e de outros projetos, o “Sem Vergonha” não teve edital, foi construído e projetado conjuntamente (Fonte: entrevistas da pesquisa ABIA-IDS realizadas a atores chave na história da “resposta brasileira à AIDS” especificamente com prostitutas).

167 Ver Blog da APROCE: <http://aproce.blogspot.com/2006/12/nossa-luta.html>

168 Fontes: <http://www.aids.gov.br/data/documents/storedDocuments/{B8EF5DAF-23AE-4891-AD36-1903553A3174}/{7ABA6B05-1D92-4CC1-8456-18C4641DEF36}/Resultado%20Final.pdf> <http://blogdanielaalves.wordpress.com/2008/08/03/pesquisa-radiografa-situacao-cearense/>, <http://www.soropositivo.org/vacinas/108.html> Acessados em 6 de agosto de 2009. Ver também: Relatório do Workshop “Prostituição feminina”, organizado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 23 e 24 de abril de 2008. Note-se a mudança de posição do Ministério.

169 No marco da Consulta Regional sobre Trabalho Sexual e HIV na América Latina e Caribe, realizada pela ReTraSex (Lima, fevereiro de 2007), os direitos sexuais aparecem pela primeira vez associados explicita e positivamente à prostituição feminina. No meio de um conjunto de iniciativas e recomendações relacionadas tanto com violência institucional, AIDS e organização política, “Outra iniciativa foi considerar a prostituição como um ‘direito sexual, no marco da igualdade de gênero’” (Strack 2007: 4). Naquela ocasião, Gabriela Leite afirmava que: “Nunca antes se considerou a prostituição como direito sexual porque nós sempre fomos vitimizadas” (2007: 4). Na “I Consulta nacional sobre DST/AIDS, direitos humanos e prostituição” (Brasília, fevereiro de 2008) é colocada como prioritária a necessidade de assumir a agenda de prostituição e direitos humanos desde um foco compartilhado direitos trabalhistas/direitos sexuais. É uma posição de vanguarda, sem dúvida. Contudo, as elaborações que transluzem no relatório, distribuído como versão preliminar no IV Encontro Nacional de Prostitutas, não permitem vislumbrar um caminho muito claro de ação. Nele, direitos sexuais e prostituição, propriamente, ocupa uma linha: “Além disso, há que avançar na área dos direitos sexuais das pessoas que exercem a prostituição e entendem a atividade como profissão” (PN-DST/AIDS 2008: 10). O resto é uma contextualização necessária dos direitos sexuais e suas relações com “identidade de gênero”, especialmente ao redor de populações trans.

de prostitutas, esses mesmos temas seriam automaticamente agenciados.

No ano de 2002, o *Jornal Beijo da Rua*, do Davida, publicou um texto da Gabriela Leite chamado “Sem vergonha de ser puta”. Nele, a autora avança na desconstrução do estigma, através da afirmação orgulhosa de uma identidade estigmatizada e de uma relativa marginalidade, e chama a atenção das suas colegas para assumirem com igual honra o nome puta.

Sintam que palavra linda, sonora e importante. Puta, que é o nome da nossa atividade e também um grande palavrão, uma grande ofensa. (...) Quer dizer também que nossos filhos são nada mais, nada menos, que filhos da puta. Percebem? Nossos filhos nunca, se assumirmos nossa identidade, se sentirão ofendidos se forem chamados de filhos da puta. E um dia, que tenho certeza chegará, ser filho da puta haverá de ser um elogio e não uma ofensa. Mas isso depende de nós, putas. Se continuarmos a ter vergonha de ser chamadas de putas e continuamos a inventar nomes babacas para a nossa atividade profissional, não só os nossos filhos continuarão a ter vergonha de nós, como o preconceito com relação ao que fazemos continuará forte. (Leite, 2002)

Já na primeira edição do *Beijo da Rua*, em 1988, Gabriela incluiu o poema “A puta” de Carlos Drummond de Andrade, que, segundo ela lembra, valeu-lhe uma grande bronca de algumas colegas na “zona” de Recife, PE, onde foi lançado. É que a noção puta tem uma polissemia enorme nos universos de prostituição em cidades como Rio de Janeiro e Porto Alegre. Desde franco xingamento moral até elogioso adjetivo, a palavra circula como um bem interno dessas redes. Mas, como quase total unanimidade, essas mulheres, que podem se chamar tranquilamente de profissionais do sexo, garotas de programa, acompanhantes e prostitutas, não aceitam o nome puta (e a associação com a vulgaridade e a devassidão) como um nome público de caráter genérico.

Durante mais de vinte anos, essa tem sido uma tensão entre Gabriela Leite, como inspiradora e propulsora do movimento, e as suas colegas. Para Gabriela, como se vê na citação acima, tal negatividade tem a ver com o estigma de que as outras “um dia” irão se desfazer. Uma espécie de “alienação”, sem dúvida, seria sugerida por esse discurso. Para muitas das prostitutas não militantes, “puta” não só atualiza elementos do preconceito, mas sugere práticas, experiências, performances que muitas delas percebem/constroem como profundamente privadas. Isto é, não me parece só um problema de “conscientização”, mas de diferenciação de experiências e opções vitais. Opera nesse sentido uma relativa resistência de mulheres como a Nilce, para colocar só um exemplo, que talvez esteja mudando com novas gerações e novos disciplinamentos.

Tal tensão permeou o planejamento e o desenvolvimento do IV Encontro Nacional de Prostitutas, realizado no Rio de Janeiro entre 2 e 5 de dezembro de 2008, do qual tive a oportunidade de participar como relator. A destituição da noção de “Profissionais do Sexo”, denunciada por várias delas como extremamente asséptica e de moral dupla, esteve largamente em discussão<sup>170</sup>. No processo de construção radical desse sujeito de direito “prostituta”, a noção de “profissional do sexo” resulta pouco específica e pouco instigante para os interesses da

170 Vale aclarar, o que é indício do combate perpétuo e das fortes resistências das mulheres, que muitas organizações da RBP, como o NEP, continuam usando mais ou menos indistintamente o nome “profissionais do sexo”. Tal nome, apesar das constantes intervenções da Gabriela Leite, é o nome “oficial” nos documentos de política pública e nas falas dos funcionários estatais.

2008

# Secretário da Segurança afirma de prostituição está com os dias

FOTO CARMEM GAMBA/ESPECIAL/ O

A noite de ontem foi marcada pelo anúncio da Operação Quadrilátero, que visa coibir a exploração da prostituição no entorno da Secretaria da Segurança Pública.

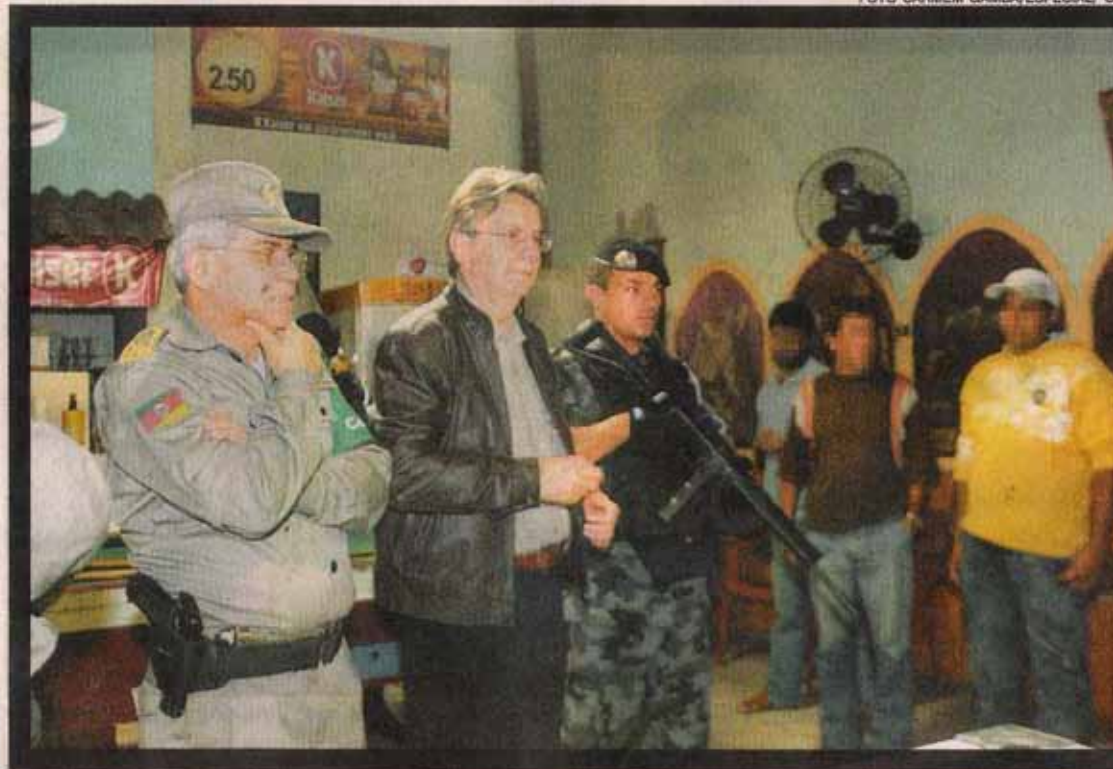
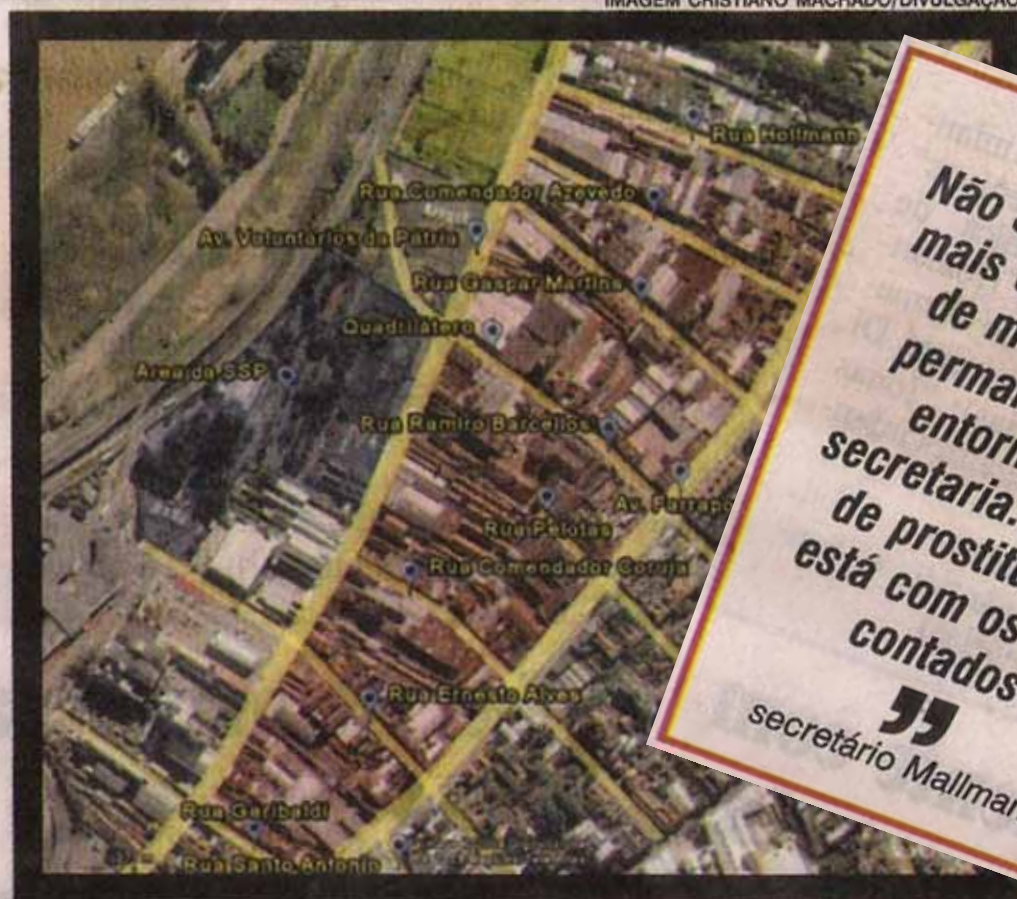


IMAGEM CRISTIANO MACHADO/DIVULGAÇÃO



“ Não aceitaremos mais que a zona de meretrice permaneça no entorno da secretaria. A zona de prostituição está com os dias contados ”  
secretário Mallmann

ÁREA destinada as ações da operação Quadrilátero pela Brigada Militar.



# que zona contados.

Rede. Pouco específica porque inclui outros sujeitos que não prostitutas (atrizes pornô, stripers, acompanhantes...) e que muitas vezes apresentam perspectivas que são lidas pelo movimento como discriminatórias da prostituição; pouco instigante porque na lógica delas cede à tentação do estigma de “ocultar a identidade”, ao mesmo tempo que apaga a força combativa que palavras como puta e prostituta têm.

Uma semana antes desse encontro, na cidade de Curitiba, teve lugar o VII Seminário de Prostituição e Direitos Humanos, organizado pelo Grupo Liberdade (Associação de Prostitutas do Paraná), com o apoio do NEP. Na mesa de abertura, Carmem Lúcia Paz, prostituta porto-alegrense, socióloga, estudiosa e militante de direitos humanos, fundadora do NEP e importante liderança nacional, ressaltou a importância de recuperar para si o nome “prostituta” como uma estratégia de reivindicação de direitos. Sendo escutada por colegas, funcionários públicos estaduais e municipais e militantes “vizinhos”, ela afirmou que restabelecer o orgulho e a legitimidade da palavra “prostituta” era uma das ações mais importante na luta do movimento contra o estigma. Coerentemente com essa postura, na plenária final do evento, ao qual assistiram mais de sessenta mulheres e alguns travestis dos três estados do sul, enquanto líamos e revisávamos coletivamente o relatório projetado pelo datashow, Lúcia fez uma moção. No relatório tínhamos usado a denominação “profissionais do sexo”, assim como a sua sigla PS. Então ela chamou a atenção sobre a especificidade da luta e da experiência. As travestis presentes questionaram a posição, mas, depois de uma longa discussão, que atravessou questões de gênero, a palavra prostituta venceu. Tal anedota foi colocada por Lúcia para respaldar a proposta, já no IV Encontro Nacional, de tirar de vez a noção de “profissionais do sexo” da linguagem das organizações da Rede.

Não houve conclusão definitiva; porém, um outro fato brilhou diferencialmente. No percurso do Encontro, muitas mulheres encontraram no sujeito “puta” um lugar para as suas afirmações... construíram o sujeito “puta” como um sujeito de direitos que não precisa se justificar nem pedir desculpas pelo seu trabalho, pelo seu sexo, pelas maneiras de fazer com seu corpo. Era a primeira vez que eu ouvia isso com tal consistência, já que no contexto do NEP “puta” é um termo privado e delicado. Muitas delas afirmaram seu desejo de serem prostitutas, seu prazer em serem putas e, longe das versões mais estabelecidas do enfoque trabalhista, muitas delas afirmaram a satisfação e a autonomia que a prostituição lhes dá e a vinculação do seu prazer erótico com a prática da prostituição. Beijar na boca, namorar clientes e gozar no programa apareceram nas falas de muitas delas como direitos e possibilidades do seu trabalho a serem protegidas. Significativamente, as protagonistas dessa manifestação foram mulheres abaixo dos quarenta anos<sup>171</sup>.

171 A diferença geracional parece-me marcar um ponto de quebre, conflito e re-criação na ação expansiva do movimento. No IV Encontro, como em muitas das ações de intervenção do NEP tais diferenças se fazem evidentes. Trata-se, também, duma diferença em interseção com as trajetórias políticas, profissionais, de classe e de relações das militantes, como podemos ver claramente tomando o contraponto da Gabriela Leite e do Davida.

**Terceira, ou o retorno ao local.** O discurso institucional de relativa sexualização da prostituição, fortemente alimentado pelo Davida, marca uma importante diferença entre, por exemplo, essa organização e o NEP. Enquanto o Davida está montado sobre os “habitus” de classe e a formação intelectual da Gabriela Leite na sociologia e na filosofia da USP dos anos 60, nas suas conexões com artistas e intelectuais, na vinculação ativa de militantes globais e de profissionais “progressistas”; o NEP está fundado não sobre uma trajetória individual, mas sobre um compósito de experiências culturais e laborais bastante mais diversas. Um compósito que teria numa ética trabalhista/familiar, assim como num baixo nível de escolaridade (à exceção da Tina e da Lúcia), na procedência popular/rural e na permanência atual das mulheres na “batalha”, alguns elementos comuns.

Para o NEP o foco discursivo no trabalho tem sido fundamental nas suas lutas. Num espaço social fortemente orientado por lógicas protestantes e com uma tradição positivista importante, como o é Porto Alegre, afirmar-se enquanto trabalhadora e promover a proeminência dessa perspectiva parece-me estratégico. Na medida em que se apresentam como trabalhadoras, que “pagamos impostos”, que assumem uma postura “profissional” (e não sexual), possibilita-se um diálogo nos termos da língua predominante no ordenamento social e institucional, e se transformam em sujeitos (produtivos) a serem acolhidos pelas políticas de bem-estar social. Muito diferente do que poderia ser no Rio de Janeiro e nos círculos da política nacional e global, como seria o caso do Davida. As conquistas que o movimento organizado tem conseguido em Porto Alegre nos últimos vinte anos, como parte de uma série de mobilizações políticas e sociais maiores (movimentos de mulheres, PT, Fórum Social Mundial, movimentos LGBT, movimentos indigenistas, entre outros tantos), no sentido da redução da violência policial, do aumento do acesso a serviços AIDS e da luta contra a discriminação, podem estar relacionados à consistência de tal enfoque. Na insistência do NEP de manter um forte trabalho de base, regular e sistemático, de maneira simultânea ao advocacy legal e político, o enfoque trabalhista se materializa e atualiza cotidianamente.

\*

O tipo de enfoque trabalhista mais consolidado implicou, e foi possibilitado por, a fabricação de uma prostituição relativamente dessexualizada, produtiva/familiarista, que observamos suficientemente até o momento. Estamos falando, principalmente, de um trabalho ora patronal/familiar ora auto-gerido que, em qualquer caso, não acolhe claramente o erotismo nem a vadiagem. Um trabalho que é próximo do sacrifício dignificante, que correlata a “autonomia feminina” e que, em qualquer caso, abraça a produtividade e a legalidade. A cuidadosa administração financeira

“É uma imoralidade uma zona de meretrice a 50 metros da Segurança Pública. Não podemos compactuar com este tipo de conduta, para isso já estamos agindo. A zona de prostituição está com seus dias contados”, afirma o secretário José Francisco Mallmann.

dos ganhos, a poupança e a propriedade.

Todo um sistema discursivo de pobreza/autonomia financeira feminina (“quem vai pagar as minhas contas?”) e de responsabilidade maternal e cidadã (“tenho que sustentar os meus filhos”, “tenho que pagar meus impostos”) se ativa com muita frequência nas falas das prostitutas, militantes ou não, em Porto Alegre ou no Rio de Janeiro (e em Bogotá ou Puerto Berrio), quando defendendo o seu trabalho. Igualmente acontece nas vozes de tantos cidadãos liberais “compreensivos” com a situação dessas mulheres. Esse foco trabalhista pode alimentar a política de “tolerância” que tem na sua base a justificativa não só da pobreza e da “falta de opção”, mas uma crescente positividade cultural da mulher/mãe como produtora de renda, bens e serviços.

Apesar das sutilezas e mudanças, esse enfoque trabalhista continua sendo hegemônico no marco da Rede Brasileira de Prostitutas, talvez porque, como vemos no caso do NEP, seja muito mais próximo das experiências das mulheres fundadoras do movimento e politicamente muito mais pragmático... pelo menos na urgência da garantia da vida e da simetrização. Contudo, vários limites são percebidos.

Primeiramente, como foi absolutamente evidente no IV Encontro e em muitas das oficinas e intervenções do NEP, um enfoque que leve em consideração a sexualidade, o erotismo e experiências diversas de família e de trabalho começa a ser exigido e cobrado pelas novas gerações de prostitutas e pelas novas formas de prostituição. O mundo do início do movimento não é o mesmo de hoje, a sexualidade burguesa se expandiu com relativo sucesso às camadas populares, o erotismo se popularizou, e os imaginários de gênero vivenciaram algumas transformações<sup>172</sup>. A AIDS apareceu e floresceu como espaço de afirmação de direitos (Skackausckas, 2009), e com ela o saber médico e os discursos construtores e difusores da sexualidade entraram como nunca antes (como aliados irrecusáveis) nas nossas vidas. A “sexualidade”, privada e perfectível, agora sim, vira um tema de conversa e reflexão no interior das redes de prostituição. Simultaneamente, uma expansão das emoções neoliberais, uma difusão midiática e acadêmica do suposto fracasso das revoluções e, como sugerem Correa, Petchesky e Parker (2008), um avanço conservador religioso, têm modificado a paisagem ética global nos últimos trinta anos.

Hoje os princípios que orientavam a vida e a prostituição de rua nos anos 70 e 80 não são mais tão sólidos, as velhas separações entre ser do cabaré ou ser do lar (e correlatos) se diluem ou transformam na prática contemporânea da prostituição e das sexualidades femininas das camadas médias e baixas em cidades como Porto Alegre<sup>173</sup>. “Juntar o útil ao agradável” está na

---

172 Sobre as mudanças dos últimos 30 ou 40 anos no mercado erótico, ver o belo trabalho de Bernstein (2008). Focada nos clientes, a autora demonstra a transição acontecida entre uma busca sexual mais “funcional”, relacionada com a ideia de “necessidades sexuais” masculinas, e uma busca onde o divertimento erótico, a exaltação e produção do erotismo, seria protagônica. É nesse espaço que as “acompanhantes”, por exemplo, assim como os bares swing ou as experiências de cyber-sex teriam lugar.

173 Tais diferenças geracionais e de ciclo de vida se fizeram evidentes no meu trabalho de campo etnográfico nessa cidade. Ver, por exemplo, Olivar 2007 [2009]. Sobre as mudanças no gênero, na sexualidade e nas noções de família, vale a pena dar uma olhada transversal a alguns trabalhos produzidos em Porto Alegre nos anos 90

pauta da época. Os confrontos e desencontros entre as militantes fundadoras e as colegas vinte anos mais novas são recorrentes nas reuniões do NEP. Tal descontinuidade geracional ressalta também no lugar que a imagem da rua, “ser da rua”, ocupa na imaginação do movimento e nas suas relações com essas novas formas de prostituição, pois a rua não constitui hoje, em Porto Alegre, por exemplo, o principal espaço de trabalho sexual.

Mas o limite fundamental desse foco é outro. O enfoque trabalhista, tal como foi construído, facilita uma política de “tolerância” perante o trabalho sexual que pouco ou nada diz sobre as emoções/práticas que sustentam “o estigma”: principal alvo de luta. Isto é, parece que se dizer pessoa e trabalhadora não foi suficiente para desconstruir a imaginação negativa que as engloba enquanto mulheres, putas e prostitutas. Mais ainda, afirmo que tal enfoque (com suas formas e trajetórias específicas) pode possibilitar a existência de “zonas de tolerância simbólicas” e, assim, da vigência das biopolíticas da democracia trabalhista, produtivista, familiarista e “cidadã”.

Pode-se imaginar que a regulamentação profissional e a afirmação de uma identidade profissional que não inclua a desconstrução corporal e social dos valores vinculados ao trabalho e ao gênero são mecanismos insuficientes para a desconstrução do estigma. Por outro lado, o estigma enquanto “estado de exceção”, a suspensão jurídica e política dos sujeitos de direitos não necessariamente se resolve com a ampliação ou detalhamento da lei. Lembremos que, mesmo ambígua, a lei brasileira não prevê nenhum tipo de punição penal ou administrativa às mulheres prostitutas. Como vimos na história toda da Garibaldi, na qual a lei escrita (a Constituição e o Código Penal) não foi nenhum limite para ação abusiva do Estado, a legalização da profissão, na norma escrita, pode significar, na prática cotidiana da lei, a afirmação e construção subterrânea de limites morais que desestimulem qualquer mudança. Como afirma Bourdieu, no seu trabalho sobre o sentido da honra:

...o fundamento da justiça não é um código formal, racional e explícito, mas o ‘sentido’ da honra e da equidade. **O essencial permanece implícito porque indiscutido e indiscutível**; o essencial, quer dizer, o conjunto dos valores e dos princípios que a comunidade afirma através da sua própria existência e que fundamentam os actos da jurisprudência. ‘O que a honra proíbe’, dizia Montesquieu, ‘é mais proibido quando as leis não o proibem, o que é prescrito, mais exigido ainda quando as leis o exigem’. (2002: 34)

O ponto mais baixo dessa “honra”, desse “conjunto de valores e princípios da comunidade” é o “estigma”. Mas o que é isso que, nesse caso, permanece implícito porque indiscutido e indiscutível?

### **Alianças efetivas para alianças possíveis: Mercado e Indústria.**

Atualmente noções como “Indústria do Sexo” e “Mercado do Sexo”, a partir de recortes de gênero que atentam a contextos econômicos e culturais macro e que reivindicam capacidades femininas de agenciamento e multiplicidade, avançam no sentido de enriquecer e sofisticar a compreensão da prostituição (e outras trocas e experiências sexuais/financeiras)

---

(Fonseca 2004c, Knauth 1996, Victora 1996) e à recente pesquisa GRAVAD (Heilborn et al., 2006).



III Encontro Nacional das Trabalhadoras do Sexo. Rio de Janeiro 1994. Tina e o Deputado Fernando Gabeira. Arquivo NEP.

Encontro RJ 1994  
Tina e Fernando Gabeira



"Jantar casa da Marcia". 1996. À esquerda, olhando para a câmera, a antropóloga pesquisadora Claudia Fonseca. Arquivo NEP

Jantar casa da Marcia  
Prof Geseo  
96 Meio

e assumem com grande importância os trânsitos sexuais, trabalhistas e afetivos. Ambos os conceitos surgem da sedução mútua entre prostituição e academia, entre militâncias de gênero, militâncias de prostitutas e inserções nos mundos universitários e políticos. Alianças efetivas para alianças possíveis. Ambos os conceitos vinculam-se à conceitualização elaborada pelos movimentos políticos da categoria, que entendem a prostituição como “trabalho sexual”, inventando/reivindicando uma maneira dessacralizada e civilista (Fonseca, 2004) de viver e pensar tal experiência, ao tempo que descentram, desnaturalizam e reconectam analiticamente a prostituição. Estas três noções (indústria, mercado e trabalho), não sinônimas, propõem caminhos diferentes para conectar ou descentrar a produção sobre prostituição, e devem ser entendidas nas suas diferenças e examinadas (ou não) com cuidado nas diversas experiências etnográficas.

A ideia de “Indústria do Sexo”, promovida fortemente pela pesquisadora/ativista Laura Agustín (2005 e 2007), está inserida na compreensão sócio-econômica de, por um lado, a relação entre migrações internacionais e trabalhos sexuais, e, por outro, na observação atenta da enorme diversidade de atividades que conjugam estrategicamente sexo e dinheiro. A partir da base dos estudos culturais, a autora sugere a existência de um processo de industrialização sexual transnacional, que movimenta milhões de dólares e contingentes incalculáveis de pessoas em busca ou em oferta de sexo (2005). Tal proposta constituiria uma “framework” de caráter econômico e cultural que “refere todos os bens e serviços comerciais de caráter erótico e sexual” (2005b: 618), em contraposição aos estudos que, segundo a autora, tendem a pensar isoladamente as prostitutas desde perspectivas morais.

Uma abordagem desde os estudos culturais, pelo contrário, olhará para o sexo comercial no seu sentido mais amplo, examinando suas intersecções com a arte, a ética, o consumo, a vida familiar, o entretenimento, os esportes, a economia, o espaço urbano, a sexualidade, o turismo e a criminalidade, sem omitir assuntos de raça, classe, gênero, identidade e cidadania (2005b: 619. Traduções minhas).

No livro *Sex at the margins* (2007), Agustín realiza uma análise bastante sólida sobre as dinâmicas de migração e mercado laboral, inserindo a variável sexo dentro dessas configurações. Sua proposta consiste em um processo sistemático de desconstrução dos limites morais que constituem o senso comum e a prática política estatal sobre mulheres migrantes e prostituição nos países da Europa ocidental. No terceiro capítulo “A world of services”, a autora demonstra como para as mulheres migrantes somente três blocos de trabalhos, serviços, são possíveis: cuidado de casas e outros, cuidado de pessoas e serviços sexuais. Nesse mesmo capítulo, dedicam-se alguns parágrafos à reflexão sobre “indústria sexual”.

O termo *indústria sexual* atenta a reunir o amplo escopo de mercados do sexo em geral, sua capacidade de gerar ingressos, suas interrelações com outras grandes indústrias e infraestruturas e também a diversidade de negócios envolvidos. Seu crescimento segue padrões de diversificação e proliferação sob o capitalismo contemporâneo globalizado. (Agustín 2007: 65)

Então a prostituição seria uma das formas dessa indústria englobante e, para aproximamo-

nos cientificamente a ela, deveríamos compreendê-la dessa maneira; como uma peça do mecanismo global de agenciamentos e liberdades liberais empresariais. Para elaborar a sua argumentação, Agustín baseia-se, fundamentalmente, em experiências e leituras de trânsitos transcontinentais e nas experiências de intercâmbio sexual entre nacionais e estrangeiros; a partir daí, e com uma intenção de simetrização (via semelhança) da “indústria do sexo” com os padrões comerciais globais (?), a autora defende o enfoque trabalhista e legalista. Seu trabalho está inscrito no ativismo em prol da dessacralização e da legalização estatal dos trabalhos sexuais; nos seus diversos trabalhos existe um esforço consistente em eliminar os sinais de violência, transgressão ou insurreição profunda, assim como em reduzir diferenças que pudessem limitar a inserção dos trabalhos sexuais nas formas estatais. A relação migração e trabalho na grande globalização é, quiçá, o ponto mais forte da argumentação da autora.

Mas “indústria” não é uma palavra neutral. Sugere um tipo de organização, de racionalidade produtiva, de administração do dinheiro e do corpo, de relação com a lei, com o comércio e com o Estado bastante específicas. Não esqueçamos que é na grande industrialização que toda uma nova força disciplinadora e repressiva desabou sobre a prostituição (Rago, 1985; Restrepo, 2007). Não esqueçamos as formas industriais de produção e dominação. Talvez no contexto de trabalho da autora, ou em um certo tipo de serviços sexuais vinculados a camadas médias e altas das sociedades ocidentais, seja evidente a existência e o nascimento dessa forma de produção e troca sexual/comercial. Talvez no diálogo com esses grupos ou redes, com organizações multilaterais liberais (como a Organização Mundial do Comércio) e com as formas mercantis de governo, essa proposta tenha uma eficácia prática importante. Porém, generalizar ou assumir “indústria” como uma metáfora útil para englobar todas as experiências de prostituição e juntá-las com outras práticas nas quais haveria troca sexual-comercial (*framework*), sem problematizações, relativizações e reduções etnográficas, parece muito complicado<sup>174</sup>.

Trata-se, sem dúvida, de um exercício classificatório no qual o risco de a perspectiva do observador impor-se pragmaticamente sobre as experiências dos sujeitos e sobre a própria organização do campo é bastante alto (não é o risco?). Voltamos ao início dessa tese: qual o limite do sexual? Qual do comercial? Qual, claramente, do industrial?

Vizinha da noção de Indústria do Sexo, “Mercado do sexo”, como sugerido por Adriana Piscitelli (2005, 2007, 2009), parece remeter a uma larga tradição antropológica que lê os intercâmbios afetivos e sexuais como parte dum sistema de trocas simbólicas maiores,

---

174 É interessante observar que no subtítulo do livro referido, Agustín menciona a ideia de “indústria”, inda que de uma maneira diferente: *Sex at the margins: migration, labour markets and the rescue industry*. Nesse caso, o campo que se configurará como principal alvo de críticas da autora é denominado também como uma indústria. A ação das organizações de “resgate”, vinculadas com os discursos abolicionistas, anti-tráfico e anti-prostituição, e aliados ou financiados muitas vezes com setores conservadores, é também chamada de “indústria”. Vale a pena aclarar que em nenhum dos três trabalhos referidos aparece uma problematização sócio-histórica ou antropológica do conceito. Contudo, é necessário pensar que o uso da ideia de “indústria do sexo” é claramente uma estratégia política que visa penetrar nas lógicas e interesses de grupos de poder liberais (impostos, legalização, controle estatal, circulação monetária, fluxos laborais). No grupo virtual de discussão que Laura Agustín promove, circulam ideias e posturas muito mais radicais tanto dela, quanto de outros pesquisadores e algumas prostitutas militantes.

um mercado (usando-se duma metáfora da tradição econômica). Bourdieu, por exemplo, denomina o circuito de potenciais noivos, suas regras, seus capitais e poderes como “mercado matrimonial” (2000). O “mercado”, nesse sentido, não é uma instituição ou um sistema visivelmente gerenciado e organizado por alguém, mas implicaria o seguimento e a reprodução de *habitus* e de estruturas de poder estruturadas e estruturantes do próprio mercado.

Enquanto metáfora, o “mercado do sexo” não encontra no dinheiro nem no delimitado encontro sexual (o programa) os únicos mediadores da troca, ainda que eles certamente ocupem um lugar privilegiado na trajetória da proposta. A noção de “mercado sexual”, como elaborada por Piscitelli, pede expandir as possibilidades analíticas e apontar na compreensão de sistemas maiores de trocas e de disposições sexuais (de ofertas, demandas, capitais, interesses, para continuar com a metáfora econômica) dos quais a prostituição seria uma. A autora constrói sua proposta a partir das análises próprias e de outros pesquisadores sobre os fluxos e circulações presentes nas experiências de pessoas vinculadas à prostituição, assim como da pergunta pelo lugar desta nos diversos contextos culturais. As transações sexuais transnacionais (turistas nas praias de Fortaleza, brasileiras na Europa) ocupam o lugar principal do seu trabalho etnográfico.

Apesar de, como na noção de “indústria”, a prostituição ser apenas uma dessas materializações transitórias do fluxo do sexo no mercado, e fenômenos que vão desde a produção e venda de filmes pornô, por exemplo, até o sistema de investimentos corriqueiros para ganhar os favores sexuais, afetivos e financeiros de alguém possam fazer parte, lado-a-lado, desse campo de estudos, o forte viés antropológico dessa proposta pode evitar perigosas generalizações. O uso da ideia de “mercado”, como recurso analítico, não deve evocar nem promover uma junção pragmática das experiências e práticas observadas. Pelo contrário, a pergunta está sempre presente: o que é que compõe o mercado? Quais as regras, formas, políticas e conexões dele? O que é que permanece fora ou que é que faz possível alguma prática fazer ou não parte desse sistema? Antes que a afirmação exógena dos limites do sistema, existe uma pergunta, surgida de experiências de campo, pelos *continua*, conexões e limites. No seu trabalho, precisamente, Piscitelli nos mostra como, seguindo o rastro etnográfico e das trajetórias dos sujeitos, os limites entre casamento e transação comercial, entre explicitação do negócio e implicação dos afetos, entre máfia e “ajuda”, entre namorar e trabalhar, são intensamente transgredidos, desconstruídos ou reinventados. Então as perguntas voltam sempre a ficar em aberto.

No meu trabalho de campo, realizado junto com mulheres prostitutas de baixa renda da



Modelo do cartaz do Seminário de 1999. Arquivo NEP.



região central de Porto Alegre, não existe nenhuma compreensão da sua prática como fazendo parte de uma “indústria”. Para elas, como para grande parte do movimento da categoria no Brasil, o assunto tem a ver com viração, com informalidade produtiva. Um trabalho às vezes familiar, às vezes agenciado individualmente, às vezes explorado por “gigolôs” e “cafetões”... Lembremos que na história da Soila, é no momento, já na sua maturidade, em que Mimoso assume claramente uma gestão industrial do negócio/família, que se dá a ruptura e a total diluição da estrutura familiar. Ela não se pensava como uma industrial do sexo, mas como uma esposa/trabalhadora. Já a noção de “mercado”, porque é uma metáfora muito mais flexível, encontra ressonância se olhada através dos olhos dessas mulheres.

Indústria, mercado e trabalho atentam para experiências diferentes desde olhares diferentes, não auto-excludentes. Como vemos, por exemplo, “mercado” possibilita uma análise das trocas e das circulações, dos capitais simbólicos e dos *habitus*; “mercado” possibilita a inclusão dos afetos, das conceitualizações locais e de toda uma economia dos desejos e dos erotismos nos próprios “prestadores de serviços”. “Indústria”, enquanto isso, apresenta um universo de conexões e de racionalidades no qual o econômico financeiro é central: a geração de ingressos, de impostos, de fluxos econômicos transnacionais, de extensos circuitos laborais. Indústria e trabalho, por exemplo, podem se conectar na busca pela racionalidade produtiva liberal legal. A inserção no mundo dos bens do capitalismo global. Mas esse trabalho, esse trabalho das regulamentações legais e da profissionalização, não é necessariamente o mesmo trabalho da viração e da malandragem. Este último implicaria outro marco de análise que precisaria problematizar no detalhe “do avesso da vida”, como elas diriam, as ideias de Indústria e trabalho. Mercado, então, talvez ofereça mais espaço para esse trabalho/viração, pois permite a inclusão de um elemento que, como vimos até o momento, é central na configuração do campo: a guerra pela apropriação das potências, a biopolítica da família... as fortes cargas simbólicas que constroem a prostituição e a troca sexual.

\*

Na zona de tolerância de Puerto Berrío, na Colômbia, conversando com as mulheres de uma pequena “cantina”, antes de pensarem sua atividade na racionalidade industrial ou trabalhista, entendiam-na como uma desgraça, uma maldição, uma punição divina, um não-trabalho.

### **Movimentos: trânsitos e hibridez**

No texto “O parentesco é sempre tido como heterossexual?” Judith Butler analisa criticamente a estratégia política dos movimentos LGBT pela legalização, legitimação das uniões homossexuais. A autora afirma que tal legalização “é estabelecida graças à produção e intensificação de zonas de ilegitimidade” (2003: 226). Explica Butler que a luta pela legitimação de certas práticas implica a sujeição às temporalidades e condições da legitimidade, assim como fortalecem a afirmação das hierarquias sociais, dessa vez, como hierarquias de ilegitimidade. Isto é, um casal homossexual é mais elegível para ser legítimo do que um solteiro homossexual,

Seminário Nacional “Prostituição, Prevenção e Saúde”.  
Porto Alegre, novembro de 1999. Arquivo NEP

Seminário Nacional  
Novembro 99



Ao lado: Flávio Lenz, editor do Jornal Beijo da Rua, e Lourdes Barreto, GEMPAC-Belém, PA, co-fundadora da Rede Brasileira de Prostitutas. Abaixo: Lourdes Barreto e Rosarina Sampáio, APROCE-Ceará. Abaixo à esquerda: destaca-se à direita, a pesquisadora Elisiane Pasini abraçada com a Soila. A identidade das outras duas pessoas foi protegida.

Seminário Nacional “Prostituição, Prevenção e Saúde”. Porto Alegre, novembro de 1999. Arquivo NEP



e mais legítimo ainda será se expressa a vontade de consolidar uma família. Para o segundo, o solteiro promíscuo, a legitimidade é ainda mais distante.

De modo similar pode acontecer com as prostitutas no marco da privatização das suas práticas e do discurso da legitimação (legalização contractualista) da prostituição. Ao mesmo tempo em que se abre um caminho para a legitimação daquelas que assim o anseiam (previamente legitimáveis), constrói-se uma “zona de ilegitimidade”, uma “zona de tolerância simbólica”, um espaço de existência para a hierarquia de (i)legitimáveis que tem no seu limite inferior a puta devassa e gozadora, sem família nem marido nem poupança, e no limite superior a “profissional do sexo”, cidadã responsável. A legitimação da segunda, vinculada à vontade e ao discurso da “auto-estima”, intensifica a negatividade da primeira. “Ela é não apenas considerada ainda não legítima, mas é, pode-se dizer, o passado irrecuperável e irreversível da legitimidade passada: *o nunca será, o nunca foi*” (2003: 227).

Porém... Como a própria Butler (2003) sugere, existe todo um universo de práticas e de pessoas que não esperam ser legitimadas, ora porque se afirmam enquanto felizmente ilegítimas, ora porque o registro das legitimidades hegemônicas não é o seu registro de existência. Essa presença possibilita o que a autora chama de “zonas híbridas”.

“Nós” (putas, prostitutas, pobres, malandros, mulheres e suas famílias, militantes... a matéria do plural muda: às vezes envolve famílias, às vezes maridos, às vezes o gênero, às vezes a “marginalidade”, mas geralmente significa “nós, prostitutas”), “a sociedade” (a perspectiva familiarista, associações de vizinhos, polícia, mídia, a moral, o costume... os maridos, ‘as do lar’, ‘as filhinhas de papai’, os acadêmicos e pesquisadores, jornalistas... dependendo do momento e do interlocutor) e o Estado (policiais e seus aliados, classicamente -X9, dirá a Janete-, mas também gestores de saúde, médicos, prefeitos, candidatos, pesquisadores clínicos, financiadores de projetos, universidades...). Entre esses três existe um “combate perpétuo”, e portanto um interessante sistema de trânsitos, alianças, trocas e apropriações. Por isso os maridos, as próprias famílias e experiências conjugais e maternas, e especialmente as organizações políticas circulam entre as três perspectivas.

Não se trata de ir contra o foco trabalhista ou contra a profissionalização. O risco é desconversar, indiscutir, cair na “tolerância”. Isto é, num foco do tipo “trabalho sexual, sim; vulgaridade não”, como afirmava a delegada de polícia em Porto Alegre. Ou numa necessária “legalização da decência”, como disse a representante da OAB-RJ no marco da I Consulta Nacional sobre DST/AIDS, direitos humanos e prostituição” (PN-DST/AIDS 2008: 28). O risco é construir os conjuntos de normas e “éticas profissionais” (como diria a Janete), desde os indiscutíveis, desde a estratificação inquestionável da forma-Estado. O risco supremo é ser engolido pela “honra” e pela “legitimidade”, pelo princípio da cidadania produtiva, e favorecer a fabricação de “zonas de tolerância simbólicas”, mais perigosas que as territoriais/legais porque constituintes do desejo (Guattari, 1981).

Afirmo, sim, que até certo ponto o movimento, o NEP, a burocratização do “nós” atualizam essas “zonas” de biopoder. Assunto inevitável, parece-me, se levamos em consideração

a sofisticação e poderio do feitiço, e o espírito reformista que atravessa o surgimento da organização. O que não significa em nenhum caso uma “alienação” com o Estado ou com a Sociedade, não significa em nenhum caso um virar Estado, ou ter sido apropriadas pela Sociedade; mas a circulação necessária do poder, a concessão necessária. É o preço da mediação institucional. Um pouco virar Estado, um pouco virar Sociedade, para poder continuar sendo puta sem morrer, sem sofrer mais do que o devido.

É na afirmação/busca/construção dessa dupla exterioridade (do Estado e da Sociedade) da imagem da prostituição que a guerra, e a decorrente mediação, tornam-se reais e centrais. Exterioridade que é lida negativamente como “marginalidade” ou, positivamente, como uma condição de “ser avulsa”. Exterioridade de que não se abre mão tão facilmente perante promessas de resgate ou inclusão. É o intenso valor da alteridade. A relação de exterioridade, vivida entre confrontos abertos e alianças suspeitas orienta as performances e mobiliza a corporificação dos termos da relação<sup>175</sup>.

O NEP e as militantes são corporificação constante dessa dupla exterioridade, são atualização performática dos trânsitos e dos confrontos entre perspectivas. Por isso a enorme eficácia dessas mulheres na militância: elas são, na prumada dos seus corpos, “a” mediação e o combate. Duplamente estratégicas, camaleões que circulam pela tríade inteira, capazes de entrar nos territórios do Estado ou da Sociedade para apropriar-se dos bens restritos e redistribuí-los na própria casa e no cabaré (condição pela qual, como já vimos com a ideia de predação, correm o enorme risco de serem predadas pelo inimigo, se “acostumar na fantasia” diria o Chico Buarque). Nilce, Soila, Janete e Dete (e também a Lúcia), de maneiras diferentes, em doses diversas, são a corporificação desse mecanismo de guerra.

Suas trajetórias criaram a organização, a mediação. Na expansão da predação intimista, da malandragem, da viração e das novas relações (com a Tina, com os DH, com o Ministério da Saúde, com os pesquisadores), criaram as performances cotidianas da organização e seu arsenal de guerra: a apropriação pela sedução, a batalha furiosa, a confiança contingente. É isso que faz que o NEP tenha ao mesmo tempo o respeito nas ruas e demais territórios da prostituição e da putaria de baixa renda em Porto Alegre, assim como nas agências estatais de políticas públicas. A Tina, gestora gestada pelo NEP, não erra contas nem relatórios. As outras, não erram olhares e papos com as colegas e policiais. É essa a maneira como as outras prostitutas, desorganizadas, digamos, se apropriam dessa história. As mais avulsas, procuram o movimento (que está à sua procura) para lutar contra o Estado e a Sociedade; é sua máquina de guerra coletivizante, eficaz, ainda que pesada.

O movimento organizado se alia temporariamente com a Delegada Jussara e todo seu discurso decentizador, docilizante, de legitimação da moral e do costume, para combater



175 Mas entenda-se claramente, é uma exterioridade de perspectivas. Não se trata de reificar a posição de Clastres (2004). Primeiro, porque nossa discussão não é entre “estado” e “sociedade”, já que elas se inserem como um terceiro elemento à margem, e segundo, porque se trata, como já dissemos, de uma exterioridade de perspectivas também intra-subjetivas, não de uma exterioridade “real”.

a forma mais bruta do Estado (a polícia). Mas também se alia ao Estado, nas suas formas jurídicas, para combater as agressões de “associações de vizinhos” ou de indivíduos na rua. Alia-se ao Estado para lutar contra a AIDS e contra o social estigma. E alia-se à “sociedade” para lutar contra a falta de “humanidade” das polícias-Estado. Eis a ambiguidade e a essencial contradição do discurso dos direitos humanos e dos movimentos sociais “legitimadores”, que ao mesmo tempo são fuga, cristalização jurídica e costume cultural. Marginalidade convicta e risco de pertencer.

No lógica deleuze-guattariana, seria uma espécie de re-territorialização, dessa vez autônoma, produto da prudência e da inteligência coletiva, sempre incompleta porque sempre ameaçada e sempre criativa (DeG, 2008). É assim, desde outro plano explicativo, que Vianna (2009) e Correa (2006) pensam o campo dos direitos sexuais, como espaço contraditório de criação de práticas e sujeitos, como processo inacabável. Voltando a Judith Butler, pensar-se-ia que entre as performances legitimadas e as experiências de total ilegitimidade, existem zonas híbridas, intermediárias.

Mesmo no campo da sexualidade inteligível, descobrimos que os pólos binários que ancoram suas operações possibilitam zonas intermediárias e formações híbridas, sugerindo que a relação binária não exaure o campo em questão. De fato, existem zonas intermediárias – regiões híbridas de legitimidade e ilegitimidade – que não têm nomes claros e onde a própria nomenclatura entra em crise produzida pelas fronteiras variáveis, algumas vezes violentas, das práticas legitimadoras que entram em contato desconfortável e, às vezes, conflituoso, umas com as outras. (2003: 229).

Compreendemos assim a disputa pelos nomes (trabalhadora, prostituta, profissional, puta, garota de programa) e pela definição identitária. A relativa inconsistência na nomenclatura, além de ser um acidente ou um empecilho, resulta num ato de guerra na emergência de “saberes sujeitados”. Um espaço de confronto às vezes violento, como Butler sugeria, não só entre legitimados e ilegitimados, mas ao interior dos próprios processos de reivindicação política. Contrário ao que numa primeira visão poderia se pensar, tais “conflitos internos”, longe de debilitar o conjunto da movimentação política de uma determinada categoria, longe de serem uma falta de “solidariedade” e de “união”, materializam uma condição de instabilidade, de não coesão. Tal condição se traduz, taticamente, na dificuldade dos organismos do poder, do Estado ou da “sociedade” em apreender, em definir e cristalizar, em estabelecer uma agenda duradoura de nomes, práticas e limites classificatórios. Ao invés, a errância nominal (aqui profissional ali puta, ontem garota amanhã trabalhadora), a ambiguidade discursiva implica eficácias diversas.

Um belo exemplo de estratégia de guerra, de distribuição de iscas sutis para a caça da maior quantidade de afins potenciais, e de proposição de alianças institucionais... um exemplo que altera os nervos da RBP, mas também dos abolicionistas, são as “**Algumas definiciones**” da ReTraSex.

**A MODA  
DAVIDA**

Mobilização do NEP e da RBP no Forum Social Mundial de 2001. Arquivo NEP. Note-se a pessoa que foi apagada... "Espírito guerreiro".



Foto abaixo, equipe do NEP e do projeto, em intervenção com profissionais do sexo em boate durante visita de monitoramento em Júlio de Castilhos/RS.

Trabalho de Campo, 2002. Arquivo NEP.



Las trabajadoras sexuales somos mujeres que ejercemos el trabajo sexual para ganarnos la vida. Nos definimos como **“trabajadoras”** porque nos vemos como mujeres que, **sin oportunidades**, optamos por conseguir el sustento para **nuestras familias** ejerciendo este trabajo.

Somos mujeres mayores de edad que ejercemos el trabajo sexual en forma **autónoma**. Por eso diferenciamos trabajo sexual de trata de personas y explotación sexual infantil. La trata y la explotación infantil no son trabajo, son formas de esclavitud.

Definimos como trabajadoras sexuales **no significa que promocionemos el trabajo sexual**. En muchos países, especialmente en Centroamérica, se ha impuesto el término “trabajadoras comerciales del sexo” (TCS), y se promociona una “industria del sexo”. A nosotras no nos interesa alimentar esa industria: buscamos vivir en una sociedad más justa, mas libre, sin desigualdad ni machismo.

Algunas compañeras prefieren hablar de “mujeres en situación de prostitución”, porque dicen que nuestro trabajo es una explotación extrema de la que hay que tratar de salir. **No sabemos si cuando logremos la sociedad que soñamos el trabajo sexual dejará de existir**. Pero mientras caminamos por hacer realidad un mundo diferente, consideramos que **hablar de “mujer en situación de prostitución” nos pone en un lugar de víctimas**, que no es el mejor para salir adelante.

Cuando nos reconocemos como “trabajadoras sexuales”, logramos mejorar nuestra autoestima, porque **nos quitamos de encima la palabra “prostituta”**, que los demás usan como insulto y hace que vivamos pidiendo perdón (Retrasex 2007: 13-14).

É verdade que poderíamos assumir essa declaração como um exemplo daquele enfoque trabalhista “cidadão” e familiarista na sua expressão mais fechada. É verdade que podemos ler certa suspeita abolicionista via revolução marxista. Mas isso seria destituir a declaração, com demasiada facilidade, da sua potência de combate, da sua propriedade híbrida e intermediária. Isso seria fazer uma leitura rasa das proposições. Essa declaração, filha da AMMAR e da sua inserção sindical argentina, é uma carta de sedução polivalente e eficaz, “en el mismo lugar que las medias negras”, pura estratégia do desejo. Essa declaração é antecedida por uma homenagem que sublinha o paradoxo sedutor. O livro é dedicado, em dupla página vermelha e com um retrato desenhado a traços livres, a Gabriela Leite (a prostituta, a puta): “maestra de rebeldías y organización”.

Então cada parágrafo dessa declaração, bem no fio da navalha, pode ser lido como dirigido a antecipar e a desmotivar ataques, a seduzir inimigos, enquanto vai se tecendo um espaço legítimo de existência. Cada parágrafo cria novas ilegitimidades, sim, dá para o leitor-cliente (que também são colegas trabalhadoras) o que elas sabem de antemão que quer pedir e receber, sim. É uma entrega. Mas uma no mesmo tom daquelas do quarto do motel. Assinaturas para sua afirmação política. Fundamentalmente, entre os ires e vires de cada parágrafo, entre a negação da palavra “prostituta” sobre o preciso argumento de “los demás usan” (não nós) e a definição como trabalhadoras autônomas, existe um território, esse de Butler, suficientemente híbrido e ambíguo para os que colocarmos ali nossas mais diversas fantasias... e dinheiros.

No caso da RBP a situação é similar, quiçá. Já se passou por todos os nomes, já se combateram todos, e entre visões mais radicais e mais reformistas se constrói um universo dificilmente apreensível pelos discursos do Estado. É interessante ver funcionários de diversas áreas sentindo-se tão confortáveis, tão aliviados, na pronúncia e na escrita do “profissionais do sexo”; é interessante vê-los (ver-nos) surpresos e confusos com as provocações das putas e das

prostitutas. É interessante, como se viu na pesquisa da ABIA-IDS, notar que muitos agentes do Estado estão sempre operando insuficientes esforços classificatórios sobre a prostituição e seus movimentos. “Mas não todas são assim...” “Uma parte delas quer a profissionalização, sim, mas...” “Não gostam, porém...” “É uma liderança, não são todas as mulheres...”<sup>176</sup>.

Eis o lugar que ocupam os silêncios sobre gênero e sexualidade, por exemplo, na ação política cotidiana do NEP. Para mim, com meu recorte de vários anos de trabalho na promoção da saúde sexual e reprodutiva e dos direitos sexuais, sempre foi um grande interrogante que nas oficinas e intervenções externas do NEP não se falasse disso que entendemos por sexualidade e por (relações de/igualdade de) gênero. Durante um tempo interpretei tal silêncio como um vazio, um vazio de conhecimentos, uma dificuldade para assumir e trabalhar tais temas. No entanto, com o conhecimento das trajetórias das mulheres, da organização e da prostituição como campo político, minha visão mudou.

A primeira parte desse trabalho foi dedicada a observar como “a sexualidade”, o dispositivo, não era um bem presente na vida dessas mulheres e na organização interna da prostituição em Porto Alegre nos anos 80. Era de trabalho e de família, de violência e de produção que elas queriam/podiam nos falar. Essa experiência corporal está na base organizacional do NEP. Porém, a relativa ausência de um discurso sobre a sexualidade e o gênero nessa organização parece-me que vai além. Não é só uma marca negativa geracional, digamos. Não fazer das suas sexualidades uma coisa pública, objeto estimulado de fala e

interpretação, é estratégico para essas mulheres. Não é só não falar; é construir uma experiência corporal alterna, é não se entregar ao feitiço expansivo do *self*. Por isso é tão fácil detectar o vazio nos discursos sobre auto-estima. É essa a ambiguidade do território híbrido. Então a camisinha é uma objetificação das relações como a sociedade-Estado; é nessa relação que a camisinha surge e essa relação que ela implica. Por isso ela é um bem de trabalho facilmente aceito por elas, porque é profissionalismo, porque ajuda a poupar, porque cuida dos filhos, mas é um bem estranho e desprezível na intimidade do amor. Delas e de muitos de nós não prostitutas. É a objetificação do poder médico, do Estado biopolítico, da ética do cuidado, da duração produtiva da vida... dessa perversa forma de guerra que é a AIDS.

Então é o silêncio. A intimidade não se coloca em risco perante a voracidade predatória dos saberes régios (médicos ou feministas consagradas). A fronteira entre a casa e a rua é uma fronteira importante: não há rendição. Dificilmente se convida a entrar o pesquisador ou o médico, não se entregam os segredos a quem vai publicá-los... Não deixas entrar aquela que na saída vai tentar te convencer dos teus erros profundos. Se para o Davida, por exemplo, a afirmação do nome



176 Entrevistas a funcionários de saúde, pesquisa ABIA-IDS referida.



prostituta está relacionado a uma forte rebeldia poética/burguesa dos desejos e das fantasias eróticas, parece-me que para as lideranças de base do NEP, tem muito mais a ver com uma batalha prosaica de não submissão aos saberes/poderes de classe e de gênero (sexualidade incluída).<sup>177</sup>

O silêncio, como a humildade das pequenas “salas” e a clandestinidade escancarada dos drinks, aguçam a ambiguidade, a errância nominal, a hibridez dos territórios, os trânsitos corporais e afetivos. O silêncio, como o riso e a agressão, fazem a guerra, fogem da aniquilação, do diálogo e do consenso (ferramentas de poder). Entre a afirmação da família/trabalho e a da prostituição/putaria se configuram novas “zonas de tolerância simbólicas” que limitam e obstaculizam a luta contra o estigma, mas também se tecem territórios temporais (trânsitos, trajetos) de desestabilização das categorias legitimatórias. A guerra implica também esse sistema de mediações e, como já disse, a força do movimento organizado radica nessa capacidade prostituta da transcorporificação, de satisfazê-lo (quase)tudo.

177 Não se trata de imaginar uma tensão entre posturas mais normativas e menos normativas; pois é de diferentes planos de normatividades, e de insurreições, que estamos falando. Não se trata, tampouco, de avaliar (in) coerências ou de achar os pontos de quebra, para descobrir ingenuamente que a militância, por mais radical que seja, também pode ser normativa. Para saber mais sobre o Davida, ver a dissertação de sociologia da UFMG de Andréia Skackauskas (2007). Sobre a trajetória da Gabriela, numa interessante perspectiva auto-biográfica, ver Leite, 2009.



### ***7.3 O espírito guerreiro: reflexões derradeiras.***

#### **Entre dom e mercadoria: o fluxo da guerra**

A compreensão dessa guerra me leva a um último exercício analítico derivado da centralidade das ideias de “viração”, apropriação, caçaria e insubmissão enquanto condições de relação. No marco da clássica discussão entre economias do dom (gift economies) e economias de mercadorias (comodities economies), poderemos encontrar mais alguns elementos para compreender a “natureza da relação” prostituição que (in)surge nessa guerra.

A antropóloga Leticia Tedesco, dissertando sobre as relações afetivas entre gigolôs e prostitutas, opta por compreender as relações sob o nome “prostituição” desde duas teorias simultâneas e diferentes de “troca”: a economia simbólica de Bourdieu, e seu “interesse desinteressado”, e o paradigma da dádiva, proposta de ordem ética de Jaques Godbout. Para ela, essas posições não são auto-excludentes, pelo contrário, convivem pacificamente na diferenciação das relações da mulher prostituta. Mesmo sem se deter muito nas maneiras como acontece, a autora mostra como a mulher prostituta age na dádiva e na reciprocidade amorosa com seu marido (chamado de “parceiro não-comercial”), e na economia mercantil com o seu cliente (com quem não estaria interessada em estabelecer mais relações que o programa). A distinção entre dádiva (“desinteressadamente interessada”) por um lado e mercado pelo outro é o que definiria o tipo de motivação, de sensação e de disposição que a mulher prostituta efetua na sua relação com um ou com outro, respectivamente (Tedesco 2008: 102-135). Novamente, a teoria da dissociação.

Como tentei mostrar até esse ponto, essa mais ou menos gentil troca de dons (seja como reciprocidade, seja como mercado), que entende a guerra ou o conflito como um dano colateral, não me parece ser o paradigma relacional da “prostituição” nos seus diversos planos e escalas. A troca pacífica é descrita por Lévi-Strauss, baseado em Mauss (2003), como princípio orientador das relações sociais tanto em sociedades “primitivas” como nas urbanas contemporâneas. Lembremos que em “O princípio da reciprocidade” (2008), Lévi-Strauss define as sociedades primitivas como sociedades onde a base fundamental das relações com os outros seria a troca, e tal definição, através do exemplo do comensal que deve compartilhar o vinho e assim estabelecer uma relação, é sugerida também para a sociedade do autor. É através da dádiva e contradádiva que se estabelecem as relações, e é justamente com tal fim que se oferece o dom. Não para obter os bens, mas para se relacionar. Para ele a guerra seria o signo do fracasso da troca. “Existe um vínculo entre relações hostis e a prestação de serviços recíprocos. As trocas são guerras pacificamente resolvidas, as guerras são o desfecho de transações infelizes” (Lévi-Strauss 2008: 92).

Essa perspectiva, que entende as trocas como fundamentalmente pacíficas e como fazendo parte do mesmo plano de relações que a guerra, foi já fortemente criticada por Pierre Clastres. Para esse autor (2004), é a guerra, e não a troca, o parâmetro orientador das relações

nas “sociedades primitivas”<sup>178</sup>. A troca, para a constituição de alianças, é só um resultado tático da ação guerreira. A troca faz parte da guerra porque a guerra, em uma sociedade que vive pela afirmação da diferença e pela autonomia do grupo, é a lógica englobante (como para Viveiros de Castro é a predação). Clastres, então, oferece um entendimento da guerra primitiva como uma positividade sociológica que possibilita a troca e a reciprocidade, e não como um fracasso desses outros sistemas de relação.

“Não é a troca em si que é contraditória com a guerra, mas o discurso que reduz o ser social da sociedade primitiva exclusivamente à troca” (Clastres, 2004: 172), tanto ou quanto o discurso sociológico que tira da guerra suas potencialidades de troca e da troca suas formas violentas e conflitantes<sup>179</sup>. Fausto (2000) e Clastres (2004) chamam a atenção nos seus trabalhos sobre as limitadas ferramentas antropológicas para aproximar-se à guerra. Para eles, a posição mais frequente é, quando não silenciar-se ou denunciá-la, subordiná-la ao mundo das trocas como uma disfunção estrutural.

Nesse sentido é interessante ressaltar o enorme vazio que existe na produção sócio-antropológica brasileira sobre prostituição feminina com relação à violência. No livro clássico de Gaspar (1984), cujo trabalho de campo coincide com as origens do movimento e com momentos de alta violência policial contra essas mulheres no Rio de Janeiro, a violência não merece nenhuma reflexão. Somente em trabalhos históricos como o de Rago (1985), o de Carrara (1997) e o de Fonseca (2004c), a violência (sanitarista e modernizadora urbana nos primeiros, judicial na segunda) é destacada. No trabalho □□Tá lá o corpo estendido no chão...□: a violência letal contra travestis no município do Rio de Janeiro□, de Carrara e Vianna (2006), descreve-se e analisa-se cuidadosamente a violência física, policial, contra travestis. Só existe um trabalho sócio-antropológico acessível que assume diretamente o tema da violência policial/estatal contra mulheres prostitutas: a tese de sociologia da Marlene Teixeira Rodriguez sobre a última Delegacia de Costumes, em Brasília, diversas vezes referida aqui. Como afirmei anteriormente, parece-me que durante os anos 80 e 90 uma prática de “auto-normalização” da prostituição foi necessária na luta contra a violência e a estigmatização. Uma interpretação desde a reciprocidade era então bastante útil, pois além de afastar dos imaginários sobre a prostituição os vapores da agressividade, da vitimização e da violência, combatia a visão mais tradicional do feminismo: opressão e mercantilização do sexo feminino.

\*\*

Eis, pois, o outro pólo interpretativo. O discurso feminista da opressão sexual embasa a posição abolicionista, e assume a prostituição como sendo ontologicamente uma objetificação mercantil da mulher pelo homem. Tal ponto de vista está baseado na fixação corporal do gênero, na essencialização do sexo como ferramenta de opressão patriarcal capitalista, e numa certa

---

178 Note-se a coincidência entre Clastres e Foucault, na inversão da relação guerra-política.

179 Nesse sentido, a noção de “interesse” de Bourdieu, oferecida por Tedesco para explicar as dádivas na prostituição é bastante interessante, pois ao estar atrelada a relações estruturais de poder implica na “violência simbólica”. A dádiva, afinal, é resultante do onipresente *habitus* (Tedesco 2008).

sacralização da sexualidade feminina<sup>180</sup>. Nega-se, necessariamente, qualquer capacidade de agência feminina que não esteja atrelada a uma, e só uma ou duas, imagens de mulher, de troca sexual e de “agência”: isto é, só na “concientização” e na troca “desinteressada”, porque sagrada, existiriam possibilidades de liberdade – também sagrada. Porém, nas reflexões do feminismo contemporâneo sobre o tema, nas quais esse ponto de vista constitui um primeiro e tradicional pólo, apresenta-se uma tensão. Adriana Piscitelli, no seu texto “Gênero no mercado do sexo”, esclarece a situação.

No outro pólo, há posições que, ao contrário, consideram a vinculação das mulheres com o sexo a fonte de seu maior poder. Assim, a prostituta seria um símbolo da autonomia sexual das mulheres e, como tal, uma ameaça potencial ao controle patriarcal... (...) Outras, mais cautelosas, pensam no sexo como um terreno de disputa, não como um campo fixo de posições de gênero e poder. Estas linhas de pensamento reconhecem a existência de uma ordem sexista, mas consideram que ela não é inteiramente determinante. O sexo é visto como uma tática cultural que pode tanto desestabilizar o poder masculino como reforçá-lo (Piscitelli 2005, 8).

Ou, em termos da Strathern, importante influência no trabalho da Piscitelli: “O que precisamos realmente é prestar atenção ao fato de que são as capacidades das relações, não os atributos das coisas, que constituem o foco dessas operações [operações de performance, de troca, de personificação...] (2006: 263). Indo além da discussão feminista, a afirmação de Strathern parte de uma discussão teórica sobre a “visão mercantil” das relações e da produção do mundo. Nessa visão, as relações, como os símbolos, são produtos sociais, e as coisas como os corpos, eles próprios, teriam propriedades mais ou menos estáveis que, por sua vez produziram o marco geral das relações e das possibilidades. Na lógica de trocas de Strathern -“the M system”-, os termos da relação (as coisas, os corpos, as imagens) são corporificações ou objetificações temporárias no marco específico de um sistema de relações, generificado, que as orienta (Gell, 1999).

Além das fixações e essencializações de gênero, a imaginação que tradicionalmente descreve a prostituição desde uma certa objetificação mercantilista, eternaliza também, e cristaliza, as dinâmicas e posições econômicas. Na sua “Introdução à crítica da Economia Política”, no *Grundrisse*, Marx re-elabora as concepções clássicas da economia, que entendiam os elementos do processo produção-distribuição-*exchange*[troca?]-consumo como fundamentalmente singulares, principalmente unidirecionais e só colaborativos entre si. A partir do conceito de consumo produtivo, aceito em princípio pelos economistas, cria-se uma “identidade imediata” entre consumo e produção. “Mas essa definição de consumo produtivo é avançada só com o propósito de separar consumo como idêntico com produção do consumo propriamente dito, que é concebido, em troca, como a antítese destrutiva da produção” (Marx, 1973: 90). Na lógica dos economistas políticos, a produção é criação e o consumo destruição; para Marx, a produção sem consumo (destruição) e o consumo sem criação (nova produção) é

---

180 No livro *Do Cabaré ao lar* expõem-se suficientemente os argumentos dos feminismos do início do século XX sobre tal tema (Rago 1985). Sobre tal assunto ver as análises de Gyle Rubin (1999) e de Carol Vance (Vance, 1999 e Vance e Snitow, 1984).

impensável.

A identidade imediata entre produção e consumo é tanto da ordem subjetiva quanto da ordem objetiva (Marx, 1973: 90). Não só se produzem objetos e se desenvolvem habilidades de produção; também se produzem, e consomem, corpos e forças vitais. Não me parece que Marx trace uma diferenciação fundamental entre a maneira como se produzem objetos e se produzem pessoas (a não ser, justamente, para traçar uma distinção de ordem política). A produção “exatamente como a procriação natural, é um consumo de forças vitais” (1973: 90). Por outro lado, “É claro que se alimentando, por exemplo, o que é um tipo de consumo, o ser humano produz o seu próprio corpo. Mas isso também é verdade para todas as classes de consumo, que de uma forma ou outra produzem seres humanos em determinado aspecto” (1973: 91).

Por outro lado, Marx realiza duas críticas às noções clássicas da economia política (David Ricardo, Adam Smith) que me parecem fundamentais

nesse momento da nossa discussão: (a) a tendência de compreender a produção como uma construção social dependente de necessidades naturais, enquanto o consumo como uma prática eminentemente individual; e (b) a excessiva estabilidade e “eternização” [eternalization] das posições e das conceitualizações (produtor, produto, consumidor, produção e consumo). O consumo só é consumo pela produção, do mesmo modo que o produto só alcança seu “last finish” no consumo. O consumo, então, obedece menos a condições particulares do indivíduo, do que a estímulos da produção, que, por sua vez, responderá ao consumo<sup>181</sup>.

O consumo produz a produção num duplo sentido, (1) porque o produto só vira um produto real por ser consumido (...) (2) porque o consumo cria a necessidade de nova produção; isto é, cria a causa ideal, internamente impelida, para a produção, que é a pressuposição. (...) Se é claro que a produção oferece ao consumo seu objeto externo, é igualmente claro que o consumo *idealmente posiciona* o objeto da produção como uma imagem interna, como uma necessidade, como orientação e propósito. Cria o objeto da produção ainda numa forma subjetiva. Não há produção sem uma necessidade. Mas o consumo reproduz a necessidade” (Marx, 1973: 91-92).

Hoje tal lógica parece óbvia e repetitiva no saber antropológico, mas lembremos que a



“Gabriela Leite contra o babaca”. IV Encontro. As mulheres comemoram na Praça Tiradentes: peça de teatro e seresteiras. Um estudante da UFRJ, bêbado, pega o microfone e fala contra as “políticas da identidade” e a pouca sofisticação teórica do discurso delas. Depois de tirarem o microfone dele, a Gabriela dá início a um escárnio público. Uma-a-uma, muitas mulheres, se juntam até o moço abandonar o lugar.

181 Para evitar confusões: o produto não é a prostituta nem seu corpo, pois se trata de uma economia de serviços, ou, então, de uma transação de potências. O produto que é consumido é o sexo, o tempo em companhia, o prazer erótico, a materialização das fantasias. Assim, do outro lado, o produto consumido não é o homem cliente, mas seu dinheiro, sua eleição.

obra citada foi escrita no ano de 1857, cem anos antes da *Distinção* de Bourdieu e de *Marxismo e Literatura*, de Williams, obras que claramente desenvolvem tais premissas<sup>182</sup>. Como vimos insistentemente nas “salas” de prostituição, ou na prostituição de rua e nos exercícios de caçaria, a mulher prostituta não somente fornece o produto/serviço que o consumidor almeja, mas intensifica a diferença (com a esposa, com as mulheres “boas”) e o desejo. Produz-se, na prática da relação, a necessidade orgânica do consumo masculino e da própria existência da prostituta-caçadora. Não há passividade e submissão... a não ser implicando também sistemáticos investimentos de sedução e caça. Contudo, claro, o consumo, como lógica de cidadania, e a eficácia dos pagamentos masculinos também produzem a necessidade de essas mulheres trabalharem mais, caçarem mais, seduzirem mais. Novamente, e o parágrafo citado abre uma brecha nesse sentido, encontramos com as formas de disciplinamento e estimulação numa sociedade “pós-capitalista”.

Assim, aceitar a relação prostituição desde a lógica da economia de mercadorias teria algumas implicações que contradizem não só avanços teóricos reconhecidos, mas a minha própria experiência de campo. Significaria aceitar que prostituição se reduz a um pagamento masculino (opressivo) por serviços sexuais femininos (domesticados); que esse pagamento é sempre um pagamento; que esse pagamento está sempre no plano das relações comerciais de exploração capitalista e que a prostituição é produzida por corpos, gêneros e “necessidades” fixas... e não que ela, conectada com outros sistemas de relações, colabora na corporificação e imaginação de gênero do mundo até limites que ultrapassam o “trabalho sexual” (Piscitelli, 2009; Agustín, 2007; Pheterson, 1996).

---

182 Contudo, é fascinante observar nas entranhas dessa teoria uma suspeita clara do lugar da “prática” dos sujeitos, como depois desenvolvida por Ortner (2006) através de, entre outros, Bourdieu, e da intensa relacionalidade que sustenta a produção. Mas enfim...



Carmem Lúcia dançando. Noite da abertura do VII Seminário de Prostituição e Direitos Humanos em Curitiba, uma semana antes do IV Encontro Nacional. Uns minutos atrás tinha oferecido um discurso sobre a afirmação política da palavra “prostituta” (não profissional do sexo), e o direito de ser “bem puta”. Ouviram prostitutas dos três estados da região sul e gestores estaduais e municipais.

### **A guerra e o “confiar desconfiando”.**

Nem reciprocidade de dons, que envolvia uma interpretação pela semelhança, nem, muito menos, instrumentalização mercantil masculina, que implicava o insuperável exotismo e a “alienação”. Como se pode imaginar a essa altura da leitura, eu não consegui nunca me sentir confortável com esses dois modelos, mas pensar uma terceira via implicava muitas vezes ir contra depoimentos iniciais de muitas prostitutas (“igual a...” ou “cair em...”). Na duração e aprofundamento do trabalho etnográfico, eu observava que tais posições, inda que verdadeiras, falavam só de uma dimensão da experiência e da invejável habilidade performática dessas profissionais. Nas práticas cotidianas de muitas dessas mulheres, nas trajetórias das suas relações, na configuração prática do seu ofício e dos seus sexos, uma importante afirmação das diferenças (com outras mulheres, com os homens, com outros ofícios, com outros “grupos” de prostitutas) implicava a desestabilização combativa de, simultaneamente, as reciprocidades, as opressões, as semelhanças e qualquer exotismo.

O meu próprio corpo, na relação com elas, foi se tecendo dessa forma. Nunca como um macho instrumentalizador perverso nem como um objeto passivo vítima da virulência dessas mulheres, nem como um pacífico aliado potencial com quem se troca uma taça de vinho. Sempre como um possível amante, um possível cliente, um plausível aliado, um potencial inimigo... Algumas vezes seduzido, outras expulso sem possibilidade de rendição. Meu corpo foi re-elaborado no campo de diversas formas. Fui “mormaço”, aquele homem que só olha e não come, que depois se satisfaz com uma masturbação solitária. Fui “estudante”, incômodo pesquisador, voluntário do NEP, convidado especial. E também amigo. Sempre um pouco caçado e sempre um pouco caçador faminto; sempre um pouco apropriado – e isto na relação com o movimento organizado será mais forte -, sempre um pouco predador.

Para além dos trânsitos entre diversas posições e diversas formas (mais ou menos recíprocas) de relação, o que é importante ressaltar nessa experiência de campo é a perene suspeição guerreira que é fundamental na confiança da viração e da malandragem. Este não esquecer nunca que estamos em guerra. No IV Encontro Nacional de Prostitutas, em 2008, uma prostituta nordestina, liderança local, discutindo sobre sua participação no movimento afirmou: “...passamos quatro anos nos sentindo cobaias e usadas, tanto pelo movimento LGBT, como por universidades, igrejas, e o que é pior, pela nossa própria representante. O que aprendi sobre redes, articulações, foi totalmente diferente desta rede democrática que vejo aqui hoje e que é maravilhosa. Sei que cometi muitos erros, mas os espaços de prostitutas a que tive acesso foi nos cabarés e nas ruas e nesses espaços a gente sempre confia desconfiando.”<sup>183</sup>

Só esse trecho de fala, pela sua concretude e clareza, seria suficiente para elucidar a

---

183 “Desta forma, na relação entre gigolôs e prostitutas, o termo oculto não são ganhos em termos de dinheiro e sexo, que fazem parte do negócio da prostituição, e sim a dádiva, o favor e o sentimento, realidades subjacentes ao racionalismo de que nos fala Godbout (Tedesco 2008: 126-127) Interessante perceber que segundo o mesmo autor citado por Tedesco, “confiança” e “sinceridade” são condições centrais na dádiva... Então, ao pensar a relação gigolô/prostituta como dádiva, é como se, mesmo os dois parceiros estando fundamentalmente vinculados no negócio do sexo, a relação deles estivesse relativamente isenta das condições gerais do jogo.

forma da relação que aqui imaginamos como *prostituição beligerante*. Note-se o tom da guerra, a clássica metáfora predadora da “cobaia” e a lista de inimigos: aliados potenciais. Não é do Estado (instituição) que a mulher fala, aí não haveria espaço para sentir-se traída; é de grupos que de uma ou outra forma são significativos na luta política das prostitutas. No entanto, o mais belo e contundente das palavras dessa prostituta está na última parte.

Facilmente diríamos que ela descreve a desconfiança como sendo consubstancial à vida na prostituição. E todo um discurso moral sobre a união e a solidariedade, como o dos pesquisadores da Corrente da Saúde, se ativaria e destruiria a experiência insurgente. Não. Uma noite de 2009, conversando com Gabriela Leite no Bar do Zé no Rio de Janeiro, ela qualificava a afirmação da mulher. A Rede Brasileira, por ela inspirada, não quer se orientar pela lógica cristã da solidariedade. “Foda-se a união!”. A prostituição, nesse marco todo de relações, ensina não uma desconfiança, mas uma “confiança contingente”, cética, digamos. É esse aprender a “confiar desconfiando” que a prostituta nordestina descrevia, porque sempre aquele que quer ajudar, que se configura aliado (seja cliente, colega, pesquisador ou organização parceira) quererá “tirar alguma vantagem do teu trabalho”. A contingência a que Gabriela fazia menção vem marcando não tanto a temporalidade da aliança, mas seu fundamento, o limite sensível da confiança.

Trata-se de uma conceitualização “nativa” de confiança e de aliança (e aqui necessariamente voltamos à “aliança” e ao parentesco da primeira parte), na qual a desconfiança não é um antônimo ou um fracasso, mas a condição para ser real. A multiplicação da subjetividade e da agência num mundo em guerra, em constante consumo/produção, em permanente escassez. Desconfiar permite confiar limpa e seletivamente, porque mantém afastada de si a aniquilação.

Nesse sentido, a distinção entre aniquilação e guerra é central nessa análise, pois não imaginamos a guerra como anulação pura nem como um movimento unidirecional, mas tampouco podemos tratar igualmente todos os atores em relação nem todas as práticas violentas. Violência de Brigada Militar e violência de puta enfurecida não é a mesma coisa. Na “aniquilação” não há combate, não há tempo nem respiro. Não há espaço de retorno. É a temporalidade da bomba. A produção é exclusivamente interna para o grupo ou o indivíduo invasor. Não há relação. E é justamente este seu efeito: a eliminação do outro, a redução da humanidade (Das, 1999). Sem tempo nem espaço para resposta ou contra-efetuação da violência, para os outros só resta o lugar dos não-humanos, dos menos-que-humanos, dos mortos flutuantes no rio ou das vítimas dessubjetivadas<sup>184</sup>.

Para as nossas protagonistas em geral, fica claro nas suas narrativas, mesmo com casos de evidente cumplicidade e colaboração masculina, que a violência exercida por maridos não é, não pode ser, da mesma natureza que a violência exercida pelas polícias e outros atores. São formas homólogas, quiçá, mas de sistemas diferentes, pois diferenciar entre público

---

184 Fazer vítimas é o objetivo da aniquilação, dos massacres, das torturas. Vítima é ser dessubjetivado. Por isso, na busca pela guerra subjetivante como fim da aniquilação, os movimentos de prostitutas lutarão ferozmente contra qualquer tipo de vitimização (material ou discursiva).



e privado, mesmo para subverter e agredir tal diferença, é central na prática da prostituição de rua. A primeira (a conjugal) faz parte do amor, do cotidiano conjugal, quiçá das buscas e dinâmicas privadas; dessa se fala sempre que nos ocupamos daqueles anos, daqueles homens, daquele amor ou da vida familiar. Janete seja quiçá o exemplo mais forte dessa concepção. Essa violência é condição da existência, da mocidade quiçá, da paixão, da gestação da malandragem. A segunda, em troca, é um mote político e assim se fala. Um evento a ser apagado do futuro, e para isso se mantém presente como passado (memória em “slides”, diria Das, 1999). É reflexão fria, é caloroso debate público, é memória de conversas especiais e de muitos silêncios para a maioria...

Agora, sejamos cuidadosos, mesmo que na reflexão e nas formas narrativas se marque uma diferença de natureza, nas narrativas da relação delas com essas violências (e relações) as continuidades ou filtrações ficam também claras. Talvez com exceção da Janete, as outras três mantêm um relativo *continuum* entre as maneiras de compreender e relacionar-se com as ações violentas dos seus maridos e as do Estado. Isso é muito claro na Dete e na Soila. A primeira, invertendo o tempo todo as tentativas de opressão, e negando-se a apresentar-se como vítima, seja de quem for que estivéssemos falando. Para a segunda, lembrar-se violentada é narrativa fundamental de si. Para a Soila a relação entre o Mimoso e o Estado é de interpenetração total corporificada: lado a lado colocou sempre os golpes do Mimoso e as torturas da polícia: “são de fé”. Enquanto narradora política, muito menos expediente que as outras três, ela vai tecendo sua trajetória e seu novo lugar.

As narrativas da Janete investem duramente em marcar uma diferença total entre público e privado. A história do Mimoso e da Soila nos permite ver que a violência adquirir uma forma de aniquilação (limites verticais) ou de guerra e predação (limites horizontais) não depende direta e necessariamente de pertencer a âmbitos tidos como públicos ou como privados. Isto é, nos permite evidenciar trânsitos, filtrações e instabilidades. O problema, nesse sentido, é de intensidade, de escala e do lugar que a alteridade ocupa. Aniquilação e guerra, insisto, não são sinônimos, e entre uma e outra os trânsitos são possíveis e fáceis. Políticas como o abolicionismo da prostituição, a eugenia, as “limpezas sociais”, os abusos sistemáticos das polícias e a cafetinagem mais violenta são claros exemplos do limite ultrapassado. Na aniquilação a puta (aquele devir, aquela potência, aquela personificação temporária), depois de ‘comida’, estuprada, torturada, drogada, patologizada, feita vítima vitimária e xingamento, depois de encerrada nas quatro paredes do quatinho de motel ou na parte de atrás dos próprios desejos, transforma-se em alimento morto, cozido e colectivizante para esse outro corpo de parentes (a família) do conjunto social maior (“a sociedade”).

Dete, de maneira mais evidente que as outras, permite-nos ver que, além das formas de aniquilação, reais e denunciáveis, existe uma guerra pública na qual elas, as prostitutas, não são nem de perto sujeitos passivos e não-violentos. Elas são guerreiras, sobreviventes, como diria a Janete, mulheres de batalha que combatem na carne e no símbolo. A guerra, e me parece que nisso as nossas *putas beligerantes* concordariam perfeitamente quando se assumem como

mulheres de batalha, implica a centralidade da alteridade e o fortalecimento da agência e da intenção de si e do Outro. Isto é, o sempre arriscado alargamento das possibilidades de expressão da diferença. É isso o que em geral observávamos na relação entre clientes e prostitutas, ou entre maridos como Júnior ou Marcelo e as suas mulheres.

Inclusive, podemos até observar esse tipo de relação em políticas maiores que nos chocam, como o regulamentarismo sanitarista/moral de controle à prostituição, entre outras. Parece-me, e corro o risco de ser excessivamente amável com o Estado, que nessas políticas a alteridade do inimigo é reconhecida e estimulada, e a consideração hierárquica não é levada até o extremo da dessubjetivação/aniquiação/abolição. Mesmo que putas (diferença reconhecida), diria o senhor prefeito, alguma consideração, cuidado e estímulo mereçam (posicionamento hierárquico). Não é de graça que muitas prostitutas esperem e reclamem a existência de tais controles.

Finalmente, é nesse sentido que a lógica da guerra e da viração, da apropriação pela sedução e do “confiar desconfiando”, dos trânsitos e das avulsas, expressa-se como quase uma terceira via entre a troca recíproca de dons e a economia mercantil. É esse universo que não pode ser simplesmente apagado das análises sobre prostituição e sobre mercado do sexo, que deve acompanhar as elaborações e propostas sobre trabalho ou indústria, que nos permite aproximarmo-nos à prostituição como um assunto político e às políticas próprias da prostituição hoje no Brasil. É também um âmbito interessante para as reflexões sobre a difícil relação prostituição-gênero, pois permite imaginar os termos e as emoções, e as próprias conceitualizações de poder, como intensamente criativos, combativos e instáveis.

Guerra e apropriação, como a “predação” que nos sugeriu um caminho, ajudam a reestabelecer para a prostituição feminina uma lógica positiva de diferenciação, uma política de diferenças intensivas e pungentes, que não são reduzíveis à comparação por semelhança, à “restituição da dignidade” ou do bom nome. Essa perspectiva exige-nos suspender temporariamente nossos julgamentos morais e de classe, exige-nos pensar as eficácias e os bem-estares desde lugares diferentes aos que, provavelmente, pensamos os nossos, e compreender, em toda sua força, as vozes, corporificações e trajetórias dessas mulheres. Por fim, essa terceira via, como se vê, sugere caminhos alternativos e espinhosos para pensarmos a relação do sexo, da família, do trabalho, do gênero, com o Estado; as relações de poder que atravessam (ou são atravessadas) pela lascívia, pelo riso, pelos silêncios e pelo sangue não são nunca formas estáveis, mas “combates perpétuos” de controle e insurreição. Nem sempre é a paz (das trocas ou do mercado) a Arcádia perdida nem a teleologia efetuada; nem sempre é o diálogo inclusivo, legalista e iluminado a relação almejada. Evidenciam-se as limitações cruas e reais dos discursos do Estado, da solidariedade, da obediência desejada, da produtividade liberal e das mobilizações organizadas.



Cartaz IV Encontro da Rede de Prostitutas, produzido pelo DAVIDA. 2008.



**“PUTA É FODA”:**

**Máquinas de guerra, feminilidades avulsas.  
A modo de epílogo**

*Quero conhecer a puta.  
A puta da cidade. A única.  
A fornecedora.  
Na Rua de Baixo  
Onde é proibido passar.  
Onde o ar é vidro ardendo  
E labaredas torram a língua  
De quem disser: Eu quero  
A puta  
Quero a puta quero a puta.*

*Ela arreganha dentes largos  
De longe. Na mata do cabelo  
Se abre toda, chupante  
Boca de mina amanteigada  
Quente. A puta quente.*

*É preciso crescer esta noite inteira sem parar  
De crescer e querer  
A puta que não sabe  
O gosto do desejo do menino  
O gosto menino  
Que nem o menino  
Sabe, e quer saber, querendo a puta.  
**Carlos Drummond de Andrade. A puta.***

# 1. PROSTITUIÇÃO COMO CAMPO POLÍTICO: algumas notas.

Hoje a prostituição no Brasil ocupa um lugar político e social que, talvez, nunca antes tenha ocupado. Hoje a prostituição assume formas e experiências que são verdadeiramente únicas na história, que precisam ser cuidadosamente discutidas. No prefácio da edição de 2008 de *Os prazeres da noite*, Margareth Rago reflete sobre as intensas transformações que a prostituição tem vivenciado desde a época estudada por ela (final do século XIX até anos 50 do século XX), passando pelos anos nos quais escreveu seu trabalho (início dos anos 80), até os dias de hoje.

Esta tese ocupou-se apenas parcialmente dessas mudanças, transformações e continuidades acontecidas com a prostituição na segunda metade do século XX até a primeira década do XXI, especificamente a partir dos anos 1980. Referimo-nos, a partir do caso etnográfico da região central de Porto Alegre e da leitura de trabalhos de diversos autores, à prostituição feminina, urbana, de grandes capitais<sup>185</sup>. Não para afirmar que é uniforme, homogênea, mas para sustentar que, como indicariam autoras como Piscitelli e Agustín e os próprios movimentos organizados da categoria, hoje a prostituição insere-se em mercados e lógicas de discussão que vazam a localidade. Quiçá podam-se generalizar perguntas, forças, tensões; não formas nem experiências.

A hipótese da guerra e da biopolítica de estimulação/punição foi central nesse trabalho. Um combate perpétuo que pode encontrar nas políticas de conciliação, desenvolvimento, democracia liberal e reformismo mais uma tecnologia de violência, disciplinamento e controle. Uma matriz de “relações intranquilas de gênero e classe”, como diria Claudia Fonseca (2004), ou uma guerra entre biopolíticas do Estado e insubmissões sociais, na qual a vigência (ou não) das mais ou menos múltiplas e mutáveis imagens/práticas/experiências de gênero, de classe e de hierarquização social ocupa o lugar central.

Nessa matriz pudemos atentar para quatro grandes blocos da experiência social que, iluminados pelo conjunto classe/gênero-em-guerra, nos permitem descrever alguns campos da trajetória recente da prostituição aqui apresentada. Sexo/erotismo, mercado/produção, família/parentesco, estado/poder. Esses quatro blocos foram transversais a todo o trabalho; por tal razão, farei agora um breve apanhado sintético com luzes de generalização.

Quanto ao sexo/erotismo, acompanhamos uma hiper-estimulação global e midiática do erotismo e do sexual, e a simultânea duração e intensificação das “sex wars” ou políticas estatais de repressão e controle da sexualidade (Correa, Petchesky, Parker, 2008). Isto é, a expansão e potenciação dos princípios da sexualidade burguesa como descrita por Foucault e outros. Nesse marco pode-se observar a difusão e massificação positivada da mulher como sujeito sexual, sujeito de erotismo legítimo ou legitimável, público ou publicável, mas ainda fortemente punível.

---

185 Vale aclarar também que sobre prostituições de regiões rurais, transfronteiriças ou menos urbanizadas, pelo menos na academia brasileira, não sabemos muito.

Do outro lado, mas em evidente relação, como bem sugere Bernstein (2008), a transformação do erotismo masculino. De um erotismo interpretado/experenciado majoritariamente como pragmático funcional (base da hipótese do “mal necessário”), atrelado aos programas de dez ou quinze minutos e concentrados na ejaculação, temos transitado a um erotismo entendido como mais lúdico, simbólico (ainda interpretado como resposta a uma necessidade natural, como mostra Peres, 2009), conectável, no caso, à busca por “acompanhantes”, “escorts” e a diluição das fronteiras taxonômicas das relações (namorar, ficar, juntar, casar, contratar, servir...).

Nesse processo, como Rago (2008) identifica claramente, encontra-se a multiplicação da presença de homens, travestis e trans- nos quadros de oferentes de serviços sexuais, assim como a, ainda incipiente, aparição de mulheres clientes (sem dúvida esse tema ocupará longas páginas de pesquisa nos anos vindouros).

Certamente, como Maria Filomena Gregori mostra (2004), existe, com foco nas camadas médias, todo um investimento na super-erotização das relações. Mas uma erotização domesticada; isto é, uma erotização da vida conjugal heteronormativa, resultante da estimulação dos prazeres e da sensualidade e a reificação constante do valor “família”. Porém, a dinâmica das transações na Praça da Alfândega, no Mercado Público, na região de Ipanema, nas Avenidas Bento Gonçalves, Beira Rio, Getúlio Vargas ou Farrapos, assim como nas “salas”, nos lembra a persistência dos programas rápidos, de poucas palavras, “sem frescuras”, de evidenciável heterossexualidade corpórea, concentrados simbolicamente na ejaculação do homem cliente e com um forte componente de clandestinidade mútua. Como vimos no corpo da tese, sob essa linha de “normalidade” e “funcionalismo”, existe também toda uma série de investimentos, jogos, caçadas e não-ditos eróticos que fogem das análises globalizantes distanciadas da experiência prática dos sujeitos (posições, performances e completas encenações, usos corporais e inclusão de partes do corpo não “normais”, BDSM, seleção cuidadosa de parceiras/os, tentativas de sedução extracontratual).

Em relação ao mercado/produção, demonstramos, primeiro a consolidação inicial do marido como patrão, como figura emblemática na estruturação do negócio. Apresentava-se, assim, a constituição de famílias-unidades produtivas, de controle vertical masculino, no entrelaçamento dos valores financeiros, produtivos e afetivos. Sustentamos a hipótese de, no contexto porto-alegrense, esse fato ser uma invenção posterior às épocas analisadas por Margareth Rago; isto é, posterior aos anos 60. Nesse mesmo marco, como já vimos, adquire sentido a proeminência de “programas” rápidos e relativamente impessoais, nos quais a conjugalidade não se colocasse em risco. A divisão intra-subjetiva de “puta” e “prostituta” corporificadas pela esposa/trabalhadora, bem como a intensificação das suas diferenças, eram centrais para esse sistema de produção/mercado. Especialmente na experiência de camadas populares e de tradição rural, como a Dete e a Janete nos mostram, existia uma relativa familiarização com a prostituição, que antecedia, acompanhava e superava a conformação de um novo casal/empendedor.

Pelo menos nos casos estudados e em outros referidos, esquemas de tráfico ou exploração



não foram protagônicos nem determinantes no ingresso ou permanência dessas mulheres na prostituição. Quiçá a história da Soila seria a mais próxima de tal lógica. Justificativas constantes do senso comum para explicar o fato de uma mulher fazer-se prostituta, tais como pobreza extrema, estrutural dominação e violência masculina, perda dos valores familiares, traumas sexuais infantis, diluem-se facilmente na aproximação etnográfica às práticas, às narrativas e as trajetórias corporais dessas mulheres. É evidente que o recorte dessa tese é bastante particular a esse respeito, por tratar-se de mulheres que militam pela profissionalização. Contudo, muitas outras mulheres, prostitutas não militantes, foram contatadas, ouvidas e acompanhadas no percurso do trabalho de campo e foram raras as que narraram histórias de evidente e total opressão.

Junto às transformações no erotismo e à difusão da política feminista, observamos a transformação no mercado. Mútua estimulação. A devida independência feminina cria o desejo de uma trabalhadora autônoma, capaz de administrar seu corpo, seu dinheiro, seus prazeres e seu tempo sem a presença dominante de um marido/patrão. Uma trabalhadora antes que uma esposa. Então a contundente e eficaz política da prostituição enquanto trabalho legítimo toma os discursos e as imaginações. O Trabalho Sexual se positiva, no duplo sentido moral e epistemológico. Um trabalho vinculado inicialmente não ao prazer, ao gosto, à eleição livre, mas à resolução de necessidades básicas, ao dever maternal e cidadão (impostos, dar-se bem, produzir, maternidade), e à força de resistência feminina perante as iniquidades econômicas e sexuais.

Asexualidade e o erotismo da trabalhadora, sem dúvida sempre presentes, só recentemente começam a emergir com força como uma positivação cultural e política. Uma quebra geracional, protagonizada por mulheres nascidas na popularização do pensamento feminista, na era da AIDS e dos direitos humanos no hemisfério sul, na difusão das experiências homossexuais e dessa hipervisibilidade erótica antes mencionada, na expansão dos mercados e lógicas de trabalho, na “democracia” e na ação crescente das organizações políticas de prostitutas. A ideia dos trabalhadores autônomos, do trabalho em casa, da micro-empresa Vs. o trabalho assalariado, se difunde no mundo urbano ocidental nos últimos vinte ou trinta anos (Castells, 1999). Então no discurso desta militância, a prostituta será, ao mesmo tempo, uma mulher/sujeito sexual e erótico e uma empresária de si, que trabalha por gosto, por opção, e consegue vincular o prazer ao trabalho. Uma oferente de serviços que agora pode (ou precisa) atender clientes que queiram namorar, sair, dançar, paquerar, seduzir e, reciprocamente, oferecer o seu potencial sexual para a satisfação da não-só-trabalhadora.

Nesse marco todo, a instituição familiar, como eixo do negócio do sexo, perde parte do seu poder. Seria uma ilusão afirmar que desaparece. Nem pelo lado da existência dessa figura singular de marido/cafetão, nem pelo lado da justificativa do “mal necessário” para o bem-estar familiar. Mas outras formas de mercado/produção entram em jogo e, como é distintivo do século, o consumo se diversifica, sofisticada e intensifica. Seja sob o nome genérico de “mercado” (Piscitelli 2005) ou o mais específico de “indústria” (Agustín 2005, 2007), o certo

é que a ideia do sexo como negócio, como matéria-prima de importantes ganhos, expande-se exponencialmente nas últimas décadas do século XX. Seria um erro pensar que é uma invenção recente, sequer que é uma invenção do século passado, pois tal difusão e intensificação teria suas raízes na invenção da pessoa e da sociedade burguesa (Foucault 1988, Duarte 1999, Gilfoyle 1999)<sup>186</sup>. Porém, parece-me que as formas e os níveis, bem como as dimensões de tal difusão e intensificação, constituem um fenômeno bastante especial. Não só muito mais pessoas participantes, maior abrangência nos produtos e serviços, maior intensificação dos prazeres, mas também uma enorme visibilidade sugeririam certa afirmação (conflitante e relativa, é verdade) de positividade moral dessas experiências<sup>187</sup>.

Um elemento central na lógica analítica desta tese, e que assim como gênero se destaca quando nos aproximamos a qualquer uma das dimensões, é a categoria família. Desde análises como a de Simmel (2006), a ideia de família e as práticas do parentesco, ocupam um lugar central na reflexão sociológica e nas políticas da/sobre prostituição.

Como vimos no corpo da tese, e como a literatura especializada nos mostrou, por um lado “a família” hegemônica tem vivenciado intensas transformações nas urbes ocidentais, ao tempo em que formas não hegemônicas de família têm encontrado espaços importantes de visibilidade e positividade, e a própria ideia acadêmica de família, como unidade universalizável, entra em crise (ver Parte I)<sup>188</sup>. Porém, na ordem das políticas públicas e das políticas da intimidade, no mínimo, ao redor da prostituição feminina, a ideia de família, a necessidade da família, a família como categoria de fundamentação social e como justificativa da experiência moral, continua sendo central. Acolhem-se, como bem analisa Butler (2003), as diversificações, modulações, torções e transformações dos arranjos familiares, mas a legitimidade social está imbricada solidamente ao desejo de constituição de família. À sua proteção.

Por tal razão, as transformações no erotismo, no negócio do sexo, nas formas de produção e de trabalho, estão limitadas/estimuladas por essa força política. Se antes em Porto Alegre ser esposa/trabalhadora parece-nos que foi central na experiência de ser prostituta, hoje isso

---

186 Os trabalhos históricos de Guy (1991), Kushnir (1996) e Rago (2008) mostram claramente a existência de redes nacionais e transnacionais organizadas ao redor da comercialização do sexo, já nos últimos anos do século XIX.

187 No seu artigo “A morte de um gigolô” (2004b), Fonseca adverte sobre o costume de interpretar a prostituição desde a “transgressão”. A autora questiona fortemente tal postura. Mais adiante, sua discípula, Elisiane Pasini, tentará dar continuidade a essa hipótese que descentra a transgressão (Pasini, 2009). É interessante, por outro lado, observar a persistência, o interesse de outros pesquisadores (como sem dúvida é o meu caso) na hipótese transgressora; o recente livro “Prazeres Dissidentes” é um bom exemplo (2009). Ele é um bom exemplo da abrangência e multiformismo da “indústria do sexo”, pois, ainda que seu objeto sejam práticas sexuais urbanas contemporâneas, e não a dita “indústria”, muitas das experiências ali descritas e analisadas estão atreladas a formas de mercado/produção comercial.

188 Sobre as aproximações feministas ao estudo da “família”, ver Fonseca, 2007. “‘A família’ não deixa de ser apreciada enquanto um valor de importância crucial para muitas pessoas. Porém, fica acordado que usar essa “categoria nativa” como termo analítico encerra certo perigo. Arrisca criar uma confusão que coloque a ciência a serviço das verdades conservadoras do senso comum. Assim, em vez de ser concebida como unidade natural, “célula básica” de qualquer sociedade, e instituição chave para a saúde mental de todo indivíduo, ‘a família’ passa a ser analisada como uma noção política e científica historicamente situada” (16).

certamente não é tão importante. Aliás, hoje se valoriza a independência financeira e afetiva. Mas a existência da família conjugal como bem presente ou potencial não impedido nem orientado pela prostituição, e, principalmente a responsabilidade da maternidade, com muita dificuldade se colocam no centro das vontades. São signos de “normalidade” social. Entre esposa e prostituta, as relações têm variado significativamente, têm se juntado, fundido, distanciado novamente, aliado; mas continuam sendo duas posições intensivamente diferenciadas e, portanto, inimigas.

Finalmente, na ordem específica das políticas ao redor da prostituição produzem-se transformações importantes. Quando as quatro protagonistas desse trabalho entraram na prostituição, entre os últimos anos 70 e os primeiros 80, não existia no Brasil, e no mundo era muito recente e restrito, um movimento que reivindicasse a prostituição como um espaço possível de legalidade. As prostitutas não eram sujeitos políticos. No Brasil a política nacional era dominada pelo espírito militar conservador, e os movimentos sociais, de esquerda, de direitos humanos, encontravam-se frágeis ou reprimidos. Os movimentos de mulheres eram também incipientes (Bonetti, 2009). Então a prostituição feminina era violentamente controlada por forças masculinas de dominação, e uma aliança perversa entre maridos e policiais se fez evidente. Uma perspectiva familiarista fortemente assimétrica em favor do pólo masculino. Sistemáticos e cruentos atos de violência física (mortes, torturas, prisões) foram cometidos contra as mulheres prostitutas com a participação direta ou a complacência do Estado.

Tal situação, tais mulheres, deram origem ao movimento político da categoria, que nos anos seguintes lutaria pela proteção dos direitos humanos das prostitutas e, enfim, pela constituição legítima de um sujeito político (identitário) “prostituta”. Com a transição à democracia, os movimentos políticos e sociais vinculados aos direitos humanos se fortalecem no país, ao tempo que os movimentos relacionados com gênero e sexualidade crescem e assumem papéis centrais na política brasileira com o início da epidemia da AIDS. Um espírito civilista internacional, que depois se transformará, por exemplo, nas lutas pela laicidade do Estado, começava a fazer parte dos ares da época. Porto Alegre se construía, aos poucos, como um grande referente internacional de democracia socialista, laboratório exemplar do Partido dos Trabalhadores, e, depois, capital emblemática dos “outros mundos possíveis”.

Uma política da “cidadania” se institui, massifica e penetra a prostituição. “Cidadania” liberal, democrática, familiarista e individualista a um tempo só, fortemente comprometida com a saúde, a produtividade e a lei. Entre o final da ditadura e o início da democracia, acontece uma limpeza física da prostituição que a transformará, para muitos, no legitimável “trabalho sexual”. A limpeza dos seus territórios, formas e conexões mais “escuras” possibilitou sua inserção nesse novo mundo da modernidade civil, mercantil e espetacular que surgia na cidade após a ditadura. Sabiamente, a aliança entre o Programa de AIDS e as prostitutas organizadas construiu, por um lado, uma forte estratégia de contenção da epidemia e, por outro, mais um caminho de legitimação social para elas. Então a violência contra elas não é mais a mesma nem é mais sustentável, e uma onda discursiva de diminuição do estigma é favorecida por essas mudanças.

O movimento da categoria cresce e se fortalece política e midiaticamente no Brasil numa onda maior de movimentos pela “identidade” e os direitos humanos. Projetos de lei para a legalização e a regulamentação de experiências sexuais e de gênero, assim como para a legitimação trabalhista da prostituição são discutidos em diversos países do mundo. Prostitutas conseguem acessar a espaços de discussão, tomada de decisões e controle de políticas públicas... enquanto por volta dos anos 2000 uma nova onda conservadora se erige no mundo (Correa, Petchesky, Parker, 2008). Na atualidade, no Brasil, uma importante força internacional de espírito abolicionista se faz presente nas discussões políticas sobre prostituição através da aliança dos movimentos “anti-tráfico” e de ONGs de “resgate”<sup>189</sup>. Como é mostrado insistentemente por diversos autores referidos no corpo do texto, tal força, antes que combater uma ou outra forma específica de transação sexual, configura-se como uma força biopolítica que tem na definição e no controle do gênero (da sexualidade, da mobilidade, da cidadania, dos parentescos femininos) seu epicentro (Jo, 1997).

É nessa ordem de relações que a prostituição feminina aparece então como um “âmbito de eficácia” para as relações de gênero, no qual manter-se em guerra, ser guerreira e avulsa parecem ser ações fundamentais.



189 Ver por exemplo pesquisas como “Pestraf” (Leal e Leal 2002) e “Tráfico na tríplice fronteira” (Hazeu, 2006). Sobre o avanço no Brasil desses discursos e suas formas de construção de conhecimento, ver: Grupo Davida, 2005 e Piscitelli 2008.

## 2. PUTARIA E PODER: máquinas de guerra

Usando-nos de Foucault como matriz interpretativa, víamos um Estado agindo com seus exércitos completos, acumulativos, históricos e justapostos: direito régio, soberania, direito à morte, repressão... mas também disciplina, sexualidade, cuidado de si.... e, finalmente, o direito à vida, organização populacional, estímulo da organização, o Estado “em defesa da sociedade”. Trata-se, como dizíamos, de uma tecnologia biopolítica de gênero, em que os interesses das mais diversas origens confluem, e que encontra na existência eternamente punível da categoria moral prostituição/putaria uma ferramenta útil para a estimulação, por oposição imagética, da existência de certas noções de pessoa, de gênero, de família, de trabalho consideradas boas, decentes, honestas, saudáveis... (Foucault 1988 e 2008)<sup>190</sup>. Nas palavras de Deleuze e Guattari (2008), a “forma-Estado”, o “juízo de Deus”, que se constrói a partir do controle, da produção exógena, absolutista, dos interstícios. Aliança entre Estado e “a sociedade”, dirão elas até o cansaço, com o ressentimento de quem já padeceu no sangue a tirania da moral e do costume.

Essa relação entre Foucault e Deleuze/Guattari, que acompanha o conjunto da tese, vai ao encontro do assunto das perspectivas e dos múltiplos agenciamentos. A lógica das perspectivas relativamente autônomas (como foi sugerido por Strathern) encontra-se com a lógica foucaultina da microfísica do poder e dos princípios de não localização e não essencialização do poder. O poder não pertence ao Estado nem a nenhum corpo como valor absoluto. O poder se exerce, circula, é temporariamente apropriado (Foucault 1988, 1998, 2008). Nesse sentido, na História da sexualidade o que Foucault mostra é como, de que maneiras, esse poder se transforma, se faz emoções, se corporifica, tendo tanto nos corpos dos burgueses quanto dos camponeses, dos homens quanto das mulheres, seus espaços diferenciados de performance e recriação, e tendo tanto em uns como em outros, operadores estratégicos de difusão e resistência.

A condição de possibilidade do poder (...) não deve ser procurada na existência primeira de um ponto central, num ponto único de soberania de onde partiram formas derivadas e descendentes; é o suporte móvel das correlações de força que, devido a sua desigualdade, induzem continuamente estados de poder, mas sempre localizados e instáveis. (...) ...o poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada (1988: 89).

Não existe um poder que não seja na carne relacional dos sujeitos específicos de um tempo e um lugar. Como se aprecia bem no trecho citado, poder e desigualdade estrutural devem ser lidos de maneira conjunta, pois a relação dos diversos sujeitos com as operações, máquinas e agenciamentos de poder será relativa a suas posições estruturais (Bourdieu desenvolverá largamente essa linha de pensamento). O poder não se distribui equitativamente, vamos dizer, como é evidente no conjunto da obra do Foucault. Ele, partícipe como era das discussões

---

190 Josephine Ho demonstra de maneira muito interessante como no Taiwan contemporâneo, o discurso anti-tráfico e anti-exploração de menores alimentou e radicalizou não só um discurso anti-prostituição, mas um discurso de “disciplina social” para a gestão de ‘boas mulheres’. “...the target of the new law was no longer just trafficking or prostitution that involved minors, but *any kind of sexual contact with (or even between) juveniles*” (2005: 89).

sindicais e de outros movimentos políticos da esquerda francesa, não aposta nessa leitura do poder numa ingênua simetriação das forças, mas, “simplesmente”, na compreensão do poder como força potencialmente flutuante, matéria imanente dos sujeitos.

Perspectiva não é igual a poder. Nem o poder é a única e hegemônica perspectiva, potência ou condição de fluxo, como Ortner (1996) nos lembrava anteriormente com relação ao lugar da “opressão” nos estudos de gênero. As linhas de força são múltiplas. Terence Turner (1994) na sua crítica à obra de Foucault, do mesmo modo, na mesma terra e ao mesmo tempo em que Ortner fazia com a antropologia feminista, denuncia a centralidade “do poder” como categoria explicativa das relações e das transformações sociais.

Parte do problema é que Foucault erra ao não diferenciar entre os qualitativamente diferentes tipos de eficácia nas relações sociais: “poder” é um modo de eficácia, mas influência é outro, apelar a valores compartilhados ou compromissos é outro, e sedução é ainda outro. Todos têm seus discursos respectivos, e seus modos específicos de resistência. Essa é outra forma de dizer que as sociedades não são nunca simplesmente sistemas de controle repressivo mantidos pelo poder, mas envolvem a pluralidade de modos de obter consentimento e conformidade, assim como também de formas de resistência. (1994: 42. Tradução minha).

Mas o autor não consegue fugir da conceitualização foucaultiana mais dura de “poder” (Poder, com maiúscula). Sobre eficácia, e aqui voltamos ao início, Strathern nos ensinou que é um assunto de poder. Não do poder do Estado, nem do poder estratificador que parecia espantar os antropólogos estadunidenses de fins do século XX, mas da capacidade da sociedade ou do sujeito de impactar na experiência do outro, na capacidade de apropriar, de ganhar e de produzir ou transformar corpos e memórias. Seduzir, vimos até o cansaço, é um exercício de poder. De poder fazer, de eficácia. Mas esses trabalhos de Turner e de Ortner nos lembram bem, como Strathern em outros termos, de não ler essas tensões de perspectivas, matéria corporificada, como, exclusivamente sendo entre Poder (Estado) e resistência. Há muito mais forças e relações correndo nas carnes das nossas protagonistas, e a transformação e reinvenção desses seres-no-mundo é permanente. Corpos indóceis em fuga e “re-territorialização”<sup>191</sup> constante.

Michel Foucault dedica seu Curso no Collège de France do ano 1975-1976 a levantar a hipótese da “guerra” como analisador das relações de poder (Foucault, 2008). Distancia-se de Hobbes (soberania e Leviatã), distancia-se de Clausewitz (política como espírito base), pergunta-se sobre os limites do que se entende por guerra e reflete sobre suas dicas metodológicas para pesquisar o poder (aquelas que ocupam largamente *Vigiar e Punir* e, posterior ao curso, *A Vontade de Saber*). Pensa a guerra como um confronto perpétuo de forças, como a política que funda a paz, como a base, em últimas, do poder. Ao contrário de Clausewitz, para Foucault “a política é a continuação da guerra por outros meios” (2008: 22-27).

“Combate perpétuo” é a mesma ideia lata de Deleuze e Guattari nos Mil Platôs (2008). Foucault hesitou na afirmação definitiva da guerra como balizador das relações de poder.

191 Na lógica de Deleuze e Guattari as forças de estratificação (Deus, Estado) investiriam pesadamente na “territorialização” dos corpos, dos devires, dos fluxos. Isto é, na sua cristalização. Forças de “des-territorialização” se lhes opõem. É a lógica do “corpo-sem-órgãos”, da fuga. Mas, posteriormente, e devido à prudência, os corpos desterritorializados tentariam experiências autônomas e coletivas de “re-territorialização” (Deleuze e Guattari, Vol3, 2008).

Poucas respostas e muitas inquietudes, depois daquele curso vieram os três volumes da *História da Sexualidade* e o *Nascimento da Biopolítica*. Talvez a guerra tenha sido abandonada, talvez convertida em *biopolítica*, e Foucault acaba traçando um *continuum* entre guerra, biopolítica e dominação. Usa alternadamente os termos poder e dominação para situar a ação da política. Isto é, o confronto de forças nasce desmanchado, nasce torto, nasce resolvido, pois a guerra seria o Poder, não uma luta pelo poder ou pela circulação do poder. Foucault pensa nas grandes guerras europeias, nas guerras de religião, no nazismo, e se em alguma parte, em alguma carta referida por algum dos seus alunos (Foucault, 2008 (Anexo “Situação do curso”): 340) diz que pensa no Che, que pensa nos Black Panthers, em Rosa Luxemburgo, o certo é que na sua conceitualização é o grande Poder, o grande Estado que é o mobilizador da guerra.

O interessante é que no início do curso, na primeira aula, Foucault constrói como base dessa guerra um confronto de saberes (2008: 3-22). Entre saberes consagrados, régios, os grandes saberes arqueológicos, digamos, e o surgimento “nos últimos 10 ou 15 anos” de “saberes sujeitados”, saberes “menores” (usando a ideia de “menor” e “minoritário” de Deleuze e Guattari), entre os quais inclui, precisamente, o *Anti-Édipo*:

Penso em várias coisas, na estranha eficácia, por exemplo, quando se trata de travar o funcionamento da instituição psiquiátrica, do discurso, dos discursos, muito localizados, na verdade, da antipsiquiatria (...). Penso igualmente na estranha eficácia dos ataques que ocorreram contra –digamos– a moral ou a hierarquia sexual tradicional (...). Penso ainda na eficácia dos ataques contra o aparelho do judiciário e penal (...). Penso igualmente, e mais precisamente ainda, na eficácia de alguma coisa –nem sequer me atrevo a dizer de um livro– como o *Anti-Édipo*, que praticamente não se referiu a nada mais que à sua própria e prodigiosa inventividade teórica; livro, ou melhor, coisa, acontecimento, que conseguiu deixar rouco, até na prática mais cotidiana, esse murmúrio, por tanto tempo ininterrupto, que passou do divã para a poltrona. (2008: 8-10)

Esses saberes sujeitados, na sua emergência insubmissa (porque, como ele diz, emergem sem pedir permissão, incompletos, sem serem balizados, homogeneizados, coroados por uma ciência) são os que detonam a guerra, são os que fazem o confronto ser confronto, quebrando, talvez, a “paz concedida”. Lembremos que é no *Anti-Édipo* que Deleuze e Guattari começam a imaginar a guerra e as máquinas de guerra que continuaram a desenvolver nos *Mil Platôs*. Mas alguma coisa acontece, e Foucault volta ao grande Estado. E isso não deixa de ser inquietante, porque ele nos adverte incansavelmente que o poder não é detido por ninguém, que se exerce, que circula, que funciona, capilarmente... ele nos lembra de fazermos leituras difusas e ascendentes do poder. Porém, a igualação Poder-dominância-Estado triunfa. Mesmo que se dilua nas mil formas dessa dominação, nos dispositivos “infinitesimais”, mesmo que não seja descendente (mas ascendente), que não seja na lógica da soberania (mas da dominação e da disciplina), a energia criativa do autor está sempre ao encontro do grande e dominador Poder. Sempre ao encontro dos aparelhos do Estado: prisões, dispositivos, ordens classificatórias, estratégias de controle populacional.

Então, se, como diz Deleuze, Foucault quebrou a cumplicidade que o marxismo tinha com a centralidade do Estado (instituição) enquanto detentor absoluto e externo do poder (Deleuze





1988: 33-40), parece-me que fortaleceu uma cumplicidade com o Poder (especialmente um poder ocidental modernizador) como força máxima de relação ou de produção. É nesse lugar, parece-me, que a proposta de Deleuze e Guattari se instala. Antes do que numa crítica a Foucault, na observação/imaginação/construção barroca do outro lado da lua; do poder em minúsculas. Se o primeiro investiu em apresentar de maneira cada vez mais detalhada e sofisticada as formas, mecanismos, mutações do Poder, os outros optaram por aprofundar e estimular as “máquinas-de-guerra”, as múltiplas e consistentes formas em que indivíduos e coletivos humanos fogem, desterritorializam-se, lutam “molecularmente” contra -ou simplesmente operam em outro registro que não o de- as forças de controle, dominação, estratificação, a “Forma-Deus”. (Deleuze 1988: 132-142). Trata-se, então, de poderes fugitivos<sup>192</sup>.

Então está o Estado, sim, e sua aliança “em defesa da sociedade”. Mas não se esqueça o outro lado. O que faz dessa história uma guerra, e não uma aniquilação.

Não se esqueça que a brutalidade operada pelos científicos na pesquisa “Corrente da Saúde” foi, também, resposta a um ataque (o silêncio, a ausência, o menosprezo da promessa de “cidadania”), e que sua eficácia foi, até o final, esquartejada. Não se esqueça que a consistência do aparelho do Estado, nas mãos da Secretaria de Segurança do Rio Grande do Sul, foi rachada não só pelo movimento organizado das prostitutas, mas pelas suas movimentações desorganizadas (desorganizantes), pela sedução incorporante e pelas alianças estabelecidas como os soldados inconfidentes. O que os investigadores clínicos avaliaram como ineficácia dos movimentos pode ser lido também como uma terrível eficácia na fuga do Estado. Aquele “em off” do Oficial é a capilaridade do poder, pois não é qualquer um que se autoriza a emitir um *off*; contudo, é nessa “emissão” também que a soberania e a disciplina se desmancham... é no *off* do *off*, no silêncio teimoso das putas que não falam nem para o NEP nem para o Estado, nos seus sussurros gozosos nos ouvidos dos soldados, das colegas e dos clientes (em contraposição atenta ao escandaloso *off* do Oficial) que a guerra acontece.

Onde eles liam cuidado da saúde, as outras leram controle sanitário ou perda de tempo. Quando às vezes o movimento sonha cidadania, legalidade e bem-estar, as putas avulsas podem sentir sujeição, entrega, controle. E isso que para o Estado era “incentivo” e troca, para elas pareceu ser agressão e apropriação xamânica (dos fluídos). “Máquinas de guerra” que têm na amizade uma das suas armas mais poderosas.

É o surgimento organizado e desorganizado de corpos indóceis, de “saberes sujeitados”, que fazem e se fazem na guerra. Vemos no trabalho de campo, entre narrativas de trajetória e horas nas esquinas, salas e bordéis, uma multiplicidade estonteante de fluxos desejan-tes femininos (para assumir a lógica deleuze-guattariana, que também seduziu a Rago (2008)). Uma

---

192 No livro *Imperio*, Negri e Hardt (2001), elaboram uma perspectiva de biopolítica que termina sendo oposta à conceitualização foucaultiana. Para eles, uma força biopolítica encontra-se também como fluxo vital; isto é, não só como o discurso do Estado sobre a vida, mas como os conjuntos e sistemas de movimentações e lutas sociais libertárias, a conexão do trabalho com a criação e a vitalidade. Nesse sentido encontram-se alguns pontos de encontro e contato entre a proposta desses autores com as provocações deleuze-guattarianas. Sobre “biopolítica” ver também o livro *Vendimia: biopolítica y ecosocialismo*, de Libardo Sarmiento (2002).

multiplicidade de experiências de gênero, de sexo, de trabalho, classe e cidadania que se pensa como à margem de discursos sociais hegemônicos (camadas médias, estado, masculinidades e feminilidades prestigiosas), que encontram lugar no guarda-chuva chamado prostituição e na materialidade desses corpos (de homem ou de mulher), dessas roupas, dessas práticas, desses territórios. Fonseca (2003b) nos chamava a atenção sobre a impossibilidade de qualquer exercício classificatório, de captura, quando nos aproximamos cientificamente à prostituição. “Ser avulsa”, como a Nilce sabiamente chamará, é a virtualidade latente. O fogo fátuo da *putaria*, um devir puta em oposição a ser univocamente mulher “do lar”: não por essencialidade nenhuma, mas pela vigência da própria oposição.

De modo mais geral, toda organização ‘dissidente’ da libido deve assim compartilhar de um devir corpo feminino, como linha de fuga do *socius* repressivo, como acesso possível a um ‘mínimo’ de devir sexuado, e como última tábua de salvação frente à ordem estabelecida. Se insisto nesse ponto, é porque o devir corpo feminino não deve ser assimilado à categoria ‘mulher’ tal como ela é considerada no casal, na família, etc. Tal categoria, aliás, só existe num campo social particular que a define! Não há mulher em si! Não há pólo materno, nem eterno feminino... A oposição homem/mulher serve pra fundar a ordem social, antes das oposições de classe, de casta, etc. Inversamente, tudo o que quebra as normas, tudo o que rompe com a ordem estabelecida, tem algo a ver com o homossexualismo ou com um devir animal, um devir mulher, etc. (Guattari, 1981: 36).

“Devir puta”, como esse devir e derivar dos michês paulistanos de que nos falava Perlongher (1987), é uma espécie de radicalização do “devir mulher” guattariano. Guattari (1981) identifica esse “devir mulher” com uma força de fuga, não com uma essencialidade eterna, mas como uma relação de forças, como um espaço temporal de poder. Claro, muitas críticas podem chover sobre essa leitura, que não deixa de ser um manifesto apaixonado e incoerente, pois, mesmo negando-o, Guattari sustenta uma relativa eternização do feminino como força, e do masculino como Poder/controlé. Mas sua sedução me é grata, ao encontrar-se com a imagem de “ser avulsa” (feminilidades avulsas). Ser avulsa é isso que Fonseca mencionava anteriormente, não deixar-se colocar, em nenhum dos sentidos nem planos nem escalas, na mesa taxonômica do naturalista. E quando eu pensava que “avulsa” seria um bom nome generalizável, alguma assinava carteira, a outra casava e assim.

É por isso que a ideia da putaria enquanto potência e da puta enquanto devir é tão importante, porque garante a não fixação disjuntiva. Essas mulheres, como as vimos e ouvimos, antes de serem putas em oposição a serem esposas ou prostitutas, são tudo aquilo junto, instavelmente junto. Aprenderam, construíram ou ganharam essas potências todas nas suas trajetórias, descobriram a maneira de usarem mais conectores e menos disjuntores. Há um poder importante na clara capacidade de alternar entre o silêncio fundo e o barulho constrangedor, entre a “obediência das gueixas” e o voluntarismo capitalista, entre a ignorância aterrada e a total esperteza, entre a vítima coitada, a predadora insaciável e todos os seus intermediários. A imagem da puta, como inimiga familiarizada capaz de ser narradora (e não só narrada), as acompanha no mundo e, enquanto tal imagem continue sendo objeto de emoções extremas e opostas, elas continuarão desfrutando dos “âmbitos de eficácia” e das performances de prazer e

de amor que aqui conhecemos...<sup>193</sup>.

A puta: essa imagem de feminilidade marginal, insubmissa e violentamente atraente (por fatal e por frágil) que por séculos, e ora como condição biológica, ora como insuficiência psíquica ou moral, ou como lamentável mas necessário resultado sociológico, se associou negativamente à prostituição<sup>194</sup>.

Mulheres de má vida, meretrizes insubmissas, impuras, insignificantes, o que fazer com essas loucas que recusam o aconchego do casamento, que negam a importância do lar e preferem circular enfeitadas pelas ruas, desnudando partes íntimas do corpo, exalando perfumes fortes e extravagantes, provocando tumultos e escândalos, subversivas que rejeitam o mundo edificante do trabalho, surdas aos discursos masculinos moralizadores e que perseguem a todo custo a satisfação do prazer? (Rago 1985: 85)

---

193 Sem dúvida a guerra gera poder e violência. A guerra sustenta e precisa a experiência dicotômica, a alimenta, e o poder de muitas mulheres prostitutas não consegue em fortalecer-se no seu lado da dicotomia, mas em transitar entre eles. Às vezes de maneira pública e orgulhosa, em um franco ataque aberto, como as nossas quatro protagonistas; às vezes no silêncio das invisíveis, como muitas das que trabalham em “privês”. Por isso raramente vi a uma prostituta combatendo a dicotomização, não só porque seja um produto cultural, mas porque quanto mais fortes e distantes pareçam os pólos, maior será o poder e o prazer de quem os transita. Às vezes, claro, ficamos presos no próprio jogo.

194 Sob o nome de “marginais”, Dolores Juliano juntará a elas as mães solteiras, as lésbicas e as migrantes desacompanhadas, num esforço acadêmico-político de construção de alianças minoritárias em um país, Espanha, onde as condições dessa guerra parecem ser piores do que no Brasil (2006). Juliano, como a Rago (2008), e quiçá como Silva (1993) e Perlonguer (1987), tentam aproveitar os conhecimentos que hoje temos sobre relações de poder, sobre sexualidade e gênero, para, numa postura política libertária e apaixonada, inverter o signo da marginalidade. Isto é, pensar na importância da não acomodação, da construção de linhas de fuga, de corporalidades outras, e de espaços de existência à margem das doutrinas morais, sociais hegemônicas. É uma virada epistemológica e política.

### 3. SER AVULSA: trânsitos, batalhas e seduções (fragmentos)

*Mor ventura não há neste meu fado  
do que mirar teu corpo e usufruí-lo,  
pausadamente, a mão a desvesti-lo,  
saboreando teu olhar de dardos...*

**Quatro sonetos cardinais. Maria da Conceição Paranhos.**

\*\*

- ¿Vamos a hacer un rato bien sabroso, mi amor?

- ¿Y cuánto es?-, diz ele enquanto saboreia sua cerveja Póker encostado no balcão do “Bar Paletará”, na ‘zona’ de Puerto Berrío, Colômbia.

- 20 lucas.

- Ahhh, bien, entonces vamos, pues, pal hotel onde estoy bajao.

- ¿Qué? No, mi amor, vení le hacemos aquí mismo en aquella piecita... vení, bien rico...

- ¡Nooo, mija, que tal! Nos vamos pal hotel... Aquí mismito tengo la moto.

- Ay, no papi, quedémonos aquí...- tenta seduzir ela, com seus olhos azuis e seu decote interminável, mas ele a interrompe violentamente.

- ¡Que no, pues, pero que guevonada... Usted va a onde yo le digo... que la plata es mía!  
¡O entonces no hay negocio!

Ela perde a paciência.

- Pues la plata será suya, hijueputa; pero la chimba es mía. Malparido!- conclui ela quase gritando antes de sair enfurecida do bar.

## **Soila**

“Minha cabeça está mudando nesse convívio com vocês todos... Sinto na pele as mudanças.”

*ahora  
en esta hora inocente  
yo y la que fui nos sentamos  
en el umbral de mi mirada*  
**11. Alejandra Pizarnik.**

Aquela noite, sob o efeito feliz das cervejas, entre gozos não inteiramente gozados e sorrisos brilhantes, Soila descobria, aos quarenta belos anos e num quarto de motel, que seu corpo não sabia ficar na cama depois do sexo. Pegou a camisinha frouxa do seu *namorado*, fez o nó devido e pulou rapidamente pro banheiro. Pulou, como faria irremediavelmente nos próximos encontros apesar das petições dele e da sua própria vontade. Sentada no vaso, com a luz acesa e o fumo do cigarro saindo pela janelinha, não sabia o que fazer com o terrível silêncio. Não podia ir embora, nem ficar eternamente ali. Mas por que pular?

Não sabia do que falar quando o assunto estava feito. Viu-se sem palavras, na frente de uma outra natureza cujas leis e sentires ela não conhecia. Primeiro pulou da cama, a primeira noite e a segunda e as seguintes. E não era algo que ela buscasse, não era um ato sobre o qual ela tivesse o menor controle. Pular da cama e ir pro banheiro enquanto Pedro olhava inquieto eram um ato reflexo, uma ação natural à qual seu corpo obedecia. “Ô, Soila, por que é que sempre que a gente termina de fazer amor tu pula e vai pro banheiro? Fica aqui um pouco.” Aquilo que fazia era “amor”: e só veio um medo maior. Então, fez um esforço para não pular; um esforço por inventar palavras agradáveis e contar até vinte, até quarenta, até cem antes de pular; contar piadas que disfarçassem as ansiedades, um esforço por se deixar impregnar de um universo alheio.

Seis meses depois, tão apaixonada quanto apavorada e confusa, pulou da vida de Pedro, não sem reconhecer a certeza do seu novo corpo. De que uma vida outra esperava para ser desbravada. “Cai nesse mundo de paraquedas”

\*

Depois de voltar de Julho de Castilhos (município em que se refugiou depois da fuga), Soila batalhou na sala da Dona Verinha. Além de ser um espaço para trabalhar, servia-lhe de refúgio ante a caçaria do Mimoso. Pelo menos uma vez por semana, durante vários meses, Soila e eu nos encontramos lá. Foi ali que acompanhei em tempo real as narrativas e desabafos sobre a história com o Pedro.

Ali conheci a Jadim e a Manu, de 26 e 27 anos, as duas moças que batalhavam junto com Soila na sala. Ali fomos aprendendo, Soila e eu, outras formas interessantes de namorar, de ser prostituta, de ser mulher, de ser homem, de ser. E eu, sem querer nem saber, virei *mormaço* e descobri, na própria carne, a poderosa força de sedução que essas mulheres são capazes de operar. Foi nesse lugar que senti, pela primeira vez e com toda a contundência, a estupidez do discurso que assume a prostituição como, sem exceção, uma prática para enaltecer o prazer e a



existência masculina. Soila, Jadim e Manu me permitiram conhecer as cuidadosas estratégias da performance erótica e os fios que elas delicadamente operavam e que faziam do homem uma presa. O desejo masculino era apenas um veículo para a satisfação dos próprios. Por outro lado, permitiu-me evidenciar diferenças geracionais e de trajetórias de profissionais que por momentos pareciam infranqueáveis.

Jadim e Manu terminaram o segundo grau. Jadim não bebia álcool nem fumava, era casada com um pedreiro da sua idade que sabia da sua profissão e tentava não tirá-la dessa vida nem viver dela. Tinha três filhos, mas com ela só morava o mais novo, filho do pedreiro. Os outros dois estavam com o pai. Manu era solteira, sem filhos, coquete total e “bem puta”. Recorreu grande parte do Brasil como *garota de programa*. As duas já moraram fora de Porto Alegre, haviam namorado e morado com outras pessoas, e feito sua vida sexual antes, dentro e à margem da prostituição. O primeiro orgasmo da Manu foi com um cliente, em Salvador. Jadim falava menos, fazia mais pose de mulher casada, mas mantinha relações com clientes que, evidentemente, transpassavam o limite do *programa*. “O que acontece é que eu uno o útil e o agradável, entende Miguel?”. Essa frase de Jadim é muito presente nas conversas com as mulheres mais novas. Com muita frequência elas falavam sobre suas gozadas na sala, Soila ria sem comentar.

A maioria dessas mulheres que hoje estão entre os 20 e os 30 trabalham nas salas de prostituição no horário diurno ou em algumas boates noturnas. Muitas delas estudam ou economizam para estudar, alternam o trabalho sexual com outros empregos, algumas têm maridos(as) ou namorados(as), outras moram sozinhas ou com seus pais e filhos. A Preta, 30 anos, morena alta e muito atrativa, que batalha na Garibaldi, também “administra” as mulheres do seu irmão, tem um filho de seis anos, recém casou com um *velho* e foi morar na zona sul, tem alguns clientes fixos que aprende como “tratar com mais prazer, carinho e respeito”, e estuda Jornalismo em uma faculdade particular.

Casadas que abandonaram seus maridos para voltar *à vida* (!!!), que casaram de novo e um ano depois voltavam porque não aguentavam mais as restrições do marido ou a excessiva monogamia. Mulheres que aprenderam que é possível *dar de graça* ou quase de graça quando o cliente é um “gatinho”; que é possível ter relações nas quais os limites do negócio, da amizade, do prazer e do amor não são muito claros. Era nesse universo que a Soila voltava à batalha, que voltava à vida sexual ativa, a ser uma solteira cheia de medos e vontades que se atrevia a sair e beber e dançar com um “cliente da casa”.

Nessa sala estive quase um ano. Depois passou por boates de amigas tentando arrumar um novo ponto de batalha. “Mas não adianta, Miguel, eu sou da rua”.

\*

No dia 14 de setembro de 2006 eu conheci a Soila, que nesse mesmo dia me contou pela primeira vez sobre o Pedro (com quem estava começando a *namorar*) e sobre esse reflexo de *pular da cama*. Mas também trouxe à tona uma complicação que estava sentindo e que até hoje está sem ser resolvida: não conseguia apaixonar-se. Ela dirige o carro do NEP (é a única, além

da Tina, que tem carteira de motorista), do seu lado está a Janete e atrás Paula (voluntária) e eu. Mal começo minha relação com elas e sou convidado para uma intervenção nas boates que ficam na estrada entre Porto Alegre e São Leopoldo. Estamos voltando, depois de ter visitado umas cinco ou seis boates. É perto da meia noite, vamos primeiro a Canoas para deixar a Janete em casa, e depois para o Centro.

Então Soila, que informada pela Janete da minha pesquisa (sexualidade) havia começado a me interrogar e a me falar das boates visitadas, arruma o espelho para contatar meus olhos e começa a me oferecer uma conversa que, palavras mais palavras menos, provocou esta tese inteira. Ela perguntava por quê? Por que do pulo? Por que do não se apaixonar? Por que seu corpo...?

Com o Pedro, Soila voltava a um sexo que se chamava amor. Depois de três anos sem sexo (não sem fazer programas), depois de quase trinta anos mantendo relações sexuais só com um homem. Apesar das dificuldades da inexperiência e dos ritmos e fazeres que havia incorporado com tanta força, o sexo veio no seu corpo com uma intensidade que ela não imaginava. Não sabia o que fazer com isso. Mas está aí. “Não esperava isto ser assim... a Sônia<sup>195</sup> é tudo sedução, tudo controle e não gosta muito do sexo, mas esta Soila é intensa... Ai, Miguel, não imagina... é muito mais faminta do que eu imaginava...” Pedro não era um *trouxa*, pelo menos ela não queria imaginá-lo assim, e aquilo que faziam na cama não era um *programa*, era sexo... e, segundo ele, amor. Assim, de um jeito similar ao que pode acontecer com mulheres não prostitutas, casadas e fiéis durante muitos anos (porque antes de mais nada, era ela isso), quando Soila se encontrou com Pedro, encontrava-se apenas com o segundo ou terceiro homem da sua vida. Isso complicava tudo, abria a possibilidade (obrigação?) de sentir, de se apaixonar.

Soila foi aprendendo a fazer algo assim como namorar. Botou nisso um grande esforço. Começaram a sair para jantar, conversar por telefone e a fazer um sexo em que os dois eram “agências” possíveis. Nunca se falou de amor, nunca se declarou apaixonada, mas gostava tanto de passar tempo com ele que de uma vez a cada duas semanas passou a ser uma vez por semana e depois duas vezes por semana para se ver e depois três e daí a recebê-lo na sua casa todos os dias ao sair do serviço até que, seis meses depois, ela teve que deixá-lo, e ele insistir-enquanto-voltava-com-a-esposa, e ela confirmar o fim da história. “Não foi medo... –diz ela irônica- eu fiquei apavorada. Era o primeiro homem depois de tanto tempo, e era tão bom”.

“Se um homem te diz que está se separando, é hora de ir embora”.

Ele, claro, não sabia que ela tinha sido prostituta de rua nos últimos vinte-e-tantos anos da sua vida, que tinha pelo menos quatro clientes fixos que, por sua vez, não sabiam uns dos outros. Para não assumir riscos nem com o ex-marido/patrão nem com o *namorado*, passava oito horas por dia na sala de prostituição da Dona Verinha, no centro de Porto Alegre, de minissaia e batom carmim. Foi descobrindo, ou construindo, inventando, uma diferença sutil, mas contundente, entre um cliente e Pedro: não transava e saía com ele com a intenção de

---

195      Sonia é o nome dessa outra mulher prostituta. Nome de batalha durante toda sua história.



ganhar vantagens materiais; porém, ganhá-las fazia parte irrevogável do dar. Mas as mudanças não terminaram aí.

\*

No dia 17 de abril de 2007 vou, como de praxe, passar umas horas na sala da Verinha. Havia virado meu campo principal. Soila não está, fato que não é estranho porque ela nem sempre chega cedo e nem sempre vai. Atitude que exaspera a dona. Mas aquele dia é diferente. Dona Verinha me conta que brigou com a Sô e que ela foi embora. “Voltou pro cafetão”. Eu fico pasmo. Não entendo nada.

No dia seguinte encontro a Sô no NEP. Conta-me, com um brilho excepcional nos olhos, que o domingo estive de *volta na Vida*, foi para a rua, na sua velha esquina. “Foi impressionante, as mesmas pessoas, as camareiras do hotelzinho, moradores do prédio do lado, todo mundo, gastei uma hora só cumprimentando as pessoas. Foi muito bom.” Precisava dinheiro para pagar umas prestações e foi lá... “E nesse sábado vou de novo. – E o Mimoso? Pergunto eu. - Se o Mimoso não gosta, então vamo’ ver o que é que é. Estou cansada de me esconder, não tenho por quê, né?”

“Bah, cara, mas olha esse pedaço de mulher!!!”- Dizia-me admirado um homem jovem uma tarde na que filmávamos a Sô no seu ponto.

Dos domingos foi abrindo aos sábados, quando, no final do ano, ficou sabendo que o Mimoso e a Renata tinham se aposentado. E dos sábados e domingos para algumas tardes de sexta-feira. Da esquina da General Vitorino com Dr. Flores, e na mão da Nilce e da Dete, passou a experimentar(-se) também na Alfândega. Mais uma transformação, pois os códigos, tempos, contatos e formas de batalha seriam outras. Ali está ela, nesta tarde.

\*

No final de fevereiro de 2008, ela reafirmava sua “incapacidade” de se apaixonar, mas as razões e os sentimentos são outros.

- Tem novo namorado, Sô? –

- O Sérgio não é meu namorado, Miguel, é F-I-C-A-N-T-E!!!!!!!, disse reforçando cada letra com um sorriso de orgulho.

Se, seja o que for que a paixão é, apaixonar-se e namorar se constroem como uma impossibilidade para Soila, ou como uma obrigação moral que não quer aceitar, então não será que *ficar* lhe possibilita de modo mais seguro, mas não sem discussões, a fabricação da sua nova sexualidade? “Uma amiga me dizia que isso que eu estou fazendo hoje [ficando] é bem legal, mas que não era pra ser hoje, que era pra ser feito quando eu tinha vinte anos.”

\*

8 de maio de 2008. Caçadora solitária no centro da cidade, já não para fazer uma família, para responder perante um marido/patrão, mas para ela própria. Um homem passa, olha e pisca. Pisca de novo. Ela sorri e a caçaria começa. Ela está com a roupa “normal”, num shopping do centro. O homem volta, para do lado e cumprimenta. Começam a falar, e o cara a convida para se sentarem a beber um café. Ela, rapidamente, avalia as roupas da presa. “Os sapatos, sabe

Miguel? O sapato é uma das primeiras coisas que tu tem que olhar. Não eram chinelos, nem tênis, nem nada disso, eram sapatos de couro, bem engraxadinhos e finos. O cinto... camisa social... Dava pra ver que o cara não era nenhum vagabundo chinelo...” Então sentados por aí em um café o homem pergunta pela razão dessa visível tristeza. Isca-caçadora, a performance da sedução vai atravessando diversos campos. “Homem gosta de pagar, de sentir-se poderoso”.

“Porque eu recém descobri que o meu marido me foi infiel... Pela segunda vez... Tô arrasada...” O cavalheiro sugere tentar relacionar-se com “alguém bem legal...” Experimentar também por fora... Alguém carinhoso... E tal... Que ele também é casado e que está meio cansado. E tal... Que ele gostaria de ter uma história com alguém que fosse legal, mas que não incomodasse, porque sua situação com o casamento. E tal...

- A gente terminou num motel. Eu sentadinha bem triste numa das cadeiras do quarto e ele tentando me animar... Aiiii, foi muito bom...

-E...?

-Óbvio, né, Miguel? Ele tirou uma grana e disse que era para me ajudar. ‘Capaaaazz!!!’ Que não queria que eu fosse pensar que era um pagamento ou algo assim... ‘Imagina, não posso!!!!’ Mas o homem insistiu. “Tá bom, tá bom, eu aceito...”

\*

Sônia e Soila se imaginam como duas mulheres diferentes, corpos com saberes e poderes que nunca se misturaram, que se ativam ou desativam no processo da caçaria, da sedução ou da familiarização.

- Qual é o limite entre uma e outra?

- É quando eu tiro a roupa da batalha. Aí termina a que estava lá na quadra. Entre essas duas tem muita diferença. A que está na quadra é muito mais na maldade para conversar. Não é que nem agora aqui que a gente está num papo bom, sabe? Quando eu estou falando com um homem na quadra eu não estou pensando no que ele está falando, mas no que ele realmente está pensando lá adiante, sabe? Estou sempre desconfiada, sabe? Essa é a grande diferença. E quando não estou lá, não. Posso conversar com outra pessoa na rua, mesmo que seja um cliente, eu não tenho aquela maldade. Que nem aquele dia que eu encontrei esse cara que eu nem me lembrava dele... o primeiro, aqui no Mercado. Depois eu fiquei pensando... Pô, mas eu nem conheço direito o cara... Sei lá, poderia ter acontecido alguma coisa... Eu subi lá pro quarto, lá pra cima, coisa que eu nunca faço... porque lá no hotel tem três andares... aquele onde está a portaria é o do meio... tem o de cima e o de embaixo... E ele pediu para ir lá em cima.... e se eu estivesse vestida de Sônia, não ia lá em cima, eu ficava no meio, porque ali fica perto da portaria, as gurias tão sempre circulando, entendeu? É dessa maldade que estou te falando....

- E então porque foste lá em cima?

- Porque eu estava de Soila, né? .... Lá em cima não é lugar pra fazer programa..... Daí eu pensei, bom, né? te prepara para as próximas, não pode rachar assim. (...) Mas empoderada é assim, ó.... Lá não tem, por exemplo, um homem que chegue pra mim e me diga que quer ir em algum lugar ou que quer ir

supor... Não. É só ali, paga adiantado e é do jeito que eu quero... E aqui, fora, depois daquele dia, eu fui em dois hotéis diferentes... que eles me sugeriram... tá vendo? Como eu tenho que prestar mais atenção nisso??? Porque essa situação vai se tornar muito mais repetitiva. Agora eu conheço muito mais gente e eu tenho que me cuidar, porque eu fico muito trouxa quando não tô na Sônia. O empoderamento é isso... é fazer exatamente o que eu quero...

- E Sô, a roupa ajuda?

- Com certeza, porque a roupa é que chama.... Quando estou vestida pra batalha, eu me sinto uma mulher muito mais poderosa, muito mais mulher, não dá nem pra comparar... Assim [de roupa cotidiana] eu me sinto uma mulher como outra qualquer, sabe? Quando o homem fica me olhando muito na rua eu não entendo... será que tenho a roupa rasgada? Não imagino um homem ficar me olhando por interesse quando eu estou assim.... não entendo... por quê? Lá, na quadra, eu entendo.

(...)

Só que isso é muito perigoso... ... muito perigoso... Porque eu fico muito mais vulnerável fora de lá... e agora vou ter que trabalhar toda minha cabeça do lado de cá.



## *Janete*

*Provo desta maneira ao mundo odiento  
Pelas grandes razões do sentimento,  
Sem os métodos da abstrusa ciência fria  
E os trovões gritadores da dialética,  
Que a mais alta expressão da dor estética  
Consiste essencialmente na alegria.*  
**Augusto dos Anjos .Eu.**

Está radiante, com suas lentes de contato mais verdes do que nunca. É o veranico de maio de 2008. Tem um enorme sorriso no mexer do corpo. Fala de amor, com o orgulho e a emoção de quem, depois de muitas batalhas, volta à escaldante experiência da paixão. Para quem amar é dilacerar. E cada vez que ri ou suspira apertada com a mão seu costado. Dói. É uma costela quebrada. E cada vez que dói o prazer que a inflama se faz maior. Caiu da cama. Da sua própria cama, em uma reação torpe ao ataque amoroso, imprevisto, do seu “namorado”. Os ossos também não são os mesmos de antes.

\*

É tarde de sábado. 3 de maio de 2008. Ela faz cinquenta e três anos e tinha me convidado, na terça-feira no NEP, para passar pela sua casa e cumprimentá-la pelo aniversário. Chove baixinho e cinza. As portas da casa rosa, lá em Canoas, estão fechadas. As janelas também. Bato na grade, chamo. Várias vezes. A porta se abre e antes de a Raquel aparecer, saem acordes de Queen. *Under pressure*. Um minuto depois, a Janete aparece. Sem uma gota de maquiagem, sem suas lentes verdes, com os cabelos completamente desarrumados, uma camiseta preta do Fantasma, calça jeans e tênis. Saiu sorridente. “Miguel!!!!!! Estou completamente chapada!!!!!! Que bom que veio me ver... Passa, passa...”

Lá no fundo, na cozinha, e mais chapado do que a Janete, cumprimenta-me o *meu namorado*. Das pessoas presentes, só reconheço a Raquel, “a traveca” amiga da Janete; não está a turma do teatro, que em geral se faz presente. Aniversário sem NEP nem teatro... No quarto mais próximo da entrada, está Cristiane, a filha mais nova da Janete, agasalhada e embaixo das cobertas trabalhando no seu computador. Sorriso aberto.

Não é a primeira vez que a Janete me apresenta um “namorado”, mas é sim a primeira vez que, na ausência dele, o homem continua sendo namorado e não trouxa, velho, freguês ou, simplesmente, cliente. Ela o olha com verdadeira fome. Aproxima-se, paqueram. É um homem magro, branco, com quase 1e80, de uns quarenta anos, de cabelos pretos, desarrumados, meio curvado, de mãos grandes de trabalhador e um olhar de malandragem que responde ao dela. Um homem que talvez seja pedreiro, motorista, eletricista, “vagabundo” ou que já foi tudo... um homem da viração, pelo que a Janete contará. Não sei bem como foi que eles se conheceram (“é segredo, Miguel”), talvez num meeting do partido ou na cozinha comunitária, talvez no teatro. O fato é que, até a terça-feira, ninguém no NEP sabia.

\*

Naquela terça que me fez o convite, véspera do aniversário, a Janaína, filha mais velha



da Janete, que não mora e nunca morou com ela, foi vê-la no NEP. Nos últimos anos tem se aproximado. Janete está sentada na sua escrivaninha, Janaína na sua frente. Janaína mora com seu filho, de oito anos, na casa da avó materna. Depois de alguns minutos, a Janete pede para a Preta, prostituta e militante recente, fazer um xérox da conta de telefone que a Jana tem na mão. Nilce circula por aí. A Sô, sentada na sua mesa fumando o último cigarro do pacote, pede para a Preta, aproveitando que vai descer, trazer mais duas carteiras de Free. Dete está no médico. Mãe e filha desconversam enquanto o tempo passa.

A Janete decide mostrar uma foto que está na tela do celular. Contra-luz de um homem em pé. Janete diz que é seu novo namorado. Conta que arrumou namorado na semana passada.

–Como é que é?!!, eu disse sinceramente surpreso, pois houve sempre uma narrativa de permanente solidão, de, igual à Soila, “não conseguir se apaixonar”.

Olhamos a foto, não dá para identificar ou saber da sua fisionomia. Soila diz que ela conheceu o cara. A Janete lhe pede para não dizer nada. Não quer contar para ninguém nada mais sobre essa história. Só que saibam que arrumou namorado. -Mas... e Janete, é namorado, *namorado?* (eu com as minhas perguntas e caixinhas!!!) -Namorado. -E já...? -Já. A casa caiu, Miguel, conclui radiante. A Nilce olha maliciosa para os gestos e olhares de mãe e filha, tem um sorriso ténue e perverso nos lábios. Soila fuma. Janaína, visivelmente incomodada, só está esperando o xérox chegar para ir-se embora.

Mas o xérox demora. Janete diz que vai mandar fazer seu bolo de aniversário (não especifica dia nem detalhes da comemoração). Levanta o volume da voz e a disposição cênica, tudo sem sair da sua cadeira.

-É um caralho bem grande. E vou pedir para rechear a ponta toda de leite moça.

-Ahhh, fala sério, diz a Nilce.

-Mas é sério, gurias. Já imaginaram? Partir a ponta, e sair todo esse leitinho no prato... Bota sua língua pra fora e exagera nos gestos de estar lambendo e ficando excitada... -Aiiii, que coisa gostosa!!!! Um gesto muito, muito dela. “Janete, a rainha do boquete” (“eu adooro sexo oral, chupar uma piça bem gostosa, ahhhh!”).

Aí é então que a Jana morre de vergonha. Fica vermelha e baixa a cabeça. Alguns minutos depois chega a Preta com o xérox e as carteiras de cigarro na mão. Janaína foge.

\*

Janete é a mestra no tema da performance e da “atuação”, dimensão fundamental da guerra, da predação, da caçaria e da malandragem. Não só faz “a puta” disposta a personificar as fantasias dos seus clientes, representa a militante que não beija na boca (isso está muito lindo na dissertação da Letícia Tedesco (2008: 98), faz a hippie-artista-cinquentona... e a candidata a vereadora. O seu compromisso com o movimento, seu carisma e seu talento dramático fazem dela uma das porta-vozes públicas mais seguras do movimento. Ela faz algumas oficinas de teatro para as mulheres que frequentam o NEP e cotidianamente está nos ensinando a circular pelo sexo e pela “profissão” desde o olhar mais performático.



Em um pólo do gradiente da performatividade estaria a atuação, no sentido do fingimento, onde os gemidos e o orgasmo são o lugar mais comum. “É naquela hora que tu tem que incorporar a vagabunda, guria!!” Isso mandava Janete sobre a Thais, negra, com cuidadoso look de universitária de classe média, de vinte e nove anos, que batalha faz perto de dez em salas e boates do Centro da cidade, e odeia ser chamada de vagabunda, vadia, puta, cachorra... odeia cafajestes e tapinhas na bunda... elementos que, reconhece, são fundamentais no seu trabalho. Quase sempre presentes. Ela finge, sabe de cor o que os homens querem escutar. Sabe de gemidos, de dizer que está louca de tesão, que está próxima a gozar e de “todas aquelas frescuras” que eficazmente encenava uma tarde para Janete e para mim.

Noutro pólo está a gestação de uma outra mulher, uma personagem mais ou menos familiar, mais ou menos domesticada e sempre perigosamente sedutora. Trata-se da invenção da “puta”, que com Soila, por exemplo, chamou-se Sônia. A construção das distâncias necessárias e dos espaços de existência adequados, como Fabi nos mostrará a seguir.

O dia 18 de abril de 2008 eu e umas colegas estamos sentados com a Fabi em um bar do Mercado Público. No dia seguinte Fabi viajaria para Garibaldi, município da serra do Rio Grande do Sul, onde passaria o feriado em uma boate tentando arrumar o dinheiro para pagar a faculdade. Ela estuda Ciências Sociais em uma universidade particular, quer ser professora e

tem um filho de treze anos que não sabe do seu trabalho. Na mesa do bar, está a caderneta dela com vários nomes possíveis para a personagem que está inventando. “A puta, a que vai tirar dinheiro dos gringos da serra.”

No início do ano de 2007, Fabi era uma mulher de quem calculava menos do que trinta anos, branca, muito bonita, baixinha, com os cabelos avermelhados, enrolados e compridos. “Um cabelão”. Ela frequentava o NEP para assistir a terapia psicológica. Era um tempo ruim para ela, não conseguia ter uma estabilidade financeira e seu filho decidia sair do seu lado. O pai, que nunca perguntou por ele, apareceu, enchendo-o de presentes e propondo-lhe morar com ele. As tatuagens dos seus braços, além da vivacidade da sua voz, exigiam a atenção dos que com ela compartilhávamos o espaço.

Para a realização de um pequeno exercício audiovisual, ainda no primeiro semestre de 2007, marquei um encontro com ela, sem saber muito bem o que perguntaria e o que comporia finalmente o vídeo. Sabia só das tatuagens e do que elas me falavam. Na última conversa, Fabi tinha me contado sobre seu cansaço da prostituição, que no seu caso era prostituição de sala. “Não tenho muito mais saco pra isso, Miguel. Passar oito, nove horas na casa, vestidinha de lingerie e só agradando os clientes.”

Para minha surpresa, Fabi chegou no nosso encontro com os cabelos curtos. Muito curtos. Cor de coral. Viajei pelo Saramago descrevendo à Madalena com seu cabelão de cachoeira envolvendo o Jesus, lembrei da Jadim, a mulher do pedreiro, e seus cabelos até o quadril... e entendi a ruptura. Um tempo depois Soila me contava que, quando ela fugiu do Mimoso, também deixou os seus cabelos muito curtos.

Desde então, pelo que eu pude acompanhar, a Fabi está em crise com a prostituição. Já no ano 2008, voltando do meu campo na Colômbia, nos encontramos. Seus cabelos continuavam curtos e ela, ainda frequentando o NEP, me contava entre sorrisos que fazia mais de seis meses que não fazia programas. Mas agora, de novo, a situação estava apertada. Não pagava a faculdade fazia alguns meses e estava ameaçada de expulsão. “Eu quero me formar.” Calculava as formas, os modos e os comos de arrumar dinheiro do melhor jeito que tinha: fazendo programas. Vendia roupas, lingerie, vestidos, enfeites, mas o dinheiro não era suficiente para pagar as contas e não lhe restava muito tempo nem energia para estudar.

“Estou inventando uma personagem. Se eu não me sinto bem fazendo isso, então tá, vou fazer que seja outra quem faz. Eu só tenho que incorporar a personagem.” Procura vários nomes. Aquele meio dia no Mercado, Fabi está nos pedindo ajuda para construir sua personagem. Gosta do nome Rosa Lux(emburgo), mas sabe que os habitantes da serra gaúcha (“italianos”, “gringos”) pronunciariam de um jeito que faria o nome perder a eficácia sonora. A Betty Boop seria a opção mais óbvia, mais fácil de encarnar, pela semelhança e pela admiração que sente por ela. “Uma das putas mais famosas do mundo”. Mas circulando pelas suas paixões mais intensas, e quiçá querendo manter um laço profundo entre sua personagem e ela, Fabi encontra a Aydeé Santamaría. Mulher do Che Guevera, ídolo que leva tatuado no braço. E com ela fica. A partir desse momento começa a busca de uma peruca, a configuração do vestuário





e a criação de gostos e jeitos sexuais diferentes dos dela (“eu estou numa fase na que só quero beijar na boca, não quero sexo, quero sair pro cinema e beijar muito na boca”).

\*

No final de 2006 e início de 2007 Janete ficou débil, um pouco deprimida, a situação econômica desmoronava-se e ela perdia “o saco” para arrumar novos clientes. Ela já não fazia ponto, limitava-se a “caçar” alguns velhos na volta do Mercado, dos barzinhos ou nas galerias e shoppings do Centro. Era uma mulher de cinquenta e um, cinquenta e dois anos. A diabetes lhe pesava, a ausência do Alemão, a insuportável falta de dinheiro. Muitas vezes as outras mulheres falaram sobre a situação dela, sobre os poucos cuidados alimentícios que estava tendo. Muitas vezes Janete me falou dessas dores. Por aqueles meses teria sido a perfeita protagonista de um quadro patológico ou moral sobre prostituição.

Era uma fera trágica, ferida, noturna e voraz revirando a vida. Entre a depressão e a fulgurante provocação moral de sempre, Janete encontrava, naqueles meses, um dos seus maiores gozos: a montagem de uma peça baseada na obra poética de Augusto dos Anjos. “Eu”. Era um encontro belíssimo: o poeta maldito e a puta. A peça teve várias temporadas de apresentação no teatro da Cia. Das Artes, na Rua Dos Andradas, assim como nos festivais “Porto Verão Alegre”. Ela era um dos vermes da cabeça do poeta. Descrever aqui seu gozo, as maneiras como se deliciava ensaiando e encenando a personagem, abrindo sua bata e deixando as tetas para o público, seria um esforço perdido. A peça, a Cristiane, a invenção da sua candidatura a vereadora pelo PT, o trabalho de base com as prostitutas (é impressionante a popularidade e o carinho que ela tem entre muuuuuitas prostitutas do centro de Porto Alegre) e a relação com estudantes e pesquisadores que nos derretíamos de fascínio perante seus gestos e palavras, eram todas forças de ação e criatividade que lhe enchiam os pulmões de oxigênio. Mas não havia dinheiro.

Então no ano 2007 uma antiga demanda contra o Estado pelo acidente do Alemão foi resolvida ao seu favor e, como o dinheiro ganho, “a herança do Alemão”, comprou a casa-rosa e sua vida começou a dar um novo giro.

### **Não deu**

*Aquele dia contei separei*

*Contei de novo*

*Não deu*

*Que coisa*

*Moeda também é dinheiro*

*Mas não deu*

*Comprar algo... impossível*

*Vou esperar chegar a noite.*

*(Janete Oliveira da Silva)*

\*

Perto das cinco da tarde, ainda naquela terça-feira na que recebera o convite para a festa de aniversário, já sem filha e com a porta do NEP fechada, Janete conta para mim e para a Nilce os detalhes do seu primeiro encontro sexual com seu novo namorado. Soila está no fundo do escritório, onde ficam as mesas de Lúcia e de Tina e a sala de reuniões. Nilce olha, como sempre, sem dizer muito, sem perder um milímetro das palavras, uma vírgula dos gestos. “Eu não gosto de sexo assim, molezinho. No sexo eu gosto de dominação”. Com todo o prazer da narradora expediente, da ‘atriz meretriz’ que sabe o que queremos escutar, Janete, em detalhes, narra a força, a paixão, o tesão do primeiro encontro com ele. Não houve penetração, não teve gozada, não houve disso pra ela.

Nilce, que olha atenta, como suspendendo tudo, suspeitando de tudo, analítica e fria, pergunta se depois se masturbou em casa, se não procurou também pra ela. Janete, horrorizada, nega. Não porque não faça, “já muitas vezes cheguei me masturbando...” Mas porque não era isso o que procurava naquele encontro, não era isso. Na sua boca a sensação total do gozo inevitável do macho que se mostrou sempre “dono da situação”. “A minha vez vem depois, agora, sexta, no meu aniversário [quando a costela, felizmente, será quebrada]”.

Alguns dias depois, sentados num boteco na Cidade Baixa, Janete repete, perante o gravador, o memorável primeiro encontro com o namorado.

*Eu peguei ele, atirei ele, deitei ele... Não deixei ele fazer nada. Já estava com camisinha e tudo. A gente procura ter todos os cuidados porque ele é seropositivo. Daí eu cai de boca no pau dele. Trabalhei todo ele... (Ai, Miguel, fico com vergonha)... Estiquei um pouco a camisinha para pegar bem na base, assim, sabe? Pra ele sentir o calor da língua, ele bem de pau duro, sabe? Lrelrelrelre ali embaixo... [Janete faz todos os gestos necessários, recria a cena com suas mãos, boca, língua e olhos na metade do boteco em que estamos conversando] Tudo por aqui.... E no abdômen dele, tudo, sabe? E quando eu estou assim, apertando bem o pau... Daí ele gritou... “Putá que pariu!!!!” Quando ele gritou, ele gozou! (...) Daí eu vi que tinha gozado e fui de novo no pau. Botei o pau, com o preservativo, na boca e continuei lambendo e chupando, sentindo o calor do leitinho na boca.  
(...)*

“E aí, puta... tá valendo, hein?” Concluiu ele.

*Sinto como que a alma voltou pro meu corpo, sou uma mulher de novo... Está me dando incentivo como mulher, Miguel, que tu não tem noção. Ele tá... satisfazendo meu ego de mulher...*

\*

### Noites (28-12-07)

*Noites*

*Noites frias*

*Noites quentes*

*Noites chuvosas  
Todas as noites  
simplesmente escuras  
ou com luas cheias  
cheias de esperanças  
de que com a lua cheia  
venham muitos  
muitos lucros e fantasias diferentes  
As noites trazem mistérios  
Que acabam com o amanhecer  
Terminando com o meu trottoir  
E começando com o vai e vem  
Das pessoas que preferem o dia  
Até lá noite, que me cobrirá com seu lençol de estrelas ou [n]mão  
Com seus fascínios e mistérios.*

*Janete Oliveira da Silva.*

\*

Final de 2008. Janete continua com o W, apesar das críticas constantes das suas amigas e colegas. Agora ele é um “amigo íntimo”, um “amante”, que temporariamente mora na sua casa, num quarto nos fundos. Janete não foi eleita vereadora e está vinculada a uma Agência que oferece serviços sexuais de “mulheres gordinhas e maduras”. Também se junta à Soila, à Nilce e à Dete na Praça da Alfândega. Distribuem o espaço e afirmam ter clientes para todas. Encontro-as, então, vários dias todas juntas, na batalha, investidas dos seus poderes de sedução, “senhoras de programa” como a Janete diria.

Também as encontro no NEP, às vezes, com menos frequência, e muito menos a ela. O NEP, como quase todas as organizações vinculadas à Rede Brasileira de Prostitutas, está em crise financeira. Vão dois anos sem projetos grandes, sem edital do governo estadual. O grande poder financeiro do tema AIDS vem diminuindo, e as políticas dos governos estaduais e municipais virando cada vez mais conservadoras. O NEP espera pelos recursos específicos e se sustenta operativamente com o trabalho voluntário de todas. Ninguém recebe “ajuda” ou pagamentos, e as atividades de intervenção e mobilização estão praticamente em zero. As mulheres perdem um pouco da paciência pela quietude e se afastam um pouco. Começam a ir um dia por semana somente.

No escritório encontro algumas. Pergunto pela Janete. Tina me conta da novidade. “Uma tatuagem no braço”. Tina critica a atitude da *nega*. Entre as duas existiu sempre uma forte tensão. “Prima rica”, chamava-a a Janete, apropriando-se das falas e personagens de “Zorra Total”, zombando e subvertendo o seu poder. A Tina, por seu lado, apontando constantemente os descuidos com a saúde, a irresponsabilidade nas tarefas encomendadas, a “vulgaridade” dos tempos idos. E agora a tatuagem. Então vou para a Praça.

Ela está radiante. Chamaricando pedestres com seu decote profundo e sua pele morena.

Arregaça a manga do casaco de brim para me mostrar sua última obra. A tatuagem está recente e brilhante. Tinta preta, ante-braço inteiro. É o nome do amado W, em letra cursiva, meio rococó, entre uma pistola e um revólver. “São as armas que ele usava para fazer suas malandragens”. E sorri. As outras fazem caretas de desaprovação.

Então são suas narrativas de explícito erotismo, o amor divinal pelo Alemão, as surras, a dominação sexual, a costela quebrada, a paixão pela malandragem noctívaga, a putaria e as éticas profissionais, a insurreição permanente com seu próprio grêmio<sup>196</sup>.

Mais uma vez Janete nos lembra, como quiçá lembrava às colegas militantes e aos primeiros aliados políticos, que se quisermos conversar com ela devemos afastar-nos de qualquer tipo de julgamento avaliativo. Seria fácil condená-la. Fácil demais. E sempre seria um não ter entendido nada, um anular e desconhecer tudo o que nos propõe. Abrir as cartas da patologia, da límpida e correta burguesia trabalhadora ou do ortodoxo feminismo, levantar um ‘check list’ de maior ou menor vulneração de direitos e iniquidade de gênero, seria, mais que nada, não ter conseguido dialogar com ela. Não esquecemos a violência, ninguém esquece, nem ela; mas não podemos fracassar na prova que ela nos coloca na frente para depois rir politicamente do nosso ‘preconceito’.

Para além de razões morais, Janete está nos falando da forma e do tamanho da paixão, do desejo, dos sonhos que até hoje só encontram acolhida em alguns raros amigos e no colo da mais nova das filhas. Suspendamos por um instante o efeito indignante da violência masculina e fiquemos com a intensidade desejante, a pulsão anti-produtiva e cruamente criativa da história. Essa mulher nos entrega a matéria, os tecidos e fluidos, dos quais estão feitos seus sonhos e memórias, seu corpo de puta, de militante, de mãe, de mulher.

Mais ainda, enquanto militante e voz pública de uma classe, para além das palavras domesticadas, Janete nos coloca através das suas performances, sua tatuagem, no tom da relação, no universo de emoções e sentimentos que o interlocutor deverá (ou não) aceitar, compreender e negociar. Não é só a narrativa de “cenas e queixas” de uma violência relacional. É uma espécie nada fácil de insurreição radical. E sempre assim. Lembremos que junto com estas, encontramos as narrativas do seu erotismo infantil e adolescente, as drogas, o álcool e, na incoerência corsária, os discursos sobre o código de ética da prostituição. A Nega Janete é completamente inapreensível, está sempre se escapando por entre os dedos do Estado para dar-

---

196 “Tô puta da cara com vocês... tô preocupada... vocês vêm pra prostituição procurando marido??? Ou obrigadas por uma necessidade de grana???? Tô, puta... Eu amo a minha profissão. Faz 29 anos me entreguei a ela, e fico puta quando vêm aqui a dizer que não gostam dela, mas sim ficam tirando vantagens da grana dos clientes, ficam procurando marido... Se não gostam, então saiam “da vida”!!!”. A Janete xinga a um grupo de mulheres no encerramento de uma oficina no NEP -13.05.08-, depois de várias delas terem afirmado insistentemente que não gostavam do que faziam, que “estão aí” pela necessidade... “A burocracia me prende, não tenho mais opção do que essa”, falava uma mulher de mais ou menos trinta anos, com os cabelos laterais bem curtinhos e o resto comprido, de boné e calça jeans, que tinha estado na prisão seis anos e depois não conseguiu emprego. Janete não suporta a ideia das mulheres entrarem na prostituição pelo vazio, pela falta... Não suporta a ideia de elas se convencerem disso. É talvez a mais radical nisso... Nem pela necessidade de dinheiro, nem, muito menos, pela estratégia de buscar “alguém que me tire dessa vida”.

nos uma bofetada e um “boquete”. É a putaria, nas suas nuances e interstícios “ilegitimáveis” (Butler, 2003)<sup>197</sup>.



---

197 Só para evitar incômodos. Não estou afirmando que a violência conjugal ou o exagero passional ou as intensificações do prazer sejam elementos centrais da prostituição, ou generalizáveis as prostitutas... nem muito menos que o movimento da categoria se sinta placidamente representado por esse tipo de performance... Pelo contrário. Muitas das suas colegas também caem na armadilha do julgamento. O que estou afirmando é que ela, enquanto militante, parte de um coletivo complexo e em relação com mulheres que desde seus escritórios ou cozinhas se dizem amigas das “prostitutas”, nos lembrará que não é de discursos de Estado, de feminismos conservadores, de polícia ou corpos médicos, mas também não de romantismos moderados, que devemos falar quando falamos de prostituição e de putaria. (O único Deus é o meu marido, que nunca foi meu patrão e me comia como só o Diabo pode). Janete chocará a estudantes, anarquistas, feministas e jornalistas, mas nos seduz sem contemplação.



## *Dete*

Bambeia, bamboleia  
É dura na queda  
Custa cair em si  
Largou família  
Bebeu veneno  
E vai morrer de rir

Vagueia devaneia  
Já apanhou à beça  
Mas pra quem sabe olhar  
A flor também é  
Ferida aberta  
E não se vê chorar

O sol ensolarará a estrada dela  
A lua alumiará o mar  
A vida é bela  
O sol, a estrada amarela  
E as ondas, as ondas, as ondas, as ondas.

**Dura na queda. Chico Buarque (no corpo da Elza Soares)**

Tempo depois da morte da mãe o pai casou de novo. Todo mundo lhe dizia que ela conhecia a mulher, que se chamava Fulanita, que era filha de Não-sei-o-quem, que morava na casa amarela em Tal-Lugar. Mas ela não lembrava. Até o pai morrer, foi visitá-lo a cada três meses. Numa dessas viagens, a Dete encontrou finalmente sua madrasta. Tinha a mesma idade que ela e, claro, sim, a conhecia. Era sua amiga de infância. O pai a tinha conhecido num cabaré de Modelo, SC, e com ela casou. Era prostituta. Dete e ela re-encontraram sua amizade, que segue vigente até hoje. Foi essa a mulher que acompanhou o pai até a sua morte, enquanto “dava pro delegado e pra tal e pra tal (mas se segredo de puta não se conta, imagina de ex-

prostituta)”. Mas o pai também não largou a putaria depois de casado.

*Ele vinha na Praça e sentava aí. Pegava as puta e fazia programa. Tinha uma coroa do Mercado que fazia programa com ela. A gente brincava com ele: Olha essas tuas nega do centro, véio... Tu larga essas nega, véio... Não sei o que essas puta, véio... Cada vez que vinha ia ligeirinho na sua coroa fazer programa. Tinha certinho o programa... Uma vez eu estava junto e ela não viu, e disse: 'vamo' lá?' E eu: 'Vamos lá onde, pai?' Ai, aquela mulher fez uma cara... E eu: 'não, hoje ele não vai, hoje ele fica aqui comigo.' 'Ai, desculpa, desculpa.' 'Não, não dá nada, mas hoje ele fica comigo.' Sentava, tranquilo, conversava, brincava comigo, com a Polaca, tinha mais duas ou três que ele sentava, conversava... Mas da Praça ele não pegava, só do Mercado. Eu estava aí, chegava um cliente... Ele ficava, pagava cachacinha pras gurias... O pessoal cuidava dele. Ele tinha adoração pela Nilce... Deus me livre! A Nilce era amiga minha que Deus me livre, ele dizia que eu tinha que cuidar muito bem dessa minha amiga... Todas elas cuidavam muito dele: Adriana, a Nilce, a Márcia, Isabel, a Deisi... porque tinha muito mão-grende, né? Muita gurizada... O único problema dele é que a Ica quando começou era menor...*

*- Para ele sempre foi tranquilo?*

*- Nunca demonstrou se foi um choque... Ele estava casado com uma mulher que tinha sido prostituta. Ela foi uma amiga minha, mais do que madrasta... O que as outras irmãs não gostavam dela, eu gostava.*

*\**

**Depois de uma hora de entrevista conduzida integralmente por mim:**

*Deu a entrevista? Não vai me perguntar como foi a trepada hoje??? Como é que não foi????*

*- Hoje foi trepar????*

*- Fui dar o cu prum velho... que eu pego uma pinça pra conseguir pegar o pintinho dele... ahahahahahahaha, ai que horror!!!! Tem oitenta-e-poucos anos, broxa... O pintinho desse tamanhinho assim, e chega querendo me comer.... Daí eu fico de quatro e 'Ai, tá doendo amor... Mas tá gostoso? Sim, sim tá gostoso....' fazer o quê, tenho que fazer isso...*

*\**

**Dete é uma máquina-de-guerra extremamente forte.**

Faz um barraco fenomenal nas Casas Bahia porque não querem aceitar o pagamento de uma prestação atrasada sem cobrarem os altos juros. Ameaça quebrar, ameaça rasgar as contas, ameaça gritando. Nilce do lado, firme, severa, aumentando gradualmente o volume. Dete insulta até o gerente vir e receber em mãos o dinheiro. Depois é o narrar. O narrar épico para colegas e amigas. Ela é a possuidora dos cartões. Casas Bahia, crediário, Ponto Frio, cartão de crédito. É a única que pode comprar a crédito, e toda a rede mais próxima se beneficia desse dom. Nilce, Paula, Soila, as filhas da Nilce. Mas ai de quem se atrase, jorra insultos e nuncamais.

Estamos no NEP. Ao nosso redor estão as outras três, além da Paula e mais alguma voluntária que não recordo. Ela me joga para atrás na cadeira, abre suas pernas e avança, deixando meu corpo esticado no vão. Com sua mão esquerda simula dar tapas na minha cara e com a direita me masturbar. “É isso que tu quer, não é, seu filho da puta? Gosta de apanhar? Não vais

conseguir me comer, não senhor!”. Olha desde cima com seu corpo grande e seus olhos claros, felinos. Na cena real ela deveria estar sentada sobre o peito do homem, com os joelhos sobre os braços imóveis dele. Eu pedira segunda explicação sobre uma cena de programa, narrada um minuto atrás, e antes de um segundo ela esteve sobre mim. “Agora entendeu, Miguel?”

Por aí, no sofá do canto está Ludmila, sua netinha, dormindo. A Guga mede perto de um metro e oitenta centímetros, e já terminou o colégio. Quando ficou grávida, Dete a xingou até o fim dos tempos. “Essa é uma sem vergonha!”, repetia com insistência. O namorado seria um gurizinho que não respondia. E ela “só vadia”. Dete mora numa casa própria, que comprou junto com seu irmão. E muitas vezes a Guga foi expulsa de lá, grávida ou não grávida, parida ou com a barriga enorme, por acomodar-se excessivamente, por ser desrespeitosa com a mãe, por não sair e buscar trabalho e preferir ficar só namorando. “Vai pra puta que pariu! Eu preciso tranquilidade!”

E um dia a Ludmila nasceu. Enorme, preciosa, de olhos como pratos, forte e apaixonada pela avó. A avó puta, que a ninava, a levava, a trazia, a carregava apesar das suas dores na coluna. Todos tivemos que mimar a Lud enquanto a Guga arrumava algum emprego.

\*

Desde o tempo do diagnóstico Dete não casou nem juntou mais, mas contam que sempre teve namorados, principalmente negros, bonitos, grandes. De cada congresso ou seminário a que foi, ela voltava com uma história de amor. “Beije na boca... ahhhh e como beijei!!!!” Diz ela sorridente e iluminada. Congressos de prevenção, reuniões de direitos humanos, encontros de pessoas vivendo com o HIV. Sempre namorados. E na Praça... Ariana fogaRéu. Administrando seus poderes com sabedoria, olhando tão no fundo dos olhos. Um homem se aproxima, meio olhando meio passando. Ela troca de lado seus cabelos, sorri e larga duas ou três palavras no lóbulo da orelha. Então o homem, de pasta na mão, se detém. Ou então reduz o passo e cinco metros adiante gira sobre seu calcanhar. Ela começa a recolher a linha. Mais dez palavras e vão embora. Sempre alguém vários metros na frente. Ninguém viu, ninguém sabe nada.

Mas um dia, caminhando da Praça para o Mercado, me diz que tem vontade de comer uma mulher. Paula é lésbica, mulher super amorosa e generosa, voluntária do NEP, amigona da Dete, malandra redutora de danos e a minha parceira mais igual-a-igual na organização. Dete e Paula, junto com outras mulheres, saem juntas a beber, dançar e caçar nos “inferninhos” do centro. São festanças grandes, que sempre ocupam as manchetes das conversas dos dias seguintes. Ao redor do Mercado há uma forte rede de prostitutas, muitas delas, lésbicas. Então Dete abre suas vontades. Janete ri, diz que para ela o assunto é “piça”. Para Dete não há problema nenhum, não percebe os desejos como excludentes, sente, pelo contrário, que é uma liberdade que lhe permitem os anos. “Nunca antes senti essa vontade. Agora quero, quero porque quero. E?” Mas Paula diz não. Mas Paula lhe ajuda a arranjar. Paula tenta seduzir a Soila que fica naquele jeito de envergonhada sedutora. E todo mundo ri.

É a festa de aniversário da Leticia Tedesco, Dete e Paula estão lá. Bebemos, dançamos, rimos. Dete está perto de um jovem. Dete dança com o jovem. Dete, sentada, acaricia as pernas



do jovem, em pé, do seu lado. Ele fica, fica quieto, disposto, rendendo-se aos poucos. Ela tem sempre suas unhas cumpridas recém feitas, enfeitadas, de cores cuidadosamente escolhidas. Sempre seu cabelo, mais ou menos vermelho, mais ou menos loiro, mais ou menos castanho, cheiroso, brilhante e a pele. Ela tem uma blusa verde, levíssima, comprada ontem nas lojas da moda do Centro, com arabescos prateados, que cai num ombro até a metade do braço. E os cabelos sempre soltos, sempre em vai-e-vem, cobrindo as formas dos medicamentos da AIDS e encantando a todo aquele que se aproxima demais.

Dete é uma máquina-de-sedução extremamente eficaz.

\*

Em um encontro de mulheres vivendo com o vírus, Dete consegue que o Programa Nacional de DST-AIDS assuma a gestão e os gastos para sua cirurgia. A acumulação grande de gordura ao redor do pescoço, a AIDS sobre o ombros... e a Ludmila no colo. A coluna apertada, doe cada vez mais. Uma lipodistrofia que, sinceramente, só vemos se a queremos ver, que fica atrás da luz da mulher. Limite nenhum para o tesão e a sedução, “corpo-sem-órgãos”, radicalmente indócil, que roda feito fogo derrubando soldados, maridos e instituições. Então a cirurgia foi marcada e muitas vezes adiada. Finalmente, em 2009 acontece. Nilce se faz cargo. Nilce mais cuidadosa e nervosa que a própria Dete, a acompanha na cirurgia, a cuida em casa, a mima. Nilce, sua outra irmã, com quem transita pelo espiritismo.

\*

*Para ser prostituta tem é que não ter vergonha mesmo!!!!!!! Tu achas que uma mulher que tenha vergonha vai ir lá ficar o dia inteiro na praça botando a cara à tapa? Não vai!!!*

*- Dete, qual a diferença entre puta e prostituta?*

*- A puta é aquela que sai, toda bonitinha, arrumadinha, com o namorado ou o maridinho, mas quando ele está trabalhando... vai dar o rabo de graça pro vizinho. Essas são as putas. E a prostituta é aquela que está em casa, ela não dá pro vizinho (a exceção de uma vez ou outra) e depois vai trabalhar e ganhar um dinheiro pra sustentar os filhos. Essa é a prostituta.*

*- E, Dete, por exemplo, uma menina, de 25 anos, que namora e gosta de dar?*

*- É puta..... É puta.*



- Tá, mas então todas as mulheres são putas...

- Todas são putas.... todas as mulheres são putas.

- Tu também...?

- Eu também sou puta.... a gente é puta quando dá de graça... ou aquelas que guardam as aparências... e quando o marido está trabalhando dá pro vizinho... É puta.

- Entendo... e aquela que só dá pro marido?

- Ahhhh, essa é uma prostituta por tabela. (...) Ele vai trabalhar, tu fica em casa, lavando, passando, cozinhando, esperando ele chegar, cheirosinha, bonitinha pra dar o rabo pra ele... Por quê? Porque ele vai te dar casa, roupa, comida, tudo... ela é prostituta.

- Tá, e tem mulheres que não sejam nem prostitutas nem putas?

- São vadias!!!!

- [Nesse momento entra a Paula, voluntária do NEP] E por exemplo a Paula...?

- Ela é sapata. Sapata galinha!!!!!!!!!!

- Tá, mas então, todas as mulheres são prostitutas, todas as mulheres são putas?

- Não tem exceção... Tem a profissional e tem a prostituta por tabela...

- E se dá só porque gosta?????

- Mas Miguel, essa é mais puta ainda...

- Então, uma mulher pra não ser nem prostituta nem puta teria que não dar????

- Teria que ser freira.....

(...)

- E os homens? Todos são trouxas???

- Todos os homens são trouxa!!!

- Todos?

- São trouxas.

- E os cafetões?

- Os cafetões são malandros...

- Tá, mas então não são trouxas...

- São e não são. São cornos por tabela. Porque eles adoram botar a mulher pra botar guampas e ganhar dinheiro...

- Mas, como assim, eles levam guampas?

- Não, na mente deles eles não são cornos...

- Nem na de vocês, ou sim?...

- Mmmmmmm desde que o cliente não seja gostosinho... porque mesmo quando eu tinha marido, se o cliente é gostoso... eu vou trepar por gostar, pra ser puta e gostar. (...) Meu marido morreu sem saber que ele era corno, corno, corno...



## *Nilce*

4 de setembro de 2006. Final do dia. NEP. Nilce entra no banheiro. Sai bem bonita, arrumada e perfumada. Sua arrumação é muito sutil, mas dá para perceber a diferença. Cabelos bem mais penteados, alguma cor no rosto e perfume. Usa tênis ou algum outro calçado confortável. Nunca saia curta.

-Vai de programa, Nilce?

- Programa, menino. Que tem de melhor na vida, ah, Miguel? Sexo, dinheiro e amor!!!!

\*

Bairro Ipanema, na zona sul de Porto Alegre. 11 de dezembro de 2006. Intervenção com as gurias que fazem ponto na rua Oswaldo Cruz. Um carro se detém na calçada da frente. Um moça atravessa a rua com passos ágeis para atender o cliente. Conversam. A moça faz senhas para os que estamos aqui, não quer com ela, quer com a loira. Então uma guria loira sorri e avança. Não, diz, o cara, a outra loira. Nilce.

Conta-me, esse mesmo dia, esperando o ônibus para voltar para o Centro, que muitos anos atrás, um dia, caminhava pelo Centro junto com seu irmão. Ele, sem saber do trabalho dela, mexeu com umas gurias na rua. Então ela mandou parar. Ele diz que afinal são putas. “Então deixa eu te dizer que tu estás comendo e dormindo na casa de uma puta!”

\*

22 de janeiro de 2007, almoçando na sua casa. “Assumir é a possibilidade de ser feliz. Ficar tranquila com o que se é. Se não assume é que nem um criminoso, que está o tempo todo pensando se vão descobrir as coisas que fez... Mas quando assume é... bom sou isso e pronto, acabou. Não vive escondendo nada pra ninguém, então ninguém tem nada pra descobrir...”

23 de maio de 2007, após a pré-estreia do filme espanhol *Princesas*. “Ser profissional do sexo é difícil... mas eu não acho mais isso, não. Vamos avançar mais quando cada profissional do sexo se aceitar... Eu não sou obrigada, sou dona de mim!”

\*

18 de março de 2008. Praça da Alfândega. Início do outono. Dete, Nilce, Soila e a Polaca. Nilce sentada no encosto do banco, de camiseta baby-look branca, calça jeans bem grudada e tênis brancos. Está linda. Fumando, com seus cabelos curtos e bem relaxada. Atenta ao respirar da praça. Nesses dias eu frequentava bastante o lugar e conversávamos muito. Contou-me da sua enxaqueca crônica. Das fortes dores, do controle dos alimentos e do espiritismo. Contou-me da festa do seu aniversário, que eu não tinha assistido por uma viagem. Do vinho e, de novo, da enxaqueca. Sente medo do nível de resistência a medicamentos.

E depois veio o amor. Contou-me de vários amantes, colegas de movimentos sociais, homens que conhecia nas poucas vezes que acompanhava as outras. E do Cícero. Do sexo e do amor, do Cícero. Diz que uma vez um desses amantes ligou para ela bem safado, que ela estava numa boa, à noite, tranquila em casa, e percebeu o que estava acontecendo. Ela perguntou se

estava com vontade de bater uma punheta. E, feiticeira, fez acontecer.

Eu olhava supreso. Nunca antes tinha ouvido a Nilce assim. Dois anos depois de conhecê-la, de estar fazendo campo, era a primeira vez que olhava claramente um riso sacana na sua boca. Era a primeira vez que eu a ouvia falar abertamente de putaria... “Dessa, cara de santa... menino, só tem a cara!!!!”

E a conversa continuou. Veio a cena do cara que tirava fotos dela. Um programa no dia anterior. Nilce ria proficuamente. Logo que entraram no quarto, ela começa a se despir e o homem a tirar fotos com uma camerazinha digital. Eu pensei que a narrativa derivaria em um xingamento da Nilce. - E tu deixou? –Mas é claro que deixei, achei o máximo. Só pedi pra não tirar da cara. Então ela começou a posar enquanto terminava de tirar as roupas e depois, nua, a brincadeira continuou. - Ahhh, tudo bem, o cara depois vai e bate uma punheta, tranquilo! – E tu cobrou mais? – Não, menino, mas pra quê?

12 de junho de 2008. “Agora que vou pra Floripa [para o Congresso de Prevenção] vou ligar pro Marcelo... –Tu tens o telefone dele? - Ele conhece o Nereu, né? O Nereu sempre foi como um pai pra gente, e Marcelo sempre deixa o telefone dele com o Nereu, pra eu ligar quando eu quiser, nem que seja a cobrar. Eu nunca liguei. Mas agora vou ligar, estando lá... e vou dizer, quando eu te pegar!!!! Tô aqui, tu não quer fazer um sexo bem gostoso???? Ahhhh vou falar assim, bem bem bem sem vergonha!!!! Ai, é que ele é triii gato...” Ela recém tinha chegado de fazer um programa, seu rosto colorido.

“...e o Cícero... Ai, meu deus, fez misérias agora comigo... voamos por toda a cama... E daí, Janete, quase caí da cama, e eu lembrei que tu tinha caído....” Janete: “e quebrei uma costela!”

\*

25 de novembro de 2008. Estamos sentados no banco verde de sempre. Nilce está sentada no encosto, como sempre. Um homem branco, de cabelos grisalhos e roupa fina passa, a olha mal e lhe diz que não pise no banco. “Este banco é meu, filho da puta!”

Depois uma mulher aparece. É outra prostituta da Praça, das antigas. Está bem chapada e chega querendo abraçar, querendo conversar. Dete se sente incomodada e lhe manda longe. Nilce reprime à sua amiga com o olhar e acolhe a mulher. Nilce pergunta pelo seu marido. Outro malandro da praça. Morreu. Recentemente. A mulher se desmancha, chora, está com cicatrizes de briga recente no rosto. Nilce indaga e acolhe, acompanha. A mulher





então lhe confessa que voltou às drogas, que está muito muito triste, que quer se matar. Nilce se entrega por completo durante perto de uma hora, até a mulher ir embora mais aliviada. Caminho à parada do ônibus, Nilce me conta que ela fez isso porque sente que é um espírito que precisa ajuda, que ela tem uma missão nessa vida. Que já levou a um cliente ao grupo espírita que frequenta para resolver uns problemas conjugais.

\*

A Praça da Alfândega converteu-se, para mim, em uma fonte de energia guerreira e libertária. No ano 2008 foi um dos meus lugares preferidos em Porto Alegre.

\*

Nilce nasceu por volta do ano 1963 no interior do Rio Grande do Sul. Desde mais ou menos o ano 85, e até hoje, é prostituta de rua na região central de Porto Alegre. Antes foi caixa de supermercado, operária de fábrica, empregada doméstica, supervisora comercial. Nilce é fundadora do movimento de prostitutas dessa cidade e uma importante liderança local e regional. Heterossexual, várias vezes juntada-e-separada e uma vez viúva, é mãe de duas moças nascidas antes da prostituição e avó de três crianças. Filhas, genros e netos moram em duas casas num terreno da sua propriedade.

No ano de 2008 lhe é oferecido um emprego de carteira assinada. Trata-se de cuidar e manter arrumada a casa dos engenheiros baianos que constroem uma planta da Aracruz no município onde a Nilce mora. Sem pensá-lo duas vezes, e contrariando as sugestões de diversas pessoas, ela recusa a oferta, não sem antes sugerir o nome da Soila, de quem vínhamos ouvindo a vontade de assinar carteira. Soila é rapidamente aceita.

Três dias durou a alegria.

Na quarta-feira ela volta para a Praça da Alfândega, completamente desiludida. Das 8 horas às 17 e 30. “Se eu me puxar, em menos de uma semana consigo o que esses caras iam me pagar em um mês... mas eu não gosto de me puxar tanto assim”. O acontecimento que detonou a frustração da Soila foi os engenheiros terem-lhe pedido para passar as camisas.

-Eu não fui contratada para passar camisas – responde ela, tão acostumada a negociações claras e completas.

– Mas a senhora não sabe passar? – insiste o homem.

- Não sei.

– Mas a senhora nunca foi casada?

Nilce, no primeiro dia, contando-me a proposta e sua recusa, disse: “Eu não sirvo para esses trabalhos. Eu sou mais... mais... mais... avulsa!”. E para quem compra cigarros avulsos ou em maço, a escolha da tal palavra é definitiva. Uns dias depois, na véspera do dia dos namorados, encontro a Nilce num shopping do centro da cidade. Acompanhada pela Soila, procura um presente para o Cícero, seu freguês de há mais de vinte anos e que materializa o que melhor tem na vida, segundo ela: “Sexo, amor e dinheiro”. Dele ganhou uma pulseira bem fina, carregada de axé e amor, que nunca mais tirou e que exibia feliz como uma menina apaixonada. Avulsa.

## REFERÊNCIAS

*Jornal do NUANCES*. Ano 6, nº 35 novembro 2005

LENZ, Flavio. “Prostituição mobiliza ativistas”. *Beijo da Rua* (abril e maio, 07). Rio de Janeiro, 2007.

Leite Gabriela. “Sem vergonha de ser Puta”. *Beijo da Rua* (março, 2002). [www.beijodarua.com.br](http://www.beijodarua.com.br)

Strack, Friederike. “Prostitutas querem convenção na OEA”. *Beijo da Rua* (março, 2006). [www.beijodarua.com.br/](http://www.beijodarua.com.br/)

Jornal Beijo da Rua, dezembro 2004. Edição comemorativa.

Agamben, Giorgio. *Estado de Exceção*. São Paulo: Bointempo, 2007.

Agustín, Laura. “La industria del sexo, los migrantes y la familia europea”. *Cadernos PAGU*. Campinas, nº 25, 2005: 105 -128.

\_\_\_\_\_. “The Cultural Study of Commercial Sex”. *Sexualities* SAGE Publications (London, Thousand Oaks, CA and New Delhi) Vol 8(5), 2005(b): 618–631.

\_\_\_\_\_. *Sex at the margins: migration, labour markets and the rescue industry*. London/ New York: Zed Books, 2007.

Albano, Maria Tereza. *O processo de formulação do 2º plano diretor de desenvolvimento urbano ambiental de porto alegre. Ruptura, reunião de fragmentos, inovação ou manutenção de uma tradição secular?* Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e regional. Porto Alegre: Faculdade de arquitetura / UFRGS, 1999.

Anjos, Carlos dos. “Sexualidade Juvenil de classes populares em Cabo Verde: os caminhos para a prostituição de jovens urbanas pobres”. *Estudos feministas*. Rio de Janeiro Vol. 13, n. 1 (jan./abr. 2005): 163-177.

Arantes, Antonio. “Políticas de rua” e “A guerra dos lugares”. Arantes, *Paisagens paulistas: transformações do espaço público*. Campinas: Editora da Unicamp, 2000: 83-129.

Araújo, Rogério. *Prostituição: artes e manhas do ofício*. Goiana: Câne Editorial, 2006.

Azevedo, Thales de. *Os italianos no Rio Grande do Sul. Cadernos de Pesquisa*. Caxias do Sul: EDUCS, 1994.

Bacelar, Jéferson. *A família da prostituta*. São Paulo: Editora Ática, 1982.

Barbará, Anna Marina. “Apresentação”. Barbará e Leite. *As meninas da Daspu*. Teresópolis, RJ: Novas Idéias, 2007: 9-18.

Barbero, Jesús Martín. “De la comunicación a la cultura: Perder el objeto para ganar el proceso”. *Signo y Pensamiento*, No 5, II semestre. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 1984: 17-24.

Barros, Myriam Lins de. □Mulheres em gerações: algumas reflexões sobre mudanças sociais□. Série Documenta (UFRJ), Rio de Janeiro, v. 9, p. 0-0, 2004.

Becker, Gisele. “A construção da imagem da prostituição e da moralidade em Porto Alegre pelo jornal A Gazetinha: Uma análise dos códigos sociais através da *Hipótese de Agendamento* (1895-1897)”. Trabalho apresentado no VII Encontro dos Núcleos de Pesquisa em Comunicação – NP Jornalismo. XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Santos – 29 de agosto a 2 de setembro de 2007.

Bernstein, Elizabeth. “O significado da compra: desejo, demanda e comércio do sexo”. *Cadernos PAGU* (31) 2008: 315-364.

Blanchette, T e Silva Ana. “As ‘american girls’: migração, sexo e status imperial em 1918”. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 15, n. 31, jan./jun. 2009: 75-99.

Bourdieu, Pierre. *O campo econômico*. Campinas: Papyrus, 2000. MERCADO

Bourdieu, P. *Outline of a theory of practice*. Londres: Cambridge University Press, 2004.



- Bourdieu, Pierre. "A ilusão biográfica". In: *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996: 183-191.
- Bromberg, Sarah. "Feminist Issues In Prostitution". <http://www.feministissues.com/> (acessado fev. 2008).
- Butler, Judith. "O parentesco é sempre tido como heterossexual?" *Cadernos PAGU* (21) 2003: 219-260.
- Butler, Judith. *Gender Trouble: feminism and the subversion of identity*. Londres/NY: Routledge, 1990.
- Carrara, Sérgio. *Tributo a Vênus: A luta contra a sífilis no Brasil, da passagem do século aos anos 40*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1997.
- Carrara, Sérgio; Vianna, Adriana. "Tá lá o corpo estendido no chão...: a violência letal contra travestis no município do Rio de Janeiro". *Physis. Revista de Saúde Coletiva*, v. 16, p. 233-249, 2006.
- Carrier-Moisan, Marie-Eve. *Sexo, namoro, e migração: mudar de vida ou como repensar o turismo sexual no Nordeste brasileiro?* Trabalho apresentado na 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho, Porto Seguro, Bahia, 2008.
- Carsten, Janet. "Introduction: cultures of relatedness". In Carsten (ed). *Cultures of relatedness: new approaches to the study of kinship*. Cambridge University Press, 2000: 1-36.
- \_\_\_\_\_. *After kinship*. Cambridge University Press, 2004.
- Castells, Manuel. "A transformação do trabalho e o mercado de trabalho: trabalhadores ativos na rede, desempregados e trabalhadores com jornada flexível" *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- Cavilha, Juliana. "O cotidiano e a rua: as práticas de sobrevivência de mulheres profissionais do sexo nas ruas centrais da cidade de Florianópolis, SC". ST 26 – Prostituição, gênero e cidade, no Seminário Internacional Fazendo Gênero 8. Florianópolis, 25 a 28 de agosto de 2008.
- Chapkins, Wendy: *Live Sex Acts. Women performing erotic labour*. Cassell, Londres, 1997.
- Chequer, Pedro. "The Chequer Declaration". Brennan Center of Justice at New York University School of Law. Agosto de 2005. <http://www.brennancenter.org/> (acessado em 15 de março de 2010).
- Clastres, Pierre. "Arqueologia da violência: a guerra na sociedade primitivas". Clastres: *Arqueologia da violência: pesquisas de antropologia política*. Rio de Janeiro: Cosac Naify, 2004: 158-187.
- \_\_\_\_\_. *A sociedade contra o Estado*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
- Collazos, Oscar. *Rencor*. Bogotá: Seix-Barral, 2006.
- Comaroff e Comaroff. "Law and disorder in the postcolony. An introduction". *Law and disorder in the postcolony*. Chicago: University of Chicago Press, 2006.
- Constantino, Núncia Santoro de. *O italiano da esquina. Imigrantes na sociedade porto-alegrense*. Porto Alegre: EST, 1991.
- Correa, S., Petchesky, Rosalind e Parker, Richard. *Sexuality, health and human rights*. London/New York: Routledge, 2008.
- Correa, Sonia. "Gênero e sexualidade como sistemas autônomos: idéias fora de lugar?" In Parker e Barbosa (org). *Sexualidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.
- Crapanzano, Vincent. "Réflexions sur une anthropologie des émotions". *Terrain*, n 22, mars 1994: 109-117.
- Csordas, Thomas. "Embodiment as a paradigm for anthropology". *Ethos* 18, 1990: 5-47.
- \_\_\_\_\_. "Introduction: the body as representation and being-in-the-world" e "Words from the Holy People: a case study in cultural phenomenology". Csordas, T. (org). *Embodiment and experience: the existential ground of culture and self*. New York: Cambridge University Press, 1994: 1-26; 269-290.
- \_\_\_\_\_. *Corpo / Significado / Cura*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.
- Damo, Arlei. *Do dom à profissão: Uma etnografia do futebol de espetáculo a partir da formação de jogadores no Brasil e na França*. Porto Alegre: Tese doutoral PPGAS-UFRGS, 2005.
- Das, Veena et al. (Org). *Violence and subjectivity*. Berkeley: University of California Press, 2000.

- \_\_\_\_\_. □Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns temas wittgensteinianos□.  
*Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 14, No. 40, julho (1999): 31-42
- \_\_\_\_\_. *Life and words: violence and the descent into the ordinary*. Berkeley: University of California Press, 2007.
- Deleuze, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- Deleuze e Guattari. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia vol.3*. São Paulo, Ed.34, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia e vol.5*. São Paulo, Ed.34, 2008b.
- Deschamps, Catherine. *Le sexe et l'argent des trottoirs*. Paris: Hachette Littératures, 2006.
- Diaz-Benitez, M.E. e Figari Carlos (org). *Prazeres dissidentes*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- Dosse, François. “Paul Ricoeur revoluciona a escrita da história”. *Margem*. N. 5 Dossiê  
Temporalidades. Faculdade de Ciências Sociais-PUC, São Paulo. Dezembro de 1996:  
9-29.
- Duarte, Luis Fernando. “O império dos sentidos: sensibilidade, sensualidade e sexualidade na cultura ocidental moderna”. Heliborn (org). *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999: 21-30.
- Eckert, C. “Questões em torno do uso de relatos e narrativas biográficas na experiência etnográfica”.  
*Revista Humanas* Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, # 19, Porto Alegre, 1998.
- Eckert, C. e Rocha, A. da. “Imagem recolocada: pensar a imagem como instrumento de pesquisa e análise do pensamento coletivo”. *Iluminarias n° 8*. Porto Alegre: Banco de Imagens e Efeitos Visuais, PPGAS/UFRGS, 2000.
- Fábregas-Martínez, Ana Isabel. “Traçando a Batalha: breve perfil da prostituição em espaços privados de Porto Alegre”. Fábregas-Martínez e Benedetti (org), *Na Batalha: sexualidade, identidade e poder no Universo da Prostituição*. Porto Alegre: Decasa/Palmarinca/GAPARS, 2000: 15-30.
- Fausto, Carlos. *Inimigos fiéis: história, guerra e xamanismo na Amazônia*. São Paulo: Edusp, 2000.
- \_\_\_\_\_. “Banquete de gente: comensalidade e canibalismo na Amazônia”. *Mana* 8(2), 2002:  
7-44.
- Flores, Anelis Rolão. O núcleo da Praça da Alfândega de Porto Alegre: requalificação e Convergência. Dissertação de mestrado. UFRGS. Programa de Pós-graduação em Arquitetura. Porto Alegre, 2005.
- Fonseca, Claudia. “De afinidades a coalizões: uma reflexão sobre a ‘transpolinização’ entre gênero e parentesco em décadas recentes da antropologia”. *Ilha* –v.5, n.2 (2003): 5-32.
- \_\_\_\_\_. “Familia y profesión : la doble carrera de la mujer prostituta”. *La antropología brasileña contemporánea : contribuciones para un diálogo latinoamericano*. Buenos Aires: Prometeo, 2003b: 95-135.
- \_\_\_\_\_. *Família Fofoca e Honra: etnografia de rleações de gênero e violência em grupos populares*. Porto Alegre: UFRGS editora, 2004.
- \_\_\_\_\_. “A morte de um gigolô: fronteiras da transgressão e sexualidade nos dias atuais”. Piscitelli, Gregori e Carrara (org). *Sexualidades e saberes: convenções e fronteiras*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004b: 257-281.
- \_\_\_\_\_. “Ser mulher, mãe e pobre”. *História das mulheres no Brasil*. Del Priore, Mary (org). São Paulo: Editora Contexto, 2004c: 510-553.
- \_\_\_\_\_. “Apresentação. De família, reprodução e parentesco: algumas considerações”. *Cadernos PAGU* (29), julho-dezembro de 2007:9-35.
- Fonseca, Claudia e Schuch, Patrice (Org.). *Políticas de Proteção à Infância: um olhar antropológico*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009: 250
- Foucault, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graa, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Vigilar y Punir*. México: Siglo XXI Ed., 27ª edición, 1998.
- \_\_\_\_\_. *As palavras e as coisas : uma arqueologia das ciências humanas*. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

- \_\_\_\_\_. *Em defesa da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- Galvão, Jane. *AIDS na Brasil: a agenda de construção de uma epidemia*. Rio de Janeiro: ABIA; São Paulo: Ed. 34, 2000.
- García, Carlos Ivan. “La prostitución en la segunda mitad del siglo XX: dinámica de la mo(ral) dernización”. MARTÍNEZ, A. e RODRÍGUEZ, P (org.). *Placer, dinero y pecado: historia de la prostitución en Colombia*. Bogotá: Aguilar, 2002: 281 – 325.
- Gaspar, Maria Dulce. *Garotas de programa: prostituição em Copacabana e identidade social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1984.
- Geertz, Clifford. “Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura”. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1989: 3-21.
- Gell, Alfred. “Strathernograms, or, the semiotics of mixed metaphors”. In Alfred Gell. *The art of anthropology: essays and diagrams*. London: The Athlone press, 1999: 29-75.
- Gilfoyle, Timothy. “Prostitutes in History: from parables of pornography to metaphors os modernity”. *The American Historical Review*, vol. 104, No. 1 (feb. 1999): 117-141.
- Girard, Françoise. “Las implicaciones globales de las políticas nacionales e internacionales de los Estados Unidos sobre sexualidad.” *Sex Policy Watch Working Papers*, No. 1, Junio, 2004. [www.sxpolitics.org](http://www.sxpolitics.org)
- Goldenberg, M. *Coroas: corpo, envelhecimento, casamento e infidelidade*. Rio de Janeiro: Record, 2008, p.221.
- Gravina, Heloisa. *Ser da praça: performance-etnografia na Praça da Alfândega, Porto Alegre*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Porto Alegre: PPGAS-NACI/UFRGS, 2006.
- Grignon, C e Passeron, J. “Dominocentrismo y dominomorfismo”. *Lo culto y lo popular: miserabilismo y populismo en sociología y en literatura*. Madrid: La Piqueta, 1991: 139-183.
- Gregori, M. F. *Cenas e queixas. Um estudo sobre mulheresm relações violentas e prática feminista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: ANPOCS, 1993.
- \_\_\_\_\_. “Relações de violência e erotismo”. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 20, p. 87-120, 2003.
- \_\_\_\_\_. “Prazer e perigo: notas sobre feminismo, sexshops e s/m”. Piscitelli, Gregori e Carrara (org). *Sexualidades e saberes: convenções e fronteiras*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- Grossi, Miriam; Schwade, Elisete. *Política e Cotidiano: estudos antropológicos sobre gênero, família e sexualidade*. Florianópolis: Associação Brasileira de Antropologia, 2006.
- Grupo DAVIDA. “Prostitutas, ‘traficadas’ e pânico morais: uma análise da produção de fatos em pesquisas sobre o ‘tráfico de seres humanos’”. *Cadernos PAGU* (25), 2005: 153-185.
- Guattari, Felix. “Devir mulher”. Guattari. *Revolução molecular: pulsações políticas do desejo*. São Paulo: editora brasiliense, 1981: 34-37.
- Guimarães, Frederico Sidney. *Mulheres da vida, da casa e do trabalho: memórias da luta pelos direitos sociais e trabalhistas das prostitutas no Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro –UNIRIO-, Centro de Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Memória Social. RJ, 2008.
- Guy, Donna. *El sexo peligroso*. Buenos Aires, Editorial Sudamericana: 1991.
- Halbwaks, M. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- Harss, Luis. *Los Nuestrs*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1973.
- Hazeu, Marcel; Figueiredo, Danielle Lima de. *Migração e tráfico de seres humanos para Suriname & Holanda*. Belém, 2006. Disponível em: [www.fao.org.br/CD/download/4\\_trafico\\_seres\\_humanos.pdf](http://www.fao.org.br/CD/download/4_trafico_seres_humanos.pdf)
- Heilborn, Maria Luisa et al. (org). *O aprendizado da sexualidade*. Rio de Janeiro: Garamond e Fiocruz, 2006.
- Heilborn, Maria Luiza e Brandão, Elaine Reis. “Introdução: Ciências sociais e sexualidade”. Heilborn (org). *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 1999 : 7-20.
- Ho, Josephine. “From Anti-trafficking to Social Discipline; Or, the Changing Role of ‘women’s’ NGOs in Taiwan”. Kempadoo, Kamala; Sanghera and Pattanaik (comp). *Trafficking and*

*prostitution reconsidered: new perspectives on migration, sex work and human rights*.  
Boulder: Paradigm Publishers, 1995: 83-106.

- Jardim, Renata. O controle da reprodução: estudo etnográfico da prática contraceptiva de implantes subcutâneos na cidade de Porto Alegre/RS. Dissertação de mestrado em Antropologia Social. Porto Alegre: UFRGS/PPGAS, 2009.
- Jardim, Maria de L. e Barcellos, Tanya. “Mobilidade populacional da Região Metropolitana de Porto Alegre nos anos 90”. *SÃO PAULO EM PERSPECTIVA*, v. 19, n. 4, out./dez. 2005: 78-95.
- Jenkins, Janis e Valiente, Martha. “Bodily transactions of the passions: *el calor* among Salvadoran women refugees”. Csordas, T. (org). *Embodiment and experience: the existencial ground of culture and self*. New York: Cambridge University Press, 1994: 163-182.
- Juliano, Dolores. La prostitución: el espejo oscuro. Barcelona: Içaria, 2002
- \_\_\_\_\_. “El trabajo sexual en la mira: Polémicas y estereotipos”. *Cadernos Pagu* (25). Campinas, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Excluidas y Marginales*. Madrid: Ediciones Cátedra, 2006.
- Justo von Lurzer, Carolina (CONICET–IIGG - Universidad de Buenos Aires). “*Trabajadoras sexuales y Mujeres en situación de prostitución*: algunos interrogantes sobre la construcción de identidad política en los sujetos estigmatizados”. Trabalho apresentado para o ST 26 – Prostituição, gênero e cidade, no Seminário Internacional Fazendo Gênero 8. Florianópolis, 25-28 de agosto de 2008.
- Kempadoo, Kamala. “Mudando o debate sobre o tráfico de mulheres”. *Cadernos Pagu* (25). Campinas, 2005: 55-78.
- Kempadoo, Kamala; Sanghera and Pattanaik (comp). *Trafficking and prostitution reconsidered: new perspectives on migration, sex work and human rights*. Boulder: Paradigm Publishers, 1995.
- Kleinman, Arthur. “Suffering and its professional transformation: toward an ethnography of interpersonal experience.” In KLEINMAN. *Writing at the margin: discourse between anthropology and medicine*. Berkely: University of California Press, 1997.
- Knauth, Daniela. Le sida chez les femmes: maladie et quotidien dans les groupes populaires au Brésil. Tese de doutorado em Antropologia, EHESS, Paris, 1996.
- Kushnir, B. *Baile de máscaras*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- Laqueur, Thomas. *Inventando o Sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- Latour, Bruno. *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.
- Leal, Maria e Leal M (org). *Pesquisa sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial no Brasil: relatório nacional*. Brasília: CECRIA, 2002.
- Leite, Gabriela. *Filha, mãe, avó e puta: história de uma mulher que decidiu ser prostituta*. Rio de Janeiro: Objetivo, 2009.
- Lévi Strauss, Claude. *As estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- Lima, Nei Clara de. “Antropologia e alegorias”. *Narrativas orais: uma poética da vida social*. Brasília: Editora UnB, 2003. 29-57.
- Louro, Guacira. *Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista*. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- Machado, Maria das Dores Campos e Barros, Myriam Lins de. Gênero, geração e classe: uma discussão sobre as mulheres das camadas médias e populares do Rio de Janeiro. *Rev. Estud. Fem.* [online]. 2009, vol.17, n.2, pp. 369-393.
- Machado, Paula. “No fio da navalha: reflexões em torno da interface entre interssexualidade, (bio) ética e direitos humanos”. M.P. Grossi, M.L. Heilborn, L. Machado (org). *Antropologia e direitos humanos 4*. Florianópolis: Associação Brasileira de Antropologia, 2006: 15-56.
- Machado, Rosana Pinheiro. “*A garantia soy yo*” : *etnografia das práticas comerciais entre camelôs nas cidades de Porto Alegre (Brasil) e Ciudad del Este (Paraguai)*. Dissertação de

- Mestrado em antropologia social. Porto Alegre: UFRGS, 2004.
- Martin, Denise. *Riscos na prostituição: um olhar antropológico*. São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP, 2003.
- Martínez, Aída. “De la moral pública a la vida privada, 1820-1920”. Martínez, A. y Rodríguez, P. (org) *Placer, dinero y pecado: historia de la prostitución en Colombia*. Bogotá: Aguilar, 2002: 129-164.
- Mark, Karl. *Grundrisse: foundations of the critique of political economy*. Middlesex, England: Penguin, 1973.
- Mauss, Marcel. “Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas”. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003: 185-318.
- Merleau-Ponty, M. “O Corpo”. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fortes, 2006: 111-278.
- . *O primado da percepção e suas conseqüências filosóficas*. Campinas SP: Papirus, 1990.
- Milito, Claudia. *Vozes do meio-fio*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.
- Miller, Alice. *Sexuality and human Rights: discussion paper*. Versoix, Suíça: International Council on Human Rights Policy, 2009.
- Ministério da Saúde. *Avaliação da efetividade das ações de prevenção dirigidas às profissionais do sexo, em três regiões brasileiras*. Brasília: PN-DST/AIDS e UnB, 2000.
- . *Boletim Epidemiológico*. Ano I nº 01- 01ª à 26ª semanas epidemiológicas - janeiro a junho de 2004.
- . *Brasil: contas em AIDS. Gasto público federal em 1997 e 1998 e estimativa de gasto nacional em 1998*. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.
- . Programa Nacional de DST e AIDS. *Relatório da I Consulta Nacional sobre DST/AIDS, direitos humanos e prostituição*. Brasília, 26 a 28 de fevereiro de 2008. Mimeo.
- Montgomery, Heather. *Modern Babilon?: prostituting children in Thailand*. London: Berghahan Books, 2001.
- Negri, Tony e Hardt, Michael. *Imperio*. Bogotá: Ediciones Desde abajo, 2001.
- Núcleo de Estudos da Prostituição. *Não estamos sozinhas: estamos organizadas*. Porto Alegre: NEP, 2003.
- Nussbaum, Martha. “Pela razão ou preconceito: ganhar dinheiro com o uso do corpo”. *Cadernos Themis*. Ano III –Dezembro de 2002: 13-53.
- Olivar, José Miguel. “Dibujando Putas: reflexiones de una experiencia etnográfica com apariciones fenomenológicas.” *Revista Chilena de Antropologia Visual* (10), Santiago de Chile, 2007.
- . “A cidade das putas: guerra, punição e feminilidades avulsas na experiência de mulheres prostitutas em Porto Alegre”. Trabalho apresentado para o ST 26 – Prostituição, gênero e cidade, no Seminário Internacional Fazendo Gênero 8. Florianópolis, 25-28 de agosto de 2008 (b).
- . “A angústia dos corpos indóceis: prostituição e conflito armado na Colômbia contemporânea”. *Cadernos PAGU* (31), julho-dezembro de 2008: 365-397.
- . “O direito humano de ser puta: uma reflexão sobre direitos sexuais em universos de prostituição feminina em Porto Alegre”. *Teoria e Sociedade* nº 15.2 – julho-dezembro de 2007 [2009] p. 108-137.
- . “Banquete de homens: sexualidade, parentesco e predação na prática da prostituição feminina [Sexo, Gênero e Família. Pela vereda de uma prostituição beligerante: região central de Porto Alegre, anos 80]”. Trabalho apresentado no GT 36 –Sexualidade, corpo e gênero- na 33ª reunião da ANPOCS. Caxambu, MG, 26 a 30 de outubro de 2009.
- Ortner, Sherry. “Gender Hegemonies”. Ortner. *Making Gender: The Politics and Erotics of Culture*. NJ: Beacon Press, 1996: 139-172

- \_\_\_\_\_. "Updating Practice Theory" e "Resistance and the problem of ethnographic refusal". *Anthropology and Social theory: culture, power and acting subject*. Durham: Duke University Press, 2006: 1-18; 42-62.
- Osorio, Betty. "La prostitución em la narrativa colombiana del siglo XX". MARTÍNEZ, A. e RODRÍGUEZ, P(org.). *Placer, dinero y pecado: historia de la prostitución en Colombia*. Bogotá: Aguilar, 2002: 405-438.
- Park, Robert Ezra. "A Cidade: Sugestões para a Investigação do Comportamento Humano no Meio Urbano". In: Velho, Otávio Guilherme. *O Fenômeno Urbano*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara. 1987.
- Parker, Richard; Petchesky, Rosalind e Sember, Robert. *Sex Politics: reports from de front lines*. Sexuality Policy Watch, 2008. [www.sxpolitics.org/frontlines](http://www.sxpolitics.org/frontlines)
- Parker et. al. (org). *A Aids no Brasil (1982-1992)*. Rio de Janeiro: Releme-Dumará/ABIA/IMS, UERJ, 1994.
- Parkin, Robert e Stone, Linda. "General Introduction". Parkin&Stone (ed). *Kinship and family: an anthropological reader*. Victoria: Blackwell Publishing, 2004:1-23.
- Pasini, Elisiane. "O uso do preservativo no cotidiano de prostitutas em ruas centrais de Porto Alegre". Fábregas-Martínez e Benedetti (org). *Na Batalha: sexualidade, identidade e poder no Universo da Prostituição*. Porto Alegre: Decasa/Palmarinca/GAPA-RS, 2000: 31-46.
- \_\_\_\_\_. "Limites Simbólicos Corporais na prostituição feminina". *Cadernos Pagu*, nº 14, 2000b.
- \_\_\_\_\_. *Os homens da vila: um estudo sobre relações de gênero num universo de prostituição feminina*. Campinas: Tese doutoral IFCH/UNICAMP, 2005.
- \_\_\_\_\_. "Sexo com prostitutas: uma discussão sobre modelos de masculinos". M.E. Diaz-Benitez e C. Figari (org). *Prazeres dissidentes*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009: 237-262.
- Paulilo, Maria Ignez. "Trabalho Familiar: uma categoria esquecida de análise". *Estudos Feministas*, Florianópolis, 12(1): 360, janeiro-abril/2004: 229-252
- Pedroso, Luciano. O espaço cotidiano dos agregados sociais da praça da alfândega em Porto Alegre, RS. Dissertação de Mestrado. Universidade federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em geografia. Porto Alegre, 2007.
- Pelúcio, Larissa e Miskolci, Richard. "A prevenção do desvio: o dispositivo da aids e a repatologização das sexualidades dissidentes". *Sexualidad, Salud y sociedad. Revista latinoamericana*. CLAM/IMS no 1 (2009): 125-157.
- Peres Rodrigues, Leina. *Coisa de homem. Um estudo sobre construção de masculinidades com homens clientes de prostitutas*. Trabalho de conclusão de curso em Ciências Sociais. Porto Alegre, UFRGS, 2009.
- Perlongher, Néstor. *O negócio do michê: prostituição viril em São Paulo*. São Paulo: Brasiliense, 1987
- Pesavento, Sandra (Coord). *Memória de Porto Alegre: espaços e vivências*. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS e Prefeitura Municipal, 1991.
- Pheterson, Gail. *The prostitution prism*. Amsterdam: amsterdam University Press, 1996.
- \_\_\_\_\_. (comp). *Nosotras, las putas*. Madrid: Talasa Ediciones, 1989.
- Piscitelli, Adriana. "Exotismo e autenticidade: relatos de viajantes à procura de sexo". In: *Cadernos Pagu* (19). Campinas, 2002: 195-233.
- \_\_\_\_\_. "Entre a prostituição e os namoros de verão: gênero e sexualidade no contexto do turismo sexual internacional em Fortaleza", Relatório final enviado à Fundação do Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo; 2002b.
- \_\_\_\_\_. "Comentário". *Cadernos Pagu* (21), 2003: 211-218.
- \_\_\_\_\_. "Entre a praia de Iracema e a união européia: turismo sexual internacional e migração feminina". A. Piscitelli, MF Gregori e S Carrara (org). *Sexualidades e saberes: convenções e fronteiras*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004: 283-318.

- \_\_\_\_\_. “Apresentação: gênero no mercado do sexo”. *Cadernos Pagu* (25). Campinas, 2005: 7-23.
- \_\_\_\_\_. Prostituição e trabalho. In: *Transformando a relação trabalho e cidadania: produção, reprodução e sexualidade*. Organizadoras: COSTA, Albertina; SOARES, Vera Lúcia et al. São Paulo, 2007: 183-195.
- \_\_\_\_\_. Sexo tropical em um país europeu: migração de brasileiras para a Itália no marco do “turismo sexual” internacional. *Rev. Estud. Fem.*, vol.15, no.3, Sept./Dec. 2007b: 717-744.
- \_\_\_\_\_. “Tránsitos: circulación de brasileñas en el ámbito de la transnacionalización de los mercados sexual y matrimonial”. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 15, n. 31, jan./jun. 2009: 101-136.
- Piscitelli, A., Gregori, M.F., e Carrara, S. (org). *Sexualidades e saberes: convenções e fronteiras*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- Piscitelli, Adriana; Vasconcelos, Marcia. “Entre as ‘máfias’ e a ‘ajuda’: a construção de conhecimento sobre tráfico de pessoas”. *Cadernos PAGU* (31), julho-dezembro de 2008: 29-64.
- Ponso, Letícia Cao. *A variação do português em contato com o italiano na comunidade bilingue de São Marcos-RS*. Dissertação de Mestrado em Linguística. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- Rago, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1985.
- \_\_\_\_\_. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. São Paulo: Paz e Terra, 2008. (2da. Edição).
- Rapp, Rayna. “Family and class in contemporary America: notes towards an understanding of ideology.” In Thorn and Yalom (org). *Rethinking the family: some feminist questions*. Boston: Northeastern Univerity Press, 1992.
- Red de Trabajadoras Sexuales de Latinoamérica y el caribe. *10 años de acción: la experiencia de organización de la Red de Trabajadoras Sexuales de Latinoamérica y el Caribe*. Buenos Aires: Redtrasex, 2007.
- Reis, Nicole Isabel. “Deu pra ti anos 70: rede social e movimento cultural em Porto Alegre sob uma perspectiva de memória e geração”. *Illuminuras*. Número 29. Porto Alegre: BIEV/UFRGS, 2001.
- Restrepo, Laura. *La novia oscura*. Madrid: Alfaguara, 2007.
- Ricoeur, Paul. *Tempo e narrativa*. Campinas: Papirus, 1994
- Rocha, Ana Luiza da e Eckert, Cornelia. “Memória, narrativa e as histórias do mundo”. *Illuminuras* -Banco de Imagens e Efeitos Visuais, PPGAS/UFRGS, 2000 – número 14.
- Rocha, Ana Luiza da e Eckert, Cornelia. “Os jogos da memória”. *Illuminuras* -Banco de Imagens e Efeitos Visuais, PPGAS/UFRGS, 2000b – número 12.
- Rodriguez, Marlene. *Polícia e prostituição feminina em Brasília –Um caso de estudo-*. Tese de Doutorado. Departamento de Sociologia da UnB. Brasília, dezembro de 2003.
- Rubin, Gayle. “Thinking sex: notes for a radical theory of the politics of sexuality.” Parker and Aggleton (ed). *Culture, society and sexuality reader*. New York: Routledge, 1999: 143-178.
- Sahlins, Marshall. *Ilhas da história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- \_\_\_\_\_. ‘O pessimismo sentimental’ e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um objeto em via de extinção’, *MANA* 3(1):41-73, 1997b.
- \_\_\_\_\_. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- \_\_\_\_\_. “Introdução”, “Introdução à parte 3” e “Experiência individual e ordem cultural”. *Cultura na Prática*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.
- Sarmiento, Libardo. *Vendimia: biopolítica y ecosocialismo*. Bogotá: Ediciones Desde abajo, 2002.
- Schneider, David. “What is kinship all about?” Parkin&Stone (ed). *Kinship and family: an anthropological reader*. Victoria: Blackwell Puplishing, 2004: 257-274.
- Schuch, Patrice. *Práticas de Justiça: antropologia dos modos de governo da infância e juventude no*

- contexto pós-ECA. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. v. 1. 294 p.
- \_\_\_\_\_. “Direitos e sensibilidades: uma etnografia das práticas de justiça da infância e juventude”. *Antropologia e Direitos Humanos 4*. Grossi, Miriam; Heilborn, Maria Luiza e Machado Lia (org). Florianópolis: ABA, 2006.
- Silva, Hélio. *Travesti: a invenção do feminino*. Rio de Janeiro: Relume-Dumara, 1993.
- Simmel, Georg. “Algumas reflexões sobre a prostituição no presente e no futuro (1892)”. *Filosofia do amor*. São Paulo: Martins Fontes, 2006: 1-18.
- Simões, Soraya. *Vila Mimosa II: a construção do novo conceito de ‘zona’*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Ciência Política da UFF. Niterói, 2003.
- Skackauskas, Andréia. *Burocratização e institucionalização das organizações de movimentos sociais: o caso da organização de prostitutas Davida*. Dissertação de Maestria em Sociologia, UFMG, Belo Horizonte, 2007.
- \_\_\_\_\_. “Prostituição e AIDS - Em debate a prostituta como sujeito político de direitos”. Trabalho apresentado no GT Sexualidades, corporalidades e transgressões, no XIV Congresso Brasileiro de Sociologia. Rio de Janeiro, 28 a 31 de julho de 2009.
- Sontag, Susan. *AIDS e suas metáforas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- Strathern, Marilyn. *O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na melanésia*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006
- Strathern, Marilyn. Displacing knowledge: technology and the consequences for kinship. In: GINSBURG, Faye and RAPP, Rayna. (orgs.) *Conceiving the new world order*. Berkeley, University of California Press, 1995.
- \_\_\_\_\_. “Artefacts of history: events and the interpretation of images”. J. Siikala (ed.) *Culture and history in the Pacific*. Helsinki: Suomen Antropologinen Seura (The Finnish Anthropological Society) Transactions No.27, 1990: 24-44.
- Szwarcwald et. al. “A disseminação da epidemia da AIDS no Brasil, no período de 1987-1996: uma análise espacial.” *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 16(Sup. 1), 2000: 7-19.
- Tedesco, Leticia. *Explorando o negócio do sexo: uma etnografia sobre as relações afetivas e comerciais entre prostitutas e agenciadores em Porto Alegre*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Porto Alegre: PPGAS-NACI/UFRGS, 2008.
- Terra, Eloy. *As ruas de Porto Alegre*. Porto Alegre: AGE editora, 2001.
- Trifirò, Adriana. *Mujeres que ejercen la prostitución en Colombia*. terralibre.org 2006.
- Turner, Terence. “Bodies and anti-bodies: flesh and fetish in contemporary social theory”. Csordas, T. (org). *Embodiment and experience: the existential ground of culture and self*. New York: Cambridge University Press, 1994: 27-47.
- United States Congress. *Public Law 108–25— “The United States Leadership Against Global HIV/AIDS, Tuberculosis, and Malaria Act of MAY 27, 2003”*. Washington: USC, 2003. [www.pepfar.gov](http://www.pepfar.gov) (acessado em 3 de Janeiro de 2010).
- Vance, Carol. “Anthropology rediscovers sexuality: a theoretical comment”. In Parker and Aggleton (org). *Culture, society and sexuality. A reader*. London e New York: Routledge, 1999: 39-54.
- Vance, C e Snitow, Ann Barr. “Toward a conversation about sex in feminism: a modest proposal”. *Signs: journal of women on culture and society*, vol 10. No. 1, 1984: 126-135.
- Velho, Otávio. “Relativizando o relativismo”. *Besta-Fera: recriação do mundo. Ensaios críticos de antropologia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumara, 1995: 171-184.
- Vianna, Adriana. *O Mal Que Se Adivinha: Polícia e Menoridade no Rio de Janeiro, 1910-1920*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999. v. 1. 198.
- \_\_\_\_\_. “Direitos, moralidades e desigualdades: considerações a partir de processos de guarda de crianças”. In: Lima, Roberto Kant. (Org.). *Antropologia e Direitos Humanos - Prêmio ABA Ford Direitos Humanos*. Niterói: EdUFF, 2005, v. , p. 13-68
- \_\_\_\_\_. “(trans)Posições: notas sobre políticas de reconhecimento em sexualidade”. Texto



de discussão apresentado no GT 36 –Sexualidade, corpo e gênero- na 33ª reunião da ANPOCS. Caxambu, MG, 26 a 30 de outubro de 2009.

- Vianna, Adriana; Lacerda, Paula. *Direitos e políticas sexuais no Brasil: o panorama atual*. Rio de Janeiro: CEPESC, 2004.
- Victoria, Ceres. *Images of the body: lay and biomedical views of the reproductive systems in Britain and Brazil*. Tese de doutorado, Departamento de Ciências Humanas. Brunel University, 1996.
- Vilaça, Aparecida. Chronically unstable bodies: reflections on amazonian corporalities. *J. Roy. anthrop. Inst.* (N.S.) 11, 2005: 445-464
- Vila-Matas, Enrique. *Bartleby e companhia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005.
- Vital, Alberto. *Noticias sobre Juan Rulfo: 1784-2003*. México: Editorial RM, 2004.
- Viveiros de Castro, Eduardo. “O problema da afinidade na Amazônia” e “Perspectivismo e multinaturalismo na América Indígena”. Viveiros de Castro. *A inconstância da alma selvagem*. São Paulo: Cosac Naify, 2002: 87-180; 345-400.
- Wacquant, Loic. *Corpo e alma : notas etnográficas de um aprendiz de boxe*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. 293 p.
- Weber, Max. “A política como vocação”. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963: 97-153.
- \_\_\_\_\_. *Ensayos sobre sociologia de la religión III*. Madrid: Taurus, 1988.
- Weeks, J. *Sexualidad*. México: Editorial Paidós, 1998.
- Wilson, Richard (org). *Human rights, culture and context: anthropological perspectives*. London: Pluto press, 1997.